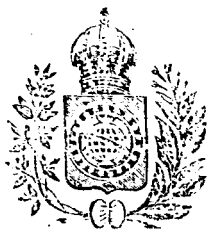


COLLEÇÃO
DAS
DECISÕES DO GOVERNO
DO
IMPERIO DO BRASIL
E
1868.

TOMO XXXI.



RIO DE JANEIRO.
TYPOGRAPHIA NACIONAL,
1868.

INDICE

DA

COLLECCÃO DAS DECISÕES DO GOVERNO

DE

1868.

	PAGS.
N. 1. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 2 de Janeiro de 1868. — Declara que o Governo não admitte como legal a despesa proveniente de differenças de cambio nas contas da estrada de ferro de Pernambuco.....	1
N. 2. — FAZENDA. — Em 4 de Janeiro de 1868. — Declara subsistente, pela razão que indica, a disposição do art. 19 da Lei de 20 de Outubro de 1823.....	2
N. 3. — FAZENDA. — Em 7 de Janeiro de 1868. — As cautelas de apolices podem ser entregues ás pessoas que apresentam a respectiva importancia, sem procuração dos compradores; mas as apolices só devem ser entregues na presença destes ou da procuração bastante.....	3
N. 4. — FAZENDA. — Em 8 de Janeiro de 1868. — Declara que as despesas com uma alienada, viúva de militar, devem ser indemnizadas á Santa Casa da Misericórdia pelo seu curador, a quem se pagará o respectivo meio soldo.....	3
N. 5. — MARINHA. — Aviso de 8 de Janeiro de 1868. — Declara que os Commissarios e Escrivães do Corpo de Fazenda da Armada, quando promovidos á gradação do posto de Capitão Tenente, têm direito ao respectivo soldo.....	4

N.	6. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.— Em 8 de Janeiro de 1868.— Declara que ao Governo Imperial pertence a authorisação de incorporação de companhias que levem a effeito o prolongamento da estrada de ferro de Jundiahy a Campinas.....	3
N.	7. — FAZENDA.— Em 11 de Janeiro de 1868.— Regularisa o expediente relativo á substituição ou restituição de sello das letras e conhecimentos de estampa particular.....	6
N.	8. — FAZENDA.— Em 11 de Janeiro de 1868.— Corrige um erro na ultima linha da Tabella das moedas de ouro, a que se refere a Circular n.º 68 de 28 de Dezembro do anno passado.....	7
N.	9. — GUERRA.— Em 13 de Janeiro de 1868.— Declara que os mestres das officinas do Arsenal de Guerra da Corte não devem pagar o imposto de tres por cento de que trata o Decreto n.º 3977, de 12 de Outubro de 1867.....	7
N.	10. — FAZENDA.— Em 11 de Janeiro de 1868.— Dá providencias para que ás Thesourarias de Fazenda sejam fornecidas collecções de notas do Governo em circulação a bem dos exames que tiverem de fazer.....	8
N.	11. — FAZENDA.— Em 14 de Janeiro de 1868.— Os Escrivães, Tabelliaes, Distribuidores, Contadores e outros empregados judiciaes que não percebem vencimentos dos Cofres Publicos, mas unicamente custas e emolumentos das partes, não são sujeitos ao imposto de 3 %.....	9
N.	12. — FAZENDA.— Em 14 de Janeiro de 1868.— Resolve duvidas occorridas na Alfandega da Corte quanto á cobrança do imposto de 15 % em ouro dos direitos de importação.....	9
N.	13. — FAZENDA.— Em 13 de Janeiro de 1868.— Sobre o pagamento a um Inspector de Alfandega do ordenado correspondente ao tempo em que deixou de ter exercicio, por effeito de remoção para outra Provincia, da qual foi novamente removido para o seu antigo emprego.....	10
N.	14. — GUERRA.— Em 17 de Janeiro de 1868.— Declara que os Coadjuvantes de escripta do Arsenal de Guerra da Corte não tem direito a augmento de vencimento, seja qual for o exercicio em que se achem, salvo se substituirem os Escrivães ...	11
N.	15. — IMPERIO.— Em 17 de Janeiro de 1868.— A Illustrissima Camara Municipal.— Declara que não são incompativeis os cargos de Almoxarife do Arsenal de Guerra e de Escrivão do Almoxarifado da Marinha com o de Juiz de Paz....	12
N.	16. — IMPERIO.— Em 18 de Janeiro de 1868.— Ao Director da Faculdade de Direito do Recife.— Declara que os substitutos das cadeiras de pre-paratorios, nomeados antes da promulgação do	

	Regulamento de 3 de Maio 1836, podem ser providos nas respectivas cadeiras independentemente de concurso.....	12
N. 17.	— GUERRA. — Em 18 de Janeiro de 1868. — Declara que não ha incompatibilidade no exercicio simultaneo dos cargos de Juiz de Paz e de Almoxarife de Arsenal de Guerra, á vista do disposto no Aviso de 4 de Junho de 1847	13
N. 18.	— IMPERIO. — Em 21 de Janeiro de 1868. — Ao Juiz de Paz Presidente da Junta de qualificação da parochia de Irajá. — Declara que, estando a parochia dividida pela Illestrissima Camara Municipal em dous districtos de paz, deve attender-se a essa divisão nos trabalhos da qualificação, embora se interponha recurso da deliberação da mesma Camara.....	14
N. 19.	— FAZENDA. — Em 21 de Janeiro de 1868. — Providencia para facilitar a cobrança do imposto de 15 % em ouro dos direitos de importação ...	14
N. 20.	— FAZENDA. — Em 21 de Janeiro de 1868. — Os exames de analyse grammatical e orthographia constituem provas distinctas, que devem portanto ser remettidas ao Thesouro separadamente.....	15
N. 21.	— FAZENDA. — Em 22 de Janeiro de 1868. — Sobre o imposto da dóca. — Não o pagão os volumes com amostras de nenhum valor, e os botes que conduzirem unicamente passageiros e suas bagagens.....	16
N. 22.	— IMPERIO. — Em 22 de Janeiro de 1868. — Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro. — Declara que não devem tomar parte na eleição de membros da Assembléa Legislativa Provincial eleitores, cuja legitimidade não estiver reconhecida pela Camara dos Deputados	16
N. 23.	— FAZENDA. — Em 24 de Janeiro de 1868. — Os generos nacionaes estão sujeitos á armazenagem desde a data da descarga, e não lhes pôde ser applicavel pela demora o art. 694 do Regulamento das Alfandegas.....	17
N. 24.	— GUERRA. — Em 24 de Janeiro de 1868. — Declara qual o vencimento que compete aos praticantes paizanos do Imperial Observatorio Astronomico.....	18
N. 25.	— IMPERIO. — Em 25 de Janeiro de 1868. — Ao Presidente da Provincia do Pará. — Declara que os empregados municipaes que forem demittidos podem interpor o recurso estabelecido no art. 73 da Lei do 1.º de Outubro de 1828.....	18
N. 26.	— FAZENDA. — Em 28 de Janeiro de 1868. — Resolve dvidas quanto ao Regulamento de 15 de Dezembro de 1839, arts. 24, 49 e 50.....	19
N. 27.	— FAZENDA. — Em 29 de Janeiro de 1868. — Resolve uma consulta da Alfandega da Corte sobre	

	o modo de passarem-se os bilhetes ou letras do art. 583 do Regulamento, depois do imposto de 15 % dos direitos em ouro.....	29
N. 28.	— AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PÚBLICAS.—Circular em 29 de Janeiro de 1868.—Declara que se não forneçam instrumentos aos Engenheiros sem que assignem uma obrigação de restituil-os	20
N. 29.	— AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PÚBLICAS.—Em 29 de Janeiro de 1868.—Declara que a companhia da estrada de ferro de S. Paulo é responsavel por todo o material exigido pelo Decreto de concessão.....	21
N. 30.	— AGRICULTURA, COMMERCIO, E OBRAS PÚBLICAS.—Em 31 de Janeiro de 1868.—Approva a tabella de preços das obras que a companhia Rio de Janeiro City Improvements tiver de executar por conta de particulares.....	22
N. 31.	— FAZENDA.—Em 3 de Fevereiro de 1868.—O imposto da armazenagem deve ser calculado, tanto sobre os d'reitos de consumo estabelecidos na Tarifa, como sobre os 5 % addicionaes.....	24
N. 32.	— FAZENDA.—Em 3 de Fevereiro de 1868.—O Ajudante do Escrivão de Collectoria não pôde assignar o respectivo expediente, não estando o Escrivão impedido.....	24
N. 33.	— FAZENDA.—Em 3 de Fevereiro de 1868.—Os collectores estão sujeitos ao imposto de 3 % sobre os vencimentos.....	25
N. 34.	— FAZENDA.—Em 5 de Fevereiro de 1868.—Isenção de direitos de um órgão mandado vir directamente da Europa pela Mesa de uma Irmandade.....	25
N. 35.	— FAZENDA.—Em 5 de Fevereiro de 1868.—Aviso expedido ao director interino do Arsenal de Guerra da Corte, contendo instrucções para a casa de armas da Fortaleza da Conceição....	26
N. 36.	— GUERRA.—Em 5 de Fevereiro de 1868.—Declara como deve ser abonada a gratificação, que compete aos Repetidores, que servem não accidentalmente, mas na ausencia dos Lentes ou Professores	28
N. 37.	— FAZENDA.—Em 5 de Fevereiro de 1868.—O beneficio do meio soldo só compete aos filhos legitimos ou legitimados por subseqüente matrimonio.....	29
N. 38.	— FAZENDA.—Em 6 de Fevereiro de 1868.—As aguas de Colonia e outras perfumarias, quando importadas em bocetas ou caixinhas de papelão, ou de madeira, devem ser despachadas a peso bruto.....	29
N. 39.	— FAZENDA.—Em 6 de Fevereiro de 1868.—Do provimento a um recibo sobre qualificação	

	de 432 chapéus de feltro de lã, annullando por varias irregularidades, o processo de arbitramento feito por occasião do respectivo despacho.....	30
N. 40.	— FAZENDA.— Em 7 de Fevereiro de 1868.— O individuo sujeito ao imposto de 3 % sobre os vencimentos, está isento do imposto pessoal....	32
N. 41.	— FAZENDA.— Em 8 de Fevereiro de 1868. — Sobre a remessa ao Consulado do Brasil em Loreto, no Perú, dos manifestos de mercadorias estrangeiras despachadas na Alfandega do Para, e na de Manaus novamente creada.....	33
N. 42.	— FAZENDA.— Em 10 de Fevereiro de 1868.— Dá solução a uma Consulta sobre matricula de escravos e cobrança da respectiva taxa nas povoações que, antes da Lei n.º 1307 do anno passado, não estavam sujeitos a este imposto.....	33
N. 43.	— GUERRA.— Em 11 de Fevereiro de 1868. — Declara quaes os vencimentos, que devem perceber os operarios das officinas de 1.ª classe do Arsenal de Guerra da Corte.....	34
N. 44.	— FAZENDA.— Em 12 de Fevereiro de 1868. — Recurso de uma decisao da Alfandega que, permitindo a reexportação de 240 peças de fazendas de algodao, obrigara todavia a parte ao pagamento de multa de direitos em dobro anteriormente imposto por differença de quantidade....	35
N. 45.	— FAZENDA.— Em 12 de Fevereiro de 1868.— Não é exigivel o expediente de capatazias quando o embarque dos generos isentados effectua-se a custa das partes, e em pontes não custeadas pela Fazenda.....	36
N. 46.	— FAZENDA.— Em 12 de Fevereiro de 1868. — O imposto de 3 % sobre os vencimentos deve ser deduzido somente no Thesouro e Thesourarias das Províncias onde residirem os diversos funcçãoarios sujeitos ao mesmo, cessando o desconto das consignações a suas familias ou procuradores.....	37
N. 47.	— FAZENDA.— Em 13 de Fevereiro de 1868. — Determina que na cidade de Netheroy se proceda a matricula dos escravos de conformidade com o art. 18 da Lei n.º 1307, e á cobrança da taxa nos devidos tempos, por estar alli feita a demarcação para a cobrança da decima urbana.	37
N. 48.	— FAZENDA.— Em 13 de Fevereiro de 1868. — O fazendeiro ou lavrador que tiver por sua conta casa de habitação arrendada ou propria esta sujeita ao imposto pessoal.....	38
N. 49.	— FAZENDA.— Em 13 de Fevereiro de 1868. — Sobre a substituição do Agente do Sello da Recebedoria da Corte em seus impedimentos mais ou menos longos.....	39

N. 30. — FAZENDA. — Em 13 de Fevereiro de 1868. — Condições para a cunhagem da prata dos particulares.....	39
N. 31. — FAZENDA. — Em 13 de Fevereiro de 1868. — Os Capellães e Empregados das Casas de Misericórdia, embora subvencionados pelos cofres provinciaes, não são sujeitos ao imposto de 3 % sobre os vencimentos.....	40
N. 32. — FAZENDA. — Em 14 de Fevereiro de 1868. — O subsídio ou diarias que percebem os membros das Assembléas Provinciaes, e as ajudas de custo que se lhes abonar pelas caixas provinciaes para seu transporte, não estão sujeitos ao imposto de 3 %	40
N. 33. — FAZENDA. — Em 17 de Fevereiro de 1868. — Os habitantes das freguezias e arraiaes, embora de seus prédios, não se cobre a decima, e os fazendeiros e donos de sítios, não estando elles comprehendidos na isenção do art. 5.º do Decreto n.º 4652 de 1867, devem pagar o imposto pessoal.	41
N. 34. — FAZENDA. — Em 17 de Fevereiro de 1868. — Os Directores de colonias e os encarregados da catechese estão obrigados á prestação de contas dos dinheiros que recebem dos cofres publicos para os serviços a seu cargo.....	42
N. 35. — FAZENDA. — Em 17 de Fevereiro de 1868. — Sobre o requerimento da filha de um militar reclamando contra a decisão do Thesouro que a obriga a repôr a somma que de mais recebeu dos cofres publicos, proveniente da differença entre o meio soldo de 13\$000 mensaes e o de 7\$500 que lhe competia	42
N. 36. — FAZENDA. — Em 20 de Fevereiro de 1868. — Declara que o premio devido aos empreiteiros da estrada de ferro de S. Paulo, deve ser pago ao cambio de 23 % na conformidade do respectivo contracto.....	43
N. 37. — FAZENDA. — Em 21 de Fevereiro de 1868. — Provisamento de um recurso de decisão da Re- cebedoria da Corte sobre rivalidação de sellos.	44
N. 38. — FAZENDA. — Em 21 de Fevereiro de 1868. — Do pagamento dos impostos sobre pensões só são isentas as concedidas as familias dos militares que fallecerem na guerra contra o Paraguay..	45
N. 39. — FAZENDA. — Em 21 de Fevereiro de 1868. — Da solução a duvidas sobre a intelligencia do Decreto n.º 1337 de 19 de Setembro de 1866, isentando de impostos as pensões concedidas as familias dos militares que fallecerem na guerra.	46
N. 40. — AGRICULTURA, COMMERCIO, E OBRAS PUBLICAS. — Em 22 de Fevereiro de 1868. — Manda observar as Instruções geraes das Comissões de estudos para a redacção de projectos de vias ferreas e estradas de rodagem de 1.ª classe...	47

	PÁGS.
N. 61. — FAZENDA. — Em 27 de Fevereiro de 1868. — O Collector deve proceder á lotação dos vencimentos dos Parochos das diferentes freguezias do respectivo município, embora não recebam elles a congrua pela Collectoria.....	56
N. 62. — FAZENDA. — Em 27 de Fevereiro de 1868. — Sobre o processo de habilitação de umas orphãs para a percepção do meio soldo e pensão do Montepio dos Servidores do Estado que sua finada mãe recebia.....	57
N. 63. — FAZENDA. — Em 29 de Fevereiro de 1868. — Manda reformar a pratica estabelecida na Alfandega da Corte de só permittir o abatimento para quebras, quando a mercadoria é posta a despacho por peso bruto com abatimento da taxa.	58
N. 64. — FAZENDA. — Em 29 de Fevereiro de 1868. — Indefere a pretensão de um individuo ao recebimento da quantia de 600\$000 deixada a uma sua escrava pelo filho desta.....	59
N. 65. — GUERRA. — Em 29 de Fevereiro de 1868. — Declarando que sempre que um official honorario é chamado a serviço, devem abonar-se-lhes vencimentos correspondentes ao posto de que tem as honras.....	60
N. 66. — FAZENDA. — Em 6 de Março de 1868. — A viuva do Official de voluntarios não fallecido no campo de batalha, ou em consequencia de ferimentos recebidos nella, não tem direito ao respectivo meio soldo.....	60
N. 67. — FAZENDA. — Em 7 de Março de 1868. — No lançamento do imposto pessoal não é lícito comprehender a parte dos predios que fôr occupada por loja, officina e estabelecimentos de industria e profissão.....	61
N. 68. — GUERRA. — Em 9 de Março de 1868. — Declara que sempre que a Guarda Nacional destacar para auxiliar a policia, as despesas feitas com semelhante serviço não pertencem ao Ministerio da Guerra.....	62
N. 69. — FAZENDA. — Em 10 de Março de 1868. — Sobre porcentagem de Empregados do Juizo dos Feitos, relativa a quantia arrecadada por conta do alcance de um responsavel da Fazenda.....	62
N. 70. — FAZENDA. — Em 10 de Março de 1868. — Decisão do Tribunal do Thesouro reduzindo o alcance de um ex-collector, pelo abono de comissões que lhe forão glosadas, e allivio da responsabilidade de despesas, cujos documentos deixarão de ser accitos, não obstante estar extinto o quinquennio dentro do qual podião ser reclamadas.....	63
N. 71. — IMPERIO. — Em 11 de Março de 1868. — Ao Presidente da Provincia de S. Paulo. — Declara que não é válida a eleição para Vereador, que	

	recebe em cidadão que não tem os dous annos de domicilio no termo, exigidos pelo art. 98 da Lei de 19 de Agosto de 1846	64
N. 72.	— FAZENDA.— Em 14 de Março de 1868.— Os armazens de simples deposito, em que se não vendem generos e mercadorias, não estão sujeitos ao imposto de 20 % sobre o aluguel annual	65
N. 73.	— FAZENDA.— Em 16 de Março de 1868.— O Director do Instituto dos Surdos Mudos, logo que receber quantias provenientes das joias e pensões dos alumnos contribuintes as deve recolher ao Thesouro	66
N. 74.	— FAZENDA.— Em 16 de Março de 1868.— Declara que a Ordem de 10 de Dezembro de 1866 a Thesouraria de Pernambuco refere-se a mercadorias que na forma da Tarifa devião ser des-pachadas por peso bruto	67
N. 75.	— FAZENDA.— Em 17 de Março de 1868.— Os Juizes de Direito, Municipaes e Promotores, cujos ordenados e gratificações unidos aos emolumentos chegarem ou excederem a 1:000\$000, estão sujeitos ao imposto sobre os vencimentos, e bem assim os Escrivães, Solicitadores e Officiaes de Justiça que além dos emolumentos pagos pelas partes, perceberem vencimentos pelos cofres publicos	67
N. 76.	— FAZENDA.— Em 17 de Março de 1868.— Approva uma deliberação da Alfandega relativa ao despacho sobre agua de cascos com liquidos, e declara que a clausula que se lê na ultima parte do § 2.º art. 430 do Regulamento refere-se aos generos inflammaveis e semelhantes.	68
N. 77.	— FAZENDA.— Em 17 de Março de 1868.— Declara que não devem ser distribuidos ao calculo despachos de vinhos, cerveja, barrilha e outras mercadorias em identicas condições, sem a conferencia prévia do art. 547 do Regulamento, e que as imagens são absolutamente isentas de direitos	69
N. 78.	— GUERRA.— Em 17 de Março de 1868.— Declara qual o uniforme com que devem compa-recer os officiaes do exercito nos dias de 1.ª e 2.ª gala	70
N. 79.	— GUERRA.— Em 17 de Março de 1868.— Declara como se deve considerar o deposito que tem por fim garantir os contractos de forneci-mento feitos no Arsenal de Guerra da Côrte, e bem assim o modo de contar o prazo para o dito fornecimento	71
N. 80.	— GUERRA.— Em 18 de Março de 1868.— Declara como se deve effectuar o pagamento dos bilhetes de costuras manufacturadas para o Ar-senal de Guerra da Côrte	71

- N. 81. — FAZENDA. — Em 18 de Março de 1868. — Pro-
vimento de um recurso sobre apprehensão de
10 barris com vinho, encontrados em uma lan-
cha junto ao cães das Marinhas, porque, além
da falta de provas, não deu-se o caso de fla-
grante..... 72
- N. 82. — FAZENDA. — Em 19 de Março de 1868. — Sendo
por factura o despacho das mercadorias avariadas, não podem ellas como as sãs estar sujeitas aos direitos conforme as taxas da Tarifa por vara, canada, etc, mas na razão de tantos por cento estabelecida para os mesmos direitos. 73
- N. 83. — GUERRA. — Em 19 de Março de 1868. — Declara que a despeza com a reunião da Guarda Nacional, quer por occasião de motim, quer em guarnição nas Províncias, não compete ao Ministerio da Guerra..... 74
- N. 84. — FAZENDA. — Em 20 de Março de 1868. — Dos reformados, e pensionistas de tença, meio soldo e montepio sómente se deve cobrar 1 % das quantias de 1:000\$000 para cima que receberem dos cofres publicos..... 75
- N. 85. — FAZENDA. — Em 20 de Março de 1868. — As linhas compostas de mais ou menos fios torcidos, posto que frouxamente, estão sujeitas á taxa de 300 réis por libra..... 75
- N. 86. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 21 de Março de 1868. — Concede á Companhia Valenciana uma redução de 40 % na tarifa da estrada de ferro de D. Pedro II... 76
- N. 87. — FAZENDA. — Em 21 de Março de 1868. — Pro-
vimento de recurso sobre revalidação do sello de uma proposta feita por uns negociantes falidos, para o pagamento de 15 % aos respectivos credores..... 76
- N. 88. — JUSTICA. — Aviso de 23 de Março de 1868. — Ao Presidente da Provincia de S. Paulo. — Solve a duvida sobre casamentos de orphãos de qual-
quer especie, sem licença do respectivo Juiz... 77
- N. 89. — MARINHA. — Aviso de 23 de Março de 1868. — Manda descontar para as despesas do rancho as comedorias aos officiaes, que viajarem nos trans-
portes da Marinha..... 78
- N. 90. — FAZENDA. — Em 23 de Março de 1868. — Manda declarar ao Collector de Petropolis, que não devem ser incluídos no lançamento para o imposto pessoal os individuos que, habitando nesta corte, por onde tem de pagar o mesmo imposto alli vão passar o verão..... 78
- N. 91. — FAZENDA. — Em 24 de Março de 1868. — Nega o despacho livre de direitos para um vapor de ferro e suas pertencas destinado ao serviço da Companhia Bahiana de navegação..... 79

N.	92.	— FAZENDA.— Em 26 de Março de 1868.— Solve duvidas da Alfandega da Corte relativas ao Decreto n.º 3217 de 31 de Dezembro de 1863.....	80
N.	93.	— FAZENDA.— Em 26 de Março de 1868.— Os Procuradores Fiscaes das Thesourarias, sempre que preceder ordem dos Inspectores, devem promover os processos de lotação dos officios e empregos de Justiça e Fazenda, segundo a legislação em vigor; e no caso de difficuldades devem ser empregadas as lotações provisórias administrativamente feitas	80
N.	94.	— GUERRA.— Em 26 de Março de 1868.— Declara que os vencimentos, que percebem os officiaes do exercito, quando nomeados para serviços militares, devem ser correspondentes ao posto effectivo e não as gradações.....	81
N.	95.	— GUERRA.— Em 27 de Março de 1868.— Declara como deve ser feita a despeza com a lavagem da roupa dos Aprendizes Artilheiros....	82
N.	96.	— FAZENDA.— Em 27 de Março de 1868.— Solve duvidas a respeito do sello a que estão sujeitas as Provisões de licença para casamento.....	82
N.	97.	— FAZENDA.— Em 27 de Março de 1868.— Aos officios dos Presidentes de Provincias participando nomeações de Officiaes de Descarga supranumerarios devem acompanhar copia da representação da Alfandega e informação da Thesouraria....	83
N.	98.	— FAZENDA.— Em 27 de Março de 1868.— Deferimento, por equidade, de um recurso relativo ao despacho de 80 peças de anagem, em que houve reclamação de engano quanto a quantidade da mercadoria antes de sua sahida da Alfandega.....	84
N.	99.	— FAZENDA.— Em 28 de Março de 1868.— Sobre o alcance de um Collector, por notavel differença da arrecadação do imposto de lojas, entre um exercicio e o antecedente, e approvando o acto do Inspector da Thesouraria de não sujeitar-se, quanto ao caso, a decisão do seu antecessor.....	85
N.	100.	— FAZENDA.— Em 30 de Março de 1868.— Determina que os objectos para o expediente do Thesouro, que não tiverem de ser fornecidos por contracto, sejam comprados pelo Porteiro, o qual deve ser o unico incumbido das despezas miudas; e que cesse a pratica do fornecimento de folhinhas aos empregados	86
N.	101.	— GUERRA.— Em 30 de Março de 1868.— Approva a redução dos preços das obras de empreitada da officina de funileiros do Arsenal de Guerra da Corte.....	87
N.	102.	— JUSTIÇA.— Aviso de 31 de Março de 1868.— Ao Presidente da Provincia do Amazonas.— De-	

	clara incompatíveis os cargos de Professor publico de primeiras letras e supplente de Juiz Municipal.....	88
N. 103.	— AGRICULTURA, COMMERCIO, E OBRAS PUBLICAS. — Em 31 de Março de 1868. — Declara prescripto o direito que a uma penna d'agua, sem onus pecuniario, teria o novo proprietario de um predio, se da respectiva concessão tivesse opportunamente usado o primitivo concessionario e o mesmo proprietario	88
N. 104.	— AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 31 de Março de 1868. — Dá provimento ao recurso interposto pelos empresarios da estrada de ferro do Jardim Botânico.....	89
N. 105.	— FAZENDA. — Em 1 de Abril de 1868. — Sobre uma decisão da Thesouraria da Parahyba, relativa aos direitos de expediente e armazenagem dos generos nacionaes exceptuados no art. 623 § 3.º do Regulamento das Alfandegas.....	90
N. 106.	— FAZENDA. — Em 4 de Abril de 1868. — A concessão de alforria a escravos da Nação — a titulo gratuito — não cabe nas attribuições do Poder Executivo.....	90
N. 107.	— FAZENDA. — Em 2 de Abril de 1868. — Declara que a Circular de 30 de Outubro ultimo foi revogada pela de 12 de Fevereiro deste anno.	91
N. 108.	— FAZENDA. — Em 3 de Abril de 1868. — Dá provimento a um recurso sobre a restituição de direitos de mais, pagos por differença de qualidade em um despacho de brim de linho, por não se ter feito reformar, como cumpria, a respectiva nota.....	92
N. 109.	— FAZENDA. — Em 3 de Abril de 1868. — Devolve o processo de fiança de um Collector para que sejam preenchidas as formalidades que indica, e sellado o traslado de uma escriptura junta ao mesmo processo.....	93
N. 110.	— FAZENDA. — Em 3 de Abril de 1868. — Determina que sejam impostas as multas devidas aos Empregados que deixarão de fazer sellar a escriptura mencionada na Ordem antecedente..	94
N. 111.	— FAZENDA. — Em 3 de Abril de 1868. — Trata de uma pretensão de José Pereira Tavares & C.ª ao estabelecimento de docas como obra complementar do prolongamento da rua do Cortume em S. Christovão a praia do Sacco do Alferes..	94
N. 112.	— FAZENDA. — Em 4 de Abril de 1868. — Concessão de favores á Companhia de paquetes ultimamente inaugurada entre o Brasil e a Belgica.	95
N. 113.	— FAZENDA. — Em 6 de Abril de 1868. — Manda reformar o quadro das notas obtidas pelos concurrentes a um lugar de Ajudante de Guarda-mór e explica as disposições em vigor sobre a materia.	96

N. 114. — FAZENDA. — Em 7 de Abril de 1868. — Solve duvidas da Directoria Geral do Contencioso a respeito da transcripção dos titulos dos terrenos de marinha, alagados e outros, expedidos antes ou depois da nova Lei Hypothecaria.....	97
N. 115. — FAZENDA. — Em 8 de Abril de 1868. — Recurso sobre restituição de quantia cobrada pela Recbedoria da Corte a titulo de revalidação do sello de um accordo celebrado em um caso de fallencia	98
N. 116. — FAZENDA. — Em 8 de Abril de 1868. — Pro- vimento de um recurso sobre os direitos de 90 barris de vinho verde, que a Alfandega pretendeu cobrar na razão da quantidade despachada em 1866, e não na da que posteriormente se veri- ficou e annunciou em edital de praça	99
N. 117. — FAZENDA. — Em 8 de Abril de 1868. — A alçada de que trata o art. 762 do Regulamento das Al- fandegas, refere-se á das mesmas Repartições e Mesas de Rendas, e não á da instancia superior para a qual se tiver de recorrer.	100
N. 118. — FAZENDA. — Em 8 de Abril de 1868. — Sobre o facto de ter o Inspector nomeado para a Al- fandega do Espirito Santo entrado em exercicio sem prestar a fiança, a que estava obrigado por accumular as funcções do Thesoureiro	101
N. 119. — FAZENDA. — Em 11 de Abril de 1868. — De- clara isentos do imposto pessoal, pela razão que indica, os Empregados da Imperial Quinta da Boa-Vista, moradores nas casas edificadas dentro da mesma Quinta.....	102
N. 120. — FAZENDA. — Em 13 de Abril de 1868. — Trans- mitte ás Thesourarias de Fazenda, para facilitar os exames de notas que tenham de fazer, relações das que existem em circulação, e collecções ori- ginaes das que tem sido remettidas a cada uma das Provincias.....	102
N. 121. — FAZENDA. — Em 13 de Abril de 1868. — In- deferre um recurso sobre o lançamento do im- posto de lojas, feito de conformidade com o art. 6.º do regulamento de 13 de Junho de 1844.	103
N. 122. — FAZENDA. — Em 17 de Abril de 1868. — Con- cessão de favores á Companhia de Navegação a vapor do Pacifico.....	104
N. 123. — GUERRA. — Em 18 de Abril de 1868. — De- clara o modo de regular a precedencia, que devão ter entre si os membros do Conselho Supremo Militar.....	104
N. 124. — FAZENDA. — Em 20 de Abril de 1868. — Os Fieis de armazens das Alfandegas não podem ser incumbidos de serviços extranhos aos respectivos lugares, e nos seus impedimentos devem ser substituidos pelas pessoas que propuzerem sob sua responsabilidade.....	105

PAGS.

- N. 125. — FAZENDA. — Em 20 de Abril de 1868. — Nega a um Official do Exercito o direito a uma divida de exercicios findos, proveniente da gratificação especial do commando da companhia de transportes de Mato Grosso, porque, além de outros motivos, tal Companhia não foi alli creada.... 106
- N. 126. — FAZENDA. — Em 20 de Abril de 1868. — O art. 27 da Lei n.º 1307 do anno passado não comprehende as multas comminadas em Leis e Regulamentos provinciaes ou municipaes, e nas Posturas das Camaras..... 107
- N. 127. — FAZENDA. — Em 21 de Abril de 1868. — Competencia do Juizo de Direito, para, nos casos de alcance e processo de responsabilidade dos Empregados, proceder a novos exames nas contas já tomadas pelas Thesourarias de Fazenda..... 108
- N. 128. — FAZENDA. — Em 22 de Abril de 1868. — Sobre a applicação da multa do art. 12 da Lei n.º 939 de 1837 nos casos de falta de pagamento da siza. 109
- N. 129. — MARINHA. — Aviso de 22 de Abril de 1868. — Estabelece regras para a navegação do rio Amazonas, seus afluentes e canaes..... 110
- N. 130. — FAZENDA. — Em 23 de Abril de 1868. — Concessão das vantagens de paquete para o vapor *Uruguay*, destinado á navegação subvencionada entre S. Borja e o Salto..... 112
- N. 131. — FAZENDA. — Em 24 de Abril de 1868. — Na deducção das despesas, de que trata o art. 338 do Regulamento das Alfandegas, deve-se observar o disposto na Ordem de 5 de Outubro de 1863, abandonando-se as mercadorias achadas, no caso em que o seu valor não atinja ás despesas 112
- N. 132. — IMPERIO. — Em 24 de Abril de 1868. — Ao Presidente da Provincia do Paraná. — Declara que o cidadão suspenso do cargo de Subdelegado de policia não pôde continuar a exercer as funções de Vereador..... 113
- N. 133. — IMPERIO. — Em 24 de Abril de 1868. — Ao Rev. Arcebispo. — Declara que não deve ficar embaraçada a renuncia de um beneficio ecclesiastico por falta de assignatura do respectivo termo; e que os Diocesanos devem providenciar para que sejam declarados vagos os beneficios, quando os beneficiados violarem as leis de residencia 114
- N. 134. — FAZENDA. — Em 29 de Abril de 1868. — Concede isenção de direitos para as caldeiras e mais accessorios das machinas de dous vapores de ferro destinados á navegação do rio das Velhas, negando-a para os cascos e peças correspondentes, por estarem sujeitos ao despacho por factura 115
- N. 135. — JUSTIÇA. — Aviso de 30 de Abril de 1868. — Declara que não podem servir conjuntamente no mesmo termo o Juiz Municipal e o Promotor Publico, que são cunhados..... 115

	PÁGS.
N. 136. — JUSTIÇA. — Aviso de 30 de Abril de 1868. — Declara que não existe incompatibilidade no exercício dos cargos de Fiscal da Camara, e de suplente do Juizo Municipal	116
N. 137. — MARINHA. — Aviso de 30 de Abril de 1868. — Altera o uniforme dos aprendizes artifices dos Arsenaes de Mariuha	117
N. 138. — JUSTIÇA. — Aviso de 1 de Maio de 1868. — Ao Presidente da Provincia do Amazonas. — Declara que os bens pertencentes a uma Imagem, que não tem Irmandade, pelo facto da vacancia, passam para a Fazenda Publica e ficam sujeitos a fiscalisação do Juizo da Provedoria.....	118
N. 139. — FAZENDA. — Em 1 de Maio de 1868. — Approva uma decisão da Thesouraria de S. Paulo sobre restituição de ancoragem, e nota que o processo respectivo fosse instruido com cópias de documentos	118
N. 140. — FAZENDA. — Em 1 de Maio de 1868. — As gratificações arbitradas aos Empregados que fiscalisao nos portos interiores o embarque de generos em navios estrangeiros para fóra do Imperio, devem ser pagas pelos respectivos consignatarios.....	119
N. 141. — FAZENDA. — Em 2 de Maio de 1868. — Não approva a deliberação da Thesouraria de Goyaz de exigir agio a favor da Fazenda nos seus saques contra o Thesouro.....	120
N. 142. — JUSTIÇA. — Aviso de 2 de Maio de 1868. — Ao Juiz de Paz do 4.º anno da Freguezia do Espírito Santo da Côte. — Declara que a simples falta de confiança não é motivo sufficiente para que possa ser destituido ou suspenso, ainda que temporariamente, um Escrivão do Juizo de Paz.	121
N. 143. — IMPERIO. — Em 2 de Maio de 1868. — Ao Presidente da Provincia do Paraná. — Resolve duvidas relativas á formação do Conselho Municipal de Recurso da Villa de Guarapuava	121
N. 144. — IMPERIO. — Em 4 de Maio de 1868. — Ao Presidente da Provincia do Paraná. — Resolve duvidas relativas á formação do Conselho Municipal de Recurso da Cidade de Castro.....	123
N. 145. — JUSTIÇA. — Aviso de 4 de Maio de 1868. — Ao Presidente da Provincia de Sergipe. — Declara que os Juizes de Direito em correição não julgão e não reformão sentenças, e que funcçãoão apenas como corregedores para emendar erros e sanar irregularidades	125
N. 146. — JUSTIÇA. — Aviso de 4 de Maio de 1868. — Ao Presidente da Provincia de Sergipe. — Declara que não é licito dizer e sustentar o proposito de proceder arbitrariamente no caso de deficiencia das leis do paiz, por isso que deve ser mantida e respeitada a liberdade individual	126

	PAGS.
N. 147. — FAZENDA.—Em 4 de Maio de 1868.—Sobre as remessas de notas substituídas com desconto.	127
N. 148. — JUSTIÇA.—Aviso de 5 de Maio de 1868. — Ao Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.—Resolve duvidas a respeito da annullação de processos instaurados pelos Juizes Municipaes e Subdelegados.....	128
N. 149. — JUSTIÇA.—Aviso de 6 de Maio de 1868. — Ao Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.—Decide duvidas a respeito de uma sessão do Tribunal do Jury, presidida por um Vereador da Camara Municipal, que procedera a novo sorteio de Jurados.....	129
N. 150. — FAZENDA.—Em 6 de Maio de 1868. — Os Collectores e seus Escrivães não tem direito á commissão de um por cento de quantias applicadas a despezas legaes nas respectivas Collectorias..	130
N. 151. — FAZENDA.—Em 6 de Maio de 1868.—Recurso sobre multa imposta a um capitão de navio por não ter tomado no devido prazo o ancoradouro que lhe fôra designado.....	130
N. 152. — FAZENDA.—Em 7 de Maio de 1868.—Approva a resolução da Thesouraria do Piahy de mandar substituir sem desconto uma quantia em notas de 50000 da 5. ^a estampa e de 100000 da 2. ^a , pertencente á Fazenda Provincial.....	132
N. 153. — JUSTIÇA.—Aviso de 7 de Maio de 1868. — Ao Presidente da Provincia do Ceará.—Declara que não podem servir os cargos de supplente do Juiz Municipal, Escrivão e Partidor parentes dentro dos grãos prohibidos.....	132
N. 154. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Em 7 de Maio de 1868.—Communica que o transporte diario mandado abonar aos Engenheiros só deve ser percebido quando viajarem em commissão do serviço.....	133
N. 155. — FAZENDA.—Em 8 de Maio de 1868.—Approva a resolução da Thesouraria de Goyaz relativa á pratica que estabeleceu para o pagamento dos vencimentos aos Empregados da Policia e Correo.....	134
N. 156. — JUSTIÇA.—Aviso de 8 de Maio de 1868. — Ao Juiz Municipal da 3. ^a Vara da Corte.—Decide que a substituição dos Juizes do Commercio deve ser regulada pela doutrina do Decreto n.º 133 de 26 de Fevereiro de 1842, combinado com o de n.º 1909 de 28 de Março de 1857.....	134
N. 157. — GUERRA.—Em 8 de Maio de 1868.—Declara o caso em que pôde ser dispensado o deposito da caução, que se exige como garantia nos contractos de fornecimento do Arsenal de Guerra da Corte.....	135
N. 158. — IMPERIO.—Em 8 de Maio de 1868.—Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.—Declara	

	PÁGS.
incompatível o exercício dos cargos de Fiscal e Subdelegado.....	136
N. 139. — FAZENDA.—Em 8 de Maio de 1868.—A's Repartições dos diversos Ministerios competem d'ora em diante os exames prévios das contas que tiverem de ser pagas pelo Thesouro.....	137
N. 160. — FAZENDA.—Em 9 de Maio de 1868.—Declara que não estão sujeitos á fiança por parte do Governo, os Empregados da Companhia da estrada de ferro de S. Paulo.....	137
N. 161. — IMPERIO.—Em 9 de Maio de 1868.—Ao Presidente da Provincia do Amazonas.—Declara incompatível o exercício dos cargos de Fiscal e Professor publico.....	138
N. 162. — FAZENDA.—Em 11 de Maio de 1868.—Indefere a pretensão de um 3.º Escripturario da Alfandega de Porto Alegre aos vencimentos do lugar de 2.º Conferente, que exerceu interinamente, visto não dar-se substituição neste caso.....	139
N. 163. — FAZENDA.—Em 13 de Maio de 1868.—Corrige o Aviso dirigido á Directoria das Rendas em 24 de Março ultimo, sobre a applicação do imposto pessoal aos individuos residentes nesta Corte, que vão passar o verão em Petropolis....	140
N. 164. — FAZENDA.—Em 13 de Maio de 1868.—Nega á viúva de um Official do Exercito casada por procuração, estando o Official ausente no Paraguay, onde falleceu, o direito ao respectivo meio soldo.....	140
N. 165. — FAZENDA.—Em 13 de Maio de 1868.—Declara quaes as autoridades competentes para passarem attestados aos Vigarios de sua frequência nas respectivas freguezias.....	141
N. 166. — IMPERIO.—Em 13 de Maio de 1868.—Ao Visitador Apostolico da Provincia Carmelitana Fluminense.—Declara que os Superiores das Ordens Regulares são os competentes para passarem carta de liberdade aos escravos das mesmas Ordens.....	142
N. 167. — GUERRA.—Circular de 13 de Maio de 1868.—Prohibe o abono do transporte para esta Corte ás praças, ás quaes se tem concedido licenças para esperarem nas Provincias de sua residencia a decisão de reforma ou pensão.....	143
N. 168. — IMPERIO.—Em 14 de Maio de 1868.—Ao Presidente da Provincia do Paraná.—Declara que o facto de continuar o Escrivão de Paz no exercício de suas funcções quando faz parte da Junta de Qualificação não é por si só sufficiente para se annullarem os trabalhos da mesma Junta.	143
N. 169. — FAZENDA.—Em 14 de Maio de 1868.—Solve duvidas da Directoria Geral da Contabilidade relativamente ás substituições dos Chefes de Secção.	144

N. 170. — FAZENDA. — Em 14 de Maio de 1868. — O desconto da porcentagem dos Empregados das Alfandegas, em serviço no Thesouro ou nas Thesourarias, só tem lugar quando elles são mandados para taes Repartições como medida correccional.....	143
N. 171. — FAZENDA. — Em 14 de Maio de 1868. — Dá provimento por equidade ao recurso do Fiel de um Thesoureiro interino reclamando os vencimentos do Thesoureiro dos dias em que o mesmo estivera com licença; mas nota a irregularidade de permittir-se que o recorrente servisse como Thesoureiro.	146
N. 172. — FAZENDA. — Em 14 de Maio de 1868. — O Fiel de Thesoureiro interino não deve substituir o mesmo Thesoureiro nos casos de licença e outros desta natureza.....	147
N. 173. — FAZENDA. — Em 13 de Maio de 1868. — Confirma o despacho da Recebedoria sujeitando a revalidação uns recibos de mestres de obras, por serem taes recibos verdadeiros títulos de exoneração de obrigação.....	148
N. 174. — JUSTIÇA. — Aviso de 13 de Maio de 1868. — Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes. — Resolve duvida a respeito da incompatibilidade entre os cargos de Promotor Publico e Delegado de Policia, exercidos por dous irmãos.....	149
N. 175. — JUSTIÇA. — Aviso de 13 de Maio de 1868. — Ao Presidente de S. Paulo. — Declara que os processos verbaes de conciliação e de alçada dos Juizes de Paz se fazem por um termo, lançado no protocollo, em que assignão o Juiz, Escrivão, partes e testemunhas.....	150
N. 176. — MARINHA. — Aviso de 13 de Maio de 1868. — Manda adoptar o regimento de signaes, confeccionado pelo 1.º Tenente Joaquim Gonçalves Martins.....	151
N. 177. — FAZENDA. — Em 16 de Maio de 1868. — Approva uma decisão revogando o lançamento dos bens de uma casa de Misericordia para a cobrança da decima adicional das corporações de mão morta.....	151
N. 178. — FAZENDA. — Em 16 de Maio de 1868. — Resolve que ao contractador de um fornecimento de calçado para o exercito se restitua a respectiva importancia dos direitos de consumo e frete, que lhe fôra impugnada até que satisfizesse a revalidação do sello do seu contracto.....	152
N. 179. — FAZENDA. — Em 16 de Maio de 1868. — Trata de um recurso de decisão da Thesouraria de Sergipe recusando aceitar o que a parte interpuzera da Collectoria da Cidade de Laranjeiras, sobre multa, e revalidação de uma letra apresentada ao sello com a data do pertence emendada.....	153

N. 189. — FAZENDA. — Em 16 de Maio de 1868. — Declara que o § 3.º do art. 29 do Decreto n.º 1133 de 26 de Abril proximo passado, não comprehende os casos de sahida dos Empregados a qualquer hora para voltarem antes de findo o expediente.....	153
N. 181. — FAZENDA. — Em 18 de Maio de 1868. — Os pedidos de alforrias dos escravos da Nação devem ser acompanhados dos termos de avaliação, e só depois da entrega do valor desta se passam as cartas.....	156
N. 182. — FAZENDA. — Em 18 de Maio de 1868. — Autorisa a Thesouraria do Maranhão a passar carta de liberdade a uma escrava da Nação e a um seu filho menor, com tanto que, relativamente a este, alguém se responsabilise pela sua criação e educação.....	157
N. 183. — FAZENDA. — Em 19 de Maio de 1868. — Autorisa o pagamento de dividas de exercicios findos, declarando que um Administrador de Mesa de Rendas não deve ser admittido como credor do ordenado do Juiz Municipal do Termo.....	157
N. 181. — FAZENDA. — Em 19 de Maio de 1868. — Declara que a restituição pretendida por um estudante da Faculdade de Medicina da Bahia, da respectiva matrícula paga por duplicata, é da competencia da Recebedoria da mesma Provincia.....	158
N. 185. — FAZENDA. — Em 19 de Maio de 1868. — Indiferimento da reclamação do Commandante da Corveta <i>Nietheroy</i> contra o desconto de 3 %/o feito em seus vencimentos pelas Thesourarias da Bahia e Para.....	159
N. 186. — FAZENDA. — Em 20 de Maio de 1868. — Declara ter sido aceita, sob certas clausulas, a proposta do Presidente da Companhia de Navegação e Commercio do Amazonas, de estender a segunda linha da sua navegação até a cidade do Loreto no Peru.....	160
N. 187. — FAZENDA. — Em 20 de Maio de 1868. — Sobre a irregularidade commettida na Thesouraria do Espirito Santo, de applicar-se a despezas da caixa geral sommas em notas novas de 1\$000 e 2\$000, exclusivamente destinadas á substituição das de 5\$000 da 1.ª estampa para o que fora creada uma caixa especial.....	161
N. 188. — JUSTIÇA. — Aviso de 20 de Maio de 1868. — Ao Presidente da Provincia de S. Paulo. — Decide duvidas a respeito do Regimento de custas.....	163
N. 189. — JUSTIÇA. — Aviso de 23 de Maio de 1868. — Declara que os passaportes expedidos pelas autoridades brasileiras, de conformidade com os arts. 1.º, 4.º e 5.º do Regulamento, mandado observar pelo Decreto n.º 1176 de 6 de Maio de 1868, devem ter pargos.....	164

PAGS.

N. 190. — FAZENDA. — Em 23 de Maio de 1868. — Sobre licenças concedidas pelas Presidencias das Províncias aos Empregados de Fazenda.....	161
N. 191. — GUERRA. — Em 23 de Maio de 1868. — Declara a quem compete a immediata fiscalisação do serviço da pharmacia do Hospital Militar Provisorio do Andarahy.....	163
N. 192. — GUERRA. — Em 23 de Maio de 1868. — Declara como devem ser organisados os orçamentos para avaliações de etapas.....	166
N. 193. — GUERRA. — Em 23 de Maio de 1868. — Declara por onde devem ser passadas as certidões de documentos existentes nas Repartições annexas á Secretaria da Guerra.....	166
N. 194. — AGRICULTURA, COMMERCIO, E OBRAS PUBLICAS. — Em 23 de Maio de 1868. — Manda executar as Instrucções para a estrada de ferro do Paraguassú, na provincia da Bahia.....	167
N. 195. — IMPERIO. — Em 26 de Maio de 1868. — Dá provisoriamente Regimento interno ao Instituto dos surdos mudos.....	183
N. 196. — FAZENDA. — Em 26 de Maio de 1868. — As concessões de pennas d'agua e alterações supervenientes, devem ser communicadas directamente á Recebedoria.....	191
N. 197. — FAZENDA. — Em 27 de Maio de 1868. — Annulla um concurso para o preenchimento de lugares de Praticantes, por não se terem guardado as prescripções legais que menciona.....	191
N. 198. — FAZENDA. — Em 27 de Maio de 1868. — Declara que o Aviso do Ministerio da Guerra de 23 de Maio de 1866 não modificou a Circular do da Fazenda de 20 de Fevereiro de 1861, senão na parte relativa a fés de officio.....	192
N. 199. — IMPERIO. — Em 27 de Maio de 1868. — Ao Presidente da Provincia da Bahia. — Declara que os Desembargadores da Relação Metropolitana, e alguns outros funcionarios ecclesiasticos, não percebem os respectivos vencimentos quando licenciados.....	193
N. 200. — FAZENDA. — Em 28 de Maio de 1868. — Marca novo limite á emissão do Banco da Bahia.....	200
N. 201. — FAZENDA. — Em 28 de Maio de 1868. — Indeferê a pretensão da viuva de um Official — de desistir do meio soldo que lhe competir em favor de seus filhos.....	201
N. 202. — FAZENDA. — Em 28 de Maio de 1868. — Marca novo limite á emissão do banco do Maranhão.....	201
N. 203. — FAZENDA. — Em 30 de Maio de 1868. — Provimto de um recurso sobre indemnisação de meandorias extraviadas.....	202

N. 204. — MARINHA. — Aviso de 1 de Junho de 1868. — Regula o concurso para o provimento dos lugares de Praticante e Amanuense da Secretaria de Marinha.....	203
N. 205. — FAZENDA. — Em 2 de Junho de 1868. — O Collector ou Agente Fiscal encarregado da arrecadação do sello deve ler os títulos que lhe são apresentados tanto para o sello fixo como para o proporcional, a fim de conhecer a natureza delles.....	205
N. 206. — FAZENDA. — Em 2 de Junho de 1868. — As custas devidas ao Juizo do Commercio que comparece no lugar do naufragio de qualquer embarcação, pertence a elle requerel-as a quem de direito for, e não a Alfandega verificar a despeza pelo producto dos salvados.....	206
N. 207. — GUERRA. — Em 6 de Junho de 1868. — Approva o preço de quarenta e cinco réis para cada letra das bandeirolas das faixas.....	207
N. 208. — GUERRA. — Em 10 de Junho de 1868. — Declara as condições, sob as quaes é permitido o arreambamento de alguns empregados do Hospital Militar provisório em Andaraby.....	207
N. 209. — FAZENDA. — Em 12 de Junho de 1868. — Declara que bem procedeu o Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Piahy, desapprovando o procedimento da Alfandega da Parnahyba quanto ao aluguel de um armazem, alugado para o recolhimento de parte do carregamento da escuna hamburgueza <i>Kerkivieder</i> ...	208
N. 210. — FAZENDA. — Em 12 de Junho de 1868. — Os officiaes embarcados em transportes, ainda mesmo em serviço de guerra, e os embarcados em navios de guerra fora da campanha, não estão isentos do imposto de 3 %.....	209
N. 211. — FAZENDA. — Em 13 de Junho de 1868. — Approva o contracto celebrado pela Thesouraria de Santa Catharina para o arrendamento de uma casa para servir de Alfandega da mesma Provincia, e indica diversas clausulas em additamento as contidas no citado contracto.....	209
N. 212. — GUERRA. — Em 13 de Junho de 1868. — Declara sem effeito o Aviso de 20 de Julho de 1863, que mandou observar na Provincia de S. Pedro do Sul as disposições da Lei n.º 631 de 18 de Setembro de 1851.....	211
N. 213. — IMPÉRIO. — Em 13 de Junho de 1868. — Ao Presidente da Provincia do Pará. — Declara que, havendo em uma parochia mais de um districto de Paz, o cidadão só pode votar para Juizes de Paz do districto em que está qualificado.....	211
N. 214. — FAZENDA. — Em 15 de Junho de 1868. — Transmitta por copia as ordens n.ºs 92 e 93, dirigidas a Thesouraria da Bahia supprimindo nella varios trabalhos.....	212

PAGS.

- N. 213. — FAZENDA. — Em 15 de Junho de 1868. — Supprime diversos trabalhos na Thesouraria de Fazenda da Bahia. 212
- N. 216. — FAZENDA. — Em 15 de Junho de 1868. — Declara que os assentamentos dos vencimentos dos Empregados activos e inactivos e dos Pensionistas não dependem de requerimento das partes, visto ser objecto de mero expediente e que não estão sujeitos ao pagamento do sello as cautelas provisórias que se dão aos compradores de Apolices; e approva diversas providencias tomadas pelo Inspector da Thesouraria de Fazenda da Bahia. 213
- N. 217. — FAZENDA. — Em 17 de Junho de 1868. — Approva o procedimento do Inspector da Thesouraria do Espírito Santo, permitindo que o Administrador nomeado para uma Mesa de Rendas entrasse em exercicio antes de especialisar a hypotheca e recommenda que marque ao dito exactor prazo para especialisar e inserever a mesma hypotheca. 213
- N. 218. — FAZENDA. — Em 17 de Junho de 1868. — O art. 17 do Decreto n.º 4133 de 6 de Abril proximo passado que vedou a nomeação de Empregados aposentados para empregos ou commissões do Ministerio da Fazenda, não se entende com os que já servião naquella data. 216
- N. 219. — GUERRA. — Em 17 de Junho de 1868. — Declara como deve ser feita a medição dos terrenos pedidos por aforamento na Fabrica da Polvora da Estrella. 216
- N. 220. — GUERRA. — Em 17 de Junho de 1868. — Declara que devem ser submittidas ao Governo Imperial as pretensões relativas á admissão a exames como provas prévias de que trata o art. 213 do Regulamento vigente. 217
- N. 221. — GUERRA. — Em 17 de Junho de 1868. — Declara como devem ser fornecidas as dietas, que se achão prescriptas para os enfermos do Hospital Militar provisório de Andarahy. 218
- N. 222. — FAZENDA. — Em 18 de Junho de 1868. — Os Empregados que percebião gratificação por contarem mais de 30 annos de serviço, antes da publicação do Decreto n.º 4133 de 6 de Abril proximo passado, devem continuar a perceber-a. 218
- N. 223. — FAZENDA. — Em 18 de Junho de 1868. — Declara que os collectados, cujo valor locativo dos predios fôr inferior a 120\$000, não estão sujeitas ao imposto pessoal, e dá diversas providencias para a boa execução do Regulamento de 28 de Dezembro do anno proximo preterito. 219
- N. 224. — FAZENDA. — Em 19 de Junho de 1868. — Indefere um recurso sobre multa de direitos em dobro, imposta pela Alfandega do Rio de Janeiro proveniente de excesso de peso de 3 caixas com sabonetes. 220

	PÁGS.
N. 225. — FAZENDA. — Em 19 de Junho de 1868. — Só devem ser incluídos no lançamento para a cobrança do imposto de 3 % os prédios cuja renda for de 120\$ para cima.....	221
N. 226. — FAZENDA. — Em 19 de Junho de 1868. — A dívida de impostos pertencente a exercícios anteriores a Lei n.º 1307 de 26 de Setembro do anno proximo passado, não está sujeita à multa de 6 % de que trata o art. 30 da mesma Lei.....	221
N. 227. — FAZENDA. — Em 19 de Junho de 1868. — Remette a tabella dos vencimentos que deve perceber a tripulação do Hiate denominado <i>Cruzeiro do Sul</i> , mandado construir para servir de barca devigia na Alfandega do Maranhão; e autorisa a despesa com a aquisição do equipamento e material necessario ao mesmo Hiate.....	222
N. 228. — FAZENDA. — Em 20 de Junho de 1868. — Declara em vigor, até ulterior deliberação, a Circular de 3 de Outubro do anno passado sobre a venda de apolices.....	223
N. 229. — FAZENDA. — Em 22 de Junho de 1868. — Dá provimento ao recurso interposto de uma decisão da Alfandega do Rio de Janeiro, que negou o levantamento do deposito do producto liquido da arrematação de 41 caixas com rapé; e manda calcular os direitos devidos á Fazenda á razão de 30 % do mesmo producto, na forma do art. 200 da Tarifa.....	224
N. 230. — FAZENDA. — Em 22 de Junho de 1868. — Indefere o requerimento da Mesa Administrativa da Santa Casa de Caridade da villa de Curvello, pedindo que o producto do beneficio das loterias concedidas para a fundação da mesma casa seja-lhe entregue em apolices.....	225
N. 231. — IMPÉRIO. — Em 26 de Junho de 1868. — Declara que o Vice-Presidente de Provincia em exercicio, substituindo o Presidente que é membro da Assembléa Geral Legislativa, só tem direito ao ordenado integral desde o dia em que o Presidente começar a perceber subsidio como Senador ou Deputado até ao do encerramento da sessão.....	226
N. 232. — FAZENDA. — Em 27 de Junho de 1868. — Dá provimento a um recurso da decisão da Alfandega do Rio de Janeiro, relativamente ao pagamento dos direitos em dobro das differenças encontradas em umas madeiras submettidas a despacho.....	227
N. 233. — FAZENDA. — Em 27 de Junho de 1868. — Approva a divisão do Municipio da Corte para o lançamento de todos os impostos no exercicio de 1868-69, e espacia o prazo para o pagamento do imposto pessoal no mesmo exercicio.....	229

- N. 234. — IMPERIO. — Em 27 de Junho de 1868. — Ao Presidente da Provincia do Piahy. — Declara que não tem lugar a conversão obrigatoria dos bens patrimoniaes da Matriz da Villa de Piracuruca em apolices da divida publica, visto que, tendo sido esses bens adquiridos por titulo legitimo antes da promulgação do Decreto n.º 1225 de 20 de Agosto de 1864, estão garantidos pelas palavras finaes do art. 2.º do mesmo Decreto.... 229
- N. 235. — GUERRA. — Em 1 de Julho de 1868. — Declara que aos empregados, que não percebem gratificação, se deve nos seus impedimentos justificados descontar um terço do respectivo ordenado..... 230
- N. 236. — FAZENDA. — Em 1 de Julho de 1868. — Declara ter sido revogada a clausula 17 do contracto celebrado com a Companhia Brasileira de Paquetes a vapor, subsistindo porém o desconto de 10 % aos passageiros e cargas do Governo, de que trata a clausula 18 do citado contracto.. 231
- N. 237. — FAZENDA. — Em 2 de Julho de 1868. — A multa de 6 % creada pela Lei n.º 1507 de 26 de Setembro do anno proximo passado só é applicavel aos impostos e rendas lançados dos exercicios de 1867—1868 e seguintes, e quando são pagos depois dos prazos estabelecidos..... 232
- N. 238. — FAZENDA. — Em 2 de Julho de 1868. — Solve duvidas ácerca do art. 29 do Decreto n.º 4153 de 6 de Abril proximo passado, que reformou o Thesouro e Thesourarias de Fazenda..... 232
- N. 239. — FAZENDA. — Em 2 de Julho de 1868. — A multa de 6 % de que trata o art. 30 da Lei n.º 1507 de 26 de Setembro do anno proximo passado, só deve ser cobrada dos impostos lançados no exercicio de 1867—68 e seguintes e não pagos nos prazos marcados..... 233
- N. 240. — FAZENDA. — Em 2 de Julho de 1868. — Devem ser feitos pelas proprias Repartições os calculos arithmeticos de todos os documentos relativos a fornecimentos; bem como ás despesas com serventes, ferias de operarios e expediente dos Ministerios e outras Repartições 234
- N. 241. — FAZENDA. — Em 3 de Julho de 1868. — Indica diversas irregularidades havidas no termo de fiança de Thesoureiro de uma Alfandega 235
- N. 242. — FAZENDA. — Em 3 de Julho de 1868. — Declara que não podendo o escravo adquirir por titulo de successão a herança de seu filho em estado de liberdade, não lhe é concedido transmittir a terceiro aquillo que não pôde adquirir. 236
- N. 243. — FAZENDA. — Em 4 de Julho de 1868. — Manda arrecadar o imposto pessoal no exercicio de 1867—68 embora não se tenha procedido ao respectivo lançamento na fórma do Decreto n.º 4052 de 28 de Dezembro do anno proximo passado .. 237

N. 244. — FAZENDA. — Em 4 de Julho de 1868. — Compete ao Escrivão nomeado para a Collectoria propor o ajudante que sirva de Escrivão do lançamento onde não possa ser feito pelo Collector.	233
N. 245. — FAZENDA. — Em 4 de Julho de 1868. — Os professores publicos, cujos vencimentos forem inferiores a 1:000:000 estão sujeitos ao imposto pessoal.	233
N. 246. — FAZENDA. — Em 4 de Julho de 1868. — Determina que nos lugares em que não se tiver procedido até o fim de Junho proximo passado ao lançamento do imposto pessoal do exercicio de 1867-68, proceda e a cobrança pelo lançamento do corrente exercicio.	239
N. 247. — FAZENDA. — Em 4 de Julho de 1868. — Espaca o lançamento do imposto pessoal para o exercicio de 1867-68, nas Cidades, Villas e Povoações do interior.	240
N. 248. — FAZENDA. — Em 4 de Julho de 1868. — As licenças para o despacho fora dos lugares habilitados, só podem ser concedidas pelas Presidencias nos termos do art. 318, § 6.º do Regulamento das Alfandegas.	241
N. 249. — FAZENDA. — Em 4 de Julho de 1868. — Approva a resolução tomada pela Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia quanto ao art. 742 da Tarifa das Alfandegas, relativamente a taxa a que estão sujeitos os chapéos de pelto ou de tecidos para meeiros.	242
N. 250. — FAZENDA. — Em 7 de Julho de 1868. — Declara que as adjudicações a Fazenda Provincial da taxa de heranças e legados estão sujeitas a siza.	242
N. 251. — FAZENDA. — Em 10 de Julho de 1868. — Ordena o rigoroso cumprimento do art. 4.º do Decreto n.º 138 de 8 de Maio de 1842.	243
N. 252. — FAZENDA. — Em 10 de Julho de 1868. — Declara serem admissiveis as cessões e transferencias de arrendamento de terrenos diamantinos.	243
N. 253. — FAZENDA. — Em 10 de Julho de 1868. — Declara competir a um Official da Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura os vencimentos da tabela annexa ao Decreto n.º 4167 de 29 de Abril proximo passado, embora esteja no gozo de um anno de licença, que lhe foi concedida em 1867.	244
N. 254. — IMPERIO. — Em 10 de Julho de 1868. — Ao Director da Faculdade de Direito do Recife. — Declara que a 2.ª matrícula dos estudantes pôde ser feita depois do prazo competente.	245
N. 255. — GUERRA. — Em 11 de Julho de 1868. — Declara como deve ser paga a importancia da lavagem da roupa de cama dos Aprendizizes Artífices, e como se deve effectuar as mudanças da mesma roupa.	245

N. 256. — FAZENDA. — Em 11 de Julho de 1868. — Os manifestos não podem ser considerados regulares se não contiverem as formalidades e solemnidades prescriptas nos arts. 399 e 400 do Regulamento das Alfandegas.....	246
N. 257. — FAZENDA. — Em 11 de Julho de 1868. — Manda recommendar ao Consul do Brasil em New-York a religiosa observancia e guarda das disposições dos arts. 497 e 417 do Regulamento das Alfandegas de 19 de Setembro de 1869.....	247
N. 258. — FAZENDA. — Em 13 de Julho de 1868. — As demissões dos Administradores de Mesas de Rendas e Collectores das Províncias devem ser solicitadas dos Inspectores das Thesourarias, e não do Ministério da Fazenda.....	248
N. 259. — FAZENDA. — Em 14 de Julho de 1868. — Nega provimento a um recurso sobre revalidação de sello proporcional, que deixou de ser pago em um contracto de cessão ou traspasso.....	248
N. 260. — FAZENDA. — Em 14 de Julho de 1868. — Declara que deve-se observar o disposto nas Ordens expedidas a Alfandega do Rio de Janeiro em 28 de Maio de 1864 e 12 de Outubro de 1866, nos casos em que se der differença de qualidade nas mercadorias submettidas a despacho.....	250
N. 261. — FAZENDA. — Em 14 de Julho de 1868. — Approva a decisão da Thesouraria do Amazonas acerca da data em que devem ser cobrados os direitos em dobro e expediente dos generos estrangeiros navegados por cabotagem e livres de direitos de consumo, assim como dos generos livres em geral; e solve duvidas acerca do art. 34 da Lei n.º 4397 de 26 de Setembro de 1867.	251
N. 262. — FAZENDA. — Em 14 de Julho de 1868. — Declara não poder ser cumprido um Precatorio dirigido ao Thesouro pelo Juiz Municipal Supplente da 2.ª vara da Corte, pelos motivos abaixo mencionados.....	252
N. 263. — FAZENDA. — Em 14 de Julho de 1868. — Approva o pagamento feito pela Thesouraria de Minas Geraes, da diaria de 108000 ao Juiz dos Feitos da Fazenda durante a viagem que fez á fazenda — Mello —, e reduz a 48000 a diaria de 68000 marcada aos Officiaes de Justiça que acompanhão o mesmo Juiz.....	253
N. 264. — FAZENDA. — Em 21 de Julho de 1868. — Indica a maneira por que deve proceder a Thesouraria de Goyaz a fim de conseguir que os Collectores cumprão com seus deveres.....	254
N. 265. — GUERRA. — Em 22 de Julho de 1868. — Manda admitir alguns escravos de particulares nas obras da 2.ª divisão da Fabrica da Polvora da Estrella, até que appareçam pessoas livres para os substituir.....	255

- N. 266. — FAZENDA. — Em 23 de Julho de 1868. — Ordena que os Balanços definitivos e Orçamentos sejam remettidos ao Thesouro até o fim de Dezembro e recommenda a maior regularidade na remessa dos Balanços mensaes 256
- N. 267. — JUSTIÇA. — Aviso de 23 de Julho de 1868. — Ao Presidente da Província de Santa Catharina. — Decide quando deve ser considerada installada uma nova Comarca..... 256
- N. 268. — JUSTIÇA. — Aviso de 23 de Julho de 1868. — Ao Presidente da Província das Alagoas. — Declara que o Official da Guarda Nacional que accita e exerce funções do seu posto, tacitamente renuncia o cargo de supplente do Juizo Municipal..... 257
- N. 269. — GUERRA. — Em 23 de Julho de 1868. — Declara por quem devem ser rubricados os prets das escoltas da Guarda Nacional, que acompanham praças designadas para o serviço do Exercito..... 258
- N. 270. — FAZENDA. — Em 24 de Julho de 1868. — Os moradores das Ilhas comprehendidas no Municipio a que pertencer a Collectoria estão sujeitos ao imposto pessoal e à taxa dos escravos..... 258
- N. 271. — FAZENDA. — Em 25 de Julho de 1868. — Os Inspectores das Thesourarias não devem somente reportar-se aos attestados de medicos, apresentados pelos Empregados que solicitarem licenças; porém manifestarem claramente a sua opinião. 260
- N. 272. — FAZENDA. — Em 27 de Julho de 1868. — Declara ter sido deferido o recurso do Pagador da extincta 1.^a Pagadoria da decisão do Tribunal do Thesouro que o julgou responsavel pelo desfalque causado ao mesmo Thesouro por dous Empregados da dita Pagadoria..... 260
- N. 273. — JUSTIÇA. — Aviso de 27 de Julho de 1868. — Ao Presidente da Província do Ceará. — Declara que, nos processos instaurados contra praças pelo crime de ferimento em pessoas, que se oppõem a uma diligencia, compete aos Juizes Municipaes verificar a justificativa do executor de diligencia para julgar improcedente o summario..... 263
- N. 274. — JUSTIÇA. — Aviso de 28 de Julho de 1868. — Ao Presidente da Província do Rio Grande do Sul. — Declara que não compete ao Governo Geral resolver uma questão de incompatibilidade entre os cargos de Secretario da Camara Municipal e Delegado de Policia..... 264
- N. 275. — GUERRA. — Em 28 de Julho de 1868. — Declara que o abono da etapa a Officiaes presos na Fortaleza de Santa Cruz deve começar do dia da sua entrada na mesma Fortaleza..... 265
- N. 276. — GUERRA. — Em 29 de Julho de 1868. — Declara que as praças do Exercito (Inferiores, Ca-

- detes e Soldados) que, tendo terminado o seu tempo de serviço, novamente se engajarem, devem ser consideradas como Voluntários da Pátria, e como taes tem direito ás respectivas vantagens. 263
- N. 277. — GUERRA.— Em 29 de Julho de 1868. — Declara que as rações, que percebem os Empregados do Hospital Militar provisório do Andarahy, podem ser fornecidas em generos, cessando as gratificações abonadas para esse fim 266
- N. 278. — JUSTIÇA.— Aviso de 29 de Julho de 1868. — Ao Presidente do Tribunal da Relação do Maranhão.— Resolve varias duvidas occorridas na pratica e execução das leis 267
- N. 279. — JUSTIÇA.— Em 29 de Julho de 1868.— Resolve duvidas a respeito de Officiaes da Guarda Nacional, que, por motivo de molestia, são dispensados do serviço de guerra, e dos que tem honras de postos no Exército; e declara que as isenções do Decreto n.º 3371 de 7 de Janeiro de 1863 aproveita somente as praças de pret..... 268
- N. 280. — FAZENDA.— Em 29 de Julho de 1868.— Indefere um recurso interposto da decisão da Thesouraria da Bahia que considerou sujeita á armazenagem uma porção de polvora pelo tempo da demora que tivesse no deposito publico, depois de despachada e pagos os competentes direitos de consumo 270
- N. 281. — FAZENDA.— Em 29 de Julho de 1868.— Só no caso de serem as licenças concedidas pelas Presidencias de Provincia aos Empregados publicos para tratarem de sua saude, se lhes deverão abonar os vencimentos que competem por lei aos impedidos..... 271
- N. 282. — JUSTIÇA.— Aviso de 30 de Julho de 1868. — Ao Presidente da Provincia do Amazonas.— Declara que a demissão extingue a pena de suspensão, a qual não comprehende empregos futuros em que possa o réo servir..... 271
- N. 283. — FAZENDA.— Em 31 de Julho de 1868.— Declara que os Collectores não podem servir de Contadores do Juizo onde residem; cumprindo-lhes, porém, promover a cobrança dos impostos, cujo producto tem de recolher em épocas fixas aos cofres publicos, quer esta cobrança se effectue administrativa, quer judicialmente..... 273
- N. 284. — JUSTIÇA.— Aviso de 31 de Julho de 1868.— Ao Presidente da Provincia de Sergipe.— Declara que o Official da Guarda Nacional pôde accitar e exercer o emprego de substituto do Juiz Municipal 274
- N. 285. — JUSTIÇA.— Aviso de 31 de Julho de 1868.— Ao Presidente da Provincia de S. Paulo.— Decide que quando a reunião do Jury concorre com o acto da correição, deve esta ser pro-

	PAGS.
gada nos termos do art. 3.º do Decreto n.º 831 de 2 de Outubro de 1831.....	271
N. 236. — GUERRA. — Em 31 de Julho de 1838. — Declara que a despesa com o funeral de Officiaes pobres deve ser reduzida ao que for absolutamente indispensavel.....	273
N. 237. — GUERRA. — Em 3 de Agosto de 1838. — Declara que aos empregados do Hospital Militar Provisorio do Ambulaby, que não tem direito ás rações, podem ser estas fornecidas (3 preparadas pelo mesmo Hospital), dando-se a competente indemnisação.....	276
N. 238. — FAZENDA. — Em 4 de Agosto de 1838. — Remette a tabella annexa das quantias que se devem abonar aos Empregados occupados com as medições e demarcações dos terrenos de matilhas.....	276
N. 239. — JUSTIÇA. — Aviso de 3 de Agosto de 1838. — Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro. — Não ha contradicção entre os Avisos de 23 de Março de 1831 e n.º 332, de 13 de Novembro de 1834: o primeiro estabelece que é indispensavel licença do Juiz competente de, para casamento de orphãos menores; e o segundo que incorre nas penas do Código Criminal o Sacerdote, que recebe em matrimonio contrahentes não habilitados na conformidade das leis.....	278
N. 240. — JUSTIÇA. — Aviso de 3 de Agosto de 1838. — Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro. — Decide que não existe incompatibilidade entre o officio de Depositario Publico e o emprego de Escriva da Chancellaria, quando é pequeno o numero dos depositos.....	279
N. 241. — IMPERIO. — Circular de 3 de Agosto de 1838. — Aos Presidentes de Provincia. — Ordena a expedicção das ordens necessarias para proceder-se no ultima domingo do mez de Janeiro de 1839 a eleição de electores que tem de eleger os novos Deputados, em consequencia da dissolução da Camara temporaria.....	280
N. 242. — AGRICULTURA, COMMERÇO E OBRAS PUBLICAS. — Em 3 de Agosto de 1838. — Declara que não é lícito ao Poder Judiciario alterar as cartas impetidas pelo Governo as companhias anonymas.....	281
N. 243. — GUERRA. — Em 6 de Agosto de 1838. — Declara que os Officiaes reformados, quando em servico activo, não podem accumular o soldo da reforma com o da commissão.....	282
N. 244. — JUSTIÇA. — Circular de 6 de Agosto de 1838. — Estabelece os modelos para os mappas demonstrativos das distancias entre as cabeças de Comarca das Provincias, e entre ellas e as de suas confluentes.....	283

N. 295. — GUERRA. — Em 11 de Agosto de 1863. — Declara as condições com que podem ser accitas as amostras dos concurrentes aos fornecimentos do Arsenal de Guerra da Corte.....	236
N. 296. — FAZENDA. — Em 11 de Agosto de 1863. — Manda abonar ao bacharel Wenceslão Garcia Chaves a percentagem que lhe foi negada pela Thesouraria de Pernambuco, relativamente ao mez de Maio, das quantias arrecadadas mediante processos executivos.....	236
N. 297. — FAZENDA. — Em 11 de Agosto de 1863. — Declara que as Administrações provinciaes podem estabelecer o imposto de decima sobre as casas de conventos de Frades, porém não estão autorizadas a cobrar impostos sobre os escravos pertencentes aos mencionados Conventos.....	237
N. 298. — FAZENDA. — Em 12 de Agosto de 1863. — Approva o procedimento da Thesouraria do Ceará, mandando relaxar a prisão administrativa a que estava sujeito o ex-Thesoureiro da mesma Repartição, visto ter sido confirmada a absolvição por accordão da Relação.....	233
N. 299. — FAZENDA. — Em 12 de Agosto de 1863. — Declara que os Officiaes da Armada embarcados em transportes estão sujeitos ao imposto de 3 %...	239
N. 300. — FAZENDA. — Em 12 de Agosto de 1863. — Recommenda a maior pontualidade no pagamento dos juros das apolices da divida publica.....	209
N. 301. — FAZENDA. — Em 12 de Agosto de 1863. — Ordena que não seja, até ulterior deliberação do Governo, installada a Alfandega de S. Francisco, na Provincia de Santa Catharina.....	291
N. 302. — FAZENDA. — Em 13 de Agosto de 1863. — Indefere o requerimento dos Praticantes da Thesouraria de Fazenda do Paraná, pedindo o abono de 100,000 annuaes concedido aos individuos que se oppuzessem aos lugares que elles ora occupão.	291
N. 303. — FAZENDA. — Em 13 de Agosto de 1863. — Indefere o recurso de Monat & Borel contra a differença de direitos exigida pela Alfandega da Bahia pelo acrescimo encontrado em um despacho de chales de la.....	292
N. 304. — FAZENDA. — Em 13 de Agosto de 1863. — Declara que o Banco do Brasil não pôde fazer outras operações além das designadas nos seus estatutos, sendo-lhe por isso vedada toda e qualquer operação de cambio, seja por conta propria ou de terceiro.....	293
N. 305. — GUERRA. — Em 13 de Agosto de 1863. — Manda abonar todos os vencimentos militares a um 2.º Cirurgião contractado até a data da rescisão do seu contracto, tendo desempenhado simultaneamente com o serviço militar commissão estranha a Repartição da Guerra.....	294

N. 306. — GUERRA. — Em 13 de Agosto de 1868. — Declara que as vantagens de Major de Praça são devidas segundo o posto de quem o exercer na forma da tabella do 1.º de Maio de 1858.....	295
N. 307. — JUSTIÇA. — Aviso de 13 de Agosto de 1868. — Ao Presidente do Tribunal do Commercio da Corte. — Declara que o art. 17 do Regulamento n.º 737 de 23 de Novembro de 1830 não impõe á Praça do Commercio o dever de informar sobre a profissão habitual do commerciante matriculado	296
N. 308. — JUSTIÇA. — Aviso de 13 de Agosto de 1868. — Ao Presidente da Provincia da Parahyba. — Declara que não se pôde fazer additamento algum ao libello, depois de offerecido pela Promotoria Publica.....	297
N. 309. — IMPERIO. — Em 13 de Agosto de 1868. — Ao Director da Faculdade de Medicina da Bahia. — Declara que os alumnos do curso de pharmacia devem prestar o respectivo juramento na occasião em que o prestarem os que terminarem o curso medico.....	298
N. 310. — MARINHA. — Aviso de 13 de Agosto de 1868. — Prohibe que os commandantes e officiaes dos navios da armada conduzão a bordo generos de commercio	298
N. 311. — IMPERIO. — Em 14 de Agosto de 1868. — Ao Presidente da Provincia do Pará. — Declara não ser approvada uma despeza que fez por não ser das urgentes e indispensaveis que os Presidentes de Provincia podem autorisar.....	299
N. 312. — IMPERIO. — Em 14 de Agosto de 1868. — Ao Presidente da Provincia da Parahyba. — Declara que os Presidentes de Provincia não podem autorisar pelos creditos que lhes são concedidos para fins determinados despezas de natureza diversa, ainda que se dêem sobras nos ditos creditos.....	300
N. 313. — IMPERIO. — Em 14 de Agosto de 1868. — Ao Presidente da Provincia das Alagôas. — Declara que devem ser sempre de quantia definida os creditos abertos pelos Presidentes de Provincia sob sua responsabilidade para cada rubrica da Lei de Orcamento em que houver deficiencia .	301
N. 314. — IMPERIO. — Circular de 14 de Agosto de 1868. — Aos Presidentes. — Recommenda a observancia da Legislação que regula a autorisação de despezas pelos Presidentes de Provincia sob sua responsabilidade.....	302
N. 315. — FAZENDA. — Em 14 de Agosto de 1868. — A gratificação de 10 % não deve ser extensiva aos melhoramentos de vencimento que obtiverem os agraciados.....	303
N. 316. — FAZENDA. — Em 17 de Agosto de 1868. — Approva a deliberação da Thesouraria de Fa-	

	zenda da Bahia, relativa ao levantamento de uma quantia recolhida ao cofre publico pelos inquilinos de um sobrado pertencente a testamentaria de uma finada, em virtude de sequestro feito nos mesmos alugueis.....	301
N. 317.	— GUERRA. — Em 17 de Agosto de 1868. — Declara que o ex-Almoxarife do Hospital Militar Provisorio do Andarahy tem direito aos respectivos vencimentos até o dia, em que esteve fazendo entrega dos objectos, que estavam a seu cargo.....	303
N. 318.	— GUERRA. — Em 18 de Agosto de 1868. — Declara que nos termos de inspecção de saude dos Officiaes e praças do Exercito se deve mencionar o tempo de serviço, que contão.....	305
N. 319.	— JUSTIÇA. — Aviso de 18 de Agosto de 1868. — Ao Presidente da Provincia das Alagoas. — Decide que, quando um pai não tem bens de raiz para garantir as legittimas dos filhos menores, deve não obstante proceder á inscripção de sua hypotheca no tempo e pelo modo marcado nos §§ 17 e 22 do art. 9.º da Lei de 24 de Setembro de 1861, e nos arts. 199 e 212 do Regulamento de 26 de Abril de 1865.....	306
N. 320.	— FAZENDA. — Em 18 de Agosto de 1868. — Os direitos a deduzir das armações de aço para satas balões arrematadas para consumo, devem ser os que vigoravão na data do despacho da Inspectoria da Alfandega.....	307
N. 321.	— FAZENDA. — Em 18 de Agosto de 1868. — Dá provimento ao recurso de um Collector, interposto da decisão da Thesouraria da Bahia que o julgou sujeito ao desconto de 10 % sobre uma quantia entregue em notas de \$8000 da 5.ª estampa e 108000 còr de telha.....	308
N. 322.	— FAZENDA. — Em 19 de Agosto de 1868. — A gratificação dos dous terços dos vencimentos de que trata o art. 36 do Decreto n.º 4153 de 6 de Abril proximo passado, não deve ser abonada por serviços feitos durante a prorrogação das horas do expediente ordinario.....	309
N. 323.	— GUERRA. — Em 19 de Agosto de 1868. — Approva a medida de chamar-se por meio de annuncios a concorrência de propostas para a venda de retalhos de panno e de algodão do Arsenal de Guerra da Corte.....	310
N. 324.	— GUERRA. — Em 20 de Agosto de 1868. — Determina que se passem patentes aos individuos, a quem se tem concedido, ou se houver de conceder honras de postos militares.....	311
N. 325.	— FAZENDA. — Em 20 de Agosto de 1868. — Declara escusada a pratica de serem os documentos ou processos de despezas, depois de despachados pelos Inspectores das Thesourarias, contra-assignados pelos Contadores.....	311

N. 326. — FAZENDA. — Em 20 de Agosto de 1868. — Sobre duvidas acerca da cobrança do imposto de 3 %; e declara que o pagamento dos direitos de 5 % a que estão sujeitos os Empregados no primeiro anno de exercício, não prejudica a cobrança daquelle imposto.....	312
N. 327. — FAZENDA. — Em 20 de Agosto de 1868. — Solve duvidas acerca da cobrança do imposto de 3 %.....	314
N. 328. — FAZENDA. — Em 20 de Agosto de 1868. — Recusa a isenção de direitos para 200 barrietas com cimento destinadas ás obras da estrada de ferro da Bahia a S. Francisco, á vista do disposto na 2.ª parte da condição 8.ª do Decreto n.º 1299 de 19 de Novembro de 1859.....	315
N. 329. — FAZENDA. — Em 21 de Agosto de 1868. — Indefere um recurso interposto da decisão da Alfandega da Corte, sujeitando a pagar a taxa estabelecida no art. 437 da Tarifa, seis opheides incompletos.....	316
N. 330. — FAZENDA. — Em 22 de Agosto de 1868. — Indefere um recurso acerca do pagamento da armazenagem de 4 % de que trata o art. 694 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860 sobre a importancia dos direitos pagos relativamente a 690 barris com pólvora, que depois de despachados foram recolhidos ao deposito.....	316
N. 331. — FAZENDA. — Em 22 de Agosto de 1868. — Nas questões de qualificação de mercadorias requerendo á parte arbitramento, não lhe pôde este ser negado.....	317
N. 332. — FAZENDA. — Em 22 de Agosto de 1868. — Declara que o disposto no art. 33 do Decreto de 23 de Novembro de 1839 não faculta o pagamento de gratificações por trabalhos urgentes que não possam ser concluidos durante as horas do expediente ordinario.....	318
N. 333. — GUERRA. — Em 22 de Agosto de 1868. — Declara que não se deve passar segundas vias de títulos de engajamento.....	318
N. 334. — GUERRA. — Em 23 de Agosto de 1868. — Declara que os substitutos das praças do Exército devem ter as qualidades necessarias para o serviço militar.....	319
N. 335. — GUERRA. — Em 24 de Agosto de 1868. — Declara que os Guardas Nacionais designados para o serviço do Exército devem ser immediatamente remettidos ao Quartel General sem serem inspecionados nas Provincias.....	320
N. 336. — MARINHA. — Aviso de 24 de Agosto de 1868. — Declara como se deve proceder, quando não seja possível dar-se aos Officiaes de Fazenda conhecimento em forma dos objectos, que entregarem, por ordem do commandante.....	321

PAGS.

- N. 337. — IMPERIO. — Em 24 de Agosto de 1868. — Ao 2.º Juiz de Paz do 1.º districto da freguezia de Santa Anna. — Declara que no caso de que se trata não podem ser considerados nulos os trabalhos do Conselho municipal de recurso por ter para elles concorrido o dito Juiz de Paz que deixara de exercer as funcções de Presidente da Junta de qualificação. 322
- N. 338. — FAZENDA. — Em 24 de Agosto de 1868. — Determina que, enquanto o Ajudante do Procurador dos Feitos da Fazenda de Pernambuco não tiver outro destino, deve continuar no serviço de que estava encarregado. 324
- N. 339. — FAZENDA. — Em 24 de Agosto de 1868. — Não é necessaria a exhibição de procuração, para effectuar-se a entrega de depositos, e bem assim a compra de apolices pertencentes a terceiros. 324
- N. 340. — FAZENDA. — Em 23 de Agosto de 1868. — Resolve duvidas acerca do Regulamento de 28 de Dezembro proximo passado relativo ao imposto pessoal. 325
- N. 341. — FAZENDA. — Em 23 de Agosto de 1868. — Approva o procedimento da Thesouraria da Bahia, negando o pagamento dos juros de uma quantia pertencente a uma orphã, vencidos depois do dia do casamento, por ter ella casado sem licença do respectivo juiz. 326
- N. 342. — FAZENDA. — Em 23 de Agosto de 1868. — Indica as formalidades que se devem preencher por occasião de proceder-se á medição e avaliação de terrenos de marinha. 327
- N. 343. — JUSTIÇA. — Aviso de 23 de Agosto de 1868. — Ao Conselheiro Director Geral da Secretaria de Estado dos Negocios da Justica. — Decide que deve ser marcado prazo na fórma do art. 2.º do Decreto n.º 2012 de 4 de Novembro de 1857, aos supplementes dos Juizes Municipaes da Corte. 328
- N. 344. — IMPERIO. — Em 23 de Agosto de 1868. — Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro. — Approva a decisão que deu declarando que não podia concorrer para a organização de uma Junta de qualificação um supplente de Juiz de Paz que se achava suspenso por sentença. 329
- N. 345. — IMPERIO. — Em 23 de Agosto de 1868. — Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro. — Approvando a deliberação que tomou ordenando que um Juiz de Paz, que tinha deixado de affixar os editaes de convocação dos votantes, o fizesse, embora entre esta convocação e a eleição não se pudesse mais guardar o intersticio legal. 329
- N. 346. — GUERRA. — Em 26 de Agosto de 1868. — Declara que as baixas das praças do Exercito devem ser passadas pelos corpos, em que se acharem adidos as mesmas praças, á vista das respectivas

ordens do dia da Repartição de Ajudante General.....	330
N. 347. — FAZENDA. — Em 26 de Agosto de 1868. — Dá provimento a um recurso sobre decima de usufructo.....	330
N. 348. — FAZENDA. — Em 26 de Agosto de 1868. — Solve duvidas acerca da execução do Regulamento de 23 de Dezembro proximo passado, sobre o imposto pessoal.....	331
N. 349. — FAZENDA. — Em 26 de Agosto de 1868. — Declara que as cautelas dadas em substituição de apolices podem ser aceitas para sobre ellas constituir-se a caução ou banca dos responsaveis a Fazenda Publica e outros, e seus fiadores, e indica o que cumpre fazer em taes casos.....	332
N. 350. — FAZENDA. — Em 26 de Agosto de 1868. — Marca o limite da emissão do Banco da Bahia para o anno que findara a 22 de Agosto de 1869.....	333
N. 351. — FAZENDA. — Em 27 de Agosto de 1868. — Dá instrucções para a boa execução do art. 6.º § 2.º do Decreto n.º 453 de 6 de Abril proximo passado.....	334
N. 352. — AGRICULTURA, COMMERCIO, E OBRAS PUBLICAS. — Em 27 de Agosto de 1868. — Approva a tabella de fretes da companhia Pernambucana de navegação a vapor.....	335
N. 353. — JUSTIÇA. — Aviso de 27 de Agosto de 1868. — Ao Presidente da Provincia da Parahyba. — Declara que o Juiz de Paz, que aceita e exerce o posto de Tenente Coronel da Guarda Nacional nao renuncia o cargo.....	337
N. 354. — JUSTIÇA. — Aviso de 27 de Agosto de 1868. — Ao Presidente da Provincia da Bahia. — Decide que, quando não se consegue reunir em um termo numero preciso de jurados para o conhecimento de processos, que tenham sido submettidos a novo Jury, devem elles ser julgados no termo mais vizinho.....	337
N. 355. — JUSTIÇA. — Aviso de 28 de Agosto de 1868. — Ao Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul. — Declara que é nullo o juramento de um supplente do Juiz Municipal, prestado perante o Juiz de Direito; mas os actos por elle praticados, <i>bona fide</i> , são validos em direito.....	338
N. 356. — FAZENDA. — Em 29 de Agosto de 1868. — Manda despachar livre de direitos de importação uma machina de serrar e suas pertencas destinada ao estabelecimento que E. D. Barden pretende crear nas margens do Rio Itajahy, em Santa Catharina.....	339
N. 357. — FAZENDA. — Em 29 de Agosto de 1868. — Declara que não poderão ser approvadas as des-	

	pezas autorizadas pelas Presidencias fóra dos termos dos Decretos n.º 158 de 7 de Maio de 1848 e n.º 2384 do 1.º de Fevereiro de 1862....	340
N. 338.	— FAZENDA. — Em 29 de Agosto de 1868. — Indeferê um recurso interposto para o Conselho de Estado do despacho do Ministério da Fazenda sobre pagamento de uma letra extraviada.....	340
N. 339.	— FAZENDA. — Em 29 de Agosto de 1868. — Manda fazer effectiva a multa imposta ao Commandante de um dos corpos da Guarda Nacional, por ter deferido uma petição sem estar sellada.	341
N. 360.	— IMPERIO. — Em 2 de Setembro de 1868. — Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro. — Declara que para os actos eleitoraes, bem como para os de ordem civil a divisão que cumpre fazer respeitar é a de Provincias.....	342
N. 361.	— FAZENDA. — Em 3 de Setembro de 1868. — Os Thesoureiros das Alfandegas onde não ha Feis, não podem, nomear prepostos a seu arbitrio.....	344
N. 362.	— JUSTIÇA. — Aviso de 3 de Setembro de 1868. — Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes. — Resolve duvida sobre a presidencia do Jury, quando tiver de ser chamado o Juiz da Comarca mais proxima, de conformidade com o Decreto n.º 3373 de 7 de Janeiro de 1865.....	345
N. 363.	— JUSTIÇA. — Aviso de 3 de Setembro de 1868. — Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes. — Decide que a rubrica dos livros dos negociantes só pertence aos Tribunaes ou aos Conservadores do Commercio.....	346
N. 364.	— AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 3 de Setembro de 1868. — Manda providenciar de modo que as queimas não prejudiquem os postes e linhas telegraphicas.....	347
N. 365.	— IMPERIO. — Em 5 de Setembro de 1868. — Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes. — Declara que as alterações nas divisas de parochias só produzem effectos eleitoraes, quando tanto a parochia que perde territorio, como aquella a que este é annexado pertencem ao mesmo collegio eleitoral.....	348
N. 366.	— IMPERIO. — Em 5 de Setembro de 1868. — Ao Presidente da Provincia do Espirito Santo. — Declara nulos os trabalhos de um conselho municipal de recurso por incompetencia de um de seus membros.....	349
N. 367.	— IMPERIO. — Em 8 de Setembro de 1868. — Ao Juiz de Paz Presidente da Mesa Parochial da Freguezia de Santa Anna. — Declara como se deve proceder quando algum dos membros da mesa parochial recuse entregar a chave do cofre onde estiver encerrada a urna das cedulas.....	350

N. 368. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 8 de Setembro de 1868. — Autorisa a aceitação definitiva da estrada de ferro de S. Paulo.....	331
N. 369. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 9 de Setembro de 1868. — Sobre a intelligencia que deve ser dada á clausula 5. ^a do contracto para construcção da estrada de ferro de Paraguassú.....	333
N. 370. — JUSTIÇA. — Aviso de 10 de Setembro de 1868. — Ao Juiz de Paz da Freguezia da Guaratiba. — Resolve dvidas a respeito do Regimento de custas.....	334
N. 371. — GUERRA. — Em 10 de Setembro de 1868. — Declara como se deve effectuar o pagamento dos prets da Guarda Nacional quando destacada.....	335
N. 372. — GUERRA. — Em 10 de Setembro de 1868. — Declara como deve ser effectuada a distribuição do fardamento, a que tem direito os operarios militares dos Arsenaes de Guerra, segundo a tabella publicada na ordem do dia de 29 de Julho deste anno.....	336
N. 373. — JUSTIÇA. — Aviso de 11 de Setembro de 1868. — Ao Ministério da Fazenda. — Declara que o Escrivão dos Feitos da Fazenda pôde exercer cumulativamente o emprego de Secretario da Inspectoria Geral da Instrucção Publica.....	336
N. 374. — JUSTIÇA. — Aviso de 11 de Setembro de 1868. — Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro. — Decide que, nos termos da Circular n.º 524 de 11 de Novembro de 1862, o Juiz Municipal deve pôr o seu—Cumpra-se—nos mandados do Juizo dos Feitos assim que lhe forem apresentados pelo proprio Collector.....	337
N. 375. — JUSTIÇA. — Aviso de 11 de Setembro de 1868. — Ao Ministério da Fazenda. — Decide que, nos termos da Circular n.º 524 de 11 de Novembro de 1862, o Juiz Municipal deve pôr o seu—cumpra-se—nos mandados do Juizo dos Feitos, assim que lhe forem apresentados pelo proprio Collector.....	338
N. 376. — JUSTIÇA. — Aviso de 11 de Setembro de 1868. — Ao Presidente da Provincia da Bahia. — Decide que o Juiz de Paz que uma vez exerceu interinamente o officio de Escrivão de Orphãos não fica por isso privado do seu cargo.....	339
N. 377. — GUERRA. — Em 11 de Setembro de 1868. — Da providencias a respeito da lavagem da roupa dos aprendizes artilheiros.....	360
N. 378. — IMPERIO. — Em 11 de Setembro de 1868. — Ao Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul. — Declara que não devem ser tomados em separado os votos dos cidadãos sobre cuja inclusao ou exclusao na lista de qualificação houver recurso interposto para a Relação do districto.....	361

- N. 379. — IMPERIO — Em 11 de Setembro de 1868.—
Ao Juiz de Paz Presidente da Mesa Parochial da
Freguezia de Campo Grande.—Declara que, não
obstante haver differença entre o numero das
cedulas recebidas para Juizes de Paz e Vere-
adores, devem ser todas apuradas 362
- N. 380. — FAZENDA.— Em 12 de Setembro de 1868.—
Determina as épocas em que devem terminar
os prazos para a substituição de notas de diversos
valores..... 363
- N. 381. — FAZENDA.— Em 12 de Setembro de 1868.—
Solve duvidas acerca da arrecadação do empre-
simo do cofre de orphãos, e da contagem dos
respectivos juros..... 364
- N. 382. — JUSTIÇA.—Aviso de 14 de Setembro de 1868.—
Ao Presidente da Provincia do Rio Grande do
Sul.— Decide que não se póde registrar uma
hypotheca de immovel, possuido em commun,
sem o consentimento dos outros co-proprietari-
os, desde que a divisibilidade não estiver man-
ifesta, nem se exhibir prova della..... 365
- N. 383. — MARINHA.—Aviso de 14 de Setembro de 1868.—
Dá instrucções ao Pratico-mór da Armada Bra-
sileira no Rio da Prata e seus afluentes..... 366
- N. 384. — JUSTIÇA.—Aviso de 15 de Setembro de 1868.—
Declara que o Juiz Municipal supplente tem di-
recto aos vencimentos, quando estes não forem
devidos ao funcionario effectivo..... 368
- N. 385. — FAZENDA.— Em 15 de Setembro de 1868.—
Regula a operação do emprestimo nacional de
30.000:000\$000..... 368
- N. 386. — FAZENDA.— Em 15 de Setembro de 1868.—
Dirctos que se devem cobrar das Embarcações
vendidas em hasta publica por innavegaveis... 370
- N. 387. — FAZENDA.—Em 17 de Setembro de 1868.—
Declara quaes as quantias que se devem abonar
aos Empregados das Alfandegas que forem en-
carregados do lançamento e cobrança do imposto
pessoal..... 371
- N. 388. — FAZENDA.— Em 17 de Setembro de 1868.—
Dá provimento a um recurso sobre pagamento
de dizima de Chancellaria 372
- N. 389. — JUSTIÇA.— Em 18 de Setembro de 1868.—
Dispensando do serviço da Guarda Nacional os
alumnos do Instituto Commercial por estarem
comprehendidos nas disposições do art. 14 § 3.º
da Lei n.º 602 de 19 de Setembro de 1850..... 373
- N. 390. — JUSTIÇA.— Em 19 de Setembro de 1868.—
Resolve duvidas a respeito do juramento dos
Juizes Municipaes supplentes fora do prazo 374
- N. 391. — IMPERIO.— Em 21 de Setembro de 1868.—
Ao Presidente da Provincia da Bahia.—Declara
que, no caso de serem illegalmente introduzidas

	na urna algumas cédulas, não se deve proceder a queima, mas a apuração de todas.....	373
N. 392.	— JUSTIÇA.— Em 22 de Setembro de 1868. — Resolve duvida a respeito de prisão ordenada pela autoridade militar no crime de compra de fardamento, fornecido pelo Governo, quando o delinquente é paisano.....	373
N. 393.	— FAZENDA.— Em 22 de Setembro de 1868. — Determina á Thesouraria do Paraná que cumpra a Ordem da Presidencia de 13 de Abril proximo passado, sobre o pagamento do patrão e remeiros do escaler da Fortaleza da Barra de Paranaaguá.....	376
N. 394.	— JUSTIÇA.— Aviso de 23 de Setembro de 1868. — Ao Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul. — Resolve duvida a respeito da convocação do Jury por Juiz de Direito de Comarca vizinha, quando tiver de presidir-a, salvo o caso de impedimento do mesmo magistrado e de seus substitutos depois da convocação.....	377
N. 395.	— JUSTIÇA.— Aviso de 23 de Setembro de 1868. — Ao Presidente da Provincia de S. Paulo. — Declara que não se podem dar remoeções em Offícios de Justiça.....	378
N. 396.	— JUSTIÇA.— Aviso de 23 de Setembro de 1868. — Ao Presidente da Provincia de Sergipe. — Decide duvidas a respeito de dinheiros de orphãos, recolhidos aos respectivos cofres.....	379
N. 397.	— JUSTIÇA.— Aviso de 24 de Setembro de 1868. — Ao Presidente da Provincia do Maranhão. — Resolve duvida sobre concessão de <i>habeas-corpus</i> ao preso por virtude de pronuncia.....	380
N. 398.	— FAZENDA.— Em 25 de Setembro de 1868. — Dá provimento a um recurso sobre direitos de consumo e additionaes deduzidos indevidamente do producto da arrematação do carregamento de um navio arribado e condemnado por in-navegavel.....	384
N. 399.	— FAZENDA.— Em 26 de Setembro de 1868. — Declara pertencerem ao dominio nacional as cousas do <i>dominio do Estado</i> , taes como os terrenos diamantinos e as minas.....	382
N. 400.	— IMPERIO.— Em 27 de Setembro de 1868. — Ao Presidente da Provincia da Bahia. — Declara que as Camaras Municipaes devem, havendo duplicatas, nas eleições para Vereadores, apurar as actas, que mais legitimas lhes parecerem; competindo aos Presidentes de Provincia mandar proceder a nova apuração no caso de julgarem differentemente.....	383
N. 401.	— IMPERIO.— Em 24 de Setembro de 1868. — Ao Director da Faculdade de Medicina da Bahia. — Declara quem deve assignar as cartas dos pharmaceuticos em falta do Presidente do acto.....	384

PAGS.

- N. 402. — IMPERIO. — Em 24 de Setembro de 1868. — Ao Director da Faculdade de Direito de S. Paulo. — Declara que a disposição do art. 253 do Regulamento complementar das Faculdades de Direito é applicavel unicamente aos Empregados cujas faltas o Portefeu deve marcar 385
- N. 403. — FAZENDA. — Em 23 de Setembro de 1868. — Solve uma duvida sobre o pagamento do juro do emprestimo nacional de 30.000:000\$000 386
- N. 404. — FAZENDA. — Em 23 de Setembro de 1868. — Declara ter sido revogado o primeiro artigo da Circular n.º 20, de 22 de Outubro de 1866, sobre fianças 387
- N. 405. — FAZENDA. — Em 23 de Setembro de 1868. — Manda pagar a congrua a que tem direito um Vigario encomendado e ordena a restituição do que elle demais recebeu 387
- N. 406. — GUERRA. — Em 23 de Setembro de 1868. — Declara que o pedido de medicamentos deve ser feito em artigos proprios da botica, e não em dinheiro 388
- N. 407. — IMPERIO. — Em 23 de Setembro de 1868. — Ao Presidente da Provincia de Sergipe. — Declara ser incompativel o cargo de Juiz de Paz com o de Escrivão do civil 389
- N. 408. — FAZENDA. — Em 26 de Setembro de 1868. — Dá instrucções para o prompto pagamento dos juros das Apolices da Divida Publica 389
- N. 409. — JUSTIÇA. — Aviso de 26 de Setembro de 1868. — Ao Presidente da Provincia de Sergipe. — Decide duvidas a respeito da incompatibilidade entre os cargos de supplente do Juiz Municipal e Coronel commandante superior da Guarda Nacional. 391
- N. 410. — JUSTIÇA. — Aviso de 28 de Setembro de 1868. — Ao Presidente da Provincia da Bahia. — Decide que o Guarda Nacional designado, que se recusa fazer o serviço que directamente lhe competir, sem motivo para isenção, é declarado recrutavel e fica sujeito á disposição do art. 14 das Instrucções mandadas observar pelo Decreto n.º 73 de 6 de Abril de 1841 391
- N. 411. — IMPERIO. — Em 28 de Setembro de 1868. — Declara que não póde continuar a fazer parte da mesa parochial o mesario que recusa servir de Secretario, quando fór designado 392
- N. 412. — FAZENDA. — Em 29 de Setembro de 1868. — Declara qual a ajuda de custo que compete ao 2.º Escriptuario nomeado interinamente para a Alfandega de Penedo; e ordena a restituição da que foi abonada ao Official de Descarga nomeado para a mesma Alfandega 393
- N. 413. — FAZENDA. — Em 29 de Setembro de 1868. — Declara irregular o procedimento de um chefe

	de Policia apresentando-se em uma Thesouraria de Fazenda para dar busca nos cofres della, sem ter solicitado da Presidencia a designação do dia para effectuar semelhante diligencia.....	394
N. 414.	— FAZENDA.— Em 30 de Setembro de 1868.— Indefere a reclamação do Gerente da Companhia —Rio de Janeiro Gas Company,— relativamente ao despacho dos navios que conduzem o carvão de pedra destinado ao consumo da dita Companhia.....	395
N. 415.	— JUSTIÇA.— Aviso de 30 de Setembro de 1868.— Ao Presidente da Provincia de Pernambuco.— Solve duvidas a respeito da remessa de processos, existentes em outros Termos, quando é creado um Termo novo, a cuja jurisdicção devem pertencer.....	396
N. 416.	— IMPERIO.— Em 30 de Setembro de 1868.— Ao Presidente da Provincia de Sergipe.— Declara ser incompativel o cargo de Juiz de Paz com o de Collector.....	397
N. 417.	— IMPERIO.— Em 30 de Setembro de 1868.— Da Instrucções sobre o modo pratico da convocação dos votantes, recebimento das cédulas, apuração dos votos e reunião dos Collegios electores, quando se proceder na mesma occasião a eleição de Electores especiaes para Senador, e de Electores geraes.....	398
N. 418.	— AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Circular de 9 de Setembro de 1868.— Declara que os Eugenheiros incumbidos de medições de terras, etc., observem o que a este respeito contém o tratado de Astronomia do Dr. Liais.....	399
N. 419.	— MARINHA.—Aviso do 1.º de Outubro de 1868.— Manda incluir nos inventarios todos os objectos que existirem em concerto nas Officinas do Arsenal de Marinha, por occasião do desembarque dos responsaveis, ou de desarmamento dos navios.....	400
N. 420.	— GUERRA.— Em 1.º de Outubro de 1868.— Declara quaes os vencimentos que competem ao Ajudante do Director da Fabrica da Polvora da Estrella durante o tempo em que servir cumulativamente o lugar vago de Director.....	401
N. 421.	— GUERRA.— Em 1.º de Outubro de 1868.— Declara que se deve mandar abonar vantagens geraes ao Amanuense da Repartição do alistamento de praças para o Exercito.....	401
N. 422.	— JUSTIÇA.—Aviso do 1.º de Outubro de 1868.— Ao Presidente da Provincia do Piahy.—Decide que nem o Aviso n.º 23 de 29 de Abril de 1843, nem a Ordenação, Liv. 3.ª Titulo 21 § 13, prohibe que seão apontados no rol das testemunhas os Juizes de facto ou de Direito.....	402

- N. 423. — JUSTIÇA. — Aviso do 1.º de Outubro de 1868. — Resolve duvida quanto á substituição do Presidente da Relação, quando impedido por suspeição, na occasião de dar voto de desempate 403
- N. 424. — IMPERIO. — Em 1.º de Outubro de 1868. — Ao Presidente da Provincia do Ceará. — Fixa a intelligencia do art. 32 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846 404
- N. 425. — FAZENDA. — Em 1.º de Outubro de 1868. — Devem soffrer o desconto de metade da gratificação os Empregados que se retirarem de suas Repartições antes das duas horas da tarde, ainda mesmo precedendo licença dos respectivos chefes. 405
- N. 426. — FAZENDA. — Em 2 de Outubro de 1868. — Declara que a condição 13.ª das que acompanharão o Decreto n.º 339 de 17 de Janeiro de 1866 refere-se a terrenos devolutos, os quaes são distinctos dos de marinhas e accrescidos..... 406
- N. 427. — AGRICULTURA, COMMERCIO, E OBRAS PUBLICAS. — Em 2 de Outubro de 1868. — Manda apresentar no Quartel General de Marinha as praças do Corpo de Bombeiros que procederem irregularmente 407
- N. 428. — FAZENDA. — Em 3 de Outubro de 1868. — O art. 1436 da Tarifa das Alfandegas só é applicavel ás estradas de ferro propriamente ditas. 407
- N. 429. — IMPERIO. — Em 3 de Outubro de 1868. — Ao Presidente da Provincia de Santa Catharina. — Sustenta o acto pelo qual o mesmo Presidente, por irregularidades praticadas, declarou sem effeito os trabalhos eleitoraes começados na freguezia de S. José, e nulla a eleição feita na de Nossa Senhora das Necessidades de Santo Antonio; e outrossim approvou a suspensão dos trabalhos eleitoraes da freguezia de S. Joaquim de Garopaba..... 408
- N. 430. — IMPERIO. — Em 6 de Outubro de 1868. — Ao Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul. — Declara que, na hypothese do art. 2.º do Decreto n.º 1812 de 23 de Agosto de 1856, devem ser convocados os immediatos em votos ao Juiz de Paz que presidir a eleição, e não ao que tiver feito a respectiva convocação 411
- N. 431. — FAZENDA. — Em 7 de Outubro de 1868. — Não é incompatível o exercicio do cargo de Escrivão dos Feitos da Fazenda com o de Secretario da Inspekção geral da Instrução Publica..... 412
- N. 432. — FAZENDA. — Em 8 de Outubro de 1868. — Os Porteiros de Alfandegas que exercem as funcções de Administrador das capatazias estão sujeitos a fiança 413
- N. 433. — FAZENDA. — Em 8 de Outubro de 1868. — Solve duvidas acerca da execução do art. 22 do

	PAGS.
Regulamento de 28 de Dezembro de 1867, sobre o imposto pessoal	413
N. 134. — FAZENDA. — Em 8 de Outubro de 1868. — Póde ser expedido o Titulo de posse aos cessionarios de terrenos diamantinos independente de audiencia dos herdeiros dos cedentes.....	414
N. 135. — FAZENDA. — Em 8 de Outubro de 1868. — Determina a maneira por que deve proceder a Thesouraria de S. Paulo a fim de pôr em dia os trabalhos que se achão em atrazo na mesma Repartição	416
N. 136. — GUERRA. — Em 8 de Outubro de 1868. — Dá providencias sobre a alimentação dos Guardas Nacionaes que se empregão no serviço da guarda do Hospital Militar Provisorio do Andaraby....	417
N. 137. — GUERRA. — Em 8 de Outubro de 1868. — Dá providencias sobre o pagamento de consignações estabelecidas por officiaes extraviados	418
N. 138. — FAZENDA. — Em 9 de Outubro de 1868. — O Ajudante do Procurador da Fazenda, nas Provincias em que este emprego foi supprimido, podem continuar a servir e substituir o Fiscal enquanto não tiver outro destino	418
N. 139. — JUSTIÇA. — Aviso de 10 de Outubro de 1868. — Ao Presidente do Tribunal do Commercio de Pernambuco. — Declara que a obrigação de Corretor de exercer pessoalmente o Officio não impede a concessão de licença para servir-o por um preposto no caso unico de molestia adquirida depois da nomeação.....	419
N. 140. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 10 de Outubro de 1868. — Incumbe o sertanista Joaquim Francisco Lopes da exploração da estrada para Mato Grosso.....	420
N. 141. — AGRICULTURA, COMMERCIO, E OBRAS PUBLICAS. — Em 10 de Outubro de 1868. — Encarregando a J. Francisco Lopes dos trabalhos preparatorios de exploração e picadas de uma linha de comunicação entre a Provincia do Paraná e a de Mato Grosso	422
N. 142. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 12 de Outubro de 1868. — Permite que os trens dos suburbios parem no lugar denominado Goiabal — Engenho Novo.....	423
N. 143. — FAZENDA. — Em 13 de Outubro de 1868. — Indefere por diversos motivos a pretensão do Gerente da Companhia Ferry sobre terrenos de marinhãs, em Nictheroy.....	424
N. 144. — FAZENDA. — Em 14 de Outubro de 1868. — Não são admissiveis as reclamações sobre qualidade de mercadorias depois de pagos os respectivos directores	428

N. 443. — FAZENDA. — Em 13 de Outubro de 1868. — Declara desnecessaria a remessa das relações mensaes da despeza das Alfandegas e mais Estações da arrecadação.....	425
N. 446. — FAZENDA. — Em 13 de Outubro de 1868. — Dá instruções acerca da execução do art. 29 do Decreto n.º 4133 de 6 de Abril do corrente anno.....	426
N. 447. — FAZENDA. — Em 13 de Outubro de 1868. — Manda pagar os vencimentos de um individuo que exerceu interinamente as funções de Fiel de Thesoureiro, e declara não ser admissivel a sua conservação naquella qualidade por não ser Empregado Publico.....	427
N. 448. — FAZENDA. — Em 13 de Outubro de 1868. — As cartas de pensões concedidas ás praças do Exército e Armada e aos Voluntarios da Patria estão sujeitas aos impostos do sello, emolumentos e direitos; podendo, porém, estes ser pagos pelo desconto da 10.ª parte das quantias que recebem mensalmente.....	428
N. 449. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 13 de Outubro de 1868. — Defere a pretensão da Assembléa Provincial do Parana sobre o estabelecimento de uma linha telegraphica de Paranaguá á Capital.....	429
N. 450. — FAZENDA. — Em 16 de Outubro de 1868. — Determina que as Thesourarias de Fazenda remettão regularmente ao Ministerio do Imperio os balancetes das despezas mensaes do mesmo Ministerio.....	429
N. 451. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Aviso circular de 17 de Outubro de 1868. — Explica a circular de 7 de Maio deste anno, sobre o transporte diario abonado aos Engenheiros em commissão.....	430
N. 452. — MARINHA. — Aviso de 19 de Outubro de 1868. — Manda fazer extensivo ás Companhias de Aprendizes artifices, e de Artifices militares o systema de pagamento, estabelecido no Regulamento, que baixou com o Decreto n.º 4111, de 29 de Fevereiro ultimo.....	431
N. 453. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 19 de Outubro de 1868. — Sobre a organização de uma carta geologica do Imperio.	431
N. 454. — FAZENDA. — Em 20 de Outubro de 1868. — As tabellas organisadas em conformidade da Circular de 27 de Agosto deste anno devem abranger todas as contas dos responsaveis, qualquer que seja o Ministerio.....	431
N. 455. — IMPERIO. — Em 20 de Outubro de 1868. — Ao Presidente da Provincia da Bahia. — Declara quando e como pôde haver duplicata de pagamento de gratificação pela regencia de cadeira nas Faculdades de Medicina.....	431

N. 436. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Aviso de 21 de Outubro de 1868. — Declara que pago integralmente o premio aos empreiteiros da estrada de ferro de S. Paulo deve cessar a cobrança da tarifa adicional para esse fim creada.....	433
N. 437. — FAZENDA. — Em 21 de Outubro de 1868. — Declara que deve prestar fiança o Porteiro de Alfandega, que accumular as funções de Administrador das Capatazias.....	436
N. 438. — FAZENDA. — Em 21 de Outubro de 1868. — Indica a maneira por que deve proceder a Thesouraria de Minas Geraes, para que os Collectores cumprão com seus deveres.....	437
N. 439. — FAZENDA. — Em 21 de Outubro de 1868. — Isenta do exame de Inglez a um Praticante de Thesouraria visto não haver cadeira publica da dita materia nos estabelecimentos de instrução da respectiva Provincia, e indefere a pretensão de dispensa do tempo de pratica que exige a Lei para ser admittido a concurso de lugares de 2.ª entrada.....	438
N. 460. — FAZENDA. — Em 21 de Outubro de 1868. — Manda despachar, livres de direitos, castigos, lampadas e veronicas, por serem objectos proprios do Culto Divino.....	438
N. 461. — FAZENDA. — Em 21 de Outubro de 1868. — Declara que o limite da emissão do Banco da Bahia, para o anno que deve findar a 22 de Agosto de 1869, é de 4.784.867\$760, e não o de que trata o Aviso de 26 de Agosto proximo passado.....	439
N. 462. — FAZENDA. — Em 21 de Outubro de 1868. — Nega despacho livre de direitos para os objectos que forem importados pelo Barão de Bujary para a sua empresa de agua potavel, na Provincia de Pernambuco.....	440
N. 463. — GUERRA. — Em 21 de Outubro de 1868. — Regula a admissão aos exames finais da Escola Central para os individuos que a tenham frequentado como ouvintes.....	441
N. 464. — GUERRA. — Em 21 de Outubro de 1868. — Declara quaes os vencimentos que competem ao Director das Obras Publicas da provincia do Rio Grande do Sul, enquanto estiver cumulativamente encarregado das obras geraes e militares da mesma provincia.....	441
N. 465. — FAZENDA. — Em 26 de Outubro de 1868. — A antiguidade de posse nada aproveita para dar preferencia na concessão de terrenos de marinha quando estes são necessarios ao Estado.....	441
N. 466. — MARINHA. — Aviso de 28 de Outubro de 1868. — Determina que sejam desligadas do serviço as praças da Armada, que soffrerem de alienação mental.....	443

- N. 467. — FAZENDA. — Em 29 de Outubro de 1868. —
Solve duvidas ácerca do art. 10 da Lei n.º 1507 de
26 de Setembro do anno proximo passado, que
creou o imposto pessoal..... 443
- N. 468. — FAZENDA. — Em 29 de Outubro de 1868. —
Não são admissiveis recursos das decisões sobre
fianças de exactores..... 444
- N. 469. — IMPERIO. — Em 30 de Outubro de 1868. —
Ao Presidente da Provincia do Rio Grande do
Norte. — Declara que o Professor Publico não
póde exercer as funções de Vereador, nem
accumular este cargo..... 446
- N. 470. — IMPERIO. — Em 31 de Outubro de 1868. —
Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro. —
Declara que não são incompativeis os cargos de
Escrivão do Juiz de Paz e de Porteiro da Ca-
mara Municipal..... 446
- N. 471. — FAZENDA. — Em 31 de Outubro de 1868. —
Só são isentos do pagamento do imposto pessoal
os officiaes embarcados em navios armados em
guerra effectivamente empregados em serviço
de campanha..... 447
- N. 472. — FAZENDA. — Em 3 de Novembro de 1868. —
Sustenta a apprehensão de cinco caixas com
assucar, por se acharem falsificadas com mistura
de areia; e declara que em casos de fraudes taes,
não tem applicação o art. 255 e sim os 257 e 642,
§ 7.º do Regulamento das Alfandegas..... 449
- N. 473. — FAZENDA. — Em 3 de Novembro de 1868. —
Os dinheiros dos loucos *de todo o genero* gozão
dos mesmos favores e garantias concedidos aos
dos menores..... 450
- N. 474. — FAZENDA. — Em 5 de Novembro de 1868. —
Declara o destino que devem dar as Thesourarias
aos Empregados das Alfandegas, cujos lugares
forão extinctos pelo Decreto n.º 4173 de 6 de
Maio proximo passado..... 450
- N. 475. — IMPERIO — Em 5 de Novembro de 1868. —
Ao Presidente da Provincia do Piahy. — Sobre
a execução dos Decretos n.ºs 158 de 7 de Maio
de 1842 e 2884 do 1.º de Fevereiro de 1862, re-
lativamente aos creditos abertos pelos Presi-
dentes de Provincia sob sua responsabilidade;
e incompetencia dos mesmos Presidentes para
tomarem encargos não facultados pelos ditos
Decretos..... 451
- N. 476. — IMPERIO. — Em 5 de Novembro de 1868. —
Ao Presidente da Provincia do Rio Grande do
Sul. — Declara serem motivos de nullidade: 1.º
a falta de cumprimento das disposições do art.
14 do Decreto n.º 1812 de 23 de Agosto de 1836;
2.º a falta de comparecimento de grande numero
de votantes quando provém de ignorancia do dia
da eleição: 3.º o excesso da somma dos cidadãos

	PAGS.
que votarão e dos que não comparecerão sobre a dos qualificados.....	433
N. 477. — IMPERIO. — Em 6 de Novembro de 1868. — Ao Director da Faculdade de Medicina da Bahia. — Declara que sómente os Professores legalmente habilitados podem passar attestados aos estudantes que tenham de ser examinados em preparatorios, bastando a declaração de que estão em termos de sujeitarem-se ao exame.....	434
N. 478. — IMPERIO. — Em 6 de Novembro de 1868. — Ao Director da Faculdade de Medicina da Bahia. — Declara: 1.º que o oppositor não pôde ser privado da gratificação diaria por lição em razão de faltar a outro serviço a que não se refere a mesma gratificação; 2.º que tambem não perde a gratificação o que deixar de leccionar, não lhe sendo pessoal a causa que o iniba de exercer suas funcções.....	435
N. 479. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 6 de Novembro de 1868. — Declara que das decisões do Commissario especial do Governo na ex-colônia de S. Leopoldo sobre legitimações de terras, ha recurso para a Presidencia da Provincia e para o Governo Imperial.....	436
N. 480. — FAZENDA. — Em 7 de Novembro de 1868. — Reduz a 8 % a porcentagem de 26 % marcada aos Empregados da Mesa de Rendas de Antonina.....	437
N. 481. — FAZENDA. — Em 7 de Novembro de 1868. — Os bules e cafeteiras de ferro batido estão comprehendidos no art. 4454 da Tarifa das Alfandegas.....	437
N. 482. — FAZENDA. — Em 7 de Novembro de 1868. — Indica a maneira por que deve proceder a Thesouraria de Sergipe por occasião de organizar a Synopse do exercicio de 1867-1868, quanto ás despesas do Ministerio da Marinha.....	438
N. 483. — FAZENDA. — Em 7 de Novembro de 1868. — Manda despachar livres de direitos um crucifixo e seis castiças destinados à Sociedade de Beneficencia de Pernambuco.....	439
N. 484. — FAZENDA. — Em 9 de Novembro de 1868. — Declara que os vapores da firma Mesquita & C. ^a não tem obrigação de transportar gratuitamente os dinheiros do Estado, e indica a maneira por que se deve proceder por occasião de remessas dos mesmos dinheiros.....	439
N. 485. — FAZENDA. — Em 11 de Novembro de 1868. — Declara garantida pela Companhia Brasileira de Paquetes a vapor, em virtude do respectivo Acordo, a responsabilidade imposta aos Commandantes dos Paquetes por qualquer extravio das importancias por elles conduzidas.....	460
N. 486. — FAZENDA. — Em 11 de Novembro de 1868. — Manda installar e começar a funcionar a Al-	

PAGS.

landega de S. Francisco, e designa os Empregados que nella devem servir.....	461
N. 487. — FAZENDA. — Em 12 de Novembro de 1868. — Declara que não compete às Presidencias de Provincia deliberar sobre duvidas relativas a vencimentos de Empregados do Ministerio da Fazenda; e bem assim que aos ditos Empregados que só tiverem gratificação deve-se abonar esta enquanto estiverem licenciados.....	462
N. 488. — GUERRA. — Circular em 13 de Novembro de 1868. — Declara aos Presidentes de Provincia, que para terem andamento os requerimentos pedindo pensões, devem vir acompanhados dos documentos necessarios, conforme dispõe o Decreto n.º 87 de 31 de Julho de 1841.....	463
N. 489. — MARINHA. — Aviso de 14 de Novembro de 1868. — Determina os casos, em que os navios da Armada, de systema mixto, podem ou devem usar das respectivas machinas.....	464
N. 490. — IMPERIO. — Em 14 de Novembro de 1868. — Ao Presidente da Provincia das Alagoas — Declara: 1.º que a simples circumstancia de mencionarem-se em alguma acta factos passados em dia anterior ao em que é lavrada não vicia a eleição; 2.º que é porém substancial a irregularidade de suspender-se o processo eleitoral sem motivo justificado.....	465
N. 491. — IMPERIO. — Em 14 de Novembro de 1868. — Ao Presidente da Provincia das Alagoas. — Declara que é substancial a irregularidade de fazer-se a 3.ª chamada dos votantes no mesmo dia em que se conclue a 2.ª.....	467
N. 492. — IMPERIO. — Em 14 de Novembro de 1868. — Ao Presidente da Provincia das Alagoas. — Declara que é substancial a irregularidade de se não mencionarem na respectiva acta os nomes dos votantes que deixão de acudir à 3.ª chamada.....	467
N. 493. — IMPERIO. — Em 14 de Novembro de 1868. — Ao Presidente da Provincia de Pernambuco. — Resolve duvidas relativas ao procedimento das Camaras Municipaes na apuração das actas....	468
N. 494. — IMPERIO. — Em 16 de Novembro de 1868. — Ao Presidente da Provincia das Alagoas. — Declara que a ausencia do Juiz de Paz competente autorisa sua substituição na presidencia das mez-parochiaes pelos seus immediatos em votos, sem necessidade de convocação especial, nem justificação da mesma ausencia, competindo, porém aquelle assumir a dita presidencia logo que se apresente.....	470
N. 495. — IMPERIO. — Em 16 de Novembro de 1868. — Ao Presidente da Provincia das Alagoas. — Declara serem vicios substanciaes: 1.º a falta de	

	menção na respectiva acta dos nomes dos votantes que tiverem deixado de acudir à 3. ^a chamada; 2. ^a a falta do rol dos que não tiverem comparecido à 1. ^a para por elle se proceder à 2. ^a	471
N. 395.	— AGRICULTURA, COMMERCIO, E OBRAS PUBLICAS.—Em 16 de Novembro de 1868.—Manda dar baixa às pracas do Corpo de Bombeiros julgados incapazes pela Junta Militar.....	472
N. 397.	— IMPERIO. — Em 17 de Novembro de 1868. — Ao Presidente da Província de S. Pedro. — Declara serem irregulares substanciaes: 1. ^a fazer-se a 3. ^a chamada dos votantes em acto continuo e successivo a 2. ^a ; 2. ^a serem introduzidas na urna cedulas em numero superior ao dos votantes, uma vez que tal excesso influa no resultado da eleição.....	473
N. 398.	— IMPERIO. — Em 17 de Novembro de 1868. — Ao Presidente da Província de Minas Geraes. — Declara: 1. ^a que as mezias parochiaes devem dar cumprimento às ordens que lhe forem apresentadas do presidente da relação do districto para execução de acordões proferidos sobre eliminação ou inclusão de votantes; 2. ^a que o vício da constituição das mezias torna insubsistentes os seus trabalhos.....	474
N. 399.	— FAZENDA. — Em 17 de Novembro de 1868. — As prestações devidas pelos compradores de terras devolutas cobrem-se executivamente quando não são pagas nos prazos convençionados.....	475
N. 400.	— FAZENDA. — Em 17 de Novembro de 1868. — Regularisa a cobrança dos impostos a que estão sujeitas as pensões.....	476
N. 401.	— IMPERIO. — Em 18 de Novembro de 1868. — Ao Presidente da Província da Bahia. — Declara: 1. ^a que na falta do Juiz de Paz mais votado devolve-se a seu immediato a presidencia da mezia parochial; 2. ^a que, na falta de algum dos membros desta, antes de assignada a acta de sua formação, deve-se-lhe dar successor pela mesma forma estabelecida para a 1. ^a eleição.....	478
N. 402.	— IMPERIO. — Em 18 de Novembro de 1868. — Ao Presidente da Província da Bahia. — Declara que se deve fazer a eleição pela qualificação do anno corrente ainda quando se não tenha reunido o Conselho Municipal, se para este nenhum recurso tiver sido interposto.....	479
N. 403.	— IMPERIO. — Em 19 de Novembro de 1868. — Ao Presidente da Província de S. Paulo. — Declara que a redução do prazo legal entre a convocação dos votantes e a eleição não é razão de nulidade, fazendo motivo justificado.....	480
N. 404.	— IMPERIO. — Em 19 de Novembro de 1868. — Ao Presidente da Província do Rio de Janeiro. — Declara que não deve interpor-se a nova eleição	

de Vereadores, se não formarem maioria do município as freguezias em que tiver sido annullada a eleição; 2.º que a simples falta da cerimonia religiosa é motivo de nullidade; 3.º que ás Camaras Municipaes não compete conhecer da legalidade das eleições; 4.º que não annulla a eleição o facto de ter votado algum individuo não qualificado se o seu voto não influe no resultado da eleição..... 481

N. 305. — FAZENDA. — Em 19 de Novembro de 1868. — Manda pagar diversas quantias a que tem direito um Pensionista do Estado; e indica a maneira por que se deve proceder em casos semelhantes. 482

N. 306. — FAZENDA. — Em 20 de Novembro de 1868. — Da diversas providencias relativamente a confecção dos Balancos..... 484

N. 307. — FAZENDA. — Em 21 de Novembro de 1868. — As multas que recebem os Empregados das Alfândegas não estão sujeitas ao imposto de 3 %..... 485

N. 308. — IMPERIO. — Em 21 de Novembro de 1868. — Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes. — Declara serem irregulares substancias: 1.ª organizar-se a mesa parochial de modo contrario a disposição dos arts. 3.ª, 6.ª e 7.ª do Decreto n.º 1612 de 23 de Agosto de 1836; 2.ª fazer-se a 3.ª chamada dos votantes no mesmo dia da 2.ª; 3.ª não constarem da acta os nomes dos votantes que deixão de acudir a 3.ª chamada.... 485

N. 309. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 23 de Novembro de 1868. — Prohibe que se fação adiantamentos de quantias para despesas do Ministerio da Agricultura.... 485

N. 310. — FAZENDA. — Em 23 de Novembro de 1868. — Recommenda toda a vigilancia e escrupulo na organização dos manifestos e cartas de guia dos generos embarcados nos paquetes estrangeiros com destino a portos nacionaes..... 487

N. 311. — FAZENDA. — Em 23 de Novembro de 1868. — Ordena as Thesourarias que recommendem ás respectivas Alfândegas a maior economia possível nas despesas que se fazem sob os titulos — Capatazias, expediente e impressões, ancoradouros, e companhias de guardas..... 488

N. 312. — FAZENDA. — Em 23 de Novembro de 1868. — Reduz a um só, com a denominação de — pontas ou chifres de gado vaccum — os dous artigos de que trata a pauta semanal das Alfândegas sob os titulos — chifres de novillos e de vacas — e determina que se tome para o respectivo preço o termo médio das duas qualidades..... 488

N. 313. — FAZENDA. — Em 25 de Novembro de 1868. — Fixa o quantum da fianca do Thesoureiro da Thesouraria da Bahia e declara que nenhuma reduccion se deve fazer quando se depositarem

	PAGS.
Apolices em garantia de fiança, e outrosim que o fiador deve responsabilisar-se pelos Fieis ou pessoas que fizerem as vezes do Thesoureiro...	489
N. 514. — FAZENDA. — Em 25 de Novembro de 1868. — A demolição dos proprios nacionaes para ser o terreno que elles occupão applicado ao uso Provincial ou Municipal só pôde ser decretada pelo Poder Legislativo.....	490
N. 515. — FAZENDA. — Em 25 de Novembro de 1868. — A venda de terras devolutas e de outros immoveis pertencentes à Nação deve-se fazer por escriptura publica	491
N. 516. — MARINHA. — Aviso de 26 de Novembro de 1868. — Faz extensivas aos Officiaes do corpo da Armada e das classes annexas, empregados em commissões alheias à repartição da Marinha, as disposições dos Avisos circulares do Ministerio da Guerra, de 1.º de Junho e 4 de Julho de 1863.....	492
N. 517. — FAZENDA. — Em 27 de Novembro de 1868. — As diarias que se abonão aos Engenheiros e Professores do Internato do Collegio de Pedro II, não estão sujeitas ao imposto de 3 %.	492
N. 518. — FAZENDA. — Em 27 de Novembro de 1868. — Concede a viuva de um militar morto na campanha do Paraguay pagar pela 5.ª parte o que demais recebeu dos vencimentos do mesmo militar.....	493
N. 519. — FAZENDA. — Em 27 de Novembro de 1868. — Manda dar exercicio ao Thesoureiro nomeado para a Thesouraria da Bahia, antes da transferencia para a dita Provincia das Apolices que elle e seus fiadores comprirão nesta cõrte para caucionar sua responsabilidade, e indica a maneira por que deve ser feito o termo da fiança.	493
N. 520. — IMPERIO. — Em 27 de Novembro de 1868. — Ao Inspector de saude do porto do Rio de Janeiro. — Estabelece que a visita sanitaria seja feita por um só medico, e juntamente com a da policia do porto.....	494
N. 521. — IMPERIO. — Em 30 de Novembro de 1868. — A' Ilm.ª Camara Municipal. — Declara: 1.º que não devem ser apuradas, em eleição para Vereadores e Juizes de Paz, as cedulas cujos rotulos estiverem trocados; 2.º que, achando-se cedulas para Juizes de Paz juntamente com outras para Vereadores, nenhuma deve ser apurada.....	495
N. 522. — IMPERIO. — Em 30 de Novembro de 1868. — Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes. — Declara serem irregulares substanciaes: 1.ª constituir-se a mesa parochial de modo contrario á disposição do art. 7.º do Decreto n.º 1812 de 23 de Agosto de 1856; 2.ª separarem-se os votantes em duas turnas e votarem os de uma	

- em Vereadores e os de outra em Juizes de Paz sómente; e que a falta de nomeação de Secretario da dita mesa não importa por si só a annullação da eleição mas dá lugar á imposição de multa. 496
- N. 523. — IMPERIO. — Em o 1.º de Dezembro de 1868. — Ao Presidente da Provincia das Alagoas. — Declara que a falta de cumprimento da disposição do art. 3.º do Decreto n.º 2621 de 22 de Agosto de 1860, e a circumstancia de se narrarem nas actas factos occorridos em dia anterior, não são irregularidades substanciaes 498
- N. 524. — IMPERIO. — Em o 1.º de Dezembro de 1868. — Ao Inspector Geral da Instrução Primaria e Secundaria da Corte. — Declara que nos exames de candidatos ao Magisterio deve prevalecer, em todo caso, o voto da maioria da commissão julgadora 499
- N. 525. — IMPERIO. — Em 3 de Dezembro de 1868. — Ao Presidente da Provincia das Alagoas. — Declara que a circumstancia de se narrarem nas actas factos occorridos em dias anteriores não importa preterição de garantia das que o legislador reputou substanciaes 500
- N. 526. — IMPERIO. — Em 3 de Dezembro de 1868. — Ao Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte. — Declara serem irregularidades substanciaes: 1.ª a falta de menção na acta dos nomes dos votantes que deixarão de acudir á 3.ª chamada; 2.ª a intervenção do Juiz de Paz immediato em votos, em actos eleitoraes, achando-se presente e em exercicio o mais votado; 3.ª a impossibilidade material de se concluirem com regularidade, no tempo em que se derão por feitas, as chamadas dos votantes 501
- N. 527. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 3 de Dezembro de 1868. — Declara qual a gratificação diaria que compete aos empregados dos telegraphos que trabalharem fóra dos limites urbanos 503
- N. 528. — IMPERIO. — Em 4 de Dezembro de 1868. — Ao Presidente da Provincia da Bahia. — Declara: 1.º serem irregularidades substanciaes: constituir-se a mesa parochial contra a disposição do art. 10 do Decreto n.º 1812 de 23 de Agosto de 1836, e fazer-se a chamada dos votantes por alistamento do anno anterior, achando-se perfeito e acabado o do corrente; 2.º que no art. 17 das Instruções de 23 de Junho de 1849 está prevenido o modo de supprir a falta da lista dos electores e do alistamento dos votantes 504
- N. 529. — IMPERIO. — Em 4 de Dezembro de 1868. — Ao Presidente da Provincia das Alagoas. — Declara não serem irregularidades substanciaes: 1.º o facto de não ser rigorosamente exclusiva a acta especial da 3.ª chamada por se dizer

	nella que nos dias anteriores se fizerão as duas primeiras; 2.º não constar a hora em que findou a 1.ª chamada e começou a 2.ª.....	303
N. 330.	— FAZENDA.— Em 4 de Dezembro de 1868. — Approva a qualificação de bacilla de algodão, que foi dada pela Alandega de Uruguayana a uma fazenda, cuja amostra acompanhou o officio da Thesouraria de S. Pedro de 24 de Agosto proximo passado.....	307
N. 331.	— FAZENDA. — Em 4 de Dezembro de 1868. — As loterias concedidas pelas Assembléas Provincias a favor das familias dos Voluntarios da Patria, não estão comprehendidas no favor concedido no art. 34 da Lei n.º 514 de 23 de Outubro de 1848.....	307
N. 332.	— FAZENDA.— Em 4 de Dezembro de 1868. — Declara irregular o procedimento de uma Thesouraria, tolerando a recusa em que insistio o respectivo Thesoureiro de nomear pessoa que o substituisse durante a licença que lhe havia sido concedida, e consentindo que esta sortisse o seu effeito sem o cumpria-se a que estava sujeita...	308
N. 333.	— FAZENDA.— Em 4 de Dezembro de 1868. — Declara que não são compatíveis os exercicios de Procurador Fiscal de Thesouraria e Professor de Lyceo e Inspector geral de estudos.....	309
N. 334.	— FAZENDA.— Em 5 de Dezembro de 1868. — A venda de terras pertencentes a Fazenda Nacional deve ser feita por escriptura e não por termo de cessão lavrado nas Repartições Publicas.....	310
N. 335.	— IMPERIO.— Em 5 de Dezembro de 1868. — Ao Vice-Presidente da Provincia de Mato Grosso. — Declara que os Presidentes de Provincia não devem mandar proceder a novas eleições antes da confirmação dos actos pelos quaes tenham annullado as anteriormente feitas.....	311
N. 336.	— FAZENDA.— Em 7 de Dezembro de 1868. — Transmitta o Decreto n.º 4285 de 5 de Dezembro corrente, protogando as disposições que permitem as embarcações estrangeiras o serviço de cabotagem.....	312
N. 337.	— FAZENDA. — Em 9 de Dezembro de 1868. — Da instrucções acerca das horas marcadas para a entrada e saída dos Empregados do Thesouro e Thesourarias.....	312
N. 338.	— MARINHA.— Avise de 9 de Dezembro de 1868. — Declara que os Officiaes de Fazenda, empregados nas companhias de aprendizes marinheiros, podem ser incumbidos do ensino das primeiras letras e doutrina christã ás respectivas praças.....	313
N. 339.	— IMPERIO. — Em 9 de Dezembro de 1868. — Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes. — Declara ser irregularidade substancial fazer parte	

	da meza parochial cidadão que não esteja qualificado na respectiva freguezia.....	514
N. 340.	— IMPERIO. — Em 9 de Dezembro de 1868. — Ao Presidente da Provincia da Bahia. — Declara que a disposição do art. 2.º da Lei n.º 1335 de 19 de Setembro de 1866 foi restricta sómente á eleição a que se procedeu em 1867.....	515
N. 341.	— IMPERIO. — Em 10 de Dezembro de 1868. — Ao Presidente da Provincia da Bahia. — Declara legalmente impedido de presidir a Mesa Parochial o Juiz de Paz pronunciado em crime inafiançavel.....	515
N. 342.	— IMPERIO. — Em 10 de Dezembro de 1868. — Ao Presidente da Provincia de S. Paulo. — Declara haver incompatibilidade entre o cargo de Vereador e os officios de Tabellião e de Escrivão do Jury.....	516
N. 343.	— ESTRANGEIROS. — Circular de 10 de Dezembro de 1868. — Especifica os assumptos sobre que devem versar as informações dos Consules do Imperio destinadas a fazer parte da collecção dos documentos officiaes mandada publicar pelo Decreto n.º 4253 de 30 de Setembro de 1868...	518
N. 344.	— ESTRANGEIROS. — Circular de 10 de Dezembro de 1868. — Especifica os assumptos sobre que devem versar as informações das Legações Imperiaes, etc.....	521
N. 345.	— IMPERIO. — Em 11 de Dezembro de 1868. — Ao Presidente da Provincia do Pará. — Declara nulla uma eleição pela razão de ter-se extraviado o livro das respectivas actas.....	537
N. 346.	— FAZENDA. — Em 11 de Dezembro de 1868. — Nas transferencias de Apolices se deve declarar o valor de cada uma, sua quantidade, numeros com que forem designadas e o nome do possuidor ou da pessoa a quem forem transferidas.	537
N. 347.	— GUERRA. — Em 12 de Dezembro de 1868. — Dá instrucções para o serviço dos hospitaes e enfermarias militares em que houver Irmãs de Caridade.....	538
N. 348.	— GUERRA. — Em 14 de Dezembro de 1868. — Declara que ficão sujeitos ao pagamento de direito na Alfandega os artigos que, tendo sido despachados livres de taes direitos forem rejeitados no Arsenal de Guerra da Côrte.....	542
N. 349.	— IMPERIO. — Em 14 de Dezembro de 1868. — Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes. — Resolve duvidas sobre a intelligencia do art. 32 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846.....	542
N. 350.	— FAZENDA. — Em 15 de Dezembro de 1868. — O commercio costeiro de cabotagem facultado no Decreto n.º 4283 de 5 do corrente mez, limita-se sómente aos portos em que houverem Alfandegas propriamente ditas.....	544

N. 531. — FAZENDA. — Em 13 de Dezembro de 1868. — Declara aos diversos Ministerios que nos exames prévios das contas que tiverem de ser pagas pelo Thesouro deve-se escrever por extenso a somma total	344
N. 532. — FAZENDA. — Em 17 de Dezembro de 1868. — Declara que só é permitido ao Cartorario de uma Thesouraria entrar em concurso para os lugares de 2.ª entrancia, no caso de não concorrerem Praticantes em numero excedente ao dos lugares postos a concurso.....	345
N. 533. — IMPERIO. — Em 18 de Dezembro de 1868. — Ao Presidente da Provincia da Bahia. — Declara; 1.º que o cidadão que se escusar de servir o cargo de Juiz de Paz não pode mais exercel-o; 2.º que é vicio substancial a precipitação na apuração das listas.....	346
N. 534. — IMPERIO. — Em 19 de Dezembro de 1868. — Ao Presidente da Provincia do Maranhão. — Declara nulla uma eleição por ter sido a meza parochial incompetentemente presidida.....	347
N. 535. — IMPERIO. — Em 19 de Dezembro de 1868. — Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro. — Declara não haver incompatibilidade entre o cargo de Vereador e as funções de Agente de leilões.....	348
N. 536. — FAZENDA. — Em 22 de Dezembro de 1868. — Nega o direito ao meio soldo à mãe de um Sacerdote, Capellão do Exercito	349
N. 537. — FAZENDA. — Em 23 de Dezembro de 1868. — As embarcações que tiverem de navegar para portos do Imperio no rio Amazonas e seus afluentes, ou delles sabirem para o Oceano, estão obrigadas somente a dous registros	349
N. 538. — GUERRA. — Em 23 de Dezembro de 1868. — Declara quaes os vencimentos que devem perceber os officiaes honorarios do Exercito, quando estiverem em commissão do serviço militar ...	350
N. 539. — FAZENDA. — Em 28 de Dezembro de 1868. — Declara que nos vencimentos do Commissario da Companhia de Aprendizizes Marinheiros da Provincia do Ceará está incluído o respectivo soldo.....	351
N. 540. — FAZENDA. — Em 29 de Dezembro de 1868. — Declara que não ha disposição que prohiba aos Empregados Publicos aceitar e exercer cargos de eleição, mas que convém escusar-se delles	351
N. 541. — IMPERIO. — Em 29 de Dezembro de 1868. — Ao Presidente da Provincia de S. Paulo. — Declara ser nulla a eleição da freguezia de Araquara, por ter sido feita, no mesmo dia em que a ella se procedeu, a convocação dos votantes.....	352
N. 542. — FAZENDA. — Em 30 de Dezembro de 1868. — A venda de terras devolutas deve ser feita por	

	PÁGS.
escriptura, e não por termo lavrado nas Reparações Publicas.....	333
363. — FAZENDA.—Em 30 de Dezembro de 1868.—Approva o procedimento da Thesouraria de S. Pedro, declarando não ser devida a multa de 1 1/2 % em um despacho de importação depois de aceita a respectiva nota, e reconhecendo a competencia do Empregado que fez a observação sobre semelhante assumpto.....	334
364. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Em 31 de Dezembro de 1868.—A circular de 16 de Outubro deste anno que mandou exigir dos Engenheiros ao serviço do Ministerio da Agricultura a restituição das gratificações de transporte indevidamente abonada, vigora somente da data da circular de 7 de Maio do corrente anno em diante.....	335
365. — IMPERIO.—Em 31 de Dezembro de 1868.—Dá instruções sobre a execução da Lei regulamentar das eleições.....	336



ADDITAMENTO.

PAGS.

1.	— AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Em 4 de Junho de 1868.—Dá instrucções para a abertura de uma estrada para Mato Grosso através do Paraná.....	4
2.	— AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Circular de 4 de Junho de 1868.—Providencia sobre a execução das obras contractadas por conta deste Ministerio.....	6
3.	— AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—Em 1 de Julho de 1868.—Declara que não podem ser approvadas as despezas autorisadas pelos Presidentes das Provincias, na forma dos Decretos n.º 153, e 2884 de 8 de Maio de 1862 e 4.º de Fevereiro de 1862, que não respeitarem as formalidades do art. 4.º d'aquelle Decreto.....	7
4.	— IMPERIO.—Em 13 de Julho de 1868.—Ao Presidente da Provincia de S. Paulo.—Sobre recusa de sancção as resoluções das Assembléas Provinciales.....	8
5.	— IMPERIO.—Em 15 de Julho de 1868.—Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.—Declara que se não pôde estabelecer regra invariavel sobre a accumulacão dos cargos de Procurador e Secretario das Camaras Municipaes.....	10
6.	— IMPERIO.—Em 21 de Julho de 1868.—Ao Presidente da Provincia de Pernambuco.—Declara que os Eleitores especiaes de Senador eleitos em 28 de Junho perderão, pela posterior dissolução da Camara dos Deputados, a attribuição que haviam recebido naquella eleição, e portanto não se devem reunir os respectivos collegios electoraes.....	11
7.	— IMPERIO.—Em 30 de Julho de 1868.—Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.—Declara que foi adiada para a ultima domingo de Janeiro de 1869 a eleição de Eleitores especiaes de Senador na mesma Provincia.....	12

COLLECCÃO

DAS

DECISÕES DO GOVERNO

DE

1868.

N. 1. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—EM 2 DE JANEIRO DE 1868.

Declara que o Governo não admitte como legal a despeza proveniente de diferenças de cambio nas contas da estrada de ferro de Pernambuco.

N. 4.—Directoria das Obras Publicas e Navegação.
—2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 2 de Janeiro de 1868.

Constando-me pelo officio do engenheiro fiscal da estrada de ferro de Pernambuco, incluso por copia, que a Directoria da mesma estrada continúa a inserir em suas contas de custeio a importancia das diferenças de cambio provenientes das remessas dos seus dinheiros para Londres, e tendo por Aviso de 13 de Junho do anno passado, dirigido a essa

Legação, declarado terminantemente, que o Governo Imperial não admittia como legal essa despesa, reittero as ordens constantes desse Aviso, a fim de que a Directoria faça cessar semelhante abuso.

Deus Guarde a Vm. — *Manoel Pinto de Souza Dantas*. — Sr. Encarregado de Negocios do Brasil em Londres.

N. 2. — FAZENDA. — EM 4 DE JANEIRO DE 1868.

Declara subsistente, pela razão que indica, a disposição do art. 49 da Lei de 20 de Outubro de 1823.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 4 de Janeiro de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, de conformidade com o Aviso do Ministerio do Imperio de 19 de Dezembro ultimo, por cópia inclusa, autorisa o Sr. Inspector da Thesouraria das Alagóas a pagar ao Dr. Thomaz do Bonfim Espindola a quantia de 412\$903, calculada á razão de 6:000\$000, e relativa ao periodo de 30 de Julho a 5 de Agosto proximo passado, em que servio de Presidente da dita Provincia; ficando o Sr. Inspector na intelligencia de que, tendo sido revogado pelo decreto n.º 297 de 18 de Setembro de 1841 os arts. 6.º, 7.º, e 8.º da Lei de 3 de Outubro de 1834, ficou virtualmente subsistindo a disposição do art. 49 da Lei de 20 de Outubro de 1823, pois que o caso a que este artigo se refere não foi posteriormente regulado por qualquer outra disposição.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 3.—FAZENDA.—EM 7 DE JANEIRO DE 1868.

As cautelas de apolices podem ser entregues ás pessoas que apresentam a respectiva importancia, sem procuração dos compradores; mas as apolices só devem ser entregues na presença destes ou da procuração bastante.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 7 de Janeiro de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Pernambuco, em resposta ao seu officio n.º 314 de 4 de Dezembro proximo passado, que fica approved o seu procedimento de entregar as cautelas de apolices ás pessoas que apresentam a importancia respectiva, sem procuração dos compradores; não prescindindo, porém, da presença destes ou da procuração bastante quando hajão de receber as competentes apolices.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 4.—FAZENDA.—EM 8 DE JANEIRO DE 1868.

Declara que as despezas com uma alienada, viuva de militar, devem ser indemnizadas á Santa Casa da Misericordia pelo seu Curador, a quem se pagará o respectivo meio soldo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 8 de Janeiro 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Declaro a V. Ex., em resposta ao seu officio n.º 63 de 24 de Outubro proximo passado, em que participa que a Santa Casa da Misericordia insta pelo pagamento da quantia de 200\$000, do meio soldo, pertencente á alienada D. Thereza Paes Cortez, que pelo Thesouro será concedido para esse pagamento quando for requerido á Thesouraria de Fazenda pelo Curador res-

pectivo ; cumprindo acrescentar que a Santa Casa deve ser indemnizada das despesas que faz com a alienada por intermedio do mesmo Curador e não directamente pela Thesouraria.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 5. — MARINHA. — AVISO DE 8 DE JANEIRO DE 1868.

Declara que os Commissarios e Escrivães do Corpo de Fazenda da Armada, quando promovidos á gradação do posto de Capitão-Tenente, têm direito ao respectivo soldo.

1.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Marinha.—Rio de Janeiro, 8 de Janeiro de 1868.

Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio n.º 13, de 13 de Outubro do anno passado, no qual a 4.ª Secção dessa Contadoria suscita a seguinte duvida: si os Commissarios e Escrivães de 1.ª classe do Corpo de Fazenda da Armada, quando graduados no posto de Capitão-Tenente, em virtude do que dispõe o art. 3.º do Decreto n.º 4940, de 30 de Junho de 1857, têm ou não direito ao soldo correspondente áquella patente.

E o Mesmo Augusto Senhor, Conformando-se com o parecer da Secção de Guerra e Marinha do Conselho de Estado, enunciado em Consulta de 27 de Novembro ultimo, Houve por bem Decidir, por Immediata Resolução de 4 do corrente mez, que os Officiaes de Fazenda, de que se trata, quando promovidos á gradação daquelle posto, têm direito a perceber o respectivo soldo.

O que communico a V. S. para os devidos effeitos, e em solução ao precitado officio.

Deus Guarde a V. S. — *Affonso Celso de Assis Figueiredo*. — Sr. Contador da Marinha.

N. 6.— AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS
PUBLICAS.—EM 8 DE JANEIRO DE 1868.

Declara que ao Governo Imperial pertence a authorisação de incorporação de Companhias que levem a effeito o prolongamento da estrada de ferro de Jundiahy a Campinas.

N. 1.—Directoria das Obras Publicas e Navegação.
—2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 8 de Janeiro de 1868.

Illm. e Exm. Sr.—Tenho presente o officio de V. Ex. de 28 de Dezembro ultimo em que, submettendo á consideração do Goveno Imperial a questão do prolongamento da via ferrea dessa Provincia, da Cidade de Jundiahy até Campinas, declara ter a mais firme esperança de levar a effeito esse importante melhoramento por meio de uma associação organizada nessa Provincia.

Nesse louvavel empenho consulta V. Ex.: 1.^o se, estando habilitado por lei Provincial a garantir 7 % aos capitaes que se empregarem nessas obras até a importancia de cinco mil contos, póde contractar a construcção da estrada com alguma companhia ou empregario; 2.^o se pertence ao Governo Geral sómente approvar e autorisar a incorporação da companhia, ou tambem a celebração de contracto; 3.^o, finalmente, se no caso affirmativo está o Governo Imperial disposto a conceder á companhia que se formar os mesmos privilegios e favores que no Decreto de 26 de Abril de 1856 forão outorgados á companhia ingleza. Em resposta declaro a V. Ex.; primo, que, uma vez que a Directoria da Companhia ingleza se recusa formalmente sob a simples garantia provincial tomar a si essa empreza, fica livre ao Governo Imperial contractar-a com qualquer associação ou empregario, convindo porém antes de tudo que esta Secretaria de Estado tenha presente esse documento official de recusa da Directoria de que falla V. Ex., secundo, que ao Governo Imperial pertence autorisar e approvar a incorporação da companhia, bem como a celebração de quaesquer contractos para o prolongamento em questão; tercio, finalmente, que o Governo Imperial não duvidará conceder á companhia que se organizar para o re-

ferido prolongamento os privilegios, isenções e favores que estiverem em suas attribuições, uma vez reconhecida a necessidade de semelhantes concessões para a incorporação da companhia.

Deus Guarde a V. Ex.—*Manoel Pinto de Souza Dantas*.—Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo,

N. 7.—FAZENDA.—EM 11 DE JANEIRO DE 1868.

Regularisa o expediente relativo á substituição ou restituição do sello das letras e conhecimentos de estampa particular.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 11 de Janeiro de 1868.

Achando-se a cargo do Provedor da Casa da Moeda, em virtude do disposto no Decreto n.º 4040 de 11 de Dezembro proximo passado, as attribuições que pelo Regulamento, que baixou com o Decreto n.º 2552 de 25 de Fevereiro de 1860, pertencião ao Administrador da extincta officina de estampanria e impressão do Thesouro Nacional; e, convindo regularisar o expediente e processo das que respeitão ao exame e verificação de sellos, cuja substituição, ou restituição na fórma das Instrucções de 11 de Fevereiro de 1862 tenha de ser requerida á Recebedoria do Rio de Janeiro, de maneira que esse serviço se faça com a possível promptidão e segurança: declaro a V. S., para sua intelligencia e devidos effeitos, que as petições ou requerimentos acerca da dita substituição, ou restituição deverão ser apresentadas ao Provedor da Casa da Moeda, o qual, depois de fazer proceder aos exames precisos acerca da veracidade das estampas, ou sellos, segundo o disposto no art. 8.º das citadas Instrucções, os enviará com informação sua a esse respeito á Recebedoria do Rio de Janeiro, cujo Administrador por meio de officio requisitará directamente e do modo mais resumido ao referido Provedor a effectividade da substituição, quando esta tenha lugar.

Deus Guarde a V. S.—*Zucarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Conselheiro Director Geral interino das Rend. Publicas

N. 8.—FAZENDA.—EM 11 DE JANEIRO DE 1868.

Corrige um erro na ultima linha da Tabella das moedas de ouro, a que se refere a Circular n.º 68 de 28 de Dezembro do anno passado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 11 de Janeiro de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida intelligencia e execução, que na Tabella das moedas de ouro, a que se refere a Circular n.º 68 de 28 de Dezembro do anno passado, em vez das palavras da ultima linha—As de 40, 5, 2 $\frac{1}{2}$ e $\frac{1}{4}$ de dita—devem ler-se:—As de 40, 5, 2 $\frac{1}{2}$ ou $\frac{1}{4}$ de dita.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.



N. 9.—GUERRA.—EM 13 DE JANEIRO DE 1868.

Declara que os mestres das officinas do Arsenal de Guerra da Corte não devem pagar o imposto de tres por cento de que trata o Decreto n.º 3977, de 12 de Outubro de 1867.

Directoria Central.—4.ª Secção.—Rio de Janeiro.
—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 13 de Janeiro de 1868.

Declaro a V. S., para seu conhecimento e execução, e em resposta ao seu officio n.º 519, de 14 de Novembro do anno proximo passado, que, visto se ter resolvido que os Mestres das Officinas do Arsenal de Marinha não devem pagar o imposto de tres por cento de que trata o Decreto n.º 3977 de 12 de Outubro do mesmo anno, por terem sido considerados como operarios, e como taes se acharem comprehendidos na isenção do § 2.º do art. 1.º do referido

Decreto, segundo informa o Sr. Ministro da Marinha em seu Aviso de 26 de Dezembro ultimo, não devem tambem os Mestres das Officinas do Arsenal de Guerra da Côrte pagar aquelle imposto.

Deus Guarde a V. S.—*João Lustosa da Cunha Paranaguá*.—Sr. José de Miranda da Silva Reis.

N. 10.—FAZENDA.—EM 14 DE JANEIRO DE 1868.

Dá providencias para que às Thesourarias de Fazenda sejam fornecidas colleções de notas do Governo em circulação a fim dos exames que tiverem de fazer.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 14 de Janeiro de 1868.

Illm. e Exm. Sr. —Tendo em vista obviar os inconvenientes que difficultão a marcha do serviço nas Thesourarias de Fazenda, no que toca ao movimento do dinheiro em notas do Governo, resolvi o seguinte:

1.º Que fique autorizada a Caixa da Amortisação para mandar preparar colleções das notas, ora em circulação, de todos os valores, declarando-se no verso de cada uma a numeração da estampa de cada valor, e que é destinada ao exame e recebimento das do mesmo valor nas Thesourarias de Fazenda, sendo estas declarações datadas e assignadas pelos trocadores da Caixa e rubricadas pelo respectivo Thesoureiro.

2.º Que essas colleções se remetão ao Thesouro em numero igual ao das Thesourarias, para lhes serem enviadas.

3.º Que do mesmo modo se proceda sempre que se emitirem notas de nova estampa, e com a necessaria brevidade, afim de que sejam as ditas notas remetidas antes da emissão, se fôr possível.

O que communico a V. Ex. para seu conhecimento e a devida execução.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Concelheiro Inspector Geral da Caixa da Amortisação.

N. 11.—FAZENDA.—EM 11 DE JANEIRO DE 1868.

Os Escrivães, Tabelliães, Distribuidores, Contadores e outros empregados judiciaes que não percebem vencimentos dos Cofres Publicos, mas unicamente custas e emolumentos das partes, não são sujeitos ao imposto de 3 %.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 11 de Janeiro 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de S. Paulo, que os Escrivães, Tabelliães, Distribuidores, Contadores, e outros Empregados judiciaes, que não percebem vencimentos dos Cofres Publicos, mas unicamente custas e emolumentos das partes, não são sujeitos ao imposto de 3 %, por que delles não faz menção o art. 22 da Lei n.º 1507 de 26 de Setembro ultimo, nem o Decreto n.º 3977 de 12 de Outubro proximo passado, que só se refere aos que accumulão custas e emolumentos aos vencimentos que percebem dos cofres geraes, provinciaes, ou municipaes; ficando assim approvada a decisão dada por essa Thesouraria á Consulta feita pela Alfandega da Cidade de Santos, constante da cópia annexa ao seu officio n.º 99 de 6 de Dezembro do anno passado, de accordo com o voto do respectivo Procurador Fiscal.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 12.—FAZENDA.—EM 14 DE JANEIRO DE 1868.

Resolve duvidas occorridas na Alfandega da Córte quanto á cobrança do imposto de 13 % em ouro dos direitos de importação.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 14 de Janeiro de 1868.

Em resposta ao seu officio n.º 621 de 9 do corrente expondo varias duvidas occorridas na cobrança do
direitos de 1868.

imposto de 15 % em ouro dos direitos de importação, declaro a V. S. :

1.º Que houve equívoco na impressão da tabella que acompanhou a Circular n.º 68 de 28 de Dezembro ultimo na parte relativa ás moedas americanas, dizendo-se—as de 10 (dólares), 5, 2 1/2 e 1/4 de dita,— em vez de—as de 10, 5, 2 1/2 ou 1/4 de dita, de modo que o valor mínimo das moedas dessa especie é effectivamente o de um dollar.

2.º Que nos casos em que as fracções excederem do mínimo valor, e o commercio preferir entrar para os cofres com um soberano recebendo a respectiva differença, esta deverá ser entregue em ouro, havendo-o para trocos, ou em papel moeda pela cotação do cambio do dia antecedente; cumprindo que V. S. mande servir effectivamente na Thesouraria os Empregados que forem necessários para o calculo, até ulterior deliberação.

Deus Guarde a V. S.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro



N. 13.—FAZENDA.—EM 15 DE JANEIRO DE 1868.

Sobre o pagamento a um Inspector de Alfandega do ordenado correspondente ao tempo em que deixou de ter exercicio, por effecto de remoção para outra Provincia, da qual foi novamente removido para o seu antigo emprego.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 15 de Janeiro de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria do Maranhão que fica approvado o acto da Inspectoria interina, communicado em officio de 30 de Setembro proximo findo, de pagar-lhe pela verba—Eventuaes— do passado e do presente exercicio o ordenado de Inspector da Alfandega da dita Provincia, durante o tempo em que por

virtude de remoção para o Rio Grande do Sul deixou de ter exercício, até que foi novamente removido e entrou nas funcções do seu actual emprego, visto não haver seguido para o Sul por motivos attendíveis; convindo, porém, observar que tal despeza dependia de prévia deliberação deste Ministerio, e que é necessario que a Thesouraria discrimine a parte da dita despeza que pertence ao exercício de 1866—67 da que corre por conta do actual, a fim de fazer-se regularmente a escripturação do Thesouro.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 44.—GUERRA.—EM 17 DE JANEIRO DE 1868.

Declara que os Coadjuvantes de escripta do Arsenal de Guerra da Córte não tem direito a augmento de vencimento, seja qual fôr o exercício em que se achem, salvo se substituirem os Escrivães.

Directoria Central.—1.^a Secção.—Rio de Janeiro.
—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 17 de Janeiro de 1868.

Declaro a V. S., para seu conhecimento e execução, e em resposta ao seu officio n.º 405 de 23 de Dezembro proximo findo, que os Coadjuvantes de escripta do Arsenal de Guerra da Córte não têm direito a augmento de vencimento, seja qual fôr o exercício em que se achem, salvo se substituirem os Escrivães; porquanto semelhantes funcionarios são Amanuenses extraordinarios, e como taes percebem uma gratificação, que não póde variar quando elles varião de trabalho: o que fica estabelecido como regra.

Deus Guarde a V. S.—*João Lustoza da Cunha Paranaguá.*—Sr. José de Miranda da Silva Reis.

N. 15. — IMPÉRIO. — Em 17 DE JANEIRO DE 1868.

A' Ilma. Camara Municipal. — Declara que não são incompatíveis os cargos de Almoxtarifado do Arsenal de Guerra e de Escrivão do Almoxtarifado da Marinha com o de Juiz de Paz.

3.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio, em 17 de Janeiro de 1868.

Manda Sua Magestade o Imperador declarar á Ilma. Camara Municipal que, não sendo incompatíveis os cargos de Almoxtarifado do Arsenal de Guerra e de Escrivão do Almoxtarifado da Marinha com o de Juiz de Paz, nada obsta a que exereção as respectivas funções os Juizes de Paz da freguezia de S. Christovão João Francisco da Motta Rezende e João Rodrigues dos Santos Mello.

José Joaquim Fernandes Torres,

N. 16. — IMPÉRIO. — Em 18 DE JANEIRO DE 1868.

ao Director da Faculdade de Direito do Recife. — Declara que os substitutos das cadeiras de preparatorios, nomeados antes da promulgação do Regulamento de 5 de Maio 1856, podem ser providos nas respectivas cadeiras independentemente de concurso.

1.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio, em 18 de Janeiro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr. — Sua Magestade o Imperador, Confermando-se por Sua Immediata e Imperial Resolução de 4 de corrente, tomada sobre parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 40 de Dezembro ultimo, Ha por bem Mandar Declarar que a disposição do art. 2.º do Regulamento de 5 de Maio de 1856 não applicavel aos substitutos das aulas preparatorias que foram nomeados antes da promulgação do ci-

tado Regulamento, ficando-lhes portanto o direito salvo de serem providos nas cadeiras, de que são substitutos, independentemente de concurso.

O que communico a V. Ex. para seu conhecimento e execução ; prevenindo-o de que nesta conformidade foi provido, por Decreto de 45 do corrente, na cadeira de arithmetica e geometria o respectivo substituto Bacharel João Vicente da Silva Costa.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Joaquim Fernandes Torres.* — Sr. Director da Faculdade de Direito do Recife.

N. 17. — GUERRA. — EM 18 DE JANEIRO DE 1868.

Declara que não ha incompatibilidade no exercicio simultaneo dos cargos de Juiz de Paz e de Almoxarife de Arsenal de Guerra, avista do disposto no Aviso de 4 de Junho de 1847.

Directoria Central. — 1.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 18 de Janeiro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr. — Solicitando V. Ex., em o seu Aviso datado de 28 de Dezembro ultimo, se declare, se, avista do disposto no Aviso de 4 de Junho de 1847, ha incompatibilidade de no exercicio simultaneo dos cargos de Juiz de Paz e de Almoxarife do Arsenal de Guerra, a fim de que o Ministerio a cargo de V. Ex. possa resolver, como convem, acerca de uma questão sujeita a decisão pelo Juiz de Paz juramentado da Freguezia de S. Christovão João Rodrigues dos Santos Mello, que exerce o dito lugar de Almoxarife ; cumpre-me responder a V. Ex. que não ha incompatibilidade.

Deus Guarde a V. Ex. — *João Lustosa da Cunha Paranaguá.* — Sr. José Joaquim Fernandes Torres.

N. 18.—IMPERIO.—EM 21 DE JANEIRO DE 1868.

Ao Juiz de Paz Presidente da Junta de Qualificação da parochia de Irajá. — Declara que, estando a parochia dividida pela Ilma. Camara Municipal em dous districtos de paz, deve attender-se a essa divisão nos trabalhos da qualificação, embora se interponha recurso da deliberação da mesma Camara.

3.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 21 de Janeiro de 1868.

Declaro a Vm., em resposta ao seu officio de hontem, que, achando-se essa parochia dividida, por deliberação da Ilma. Camara Municipal, em dous districtos de Paz, deve attender-se a esta divisão na qualificação a que se está procedendo, á vista do que dispõe o art. 49 da Lei de 49 de Agosto de 1846.

O Ministerio da Justiça, ao qual, nos termos do Aviso n.º 249 de 8 de Junho de 1860, compete resolver sobre o recurso interposto daquella deliberação pelo Juiz de Paz mais votado dessa parochia, decidirá opportunamente o que fôr mais justo e conveniente.

Deus Guarde a Vm.—*José Joaquim Fernandes Torres*.—Sr. Juiz de Paz Presidente da Junta de Qualificação da parochia de Irajá.

N. 19.—FAZENDA.—EM 21 DE JANEIRO DE 1868.

Providencia para facilitar a cobrança do imposto de 13 % em ouro dos direitos de importação.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 21 de Janeiro de 1868.

Conviendo facilitar o mais que fôr possível a cobrança do imposto de 13 % em ouro dos direitos de importação e addicionaes, sirva-se V. S. adoptar o expediente de entregar as pessoas que satisfizerem

tal imposto, na hypothese de que trata o Aviso de 14 do corrente, cautelas pela differença ou troco que a Repartição lhes deve dar, as quaes serão recebidas em outros pagamentos de direitos em ouro, ficando entendido que este meio será empregado unicamente quando as partes o preferirem aos de que trata o mesmo Aviso.

Deus Guarde a V. S.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro.

N. 20.—FAZENDA.—EM 21 DE JANEIRO DE 1868.

Os exames de analyse grammatical e orthographia constituem provas distinctas, que devem portanto ser remettidas ao Thesouro separadamente.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 21 de Janeiro de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, devolve ao Sr. Inspector da Thesouraria do Rio Grande do Norte, a inclusa folha corrida do candidato do concurso de que trata em seu officio n.º 59 de 2 de Setembro ultimo, Germano Antonio Machado, nesta data nomeado Praticante, a fim de que sejam cobrados os respectivos direitos e sellada a segunda meia folha de papel em que foi passada, bem como o conhecimento a ella annexa de receita provincial, com o que nada tem o Thesouro; devendo a folha corrida ser em tempo restituída a esta repartição. Outrosim, pondera ao Sr. Inspector que os exames de analyse grammatical e orthographia constituem provas distinctas, e que portanto cumpre que sejam remettidas separadamente sempre que se tiver de dar execução ao art. 24 do Decreto n.º 2549 de 14 de Março de 1860.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 21.—FAZENDA.—Em 22 DE JANEIRO DE 1868.

Sobre o imposto da dóca. — Não o pagão os volumes com amostras de nenhum valor, e os botes que conduzirem unicamente passageiros e suas bagagens.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 22 de Janeiro de 1868.

Communico a V. S., em resposta ao seu officio n.º 624 de 19 do corrente, que ficão approvadas as Instrucções, que expedio, exceptuando do imposto da dóca, de que trata o Decreto de 23 de Outubro do anno passado, os pacotes ou embrulhos com amostras de nenhum valor, e os botes e escaleres que conduzirem unicamente passageiros e suas bagagens; devendo, porém, cobrar-se o dito imposto dos mesmos botes, escaleres e outras embarcações miudas, que trouxerem descargas regulares de bordo, e que por esse facto tenham de demorar-se na dóca.

Deus Guarde a V. S.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro.

N. 22.—IMPERIO.—Em 22 DE JANEIRO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro. — Declara que não devem tomar parte na eleição de membros da Assembléa Legislativa Provincial eleitores, cuja legitimidade não estiver reconhecida pela Camara dos Deputados.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 22 de Janeiro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr. — Declaro a V. Ex., em resposta ao seu officio de 16 do corrente, que, á vista do disposto no Aviso n.º 547 de 22 de Novembro de 1861, foi approvada a resolução de V. Ex. sobre não de-

sembléa Legislativa dessa Provincia os eleitores da parochia de Nossa Senhora do Amparo de Correntezas, cuja legitimidade ainda não foi reconhecida pela Camara dos Deputados.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Jodquim Fernandes Torres*.—Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

N. 23.—FAZENDA,—EM 24 DE JANEIRO DE 1868.

Os generos nacionaes estão sujeitos á armazenagem desde a data da descarga, e não lhes póde ser applicavel pela demora o art. 694 do Regulamento das Alfandegas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 24 de Janeiro de 1868.

Declaro a V. S., em resposta ao seu officio n.º 572 de 23 de Dezembro proximo passado, que, estando os generos nacionaes sujeitos á armazenagem desde a data da descarga, como o declararão as Circulares de 4 de Agosto de 1865 e 16 de Outubro de 1867, e não havendo, por outro lado, disposição alguma a respeito da demora dos mesmos generos na hypothese do art. 694, não lhes póde ser este applicavel, nem convém tomar-se qualquer das medidas por V. S. propostas.

Deus Guarde a V. S.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro.

N. 24.—GUERRA.—EM 24 DE JANEIRO DE 1868.

Declara qual o vencimento que compete aos Praticantes paisanos do Imperial Observatorio Astronomico.

Directoria Central.—4.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 24 de Janeiro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Tendo Sua Magestade o Imperador Determinado, por Sua Immediata e Imperial Resolução de 21 do corrente, Tomada sobre Consulta da Secção de Guerra e Marinha do Conselho de Estado, que aos Praticantes paisanos do Imperial Observatorio Astronomico compete como vencimento a importância do valor da adicional e da etapa abonada aos subalternos, que na pratica constante forão sempre nomeados para tal emprego, isto é, quarenta mil réis mensaes; e bem assim que a igual vencimento tem direito o ajudante do mesmo Observatorio, quando fôr paisano: assim o communico a V. Ex. para seu devido conhecimento.

Deus Guarde a V. Ex.—*João Lustoza da Cunha Paranaquá*.—Sr. Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 25.—IMPERIO.—EM 25 DE JANEIRO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia do Pará.—Declara que os empregados municipaes que forem demittidos podem interpor o recurso estabelecido no art. 73 da Lei do 1.^o de Outubro de 1822.

3.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 25 de Janeiro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Declaro a V. Ex., em resposta ao seu officio de 28 do mez findo, que, dando a Lei do 1.^o de Outubro de 1828 o recurso indicado no art. 73 a todo o cidadão que se sentir aggravado das deliberações, accordões e posturas das Ca-

maras Municipaes, nos casos de que trata o mesmo artigo, nada obsta a que V. Ex. tome conhecimento do recurso, interposto pelo cidadão Camillo José do Valle Guimarães, da deliberação da Camara Municipal da Capital dessa Provincia, pela qual foi exonerado do lugar de Medico de partido da dita Camara; devendo V. Ex. decidir se é ou não procedente aquelle recurso.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Joaquim Fernandes Torres*.—Sr. Presidente da Provincia do Pará.

N. 26.—FAZENDA.—EM 28 DE JANEIRO DE 1868.

Resolve duvidas quanto ao Regulamento de 13 de Dezembro de 1860, arts. 24, 49 e 50.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 28 de Janeiro de 1868.

Em solução ás duvidas suscitadas pela Recebedoria do Rio de Janeiro em officios n.^{os} 79 e 170 de 10 de Maio e 27 de Outubro, declaro a V. S., para o devido conhecimento, e a fim de que o faça constar áquella repartição:

1.^a Que o abatimento de 6 % de que trata o art. 50 do Regulamento de 13 de Dezembro de 1860 é relativo sómente á taxa das heranças partilhadas até a data da sua publicação, se os respectivos devedores comparecerem espontaneamente a pagar a referida taxa;

2.^a Que no caso do mesmo artigo não são devidos os juros do art. 49; ficando a Recebedoria autorizada para prorogar o prazo, a que elle se refere, até o fim de Junho proximo futuro; e

3.^a Que a excepção prevista na 2.^a parte do art. 24 do citado Regulamento comprehende o caso em que o tempo para a prestação das contas testamentarias fôr prorogado pela autoridade judiciaria.

Deus Guarde a V. S.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Conselheiro Director Geral interino das Rendas Publicas.

N. 27.—FAZENDA.—EM 29 DE JANEIRO DE 1868.

Resolve uma consulta da Alfandega da Còrte sobre o modo de passarem-se os bilhetes ou letras do art. 583 do Regulamento, depois do imposto de 15 % dos direitos em ouro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 29 de Janeiro de 1868.

Em solução ao que V. S. representou no seu officio n.º 659 de 23 do corrente, relativamente ao modo por que devem ser agora passados os bilhetes ou letras que o Regulamento das Alfandegas faculta aos assignantes e donos ou consignatarios de certos generos para pagamento dos direitos de consumo e additionaes, estando como estão sujeitos ao imposto de 15 % em ouro as pessoas que gozão desse favor; declaro a V. S. que dever-se-ha passar uma só letra ou bilhete, mencionando-se no dorso a parte que tem de ser satisfeita em moeda metallica, e remetter o título á Caixa da Amortização a fim de cobrar a respectiva somma em ambas as especies e enviar ao Thesouro a importancia arrecadada em ouro.

Deus Guarde a V. S.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*. —Sr. Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro.

N. 28.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—CIRCULAR EM 29 DE JANEIRO DE 1868.

Declara que se não forneção instrumentos aos Engenheiros sem que assignem uma obrigação de restitui-los.

N. 1.—Circular.—Directoria das Obras Publicas e Navegação.—2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 29 de Janeiro de 1868.

Hlm. e Exm. Sr.—Convindo que d'ora em diante se não forneça instrumentos aos Engenheiros nomeados para as comissões, sem que os mesmos

assignem a obrigação de restituil-os logo que finde o serviço de que forem encarregados, a fim de evitar-se o extravio, e ter-se disponíveis instrumentos para outros trabalhos e commissões: assim o declaro a V. Ex. para sua intelligencia e devida execução.

Deus Guarde V. Ex. — *Manoel Pinto de Souza Dantas*.—Sr. Presidente da Provincia de.....

N. 29.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS
PUBLICAS.—EM 29 DE JANEIRO DE 1868.

Declara que a Companhia da estrada de ferro de S. Paulo é responsável por todo o material exigido pelo Decreto de concessão.

N. 4.—Directoria das Obras Publicas e Navegação.
—2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 29 de Janeiro de 1868.

Tenho presente o seu officio de 23 de Dezembro ultimo, a que acompanhou por copia o da Directoria da estrada de ferro de S. Paulo de 21 do mesmo mez, communicando ter dado as providencias reclamadas por este Ministerio em Aviso de 12 e 14 de Outubro, e porque nesse officio declara a dita Directoria que a importancia dos wagões e locomotivas que fez embarcar para o serviço da mesma estrada deve ser levada á conta do rendimento, por isso que excede o numero originalmente contemplado no relatorio do engenheiro Braules, declaro a Vm. para que faça constar á mesma Directoria que ella é responsavel por todo o material exigido para uso da estrada pela condicao 47 § 3.^o do Decreto da concessão n.^o 1750 de 26 de Abril de 1856, e sua despeza deve ser carregada ao capital, e se pelo relatorio de Mr. Braules, foi julgado sufficiente para o começo do serviço

da linha menor numero de material rodante não está por isso a Companhia desobrigada de satisfazer plenamente as condições desse Decreto, que por nenhum acto posterior foi nesta parte revogado.

Deus Guarde a V. S. — *Manoel Pinto de Souza Dantas*.—Sr. Encarregado de Negocios interino do Brasil em Londres.

N. 30.— AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS
PUBLICAS. — EM 31 DE JANEIRO DE 1868.

Approva a tabella de precos das obras, que a Companhia Rio de Janeiro City Improvements tiver de executar por conta de particulares.

Sua Magestade o Imperador Ha por bem approvar a tabella de precos das obras que, d'ora em diante, forem executadas pela Companhia Rio de Janeiro City Improvements, na conformidade do § 1.º da condicao 2.ª do contracto approvedo pelo Decreto n.º 4929 de 26 de Abril de 1857, assignada pelo Director da Segunda Directoria da Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.

Palacio do Rio de Janeiro, em 31 de Janeiro de 1868.—*Manoel Pinto de Souza Dantas*.

Tabella de preços mencionada no § 1.º da condição 2.ª do contracto approved pelo Decreto n.º 1929 de 26 de Abril de 1857 para regular a importancia das obras que para o futuro houverem de ser executadas pela Companhia Rio de Janeiro City Improvements por conta dos particulares, na forma do contracto, e que tem de vigorar do 1.º de Fevereiro de 1868 a 31 de Janeiro de 1871.

1 Fornecer e assentar canos de barro vidrado, incluindo toda a despesa para as excavações e concerto de toda e qualquer avaria, a remoção de todo o material superfluo, deixando tudo como se achar. Canos de 4 pollegadas....	Cada pé inglez.	18250
2 Idem idem de 6 pollegadas.....	»	18600
3 Idem idem de 9 »	»	28500
4 Idem idem de 12 »	»	48000
5 Fornecer e assentar sumidouros vidrados com grades de ferro fundido, incluindo as condições da verba n.º 1.....	Cada um.....	105000
6 Fornecer e assentar um receptaculo em qualquer andar, incluindo as condições da verba n.º 1.....	»	128000
7 Fornecer e assentar canos de ferro galvanizado, incluindo as condições da verba n.º 1, e excluindo o custo de embutir os canos nas paredes.....	Cada pé inglez.	38500
8 Fazer junção com canos de ferro galvanizado e manga, incluindo as condições da verba n.º 7.....	Cada junção...	318000
9 Levantar, limpar e tornar a assentar canos entupidos, incluindo as condições da verba n.º 1. Canos de 4 e 6 pollegadas.....	Cada pé inglez.	8600
10 Idem idem de 9 pollegadas.....	»	18000
11 Idem idem de 12 »	»	18150
12 Levantar, limpar e tornar a assentar sumidouros entupidos, incluindo as condições da verba n.º 1.....	Cada um.....	48000
13 Levantar, limpar e tornar a assentar receptaculos entupidos, incluindo as condições da verba n.º 1.....	»	48000
14 Levantar, limpar e tornar a assentar canos de ferro entupidos, incluindo as condições da verba n.º 1.....	Cada pavimento	48000

Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 31 de Janeiro de 1868.—*Manoel da Cunha Galvão.*



N. 31.—FAZENDA.—EM 3 DE FEVEREIRO DE 1868.

O imposto da armazenagem deve ser calculado, tanto sobre os direitos de consumo estabelecidos na Tarifa, como sobre os 5 % additionaes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 3 de Fevereiro de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida intelligencia e execução, e de conformidade com a Ordem n.º 13 expedida nesta data á Thesouraria da Bahia, que, á vista do disposto no § 4.º do art. 41 da Lei n.º 1114 de 27 de Setembro de 1850, ainda em vigor por força de disposições legislativas posteriores, e no art. 2.º do Decreto n.º 2684 de 3 de Novembro daquelle mesmo anno, comparado com o art. 692 do Regulamento das Alfandegas, deve o imposto da armazenagem ser calculado, assim sobre os direitos de consumo estabelecidos na Tarifa, como sobre os 5 % additionaes lançados pelas disposições citadas em primeiro lugar.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 32.—FAZENDA.—EM 3 DE FEVEREIRO DE 1868.

O Ajudante do Escrivão de Collectoria não pôde assignar o respectivo expediente, não estando o Escrivão impedido.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 3 de de Fevereiro de 1868.

Declaro a V. S., a fim de que o faça constar ao Collector das Rendas Geraes do Município de Santo Antonio de Sá, em solução á duvida constante de seu officio de 18 de Janeiro proximo passado, que,

não estando impedido por molestia, ou em serviço, o Escrivão da Collectoria, não pôde o seu Ajudante assignar o expediente, porém sim trabalhar com elle quando a influencia do serviço exigir que assim aconteça.

Deus Guarde a V. S.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Conselheiro Director Geral interino das Rendas Publicas.



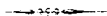
N. 33.—FAZENDA.—EM 3 DE FEVEREIRO DE 1868.

Os collectores estão sujeitos ao imposto de 3% sobre os vencimentos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 3 de Fevereiro de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Parahyba, em resposta ao seu officio n.º 98 de 31 de Dezembro ultimo, que, á vista do disposto no art. 22 da Lei n.º 4507 de 26 de Setembro do anno proximo passado, foi approvedo o acto pelo qual decidiu que os Collectores estão sujeitos ao imposto na mesma Lei estabelecido.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.



N. 31.—FAZENDA.—EM 5 DE FEVEREIRO DE 1868.

Isenção de direitos de um órgão mandado vir directamente da Europa pela Mesa de uma Irmandade.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 5 de Fevereiro de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, deferindo o requere-

rimento da Mesa da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição da Praia, a que acompanhou o officio da Presidência da Província da Bahia de 15 do mez passado, solicitando isenção de direitos de importação para um órgão mandado vir directamente da Europa para uso nos officios divinos celebrados na dita Matriz; ordena ao Sr. Inspector da respectiva Thesouraria de Fazenda que, á vista do § 33 do art. 512 do Regulamento das Alfandegas de 19 de Setembro de 1860, permita a mencionada isenção de direitos, e restitua a importancia dos mesmos já pagos.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 35.—GUERRA.—EM 5 DE FEVEREIRO DE 1868.

Aviso expedido ao director interino do Arsenal de Guerra da Corte, contendo instrucções para a casa de armas da Fortaleza da Conceição.

Directoria Central.—1.^a Secção.—Rio de Janeiro.
—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 5 de Fevereiro de 1868.

Declaro a V. S., para seu conhecimento e execução, que para o serviço da casa de Armas da Fortaleza da Conceição, devem ser observadas as seguintes instrucções:

1.^o A casa de Armas da Fortaleza da Conceição ficará d'ora em diante sendo dependencia da Fabrica de Armas da mesma Fortaleza, e como tal sob a immediata inspecção e fiscalisação do 3.^o, Ajudante da Directoria do Arsenal de Guerra da Corte, encarregado da dita Fabrica.

2.^o O actual Fiel, que tomará o nome de Guarda e os serventes indispensaveis para o arranjo, limpeza, conservação e mais cuidados, que exige o armamento nella recolhido, ficarão immediatamente subordinados ao 3.^o Ajudante.

3.º O Guarda receberá do Almoxarife, de quem era até agora Fiel, por inventario, e mediante avaliação, todo o armamento susceptível de concerto, que existir na casa de armas. O que se achar reparado, ou em estado de servir, á excepção dos modelos, será recolhido ao Arsenal de Guerra, e ali arrecadado e carregado ao Almoxarife respectivo, no caso de que não o esteja.

4.º Ao mesmo Guarda incumbe, além do arranjo e conservação do armamento, a escripturação de tudo quanto fôr recolhido ou retirado da casa de Armas.

O armamento e mais objectos que tiverem de sahir dali para concerto, ou para qualquer outro fim serão mencionados em um pedido, feito pelo respectivo Mestre, e rubricado pelo 3.º Ajudante, para que possam ser fornecidos.

No livro competente da sua descarga, o Guarda lançará estes pedidos, e o Mestre, que os fizer, assignará.

5.º Todo o armamento desconcertado, ou arruinado ou as peças do mesmo armamento, que forem enviadas ao Arsenal de Guerra, serão immediatamente mandadas examinar e avaliar por ordem da Directoria do mesmo Arsenal expedida ao 3.º Ajudante.

Este levará o resultado ao conhecimento da Directoria para mandar carregar ao Guarda da casa de Armas o que fôr aproveitavel, quer como arma completa, quer como peça do armamento.

O que fôr inutil ou aproveitavel sómente como materia prima, será dado em consumo ou carregado á classe competente do Arsenal de Guerra.

6.º Todo o armamento concertado na Fabrica de Armas, sahirá das officinas para o Arsenal de Guerra, sendo remettido com guia em que se declare a quantidade, a qualidade e o custo porque ficou depois de reparado. Esta guia será rubricada pelo 3.º Ajudante, e por despacho lançado nella, mandará o Director do Arsenal arrecadar e carregar os objectos, a que se refere, a classe respectiva.

7.º Semestralmente o 3.º Ajudante remetterá á Directoria do Arsenal de Guerra o balanço do que tiver entrado para a casa de Armas, e sahido para as officinas, e do que ficar existindo, bem como do que tiver sido remettido para o Arsenal pelo Mestre, do que este tiver recebido da casa de Armas, e do que deve ficar existindo aindo em seu poder.

A' vista das differenças, que se encontrarem para mais ou para menos, serão advertidos o Mestre e o Guarda pelos descuidos na sua escripturação no primeiro caso, e responsabilizados pelo pagamento no segundo.

Deus Guarde a V. S.—*João Lustoza da Cunha Paranaguá*.—Sr. José de Miranda da Silva Reis.

N. 36.—GUERRA.—EM 5 DE FEVEREIRO DE 1868.

Declara como deve ser abonada a gratificação, que compete aos Repetidores, que servem não accidentalmente, mas na ausencia dos Lentes ou Professores.

Directoria Central.—1.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 5 de Fevereiro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Em resposta ao Aviso de 47 do mez proximo findo, em que V. Ex. pede se declare se ao Repetidor da Escola Preparatoria, annexa á Militar, Antonio José Fernandes dos Reis, que se acha regendo a cadeira de francez, na ausencia do Professor Felix Vogeli, compete durante as ferias a respectiva gratificação; communico a V. Ex. que os Repetidores que servem, não accidentalmente, mas na ausencia dos Lentes ou Professores tem direito á gratificação na mesma forma por que seria abonada aos substituidos.

Deus Guarde a V. Ex.—*João Lustoza da Cunha Paranaguá*.—Sr. Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 37.—FAZENDA.—EM 5 DE FEVEREIRO 1868.

O beneficio do meio soldo só compete aos filhos legitimos ou legitimados por subseguente matrimonio.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 5 de Fevereiro de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Parahyba, em resposta ao seu officio n.º 92 de 20 de Dezembro ultimo, que as menores Carolina, Emilia e Maria, filhas do fallecido Capitão de Commissão do Exercito, Henrique José Borges Soydo, não tem direito ao beneficio do meio soldo que só compete aos filhos legitimos ou legitimados por subseguente matrimonio, nos termos da Circular n.º 32 de 26 de Setembro do anno passado, Imperial Resolução de Consulta do Conselho de Estado de 17 de Março de 1849, ordens n.ºs 322 de 14 de Julho de 1862 e 474 de 9 de Outubro de 1863, e outras, sem embargo da letra do Decreto de pensão, o qual assenta em um evidente equívoco.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 38.—FAZENDA.—EM 6 DE FEVEREIRO DE 1868.

As aguas de Colonia e outras perfumarias, quando importadas em bocetas ou caixinhas de papelão, ou de madeira, devem ser despachadas a peso bruto.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 6 de Fevereiro de 1868.

Tomando em consideração a representação que diferentes commerciantes dirigirão ao Thesouro contra o modo porque se está procedendo nessa Alfandega ao despacho das aguas da colonia e outras perfumarias, e o que V. S. expoz a esse respeito em seu

officio n.º 477 de 28 de Novembro do anno passado com referencia á Ordem sob n.º 530 expedida em 10 de Dezembro de 1866 á Thesouraria de Fazenda de Pernambuco, tenho de declarar a V. S. em solução á dita representação, e depois de ouvir o Tribunal do Thesouro, que na fórma da parte final do art. 226 da Tarifa das Alfandegas devem ser despachadas a peso bruto as aguas de colonia e outras perfumarias, quando importadas em bocetas, ou caixinhas de papelão, ou de madeira; ficando assim explicada a citada Ordem, na conclusão da qual foi empregada a palavra—caixas—por equívoco, como se deduz dos seus proprios fundamentos.

Deus Guarde a V. S.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro.

N. 39.—FAZENDA.—EM 6 DE FEVEREIRO DE 1868.

Dá provimento a um recurso sobre qualificação de 432 chapéos de feltro de lã, annullando por varias irregularidades, o processo de arbitramento feito por occasião do respectivo despacho.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 6 de Fevereiro de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia que tendo sido presente ao dito Tribunal o seu officio n.º 50 de 27 de Fevereiro do anno passado, ao qual acompanhou o recurso interposto pelos negociantes Frères Bradezer dos despachos da Thesouraria de 28 de Agosto do anno anterior e 15 de Janeiro do anno findo, confirmatorio do da respectiva Alfandega de 16 de Julho de 1866, negando-lhes a restituição dos direitos que demais pagarão pela qualificação de 432 chapéos de feltro de lã, e o mesmo Tribunal;

Considerando que no processo do despacho das referidas mercadorias o ex-Inspector da Alfandega

reincidio nas irregularidades e defeitos que lhe foram notados pela ordem de 16 de Fevereiro do anno passado, ácerca de processo semelhante, porquanto a respeito da nota para o despacho aceitou a de n.º 1351, e de novo consentio que funcionasse no respectivo processo o Despachante Castilho, sem a autorisação do dono ou consignatario das mercadorias, exigida no § 2.º n.º 7 e § 3.º do art. 544 do Regulamento das Alfandegas, e relativamente ao processo de arbitramento não só não consta que se deferisse juramento aos arbitros do Commercio, como derão elles parecer em separado dos arbitros da Alfandega, não constando igualmente que fossem presididos e esclarecidos pelo mesmo Inspector, contra o disposto no § 3.º dos arts. 577 e 578 do dito Regulamento e Ordem citada, como em manifesta opposição áquella Ordem e ao § 2.º do art. 577 se não designou nessa occasião o 5.º arbitro, mas dias depois ;

Considerando que a estas irregularidades occorre a da decisão proferida pelo proprio ex-Inspector da Alfandega, não só decidindo com o seu voto o empate que se dêra na votação dos arbitros do Commercio e da Alfandega, como também resolvendo contra o voto do 5.º arbitro que em virtude de reclamação dos recorrentes fôra nomeado, e que como se deprehende do processo notára isoladamente, e sem o concurso indispensavel dos mencionados arbitros ;

Considerando que sendo o voto do 5.º arbitro favoravel aos recorrentes, e tendo elles pedido a restituição da differença de direitos que haviam pago, em virtude do despacho pelo qual o Inspector da Alfandega decidira anteriormente conformando-se com os arbitros da Alfandega, e sendo-lhes denegada com o fundamento de haverem retirado a mercadoria, e pago os direitos antes da decisão arbitral, recorrêrão para a Thesouraria que indeferiu o recurso com o mesmo fundamento, em vista do art. 606 do Regulamento ; e

Considerando finalmente que tendo os recorrentes retirado a mercadoria da Alfandega, e pago os direitos, de conformidade com a decisão da Thesouraria de accordo com a opinião dos dous arbitros daquella Repartição, os quaes qualificárão os chapcos como de pello de coelho entrefinos, á razão de 1\$200 cada um, quando na opinião da commissão da Tarifa da Alfandega do Rio de Janciro, e segundo os

precedentes desta Repartição, são elles qualificados no art. 742 da Tarifa, como de lâ finos: resolveu dar provimento ao dito recurso e declarar nullo o processo pelos fundamentos expostos, ordenando a citada Thesouraria, que dando disso conhecimento á Alfandega, determine á essa Repartição que, calculando os direitos dos 432 chapeos a razão de 450 réis cada um, na fórma do referido art. 742, restitua aos recorrentes a respectiva differença.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 40.—FAZENDA.—EM 7 DE FEVEREIRO DE 1868.

O individuo sujeito ao imposto de 3% sobre os vencimentos, está isento do imposto pessoal.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 7 de Fevereiro de 1868.

Sirva-se V. S. declarar ao Collector das Rendas Geraes de Haborahy, em solução á duvida proposta em seu officio de 41 de Janeiro proximo passado, que, recabindo o imposto pessoal sobre o individuo e não sobre o predio que elle habita, ou de sua propriedade, porque este é obrigado a uma outra imposição, é claro que aquelle, uma vez sujeito ao imposto de 3% sobre seus vencimentos, está isento do pagamento de que se trata, como bem explica o Decreto n.º 4052 de 22 de Dezembro do anno passado, embora possua mais de uma propriedade mobiliada e não habitada em qualquer Municipio da Provincia.

Deus Guarde a V. S.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Conselheiro Director Geral interino das Rendas Publicas.

N. 41.— FAZENDA.— EM 8 DE FEVEREIRO DE 1868.

Sobre a remessa ao Consulado do Brasil em Loreto, no Perú, dos manifestos de mercadorias estrangeiras despachadas na Alfandega do Pará, e na de Manáos novamente creada.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 8 de Fevereiro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Em resposta ao Aviso de V. Ex. de 23 de Outubro ultimo, acompanhado do officio do Consul do Brasil em Loreto, no Perú, ponderando os inconvenientes que resultão de ter a Alfandega do Pará deixado de remetter-lhe os manifestos das mercadorias estrangeiras alli despachadas com destino ao referido porto, tenho de communicar a V. Ex. que o procedimento da referida Alfandega teve fundamento na generalidade da Circular do Thesouro n.º 455 de 45 de Abril de 1862; á vista, porém, do que expõe o mencionado Consul, e das circumstancias especiaes da navegação do rio Amazonas, ficão dadas as necessarias ordens para que seja aquella pratica restabelecida a respeito das mercadorias despachadas na Alfandega do Pará, assim como na novamente creada em Manáos, para o porto de Loreto.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros.

N. 42.— FAZENDA.— EM 10 DE FEVEREIRO DE 1868.

Dá solução a uma Consulta sobre matricula de escravos e cobrança da respectiva taxa nas povoações que, antes da Lei n.º 1307 do anno passado, não estavam sujeitos a este imposto.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 10 de Fevereiro de 1868.

Em solução á Consulta do Collector da Villa da Estrella, constante do seu officio n.º 28 de 12 de

Dezembro do anno passado, sobre a maneira de executar a Lei n.º 1507 de 26 de Setembro do mesmo anno, na parte relativa á matricula de escravos e cobrança da taxa a que ficarão sujeitos pelo art. 48 da dita Lei, sirva-se V. S. declarar-lhe para os fins convenientes que, a cobrança deste imposto deve ser precedida de lançamento e este effectuado em vista da respectiva matricula, conforme o art. 7.º do Regulamento n.º 2160 do 4.º de Março de 1858.

Pelo referido art. 48 da Lei n.º 1507 e Ordem do Thesouro de 30 de Setembro ultimo foi determinado que para a matricula nova se aguardasse o Regulamento que o Governo tem de expedir.

Não deve, portanto, o referido Collector proceder a semelhante matricula enquanto não fór publicado este Regulamento.

E pois, não existindo ainda matricula, nem lançamento relativamente ás povoações, que antes da Lei não estavam sujeitas a este imposto, não pôde por ora realizar a sua cobrança nessas povoações, devendo sómente effectual-a nas cidades e villas do Termo, pelo lançamento feito em vista da matricula já existente, e dentro dos limites já marcados para a matricula, lançamento e cobrança, a que deve opportunamente preceder nas outras localidades as Instrucções que o Governo tem de prescrever, no respectivo Regulamento, como fica dito.

Deus Guarde a V. S.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Conselheiro Director Geral interino das Rendas Publicas.

N.º 13.—GUERRA.—Em 11 DE FEVEREIRO DE 1868.

Declara quaes os vencimentos, que devem perceber os operarios das officinas de 1.ª classe do Arsenal de Guerra da Corte.

Directoria Central.—1.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 11 de Fevereiro de 1868.

Em solução ao officio que V. S. me dirigio em data de 31 do mez proximo findo sob n.º 42, relativo

vamente aos vencimentos, que devem perceber os operarios das officinas de 1.^a classe do Arsenal de Guerra da Côrte, em cujo numero deve ser comprehendida a de fundição ultimamente creada; declare a V. S. para seu conhecimento e execução, que nas referidas officinas deve ser adoptada a tabella de vencimentos em vigor para as de igual categoria no Arsenal de Marinha da Côrte, menos no que diz respeito aos vencimentos do Mestre, que devem ser os que estão marcados na tabella em vigor nesse Arsenal, guardando-se porém entre o jornal e a gratificação a mesma proporção estabelecida em toda a tabella do Arsenal de Marinha.

Por esta occasião recomendo a V. S. que no caso de falta, qualquer que seja o motivo, não deve ser abonada aos operarios a gratificação, visto que a ella só tem direito no caso de effectivo trabalho.

Deus Guarde a V. S.—*João Lustosa da Cunha Pamphilo*.—Sr. José de Miranda da Silva Reis.

N. 14.—FAZENDA.—EM 12 DE FEVEREIRO DE 1868.

Recurso de uma decisão da Alfandega que, permitindo a reexportação de 240 peças de fazendas de algodão, obrigára todavia a parte ao pagamento de multa de direitos em dobro anteriormente imposto por differença de quantidade.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 12 de Fevereiro de 1868.

Communico a V. S., para sua intelligencia e devidos effectos, que o Tribunal do Thesouro, á vista do disposto no art. 28 do Decreto de 31 de Dezembro de 1863, resolveu deferir o recurso de Frederico Glette da decisão dessa Inspectoria, pela qual, permitindo-lhe a reexportação de 240 peças de fazendas de algodão, o obrigára todavia ao pagamento da multa de direitos em dobro, que lhe havia sido anteriormente imposta por differença de quantidade; devendo, portanto, ser-lhe restituída a importância da referida multa.

E por esta occasião recommendo a V. S. a exacta observancia das disposições do Regulamento das Alfandegas e da Ordem de 16 de FEVEREIRO do anno passado a respeito do processo do arbitramento.

Deus Guarde a V. S.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro.

N.º 45. — FAZENDA.— EM 12 DE FEVEREIRO DE 1868.

Não é exigivel o expediente de capatazias quando o embarque dos generos isentados effectua-se á custa das partes, e em pontes não custeadas pela Fazenda.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 12 de FEVEREIRO de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Parahyba, em resposta ao seu officio n.º 97 de 30 de Dezembro proximo passado, que, á vista do art. 697 do Regulamento das Alfandegas, e da ordem n.º 388 de 24 de Setembro de 1866, foi approvada a deliberação da mesma Thesouraria de isentar diversos negociantes exportadores do pagamento do expediente de Capatazias, pois que o embarque dos generos isentados foi feito á custa dos ditos negociantes e em pontes não mantidas ou custeadas pela Fazenda.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 46. — FAZENDA. — EM 12 DE FEVEREIRO DE 1868.

O imposto de 3 % sobre os vencimentos deve ser deduzido sómente no Thesouro e Thesourarias das Provincias onde residirem os diversos funcionarios sujeitos ao mesmo, cessando o desconto das consignações a suas familias ou procuradores.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 12 de Fevereiro de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, de accordo com a Circular do Ministerio da Guerra de 23 de Janeiro ultimo, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, que o imposto de 3 % sobre os vencimentos deve ser deduzido sómente no Thesouro ou Thesourarias das Provincias onde residirem os funcionarios civis, militares ou ecclesiasticos sujeitos ao mesmo imposto, cessando o desconto das consignações que se abonarem na Côrte ou nas Provincias a suas familias ou procuradores, autorizado pela Circular n.º 54 de 30 de Outubro do anno findo, a qual fica desde já revogada.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 47. — FAZENDA. — EM 13 DE FEVEREIRO DE 1868.

Determina que na cidade de Nietheroy se proceda á matricula dos escravos de conformidade com o art. 48 da Lei n.º 1507, e á cobrança da taxa nos devidos tempos, por estar ali feita a demarcação para a cobrança da decima urbana.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 13 de Fevereiro de 1868.

Sirva-se V. S. declarar ao Collector das Rendas Gerais de Nietheroy, em solução á consulta constante de seu officio de 10 de Dezembro ultimo, que,

como está feita naquella cidade a demarcação da legua para a cobrança da decima urbana, deve observar o disposto no art. 48 da Lei n.º 4507 de 26 de Setembro do anno passado de accôrdo com o Aviso de 30 do mesmo mez expedido a essa Directoria, procedendo á matricula dos escravos sujeitos á taxa, e a cobrança desta em devidos tempos, até que seja promulgado o Regulamento de que trata o paragrapho unico do referido artigo.

Deus Guarde a V. S.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Conselheiro Director Geral interino das Rendas Publicas.

N.º 43.—FAZENDA.—Em 13 DE FEVEREIRO DE 1858.

O fazendeiro ou lavrador que tiver por sua conta casa de habitação arrendada ou propria está sujeita ao imposto pessoal.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 13 de Fevereiro de 1858.

Sirva-se V. S. declarar ao Collector das Rendas Gerais de Ilhorahy, em resposta ao seu officio de 11 de Janeiro proximo passado, que, á vista do disposto no art. 40 da Lei n.º 4507 de 26 de Setembro do anno passado, e arts. 4.º e 2.º comparados com os arts. 2.º e 5.º do Decreto n.º 4052 de 28 de Dezembro do mesmo anno, está sujeito ao imposto pessoal todo o fazendeiro ou lavrador que tiver por sua conta casa de habitação arrendada ou propria; cumprindo-lhe ter em vista no processo do lançamento as disposições áquelle respeito dos arts. 47 a 22 do citado Regulamento.

Deus Guarde a V. S.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Conselheiro Director Geral interino das Rendas Publicas.

N. 49. — FAZENDA. — EM 13 DE FEVEREIRO DE 1868.

Sobre a substituição do Agente do Sello da Recebedoria da Corte em seus impedimentos mais ou menos longos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 13 de Fevereiro de 1868.

Sirva-se V. S. declarar ao Administrador da Recebedoria do Rio de Janeiro, em solução à materia de seu officio n.º 2 de 10 de Janeiro proximo passado, que nos impedimentos de pequena duração deverá o Agente do sello ser substituido pelo seu immediato, o Escrivão e este por um de seus Ajudantes que maior categoria tiver; e nos longos impedimentos por empregado da mesma Recebedoria de nomeação deste Ministerio.

Deus Guarde a V. S. — *Zacarias de Góes e Vasconcellos*. — Sr. Conselheiro Director Geral interino das Rendas Publicas.

N. 50. — FAZENDA. — EM 13 DE FEVEREIRO DE 1868.

Condições para a cunhagem da prata dos particulares.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 13 de Fevereiro de 1868.

Fica V. S. autorizado até ulterior deliberação em contrario, para fazer cunhar a prata que os particulares levarem á Casa da Moeda para esse fim, sob as seguintes condições:

1.^a O metal recebido será fundido, ensaiado e reduzido ao título de 835 millesimos; e

2.^a De cada 100 grammas de prata desse título deduzir-se-hão em favor do Thesouro, na forma da lei, 23 grammas, entregando-se o restante dos particulares, depois de cunhado, pelo valor de 80 réis o gramma.

Deus Guarde a V. S. — *Zacarias de Góes e Vasconcellos*. — Sr. Provedor da Casa da Moeda.

N. 51.—FAZENDA.—EM 13 DE FEVEREIRO DE 1868.

Os Capellães e Empregados das Casas de Misericórdia, embora subvencionadas pelos cofres provinciaes, não são sujeitos ao imposto de 3 % sobre os vencimentos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 13 de Fevereiro de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Parahyba, em resposta ao seu officio n.º 99 de 31 de Dezembro do anno proximo passado, que foi approvada a decisão que tomou de isentar do imposto de 3 % os vencimentos do Capellão e Escripturario da Santa Casa da Misericórdia, não obstante ser esta subvencionada pelo cofre provincial, por estar essa decisão de accôrdo com o Decreto n.º 3977 de 12 de Outubro ultimo.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 52.—FAZENDA.—EM 14 DE FEVEREIRO DE 1868.

O subsidio ou diarias que percebem os membros das Assembléas Provinciaes, e as ajudas de custo que se lhes abonar pelas caixas provinciaes para seu transporte, não estão sujeitos ao imposto de 3 %.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 14 de Fevereiro de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, em conformidade da Ordem nesta data dirigida á Thesouraria do Ceará, para a devida intelligencia e execução que, não sendo considerados Empregados publicos os membros das

Assembléas Provinciaes, não estão sujeitos ao imposto de 3%, creado pela Lei n.º 1507 de 26 de Setembro do anno proximo passado, o subsidio ou diarias que percebem, nem as ajudas de custo que pelas caixas provinciaes se lhes abonar para seu transporte.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 53.—FAZENDA.—EM 17 DE FEVEREIRO DE 1868.

Os habitantes das freguezias e arraiaes, embora de seus predios não se cobre a decima, e os fazendeiros e donos de sitios, não estando elles comprehendidos na isenção do art. 5.º do Decreto n.º 4032 de 1867, devem pagar o imposto pessoal.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 17 de Fevereiro de 1868.

Sirva-se V. S. declarar ao collecter das Rendas Geraes do Municipio de Santa Maria Magdalena, em solução ás duvidas constantes de seu officio n.º 20 de 8 de Janeiro proximo passado, que obrigando o art. 1.º do Decreto n.º 4.052 de 28 de Dezembro do anno passado ao pagamento do imposto pessoal toda a pessoa nacional ou estrangeira que residir no Imperio, e tiver por sua conta casa arrendada ou propria, ainda que nella não more, é claro que estão ao mesmo imposto sujeitos os habitantes das freguezias e arraiaes, embora dos respectivos predios se não cobre o imposto da decima urbana.

Pelo que respeita aos fazendeiros e donos de sitios, não estando elles comprehendidos na isenção do art. 5.º do citado Decreto, devem pagar o imposto pessoal, tendo-se em vista a disposição do art. 2.º do mesmo Decreto.

Deus Guarde a V. S.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Conselheiro Director Geral interino das Rendas Publicas.

N. 54. —FAZENDA. —EM 17 DE FEVEREIRO DE 1868.

Os Directores de colonias e os encarregados da catechese estão obrigados á prestação de contas dos dinheiros que recebem dos cofres publicos para os serviços a seu cargo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 17 de Fevereiro de 1868.

Illm. e Exm. Sr.—A vista do que novamente representou-me a Thesouraria do Espirito Santo em officio n.º 77 de 28 de Dezembro ultimo, reitero a requisição que ao Ministerio a cargo de V. Ex. fez o da Fazenda em Aviso de 8 de Agosto de 1864 ácerca dos adiantamentos de quantias aos Directores de colonias.

Estando estes Directores, assim como quaesquer Empregados ou pessoas incumbidas de certas despezas á cargo da administração publica, obrigados á prestação das contas relativas ao emprego dos dinheiros que recebem dos cofres para pagamento de serviços da estrada e outros a seu cargo, fôra conveniente que elles assim como os encarregados da catechese, satisfação essa exigencia, observando as formalidades e requisitos, de que tratão os regulamentos fiscaes, e a que estão sujeitos na fórma do Aviso de 12 de Novembro de 1865.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Manoel Pinto de Souza Dantas.

N. 55. —FAZENDA. —EM 17 DE FEVEREIRO DE 1868.

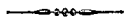
Sobre o requerimento da filha de um militar reclamando contra a decisão do Thesouro que a obriga a repôr a somma que de mais recebeu dos cofres publicos, proveniente da differença entre o meio soldo de 13\$000 mensaes e o de 7\$500 que lhe competia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 17 de Fevereiro de 1868.

Illm. e Exm. Sr.—Respondendo ao officio de V. Ex. de 2 de Outubro do anno passado, a que acom-

panhou o requerimento de D. Maria José de Almeida, filha do fallecido capitão reformado do exercito Joaquim Pedro de Almeida, em que reclama contra a ordem do Thesouro n.º 412 de 2 de Julho do dito anno, que declarou pertencer-lhe o meio soldo de 7\$500 mensaes, muito embora lhe tivesse sido arbitrado pela Thesouraria de Fazenda dessa Provincia em 15\$000 mensaes, que sua finada nóra D. Euphrasia Corolina de Almeida percebia, bem como contra o acto da mesma Thesouraria que fundada na citada ordem, intimou a supplicante para restituir a quantia que de mais tem recebido desde que habilitou-se a prestar fiança na fórma da Lei, tenho a declarar a V. Ex. que póde considerar recurso para o conselho de estado a 1.ª parte do requerimento, por quanto, intimada a supplicante, como foi da decisão deste Ministerio, a refórma dessa decisão só póde obter-se por via contenciosa, perante o mesmo conselho de estado, e mediante recurso assignado por advogado do conselho de estado e interposto no prazo legal, circumstancias estas que, segundo os estylos, só ao conselho de estado cabe examinar, quanto a 2.ª parte a petição é graciosa, excessiva da competencia do Governo, e podendo ser attendida pelo poder legislativo.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro.



N. 56.—FAZENDA.—FM 20 DE FEVEREIRO DE 1868.

Declara que o premio devido aos empreiteiros da estrada de ferro de S. Paulo, deve ser pago ao cambio de 23 3/4 na conformidade do respectivo contracto.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, 20 de Fevereiro de 1868.

Illm. e Exm. Sr. — Em resposta ao aviso de V. Ex. de 18 de Janeiro proximo passado sobre a consulta da presidencia da provincia de S. Paulo, re-

lativa ao premio devido aos empreiteiros da estrada de ferro da mesma provincia, tenho de declarar a V. Ex. que a taxa do cambio para o pagamento aos referidos empreiteiros do premio que lhes é devido pelo adiantamento que tiverão as obras da dita estrada, não póde ser outra senão a expressa no art. 3.º do contracto de 7 de Julho, apprevado pelo Decreto n.º 2950 de 10 do mesmo mez de 1862, isto é, a de 23 ³/₄ dinheiros sterlingos por mil réis, segundo a cotação da praça do Rio de Janeiro no dia 16 de Fevereiro de 1867, em que realisou-se a recepção das obras da estrada, e foi ella franqueada ao transito publico. A clausula do contracto está em seu pleno vigor, e não ha razão para ser alterada.

Deus guarde a V. Ex. — *Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Manoel Pinto de Souza Dantas.



N. 57.—FAZENDA.—EM 21 DE FEVEREIRO DE 1868.

Provinimento de um recurso de decisão da Recebedoria da Corte sobre rivalidação de sello.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 21 de Fevereiro de 1868.

Foi presente ao Tribunal do Thesouro o recurso de Bernardo Corrêa Marzagão da decisão da Recebedoria do Rio de Janeiro, negando-lhe a substituição da quantia de 91\$725 do sello que pagou pela revalidação de um recibo, pelo qual Antonio Pereira de Souza e Silva declara simplesmente que recebêra do recorrente duas letras pelo mesmo accitas e abonadas por terceiro, perfazendo a importância de dinheiros que lhe fornecêra e o saldo de seus salarios até a data das letras, as quaes pagarão o sello devido, fundando-se aquella Repartição para assim proceder no art. 43 do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860, que manda cobrar o imposto no caso de novação de contractos, e o mesmo tribunal:

Considerando que não ha novação no presente caso, porquanto não pôde induzir-a o facto de haver o devedor passado as letras, conservando-se aliás a mesma causa da divida, como até declaração as letras ;

Considerando que, ainda quando houvesse novação, sendo a extincção da primeira divida, e a constituição da nova convenções ou antes condições dependentes uma da outra, não se poderia cobrar o imposto senão por uma vez, porque aliás repetir-se-lia na mesma transacção contra a disposição do art. 38 § 5.º do citado regulamento ;

Considerando que em tal caso, o imposto seria devido, não da extincção da obrigação, mas da criação da nova divida que constitue principalmente a convenção, e consequentemente que, tendo sido pago o sello das letras, como foi, não pôde ser devido da quitação ou extincção das dividas.

Resolveu dar provimento ao recurso para o effeito de restituir-se ao recorrente a importancia da revalidação.

O que communico ao Sr. Administrador da Recebedoria para sua intelligencia e devidos effeitos.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.



N. 58.—FAZENDA.—EM 21 DE FEVEREIRO DE 1868.

Do pagamento dos impostos sobre pensões só são isentas as concedidas ás famílias dos militares que fallecerem na guerra contra o Paraguay.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 21 de Fevereiro de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco, em resposta ao seu officio n.º 334 de 23 de Dezembro do anno passado, que só são

isentas do pagamento dos impostos sobre pensões as concedidas às famílias dos militares que fallecerem na guerra contra o Paraguay, como é expresso no Decreto n.º 1334 de 19 de Setembro de 1866; ficando na intelligencia de que vai cessar a pratica em contrario adoptada pelo Thesouro.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 59.—FAZENDA.—EM 21 DE FEVEREIRO DE 1868.

Dá solução a duvidas sobre a intelligencia do Decreto n.º 1334 de 19 de Setembro de 1866, isentando de impostos as pensões concedidas às famílias dos militares que fallecerem na guerra.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 21 de Fevereiro de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara, para a devida intelligencia e execução, aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, á vista das duvidas suscitadas sobre a intelligencia do Decreto n.º 1334 de 19 de Setembro de 1866:

1.º Que só são isentas do pagamento dos impostos sobre pensões as concedidas às famílias dos militares que fallecerem na guerra contra o Paraguay, como é expresso no citado Decreto;

2.º Que esse favor, o qual se estende ao sello, além dos novos direitos e emolumentos, como já foi declarado, só comprehende as pensões concedidas depois da data da publicidade do mesmo Decreto;

3.º Que as pensões concedidas aos Officiaes estão sujeitas aos novos direitos, sello e emolumentos, porque nenhuma isenção ha decretada em Lei ou Regulamento em favor delles; e

4.º Finalmente que as pensões concedidas às praças do Exercito e Armada, e Voluntarios, estão isentas dos novos e velhos direitos, porquanto a natureza de taes pensões não as torna passíveis do referido imposto.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 60. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS
PUBLICAS.—EM 22 DE FEVEREIRO DE 1868.

Manda observar as Instrucções geraes das Commissões de estudos para a redacção de projectos de vias ferreas e estradas de rodagem de 1.^a classe.

Sua Magestade o Imperador Ha por bem que, de ora em diante, se observe as seguintes instrucções geraes das commissões de estudos para redacção de projectos das vias ferreas e estradas de rodagem de 1.^a classe, as quaes com esta balcão, assignadas pelo Conselheiro Director da 2.^a Directoria desta Secretaria de Estado.

Palacio do Rio de Janeiro, em 22 de Fevereiro de 1868.—*Manoel Pinto de Souza Dantas.*

Instrucções geraes das Commissões de estudos para a redacção de projectos das vias ferreas e estradas de rodagem de 1.^a classe.

CAPITULO 1.

Da composição das Commissões.

Convindo que as Commissões de estudo para redacção de projectos das vias ferreas ou das estradas de rodagem de 1.^a classe, funcionem sob um ponto de vista uniforme e fornecção, além dos documentos indispensaveis ao trabalho e orçamento das mencionadas estradas, outros necessarios á revisão das cartas geographicas; e bem assim recolhão dados estatísticos sobre a população e producção, preparem elementos para futuras cartas geologicas e minerologicas e informem circumstanciadamente sobre a climatologia, agricultura, etc., da zona das operações; deverão, d'ora em diante, essas Commissões compôr-se:

1.^o De um Engenheiro em chefe director geral de todos os trabalhos.

2.^o De quatro secções subordinadas, formadas de Engenheiros e auxiliares com conhecimentos especiaes aos fins de cada secção.

CAPÍTULO II.

Do Chefe da Commissão.

O Engenheiro em Chefe é responsavel pelo bom andamento dos trabalhos da Commissão, e a elle compete:

1.º Propôr a nomeação e exoneração de todo o pessoal que tiver de servir debaixo de sua direcção ;

2.º Requisitar do Governo o material, instrumentos de engenharia e meios necessarios ao desempenho da Commissão ;

3.º Distribuir o trabalho pelas diversas secções, marcando os que de preferencia convem executar por cada secção independente ou por todas reunidamente ;

4.º Informar em cada mez ao Governo da marcha do serviço, enviando extractos diarios dos trabalhos das secções ;

5.º Fazer cumprir em todas as suas partes as presentes Instrucções ;

6.º Organisar o relatorio geral.

O Chefe da Commissão terá sob suas ordens immediatas um adjunto, servindo de Secretario e Archivista, e os mais auxiliares, cuja necessidade demonstrar ao Governo.

CAPÍTULO III.

Dos trabalhos das secções.

As quatro secções de que se trata no cap. 1.º occupar-se-hão especialmente:

A 1.ª, de todos os trabalhos astronomicos e geodesicos a fazer dentro da zona da exploração ;

A 2.ª, de todos os trabalhos topographicos, traço, redacção de projectos e orçamentos das estradas a estudar ;

A 3.ª, da organização dos dados estatisticos relativos á população, producção e movimento sobre a viação existente ;

A 4.^a, da descripção geologica e mineralogica dos terrenos atravessados pela Commissão, occupando-se igualmente da climatologia e agricultura.

Segundo a importancia das Commissões, as secções acima enumeradas terão mais de um membro, ou mais de uma secção, ficará a cargo de um só individuo.

Cada Secção terá registro diario de seus trabalhos e fornecerá relatorio especial.

Em todas as medições e calculos observar-se-ha o systema metrico.

1.^a Secção.

Dentro da zona que fôr determinada e em largura nunca inferior a seis kilometros para cada lado do eixo da linha a estudar, a secção fará as observações necessarias para a determinação das latitudes e longitudes dos lugares e povoados mais importantes, de modo que as distancias entre os pontos de observação jámais excedão a 48 kilometros.

Os processos a empregar serão os mais aperfeiçoados e ao mesmo tempo os mais expeditos, recommendedos pela sciencia.

As triangulações a fazer abrangerão uma zona nunca inferior a 40 kilometros de largura: serão ligadas, ao menos, a duas bases, medidas com toda a precisão, sendo uma de origem e outra de fecho.

Os pontos que servirem de observatorios e estações para a medição dos angulos, serão solidamente marcados sobre o terreno com pilares de alvenaria, de modo a poderem servir em qualquer tempo á continuação deste trabalho para qualquer dos lados da zona das operações.

Em todas as estações, determinar-se-hão as alturas acima do nivel médio do mar, tanto geodesica como barometricamente.

Todos os pontos determinados astronomica ou geodesicamente, serão referidos ao Observatorio do Castello do Rio de Janeiro.

A secção deverá fornecer os documentos seguintes:

1.^o Desenho do canevas-geodesico na escala de 1:40.000 ou 1:20.000;

2.^o Registro das observações astronomicas e calculos respectivos;

- 3.º Registro da medição das bases ;
- 4.º Registro da medição dos angulos ;
- 5.º Registro dos calculos concernentes á resolução de triangulos ;
- 6.º Quadro das coordenadas dos vertices dos triangulos e latitude, longitude e altitude ;
- 7.º Relatorio especial.

Neste ultimo documento, a secção discreverá os processos que empregar; indicará as difficuldades encontradas e recommendará os meios que a pratica de lugares demonstrar terem sido mais exactos e expeditos.

Para uniformisar os documentos, que as Comissões devem apresentar, o Governo fornecerá os modelos necessarios.

2.ª Secção.

Antes de encetar os trabalhos de estudos definitivos, o Chefe da Commissão, acompanhado dos membros desta secção e das outras (quando o julgar conveniente) procederá a um reconhecimento geral dos terrenos entre os pontos obrigados que, pelo Governo, forem determinados.

Nesta exploração preliminar, que terá por fim principal escolher a direcção sobre a qual convém fazer os estudos definitivos, a secção, auxiliada pelas cartas e mappas das localidades, informações dos moradores, etc., lançará uma ou mais linhas de reconhecimento, empregando para esse fim os instrumentos unicamente nos lugares em que a inspecção visual fôr insufficiente.

Neste caso recommenda-se o uso do theodolito universal de Stampfer, como o mais exacto e apropriado, por fornecer do centro das estações, além das distancias, todos os dados em planimetria e altitude.

Os documentos obtidos pelos reconhecimentos preliminares, não serão objecto de relatorios especiaes, salvo os casos em que o Governo o ordenar.

Escolhida a direcção geral sobre a qual se deve proceder a estudos definitivos do traço (quando se tratar de estradas de ferro), a secção deverá ter em vista não exceder, para os declives o maximo de 2 %.

Este limite poderá elevar-se, em casos muito especiaes, como: o atravessamento de uma serra, a

3 %; mas tanto no primeiro como no segundo caso, deverão esses maximos ser accumulados em um trecho da linha, de modo que seja o mais economico possivel o emprego das locomotivas especiaes. Os raios das curvas, em caso algum, serão inferiores a 200^m. Este limite será empregado de modo que entre duas curvas, dispostas em sentido contrario, se interponha, ao menos, uma extensão de 100^m de alinhamento recto, ou curva de raio, nunca inferior a 1.000.

Todas as vezes que o Chefe da Commissão, tendo em consideração a importancia do futuro trafego da linha e as suas despesas de primeiro custo, entender que, por motivos de economia, convirá alterar os limites antes marcados, tanto para os declives como para as curvas; exporá ao Governo as razões que reclamão essas alterações, apresentando traços e orçamentos comparativos.

A largura normal do leito da estrada, para o assentamento de via singela, será de quatro metros, entre os pés dos taludes das cavas, cristados alterros, guardas das pontes e pés direitos dos tuneis.

Nos casos em que a estrada tiver de ser executada em rocha, a largura do leito poderá descer a 3^m,50.

Os taludes normaes das cavas serão de 1 1/2 de altura para 1 de base: poderão, todavia, afastar-se deste limite para mais ou menos, conforme a consistencia dos terrenos.

A Secção terá em vista que a estrada possa, para o futuro, admittir via dupla, e, nesta conformidade, fará o calculo das desapropriações, além de especificar-as igualmente para a via singela.

As obras d'arte a projectar serão solidas, não devendo em caso algum applicar-se-lhes ornatos de custo.

As estações e mais edificações necessarias ao serviço, serão proporcionadas ao movimento dos lugares em que tiverem de ser estabelecidas.

Essas edificações serão sempre feitas de alvenaria ou ferro, evitando-se em todo caso despesas com ornamentos inuteis.

As construcções de madeiras serão toleradas quando se mostrar impossibilidade ou grande custo das primeiras.

Nas estradas de rodagem de 1.^a classe, a largura util entre as arestas superiores das valletas nas cavas

e pés das banquetas nos aterros, será de sete metros.

Os declives não deverão normalmente exceder a 3 % e só em casos muito especiaes poderão ser elevados a 4 % em extensões nunca superiores a 200^m.

Os raios minimos das curvas serão de 50^m.

A secção deverá apresentar os documentos seguintes :

1.º Planta geral da estrada na escala de $\frac{1}{10.000}$ a $\frac{1}{20.000}$, abrangendo a faixa da triangulação ;

2.º Planta dos detalhes do traçado na escala de $\frac{1}{500}$ a $\frac{1}{1.000}$.

3.º Perfil longitudinal da linha definitiva nas escalas de $\frac{1}{2.000}$ nos desenvolvimentos horisontaes, e $\frac{1}{200}$ para as alturas.

4.º Perfis transversaes definitivos na escala de $\frac{1}{200}$.

5.º Caderno das cubaturas e movimentos de terras.

6.º Relação das obras d'arte e seus typos.

7.º Orçamentos geral e dos detalhes.

8.º Relatorio descriptivo.

As plantas definitivas da estrada de ferro serão ligadas aos pontos da triangulação.

As folhas que tiverem de receber os traços de detalhe terão 4,25 de comprimento por 0,75 de largo: serão quadriculadas a 100^m. Em cada divisão hectométrica terão nas margens as cotas de latitude e longitude em relação a um ponto rigorosamente determinado.

As plantas de detalhe, deverão conter as linhas de explorações, as projecções cotadas dos perfis transversaes, o traço da linha definitiva com indicações dos pontos de tangencia, raios das curvas, origens e fins dos declives, cotas dos alinhamentos rectos e curvos, e os accidentes notaveis do terreno, casas, estabelecimentos ruraes, ou outros com designação do fim a que se destinão, proprietarios, etc.

O perfil longitudinal da linha definitiva deverá conter a indicação do plano de referencia, em relação ao nível médio do mar ; as cotas do terreno e do projecto ; as alturas de cava e aterros ; as distancias de cada interperfil ; os alinhamentos, os declives e seus desenvolvimentos.

Os perfis transversaes serão cotados em todas as

inflexões do terreno e conterão inscriptas as superficies que tiverem de servir ao calculo de volume das cavas e aterros.

O caderno das cubaturas deverá conter, além dos volumes de cada interperfil, a distribuição das terras e seus transportes médios, indicando sempre que fór possível a classificação dos materiaes a remover.

Os typos das obras d'arte correntes, taes como : boceiros, aqueductos e pontilhões, serão préviamente fixados e conterão, além das cubaturas especificadas de cada uma de suas partes, os competentes detalhes estimativos.

Os orçamentos a apresentar, pela secção, deverão ser o mais detalhados possível. As verbas das despesas serão classificadas nos seguintes artigos especiaes:

- 1.º Estudos e redacção de projectos ;
- 2.º Acquisição de terrenos e indemnisações concernentes ;
- 3.º Movimentos de terras ;
- 4.º Obras d'arte ;
- 5.º Separação da estrada de ferro dos terrenos adjacentes ;
- 6.º Edificações diversas, necessarias ao trafego ;
- 7.º Via ferrea e accessorios ;
- 8.º Material rodante ;
- 9.º Telegrapho electrico ;
10. Despesas eventuaes.

Estes artigos terão as subdivisões que forem necessarias para cada caso especial.

Na organização de subdetalhes dos orçamentos, a secção considerará os materiaes e mão de obra pelos preços correntes da localidade em que tiverem de ser executados os trabalhos.

No relatorio descriptivo a secção fará menção circumstanciadamente da viação existente, natural ou artificial, do meio de transporte empregado e preços de custo, da relação em que ficará essa viação com o novo projecto ; da conveniencia da abertura de novas estradas ou aperfeçoamentos necessarios á viação existente, sua facilidade, etc., e tudo mais que possa directa ou indirectamente conduzir maior cópia de productos á via ferrea em projecto.

Fará, outrosim, menção especial dos materiaes existentes nas localidades com que se poderá contar ; seus preços correntes, operarios disponiveis, salarios, etc.

3.^a Secção.

Os trabalhos de estatística que incumbem á esta Secção, abrangerão não só os municípios atravessados pela via ferrea a estudar, mas também os circumvizinhos a que ella directamente interessar.

Os dados principaes a recolher serão grupados de modo que, por cada municipio, se possa immediatamente ver:

1.^o A extensão em hectares;

A superficie (proximamente) cultivada e a que tempo;

A que está abandonada por se julgar cansada;

A que ainda está coberta de matas;

O preço das terras, segundo o seu estado;

2.^o A quantidade e natureza de productos de exportação e de consumo na localidade;

3.^o A população total:

Livre;

Escrava;

Empregada especialmente na agricultura;

Empregada em outros trabalhos.

4.^o O movimento dos transportes nas vias de comunicação atravessadas pelo novo projecto, especificando as quantidades exportadas e importadas e seus destinos.

5.^o Noticia sobre os pesos e medidas usadas nas localidades e suas relações com o systema metrico.

Não sendo possível traçar de ante mão limites rigorosos aos detalhes dos artigos precedentes, deverá, todavia, a Secção proceder com o maior empenho na coordenação de tudo quanto possa interessar as subdivisões dos sobreditos artigos:

No relatorio especial que tem de apresentar, a secção descreverá os meios empregados para obter os dados estatísticos, indicando com clareza os algarismos que por falta de meios de acção da Comissão, não puderem merecer completa confiança.

Nestes casos, a secção fará menção das ordens, regulamentos ou leis, cuja execução lhes parecer mais efficaz para dar ás informações estatísticas á exactidão desejavel.

4.^a Secção.

A 4.^a secção descreverá em minucioso relatorio a formação geologica dos terrenos abrangidos pela

zona das explorações. As direcções dos valles, serras e sublevações serão determinadas. Os rios e correjos serão especialmente mencionados, avaliando-se o volume das suas aguas em tempos normaes e extraordinarios; e bem assim a possibilidade do seu aproveitamento sob o ponto de vista industrial.

A secção designará os jazigos mineraes, aguas thermaes, ou quaesquer outras riquezas naturaes por aproveitar, indicando os meios a empregar e as suas vantagens a colher por industrias concernentes a essas riquezas.

Fará circumstanciada exposição das minas em actividade de serviço. Mencionará as que se achão abandonadas, expondo os motivos que a isso obrigáráo. Descreverá os climas da zona das explorações, fazendo observações meteorologicas com a possível regularidade e colhendo as informações precisas dos habitantes.

Tratará indagar sobre as seccas e enchentes, expondo os motivos a que julgar deverem ser attribuidos.

Tratando da agricultura, a secção designará os productos de preferencia cultivados nas localidades; descreverá os processos empregados e os aperfeiçoamentos de que são susceptíveis. Indicará as vantagens dos estabelecimentos de novas industrias agricolas ou pastoris a que se prestem os terrenos; bem como os lugares que lhe parecerem mais adequados ao estabelecimento de nucleos coloniaes.

Fará especial menção das contrariedades experimentadas pelas culturas existentes, quér provenhão de inconstancias atmosphericas, insectos ou enfermidades a que sejam sujeitas; inundações, seccas ou outros motivos; indicando as causas a que se deva attribuir o mal e os meios que entender mais praticos para removel-o.

Tratará, finalmente, de fazer a mais exacta exposição do estado da agricultura da zona das explorações, comparativamente com épocas anteriores, indicando os motivos a que se deve attribuir a sua decadencia ou desenvolvimento.

CAPITULO IV.

O relatorio geral do Chefe da Commissão, deverá abranger todas as questões impostas ás secções de

trabalho e mais as que, em instrucções especiaes, forem ordenadas, debaixo dos pontos de vista politico, strategico, administrativo, etc., de modo a poder informar com precisão ao Governo sobre as vantagens, importancia, preço de custo, modo de execução mais conveniente, tempo para a conclusão das obras, receita e lucros provaveis da via de comunicação a estudar.

Este relatorio será acompanhado dos relatorios especiaes de cada secção e documentos concernentes.

Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 22 de Fevereiro de 1868.—O Director, *Manoel da Cunha Galvão*.

N. 61.—FAZENDA.—EM 27 DE FEVEREIRO DE 1868.

O Collector deve proceder á lotação dos vencimentos dos Parochos das differentes freguezias do respectivo municipio, embora não recebam elles a congrua pela Collectoria.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, 27 de Fevereiro de 1868.

Foi-me presente o officio do Collector da Villa de Pirahy de 7 de Novembro ultimo, em que comunica ter lotado os vencimentos do Vigario da mesma Villa para a cobrança do imposto de 3 %, de que trata o Decreto n.º 3977 de 12 de Outubro do anno passado, em 1:400\$000 e os do Secretario da Camara em 1:350\$000 annuaes, e faz as seguintes consultas:

1.ª Se, não recebendo pela respectiva Collectoria os demais Vigarios daquelle Municipio os seus vencimentos, deve tambem lotal-os.

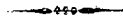
2.ª Se, achando-se já lotados os Officios de Justiça, deve requerer novas lotações, ou cobrar o imposto pelas que existem actualmente dos empregados que tiverem de um conto de réis para cima.

Em solução ás mesmas Consultas declaro a V. S. para fazel-o constar ao referido Collector:

Quanto á 1.^a que, embora não recebão os outros Parochos das differentes Freguezias do Municipio a respectiva congrua pela Collectoria a seu cargo, deverá não obstante proceder á lotação dos respectivos vencimentos; porque esta deve assentar sobre a declaração das partes, esclarecimentos e informações, que mais prompta e facilmente serão collhidas na propria Freguezia, e portanto no Municipio da Collectoria; remettendo o Collector a lotação assim feita ao Thesouro para conhecimento das partes e cobrança do imposto na Repartição Fiscal, por onde forem pagos os sobreditos Parochos. Aviso do Ministerio da Fazenda de 7 de Novembro e art. 3.^o §§ 1.^o e 2.^o n.^o 2 do Decreto de 12 de Outubro do anno passado.

E quanto á 2.^a que acha-se resolvida pelas Circulares n.^{os} 49 de 23 de Outubro e 59 de 12 de Novembro ultimos.

Deus Guarde a V. S.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Conselheiro Director Geral interino das Rendas Publicas.



N. 62.—FAZENDA.— EM 27 DE FEVEREIRO DE 1868.

Sobre o processo de habilitação de umas orphãs para a percepção do meio soldo e pensão do Montepio dos Servidores do Estado que sua finada mãe recebia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 27 de Fevereiro de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, devolve ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Mato Grosso o incluso processo de habilitação promovida pelo tutor das orphãs, filhas do Capitão Tenente da Armada Antonio Joaquim Ferreira Ramos, para lhes serem pagos o meio soldo e montepio que percebia sua

finada mãe D. Antonia de Cerqueira Caldas Ramos como viuva daquelle official, a fim de que as referidas orphãs se habilitem nos termos da 2.^a parte do art. 45 do Capitulo 2.^o do Decreto n.^o 3607 de 10 de Fevereiro de 1866; devendo, porém, essa Thesouraria, quanto ao montepio dos Servidores do Estado, de que trata o referido processo de habilitação, transmittido com o seu officio n.^o 404 de 22 de Novembro do anno passado, limitar-se a remetter os documentos á Secretaria do mesmo estabelecimento, por quanto á respectiva Directoria compete a apreciação delles e reconhecimento do direito que por ventura tenham os herdeiros do contribuinte, na fórma da legislação organica do citado montepio.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 63.—FAZENDA.—EM 29 DE FEVEREIRO DE 1868.

Manda reformar a pratica estabelecida na Alfandega da Côte de só permittir o abatimento para quebras, quando a mercadoria é posta a despacho por peso bruto com abatimento da taxa.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 29 de Fevereiro de 1868.

Communico a V. S., para sua intelligencia e devidos effeitos, que o Tribunal do Thesouro, á vista do disposto nos arts. 538 do Regulamento das Alfandegas e 1443 da Tarifa, resolveu dar provimento ao recurso de Shaw Huwkes & C.^a da decisão dessa Inspectoria, pela qual se lhe negou o abatimento de 3 % para quebras em um despacho por peso liquido de panellas estanhadas e ferros de engommar, sob o fundamento de se achar estabelecida nessa Repartição a pratica de só permittir-se semelhante abatimento quando o importador sujeita a mercadoria a despacho por peso bruto com

o abatimento da tara; cumprindo que o Sr. Inspector faça reformar semelhante pratica no sentido desta resolução, na intelligencia de que só não deve ser concedido o abatimento para quebras quando o despacho das mercadorias em questão se fizer por peças intactas, na fôrma da 3.^a parte do citado art. 538 do Regulamento.

Deus Guarde a V. S.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro.

N. 64.—FAZENDA.—EM 29 DE FEVEREIRO DE 1868.

Indefere a pretensão de um individuo ao recebimento da quantia de 600\$000 deixada a uma sua escrava pelo filho desta.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 29 de Fevereiro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Respondendo ao officio de V. Ex. de 14 do corrente, a que acompanhou o requerimento de Tristão da Cunha Cavalleiro, em que interpõe recurso da decisão da Thesouraria de Fazenda dessa Provincia para o Thesouro Nacional, a fim de receber a quantia de 600\$000 deixada por Martinho Antonio, filho de uma sua escrava; tenho a declarar a V. Ex. que foi indeferido o referido requerimento, visto não haver lei que permita ao escravo a successão; recommendando por esta occasião á V. Ex. o cumprimento da Ordem de 19 de Outubro de 1867.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

N. 65.—GUERRA.—EM 29 DE FEVEREIRO DE 1868.

Declarando que sempre que um official honorario é chamado a serviço, devem abonar-se-lhes vencimentos correspondentes ao posto de que tem as honras.

Directoria Central.—1.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 29 de Fevereiro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr. —Em resposta ao officio, que V. Ex. dirigio-me sob n.º 55 e data de 12 do corrente, cobrindo o requerimento em que o Major honorario do Exercito, ás ordens dessa Presidencia, João Vicente de Brito Galvão, pede pagamento de vencimentos como Major; declaro a V. Ex. que sempre que um official honorario é chamado a serviço devem abonar-se-lhes vencimentos correspondentes ao posto de que tem as honras. Nesta conformidade mandará V. Ex. ajustar contas ao supplicante, liquidando-se a divida do que pertencer a exercicio já encerrado, nos termos da Circular do Thesouro Nacional de 6 de Agosto de 1817.

Deus Guarde a V. Ex.—*João Lustoza da Cunha Paranaquí.*—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 66.—FAZENDA.—EM 6 DE MARÇO DE 1868.

A viuva do Official de voluntarios não fallecido no campo de batalha, ou em consequencia de ferimentos recebidos nella, não tem direito ao respectivo meio soldo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 6 de Março de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Pernambuco, em resposta ao seu officio n.º 218 de 10 de Dezembro

ultimo, que foi approvada a sua decisão negando nos termos do art. 40 do Decreto de 7 de Janeiro de 1865 a D. Thereza Carneiro da Silva o meio soldo de seu finado marido, o alferes de commissão do 6.º corpo de voluntarios da patria, Francisco Carneiro da Silva, visto ter fallecido o mesmo official de cholera-morbus, e não no campo de batalha ou em consequencia de ferimentos nella recebidos.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N 67.—FAZENDA.—EM 7 DE MARÇO DE 1868.

No lançamento do imposto pessoal não é licito comprehender a parte dos predios que fôr occupada por loja, officina e estabelecimentos de industria e profissão.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 7 de Março de 1868.

Sirva-se V. S. declarar ao Collector das Rendas Geraes de Itaborahy, em solução á materia de seu officio de 11 de Janeiro ultimo, que, com quanto não tenha sido ainda promulgado o Regulamento para cobrança do imposto, que sobre industrias e profissões deverá substituir, na fórma do art. 11 da Lei n.º 1507 de 26 de Setembro do anno passado, ao que sobre taes objectos existe em vigor, não lhe é licito comprehender no lançamento do imposto pessoal a parte dos predios que fôr occupada por loja, officina e estabelecimentos de industria e profissão, porque assim o prohibem expressamente não só o § 1.º, n.º 2, do art. 40 da dita Lei, como o § 2.º do art. 3.º do Decreto n.º 4032 de 28 de Dezembro do mesmo anno.

Deus Guarde a V. S.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Conselheiro Director Geral interino das Rendas Publicas.

N. 68.—GUERRA.—EM 9 DE MARÇO DE 1868.

Declara que sempre que a Guarda Nacional destacar para auxiliar a Policia, as despesas feitas com semelhante serviço não pertencem ao Ministerio da Guerra.

Directoria Central.—4.^a Secção.—Rio de Janeiro.
—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 9 de Março de 1868.

Illm. e Exm. Sr.—Communicando o Inspector da Thesouraria de Fazenda dessa Provincia, em officio de 28 de Novembro do anno passado, que mandara pagar pela verba — Diversas despesas e eventuaes — do Ministerio da Guerra, no corrente exercicio, a quantia de 2:613\$920, importancia das despesas feitas pelo tenente coronel Thomaz de Araujo Carvalho com a força por elle reunida em Aguas Bellas para manter a ordem publica e com a alimentação dos indios alli capturados; declaro a V. Ex. que taes despesas não pertencem ao Ministerio da Guerra, devendo ser pagas pela Provincia todas as vezes que a Guarda Nacional destacar para auxiliar a Policia, conforme já foi declarado em Aviso do Ministerio da Justiça de 22 de Outubro de 1851.

Deus Guarde a V. Ex.—*João Lustosa da Cunha Paranaguá*.—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 69.—FAZENDA.—EM 10 DE MARÇO DE 1868.

Sobre porcentagem de Empregados do Juizo dos Feitos, relativa a quantia arrecadada por conta do alcance de um responsavel da Fazenda.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 10 de Março de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o officio do Sr. Inspector da Thesouraria de Per-

nambuco n.º 49 de 24 de Janeiro deste anno, transmittindo o recurso dos Empregados do Juizo dos Feitos interposto da decisão que lhes negára a porcentagem relativa á quantia de 785\$124, arrecadada por conta do alcance do major Bernardo Luiz Ferreira Cesar de Loureiro, ex-director da colonia militar de Pimenteiras, declara ao dito Sr. Inspector que, visto ter-se dado a condição do trabalho por parte daquelles Empregados nos termos da Circular de 20 de Junho de 1862, compete-lhes a porcentagem que reclamão, não obstante o pagamento haver-se feito por desconto nos vencimentos do devedor, por quanto em casos identicos se tem abonado no Thesouro porcentagem da mesma natureza.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.



N. 70.—FAZENDA.—EM 10 DE MARÇO DE 1868.

Decisão do Tribunal do Thesouro reduzindo o alcance de um ex-collector, pelo abono de commissões que lhe forão glosadas, e allivio da responsabilidade de despezas, cujos documentos deixarão de ser aceitos, não obstante estar extincto o quinquennio dentro do qual podião ser reclamadas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 10 de Março de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Minas Geraes, que fiação approvadas as resoluções que tomou sobre as contas do ex-Collector do Municipio do Serro Francisco Cornelio Ribeiro, de que dá noticia em os n.ºs 1.º e 2.º do seu officio n.º 62 em data de 18 de Julho proximo passado; ficando na intelligencia de que, tendo em vista o Tribunal do Thesouro as suas considerações feitas em o n.º 3, attenuando a demora havida na entrada para os cofres da dita Thesouraria dos dinheiros cobrados

pela collectoria, entendeu que devia abonar ao dito ex-Collector a quantia de 507\$294, valor das commissões glosadas, mas não o juro das quantias demoradas, porque esse é devido, e não pôde ser dispensado senão pelo Poder Legislativo. E como pelo n.º 4 do dito officio conheceu o mesmo Tribunal que o referido Collector não fôra alliviado da quantia de 442\$599 proveniente de despezas, cujos documentos não forão por essa Thesouraria considerados legaes, não obstante estar extinto o quinquennio durante o qual podião ser reclamados, julgou o mencionado Tribunal que em vista desta razão devia aquelle ex-Collector ser exonerado por equidade de tal responsabilidade. E porque estes dous abonos reduzem o alcance de 4:482\$660, constante do n.º 5 do supracitado officio, a 832\$767, convém que essa Repartição promova a cobrança desta quantia, e dos juros que tiverem accrescido, dando para isto as necessarias providencias.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 71.—IMPERIO.—EM 41 DE MARÇO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia de S. Paulo. — Declara que não é válida a eleição para Vereador, que recahe em cidadão que não tem os dous annos de domicilio no termo, exigidos pelo art. 93 da Lei de 49 de Agosto de 1846.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 41 de Março de 1868.

Illm. e Exm. Sr.—Foi ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado sobre o officio de V. Ex. de 43 de Dezembro ultimo, relativo á validade da eleição do Vereador mais votado da Camara Municipal da Villa de Araraquára, Dr. Joaquim de Almeida Leite de Moraes, que não tinha, na época da mesma eleição, os dous annos de domicilio exigidos pelo art. 98 da Lei de 49 de Agosto de 1846.

A Secção foi de parecer que a citada Lei e a do 1.º de Outubro de 1828 art. 4.º são tão expressas sobre a questão, que não é possível sustentar a validade daquelle eleição.

A intenção da mudança que se attribue ao cidadão de que se trata, anterior á sua residencia effectiva no municipio, e o pleno conhecimento do mesmo municipio não podem supprir a falta de domicilio durante o tempo exigido por lei.

O receio de nullidade dos actos praticados pelo sobredito Vereador, enquanto esteve no exercicio do cargo, não é fundado, pois que o Aviso n.º 194 de 5 de Maio de 1862 declara que não se dá tal nullidade.

E Conformando-se Sua Magestade o Imperador por Sua immediata Resolução de 7 do corrente com o referido parecer, assim Manda declarar a V. Ex. para os devidos effeitos.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Joaquim Fernandes Torres*.—Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

N. 72.—FAZENDA.—EM 14 DE MARÇO DE 1868.

Os armazens de simples deposito, em que se não vendem generos e mercadorias, não estão sujeitos ao imposto de 20 % sobre o aluguel annual.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 14 de Março de 1868.

Communico ao Sr. Administrador da Recebedoria do Rio de Janeiro, para a devida intelligencia e execução, que o Tribunal do Thesouro, a vista do disposto no art. 3.º, § 4.º, do Regulamento de 15 de Junho de 1844, resolveu dar provimento ao recurso de Duarte Mattos, & C.ª da decisão dessa Recebedoria que os obrigou ao pagamento do imposto proporcional de 20 % sobre o aluguel annual de seu armazem de deposito de sal, sito na rua da Saude n.º 96; não podendo ter applicação ao caso vertente as resoluções

DECRETOS DE 1868.

tomadas em 1847 pelo mesmo Tribunal a respeito dos recursos de Antonio Dias de Souza Castro e Francisco José da Costa Brito, visto que o indeferimento de semelhantes recursos não se baseou em admitir-se como boa a definição dos depósitos não sujeitos ao imposto, dada pela Recebedoria em suas informações daquelle anno, mas sim na necessidade de obrigar-se ao imposto armazens de depósito em que também se vendião generos.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 73.—FAZENDA.—EM 16 DE MARÇO DE 1868.

O Director do Instituto dos Sardos Mudos, logo que receber quantias provenientes das joias e pensões dos alumnos contribuintes as deve recolher ao Thesouro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda —Rio de Janeiro, em 16 de Março de 1868.

Em additamento á Portaria n.º 34 de 12 de Outubro do anno passado, e em conformidade do Aviso do Ministerio do Imperio de 19 de Dezembro do mesmo anno, communico ao Sr. Administrador da Recebedoria do Rio de Janeiro, para a devida intelligencia e execução, que havendo-se determinado ao Director do Instituto dos Surdos Mudos que recolha ao Thesouro as quantias provenientes das joias e pensões dos alumnos contribuintes do mesmo Instituto, logo que sejam por elle recebidas, continuando, porém, a pratica até agora seguida quanto ás pensões que paga a Provincia do Rio de Janeiro pelos respectivos pensionistas, devem aquellas quantias ser escripturadas de modo que possam ter a devida applicação.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 74.—FAZENDA.—EM 16 DE MARÇO DE 1868.

Declara que a Ordem de 10 de Dezembro de 1866 á Thesouraria de Pernambuco (*) refere-se a mercadorias que na fórma da Tarifa devião ser despachadas por peso bruto.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 16 de Março de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Alfandega da Provincia da Bahia que a decisão do Tribunal do Thesouro de 10 de Dezembro de 1866, de que trata o seu officio de 11 de Junho do anno proximo passado, sob n.º 4, refere-se á mercadorias que, na fórma da Tarifa, devião ser despachadas por peso bruto, como consta da copia junta da declaração ultimamente feita a Alfandega do Rio de Janeiro.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 75.—FAZENDA.—EM 17 DE MARÇO DE 1868.

Os Juizes de Direito, Municipaes e Promotores, cujos ordenados e gratificações unidos aos emolumentos chegarem ou excederem a 1:000\$000, estão sujeitos ao imposto sobre os vencimentos, e bem assim os Escrivães, Solicitadores e Officiaes de Justiça que além dos emolumentos pagos pelas partes, perceberem vencimentos pelos cofres publicos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 17 de Março de 1868.

Sirva-se V. S. declarar ao Collecter das Rendas Geraes de Nictheroy, em solução ás duvidas constantes do seu officio de 6 de Novembro ultimo:

1.ª que, como é expresso no art. 22 da Lei n. 1507 de 26 de Setembro do anno passado, e art. 1.º

(*) Vide Collecção de 1866. Pag. 481.

do Decreto de 12 de Outubro do mesmo anno, são unicamente sujeitas ao imposto sobre vencimentos as pessoas que receberem vencimentos de 4:000\$000 para cima pelos cofres publicos geraes, provinciaes ou municipaes, proposição, que exclue as que perceberem emolumentos, custas ou outros vencimentos pagos pelas partes;

2.º que a disposição citada comprehende em geral e absolutamente os Juizes de Direito, Municipaes e Promotores Publicos, cujos ordenados e gratificações unidos aos emolumentos, que arrecadarem, excedão ou cheguem á quantia de 4:000\$000, na forma da 2.ª parte do dito art. 22 da citada lei, e da Circular n.º 59 de 12 de Novembro do anno passado, e sómente os Escrivães, Solicitadores e Officiaes de Justiça, que além dos emolumentos pagos pelas partes, perceberem vencimentos pelos mesmos cofres, como declarou já a citada Circular n.º 59; porque os outros que são apenas retribuidos com emolumentos, estão sujeitos ao imposto de escriptorio.

Deus Guarde a V. S.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Conselheiro Director Geral das Rendas Publicas

N.º 76.—FAZENDA.—EM 17 DE MARÇO DE 1868.

Approva uma deliberação da Alfandega relativa ao despacho sobre agua de cascos com líquidos, e declara que a clausula que se lê na ultima parte do § 2.º art. 430 do Regulamento refere-se aos generos inflammas e semelhantes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 17 de Março de 1868.

Declaro a V. S., a vista de seu officio n.º 467 de 23 de Novembro ultimo, que fica approvada a deliberação, que tomou, de permittir o despacho de cascos com líquidos sobre agua, não só em attenção aos interesses do commercio, e prompto expediente das Repartições, como na Honda despacho, indepen-

dentemente de recolhimento forçado aos depósitos da Alfandega; como porque está de perfeito accordo com as disposições especiaes sobre esse despacho dos arts. 450 § 2.º e 564 do Regulamento das Alfandegas.

A clausula, que se lê na ultima parte daquelle § 2.º do art. 450 — quando não haja deposito proprio, guardando-se a esse respeito os Regulamentos policiaes—não se refere aos generos do ultimo numero do mesmo paragrapho, os constantes da Tabella n.º 7, mas aos inflammaveis e semelhantes de que trata o n.º 4, não só porque sobre estes e não sobre aquelles, destinados como são aos differentes usos e misteres da vida, tem de intervir em beneficio da segurança publica e vigilancia da Policia, como porque essa cautela está de accordo com as que ácerca dos generos inflammaveis toma o mesmo Regulamento das Alfandegas nos arts. 204 e 386.

Deus Guarde a V. S.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro.

N. 77.—FAZENDA.—EM 17 DE MARÇO DE 1868.

Declara que não devem ser distribuidos ao calculo despachos de vinhos, cerveja, barrilha e outras mercadorias em idênticas condições, sem a conferencia prévia do art. 547 do Regulamento, e que as imagens são absolutamente isentas de direitos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 17 de Março de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o officio de 26 de Janeiro deste anno, do 4.º Conferente da Alfandega do Rio de Janeiro Olympio de Oliveira, em commissão na do Maranhão, no qual consulta sobre a pratica de se distribuirem ao calculo despachos de vinhos, cerveja, barrilha, e outras

mercadorias em identicas condições, sem a conferencia prévia do art. 517 do Regulamento das Alfandegas, bem como ácerca do despacho livre que na dita Alfandega obtem as imagens contra as disposições do mesmo Regulamento; declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da mesma Provincia que, á vista do disposto no art. 24 do Decreto de 31 de Dezembro de 1863, não é regular o procedimento da Alfandega, não só porque as supraditas mercadorias podem offerecer duvida na qualificação, como porque não é uma só a taxa fixada para ellas na Tarifa; cumprindo, portanto, que na distribuição dos despachos seja observado o art. 24 do Decreto ultimamente citado. Quanto, porém, ás imagens, devem-se considerar absolutamente isentas de direitos, na fórma do art. 512 § 33 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 78.—GUERRA. — EM 17 DE MARÇO DE 1868.

Declara qual o uniforme com que devem comparecer os officiaes do exercito nos dias de 1.^a e 2.^a gala.

Directoria Central.—4.^a Secção.—Rio de Janeiro.
—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 17 de Março de 1868.

Illm. e Exm. Sr.—Consultando-me V. Ex., em o seu officio n.º 3572, de 12 do corrente, se nos dias tanto de 1.^a como de 2.^a gala devem os officiaes do exercito comparecer de grande uniforme aos cortejos á Sua Magestade o Imperador, ou se convém estabelecer para a 2.^a o uniforme de serviço; declaro, em resposta, que o grande uniforme serve para a 1.^a e 2.^a gala.

Deus Guarde a V. Ex.—*João Lustosa da Cunha Paranaguá*.—Sr. João Frederico Caldwell.

N. 79.—GUERRA.—EM 17 DE MARÇO DE 1868.

Declara como se deve considerar o deposito que tem por fim garantir os (contractos de) fornecimento feitos no Arsenal de Guerra da Côrte, e bem assim o modo de contar o prazo para o dito fornecimento.

Directoria Central.—4.^a Secção.—Rio de Janeiro.
—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 17 de Março de 1868.

Em deferimento á supplica de Marcellino Pereira de Medeiros, sobre que versa a sua informação datada de 6 do corrente, ácerca do contracto que assignou para fornecimento de cinco mil barracas ao Arsenal de Guerra da Côrte; declaro a V. S., para seu conhecimento e governo, que tendo por fim o deposito de 4 %, de que trata a condição 10.^a do Aviso deste Ministerio de 27 de Junho de 1865, garantir a assignatura do contracto de fornecimento, que fôr accito pelo respectivo Conselho de Compras, deve esse deposito ser immediato á declaração do mesmo Conselho, de haver sido aceita a proposta do concorrente, e restituído logo depois de verificada a assignatura do respectivo contracto; ficando entretanto V. S. na intelligencia de que o prazo para o fornecimento deve ser contado da data em que o contractante receber a competente communicação de ter sido o seu contracto approvado por esta Secretaria de Estado, o que se observará como regra nos casos semelhantes.

Deus Guarde a V. S.—*João Lustoza da Cunha Paranaguá*.—Sr. José de Miranda da Silva Reis.

N. 80.—GUERRA.—EM 18 DE MARÇO DE 1868.

Declara como se deve effectuar o pagamento dos bilhetes de costuras manufacturadas para o Arsenal de Guerra da Côrte.

Directoria Central.—4.^a Secção.—Rio de Janeiro.
—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 18 de Março de 1868.

Tendo Vm. proposto, em o seu officio de 17 do mez proximo passado, que o pagamento dos bilhetes

das costuras manufacturadas para o Arsenal de Guerra desta Côrte fosse effectuado á proporção que fossem sendo os mesmos bilhetes apresentados nessa Pagadoria das Tropas; declaro a Vm., para seu conhecimento e execução na parte que lhe toca, que d'ora em diante devê o official encarregado das costuras no dito Arsenal remetter diariamente á essa Pagadoria os talões dos bilhetes extrahidos no mesmo dia, e que a partir do dia seguinte a esse deve ser feito o pagamento de cada bilhete, logo que fôr apresentado nessa Repartição.

Deus Guarde a Vm.— *João Justoza da Cunha Paranaquá*.—Sr. Domingos José Alvares da Fonseca.

N. 81.—FAZENDA. — EM 18 DE MARÇO DE 1868.

Provinimento de um recurso sobre apprehensão de 10 barris com vinho, encontrados em uma lancha junto ao cães das Marinhas, porque além da falta de provas, não deu-se o caso de flagrante.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 18 de Março de 1868.

Communico a V. S., para sua intelligencia e devidos effectos, que o Tribunal do Thesouro resolveu dar provimento ao recurso de Pinto Filgueiras C.^a da decisão dessa Inspectoria, que julgou procedente a apprehensão de dez barris com vinho encontrados no cães das Marinhas em uma lancha, e os multou em $\frac{2}{3}$ do respectivo valor, por falta da guia, que devia acompanhar aquelles barris em sua passagem para Nietheroy, ponto de seu destino; visto que, além de se não ter dado o caso de flagrante, previsto no § 3.º do art. 742, e que determina a competencia exclusiva da Alfandega para o conhecimento e julgamento das apprehensões, não foi interrogada a apprehensor na forma do § 4.º do

art. 744; não existindo além dessa prova alguma testemunhal ou documental, que pudesse justificar a apprehensão.

Dens Guarde a V. S.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*. —Sr. Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro.

N. 82.—FAZENDA.—EM 19 DE MARÇO DE 1868.

Sendo por factura o despacho das mercadorias avariadas, não podem ellas como as sãs estar sujeitas aos direitos conforme as taxas da Tarifa por vara, canada, etc, mas na razão de tantos por cento estabelecida para os mesmos direitos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 19 de Março de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista o officio n.º 20 de 18 de Fevereiro de 1867, em que o Sr. Inspector da Thesouraria do Maranhão communica que resolvera não approvar o acto da respectiva Alfandega, a qual, por occasião de cobrar os direitos de algumas mercadorias avariadas no naufragio da escuna austriaca *Maria*, mandou depositar a differença dos mesmos direitos entre a percentagem do valor obtido no leilão e a taxa da Tarifa, por entender que esta era a verdadeira cobrança e não aquella; declara ao dito Sr. Inspector que foi acertada a sua deliberação; porquanto, sendo por factura o despacho das mercadorias avariadas, segundo o art. 533 do Regulamento das Alfandegas, em consequencia do seu estado, e do preço que assim obtenhão no mercado, não podem, como as sãs, estar sujeitas aos direitos conforme as taxas da Tarifa por vara, canada, libra, etc., mas na razão de tantos por cento nella estabelecida para os mesmos direitos, como decidio a Ordem do 1.º de Junho de 1863.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 83.—GUERRA.—EM 19 DE MARÇO DE 1868.

Declara que a despesa com a reunião da Guarda Nacional, quer por ocasião de motim, quer em guarnição nas Províncias, não compete ao Ministerio da Guerra.

Directoria Central.—1.^a Secção.—Rio de Janeiro.
—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 19 de Março de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Accusando o recebimento do officio, que V. Ex. dirigio-me sob n.º 23 e data de 29 de Fevereiro proximo findo, relativamente á força que levantou para suffocar os disturbios havidos ultimamente na Villa da Imperatriz, nessa Provincia, declaro em resposta, que a despesa com a reunião da Guarda Nacional, quer por ocasião de motim, quer em guarnição nas Províncias, não compete a este Ministerio.

Deus Guarde a V. Ex.—*João Lustosa da Cunha Paranaguá*. — Sr. Presidente da Provincia das Alagoas.



N. 84.—FAZENDA.—EM 20 DE MARÇO DE 1868.

Dos reformados, e pensionistas de tença, meio soldo e montepio sómente se deve cobrar 1 % das quantias de um conto de réis para cima que receberem dos cofres publicos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 20 de Março de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Sergipe, em resposta ao seu officio n.º 29 de 2 de Novembro proximo passado, que, á vista da letra clara e terminante do art. 1.º do Decreto n.º 3977 de 12 de Outubro de

1867, é obvio que dos reformados, e pensionistas de tença, meio soldo e montepio deve-se cobrar não 3 %, mas sómente 1 % das quantias de um conto de réis para cima, que lhes forem pagas pelos cofres publicos.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 85.—FAZENDA.—EM 20 DE MARÇO DE 1868.

As linhas compostas de mais ou menos fios torcidos, posto que frouxamente, estão sujeitas á taxa de 300 réis por libra.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 20 de Março de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, á vista do officio de 22 de Janeiro proximo passado do 1.º Conferente da Alfandega do Rio de Janeiro Olympio de Oliveira, em commissão na do Maranhão, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da mesma provincia, para os devidos effeitos, que, não sendo a linha, da qualidade da amostra que ao dito officio veio annexa, fio simples para trama ou urdidura, para bordar, ou para torcidas e pavios, compondo-se, ao contrario, de quatro fios torcidos, posto que frouxamente: está por isso sujeita á taxa de 300 réis por libra, como linha de qualquer qualidade em carreteis ou meadas, para costura e *semelhantes*, na fórma do art. 589 da tariffa em vigor; não devendo, portanto, continuar a pratica seguida na Alfandega da dita Provincia de despachar-se *ad valorem* a referida mercadoria.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 86. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — EM 21 DE MARÇO DE 1868.

Concede á Companhia Valenciana uma redução de 40 % na tarifa da estrada de ferro de D. Pedro II.

N. 31. — Directoria das Obras Publicas e Navegação. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 21 de Março de 1868.

Tendo nesta data concedido á Companhia União Valenciana uma redução de 40 % sobre os preços marcados nas tabellas da estrada de ferro de D. Pedro II para os materiaes importados com destino ao ramal de Valença, assim lhe declaro para seu conhecimento e governo.

Deus Guarde a Vm. — *Manoel Pinto de Souza Dantas*. — Sr. Director da estrada de ferro de D. Pedro II.

N. 87. — FAZENDA. — EM 21 DE MARÇO DE 1868.

Provimento de recurso sobre revalidação do sello de uma proposta feita por uns negociantes fallidos, para o pagamento de 45 % aos respectivos credores.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 21 de Março de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia, para a devida intelligencia e execução, que tomando conhecimento do recurso interposto por Isidro Fernandes Moreira da decisão dessa Thesouraria, confirmatoria da da Recbedoria, que declarou sujeita á revalidação a proposta, depois do contracto de união, feita pelos fallidos Scabra, & Irmão, de pagarem a todos os credores 45 %.

mediante letras abonadas por um fiador, obrigando-se pelas despesas da fallencia, inclusive o pagamento da porcentagem do curador, depositario e administradores, com tanto, porém, que elles fallidos obtivessem quitação plena de todos os credores,—resolveu o mesmo Tribunal dar provimento ao recurso para o effeito de reformar-se a decisão recorrida, e julgar-se que não é devido o imposto do sello da proposta dos fallidos nos termos em que foi aceita pela deliberação apenas da maioria, e não por todos os credores, e muito menos do termo de renuncia assignado pelos mesmos fallidos,

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 88. — JUSTIÇA. — AVISO DE 23 DE MARÇO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia de S. Paulo. — Solve a duvida sobre casamentos de orphãos de qualquer especie, sem licença do respectivo Juiz.

2.^a Secção. — Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro, em 23 de Março de 1868.

Illm. e Exm. Sr. — A' Sua Magestade o Imperador foi presente a consulta, constante do officio por cópia, do Vigario do Termo de Araraquara, sobre solemnidades essenciaes para o casamento de orphãos, filhos de pais incognitos e que tem mãe viva. O Mesmo Augusto Senhor Houve por bem Mandar declarar-lhe que semelhante consulta se acha resolvida pela Ord. Liv. 1.^a Tit. 88 §§ 49 e 27, e pelos Avisos de 48 de Julho de 1846 e 20 de Outubro de 1859; devendo ser punidos com as penas do art. 247 do Código Criminal o parochio, que receber em casamento orphãos de qualquer especie, sem licença do Juiz.

Deus Guarde a V. Ex. — *Martin Francisco Ribeiro de Andrade.* — Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

N. 89. — MARINHA. — AVISO DE 23 DE MARÇO DE 1868.

Manda descontar para as despesas do rancho as comedorias aos officiaes, que viajarem nos transportes da Marinha.

1.^a Secção.—Ministerio dos Negocios da Marinha.
—Rio de Janeiro, em 23 de Março de 1868.

Fique V. S. na intelligencia, para os devidos effeitos, de que aos officiaes, que viajarem nos transportes da Marinha, descontar-se-hão as comedorias, que serão entregues aos Commandantes para as despesas do rancho.

Deus Guarde a V. S.—*Affonso Celso de Assis Figueiredo*.—Sr. Contador da Marinha.

N. 90. — FAZENDA. — EM 23 DE MARÇO DE 1868.

Manda declarar ao Collector de Petropolis que não devem ser incluídos no lançamento para o imposto pessoal os individuos que, habitando nesta côrte, por onde tem de pagar o mesmo imposto alli vão passar o verão.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 23 de Março de 1868.

Em solução á duvida proposta pelo Collector das Rendas Geraes de Petropolis em officio de 19 de Fevereiro proximo passado—se devem ser incluídos no lançamento para a cobrança do imposto pessoal individuos que, habitando nesta côrte, alli vão passar o verão,—declaro a V. S., a fim de o fazer constar ao mesmo Collector, para a devida intelligencia e execução, que, recahindo semelhante imposto, conforme o art. 1.^o do Decreto n.º 4052 de 28 de Dezembro do anno passado, e segundo já foi declarado por Aviso de 7 do dito mez de Fevereiro, sobre o individuo e não sobre o predio que elle habita, é claro que os moradores desta

côrte, necessariamente incluídos no respectivo lançamento, não o podem ser no daquelle Cidade, embora allí tenham propriedades de recreio, e sómente habitadas no verão.

Deus Guarde a V. S.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Conselheiro Director Geral das Rendas Publicas.

N. 91.—FAZENDA.—EM 24 DE MARÇO DE 1868.

Nega o despacho livre de direitos para um vapor de ferro e suas pertenças destinado ao serviço da Companhia Bahiana de navegação.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 24 de Março de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista o officio n.º 4 de 22 de Janeiro deste anno, da Presidencia das Alagôas, autorisa o Sr. Inspector da respectiva Thesouraria de Fazenda para despachar livres de direitos os objectos mencionados na relação que acompanha o dito officio, destinados á estrada de rodagem contractada com Hug Wilson, gerente da Companhia Bahiana de navegação a vapor; não cabendo, porém, a mesma isenção ao vapor de ferro e suas pertenças, de que tambem trata a referida Presidencia, por estar elle comprehendido no art. 1093 da Tarifa, comparado com o art. 519 do Regulamento das Alfandegas, e sujeito aos direitos de 40 % ad valorem, como foi já resolvido pela Ordem n.º 308 de 17 de Agosto de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 92.—FAZENDA.—EM 26 DE MARÇO DE 1868.

Solve duvidas da Alfandega da Côrte relativas ao Decreto
n.º 3217 de 31 de Dezembro de 1863.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 26 de Março de 1868.

Declaro a V. S., em solução ás duvidas dessa Inspectoria, constantes do seu officio n.º 1010 de 12 de Junho de 1866, que não houve equívoco no Decreto n.º 3217 de 31 de Dezembro de 1863, como pareceu a essa Inspectoria.

O fundamento do abandono pelos direitos, previsto no art. 301 § 1.º do Regulamento das Alfandegas, tem por fim o pagamento dos mesmos direitos por conta da mercadoria. Em taes circumstancias fôra injusto exigir do dono da mercadoria a differença dos direitos para cuja satisfação não bastasse o producto do genero. Esse fundamento, porém, legitima e justifica a disposição do art. 20 do Decreto de 31 de Dezembro, que em tal hypothese manda entregar á parte a sobra do producto, depois de deduzidos os direitos e mais despezas, pois que o abandono teve apenas por fim o pagamento dos direitos.

Deus Guarde a V. S.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro.

N. 93.—FAZENDA.—EM 26 DE MARÇO DE 1868.

Os Procuradores Fiscaes das Thesourarias, sempre que proceder ordem dos Inspectores, devem promover os processos de lotação dos officios e empregos de Justiça e Fazenda, segundo a legislação em vigor; e no caso de difficuldades devem ser empregadas as lotações provisórias administrativamente feitas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 26 de Março de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o

officio em que o Sr. Inspector da Thesouraria de Sergipe consulta se deve mandar proceder por conta da Fazenda a lotação de alguns Offícios de Justiça da Provincia, na forma da Ordem n.º 479 de 14 de Outubro de 1854, ou exigir que os providos em taes lugares fação a lotação a sua custa, como o entende o respectivo Procurador Fiscal, declara ao referido Sr. Inspector, para o fazer constar áquelle funcionario, que, sempre que preceder ordem da Inspectoria, deve elle promover os processos de lotação dos Offícios e empregos de Justiça e Fazenda, segundo a legislação em vigor; e que, quando por difficuldades supervenientes, não possa ter lugar a lotação judicial, nem por isso se deixará de cobrar o imposto, visto que nêsse caso se empregaráõ as lotações provisórias administrativamente feitas.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 94.— GUERRA.— EM 26 DE MARÇO DE 1868.

Declara que os vencimentos, que percebem os officiaes do exercito, quando nomeados para serviços militares, devem ser correspondentes ao posto effectivo e não ás graduações.

Directoria Central.— 1.ª Secção.— Rio de Janeiro.
—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 26 de Março de 1868.

Manda Sua Magestade o Imperador, por esta Secretaria de Estado, declarar ao Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia, para seu conhecimento e devidos effeitos, que devendo ser correspondentes aos postos effectivos e não ás graduações os vencimentos, que percebem os officiaes do exercito quando nomeados para serviços militares, não pôde ser justificado o procedimento, que, segundo representou á Presidencia da mesma Provincia o Coronel Commandante das Armas, tem tido a referida Thesouraria, mandando abonar aos Capi-

tães reformados em Majores graduados, e empregados em serviços militares, uma etapa e gratificação correspondentes ao posto de Capitão, como devia, mas sim aquellas, que só competem aos Majores effectivos.

Deus Guarde a Vm.—*João Lustoza da Cunha Paranaguá*.—Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia.

N. 95.—GUERRA.—EM 27 DE MARÇO DE 1868.

Declara como deve ser feita a despesa com a lavagem da roupa dos Aprendizes Artilheiros.

Directoria Central.—1.ª Secção.—Rio de Janeiro.
—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 27 de Março de 1868.

Declaro a Vm., em resposta ao seu officio de 12 do corrente, que a despesa com a lavagem de roupa dos Aprendizes Artilheiros deve ser deduzida dos dous terços do soldo, que se recolhem á Caixa Economica, visto não poder sel-o da terça parte do mesmo soldo, que ora recebem os referidos aprendizes.

Deus Guarde a Vm.—*João Lustoza da Cunha Paranaguá*.—Sr. Luiz Guilherme Woofs.

N. 96.—FAZENDA.—EM 27 DE MARÇO DE 1868.

Solve duvidas a respeito do sello a que estão sujeitas as Provisões de licença para casamento.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 27 de Março de 1868.

Sirva-se V. S. declarar ao Collector da Cidade de Rezende, em solução as duvidas que suscitara a res.

peito do sello a que estão sujeitas as Provisões de licença para casamento:

1.º que o Alvará de supprimento de licença ou de autorização para casamento, sujeito pelo art. 76 do Regulamento n.º 2713 de 26 de Dezembro de 1860 ao sello fixo de 10\$000, não deve confundir-se com as licenças concedidas pelo Ordinario, na fôrma das Leis Ecclesiasticas, para celebração de casamento em Oratorio particular, as quaes, estando comprehendidas no art. 78, rubrica « Qualquer outra licença concedida por Autoridade constituida, não sendo das especificadas » devem pagar a taxa de 2\$000 sómente.

2.º que as Provisões dos Vigarios da Vara, declarando os contrahentes habilitados para effectuarem o casamento em qualquer Freguezia do Municipio, por não importarem licença, são documentos necessários para provar que os nubentes se mostrarão habilitados para o casamento, e portanto estão unicamente sujeitas á taxa de 200 reis, como comprehendidas indubitavelmente no art. 59 § 3.º do dito Regulamento, rubrica « Qualquer outro documento ou papel. »

Deus Guarde a V. S.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Conselheiro Director Geral das Rendas Publicas.

N.º 97. —FAZENDA. —EM 27 DE MARÇO DE 1868.

Aos officios dos Presidentes de Provincias participando nomeações de Officiaes de descarga supranumerarios devem acompanhar copia da representação da Alfandega e informação da Thesouraria.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 27 de Março de 1868.

Ilm. e Exm. Sr. —Communico a V. Ex., em resposta ao seu officio n.º 68 de 22 de Fevereiro ultimo, que nesta data approvo a nomeação de João Onofre Pinheiro de Andrade para Official de Des-

carga supranumerario da Alfandega dessa Provincia, emquanto durar a affluencia de trabalho; declarando, porém, a V. Ex. que a taes officios deve acompanhar cópia da representação da Alfandega, e informação da Thesouraria, na fôrma do Aviso de 13 de Junho de 1861.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte.

N. 38.—FAZENDA.—EM 27 DE MARÇO DE 1868.

Deferimento, por equidade, de um recurso relativo ao despacho de 89 peças de aniagem, em que houve reclamação de engano quanto a quantidade da mercadoria antes de sua saída da Alfandega.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 27 de Março de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia da Bahia que o mesmo Tribunal, tendo em vista o seu officio n.º 474 de 19 de Setembro do anno passado, a que acompanhou o recurso interposto por Wingham & Comp. da decisão dessa Thesouraria confirmatoria da da respectiva Alfandega, que denegou aos supplicantes a restituição dos direitos de 3.644 libras inglezas de aniagem de linho crú até dez fios, que demais declararão na nota pela qual propuzerão a despacho quatro fardos com oitenta peças da referida fazenda; e considerando manifesto o engano, assim pelo que se vê da factura quanto ao peso que na nota se tomou pela quantidade de jardas, como pela comparação da mesma nota a esse respeito com a declaração do empregado encarregado de sua conferencia, não podendo dar-se recibo de subtracção de qualquer porção das mercadorias em despacho porque o Conferente da saída asseverou

haver encontrado os volumes inteiramente intactos ; considerando, finalmente, que em favor da boa fé dos recorrentes está ainda a reclamação por elles feita em tempo, pois que, segundo o disposto na 1.ª parte do art. 696 do Regulamento das Alfândegas, é ella admissivel em casos de erro, ou engano sobre quantidade de mercadorias emquanto estas não tiverem sahido da Alfândega; resolveu deferir por equidade o referido recurso, devendo portanto os recorrentes pagar os direitos sómente da quantidade despachada.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 99. — FAZENDA — EM 28 DE MARÇO DE 1868.

Sobre o alcance de um Collector, por notavel differença da arrecadação do imposto de lojas, entre um exercício e o antecedente, e approvando o acto do Inspector da Thesouraria de não sujeitar-se, quanto ao caso, a decisão do seu antecessor.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 28 de Março de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Goyaz, em resposta ao seu officio n.º 86 de 21 de Novembro de 1866, que bem procedeu o ex-Inspector Bento José Martins de Menezes não se sujeitando á decisão do seu antecessor, que absolveu de alcance de 350\$800 o ex-Collector da Cidade de Catalão Antonio Domingues Ferreira de Souza, e submettendo a questão ao conhecimento e deliberação do Thesouro; porquanto, á vista das informações ministradas pelo actual Inspector em seu officio de 3 de Dezembro de 1867, sob n.º 129, é manifesto que o imposto sobre lojas da referida Cidade não podia produzir no exercício de 1859—1860 a limitada quantia de 25\$600 que arrecadou aquelle ex-Collector, quando no anterior de

1838—1839 foi arrecadada a de 376\$000 do mesmo imposto, não se havendo provado por modo algum a decadência da população e commercio daquelle localidade, ou outra qualquer causa determinativa de tão notavel differença; devendo, portanto, prevalecer o debito feito pela Contadoria respectiva, em virtude da Ordem n.º 50 de 18 de Março de 1817, da referida quantia de 350\$800, e ser compellido a indemnisa-la o dito ex-Collector em conta do seu alcance, pelos meios competentes, e observando-se o disposto na mesma Ordem em todos os casos semelhantes, quando por incuria ou negligencia da parte dos Collectores se deixarem de fazer em tempo os lançamentos do referido imposto, ou se arrecadarem quantias diminutas sem causas justificativas de taes differenças, como succedeu no caso vertente,

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N.º 169. — FAZENDA. — Em 30 de Março de 1868.

Determina que os objectos para o expediente do Thesouro, que não tiverem de ser fornecidos por contracto, sejam comprados pelo Porteiro, o qual deve ser o unico incumbido das despesas miudas; e que cesse a pratica do fornecimento de toldinhas aos empregados.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro, em 30 de Março de 1868.

Tendo observado, nas contas dos objectos comprados para o expediente do Thesouro, que muitos não o são pelo Porteiro, do que resulta não haver uniformidade nos pregos; declaro a V. S. que os pedidos de objectos, que não tiverem de ser fornecidos em virtude de contracto, devem ser entregues ao Porteiro, devidamente authenticados, a fim de serem satisfeitos, convindo que o mesmo Empregado seja o unico incumbido das despesas miudas que fazem os diferentes Estabelecimentos do Thesouro.

E porque tambem se observa que só com o fornecimento de folhinhas no fim do anno despende-se cerca de 500\$000, sendo aliás esta pratica contraria ao espirito da Circular de 20 de Fevereiro de 1851, pela qual se declarou que os utensilios de escripta não se devem dar aos Empregados a titulo de propinas, e sim quando forem precisos; cumpre que cesse semelhante fornecimento, comprando-se um Almanak para cada uma das diversas Repartições.

Deus Guarde a V. S.— *Zacarias de Góes e Vasconcellos*.— Sr. Conselheiro Official Maior da Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda.

— Identico aos Directores Geraes do Thesouro.

V. 101. — GUERRA. — EM 30 DE MARÇO DE 1863.

approva a redução dos preços das obras de empreitada da officina de funileiros do Arsenal de Guerra da Côrte.

Directoria Central.— 1.^a Secção. — Rio de Janeiro.
— Ministerio dos Negocios da Guerra, em 30 de Março de 1863.

Declaro a V. S., em resposta ao officio, que me dirigio em data de 14 do corrente, sob n.^o 114, que fica approvada a redução, que propõe aos preços das obras de empreitada da officina de funileiros do Arsenal de Guerra da Côrte.

Deus Guarde a V. S.— *João Lustosa da Cunha Paranaguá*. — Sr. José de Miranda da Silva Reis.

N. 402. — JUSTIÇA. — AVISO DE 31 DE MARÇO DE 1868.

Ao Presidente da Província do Amazonas. — Declara incompatíveis os cargos de Professor publico de primeiras letras e supplente de Juiz Municipal.

2.^a Secção. — Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro, em 31 de Março de 1868.

Ilm. e Exm. Sr. — A Sua Magestade o Imperador foi presente o officio de V. Ex., de 19 de Novembro ultimo, que acompanhou cópia da decisão dada por V. Ex., declarando incompatíveis os cargos de Professor publico de primeiras letras e supplente de Juiz Municipal, exercidos cumulativamente por Jesuino da Costa Fonseca Junior, Escrivão interino do Termo de Serpa, nessa Província. E o Mesmo Augusto Senhor Houve por bem Mandar approvar a referida decisão por ser conforme aos Avisos de 7 de Outubro de 1843, 19 de Novembro de 1861, 13 de Setembro de 1865 e 3 de Junho de 1867.

Deus Guarde a V. Ex. — *Martim Francisco Ribeiro de Andrada*. — Sr. Presidente da Província do Amazonas.

N. 403. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — EM 31 DE MARÇO DE 1868.

Declara prescripto o direito que a uma penna d'agua, sem onus pecuniario, teria o novo proprietario de um predio, se da respectiva concessão tivesse opportunamente usado o primitivo concessionario e o mesmo proprietario.

4.^a Secção. — Directoria das Obras Publicas e Navegação. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 31 de Março de 1868.

Communico a Vm., para seu conhecimento, que nesta data indeferi o requerimento, em que Manoel

Antonio Airosa pedio permissão para assentar a penna d'agua concedida a João Antonio Ferreira de Almeida, sem onus pecuniario, para uso dos prédios n.ºs 48 e 50 da rua das Laranjeiras. Esta decisão fundou-se no parecer, com que me conformei, do Conselheiro Procurador da Corôa, Fazenda e Sobe-
rania Nacional, segundo o qual deve reputar-se pre-
scripto o direito conferido pela concessão da dita
penna em 1842, visto não ter usado della opportuna-
mente o primitivo concessionario, nem o actual dono
do predio.

Deus Guarde a Vm.—*Manoel Pinto de Souza Dantas*.—Sr. Inspector Geral das Obras Publicas.

N. 404.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS
PUBLICAS.— EM 31 DE MARÇO DE 1868.

Da provimento ao recurso interposto pelos emprezarios da
estrada de ferro do Jardim Botânico.

N. 8.—2.ª Secção.— Directoria das Obras Publicas
e Navegação.— Rio de Janeiro.— Ministerio dos Nego-
cios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas,
em 31 de Março de 1868.

Pela Secretaria de Estado dos Negocios da Agri-
cultura, Commercio e Obras Publicas se communica
á Ilma. Camara Municipal que Sua Magestade o Im-
perador Houve por bem, attendendo ao que lhe re-
presentarão o Barão de Mauá e Charles Grunongh,
no recurso que interpuzerão, alterar o disposto na
condição 1.ª que baixou com o Decreto n.º 3725 de 31
de Outubro de 1866, e approvar as que baixão com o
Decreto por copia incluso.

Manoel Pinto de Souza Dantas.

N. 405.—FAZENDA.—EM 4 DE ABRIL DE 1868.

Sobre uma decisão da Thesouraria da Parahyba, relativa aos direitos de expediente e armazenagem dos generos nacionaes exceptuados no art. 623 § 3.º do Regulamento das Alfandegas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 4 de Abril de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Parahyba, em resposta ao seu officio n.º 88 de 25 de Outubro de 1865, que a solução que deu à Alfandega no sentido de conceder aos generos e objectos de producção e manufactura nacional, exceptuados no art. 625, § 3.º, um prazo de dous dias uteis, durante os quaes gozão de isenção de expediente, encontra a disposição do art. 627 do Regulamento das Alfandegas, que não lhes garante semelhante isenção quando não são retirados do deposito no mesmo dia em que elle se effectua; outro-sim que, quanto à armazenagem, se deve observar o disposto nas Circulares de 4 de Agosto de 1865 e de 16 de Outubro de 1867.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 406.—FAZENDA.—EM 4 DE ABRIL DE 1868.

A concessão de alforria a escravos da Nação—a titulo gratuito—não cabe nas attribuições do Poder Executivo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 4 de Abril de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Em resposta ao Aviso de V. Ex. de 7 de Março proximo findo, acompanhado dos requerimentos das escravas da Nação, Luiza e Lucrecia, ambas ao serviço do Estabelecimento Naval de Iapúra, em que pedem carta de liberdade, a

primeira para seu filho Hippolyto, de cinco annos de idade, mediante a quantia de cem mil réis em que foi avaliado, e a segunda para si, gratuitamente, allegando a sua idade e serviços, tenho de declarar a V. Ex., que nenhum inconveniente ha em ser favoravelmente deferida a primeira das referidas escravas a exemplo do que com outros se tem praticado, visto ser muito favorecida pelas nossas leis a causa da liberdade, logo que entre ella para os cofres publicos com a quantia offerecida.

Não está, porém, no mesmo caso a pretensão da escrava Lucrecia. As concessões de alforrias a escravos da Nação sempre hão sido onerosas, nos termos da Ordem n.º 87 de 26 de Março de 1852 e outras disposições; não tem sido feitas a titulo gratuito, porque equivalerão a verdadeiras doações, o que, em regra, não cabe nas attribuições do Poder Executivo, e como já foi resolvido em Aviso de 18 de Janeiro de 1860. Apenas, por excepção, e por motivos de alta ponderação, se deu liberdade gratuita a escravos da Nação para o serviço do Exercito, em virtude do Decreto n.º 3725 A de 6 de Novembro de 1866.

A circumstancia de sua idade não modifica o rigor dos princípios expostos, visto que o favor concedido pela Lei de 25 de Outubro de 1832, art. 4.º, áquelles que servissem por mais de vinte cinco annos, foi especial á extincta Junta Diamantina do Tejuco, e não se generalizou a outros escravos da Nação.

Deus Guarde a V. Ex. — *Zacarias de Góes e Vasconcellos* — Sr. João Lustoza da Cunha Paranaguá.



N. 107.—FAZENDA.—EM 2 DE ABRIL DE 1868.

Declara que a Circular de 30 de Outubro ultimo foi revogada pela de 12 de Fevereiro deste anno.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 2 de Abril de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria do Pará, em resposta ao seu

officio n.º 23 de 4 de Março ultimo, consultando sobre a execução da Circular de 30 de Outubro proximo passado, que a mesma Circular foi revogada pela de 12 de Fevereiro deste anno, de accordo com a do Ministerio da Guerra de 23 de Janeiro, por assim convir ao serviço publico.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 108. — FAZENDA. — EM 3 DE ABRIL DE 1868.

Dá provimento a um recurso sobre a restituição de direitos de mais pagos por differença de qualidade em um despacho de brim de linho, por não se ter feito reformar, como cumpria, a respectiva nota.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 3 de Abril de 1868.

Communico a V. S., para sua intelligencia e devidos effeitos, que o Tribunal do Thesouro, tomando conhecimento do recurso de Phipps Irmãos & Comp.^a da decisão dessa Inspectoria, pela qual lhes negou a restituição da quantia de 1:340\$000, que de mais pagáram pelos direitos de 400 peças de brim de linho em consequencia de differenças de qualidades, resolveu dar-lhe provimento, visto que, se os Empregados incumbidos daquelle serviço, na forma das disposições em vigor, e como lhes notou essa Inspectoria em seu despacho de 6 de Fevereiro, tivessem feito reformar a nota do despacho, prevenidos assim os recorrentes da irregularidade da mesma nota, a terião corrigido com a declaração da qualidade do brim, e de suas pollegadas, base estatuida na Tarifa para o pagamento dos direitos, nenhuma differença se encontraria acerca da qualificação dos ditos brims, e quando se achasse, sendo essa qualificação escripta pela propria parte, e não irregular e indevida.

mente iniciada pelo Conferente do despacho, o processo correria regularmente, e regularmente seriam cobradas dos recorrentes as multas em que incorressem.

Deus Guarde a V. S.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*. — Sr. Inspector da Alfândega do Rio de Janeiro.

N. 109. — FAZENDA. — EM 3 DE ABRIL DE 1868.

Devolve o processo de fiança de um Collector para que sejam preenchidas as formalidades que indica, e sellado o traslado de uma escriptura junta ao mesmo processo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 3 de Abril de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o processo da fiança do Collector de Santarem, Raymundo Xavier Nogueira, transmittido pela Thesouraria do Ceará em officio n.º 449 de 29 de Agosto de 1863, devolve á dita Thesouraria o referido processo, para que o Sr. Inspector da mesma Repartição faça declarar nos termos de fiança que o fiador se obriga tambem pelos Agentes do Collector, na intelligencia de que para prestar fiança deve o mandatario receber expressamente este poder nas procurações, o que não se verifica nas que vem juntas ao processo; cumprindo que para o futuro se evite a reproducção de taes faltas. Outrosim, recommenda ao dito Sr. Inspector que exija certidão de decima dos predios que forem offerecidos em garantia, não só para mostrar que estão quites para com a Fazenda Publica, como que ainda pertencem aos fiadores, circumstancia esta que não pôde ser provada pela escriptura de compra, nua e desacompanhada de qualquer outro documento. E, porque não foi sellado o traslado da escriptura junta ao dito processo, nesta data se officia á Presidencia da Provincia para os fins convenientes.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 110.—FAZENDA.—Em 3 DE ABRIL DE 1868.

Determina que sejam impostas as multas devidas aos Empregados que deixarão de fazer sellar a escriptura mencionada na Ordem antecedente.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 3 de Abril de 1868.

Hlm. e Exm. Sr.—Não tendo sido sellado o traslado da escriptura junta ao processo de fiança do Collector de Santarem, de que trata a Ordem n.º 27 desta data, convém que V. Ex., na fórma dos arts. 49 e 52 § 2.º do Decreto n.º 3139 de 13 de Agosto de 1863, imponha as multas aos Empregados que commetterão a infracção, procedimento este que aliás deveria essa Presidencia ter tido antes de pôr o visto no officio da Thesouraria de 29 de Agosto do dito anno de 1863.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*,—Sr. Presidente da Provincia do Ceará.

N. 111.—FAZENDA.—Em 3 DE ABRIL DE 1868.

Trata de uma pretensão de José Pereira Tavares & C.ª ao estabelecimento de docas como obra complementar do prolongamento da rua do Cortege em S. Christovão à praia do Sacco do Alferes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 3 de Abril de 1868.

Hlm. e Exm. Sr.—Devolvendo os requerimentos e mais papeis em que José Pereira Tavares & C.ª pedem a approvação do estabelecimento de docas, como obra complementar do prolongamento da rua do Cortege em S. Christovão à praia do Sacco do Alferes, tenho de declarar a V. Ex., em resposta ao seu Aviso de 5 de Novembro do anno passado, que o direito para construir docas está garantido pelo

art. 46 do Decreto de 46 de Novembro de 1863, se a este se refere a mencionada pretensão, e esse mesmo artigo reserva ao Governo o direito de fiscalisação, e de marcar a taxa que devem perceber os emprezarios. Assim, pois, devem os planos ficar submettidos a approvação do Governo, e este poderá alteral-os como julgar acertado, e entender mais conveniente aos interesses da Fazenda, tendo em vista a construcção de quaesquer outras docas por conta do Estado, ou de companhias no littoral da Cidade, e os impostos que ali devem ser cobrados em beneficio do Thesouro. Ao Governo, pois, cabe, pelo Ministerio que fez semelhante concessão, examinar se o plano offerecido está ou não de accordo com a concessão primitiva, e se é ou não a sua fiel execução; essa concessão deve ser mantida nos restrictos termos em que foi feita, sem accrescimento algum de obras que transtornem esse fim, qual foi o originariamente proposto ao Governo.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Manoel Pinto de Souza Dantas.

N. 442.—FAZENDA.—EM 4 DE ABRIL DE 1868.

Concessão de favores á Companhia de paquetes ultimamente inaugurada entre o Brasil e a Belgica.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 4 de Abril de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Communico a V. Ex., em resposta ao seu Aviso de 23 de Março proximo findo, que forão concedidos á Companhia de paquetes a vapor ultimamente inaugurada entre o Brasil e a Belgica os mesmos favores e isenções de que gozão os paquetes da Real Companhia de Southampton e das *Messageries Impériales*.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Manoel Pinto de Souza Dantas.

N. 113.—FAZENDA.—EM 6 DE ABRIL DE 1868.

Manda reformar o quadro das notas obtidas pelos concorrentes a um lugar de Ajudante de Guarda-mór e explica as disposições em vigor sobre a matéria.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 6 de Abril de 1868.

Devolvo a V. S. os inclusos papéis do concurso a que ultimamente se procedeu na Thesouraria da Bahia para o preenchimento do lugar vago de Ajudante do Guarda-mór da Alfandega da mesma Província, a fim de que se sirva mandar reformar, com urgencia, o quadro das notas obtidas pelos concorrentes na revisão das provas feita nessa Directoria, pondo-o de accordo com as disposições em vigor, e interpondo de novo o seu parecer; por quanto, á vista do art. 6.º do Decreto n.º 3783 de 24 de Janeiro do anno passado, o qual mandou observar nos concursos das Alfandegas o disposto no de n.º 2549 de 14 de Março de 1860, quanto ao numero dos examinadores, systema da votação e apreciação das provas, não se deve mais qualificar a approvação nos termos do art. 24 das Instruções de 3 de Março de 1862, nem excluir do quadro o resultado do escrutínio sobre as provas oraes dos candidatos, uma vez que isso póde influir sobre o julgamento das habilitações dos mesmos candidatos, segundo a doutrina da Ordem de 18 de Dezembro de 1860 e das proprias instruções de 1862 no art. 31, doutrina claramente opposta ao principio adoptado pela legislação revogada de não considerar-se approvado senão o candidato que obtivesse notas de approvação em ambas as provas ou pelo menos na escripta.

Outrosim, convindo firmar a intelligencia das disposições vigentes sobre o modo por que cumpre que procedão nestes casos as repartições incumbidas do preparo dos papéis para subirem a despacho, declaro a V. S. que o parecer dessa Directoria, quer na conformidade do art. 6.º, § 43 do Regulamento que lhe conferio a attribuição de informar sobre o preenchimento das vagas que se derem nas Alfandegas, quer á vista do art. 24 do Decreto de 14 de Março de 1860 ou do art. 29 das

instrucções de 3 de Março de 1862, que a encarrega de apresentar ao Ministro, com o seu parecer, o quadro demonstrativo do resultado do concurso, deve limitar-se a expôr esse resultado, e não tratar de proposta para o preenchimento dos lugares, como praticarão o Empregado revisor das provas e o Chefe da respectiva secção.

Deus Guarde a V. S.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Conselheiro Director Geral das Rendas Publicas.

N. 114. —FAZENDA.—EM 7 DE ABRIL DE 1868.

Solve duvidas da Directoria Geral do Contencioso a respeito da transcripção dos titulos dos terrenos de marinha, alagados e outros, expedidos antes ou depois da nova Lei Hypothecaria.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 7 de Abril de 1868.

Declaro a V. S., para os fins convenientes, e em solução ás duvidas suscitadas nessa Directoria, que não são necessarias as transcripções dos titulos de terrenos de marinha, alagados, accrescidos e outros, expedidos depois da execução da nova Lei Hypothecaria, nos casos de transmissão por herança ou por acto judicial, á vista do disposto no art. 260 do Regulamento de 26 de Abril de 1865.

Quanto, porém, aos titulos que já foram entregues ás partes, pela Secretaria da Fazenda se extrahirão cópias delles, e, em vista destas, proceder-se-ha ás respectivas inscripções, sendo que, para cobrar-se dos interessados a importancia das despezas que a Fazenda houver adiantado, deverão ser elles convidados por editaes, a virem satisfazer-as no prazo de tres mezes, contado de sua publicação, sob pena de serem judicialmente compellidos ao pagamento.

Deus Guarde a V. S.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Director Geral interino do Contencioso.

N. 415.—FAZENDA.—EM 8 DE ABRIL DE 1868.

Recurso sobre restituição de quantia cobrada pela Recebedoria da Côrte a título de revalidação do sello de um accordo celebrado em um caso de fallencia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, 8 de Abril de 1868.

Foi presente ao Tribunal do Thesouro o recurso de Manoel de Almeida Cardoso, interposto da decisão da Recebedoria do Rio de Janeiro, que negou-lhes a restituição de 9:222\$655, importancia pela dita Recebedoria percebida a titulo de revalidação do accordo celebrado entre o recorrente e outros de um lado, e o fallido Antonio José de Azevedo Maya e seus credores de outro; e o mesmo Tribunal,

Considerando que dos papeis consta que, tendo o fallido Azevedo Maya obtido de seus credores um abatimento de 40 %, o recorrente e outros tomárão a si a responsabilidade das dividas do fallido, passando novas letras aos credores e recebendo destes quitação da divida nos primitivos titulos; o que tudo foi homologado pela jurisdicção commercial;

Considerando que em taes circumstancias dá-se novação da divida, porquanto o devedor originario foi substituido pelo recorrente e outros, que tomárão a si a responsabilidade do fallido para com os credores, passando novos titulos;

Considerando que em tal caso a extincção da primeira divida, e a constituição da nova são convenções, ou antes condições dependentes uma da outra, e que, portanto, nas novações de contracto não se póde cobrar o imposto senão por uma só vez, porque aliás repetir-se-hia o sello na mesma transacção, contra o art. 25 § 2.º do Regulamento de 40 de Julho de 1859, que entao vigorava, disposição esta reproduzida no art. 38 § 5.º do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860;

Considerando que o imposto era devido, não da extincção da obrigação, mas da creação da nova divida, que constitue principalmente a convenção, e consequentemente que, tendo-se pago o sello das ditas letras ou novos titulos, não podia ser devido outro da extincção ou quitação da divida, attentos os principios expostos.

Resolveu dar provimento ao recurso, a fim de que seja restituída a quem de direito fôr a importância da revalidação exigida e effectivamente percebida.

O que communico ao Sr. Administrador da Recebedoria para a devida intelligencia e execução.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 116. — FAZENDA. — EM 8 DE ABRIL DE 1868.

Provimento de um recurso sobre os direitos de noventa barris de vinho verde, que a Alfandega pretendeu cobrar na razão da quantidade despachada em 1866, e não na da que posteriormente se verificou e annunciou em edital de praça.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 8 de Abril de 1868.

O Tribunal do Thesouro, tomando conhecimento do recurso de Azevedo Junior & Magalhães da decisão dessa Inspectoria, que os obrigou ao pagamento dos direitos de noventa barris de vinho verde segundo a quantidade que continhão, quando em 1866 os submettêrão a despacho, e não pela que ultimamente se verificou, e foi annunciada em edital de praça, resolveu dar provimento ao mesmo recurso para que sejam os recorrentes admittidos a despachar o vinho em questão pela quantidade ultimamente verificada; o que communico a V. S. para sua intelligencia e devidos effeitos, observando que os recorrentes não podião ser admittidos a despachar o dito vinho além do prazo do art. 302 do Regulamento das Alfandegas.

Deus Guarde a V. S.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos.*—Sr. Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro.

N. 117. — FAZENDA. — EM 8 DE ABRIL DE 1868.

A alçada de que trata o art. 762 do Regulamento das Alfandegas, refere-se à das mesmas Repartições e Mesas de Rendas, e não à da instancia superior para a qual se tiver de recorrer.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 8 de Abril de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia da Bahia que o mesmo Tribunal, á vista dos papeis remetidos com o seu officio n.º 486 de 12 de Outubro do anno passado e relativos ao recurso interposto pelos negociantes Boldt Katemkamp & C.ª da decisão dessa Thesouraria, que confirmou a da respectiva Alfandega, sujeitando-os, de conformidade com o art. 1.º do Decreto de 25 de Novembro de 1865, ao pagamento de direitos de 207 peças de canhamago soltas, não pelo peso de 1.466 libras, verificado pelo Confescente, mas pelo de 8.940 libras, declarado na nota do despacho, com o fundamento de exceder a importância dos direitos da differença, que encontrou-se, á alçada das Thesourarias, marcada no art. 766 do Regulamento das Alfandegas de 19 de Setembro de 1860, resolveu tomar conhecimento do dito recurso, e ordenar que delibere sobre semelhante assumpto, ficando aos reclamantes o direito salvo de recorrerem para o Tribunal do Thesouro, se lhes parecer; e, por esta occasião, lhe declara que a alçada, de que trata o art. 762 do citado Regulamento, refere-se á das Alfandegas e Mesas de Rendas de que antecedentemente trata o art. 760, e não á da instancia superior, para a qual se tiver de recorrer das decisões daquellas mesmas Repartições, intelligencia esta que o paragrapho unico do mencionado art. 762 torna ainda mais clara pela gradação e ordem hierarchica, que estabelece na interposição do recurso, e que é sustentada pelo art. 761, mandando que das decisões dentro da alçada só se possam interpor os recursos de revista, classificação a que não pertence o de que se trata.

Zacarias de Góes e Vasconcellos

N. 118. — FAZENDA. — EM 8 DE ABRIL DE 1863.

Sobre o facto de ter o Inspector nomeado para a Alfandega do Espírito Santo entrado em exercicio sem prestar a fiança, a que estava obrigado por accumular as funcções do Thesoureiro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 8 de Abril de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Espírito Santo, em resposta ao officio dessa Thesouraria n.º 52 de 24 de Setembro do anno passado, que a mesma Thesouraria não procedeu regularmente quando ordenou que o Inspector nomeado para a respectiva Alfandega entrasse em exercicio sem prestar a fiança a que está obrigado pelo exercicio cumulativo das funcções de Thesoureiro, commettendo assim a infracção do art. 121 do Regulamento de 49 de Setembro de 1860, que não póde ser attenuado pela razão apresentada por seu antecessor, da carencia de Empregados de Fazenda para servirem interinamente o referido lugar, como faculta o art. 88 § 1.º, o qual tambem foi infringido, porque, estando licenciado o Ajudante do Inspector, e não tendo sido designado quem servisse de Inspector, ao 1.º Escripturario da Alfandega, que exercia o emprego de Ajudante, competia a substituição, como é expresso no referido § 1.º do art. 88, além disto occorre que, aposentado o Inspector da dita Alfandega José Joaquim de Almeida Ribeiro, e publicado como foi o acto do Governo, devia ter expirado immediatamente o seu exercicio, não podendo nelle permanecer por se tornarem dalli em diante nulos os seus actos pela incompetencia de autoridade que levava a commetter actos de excesso de poder. Ficando, portanto, autorizado o Sr. Inspector a marcar um prazo razoavel ao nomeado para prestação da competente fiança, cumpre que attenda á falta de execução, que tem tido na citada Alfandega o art. 135 § 4.º do Regulamento, como se depreheende do citado officio.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 119. — FAZENDA. — EM 11 DE ABRIL DE 1868.

Declara isentos do imposto pessoal, pela razão que indica, os Empregados da Imperial Quinta da Boa-Vista, moradores nas casas edificadas dentro da mesma Quinta.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 11 de Abril de 1868.

Hon. e Exm. Sr. — Em solução ao officio de V. Ex. de 23 de Março ultimo em que consulta — se os Empregados da Imperial Quinta da Boa-Vista, moradores nas casas edificadas dentro da mesma Quinta, devem pagar o imposto pessoal —, cabe-me dizer a V. Ex. que, devendo recahir o imposto sobre toda a pessoa nacional ou estrangeira na razão de 3 % do rendimento locativo da casa que habita, ou seja propria ou arrendada, não se podem considerar aquelles Empregados sujeitos a semelhante onus, pois não são proprias nem arrendadas as casas que occupão.

Deus Guarde a V. Ex. — *Zacarias de Góes e Vasconcellos*. — A S. Ex. o Sr. Mordomo da Casa Imperial.

N. 120. — FAZENDA. — EM 13 DE ABRIL DE 1868.

Transmitte ás Thesourarias de Fazenda, para facilitar os exames de notas que tenham de fazer, relações das que existem em circulação, e collecções originaes das que tem sido remetidas a cada uma das Provincias.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 13 de Abril de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista esclarecer as Thesourarias de Fazenda dos signaes caracteristicos das differentes notas do Governo actualmente em circulação, para mais facilmente poderem discriminar as verdadeiras das falsas, trans-

mitte aos Srs. Inspectores das mesmas Thesourarias as inclusas relações das referidas notas, com a declaração dos respectivos assignatarios, e bem assim as collecções originaes das que tem sido remettidas a cada uma das diversas Provincias, mencionadas na relação, tambem junta, organizada na Thesouraria da Secção de substituição do papel-moeda em 4 de Março proximo passado; e lhes recommenda que fação conservar nos cofres das Thesourarias, para os fins a que se destinão, as mencionadas collecções, que deverão ser carregadas no livro de diversos valores para a todo o tempo responderem por ellas os respectivos Thesoureiros.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 421.—FAZENDA.—EM 15 DE ABRIL DE 1868.

Indefere um recurso sobre o lançamento do imposto de lojas, feito de conformidade com o art. 6.º do regulamento de 15 de Junho de 1844.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 15 de Abril de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Pernambuco, que o dito Tribunal, tendo presente o seu officio n.º 222 de 19 de Setembro de 1867, com o qual transmittie o recurso dos negociantes Rego & Moura, interposto da decisão que confirmára a da respectiva Recebedoria, a qual, procedendo ao lançamento do imposto, fizera applicação do art. 6.º do Regulamento de 15 de Junho de 1844, e accumulára ao aluguel da casa de negocio dos recorrentes, arrendada por seis annos, pela quantia annual de 500\$000, a importancia de 2:500\$000 que derão de gratificação ao proprietario, calculando assim o imposto sobre o aluguel de 916\$666 annuaes, resolveu indeferir o mencionado recurso.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 122.—FAZENDA.—EM 17 DE ABRIL DE 1868.

Concessão de favores á Companhia de Navegação a vapor do Pacifico.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 17 de Abril de 1868.

Ilm. e Exm. Sr. — Communico a V. Ex. que fica expedida a necessaria ordem á Alfandega do Rio de Janeiro para serem concedidos á Companhia de Navegação a vapor do Pacifico, os mesmos favores de que gozão a Real Companhia Britannica de Paquetes a vapor e outras, exceptuada a isenção do pagamento da ancoragem, e sendo a dos direitos das provisões, sobresalentes, pertencas e mais objectos declarados no art. 544 § 2.º do Regulamento das Alfandegas conferida nos termos desse artigo.

Deus Guarde a V. Ex. — *Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Manoel Pinto de Souza Dantas.

N. 123. —GUERRA.—EM 18 DE ABRIL DE 1868.

Declara o modo de regular a precedencia, que devão ter entre si os Membros do Conselho Supremo Militar.

Directoria Central.—4.ª Secção.—Rio de Janeiro. —Ministerio dos Negocios da Guerra, em 18 de Abril de 1868.

Podendo suscitar-se duvida a respeito da precedencia, que devão ter entre si os Membros do Conselho Supremo Militar, pretendendo-se que seja ella regulada não pela superioridade da Patente ou da antiguidade em caso de igualdade do Posto, mas que os Titulares e os que tem Carta de Conselho precedão aos outros membros segundo o grão do Titulo ou antiguidade da Carta de Conselho, e convido fixar regra a semelhante respeito: Manda Sua Magestade o Imperador por esta Secretaria de Estado declarar

ao mesmo Conselho Supremo Militar, para sua intelligencia e governo, que o Alvará de 20 de Novembro de 1786, que poderia ser invocado para sustentar a opinião acima figurada já está em desuso nos Tribunaes Superiores Civis do Imperio, para os quaes vigorava tomando hoje assento os seus Membros, segundo a antiguidade da posse, e não tem applicação aos Tribunaes Militares; e que pelo contrario, tendo sido estatuido posteriormente pelo art. 7.º do Alvará de 26 de Outubro de 1796, conquanto já se não ache em vigor, que no Conselho do Almirantado se precedessem os Conselheiros de Guerra, segundo as suas Patentes, e, sendo a Patente igual, pela maior antiguidade, deve no Conselho Supremo Militar ser observado o que está estabelecido pela legislação em vigor para a precedencia dos militares entre si.

João Lustosa da Cunha Paranaguá.



N. 121. — FAZENDA.—EM 20 DE ABRIL DE 1868.

O: Fieis de armazens das Alfandegas não podem ser incumbidos de serviços extranhos aos respectivos lugares; e nos seus impedimentos devem ser substituidos pelas pessoas que propuzerem sob sua responsabilidade.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 20 de Abril de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de S. Pedro, em resposta ao seu officio n.º 363 de 28 de Dezembro do anno passado que, visto o Fiel de armazem de S. José do Norte, João Alexandrino Borges, nomeado em Junho de 1866, ter-se conservado sempre fóra do exercicio desse lugar, fica de nenhum effeito a sua nomeação; devendo o Sr. Inspector observar ao da Alfandega da Cidade do Rio Grande que não

procedeu regularmente deixando o dito Borges por tanto tempo distraído do serviço proprio do lugar para o qual fôra nomeado, contra a expressa disposição do art. 36 § 1.º do Regulamento das Alfandegas de 19 de Setembro de 1860, declarando-lhe outrossim que, devendo nos termos do art. 147 §10 do citado Regulamento ser os Fieis substituídos nos seus impedimentos por pessoas que sob sua responsabilidade propõem o Chefe da Repartição, foi irregular o facto de ter sido chamado para servir no armazem n.º 3 como Fiel um operario, e ainda mais influir esse facto no numero dos Fieis, tornando-o superior ao que deve ter a mencionada Alfandega.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

— 1868 —

N. 125.—FAZENDA.—EM 20 DE ABRIL DE 1868.

Nega a um Official do Exército o direito a uma divida de exercicios findos, proveniente da gratificação especial do commando da Companhia de transportes de Mato Grosso, porque, além de outros motivos, tal Companhia não foi alli creada.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 20 de Abril de 1868.

Ilhm. e Exm. Sr.—Em resposta ao Aviso de V. Ex. de 24 de Março proximo passado, requisitando o pagamento da divida de exercicio findo, na importância de 404\$516, ao Capitão Joaquim Seares de Figueiredo, tenho de ponderar a V. Ex. que em Mato Grosso não foi creada a Companhia de transportes, como informão nos officios juntos ao processo, que acompanhou o referido Aviso, o Pagador da Caixa Militar, o Commandante das forças e o Inspector da Thesouraria: o serviço foi desempenhado pela tropa realna, apenas percebendo um Alferes, e depois um Tenente encarregado d'elle, a gratificação de 32\$000 mensaes, que lhe foi em tempo mandada abonar.

O Aviso por V. Ex. expedido ao Commandante das forças de Mato Grosso em 29 de Março de 1867 não

reconheceu de modo positivo o direito daquelle Capitão ao pagamento da gratificação especial de 60\$000 mensaes, senão no caso de ter elle sido Commandante da Companhia de transportes. Ora, não tendo elle tido tal exercicio, mas unicamente o de encarregado da tropa reitua, como forão o Alferes e o Tenente, que perceberão a gratificação de 32\$000, parece que, a ter requerido em tempo, sómente esta gratificação lhe competiria, e não a de 60\$000; sendo estas as razões que teve o Commandante das forças para não mandar-lhe passar titulo de dívida, nem ajustar-lhe as contas, como declara na informação dada á Presidencia da Provincia em data de 2. de Novembro do anno passado.

Em todo o caso o referido Capitão não tem direito ao pagamento de qualquer das ditas gratificações, visto haver requerido o que julgou competir-lhe depois de findo o serviço que allega, e não ter mostrado que a reclamou durante elle, e que lhe foi indevidamente negada, como dispõe o Decreto n.º 78 de 26 de Junho de 1844.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. João Lustoza da Cunha Paranaguá.

N. 126.—FAZENDA.—EM 20 DE ABRIL DE 1868.

O art. 27 da Lei n.º 1507 do anno passado não comprehende as multas comminadas em Leis e Regulamentos provinciaes ou municipaes, e nas Posturas das Camaras.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 23 de Abril de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Respondendo ao officio de V. Ex. de 8 de Novembro do anno passado, no qual consulta se as multas comminadas no Regulamento provincial da instrução publica e particular de 30 de Abril de 1862, que pelo art. 133 revertem para os cofres das respectivas Camaras Municipaes, fazem hoje parte da renda geral, em vista do art. 27 do

Lei n.º 1507 de 26 de Setembro ultimo; tenho de declarar a V. Ex. que o referido art. 27 não comprehende em sua disposição as multas comminadas quér em leis provinciaes e seus regulamentos, quér em leis municipaes e seus regulamentos, ou nas Posturas das competentes Camaras.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

N.º 127. —FAZENDA.—EM 21 DE ABRIL DE 1868.

Competencia do Juizo de Direito, para, nos casos de alcance e processo de responsabilidade dos Empregados, proceder a novos exames nas contas já tomadas pelas Thesourarias de Fazenda.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 21 de Abril de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o officio n.º 51 de 20 de Agosto do anno proximo passado, em que o Sr. Inspector da Thesouraria da Parahyba dá conta da correspondencia que tivera a mesma Thesouraria com a Presidencia da Provincia sobre o alcance e processo de responsabilidade do Thesoureiro da Policia, Angelo de Fojos Corrêa Cesar, cujas contas já haviam sido examinadas na Thesouraria, parecendo-lhe por isso que não competia ao Juizo de Direito a faculdade de novo exame que projectava fazer nos livros, motivo por que requisitara como perito, por intermedio da Presidencia, o 1.º Conferente da respectiva Alfandega Julio da Costa Cisue: declara ao dito Sr. Inspector que foi regular o procedimento da Presidencia de, accedendo à requisição do Juizo, mandar dispensar do serviço da Repartição o referido Conferente, visto que o Decreto n.º 512 de 16 de Abril de 1847, que permittio fazer exames em Juizo Criminal

nas contas tomadas pelo Thesouro, é applicavel por maioria de razão ás Thesourarias de Fazenda; sendo que semelhante disposição não offende a do art. 25 do Decreto n.º 2343 de 29 de Janeiro de 1839, por quanto o exame das contas feito pela Thesouraria não pôde ser considerado derisão em materia contenciosa.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 123.—FAZENDA.—EM 22 DE ABRIL DE 1868.

Sobre a applicação da multa do art. 42 da Lei n.º 939 de 1837 nos casos de falta de pagamento da siza.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 22 de Abril de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco, para sua intelligencia e devidos effectos, e em resposta ao seu officio de 3 de Julho do anno passado, n.º 458, que a Thesouraria Provincial dessa Provincia foi dispensada, por equidade, de satisfazer a multa que lhe fôra imposta pela falta de pagamento da siza correspondente á quantia de 7:200\$000, valor pelo qual lhe forão adjudicados um sítio e casas no lugar denominado — Manguihu—, no bairro da Boa-Vista da Capital dessa Provincia, por execução que moveu ao seu devedor João Carneiro Machado Rios, devendo cobrar-se-lhe apenas o imposto devido.

Cumpro, porém, observar ao Sr. Inspector que, estando a Fazenda Provincial obrigada ao pagamento integral da siza correspondente ao valor da referida adjudicação, não ha duvida que devia satisfazel-a para evitar a pena do art. 42 da Lei n.º 939 de 26 de Setembro de 1837; todavia, como a applicação desta pena tem suscitado algumas duvidas, entendendo-se que ella só é applicavel aos que usão de fraude para

privar a Fazenda de todo ou parte deste imposto devido, manifestando, por exemplo, em uma escriptura de compra um valor menor do que aquelle por que de facto se realisou a transacção : tem-se neste caso entendido que, descoberta a fraude, além do imposto da siza a que estão sujeitas todas as transmissões de propriedade, deve o infractor ser punido com a pena da multa de 10 a 30 % do valor da coisa transmitida.

E' de crer que estas duvidas desapareçam com o Regulamento que se tem de expedir para a arrecadação deste imposto.

Enquanto, porém, não ha disposição clara e terminante declarando o modo pratico de cobrar-se a multa de que se trata, é de equidade que sejam os devedores de siza compellidos a pagal-a quando não tenham feito por simples omissão, ignorancia, etc., prescindindo-se da multa, a qual será exigida quando se manifestar o desiguito de defraudar a Fazenda.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 129. — MARINHA. — AVISO DE 22 DE ABRIL DE 1868.

Estabelece regras para a navegação do rio Amazonas, seus afluentes e canaes.

3.ª Secção. — Ministerio dos Negocios da Marinha. — Rio de Janeiro, em 22 de Abril de 1868.

Ilm. e Exm. Sr. — Convindo estabelecer regras com o fim de evitar sinistros na navegação do rio Amazonas, seus afluentes e canaes, Manda Sua Magestade o Imperador se observem as Instrucções annexas a este, que vão assignadas pelo Conselheiro Director Geral desta Secretaria de Estado, e que serão traduzidas em francez e inglez e distribuidas aos navios estrangeiros e nacionaes, que tiverem de emprender a mencionada navegação.

Deus Guarde a V. Ex. — *Affonso Celso de Assis Figueiredo*. — Sr. Presidente da Provincia do Pará.

Instrucções, a que se refere o Aviso desta data.

Art. 4.º Nas bahias de Marajó e das Bócas, no rio Amazonas propriamente dito, e nas demais aguas fluviaes das Provincias do Pará e do Amazonas, que, como aquelles lugares, apresentem facilidade para navegação, serão executadas fielmente as regras prescriptas pelo Aviso de 43 de Abril de 1863.

Art. 2.º Nos rios estreitos, como dos Breves, Taja-purú, Limão, Itaquára, e outros nas mesmas circumstancias, ou ainda naquelles, que sejam proxima-mente de igual largura, a embarcação, que subir, costeará a margem esquerda, e a que descer, a di-reta, e observarão o que determina o Aviso de 22 de Agosto de 1864.

Art. 3.º Os navios subirão o Amazonas e seus afluentes, costeando, e descerão a meio rio.

Art. 4.º As embarcações, que subirem e encon- trarem outra pela sua proa com a mesma direcção e menor marcha, guinarão para meio rio.

Art. 5.º As que navegarem em sentido contrario, logo que se avistarem ou tiverem noticia de que se aproximão, se forem de vela, diminuirão de panno, conservando a que subir apenas o sufficiente para governar; se de vapor, a que descer navegará a meia força, e a outra a quarto ou menos.

Art. 6.º Nas proximidades das pontas ou voltas, que encobrirem estirões, nas entradas dos rios, Pa-raná-mirys, furos estreitos e tortuosos, e no transitio dentro dos portos, onde houver navegação de qual-quer ordem que seja, as embarcações andarão com pouco panno, ou á meia força, sendo vapores, pro- cedendo com a precisa antecedencia aos signaes estabelecidos pelas citadas Instrucções para o tempo chuvoso ou neblinado.

Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, 22 de Abril de 1868.

Francisco Xavier Bomtempo.

N. 430.—FAZENDA.—EM 23 DE ABRIL DE 1868.

Concessão das vantagens de paquete para o vapor *Uruguay*, destinado á navegação subvencionada entre S. Borja e o Salto.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 23 de Abril de 1868.

Hln. e Exm. Sr.—Em resposta ao Aviso de V. Ex. de 29 de Julho ultimo, acompanhado do requerimento em que o Bacharel Antonio Eleuterio de Camargo solicita as vantagens de paquete para o vapor *Uruguay*, de que elle e outros são proprietarios, e que se destina á navegação, subvencionada pela Provincia de S. Pedro, entre S. Borja e o Salto, tenho de declarar a V. Ex. que nenhum inconveniente ha na concessão das vantagens requeridas, podendo-se mesmo fazer extensivo ao referido vapor a disposição do art. 347 do Regulamento das Alfandegas.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Manoel Pinto de Souza Dantas.

— 2266 —

N. 431.—FAZENDA.—EM 24 DE ABRIL DE 1868.

Na deducção das despesas, de que trata o art. 338 do Regulamento das Alfandegas, deve se observar o disposto na Ordem de 3 de Outubro de 1853, abandonando-se as mercadorias achadas, no caso em que o seu valor não attinja ás despesas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 24 de Abril de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista o officio do Sr. Inspector da Thesouraria do Maranhão, n.º 6 de 17 de Janeiro de 1866, no qual communica haver resolvido em Junta, sobre consulta da Alfandega, que aos achadores das mercadorias de que trata o art. 338 do Regulamento de 19 de Setembro

de 1860, só cabe a metade do respectivo producto, depois de deduzidos os direitos da Fazenda Nacional e as despesas de leilão, sem direito algum ás de salvamento e conducção; declara ao referido Sr. Inspector que na deducção das despesas, a que allude o citado art. 338, deve-se observar o que foi estabelecido pela Ordem de 5 de Outubro de 1865; cumprindo, porém, que, no caso que o valor das mercadorias achadas não atinja ás despesas devidas, sejam ellas abandonadas nos termos da Ordem de 4º de Janeiro de 1837.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 142. - IMPERIO. — EM 24 DE ABRIL DE 1868.

Ao Presidente da Provincia do Paraná.—Declara que o cidadão suspenso do cargo de Subdelegado de policia não pôde continuar a exercer as funcções de Vereador.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 24 de Abril de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Com seu officio de 21 do mez findo V. Ex. me transmite cópia do que dirigio em 27 de Dezembro ultimo ao Presidente da Camara Municipal da Villa de Morretes, declarando que o cidadão suspenso do cargo de Subdelegado de policia não fica inhibido de exercer as funcções de Vereador, visto ser este cargo de eleição popular.

Posteriormente V. Ex., attendendo ao disposto no Aviso n.º 408 de 3 de Março de 1860, determinou que o cidadão, de quem se tratava, deixasse de exercer as referidas funcções.

O Governo Imperial approva a ultima deliberação de V. Ex., por ser a decisão constante do referido officio de 27 de Dezembro contraria ao citado Aviso e ao de n.º 488 de 24 de Abril de 1861 § 2.º

Deus Guarde a V. Ex.—*José Joaquim Fernandes Torres*.—Sr. Presidente da Provincia do Paraná.

N. 433.—IMPERIO.—EM 24 DE ABRIL DE 1868.

Ao Rev. Arcebispo. — Declara que não deve ficar embaraçada a renúncia de um benefício ecclesiastico por falta de assignatura do respectivo termo; e que os Diocesanos devem providenciar para que sejam declarados vagos os benefícios, quando os beneficiados violarem as leis de residencia.

6.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 24 de Abril de 1868.

Exm. e Revm. Sr.—Em officio de 2 do corrente communicou-me V. Ex. Revm.ª que o Padre João José Henriques, Vigario collado da Freguezia de Nossa Senhora de Nazareth de Itapicuru, o qual se acha residindo na villa de Propria, em Sergipe, dirigio a V. Ex. Revm.ª em 24 de Janeiro do anno passado o officio que me foi remettido por cópia, renunciando a mesma Freguezia.

Declarou-lhe V. Ex. Revm.ª que nomeasse procurador para assignar nessa Capital o respectivo termo.

Não tendo obtido resposta, resolveu V. Ex. Revm.ª considerar vaga a dita Freguezia, sujeitando sua decisão á approvação de Sua Magestade o Imperador.

Considerando o Mesmo Augusto Senhor que, segundo Direito, a accitação da renúncia pura e simples feita pelo sobredito Vigario não deve ficar embaraçada pela falta de assignatura do referido termo, Houve por bem Approvar aquella decisão.

Será, portanto, confirmada a renúncia logo que V. Ex. Revm.ª o solicitar.

Pelo que respeita ao procedimento do Conego Francisco Pereira de Souza, Vigario collado da Freguezia de Nossa Senhora da Conceição da Praia, que está della ausente ha muito tempo, deve V. Ex. Revm.ª tomar as necessarias providencias para que, á vista de tal violação das leis de residencia, seja declarada vaga a referida Freguezia.

Deus Guarde a V. Ex. Revm.ª — *José Joaquim Fernandes Torres*.—Sr. Arcebispo da Bahia.

N. 134.—FAZENDA.—EM 29 DE ABRIL DE 1868.

Concede isenção de direitos para as caldeiras e mais accessorios das machinas de dous vapores de ferro destinados á navegação do rio das Velhas, negando-a para os cascos e peças correspondentes, por estarem sujeitos ao despacho por factura.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 29 de Abril de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Solicitando V. Ex. em seu officio de 28 de Março ultimo, a que acompanhou o requerimento, por cópia, do Engenheiro Civil Henrique Dumont, a isenção de direitos para os cascos, machinas e mais accessorios de dous vapores destinados á navegação do rio das Velhas, nessa Provincia, que devem chegar a esta Côrte em o navio francez *Sicily Jibert* até o fim do corrente mez, tenho a declarar a V. Ex. que nesta data se expede ordem á Alfandega do Rio de Janeiro, a fim de que sejam despachados livres de direitos as caldeiras e accessorios proprios e exclusivos destas machinas, conforme o pedido constante do seu referido officio; não podendo, porém, permittir-se a mesma isenção para os cascos e todas as peças de ferro destinadas á construcção dos mencionados vapores, visto estarem sujeitos ao despacho por factura, e ao pagamento de 10 %, na conformidade do que dispõe o art. 1151 da Tarifa, e só poder ter lugar semelhante isenção por acto Legislativo.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*. — Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N. 135.—JUSTIÇA.—AVISO DE 30 DE ABRIL DE 1868.

Declara que não podem servir conjunctamente no mesmo Termo o Juiz Municipal e o Promotor Publico, que são cunhados.

2.^a Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 30 de Abril de 1868.

Ilm. e Exm. Sr. — Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio dessa Presidencia, datado de 6

do corrente mez, consultando se pôde ser nomeado para o cargo de Promotor Publico de uma Comarca um bacharel, que seja primo e cunhado de outro, que exerça effectivamente o de Juiz Municipal e de Orphãos de um dos Termos da mesma Comarca; e, em resposta, cabe-me comunicar a V. Ex. que o Mesmo Augusto Senhor Houve por bem decidir que, á vista da Ord. Liv. 4.ª Tit. 48 § 29 e do Aviso n.º 323 de 29 de Outubro de 1859, sendo o cunhadio parentesco em grão por afinidade, que produz incompatibilidade, não poderão servir conjunctamente, no mesmo Termo, dous individuos ligados por esse parentesco.

Deus Guarde a V. Ex. — *Martim Francisco Ribeiro de Andrada*. — Sr. Presidente da Província do Rio Grande do Norte

N. 136. — JUSTIÇA. — AVISO DE 30 DE ABRIL DE 1868.

Declara que não existe incompatibilidade no exercicio dos cargos de Fiscal da Camara, e de supplente do Juizo Municipal.

2.ª Secção. — Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro, em 30 de Abril de 1868.

Ilm. e Exm. Sr. — Tendo a Camara Municipal da Villa de Serpa, nessa Província, consultado a V. Ex. se o respectivo Fiscal podia accumular os exercicios de supplente do Juizo Municipal e de Professor publico, submetteu V. Ex. essas questões, em officio de 26 de Fevereiro ultimo, ao conhecimento do Governo Imperial: Sua Magestade o Imperador, a cuja presença levei o mencionado officio, Houve por bem Decidir, quanto á incompatibilidade entre os cargos de supplente do Juizo Municipal e de Professor publico, que já foi ella declarada por Aviso de 31 de Março proximo findo; e, quanto á que pudesse haver entre o referido cargo de supplente e o de Fiscal, que não se dá semelhante incompatibilidade, visto como as funcções deste emprego podem ser exercidas em horas que não cõpõem com as daquelle.

Nesta data, envio á consideração do Ministerio do Imperio, por pertencer a essa Repartição, a duvida, que se refere á incompatibilidade entre os cargos de Fiscal e de Professor publico. O que tudo communico a V. Ex. para sua intelligencia.

Deus Guarde a V. Ex.—*Martim Francisco Ribeiro de Andrada*.—Sr. Presidente da Provincia do Amazonas.

N. 137.—MARINHA.—AVISO DE 30 DE ABRIL DE 1868.

Altera o uniforme dos aprendizes artifices dos Arsenaes de Marinha.

3.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Marinha.
—Rio de Janeiro, em 30 de Abril de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Sua Magestade o Imperador, a vista do que V. Ex. informou em 12 de Março proximo preterito, sobre o officio do Commandante da Companhia de aprendizes artifices desse Arsenal. n.º 409, de 11 do dito mez, Ha por bem que a fardeta de panno azul, que pelo Aviso regulamentar de 12 de Novembro de 1837, e tabella n.º 1, annexa ao Regulamento, que baixou com o Decreto n.º 2615, de 21 de Julho de 1860, se fornece gratuitamente aos aprendizes artifices na occasião de alistar-se, seja substituida por uma blusa do mesmo panno: o que communico a V. Ex. para seu conhecimento, e expedição das convenientes ordens a tal respeito.

Deus Guarde a V. Ex.—*Affonso Celso de Assis Figueiredo*.—Sr. Conselheiro de Guerra, Chefe de Esquadra, Inspector do Arsenal de Marinha da Córte.

N. 138.— JUSTIÇA.— AVISO DE 1 DE MAIO DE 1868.

Ao Presidente da Província do Amazonas.— Declara que os bens pertencentes a uma Imagem, que não tem Irmandade, pelo facto da vacancia, passam para a Fazenda Publica e ficão sujeitos á fiscalisação do Juizo da Provedoria.

2.ª Secção. — Ministerio dos Negocios da Justiça.— Rio de Janeiro, em 1 de Maio de 1868.

Ilm. e Exm. Sr. — A Sua Magestade o Imperador foi presente o officio dessa Presidencia, de 5 de Março ultimo, submettendo á approvação do Governo Imperial a decisão dada sobre a duvida do Juiz Municipal e Delegado de Policia do Termo de Tefé, em proceder *ex officio* contra os autores de tentativa do incendio em um predio pertencente á Imagem de Santa Thereza, que não tem Irmandade.

O Mesmo Augusto Senhor Houve por bem Mandar approvar a decisão dada por V. Ex., declarando que, pelo facto da vacancia, os bens vagos passam para a Fazenda Publica, e ficão sujeitos á fiscalisação do Juizo da Provedoria, na fórma do Decreto n.º 834 de 2 de Outubro de 1851, art. 49 § 2.º, e Aviso n.º 85 de 28 de Marco de 1854, cabendo por isso procedimento official da justiça entre os incendiarios. O que lhe communico para sua intelligencia.

Deus Guarde a V. Ex.— *Martin Francisco Ribeiro de Andrade*.— Sr. Presidente da Província do Amazonas.

N. 139.—FAZENDA.—EM 1 DE MAIO DE 1868.

Approva uma decisão da Thesouraria de S. Paulo sobre restituição de ancoragem, e nota que o processo respectivo fosse instruido com cópias de documentos.

Ministerio dos negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro, em 1 de Maio de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Ins-

pector da Thesouraria da Provincia de S. Paulo que approva a deliberação tomada pela mesma Thesouraria que confirmou a decisão da Alfandega da Cidade de Santos, que julgou W.^m Twright, consignatario do vapor inglez *Laplace*, com direito á restituição da quantia de 420\$150 de meia ancoragem, que pagou por não ter provado haver o dito vapor feito duas viagens redondas dentro de um anno, o que posteriormente fez, como consta do sobredito processo, transmittido com o seu officio n.º 94 de 27 de Novembro do anno passado; e, como o referido processo fosse instruido com cópias de documentos, recommenda ao Sr. Inspector que faça a citada Alfandega observar o disposto na Circular n.º 152 de 11 de Junho de 1864 sobre semelliante assumpto.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.



N. 440.—FAZENDA.—EM 4 DE MAIO DE 1868.

As gratificações arbitradas aos Empregados que fiscalisão nos portos interiores o embarque de generos em navios estrangeiros para fóra do Imperio, devem ser pagas pelos respectivos consignataries.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro, em 4 de Maio de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia, para a devida intelligencia e execução, e em solução á materia do officio da Inspectoria da Alfandega da mesma Provincia n.º 43 de 31 de Outubro do anno passado, que devem ser pagas pelos respectivos consignatarios as gratificações arbitradas aos Empregados, que nas embarcações estrangeiras entradas com permissão do Governo em portos interiores não habilitados, em virtude da faculdade conferida no Decreto n.º 2485 de 28 de Setembro de 1859,

art. 4.º, e Regulamento das Alfândegas, art. 318, § 4.º, fiscalisção o embarque para fóra do Imperio dos generos de produccão nacional; ficando para esse fim revogada a Ordem n.º 366 de 7 de Agosto de 1863.

Cumpra, portanto, que seja solvida pelos negociantes Wilson Hett & Comp. a letra que passarão para pagamento das gratificações aos Empregados que forão ao morro de S. Paulo assistir ao carregamento de piassava da galera *D. Maria*, para o qual lhes fóra concedida licença com essa clausula.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 111.—FAZENDA. —EM 2 DE MAIO DE 1863.

Não approva a deliberação da Thesouraria de Goyaz de exigir agio a favor da Fazenda nos seus saques contra o Thesouro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 2 de Maio de 1863.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Goyaz, que em face das razões expostas em seu officio de 14 de Dezembro do anno passado, sob n.º 437, não pôde ser approvada a deliberação, que tomou, de exigir o agio de 2 % a favor da Fazenda Nacional nos saques que houver de fazer; devendo, portanto, indemnisar os tomadores de letras da importancia do agio que pagárão, visto que os saques contra o Thesouro são permittidos ao par.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 142.—JUSTIÇA.—AVISO DE 2 DE MAIO DE 1868.

Ao Juiz de Paz do 4.º anno da Freguezia do Espirito Santo da Córte.—Declara que a simples falta de confiança não é motivo sufficiente para que possa ser destituido ou suspenso, ainda que temporariamente, um Escrivão do Juizo de Paz.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 2 de Maio de 1868.

A Sua Magestade o Imperador tendo sido presente a representação de Antonio Mariano Franco, queixando-se de haver sido por Vm. suspenso do exercício de Escrivão desse Juizo pelo unico motivo de falta de confiança, o Mesmo Augusto Senhor Houve por bem, de conformidade com os Avisos de 9 de Dezembro de 1857 e 12 de Dezembro de 1866, Mandar declarar a Vm., que a simples falta de confiança não é motivo sufficiente para que possa ser destituido ou suspenso, ainda que temporariamente, um empregado da classe, a que o queixoso pertence, pelo respectivo Juiz; comprindo, portanto, que o Escrivão Antonio Mariano Franco seja restituído ao exercício do seu emprego. O que communico a Vm. para sua intelligencia e devida execução.

Deus Guarde a Vm.—*Martim Francisco Ribeiro de Andrada*.—Sr. Juiz de Paz do 4.º anno da Freguezia do Espirito Santo.



N. 143.—IMPERIO.—EM 2 DE MAIO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia do Paraná.—Resolve duvidas relativas á formação do Conselho Municipal de Recurso da Villa de Guarapuava.

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 2 de Maio de 1868.

Hm. e Exm. Sr.—Tenho presente o officio de 9 de Março ultimo, com o qual V. Ex. dá conhecimento ao Governo das seguintes consultas, que lhe dirigio

o Juiz Municipal Presidente do Conselho Municipal de Recurso da Villa de Guarapuava:

4.º Se, não estando ainda approvados os eleitores daquella parochia, devia fazer parte do Conselho o eleitor mais votado de Palmas, cuja eleição já foi approvada pela Camara dos Deputados, servindo em seu impedimento os immediatos em votos segundo a ordem da votação.

2.º Se, neste caso, podia-se fazer o edital de convocação dos membros do Conselho com mais anticipação do que a exigida pela lei, attenta a distancia da parochia de Palmas.

3.º Se, estando o Presidente da Camara Municipal de Guarapuava, o Major Manoel Marcondes de Sá, ausente e em viagem para a Capital da Provincia por occasião da organização da Junta de Qualificação, e havendo sido eleito membro da mesma Junta, do que não teve aviso, ficava por este facto inhibido de fazer parte do Conselho.

A resposta de V. Ex. foi :

1.º Que, não estando approvados pelo poder competente os eleitores da parochia de Guarapuava, devia, em conformidade dos Avisos n.º 410 de 41 de Setembro de 1848 e n.º 247 de 6 de Junho de 1860, ser convocado o eleitor mais votado da parochia de Palmas, que é a mais vizinha, para fazer parte do Conselho Municipal de Recurso, sendo em sua falta, ou impedimento, convocados os immediatos na ordem da votação, como dispõem os Avisos n.º 58 de 6 de Maio, e 72 de 16 de Junho de 1848 § 2.º e n.º 47 de 16 de Janeiro de 1849.

2.º Que a convocação devia ser feita pelo menos oito dias antes da reunião do Conselho Municipal (Avisos n.º 8 do 4.º de Fevereiro de 1847 § 4.º e n.º 536 de 22 de Dezembro de 1860 § 2.º).

3.º Que o art. 33 da Lei regulamentar de eleições só inhibe de tomar parte nos trabalhos do Conselho Municipal o cidadão que tiver servido na Junta de Qualificação de votantes, caso em que não está comprehendido o Presidente da Camara Municipal de que se trata, visto como, comquanto fosse eleito membro da Junta, não tomou parte em seus trabalhos por se achar ausente.

O Governo Imperial approva as decisões de V. Ex., observando, quanto á segunda, que seria mais conforme á consulta se declarasse que, sendo oito dias o prazo menor marcado para a convocação do Con-

selho Municipal de Recurso, não ha inconveniente em fazer essa convocação com mais alguma antecedencia em casos como o de que trata o referido Juiz Municipal, e quanto á 3.^a, que, á vista do disposto no Aviso n.º 297 de 11 de Julho de 1860, ainda quando o Presidente da Camara Municipal houvesse aceitado o lugar de membro da Junta de Qualificação, não ficaria inhibido de fazer parte do Conselho Municipal, uma vez que effectivamente não servisse na dita Junta.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Joaquim Fernandes Torres*. — Sr. Presidente da Provincia do Paraná.

N. 144.--- IMPERIO. — EM 4 DE MAIO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia do Paraná. — Resolve duvidas relativas á formação do Conselho Municipal de Recurso da Cidade de Castro.

2.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio, em 4 de Maio de 1868.

Hlm. e Exm. Sr. — Tenho presente o officio de 24 de Março ultimo, com o qual V. Ex. dá conhecimento ao Governo das seguintes consultas, que lhe dirigio a Camara Municipal da cidade de Castro:

1.^a O Juiz Municipal do Termo, pronunciado em crime atiançavel, fica inhibido de presidir ao Conselho Municipal de Recurso?

2.^a A passagem da jurisdicção do Juiz de Direito ao Municipal, com o fim de arredal-o da presidencia do Conselho, produz impedimento?

3.^a O Juiz de Paz mais votado, que é tambem o 1.^o supplente do Juiz Municipal, póde presidir ao referido Conselho?

4.^a O 2.^o supplente do Juiz Municipal, que aceitou e começou a exercer o posto de Tenente Coronel Commandante do 4.^o corpo de Guardas Nacionaes do Municipio, póde fazer parte do dito Conselho?

5.º No impedimento do Juiz Municipal effectivo e dos dous referidos supplentes, deve a Camara entender-se com o immediato para a convocação do Conselho Municipal de Recurso?

A resposta de V. Ex. foi:

1.º Que, sendo funcções publicas as do sobredito Conselho, o Juiz Municipal suspenso não pôde tomar parte nos respectivos trabalhos (Avisos n.ºs 72 e 82 de 14 e 23 de Abril, n.º 99 de 8 de Julho de 1847 § 1.º, e n.º 296 de 3 de Julho de 1863).

2.º Que o Juiz Municipal, no exercicio da vara de Direito, fica inhibido de funcionar como membro do Conselho (Aviso n.º 316 de 18 de Agosto de 1860 § 1.º), não lhe competindo apreciar as razões que motivarem o acto do Juiz de Direito passando a jurisdição, segundo se deduz dos Avisos n.º 442 de 27 de Abril de 1849 § 6.º, e n.º 170 de 27 de Outubro de 1860.

3.º Que o Juiz de Paz mais votado, ainda que tenha deixado de presidir á Junta de Qualificação, não pôde fazer parte do Conselho Municipal de Recurso (Avisos n.º 57 de 22 de Março e n.º 65 de 6 de Abril de 1847 § 6.º, n.º 576 de 11 de Dezembro de 1861, e n.º 222 de 27 de Maio de 1862).

4.º Que renuncia o cargo de substituto do Juiz Municipal, e não pôde sem nova nomeação exercel-o, ainda que seja demittido ou reformado, o cidadão que aceita posto na Guarda Nacional.

5.º Que compete ao Juiz Municipal convocar os membros do Conselho Municipal de Recurso oito dias antes da respectiva reunião (Avisos n.º 8 de 4 de Fevereiro de 1847 § 4.º, n.º 324 de 3 de Agosto e n.º 586 de 22 de Dezembro de 1860 § 2.º).

O Governo Imperial approva as tres primeiras decisões de V. Ex. pelos seus fundamentos, observando, quanto á ultima parte da 2.ª, que deve estranhar-se severamente o procedimento de Juiz de Direito que porventura passar a jurisdição na época da reunião do Conselho Municipal de Recurso, para impedir que o Juiz Municipal presida ao mesmo Conselho.

A 4.ª decisão não pôde ser approvada nos termos em que está concebida, visto que a renuncia do cargo de supplente do Juiz Municipal não provém da aceitação de posto na Guarda Nacional, mas do exercicio das respectivas funcções (Aviso n.º 238 de 3 de Junho de 1863).

A 5.ª decisão não corresponde á consulta. Não se

tratava de saber se ao Juiz Municipal, e em que tempo, compete convocar os membros do Conselho Municipal de Recurso; mas se, estando o mesmo Juiz pronunciado, ou em exercicio da vara de Direito, sendo o 4.º supplente tambem 4.º Juiz de Paz, e tendo o 2.º accitado e exercido posto na Guarda Nacional, é o 3.º supplente o competente para aquelle fim.

A decisão de V. Ex., á vista das razões produzidas nas anteriores, devia ser que, em tal hypothese, o competente para convocar o referido Conselho é o 3.º supplente que, dada a renuncia do 2.º pelo motivo exposto, passa a occupar este lugar.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Joaquim Fernandes Torres*.—Sr. Presidente da Provincia do Paraná.

N. 143.—JUSTIÇA.—AVISO DE 4 DE MAIO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia de Sergipe.—Declara que os Juizes de Direito em correição não julgão e não reformão sentenças, e que funcçãoão apenas como corregedores para emendar erros e sanar irregularidades.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 4 de Maio de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio dessa Presidencia de 18 de Julho do anno passado, submettendo á decisão do Governo Imperial a seguinte consulta do Juiz de Direito da Comarca da Capella: — se, á vista do art. 32 §§ 4.º e 5.º do Regulamento de 2 de Outubro de 1851, o Juiz de Direito em correição póde mandar emendar ou reformar sentenças de contas de tutorias passadas em julgado. E o Mesmo Augusto Senhor, Conformando-se com o parecer do Conselheiro Consultor dos Negocios da Justiça, Houve por bem Mandar declarar a V. Ex. que os Juizes de Direito em correição não julgão nem reformão sentenças, funcçãoando apenas como corregedores para emendar erros e sanar ir-

regularidades; e que nenhuma autoridade pôde fazer reviver processos findos, como é expresso no art. 179 § 12 da Constituição do Imperio; cabendo aos menores e aos incapazes o beneficio da restituição e a responsabilidade do Juiz, que tiver julgado boas as contas prestadas. O que communico a V. Ex. para sua intelligencia.

Deus Guarde a V. Ex.—*Martim Francisco Ribeiro de Andrada*.—Sr. Presidente da Provincia de Sergipe.

N. 146.—JUSTIÇA.—AVISO DE 1 DE MAIO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia de Sergipe.—Declara que não é lícito dizer e sustentar o proposito de proceder arbitrariamente no caso de deficiencia das leis do paiz, por isso que deve ser mantida e respeitada a liberdade individual.

2.ª Seção.—Ministerio dos Negocios da Justica,—Rio de Janeiro, em 1 de Maio de 1868.

Ilm. e Emin. Sr.—Foi presente a Sua Magestade o Imperador a representação de Torquato Martins Cardoso contra o acto dessa Presidencia e do Chefe de Policia dessa Provincia, negando a licença para a venda de livros sagrados, por serem reputados contrarios ás doutrinas da Religião Catholica Apostolica Romana. E o Mesmo Augusto Senhor, Tendo ouvido a Seção de Justica do Conselho de Estado, com cujo parecer se conformou por sua Imperial e Immediata Resolução de 22 do mez proximo passado, Houve por bem Mandar declarar a V. Ex.:—1.º que é de rigoroso dever dessa Presidencia respeitar e manter a liberdade individual, consagrada no art. 179 §§ 1.º, 5.º e 21 da Constituição; 2.º que o Chefe de Policia não podia proceder contra o reclamante, senão nos casos expressos nos arts. 277 e 278 do Código, não arbitrariamente senão por via de processo criminal. 3.º que não é lícito a um delegado do Go-

verno Imperial o dizer e sustentar o proposito de proceder arbitrariamente no caso de deficiencia das leis do paiz. O que lhe communico para sua intelligencia e devidos effeitos.

Deus Guarde a V. Ex.—*Martim Francisco Ribeiro de Andrada*.—Sr. Presidente da Provincia de Sergipe.

N. 147.—FAZENDA —EM 4 DE MAIO DE 1868.

Sobre as remessas de notas substituidas com desconto.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 4 de Maio de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia das Alagoas que declare quantas das notas, de que trata o seu officio n.º 48 de 17 de Abril findo, soffrêrão o desconto de 20 % e quantas o de 30 %, a fim de que se possam expedir as necessarias ordens á Caixa da Amortisação; e recommenda ao mesmo Sr. Inspector que assim proceda sempre que fizer remessas ao Thesouro de notas substituidas com descontos, e que cumpra fielmente o disposto nas Instrucções que acompanhârao a Circular n.º 35 de 4 de Setembro de 1865.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 448.—JUSTIÇA.—AVISO DE 3 DE MAIO DE 1868.

Ao Presidente da Província do Rio Grande do Sul.—Resolve dvidas a respeito da annullação de processos instaurados pelos Juizes Municipaes e Subdelegados.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 3 de Maio de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio dessa Presidencia de 29 de Outubro ultimo, submettendo á consideração do Governo Imperial as seguintes dvidas do Juiz Municipal e de Orphãos do Termo da Conceição do Arroio, nessa Província: 1.ª se um Subdelegado, reconhecendo a sua incompetencia antes da pronuncia, remetter o processo ao Juiz Municipal por ser de sua alçada, deverá este, annullando-o, instaurar novo processo? 2.ª Se poderá ser annullado o processo, depois de ter sido pelo Subdelegado proferida a pronuncia ou julgado improcedente? 3.ª Se, apresentado um processo ao Juiz de Direito, poderá elle annullar-o, quando o Juiz Municipal conhecer da pronuncia ou não pronuncia do Subdelegado? E o Mesmo Augusto Senhor, conformando-se com o parecer do Conselheiro Consultor dos Negocios da Justiça, Houve por bem Decidir, quanto á primeira dvida, que o Subdelegado deve, se julgar cabalmente provada a sua incompetencia, em meio do summario de um crime, que não é da sua alçada, declarar-a por sentença; quanto á segunda, que, competindo o julgamento final ao Subdelegado, quando se declarar incompetente, tem lugar a apelação do art. 450 § 1.º do Regulamento n.º 420 de 31 de Janeiro de 1842, interposta para o Juiz de Direito na forma do art. 452; e quanto á terceira, finalmente, que o Juiz de Direito deve usar da faculdade do art. 25 da Lei de 3 de Dezembro de 1844, de conformidade com a doutrina dos Avisos de 20 de Agosto de 1851 e n.º 243 de 49 de Maio de 1862. O que communico a V. Ex. para sua intelligencia.

Deus Guarde a V. Ex. — *Martim Francisco Ribeiro de Andrada*.—Sr. Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

N. 149.—JUSTIÇA.—AVISO DE 6 DE MAIO DE 1868.

Ao Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul.
— Decide (duvidas a respeito de uma sessão do) Tribunal do Jury, presidida por um Vereador da Camara Municipal, que procedera a novo sorteio de Jurados.

2.^a Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—
Rio de Janeiro, 6 de Maio de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Em officio de 24 de Setembro do anno passado, communicou V. Ex. que, estando proxima a primeira sessão do Jury de Itaquí, já adiada, o Juiz de Direito interino, impedido por enfermo, passára a jurisdição ao Vereador da Camara Municipal, a quem ella competia como substituto immediato; que este, porém, não quizera presidir a sessão, por entender ter o Juiz procedido illegalmente adiando, em vez de convocar outra e de fazer novo sorteio; e que, em vista de tal recusa, o Juiz de Direito interino marcára novo prazo, o qual tambem não foi observado, sob pretexto de falta de tempo para convocação dos jurados, que residem a grande distancia. Sua Magestade o Imperador, a cujo conhecimento levei o precitado officio, Houve por bem Mandar declarar que não procedeu regularmente o Juiz de Direito interino, passando a jurisdição ao Vereador da Camara Municipal de Itaquí, para, na qualidade de Juiz Municipal substituto, presidir a sessão do Jury, em vez de convidar o Juiz de Direito da Comarca mais proxima, nos termos do Decreto n.º 3573 de 7 de Janeiro de 1865 e do Aviso de 9 de Abril do anno passado; e, quanto ao Vereador, que não podia elle, á vista do Decreto de 31 de Agosto de 1859 e do Aviso de 3 de Janeiro de 1860, apreciar os motivos de adiamento da sessão, e proceder a novo sorteio de jurados, por isso que pela nossa legislação o Tribunal deveria ter funcionado com o sorteio, que anteriormente havia sido feito. O que communico a V. Ex. para sua intelligencia.

Deus Guarde a V. Ex.—*Martim Francisco Ribeiro de Andrada*.—Sr. Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul

N. 430.—FAZENDA.—EM 6 DE MAIO DE 1868.

Os Collectores e seus Escrivães não tem direito á commissão de um por cento de quantias applicadas a despezas legais nas respectivas Collectorias.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 6 de Maio de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Paraná, que approva o seu procedimento de ter negado a commissão de um por cento da quantia de 10:900\$000, de que faz menção no seu officio n.º 31 de 4 de Abril ultimo, ao Collector e Escrivão da Collectoria do Principe, visto não ter sido a mesma quantia enviada para essa Thesouraria, mas applicada a uma despesa legal na dita Collectoria, e consequentemente não ter o Collector corrido o risco da remessa, que é o fundamento da citada commissão.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 431.—FAZENDA.—EM 6 DE MAIO DE 1868.

Recurso sobre multa imposta a um capitão de navio por não ter tomado no devido prazo o ancouradouro que lhe fôra designado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 6 de Maio de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Rio Grande do Sul, para sua intelligencia e devidos effeitos, que o mesmo Tribunal, tendo presente o recurso interposto por J. M. Lepetit, capitão

da barca franceza *George*, do despacho da Alfandega da Cidade do Rio Grande, sujeitando-o á multa de 420\$000 por infracção do art. 369 § 2.º do Regulamento, resolveu sustentar a decisão da Thesouraria, dando-lhe provimento, da qual recorreu ex-officio o Sr. Inspector por seu officio n.º 482 de 13 de Junho do anno passado, porquanto, se em face do art. 530 do código do commercio, e do art. 369 § 2.º do Regulamento das Alfandegas, que sujeita á multa de 10\$000 a 200\$000 por cada hora de demora a embarcação que deixar de tomar, no prazo que lhe fôr prescripto, o ancoradouro designado, é obvio que essa multa deve recahir no capitão da embarcação; todavia o mesmo código, no art. 540 obriga o Piloto a resarcir o prejuizo do navio, ou carga, além das penas criminaes, quando por impericia, omissão ou malicia deixar perder o navio, ficando salva a responsabilidade do capitão nos termos do art. 529. E, se o Regimento dos Pilotos da Barra, de 17 de Março de 1674, incumbie aos mesmos Pilotos o governo e direcção dos navios desde que estão a bordo, governo e direcção que confirma o art. 539 do citado código; não se podia deixar de attender ás razões justificativas da demora da barca no ancoradouro onde fundeára, deduzidas pelo capitão e o pratico no processo, e á responsabilidade que sobre este pesava exclusivamente na boa e conveniente direcção do navio em uma barra nas circumstancias especiaes da da Cidade do Rio Grande.

Entretanto, vendo-se da decisão recorrida que o Sr. Inspector limitou-se a dar provimento ao recurso sem que, como aliás tanto convinha, exhibisse os fundamentos dessa deliberação, a fim de que pudessem ser devidamente apreciados na instancia superior em comparação com os da decisão da Alfandega, nota ao mesmo Sr. Inspector a irregularidade do seu procedimento e recommenda-lhe que em casos taes fundamente as decisões que tomar.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 152.—FAZENDA.—EM 7 DE MAIO DE 1868.

Approva a resolução da Thesouraria do Piahy de mandar substituir sem desconto uma quantia em notas de 5\$000 da 5.^a estampa e de 10\$000 da 2.^a, pertencente á Fazenda Provincial.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 7 de Maio de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Piahy que foi approvada a resolução tomada em sessão da Junta de 31 de Janeiro ultimo de mandar substituir sem desconto a quantia de 565\$000 em notas de 5\$000 da 5.^a estampa e de 10\$000 da 2.^a, sôz de telha, pertencente á Administração de Fazenda Provincial, conforme communicou o mesmo Sr. Inspector em officio n.º 23 de 13 de Março do corrente anno.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 153.—JUSTIÇA.—EM 7 DE MAIO DE 1868.

Do Presidente da Provincia do Ceará.—Declara que não podem servir os cargos de supplente do Juiz Municipal, Escrivão e Partidor parentes dentro dos graus prohibidos.

2.^a Secção. —Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 7 de Maio de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Em resposta ao officio de 30 de Novembro do anno passado, que acompanhou uma copia do dirigido a V. Ex. pelo Juiz de Direito da Comarca da Granja, consultando se podem servir no mesmo Juizo: 1.^o o 2.^o supplente do Juiz Municipal e de Orphãos com Escrivão que é seu sobrinho: 3.^o o Partidor com o dito Escrivão que é seu sobrinho, declaro-lhe que

Sua Magestade o Imperador, a Quem foi presente o referido officio, Conformando-se com o parecer do Conselheiro Consultor, Ha por bem decidir que a presente Consulta está resolvida pela Ord. Liv. 4.º Tit. 79 § 45 e pelos Avisos n.º 49 de 28 de Junho de 1843, n.º 266 de 3 de Dezembro de 1853, 30 de Setembro de 1859 e 44 de Dezembro de 1861, os quaes declaração impedidos em servir conjunctamente dous parentes dentro dos grãos prohibidos; o que communico a V. Ex. para seu conhecimento.

Deus Guarde a V. Ex.—*Martim Francisco Ribeiro de Andrada*.—Sr. Presidente da Provincia do Ceará.

N. 151. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS
PUBLICAS. — EM 7 DE MARÇO DE 1868.

Communica que o transporte diario mandado abonar aos Engenheiros só deve ser percebido quando viajarem em commissão do serviço.

N. 4. — Circular. — Directoria das Obras Publicas e Navegação. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 7 de Maio de 1868.

Communico a V. Ex., para sua intelligencia e para que faça constar á Thesouraria de Fazenda dessa Provincia, que o transporte diario mandado abonar aos Engenheiros que servem por conta deste Ministerio, na conformidade da tabella que baixou com o Decreto n.º 2922 de 10 de Maio de 1862, só deve ser percebido quando os Engenheiros viajarem em commissão do serviço, contando-se essa gratificação pelos dias de viagem que effectivamente gastarem, cumprindo que a mesma Thesouraria informe como tem procedido a este respeito.

Deus Guarde a V. Ex.—*Manoel Pinto de Souza Dantas*.—Sr. Presidente da Provincia de....

N. 155.—FAZENDA.—EM 8 DE MAIO DE 1868.

Approva a resolução da Thesouraria de Goyaz relativa à pratica que estabelecerem para o pagamento dos vencimentos aos Empregados da Policia e Correio.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 8 de Maio de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Goyaz, em resposta ao seu officio n.º 439 de 16 de Dezembro do anno passado, que approva o ter exigido do Chefe de Policia e do Administrador do Correio dessa Provincia que os atestados de frequencia dos Empregados daquellas Repartições, para receberem seus vencimentos mensaes, sejam substituidos por uma relação nominal com declarações das faltas que tiverem no mez, a qual será remettida a essa Thesouraria, visto estar este seu acto de accordo com o que se pratica no Thesouro.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.



N. 156.—JUSTIÇA.—AVISO DE 8 DE MAIO DE 1868.

Ao Juiz Municipal da 3.ª Vara da Corte.—Decide que a substituição dos Juizes do Commercio deve ser regulada pela doutrina do Decreto n.º 133 de 26 de Fevereiro de 1842, combinado com o de n.º 1909 de 23 de Março de 1837.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 8 de Maio de 1868.

Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio de V. S. datado de 2 do corrente, consultando se, à vista do Aviso n.º 317 de 18 de Julho de 1865, devia, como primeiro supplente dos Juizes do Commercio desta Corte, substituir V. S. os mesmos Juizes,

accumulando as duas varas commerciaes, não obstante haver outro Juiz Municipal effectivo em exercicio; e o Mesino Augusto Senhor, Houve por bem Decidir que o mencionado Aviso não pôde resolver a duvida, que sómente é solvida pela doutrina do art. 1.º § 2.º do Decreto n.º 133 de 26 de Fevereiro de 1842, combinado com o art. 4.º do Decreto n.º 1909 de 28 de Março de 1857. Assim, pois, deve V. S. substituir unicamente uma das varas commerciaes, quando estiver em exercicio algum dos Juizes Municipaes effectivos das outras varas.

Deus Guarde a V. S.—*Martim Francisco Ribeiro de Andrada*.—Sr. Luiz de Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

N. 157. — GUERRA. — EM 8 DE MAIO DE 1868.

Declara o caso em que pôde ser dispensado o deposito da caução, que se exige como garantia nos contractos de fornecimento do Arsenal de Guerra da Côrte.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 8 de Maio de 1868.

Em solução ao officio, que a Directoria desse Arsenal de Guerra dirigio-me em data de 23 de Março ultimo, sob n.º 124, consultando se, uma vez que os concorrentes ao fornecimento desse Arsenal de Guerra fação em suas propostas a declaração de que se sujeitão á multa de 4%, sobre o valor do artigo contractado, se antes de effectuarem o competente deposito recusarem assignar o respectivo contracto, nos termos do Aviso de 26 de Junho do anno passado; deve ou não ser dispensada a fiança, ou o deposito tambem de 4%, estabelecidos pelo Aviso de 27 de Junho de 1865: declaro a V. S., para seu conhecimento e devidos effeitos, que, sendo feita e aceita a declaração acima referida, pôde ser dispensado o deposito da caução, sem que entretanto a commissão de compras fique inhibida de exigir para maior

garantia, segundo a confiança que inspirar o propo-
nente que assignar a dita declaração, a fiança ou o
deposito, devendo este então ser feito immediata-
mente no cofre da Agencia do Arsenal, a fim de
evitarem-se as delongas do processo até agora se-
guido.

Deus guarde a V. S.— *João Lustosa da Cunha*
Paranaquê. — Sr. Francisco Carlos da Luz.

N. 138. — IMPERIO. — EM 8 DE MAIO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro. — Declara
incompativel o exercicio dos cargos de Fiscal e Subde-
legado.

2.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Ne-
gocios do Imperio, em 8 de Maio de 1868.

Ilm. e Exm. Sr. — Em seu officio de 30 do mez
findo V. Ex. sujeita á decisão do Governo Imperial a
consulta que lhe dirigio a Camara Municipal de
S. João da Barra sobre se é incompativel o exercicio
dos cargos de Fiscal e de substituto do Subdelegado.

Sendo incompativel, á vista do que se acha decla-
rado no Decreto n.º 429 de 9 de Agosto de 1845, o
exercicio de cargos que possam tornar necessaria na
mesma occasião a presença dos funcionarios em
lugares differentes, não póde o Fiscal da Camara ser-
vir simultaneamente como Subdelegado de policia.

O que communico a V. Ex. para os fins conve-
nientes.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Joaquim Fernandes*
Torres. — Sr. Presidente da Provincia do Rio de
Janeiro.

N. 459.—FAZENDA.—EM 8 DE MAIO DE 1868.

A's Repartições dos diversos Ministerios competem d'ora em diante os exames prévios das contas que tiverem de ser pagas pelo Thesouro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 8 de Maio de 1868.

Illm. e Exm. Sr.—Rogo a V. Ex. se sirva dar as convenientes ordens para que pela Repartição a seu cargo se executem d'ora em diante os exames prévios das contas que tiverem de ser pagas pelo Thesouro, visto que a este não compete mais, na forma do Decreto n.º 4453 de 6 de Abril proximo passado, semelhante trabalho, devendo os Empregados que d'elle forem encarregados, escrever e assignar as respectivas notas da conferencia.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. José Joaquim Fernandes Torres.

— Identicos aos outros Ministerios.

N. 460.—FAZENDA.—EM 9 DE MAIO DE 1868.

Declara que não estão sujeitos á fiança por parte do Governo, os Empregados da Companhia da estrada de ferro de S. Paulo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 9 de Maio de 1868.

Illm. e Exm. Sr.—Em solução á consulta constante do Aviso, que V. Ex. dirigio-me em 16 de Agosto do anno passado, tenho de declarar a V. Ex. que os Empregados da Companhia da estrada de ferro de S. Paulo não estão, por parte do Governo, sujeitos á fiança, e menos como a dos Agentes fiscaes, que por onerosa tornaria difficil o provimento de semelhantes empregos, e daria lugar a questões entre

o Governo e as Directorias das Companhias, em prejuizo da boa harmonia que deve existir, competindo, porém, a estas exigir desses Empregados as garantias que julgarem a bem de seus interesses, ou adoptar, como se tem feito, segundo declara o Director das Obras Publicas no parecer junto aos papeis que acompanharão o referido Aviso, e que inclusos devolvo, a medida de não abonar certas despesas.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Manoel Pinto de Souza Dantas.

N. 161.—IMPERIO.—EM 9 DE MAIO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia do Amazonas.—Declara incompativel o exercicio dos cargos de Fiscal e Professor publico.

2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 9 de Maio de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Declaro a V. Ex. , em resposta á consulta feita em seu officio n.º 8 de 26 de Fevereiro ultimo, que é incompativel, nos termos do Aviso n.º 89 de 4 de Junho de 1847, o exercicio dos cargos de Fiscal e Professor publico, visto que da sua accumulção resulta impossibilidade de ser cada um delles desempenhado satisfactoriamente.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Joaquim Fernandes Torres*.—Sr. Presidente da Provincia do Amazonas.

N. 162.—FAZENDA.—EM 11 DE MAIO DE 1868.

Indefere a pretensão de um 3.º Escripturario da Alfandega de Porto Alegre aos vencimentos do lugar de 2.º Conferente, que exerceu interinamente, visto não dar-se substituição neste caso.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 11 de Maio de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista o officio n.º 337 do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul de 6 de Dezembro ultimo, transmittindo o requerimento em que o 3.º Escripturario da Alfandega de Porto Alegre, José Candido da Silva Job, recorre da decisão da mesma Thesouraria que negou-lhe o pagamento do excesso do vencimento do seu emprego para o de 2.º Conferente, que exerceu por designação do Inspector da referida Alfandega desde o dia 10 de Outubro até 22 de Novembro do anno passado, na ausencia do 2.º Conferente effectivo Joaquim Pedro Salgado, que seguira em serviço militar para a fronteira; declara ao mesmo Sr. Inspector, para sua intelligencia, que foi indeferido o dito recurso, visto não ter o recorrente direito aos vencimentos que pede; porquanto, não se dando substituição entre Empregados que, como os Conferentes, formão classe, devia o serviço, no impedimento de um delles, ser repartido cumulativamente pelos que ficavão em exercicio, como dispõem as Ordens n.º 35 de 2 de Agosto de 1843, n.º 218 de 3 de Setembro de 1849 e outras; por conseguinte não podia o Inspector da mencionada Alfandega nomear quem substituisse ao Conferente Salgado.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 463.—FAZENDA.—EM 13 DE MAIO DE 1868.

Corrige o Aviso dirigido á Directoria das Rendas em 24 de Março ultimo, sobre a applicação do imposto pessoal aos individuos residentes nesta Córte, que vão passar o verão em Petropolis.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 13 de Maio de 1868.

Tendo o Collector de Petropolis consultado, em officio de 19 de Fevereiro do corrente anno, se devião ser incluídos no lançamento para a cobrança do imposto pessoal os individuos que, habitando nesta Córte, vão alli passar o verão, foi expedido a essa Directoria o Aviso de 24 de Março ultimo, a fim de que fizesse constar ao mesmo Collector, para a devida intelligencia e execução, que o imposto não recahia nesses individuos, embora tivessem naquella Cidade propriedades de recreio e sómente habitadas no verão.

Como, porém, houve equivoco na redacção, desse Aviso, sirva-se V. S. declarar ao referido Collector que as pessoas residentes nesta Córte que forem passar o verão em Petropolis não estão sujeitas ao imposto, salvo se alli tiverem por sua conta casa de habitação arrendada ou propria, nos termos dos arts. 1.º, 2.º e 47 n.º 4.º do Regulamento de 28 de Dezembro do anno passado.

Deus Guarde a V. S.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Conselheiro Director Geral das Rendas Publicas.

N. 464.—FAZENDA.—EM 13 DE MAIO DE 1868.

Nega á viúva de um Official do Exercito casada por procuração, estando o Official ausente no Paraguay, onde falleceu, o direito ao respectivo meio soldo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 13 de Maio de 1868.

Comunique a V. S., para sua intelligencia e de-
sachar, o Officio, que tendo sido presente a Sua Mage-

tade o Imperador o requerimento em que D. Joaquina Augusta Pereira de Carvalho pedia o meio soldo por fallecimento do Capitão Manoel Feliciano Pereira de Carvalho, com quem se casára por procuração durante a ausencia deste no Paraguay, onde occorreu o fallecimento, Houve o Mesmo Augusto Senhor por bem Indeferir semelhante pretensão por Sua Imperial Resolução de 29 de Abril proximo passado sobre Consulta da Secção de Fazenda do Conselho de Estado.

Deus Guarde a V. S.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Conselheiro Director Geral da Contabilidade.



N. 165.—FAZENDA. — EM 13 DE MAIO DE 1868.

Declara quaes as autoridades competentes para passarem attestados aos Vigarios de sua frequencia nas respectivas freguezias.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 13 de Maio de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, devolve ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Piauhy o incluso processo de divida de exercicios findos, liquidada por essa Thesouraria, de que é credor o Padre Luiz de Souza Mello Piage da quantia de 400\$000, proveniente da congrua que venceu do 1.º de Julho de 1863 a 30 de Junho de 1864, na qualidade de Vigario Encommendado da Freguezia de Santa Philomena, na mesma Provincia, a fim de que exija do dito Vigario attestação de sua frequencia na citada Freguezia, passada por autoridade competente, pois que o não é o Subdelegado de Policia, como já se tem declarado, e sim os Bispos, Vigarios geraes e da Vara, Camaras Municipaes e Delegados de Policia, na fórma das disposições em vigor; devendo depois reenviar ao Thesouro o mencionado processo com esse documento, para deliberar-se sobre semelhante pagamento.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.



N. 466.—IMPERIO.—EM 13 DE MAIO DE 1868.

Ao Visitador Apostolico da Provincia Carmelitana Fluminense.

— Declara que os Superiores das Ordens Regulares são os competentes para passarem carta de liberdade aos escravos das mesmas Ordens.

4.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio, em 13 de Maio de 1868.

Em officio de 25 do mez findo consulta V. Paternidade Revm.ª se são válidas as cartas de liberdade passadas a quatro escravos dessa Ordem, sem authorização de V. Paternidade Revm.ª, pelo Prior do Convento de Mogy das Cruzes.

Em resposta cabe-me declarar a V. Paternidade Revm.ª, de accordo com o parecer do Conselheiro Procurador da Corôa, Fazenda e Soberania Nacional, junto por cópia, que o dito Prior não tinha poder para passar as referidas cartas de liberdade.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Joaquim Fernandes Torres.* — Sr. Visitador Apostolico interino da Provincia Carmelitana Fluminense.

Parecer a que se refere este Aviso.

Ilm. e Exm. Sr.—Comquanto a liberdade tivesse sempre entre nós a maior protecção, não pôde esta contudo ir além dos limites, violando o principio de ordem e de propriedade, elementos essenciaes das sociedades.

O Prior do Convento do Carmo não tinha poder para dar liberdade aos escravos, e bem sabido é o axioma juridico: *non est major defectus quàm defectus potestatis.*

E então é consequente que tudo que fez é como se não existisse, é nullo, não pôde produzir effeito algum.

Nada faz ao caso a época em que forão passadas, ou em que se figurão passadas as taes cartas de liberdade, não só porque não podem prevalecer contra os principios expendidos, como porque os instrumentos particulares só se reputão datados do dia em que nelles intervêm um acto solemne, legal,

como registro, sello, etc. Devem, pois, considerar-se como não existentes as liberdades concedidas pelo Prior do Convento do Carmo.

Sua Magestade o Imperador Mandará o que fôr servido. Rio de Janeiro, 5 de Maio de 1868.— O Procurador da Corôa, *D. Francisco Balthazar da Silveira*.

N. 167. — GUERRA. — CIRCULAR DE 13 DE MAIO DE 1868.

Prohibe o abono do transporte para esta Côrte ás praças, ás quaes se tem concedido licenças para esperarem nas Províncias de sua residencia a decisão de reforma ou pensão.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 13 de Maio de 1868.

Ilm. e Exm. Sr. — Tendo regressado a esta Côrte algumas praças, ás quaes se tem concedido licença para esperarem nas Províncias de suas residencias a decisão da reforma, ou pensão, que lhe possão competir, declaro a V. Ex. que de modo algum lhes deve ser abonado por conta deste Ministerio o transporte para esta Côrte.

Deus Guarde a V. Ex. — *João Lustoza da Cunha Paranaguá*. — Sr. Presidente da Provincia de....

N. 168. — IMPERIO. — EM 14 DE MAIO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia do Paraná. — Declara que o facto de continuar o Escrivão de Paz no exercicio de suas funções quando faz parte da Junta de Qualificação não é por si só sufficiente para se annullarem os trabalhos da mesma Junta.

2.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio, em 14 de Maio de 1868.

Ilm. e Exm. Sr. — Com officio de 14 do mez findo sujeitou V. Ex. á approvação do Governo Imperial a

deliberação que tomou de annullar os trabalhos da Junta de Qualificação da parochia de Nossa Senhora do Rosario da Cidade de Paranaguá, em razão de ter feito parte da mesma Junta o cidadão Ricardo Antonio da Costa, que continuou entretanto a exercer as funções do cargo de Escrivão de Paz.

As disposições, por V. Ex. citadas, dos Avisos n.º 156 de 21 de Dezembro de 1846 § 2.º e n.º 437 de 31 de Dezembro de 1856 § 1.º, e do Decreto n.º 2621 de 22 de Agosto de 1860 art. 3.º, recommendão que, na hypothese de que se trata, o Presidente da Junta requisi-te o Escrivão do Subdelegado, e na sua falta nomeie e juremente pessoa que sirva em seu lugar nos trabalhos eleitoraes, como está determinado no art. 30 da Lei regulamentar das eleições.

Não tendo assim procedido, o dito Presidente da Junta incorreu na multa que se acha estabelecida no art. 426 § 1.º n.º 4 da mesma lei.

Essa falta, porém, não viciando fundamentalmente o processo da qualificação, não autorisa por si só a providencia que V. Ex. tomou de annullar os respectivos trabalhos.

Haja portanto V. Ex. de determinar que prosigão os trabalhos da qualificação de votantes na mencionada parochia, ficando sem effeito o acto pelo qual V. Ex. determinou que no dia 30 do corrente se forme de novo a referida Junta.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Joaquim Fernandes Torres*. — Sr. Presidente da Provincia do Paraná.

N. 169. — FAZENDA. — EM 14 DE MAIO DE 1868.

Solve duvidas da Directoria Geral da Contabilidade relativamente ás substituições dos Chefes de Secção.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 14 de Maio de 1868.

Declaro a V. S., para sua intelligencia e devida execução, e em solução ás duvidas suscitadas na 3.ª Contadoria da Directoria Geral a seu cargo, rela-

tivamente ás substituições dos Chefes de Secção, que o § 2.º do art. 33 do Decreto n.º 4453 de 6 de Abril proximo passado estabeleceu o principio regulador das substituições, e definiu a antiguidade de conformidade com o art. 34 do Decreto n.º 736 de 20 de Novembro de 1850, explicado pelo Aviso de 15 de Junho de 1852. Sendo assim, nas substituições devem continuar a ser observadas as disposições do mesmo Aviso, mantido pela Circular de 4 de Março de 1867.

Deus Guarde a V. S.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Conselheiro Director Geral da Contabilidade.

N. 170.—FAZENDA.—EM 14 DE MAIO DE 1868.

O desconto da porcentagem dos Empregados das Alfandegas, em serviço no Thesouro ou nas Thesourarias, só tem lugar quando elles são mandados para taes Repartições como medida correccional.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 14 de Maio de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista o officio n.º 86 do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco de 19 de Março ultimo, transmittindo o recurso interposto pelo 3.º Escripturario da respectiva Alfandega, João Carlos Augusto de Figueiredo, da decisão da dita Thesouraria que denegou-lhe, nos termos do Decreto n.º 3150 de 11 de Setembro de 1863, direito ao pagamento da porcentagem correspondente ao periodo decorrido de 7 a 29 de Fevereiro do corrente anno, em que foi chamado á Thesouraria para auxiliar os Empregados da Contadoria em trabalhos de urgencia e de utilidade ao serviço publico, declara ao mesmo Sr. Inspector que foi julgado procedente o referido recurso; porquanto, o desconto da porcentagem só tem lugar quando os Empregados das Alfandegas

são mandados servir no Thesouro ou Thesourarias como medida correccional, o que não succedeu com o recorrente, a quem, portanto, deverá mandar pagar a percentagem que se lhe deduzio dos dias em que serviu na referida Thesouraria.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 471. — FAZENDA. — EM 14 DE MAIO DE 1868.

Dá provimento por equidade ao recurso do Fiel de um Thesoureiro interino reclamando os vencimentos do Thesoureiro dos dias em que o mesmo estivera com licença; mas nota a irregularidade de permittirse que o recorrente servisse como Thesoureiro

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 14 de Maio de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em solução a materia do officio da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco n.º 24 de 27 de Janeiro ultimo, acompanhado do requerimento em que o Fiel do Thesoureiro interino da Alfandega, Modesto do Rego Baptista recorre da decisão da mesma Thesouraria, pela qual lhe mandou abonar, durante o tempo de licença do Thesoureiro, a quem elle substituiu, a quinta parte dos vencimentos deste, e não todos como pretendia o recorrente;— declara ao Sr. Inspector da referida Thesouraria, para a devida intelligencia e execução, que o Fiel de um Thesoureiro interino não é Empregado da Repartição em que serve, nem deve substituir o mesmo Thesoureiro nos casos de licença e outros desta natureza;

E pois mal e indevidamente se permittio que servisse o recorrente como Thesoureiro na Alfandega durante o tempo em que não funcionou, por motivo de licença concedida pela Presidencia, o Thesoureiro interino, Francisco de Oliveira Mello e Silva; por prompto não sendo effectivo por virtude de No-

nomeação Imperial aquelle Thesoureiro, não podia nomear Fiel, e nem como tal devia ser considerado o recorrente para substituí-lo na forma do Regulamento das Alfândegas.

Impedido o Thesoureiro interino do exercício do emprego, impedido estava também o Fiel por elle nomeado, e cumpria, portanto, que se recorresse á providencia do § 3.º do art. 88 do Regulamento, isto é, á nomeação de um Empregado que substituisse o Thesoureiro.

Como, porém, assim não se praticou, mas tolerou-se o indevido exercício do recorrente, que servio como Thesoureiro alguns dias de Novembro e Dezembro do anno passado, havendo percebido os vencimentos de Fiel, cumpre que o Sr. Inspector lhe mande abonar por equidade, como gratificação, a differença entre estes e os de Thesoureiro, considerando-se comprehendido no art. 5.º do Decreto n.º 1993 de 14 de Outubro de 1837.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.



N. 172. — FAZENDA. — EM 14 DE MAIO DE 1868.

O Fiel de Thesoureiro interino não deve substituir o mesmo Thesoureiro nos casos de licença e outros desta natureza.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro, em 14 de Maio de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda das Provincias onde ha Alfândegas, para a devida intelligencia e execução, e em conformidade da decisão nesta data communicada á Thesouraria da Provincia do Ceará, que não sendo o Fiel de um Thesoureiro interino Empregado da Repartição em que serve, não deve substituir o mesmo Thesoureiro nos casos de licença e outros desta natureza. Impedido o Thesoureiro interino do exercício do emprego, impe-

dido fica também o Fiel por elle nomeado, e em tal caso deve recorrer-se á providencia do § 3.º do art. 88 do Regulamento das Alfandegas, isto é, á nomeação de um Empregado que substitua o Thesourreiro.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N.º 173 —FAZENDA —Em 15 DE MAIO DE 1868

confirma o despacho da Recebedoria sujeitando á revalidação aos recibos de mestre de obras, por serem taes recibos verdadeiros titulos de exoneração de obrigação.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 15 de Maio de 1868.

Foi presente ao Tribunal do Thesouro o recurso de Math Mac Gregor & C.ª da decisão da Recebedoria do Rio de Janeiro, que sujeitou á revalidação, na importância de 1:460\$000, vinte dous recibos, que foram apresentados ao sello, passados pelos differentes mestres de obras de seus predios; e o mesmo Tribunal;

Considerando que as quitações, ou recibos, de que se trata, são verdadeiros titulos de exoneração de obrigação, porquanto esses escriptos constituem prova do pagamento, tendo havido o concurso da vontade não só do credor, como do devedor, porque este os tem em seu poder e exhibe;

Considerando que, não sendo taes recibos provenientes de locação de serviços materiaes ou immateriaes, que o Regulamento de 26 de Dezembro de 1860 isenta do imposto no art. 8.º § 4.º, não estão isentos do sello;

Considerando que, estando sujeitos ao imposto os ditos recibos como titulos de exoneração de obrigação, não se prova que fosse pago o sello exigido pelo art. 6.º § 42, do citado Regulamento dos contractos de empreitada que esses titulos revelão, pas-

sados por mestres de obras conhecidos, e portanto, exigindo-se o imposto, não se póde dizer que se repete o sello em uma mesma transacção contra o disposto no art. 38 § 5.º do Regulamento ;

Considerando que o art. 3.º do Decreto de 13 de Agosto de 1863 não alterou a regra da exigibilidade do imposto nos titulos de exoneração, porquanto não isenta os recibos que valem como titulos de transacção, palavra esta empregada pelo Regulamento para exprimir todos os actos que contém obrigação ou exoneração de sommas e valores ;

Resolveu confirmar a decisão recorrida.

O que communico ao Sr. Administrador da mesma Recebedoria para a devida intelligencia e execução.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 174. — JUSTIÇA. — AVISO DE 15 DE MAIO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes. — Resolve duvida a respeito da incompatibilidade entre os cargos de Promotor Publico e Delegado de Policia, exercidos por dous irmãos.

2.ª Secção. — Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro, em 15 de Maio de 1868.

Hlm. e Exm. Sr. — Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio dessa Presidencia, de 16 de Novembro do anno passado, acompanhando cópia da decisão dada por V. Ex. a uma consulta do Juiz de Direito da Comarca de Jaguary, a respeito de incompatibilidade existente entre os cargos de Promotor Publico e de Delegado de Policia, exercidos por dous irmãos.

E o Mesmo Augusto Senhor, conformando-se com o parecer do Conselheiro Consultor dos Negocios da Justiça, Ha por bem Mandar declarar a V. Ex. que, figurando o Promotor Publico como Advogado de uma das partes — a Justiça, — a elle se referem tam-

bem as suspeições do art. 61 do Código do Processo Criminal. O que communico a v. Ex. para sua intelligencia.

Deus Guarde a V. Ex.—*Martim Francisco Ribeiro de Andrada*.—Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N. 475.—JUSTIÇA.—AVISO DE 15 DE MAIO DE 1868.

Ao Presidente de S. Paulo.—Declara que os processos verbaes de conciliação e de alçada dos Juizes de Paz se fazem por um termo, lançado no protocollo, em que assignão o Juiz, Escrivao, Partes e Testemunhas.

2.^a Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 15 de Maio de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Tendo o Juiz de Paz da freguezia da Cidade de Iguape, nessa Provincia, entrado em duvida se as pequenas demandas no seu Juizo devem correr em auto desde seu começo até o final, ou se no protocollo; respondêra V. Ex., de accordo com o Juiz de Direito da respectiva Comarca, que essas demandas ou processos verbaes, e os de conciliação e de alçada dos Juizes de Paz se fazem por um termo, lançado no protocollo, em que assignão o Juiz, Escrivao, Partes e Testemunhas.

Sua Magestade o Imperador, a cuja presença levei o officio dessa Presidencia, datado de 24 de Dezembro ultimo, no qual submettia V. Ex. ao conhecimento do Governo Imperial a mencionada questão, Houve por bem, conformando-se com o parecer do Conselheiro Consultor dos Negocios da Justiça, Mandar approvar a solução dada por V. Ex.: o que lhe communico para sua intelligencia.

Deus Guarde a V. Ex.—*Martim Francisco Ribeiro de Andrada*.—Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

N. 476.—MARINHA.—AVISO DE 15 DE MAIO DE 1868.

Manda adoptar o regimento de signaes, confeccionado pelo 1.º Tenente Joaquim Gonçalves Martins.

4.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Marinha.
—Rio de Janeiro, em 15 de Maio de 1868.

Illm. e Exm. Sr.—Sua Magestade o Imperador a Quem foi presente o officio desse Quartel General, n.º 668, de 9 do corrente mez, Houve por bem Mandar adoptar na Armada o regimento de signaes para de noite, confeccionado pelo 1.º Tenente Joaquim Gonçalves Martins.

O que communico a V. Ex., para sua intelligencia e execução.

Deus Guarde a V. Ex.—*Alfonso Celso de Assis Figueiredo*.—Sr. Chefe de Esquadra, Encarregado do Quartel General de Marinha.



N. 477.—FAZENDA.—EM 16 DE MAIO DE 1868.

Approva uma decisão revogando o lançamento dos bens de uma casa de Misericordia para a cobrança da decima adicional das corporações de mão morta.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 16 de Maio de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de S. Pedro que o mesmo Tribunal, tendo presente o seu officio n.º 51 de 25 de Fevereiro ultimo, no qual submette á approvação do Thesouro a decisão dessa Thesouraria, revogando, em gráo de recurso, a do Inspector da Alfandega da Cidade do Rio Grande, que mandou incluir no lançamento respectivo os bens da Santa

Casa da Misericórdia para a cobrança da decima adicional das corporações de mão morta, fundando-se nas disposições do § 4.º do art. 47 da Lei n.º 1507 de 26 de Setembro do anno passado, resolveu aprovar a referida revogação, visto ser ella de conformidade com o disposto no art. 3.º do Decreto n.º 152 de 46 de Abril de 1842 e outras leis anteriores, e na Circular n.º 46 de 22 de Outubro do anno proximo passado.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 478.—FAZENDA — EM 46 DE MAIO DE 1868.

Resolve que ao contractador de um fornecimento de calçado para o exercito se restitua a respectiva importancia dos direitos de consumo e frete, que lhe fôra impugnada até que satisfizesse a revalidação do sello do seu contracto.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro, em 46 de Maio de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Pedro que foi presente ao mesmo Tribunal o recurso de João Antonio Mendes Tota Filho de que trata o seu officio n.º 75 de 41 de Março do anno proximo passado, interposto da decisão dessa Thesouraria que impugnou-lhe a restituição de 43:298\$850 de direitos de consumo de 49.702 pares de coturnos, e de 4:849\$971 do respectivo frete, sem que primeiro pagasse o sello e revalidação dos contractos celebrados por elle com o Director do Arsenal de Guerra de Porto Alegre para o fornecimento de tal calçado, visto não ter sido satisfeito o imposto do primitivo contracto, e tel-o sido fôra do tempo o do segundo que substituiria aquelle, e o Tribunal;

Considerando que não houve da parte do recorrente intenção de abandonar os direitos da Fazenda,

e nem foi elle que deu causa á rescisão do 1.º contracto e a necessidade do 2.º;

Considerando ter sido pago o sello deste 2.º contracto logo que fôra exigido bem que já fôra de tempo, e ter sido demorado por longo espaço a pagamento do calçado contractado, o que deve ter ocasionado desvantagens ao mesmo recorrente;

Resolveu deferir o mencionado recurso, devendo-se-lhe restituir a importancia dos direitos pagos e a do frete, calculados conforme a respectiva tabella annexa ao Aviso n.º 420 de 8 de Abril de 1838.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 179.— FAZENDA. — EM 16 DE MAIO DE 1868.

Trata de um recurso de decisão da Thesouraria de Sergipe recusando accitar o que a parte interpuzêra da Collectoria da Cidade de Larangeiras, sobre multa, e revalidação de uma letra apresentada ao sello com a data do pertence emendada.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro, em 16 de Maio de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Sergipe, para sua intelligencia e devida execução, e em resposta a seu officio n.º 73 de 10 de Setembro de 1864, que o mesmo Tribunal, tomando conhecimento da petição de José Gomes Ribeiro, pela qual recorre da decisão dessa Inspectoria, confirmatoria da do Collector da Cidade das Larangeiras, porque lhe recusára accitar, por julgar excedido o respectivo prazo, o recurso por elle intentado do acto do dito Collector, multando-o na quantia de 100\$000 por ter apresentado na Collectoria uma letra da quantia de 2:000\$000 com a data do pertence emendada, e revalidação de igual quantia a que ficou obrigada a mesma letra; e

Considerando que uma vez que foi o requerimento do recurso apresentado ao Collector no dia 30 de Junho, que se contava no prazo;

Considerando que em rigor o prazo fatal só expirava no fim do dia 30, isto é, depois do sol posto;

Considerando que o recorrente não teve intenção de exceder o prazo, tanto que só pela diferença de alguns minutos, não encontrou a Collectoria aberta e funcionando, caso em que devia ser acceto o recurso, sendo antes sellada a petição, embora dêsse isso lugar á demora do expediente até depois da hora ordinária;

Considerando que, não tendo sido interposto o recurso *ex-officio*, que no caso cabia, visto dar-se a hypothese do art. 126 do Regulamento, ainda mesmo julgando-se perempto o recurso voluntario, os papéis deverião voltar á Provincia para ser interposto o dito recurso necessario e seguir a sua marcha regular;

Resolven dar provimento, por equidade, ao recurso, e conhecer da questão que lhe deu origem, tanto mais porque dos papéis que forão presentes ao Thesouro se reconhece que não só o Collector como essa Inspectoria procedêrão irregularmente, mal applicando ao caso vertente as disposições do Regulamento de 26 de Foyereiro de 1860.

O Decreto de 13 de Agosto de 1863, art. 29, declara que a disposição do art. 53 do Regulamento, concernente á revalidação dos titulos sem data, é extensiva aos que forem apresentados com a data emendada sem rectificação feita no proprio titulo por quem o houver assignado, com excepção daquelles cujo prazo para o sello não começar á correr da sua data.

Esta disposição, pois, colloca os titulos com a data emendada no mesmo pé dos titulos sem data, e os sujeita unicamente á revalidação, e isto mesmo *quando a emenda não estiver verificada no proprio titulo por quem o houver assignado, e quando o prazo para o sello começar a correr da sua data.*

Ora, tendo sido apresentado ao Collector o titulo de que se trata com a data emendada, e não se verificando qualquer das hypotheses que isentão da revalidação, esta devia ter-se exigido, e o Collector não a exigindo faltou ao seu dever, não se podendo admittir a escusa com que pretende justificar-se.

Passados, porém, muitos dias o Collector foi intimar ao portador do titulo a obrigação de revalidal-o, e lhe impoz a multa do art. 111, que só é applicavel aos que submittam qualquer papel ao sello

quando concorrem circumstancias que demonstrem ou fação presumir designio ou premeditação do facto; circumstancias que, mesmo dado todo o valor á informação do Collector, não concorrêrão no caso presente.

Desta vez, pois, errou ainda o Collector impondo uma pena, quando não se havia dado a infracção, que é por ella punida; e essa Inspectoria, a quem o Collector consultou, errou igualmente approvando o seu procedimento.

Este procedimento do Collector, muito tempo depois que o titulo fôra presente ao sello, prova que a circumstancia da emenda lhe não passára tão desaperecebida como ineulca.

O Collector faltou ainda ao cumprimento de seu dever, deixando de recorrer *ex-officio* de sua decisão, visto como se tratava de uma multa de 100\$000, e de uma revalidação de igual importancia.

Por tudo quanto fica exposto, cumpre que o Sr. Inspector, extranhando o procedimento do Collector, considere o recorrente alliviado da multa que lhe fôra indevidamente imposta, e sujeito sómente á revalidação, nos termos das disposições supracitadas, tendo em vista que a revalidação deve ser calculada em relação ao valor transferido pelo pertence que tem a data emendada.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 480.—FAZENDA.—EM 16 DE MAIO DE 1868.

Declara que o § 3.º do art. 29 do Decreto n.º 4153 de 6 de Abril proximo passado, não comprehende os casos de sahida dos Empregados a qualquer hora para voltarem antes de findo o expediente.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 16 de Maio de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a

devida intelligencia e execução, e de conformidade com a decisão desta data communicada á Directoria Geral da Contabilidade do Thesoure, em solução ás duvidas suscitadas na execução do Decreto n.º 4453 de 6 de Abril proximo passado, que para os casos de sabidos Empregados a qualquer hora para voltarem antes de findo o expediente não estabeleceu penalidade alguma o § 3.º do art. 29 do referido Decreto; visto que o abuso pôde ser corrigido pelos Chefes das Repartições, negando elles permissão aos Empregados para as salidas temporarias, quando a frequencia e a prolongação dellas exigirem semelhante repressão.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 181. — FAZENDA. — Em 13 DE MAIO DE 1868.

Os pedidos de alforrias dos escravos da Nação devem ser acompanhados dos termos de avaliação, e só depois da entrega do valor desta se passam as cartas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 13 de Maio de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Maranhão, que os pedidos de alforrias devera ser acompanhados dos termos de avaliações, e só depois da entrega do valor destas se passam as cartas; não podendo por isso ser tomado em consideração o pedido feito pelo Administrador da Fazenda de S. Bernardo, de que trata o seu officio n.º 46 de 21 de Abril ultimo, relativamente á concessão de liberdade á escrava Thomazia da referida Fazenda.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 182.—FAZENDA.—EM 18 DE MAIO DE 1868.

Autorisa a Thesouraria do Maranhão a passar carta de liberdade a uma escrava da Nação e a um seu filho menor, com tanto que, relativamente a este, alguém se responsabilise pela sua criação e educação.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro, em 18 de Maio de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, autorisa o Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Maranhão a passar carta de liberdade á escrava da Nação Brigida e ao seu filho menor Achilles, ambos da Fazenda de S. Bernardo na mesma Provincia, logo que fôr recolhido aos cofres a quantia de 500\$000, que foi offerecida para a sua liberdade por Saturnino Vieira da Cunha, como consta do seu officio n.º 51 de 24 de Abril ultimo, e a de 150\$000 que foi deixada em testamento por Victorino José de Lima para a liberdade do dito menor, como consta do outro seu officio n.º 45 da citada data; devendo, porém, o Sr. Inspector a respeito do referido menor, ter em vista o disposto na Ordem n.º 7 de 8 de Janeiro de 1853, isto é, que alguém se responsabilise pela sua criação e educação, communicando ao Thesouro a data em que se passarem as cartas.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 183.—FAZENDA.—EM 19 DE MAIO DE 1868.

Autorisa o pagamento de dividas de exercicios findos, declarando que um Administrador de Mesa de Rendas não deve ser admitido como credor do ordenado do Juiz Municipal do Termo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro, em 19 de Maio de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Espirito Santo

que, por conta do credito conferido no § 20 do art. 7.º da Lei n.º 4507 de 26 de Setembro de 1867, e com fundos do exercicio de 1867—68, pague a quantia de 1:222\$661, aos credores de dividas de exercicios findos, constantes da relação que acompanhou a ordem n.º 9 de 20 de Março ultimo, e não a de 972\$661, como por engano se determinou na citada ordem; não devendo porém admittir-se como credor do ordenado do Juiz Municipal de Itape-
mirim o Administrador da Mesa de Rendas Manoel Rodrigues Costa, por ser-lhe vedado qualquer genero de transacção com os cofres da Fazenda, em attenção á sua qualidade de encarregado da arrecadação das Rendas Publicas.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.



N. 184.—FAZENDA.—EM 19 DE MAIO DE 1868.

Declara que a restituição pretendida por um estudante da Faculdade de Medicina da Bahia, da respectiva matricula paga por duplicata, é da competencia da Recbedoria da mesma Provincia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 19 de Maio de 1868.

Hlm. e Exm. Sr.—Em resposta ao Aviso de V. Ex. de 6 do corrente, acompanhado do requerimento, em que o estudante da Faculdade de Medicina da Bahia, João Ferreira da Silva, pede a restituição da importancia de uma matricula que pagou por duplicata, tenho de declarar a V. Ex. que a Repartição competente para ordenar semelhante restituição é a Recbedoria de Rendas Geraes da Capital daquella Provincia, á vista do disposto no § 41 do art. 30, e art. 62 do Regulamento n.º 2551 de 17 de Março de 1860; além de que, essa restituição assenta em nullidade da primeira matricula

do referido estudante, o que este não prova, e nem junta, como fôra indispensavel, os conhecimentos em original do pagamento dos direitos, de que trata, naquella Repartição.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. José Joaquim Fernandes Torres.

N. 485.—FAZENDA.—EM 49 DE MAIO DE 1868.

Indeferimento da reclamação do Commandante da Corveta *Nietheroy* contra o desconto de 3 % feito em seus vencimentos pelas Thesourarias da Bahia e Pará.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 49 de Maio de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Em resposta ao Aviso de 21 de Fevereiro ultimo, com que V. Ex. me transmittio o requerimento do Capitão de Mar e Guerra Pedro Antonio Luiz Ferreira, Commandante da Corveta *Nietheroy*, reclamando contra o desconto de 3 %, feito em seus vencimentos pelas Thesourarias de Fazenda da Bahia e Pará, tenho de declarar a V. Ex. que não pôde ser deferida semelhante pretensão, visto que o peticionario não se acha comprehendido nas excepções do § 2.º do art. 4.º do Decreto n.º 3977 de 12 de Outubro do anno passado.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Afonso Celso de Assis Figueiredo.

N. 186.—FAZENDA.—EM 20 DE MAIO DE 1868.

Declara ter sido accita, sob certas clausulas, a proposta do Presidente da Companhia de Navegação e Commercio do Amazonas, de estender a segunda linha da sua navegação até á cidade do Loreto no Perú,

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 20 de Maio de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, de conformidade com o Aviso do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas de 28 do Abril ultimo, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Amazonas que, por Aviso da mesma data, annuo-se á proposta que fez o Presidente da Companhia de Navegação e Commercio do Amazonas, de estender a segunda linha de sua navegação até á Cidade do Loreto, no territorio Peruano, sem acrescimo de despeza para os cofres do Imperio, concedendo-lhe o Governo Imperial unicamente a necessaria protecção aos respectivos paquetes, e vigorando por esta nova escala as tarifas de frete e passagens anteriormente approvadas pela Presidencia da referida Provincia, com declaração expressa de que por semelhante concessão não terá a mesma Companhia direito algum a qualquer favor pecuniario ou privilegio, por parte do Governo Imperial, ao qual deverá ella apresentar as tabellas de fretes e passagens entre os diversos portos da escala, para serem opportunamente approvadas.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 187.—FAZENDA.—EM 20 DE MAIO DE 1868.

Sobre a irregularidade commettida na Thesouraria do Espirito Santo, de applicar-se a despesas da caixa geral sommas em notas novas de 1\$000 e 2\$000, exclusivamente destinadas á substituição das de 3\$000 da 4.^a estampa para o que fôra creada uma caixa especial.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 20 Maio de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, visto o officio n.º 73 de 14 de Dezembro do anno passado, em que o Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Espirito Santo communica não ter podido cumprir a Circular n.º 31 de 28 de Outubro do mesmo anno, na parte relativa á remessa do saldo da somma que fôra enviada para a Thesouraria com destino especial ao troco das notas de 5\$000 da 4.^a estampa, pois que o saldo de 11:458\$000 existente na respectiva caixa de substituição, compõe-se, conforme a conta annexa ao seu officio, não das notas que deverião constituir-o, mas de outras differentes; o que provinha do facto de terem os seus antecessores ordenado supprimento, á caixa geral na importancia de 28:000\$000: vista a Circular n.º 53 de 22 de Dezembro de 1864, que no art. 4.º muito recommendou aos Inspectores das Thesourarias, sob sua responsabilidade, que não applicassem as notas novas de 1\$000 e 2\$000, exclusivamente destinadas ao troco ou substituição das de 5\$000 da 4.^a estampa, a qualquer outro fim que não fosse a mesma operação, para a qual se mandou crear uma caixa especial:

Considerando que esta expressa determinação foi transgredida tanto pelo finado Inspector da dita Thesouraria Raymundo Tavares da Silva, como pelo seu substituto, o chefe de secção Faustino Antonio Sipipira, quando mandarão passar da caixa especial para a geral, a fim de serem empregadas nas despesas correntes, o primeiro 23:000\$000, por quatro portarias de diversas datas, e o segundo 5:000\$000, pela de 24 de Setembro ultimo, embora sob a clausula de que tais sommas serião indemnizadas, o que não se verificou senão em parte; resultando do semelhante abuso ter-se consumido toda a somma

das referidas notas de 1\$000 e 2\$000, e achar-se representado em notas substituídas e dilaceradas de diferentes valores, o saldo de 11:458\$000, que deveria existir intacto:

Considerando que a Thesouraria fez assim uma emissão illegal desta quantia em notas pertencentes á Caixa da Amortisação, emissão que não pôde ser justificada com a apresentação das ditas notas substituídas diversas das de 5\$000 da 4.^a estampa, pois que a substituição daquellas devia effectuar-se pela caixa geral e com o producto da renda arrecadada, ou com os supprimentos do Thesouro: e que muito mal andou a Thesouraria deixando de cumprir disposição tão positiva, sem ter jámais consultado o Thesouro sobre o emprego que estava dando ás sommas que tinham um destino especial; declara ao mesmo Sr. Inspector, para sua intelligencia e devidos effeitos, que muito estranhavel foi o procedimento dos mencionados seus antecessores; e determina-lhe que advirta o Chefe de Secção Sipipira, bem como o Thesoureiro Bacharel Manoel Feliciano Moniz Freire, o primeiro por ter seguido o exemplo do finado Inspector Raymundo Tavares com a sua Portaria ordenando a passagem dos 5:000\$000 da caixa especial para a geral, e o segundo por haver coberto a falta das notas novas com as substituídas dos valores de 10\$000 côr de telha e de 5\$000 da 3.^a estampa, e com as dilaceradas de 1\$000 e 2\$000, o que se vê da supreferida conta. E porque esta conta veio com a assignatura do fiel do mesmo Thesoureiro, o Chefe de Secção aposentado Francisco Manoel do Nascimento, cumpre que este seja tambem advertido por havel-a assignado, pois devia saber como Empregado antigo que foi da Thesouraria, que taes notas não podião figurar no saldo da caixa especial, e sim unicamente no da geral pela qual se autorizou a respectiva substituição.

Outrosim ordena ao Sr. Inspector que remetta ao Thesouro as mencionadas notas, a fim de serem enviadas á Caixa da Amortisação em conta da indemnisação das sommas adiantadas para substituição das de diversos valores em circulação, ficando na intelligencia de que pelo Thesouro se passa a indemnizar a mesma caixa da referida importancia de 11:458\$000.

Ante a mim, o Cônsul e Viceconsullos.

N. 488.—JUSTIÇA.—AVISO DE 20 DE MAIO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia de S. Paulo.—Decide duvidas a respeito do Regimento de Custas.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.
—Rio de Janeiro, em 20 de Maio de 1868.

Illm. e Exm. Sr.—Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio dessa Presidencia de 41 de Novembro do anno passado, acompanhando cópia das seguintes consultas do Juiz Municipal do Termo da Franca.

1.º Se deve um official de justiça perceber sómente os salarios dos arts. 463 e 464 ou tambem os do art. 465 do Regimento de Custas quando empregar cinco ou mais horas na ida, estada e volta embora não se effectue a diligencia, de que fôr incumbido?

2.º Quando terá esse official de justiça direito á condução; qual a distancia que a exige e o modo de regular o respectivo preço?

3.º Se a importancia da condução deverá ou não ser lançada á margem das certidões.

E o Mesmo Augusto Senhor Houve por bem Decidir que, embora estejam as mencionadas consultas resolvidas pelos Avisos de 4, 5 e 41 de Julho e de 4 de Dezembro de 1855 e pelos arts. 444 e 466 do proprio Regimento de custas, convem, declarar a a Ex. quanto a primeira duvida que ao official de justiça competem os emolumentos dos arts. 463 e 464 e mais os do art. 465, que o mesmo receberá a título de caminho, e quanto ás outras duas, que aos Juizes incumbe fiscalisar as contas de condução, desattendendo-as quando excessivas; devendo essas contas, segundo os preços ordinarios, ser juntas aos autos para contar-se a final e carregar-se á parte vencida.

Deus Guarde a V. Ex.—*Martim Francisco Ribeiro de Andrada*.—Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

N. 189.—JUSTIÇA.— AVISO DE 23 DE MAIO DE 1868.

Declara que os passaportes expedidos pelas autoridades brasileiras, de conformidade com arts. 1.º, 4.º e 5.º do Regulamento, mandado observar pelo Decreto n.º 1176 de 6 de Maio de 1868, devem ser pagos.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.
—Rio de Janeiro, em 23 de Maio de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Em Aviso de 18 deste mez pede V. Ex. que se declare qual a intelligencia dos arts. 1.º, 4.º e 5.º do Regulamento mandado observar pelo Decreto n.º 1176 de 6 do mesmo mez, por não ser expresso se os passaportes concedidos pelas autoridades brasileiras são gratuitos como é o—visto—que na conformidade do art. 3.º devem ellas lançar nos expedidos pelas Legações e Consulados estrangeiros.

Sua Magestade o Imperador, a quem foi presente o referido Aviso, Manda declarar a V. Ex. que, dispondo o art. 3.º do Regulamento citado que o—visto—da autoridade policial do lugar do embarque ou sahida, é sempre gratuito, e não o tendo feito a respeito dos passaportes concedidos pelas autoridades brasileiras, devem elles ser pagos, como acontecia até a data do mencionado Decreto.

Prevaleço-me da occasião para renovar os meus protestos de estima e consideração a V. Ex., a quem Deus guarde.—*Martim Francisco Ribeiro de Andrada*.—A' S. Ex. o Sr. Conselheiro João Silveira de Souza.

N. 190. — FAZENDA. — EM 23 DE MAIO DE 1868.

Sobre licenças concedidas pelas Presidencias das Provincias aos Empregados de Fazenda.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 23 de Maio de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs.

Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida intelligencia e execução, e em conformidade da decisão nesta data communicada á Thesouraria de Minas, que as licenças concedidas pelas Presidencias das Provincias aos Empregados de Fazenda só autorisão o pagamento do ordenado, quando assim fôr declarado nas mesmas licenças, por motivo de molestia; podendo, todavia, as Presidencias concedel-as sem vencimentos, ainda quando se allegue molestia, do mesmo modo que ao Ministro da Fazenda é facultado pelo art. 21 do Decreto n.º 4153 de 6 de Abril proximo passado.

Nos casos das concessões com ordenado, este será pago por inteiro, como dispõe o mesmo artigo, e pelo tempo das ditas licenças, que não poderá exceder a tres mezes, tempo maximo por que as podem conceder as Presidencias com vencimento na forma do Decreto n.º 247 de 15 de Novembro de 1842, e sómente para serem gozadas dentro das Provincias em que servirem os Empregados, nos termos do art. 23 do citado Decreto n.º 4153.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 491. — GUERRA. — EM 23 DE MAIO DE 1868.

Declara a quem compete a immediata fiscalisação do serviço da pharmacia do Hospital Militar Provisorio do Andarahy.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 23 de Maio de 1868.

Declaro a Vm., em resposta ao seu officio n.º 416 de 12 de Março ultimo, que, na conformidade dos Regulamentos e disposições em vigor, o serviço da pharmacia do Hospital Militar Provisorio do Andarahy está sob a immediata fiscalisação do 1.º Medico, unico responsavel pelo serviço medico do Estabelecimento perante o Cirurgião Mór do Corpo de Saude do Exercito, competindo sómente ao Director fiscalisar a parte material de semelhante serviço, isto é, examinar e balancear a conta da receita e despeza da botica com os empregados marcados pelo Regulamento.

Deus Guarde a Vm. — *João Lustoza da Cunha Paranaquá.* — Sr. Antonio Alvares dos Santos Souza.

N. 492.— GUERRA.— EM 25 DE MAIO DE 1868.

Declara como devem ser organisados os orçamentos para avaliações de etapas.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 25 de Maio de 1868.

Ilm. e Exm. Sr. — Ficando approvedo o augmento do valor da etapa para essa Provincia, a 574 rs., no semestre corrente, conforme a tabella remettida pela Thesouraria de Fazenda, em officio sob n.º 7 de 9 de Fevereiro proximo passado; assim o declaro a V. Ex. para seu conhecimento e fins convenientes, convido que V. Ex. recomende áquella Repartição que, sempre que tiver de organisar os orçamentos para as avaliações de etapas, deve ter em muita consideração a differença de preços de generos do mercado, e as tendencias dos augmentos dos mesmos, devidos á escassez, ou a qualquer outro motivo.

Deus Guarde a V. Ex. — *João Lustosa da Cunha Paranaguá* — Sr. Presidente da Provincia de Mato Grosso.

N. 493.— GUERRA.— EM 25 DE MAIO DE 1868.

Declara por onde devem ser passadas as certidões de documentos existentes nas Repartições annexas á Secretaria da Guerra.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 25 de Maio de 1868.

Ilm. e Exm. Sr. — Entrando em duvida o Major encarregado do archivo da Repartição de Ajudante General se as certidões de documentos existentes no mesmo archivo devem continuar a ser passadas, como o erão, antes do novo Regulamento desta Secretaria de Estado, e sujeitas aos mesmos emolumentos: declaro a V. Ex., para os devidos effeitos, que as certidões de documentos existentes nas Repartições annexas á mesma Secretaria devem ser por ali passadas e sujeitas aos competentes emolumentos, por isso que, estando estabelecido no § 3.º do art. 12 daquelle Regulamento,

que ao Director da dita Secretaria compete mandar passar certidões de quaesquer documentos ostensivos e existentes na mesma Secretaria, que sejam relativos ás partes que requererem, e não se determinando o modo por que o devão fazer aquellas Repartições, deve esta attribuição ser exercida pelos respectivos Directores; visto que taes Repartições, sendo independentes entre si, como se acha determinado no art. 75 do citado Regulamento, só pôde o Director da referida Secretaria mandar passar certidões de documentos ostensivos existentes no seu archivo.

Deus Guarde a V. Ex. — *João Lustosa da Cunha Paranajubi*. — Sr. João Frederico Caldwell.

N. 191. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — EM 23 DE MAIO DE 1868.

Manda executar as Inspecções para a estrada de ferro do Paraguassú, na provincia da Bahia.

Sua Magestade o Imperador Ha por bem determinar que o Engenheiro fiscal da estrada de ferro do Paraguassú, na provincia da Bahia, no desempenho das obrigações á seu cargo, cumpra as seguintes instrucções que vão assignadas pelo Conselheiro Director Geral da Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.

Palacio do Rio de Janeiro, em 23 de Maio de 1868.
— *Manoel Pinto de Souza Dantas*.

Inspecções por que se deve guiar, no desempenho das obrigações a seu cargo, o engenheiro fiscal da estrada de ferro do Paraguassú, na provincia da Bahia.

Art. 1.º O engenheiro fiscal da estrada de ferro do Paraguassú, na provincia da Bahia, empregará todo o zelo e solicitude, a fim de que a companhia concessionaria cumpra fielmente as condições que acompanham o Decreto n.º 3599 de 17 de Janeiro de 1866, e sejam as obras executadas com toda a perfeição e segurança dentro dos prazos marcados nas estipulações do seu contracto.

Art. 2.º Durante o período da construção das obras enviará mensalmente á Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, um relatório, em que mencionará as que estiverem em andamento, sua natureza, quantidade de obras feitas, o pessoal nellas empregado, despezas realizadas com discriminação das do material e do pessoal, as unidades de prego, os accidentes que occorrerem e quaesquer circumstancias que, por sua importancia, deverão ser lembradas.

Art. 3.º Aberta ao trafego a linha ou parte della, fará no mesmo relatório mensal circumstanciada menção dos trabalhos de reparo e conservação, do movimento das trens de passageiros e mercadorias, seu numero, velocidade, horas de partida e chegada, suas demoras, receita e despezas effectuadas, estatística do trafego, accidentes occorridos, e quaes as providencias tomadas para evital-os ou reprimil-os.

Art. 4.º Até 31 de Janeiro de cada anno enviará á mesma Secretaria de Estado um relatório geral do anno anterior sobre o estado da empresa; e mencionará quaes os recursos com que conta ella, para proseguir em suas obras, os trabalhos feitos de construção, conservação e reparação, as receitas e despezas dos diversos ramos do serviço, o estado do material fixo e rodante, e sua estatística, o trafego em suas diversas relações, as circumstancias financeiras da companhia, operações realisadas, despezas do capital, chamadas por acções, sua importancia e cotações, pagamentos de juros e dividendos.

Art. 5.º Além do que fica determinado, cumpre mais ao engenheiro fiscal:

§ 1.º Dar circumstanciada informação sobre as plantas, perfis, e projectos de obras d'arte que tenham de subir á approvação do Governo Imperial, propondo por essa occasião as modificações que entender convenientes.

§ 2.º Providenciar em ordem, a que os estudos e projectos definitivos das obras da companhia, quér digão respeito á directriz do caminho, quér ás obras d'arte, sejam completos e perfectos no todo e em cada uma das suas partes, a fim de evitar-se que, depois de approvados, sejam constantemente modificados.

§ 3.º Empregar o maior cuidado, para que na execução sejam fielmente observadas as plantas, que tiverem sido approvadas pelo Governo Imperial.

§ 4.º Providenciar a fim de que o pessoal da companhia nos trabalhos de exploração e execução de obras

não causem damno á propriedade particular, e dirijão suas operações com todo o cuidado e methodo, e deste modo evitem conflictos e embaraços á mesma empresa.

§ 5.º Verificar, se a companhia paga regularmente, nos termos da condição 23.ª do seu contracto, os juros devidos aos seus accionistas.

§ 6.º Informar ao governo, sempre que a companhia necessitar de terrenos devolutos para suas construcções, fazendo com que venhão designados nas plantas esses terrenos com sua respectiva descripção, verificando se effectivamente são devolutos, e se ha necessidade da quantidade pedida.

§ 7.º Velar pela fiel observancia, por parte da companhia e seus agentes, do regulamento policial das estradas de ferro, que acompanha o Decreto n.º 1930 de 26 de Abril de 1857 e Decreto n.º 2913 de 23 de Abril de 1862, e informar sobre as alterações que, em attenção ás circumstancias especiaes da empresa, o governo tiver de fazer, quando por ventura a companhia reclame essas modificações, como ficou previsto pela condição 27.ª do contracto.

§ 8.º Enviar á esta Secretaria de Estado copia das plantas longitudinaes, e perfis transversaes da estrada, dos planos das obras d'arte mais importantes e dos terrenos devolutos que forem concedidos á companhia.

§ 9.º Dar immediatamente conta ao governo de quaesquer infracções, por parte da companhia, das estipulações do contracto, e das occurrencias que por sua importancia possam perturbar a marcha da empresa, embaraçar o proseguimento das obras e prejudicar o serviço dos transportes.

Art. 6.º O engenheiro fiscal, antes de submeter á approvação do governo imperial qualquer modificação do plano das obras da companhia, quér no sentido da sua segurança, quér da sua maior economia, procurará chegar a um accordo com os representantes da companhia.

Art. 7.º Tendo a companhia concessionaria da estrada do Paraguassú direito de desapropriar, na fórma das leis em vigor, os terrenos de dominio particular que forem necessarios para uso da estrada, seus ramaes, levantamento de estações, armazens, etc.; e devendo essas desapropriações ter lugar por decreto, e ao mesmo tempo que por igual modo forem approvadas as plantas definitivas da estrada, como prescrevem os arts. 1.º e 2.º do regulamento de 27 de Outubro de 1835, que baixou em execução á lei n.º 816 de 10 de Julho do mesmo anno; o Engenheiro fiscal terá esta circumstancia

em muita ponderação, para que nas plantas que forem submittidas á approvação do governo venhão discriminados os terrenos publicos dos particulares, que tiverem de ser desapropriados, e informará sobre a extensão pedida, natureza dos terrenos e beneficios nelles existentes.

Art. 8.º Se engenheiros brasileiros por ordem do governo forem praticar na estrada de ferro, como fíção estipulado na condição 28.ª do contracto, ficarão sujeitos ao Engenheiro fiscal, por intermedio de quem o Engenheiro chefe da companhia dará ao Governo Imperial as informações trimestraes, de que trata o mesmo contracto; e quando o não faça, será esta obrigação satisfeita pelo Engenheiro fiscal.

Art. 9.º Por intermedio do Engenheiro fiscal, darão os engenheiros praticantes conta ao Governo Imperial dos serviços, em que tiverem sido empregados, e os relatorios que apresentarem trimestralmente serão, com o seu—visto—e informação, enviados á esta Secretaria de Estado:

Art. 10. Os engenheiros praticantes, que se distinguirem por sua moralidade, zelo e capacidade, poderão ser nomeados ajudantes do Engenheiro fiscal, o qual terá o numero que fór julgado necessario, conforme o desenvolvimento que tiver o serviço, e as necessidades crescentes da fiscalisação exigirem.

Art. 11. O engenheiro fiscal, em suas communicações officiaes em materia de serviço da estrada, não se poderá dirigir ao Governo Imperial senão por intermedio do Presidente da Provincia, que, ácerca de suas requisições e sobre as occurrencias que tiverem lugar na estrada, dará desde logo as providencias que forem necessarias e estiverem na sua alçada.

Art. 12. O Engenheiro fiscal não poderá aceitar, nem incumbir-se de trabalhos alheios á fiscalisação da estrada de ferro, salvo os que forem determinados pelo Governo Imperial.

Art. 13. Nos termos das ordens em vigor e na conformidade da lei n.º 1137 de 26 de Junho de 1832, o Engenheiro fiscal e os praticantes, em seus trabalhos, empregarão o systema metrico na parte concernente ás medidas lineares, de superficie, capacidade e peso.

Art. 14. Os requerimentos e projectos do superintendente da companhia sobre negocios relativos á estrada de ferro subirão ao conhecimento do Governo Imperial por intermedio do Engenheiro fiscal, e instruidos com a sua informação.

Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 23 de Maio de 1868.—O Director geral, José Apollino Moreira Guimarães,

N. 1.

ARTS. 2.º, 3.º e 4.º
das Instruções
de 23 de Maio
de 1868.

Mapa das obras em andamento na estrada de ferro do Paraguassú, do pessoal n'ellas
empregado durante o mez de ou anno de.....

Designação do tempo.	Nomenclatura e quantidade das obras.											Pessoal empregado.					Observações	
	Escavação em terra.	Escavação em pedra.	Escavação em pedreira.	Movimento de pedra.	Movimento de terra.	Lançamento de trilhos.	Alvenaria de todas as qua- lidades.	Calçamentos.	Revestimen- tos.	Enchimentos.	Lastro.	Adm. insua- tivo.	TECNICO.	OPERARIOS.				TOTAL.
														1.ª secção.	2.ª secção.	3.ª secção.	No ramal de	
MEZ OU ANNO DE																		
TOTAL.																		
Diff. para + ou— (anno ou mez)																		

(Nas observações se dará
em resumo conta das obras
de arte começadas, em an-
damento e concluídas, etc.
e quaesquer noticias que
seja de interesse.)

N. 3.
 Arts. 2.º e 3.º das
 Instruções de 23
 de Maio de 1868.

**Mapa dos accidentes havidos na estrada de ferro do Paraguassú no mez de.....,....
 ou anno de.....**

DATAS.	DESIGNAÇÃO DAS VICTIMAS.	CAUSAS DOS ACCIDENTES.	NATUREZA DOS ACCIDENTES.	LUGARES DOS ACCIDENTES.	OBSERVAÇÕES.
Accidentes occorridos aos viajantes por facto do serviço.					
30 de Agosto.	Uma mulher.	(Dar a causa).	Ferimento na perna, ou contusões ti- geiras, ou morte.	No Lagado.	Foi por impruden- cia da victima.
Accidentes occorridos aos viajantes por propria culpa.					
	Nada.	—	—	—	—
Accidentes occorridos aos Empregados, operarios e Agentes da Companhia.					
20 de Janeiro.	Um cantoneiro.	Rebentamento de uma mina.	Ferimento grave.	Na estação de...	etc. etc.
Accidentes occorridos ás pessoas que viajam ou transitão a pé.					
3 de Março.	Um obreiro.	Atravessava o cami- nho ao tempo em que o trem passava	Morto.	No sítio de...	Por descuido da victima.
Observações. (Nas observações se mencionaraõ os accidentes que se derem no material.)					

N. 5. Arts. 3.º e 4.º das Instruções de 23 de Maio de 1868.		Mapa da conservação e reparos da estrada de ferro do Paraguassu no mez de.... ou anno de....																
Designação do tempo.	Despezas de reparação e conservação.								Da conservação.				Proporção.		Receita.			
	Administração.	Caminho.	Edifícios.	Pontes.	Cercas.	Substituição de trilhos.	Material ro- dante.	Diversas.	TOTAL GERAL.	Por conta da renda.	Por conta do capital.	Com o material.	Com o pessoal.	Por kilometro em trafego.	Por secção.	Por legua.	Total da renda.	Proporção entre a receita e des- peza de conser- vação.
MEZ OU ANNO.																		
TOTAL.																		
Diff. para + ou — em relação ao anno de.... ou mez de...																		

[illegible]

N. 9.

Arts. 3.º e 4.º das
Instr. de 25 de
Maio de 1868

Movimento dos viajantes na estrada de ferro do Faraguassu no mez de..... ou anno de

Designação do tempo.	Movimento.								Receita.									
	NUMRO DOS VIAJANTES.						PERCURSO.		POR CLASSES DE VIAJANTES.				PROPORCIONALIDADE.					
	1. ^a classe.	2. ^a classe.	3. ^a classe.	Total.	Proportionalidade.			Total kilometros dos viajantes.	Média por viajante.	1. ^a classe.	2. ^a classe.	3. ^a classe.	Totaes.	Por cento.	Média por viajante.	Média por viajante e kilometro.	Média por viajante e secção.	Média por viajante e legua.
					Por kilometro.	Por secção de caminho.	Por legua.											
MEZ OU ANNO DE...																		
Total....																		
Diff. para + ou - (mez ou anno).																		

N. 10.

Art. 3.º e 4.º das
Instruções de 23
de Maio de 1868

**Mapa da renda e movimento das mercadorias e outras, etc. da estrada de ferro do
Paragaussú no mez de..... ou anno de.....**

Designa- ção do produto.	Mercadorias.										Baga- ges.	Carros.	Ani- maes.	Tele- grapho	Total das receitas.	Total dos transportes				
	IMPORTAÇÃO.					EXPORTAÇÃO.														
	Diversas.	Alim. toucas.	Sal.	Total em toneladas.	Total em arrobas.	Recella.	Diversas.	Café.	Algodão.	Fumo.							Alimenticias.	Total em toneladas.	Total em arrobas.	Recella.
ANNO OU MEZ.																				
Total....																				
Dif. para + ou - anno ou (mez)																				

(1) Um carro por 4 toneladas.

(2) Cinco cabeças por uma tonelada.

N. 11.		Demonstrativo da receita e despesa do trafego na estrada de ferro do Paraguassú durante o mez de..... ou anno de.....						
Arts. 3.º e 4.º das Instr. de 23 de Maio de 1888.		Receita.		Despesa.				Observações.
DESENVOLVIMENTO.	QNTIDADES.	POR IMPORTAÇÃO.	POR EXPORTAÇÃO.	DESENVOLVIMENTO.	TOTAL.	COM O PESSOAL.	COM O MATERIAL.	
Passageiros.....	etc.		x	Estações.....	x	x	x	
Mercadorias.....				Reparos.....				
Telegraphos.....				Conservação.....				
Multas.....				Combustivel.....				
etc.				" de tracção.				
etc.				etc.				
etc.				etc.				
etc.				etc.				
Diversos.....				Diversos.....				
Total.....								
Dif. para + ou -								
(mez ou anno).								

<p>3. 12. Art. 1.º das Instru- ções de 25 de Maio de 1868.</p>	<p>Resumo comparativo da receita e despesa do tráfego da estrada de ferro do Paraguassú no anno de</p>									
<p>Designação do Tempo.</p>	Receita bruta.	Despesa.	Saldo ou deficit.	por kilometro de caminho.			por kilometro de trem.			Observações.
<p>MEZ OU ANNO DE</p>				Receita.	Despesa.	Differença.	Receita.	Despesa.	Differença.	
<p>Total. Differença para + ou — mez ou anno</p>										

N. 13.

Art. 4.º das Instruc-
ções de 23 de Maio
de 1868.

**Mappa dos principaes generos exportados e importados pela estrada de ferro do
Paraguassu durante o anno de.....**

Generos.	Exportação.			Importação.						Mez ou anno anterior.	
	Unidades.	Quantidades.	Valores.	DE GENEROS NACIONAES.			DE GENEROS ESTRANGEIROS.			Differença para +.	Differença para —.
				Uni- dades.	Quan- tidades.	Valores	Uni- dades.	Quan- tidades.	Valores		
Algodão.....											
Café											
Etc											
Etc											
Etc											
Animaes.....											
Etc.....											
Etc.....											
Etc											
Diversos											
TOTAL											

N. 14. art. 1.º das Instruc- ções de 23 de Maio de 1868.		Estado financeiro da Companhia da estrada de ferro do Paraguassu. Balanço 60 anno de.....	
Activo.		Passivo.	
Custo da estrada até a data Trem rodante Officinas Casa de machinas Explorações e estudos Carvão Desamortizações Juros percebidos Etc., etc		Capital da Companhia numero das accoes Proximidades Emittidas no Paiz " " exterior Credores diversos Letras a pagamento Dividendos por pagar Juros pagos Lucros e perdas Etc., etc	
Observações.		(Nas observações se deve declarar se as accções são coladas, e a que preço, etc., quantas existem por emitir, e das emittidas a importancia dos dividendos pagos, etc.,	

N. 195. — IMPERIO. — EM 26 DE MAIO DE 1868.

Da provisoriamente Regimento interno ao Instituto dos surdos mudos.

Sua Magestade o Imperador Ha por bem que no Instituto dos surdos mudos se observe provisoriamente o seguinte

REGIMENTO INTERNO.

CAPITULO I.

DEVERES DOS EMPREGADOS.

Art. 1.º O serviço interno do instituto dos surdos mudos divide-se em tres ramos: economico, instructivo, e religioso, sob a direcção de um unico chefe, que é o director, ao qual são subordinados todos os empregados (art. 4.º do regulamento n.º 4046).

Art. 2.º O desempenho do ramo economico é incumbido aos inspectores, á roupeira, á dispenseira, e aos serventes ; o do ramo instructivo aos professores e aos repetidores ; e o do religioso ao capellão.

Art. 3.º Ao director, como chefe do estabelecimento compete:

§ 1.º A nomeação e demissão dos empregados internos (art. 9.º do regulamento n.º 4046) ;

§ 2.º A correspondencia com o ministerio do imperio, com os pais e correspondentes dos alumnos;

§ 3.º A aquisição de todos os generos e objectos necessarios ao consumo, e ao serviço do instituto.

§ 4.º Receber as quantias pertencentes ao instituto, pagar as contas, authentical-as, e remettel-as todos os mezes á secretaria de estado (art. 29 do regulamento n.º 4046) ;

§ 5.º Dirigir a escripturação dos livros da receita e despesa do instituto ;

§ 6.º Escripturar o livro da matricula dos alumnos;

§ 7.º Inspeccionar as aulas, e fazer aos professores as observações que julgar convenientes á regularidade do ensino, e ao adiantamento dos alumnos ;

§ 8.º Dar aos repetidores as ordens e os meios necessarios para a repetição das lições ;

§ 9.º Aplicar aos empregados e aos alumnos as penas em que incorrerem (art. 8.º do mesmo regulamento).

Art. 4.º E' dever especial do director:

Cumprir e fazer cumprir os regulamentos e ordens do governo imperial, manter a ordem e disciplina entre os empregados, e velar pelo fructamento, instrucção e moralidade dos alumnos.

Art. 5.º E' dever dos inspectores:

§ 1.º Pernoitar no dormitório dos alumnos, velando sempre pelo asseio, ordem, e moralidade;

§ 2.º Presidir aos refeitórios e acompanhar os alumnos nas horas do estado, dos recreios e dos passeios;

§ 3.º Entretel-os nos recreios com objectos e accções que concorram para o desenvolvimento physico e intellectual dos mesmos alumnos;

§ 4.º Dar parte ao director de todos os factos que interessem á ordem e regularidade do serviço, e ao bem estar dos alumnos;

§ 5.º Cumprir, e fazer cumprir as ordens do director.

Art. 6.º A' inspectora das alumnas, além destas obrigações, cumpre muito especialmente empregar o maior cuidado para que a separação dos sexos seja constante e rigorosamente observada, nunca perdendo de vista as alumnas a seus cuidados.

Art. 7.º Tambem é dever da inspectora ensinar e dirigir os trabalhos de agulha nas horas para elles designadas.

Art. 8.º E' dever da roupeira:

§ 1.º Guardar e conservar em boa ordem, e sob sua responsabilidade, todas as roupas dos alumnos e do instituto;

§ 2.º Entregar ás pessoas encarregadas da lavagem, e receber dellas, á vista de relações assignadas, as roupas que sahirem e entrarem na rouparia;

§ 3.º Mandar para os dormitorios nas quartas-feiras e sabbados, á noite, roupas lavadas para os alumnos, e exigir dos serventes na manhã seguinte as que forem mudadas;

§ 4.º Fazer mudar as roupas de cama todos os domingos de manhã.

Art. 9.º A roupeira tambem é obrigada a fazer os pequenos concertos de que carecerem as roupas dos alumnos de fórma que estes não se apresentem com roupas descosidas, sem botões, etc.

Art. 40. E' dever da dispenseira :

§ 1.º Receber e guardar sob sua responsabilidade os generos do consumo do estabelecimento, verificando as qualidades e quantidades dos generos na accasiao da entrada; e informando de tudo ao director;

§ 2.º Entregar ao cozinheiro as quantidades necessarias para o consumo diario, tomando nota em caderno para isso destinado, que devera ser presente ao director todos os dias;

§ 3.º Inspeccionar o serviço da cozinha e do refeitório, de fórma que as refeições tenham lugar ás horas marcadas, com ordem e asseio.

Art. 41. E' dever dos professores:

§ 1.º Comparecer no instituto á hora marcada para começarem as aulas, e não se retirarem senão depois de preenchido o tempo que dever durar cada aula;

§ 2.º Empregar todo o zelo para que os alumnos progredão na instrucção;

§ 3.º Manter a ordem e o respeito entre os alumnos, tratando-os sempre com brandura e affabilidade.

Art. 42. Em cada aula haverá um caderno em que o professor lançará diariamente as lições que os alumnos devão estudar, e as notas e observações sobre o procedimento e adiantamento de cada alumno.

Este caderno depois de assignado pelo professor será apresentado ao director.

Art. 43. Os repetidores assistirão ás aulas e cumprirão na repetição das lições as instrucções que receberem do professor.

Art. 44. O capellão, além da missa em todos os domingos e dias de guarda, tem por dever ensinar a doutrina christã, e explicar o catholicismo aos alumnos nos dias e horas que forem determinados.

CAPITULO II.

DEVERES DOS ALUMNOS E PENAS A QUE ESTÃO SUJEITOS.

Art. 45. E' dever rigoroso de cada alumno:

§ 1.º Assistir com recolhimento a todos os actos religiosos;

§ 2.º Estar attento nas aulas, durante as lições e exercicios, e obedecer aos professores;

§ 3.º Portar-se com respeito e decencia no refeitório, nos recreios, nos dormitorios, e nos passeios.

§ 4.º Obedecer ao director e aos inspectores ;

§ 5.º Sujeitar-se ás penas correspondentes ás faltas que commetterem.

Art. 16. Os alumnos poderão queixar-se ao director, de qualquer falta que soffrão, ou de máos tratos que recebão dos empregados.

Art. 17. Os alumnos de um e outro sexo, que faltarem aos seus deveres, ficão sujeitos ás seguintes penas: 1.ª, admoestação em particular; 2.ª, reprehensão perante os outros alumnos; 3.ª, privação de recreio por um ou mais dias sem tarefa; 4.ª, privação de recreio com tarefa; 5.ª, privação de passeio; 6.ª, expulsão do instituto.

Esta ultima pena não terá effeito sem approvação do Ministro do Imperio, a qual será solicitada pelo director, com uma exposição minuciosa dos delictos commettidos.

CAPITULO III.

REGIMEN DISCIPLINAR DO INSTITUTO.

Art. 18. As horas das preces e exercicios religiosos, das aulas, das refeições, do recreio, e do repouso são fixadas na tabella annexa que poderá ser alterada pelo director como melhor exigir o serviço.

Art. 19. Nas horas do recreio, e nas manhãs e tardes dos dias feriados poderão os alumnos distrahir-se com jogos e exercicios que concorrão para o desenvolvimento physico.

Art. 20. Os alumnos que tiverem pais ou correspondentes nesta côrte, ou na cidade de Nictheroy, poderão sahir na vespera dos domingos, devendo voltar para o instituto até ás 7 horas da noite do mesmo domingo.

Nenhum alumno, porém, sahirá sem ordem por escripto do director que só a concederá, quando o alumno não tiver incorrido em falta que o faça desmerecer desse favor.

Art. 21. Não é permittido a alumno algum ter dinheiro ou joias consigo; os que tiverem taes objectos deverão entregal-os á guarda do director.

Art. 22. Nenhum alumno, ainda que pobre, poderá receber dinheiro ou dadivas das pessoas que visitarem o instituto.

Art. 23. O instituto poderá ser visitado todos

os domingos depois da hora da missa até o meio dia; e fóra desse dia, só por permissão especial do director em casos excepcionaes.

Aos pais, tutores e correspondentes dos alumnos será permittido visital-os, em qualquer dia e hora, excepto nas horas das aulas.

Art. 24. O instituto fornece aos alumnos de ambos os sexos residencia commoda, alimentação sadia, instrucção e curativo em suas molestias.

Art. 25. Se porém as molestias forem contagiosas ou se tornarem chronicas, os alumnos serão restituidos ás suas familias, e só readmittidos depois de completamente curados.

Art. 26. Serão igualmente restituidos ás suas familias os alumnos que, depois de admittidos, forem reconhecidos idiotas e incapazes de ensino, e tambem aquelles cujos habitos viciosos ou immundos não puderem ser corrigidos.

CAPITULO IV.

Da escripturação.

Art. 27. Haverá no instituto os seguintes livros:

1.º Da matricula dos alumnos, onde se lançará o nome, filiação, idade e naturalidade de cada um, a data de sua entrada para o instituto, e sua qualidade no Estabelecimento, isto é, se contribuinte, ou pensionista.

Na casa das observações desse livro lançará o director trimestralmente as notas que colher no caderno dos professores sobre o adiantamento e procedimento de cada alumno.

2.º Dos empregados, no qual se lançarão seus nomes, as datas de suas nomeações, posse e vencimentos;

3.º Do inventario dos moveis e utensilios do estabelecimento;

4.º Da despeza, no qual se lançarão diariamente as despesas de prompto pagamento, e, nos dias em que entrarem generos, as quantidades e importancia destes;

5.º Da receita, no qual se lançarão as quantias recebidas.

Art. 28. Estes livros serão abertos encerrados e rubricados pelo director.

CAPITULO V.

DISPOSIÇÕES GERAES.

Art. 29. Todos os alumnos gozarão dentro do instituto dos mesmos cominodos e vantagens, não havendo distincção entre abastados e pobres, e observando-se em sua educação a mais perfeita igualdade.

Art. 30. O uniforme dos alumnos será da maior simplicidade, e não poderá ser alterado sem approvação do Ministro do Imperio.

Art. 31. Nas tardes ou nas manhãs dos domingos e dias feriados os alumnos sairão a passeio, acompanhados pelo director ou pelos inspectores.

Palacio do Rio de Janeiro, 26 de Maio de 1868.—
José Joaquim Fernandes Torres.

Tabela da distribuição do tempo do serviço no Instituto.

6 horas da manhã.....	levantar.
6 1/4	oração na capella.
6 1/2	banho.
7 ás 8	estudo.
8 ás 8 1/2	almoço.
8 1/2 ás 9	descanso.
9 á 1 hora da tarde.....	aulas.
1 ás 2.....	trabalhos calligraphicos.
2	jantar.
2 1/2 ás 3 1/2	recreio.
3 1/2 ás 5.....	repetição das lições.
5 ás 7.....	recreio.
7 ás 8.....	estudo.
8.....	ceia.
8 1/2 ás 9.....	descanso.
9.....	oração e recolhimento.

Para as meninas as aulas acabarão ao meio dia, e dessa hora ás 2 se empregarão em trabalhos de agulha.

A missa terá lugar ás 9 horas da manhã.

Nos domingos e dias feriados haverá estudo das 11 horas á 1 da tarde.

No verão a hora de levantar será ás 5, começando o estudo ás 6.

Palacio de Rio de Janeiro, 26 de Maio de 1868.—
José Joaquim Fernandes Torres.

N. 196. — FAZENDA. — EM 26 DE MAIO DE 1868.

As concessões de pennas d'agua e alterações supervenientes, devem ser communicadas directamente á Recebedoria.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 26 de Maio de 1868.

Illm. e Exm. Sr. — Tendo sido supprimido na Directoria Geral das Rendas o assentamento das concessões de pennas d'agua, em virtude do disposto no art. 3.º, § 2.º n.º 7 do Decreto n.º 4153 de 6 de Abril proximo passado, rogo a V. Ex. se sirva dar as convenientes ordens para que d'ora em diante as communicações das ditas concessões, e das alterações que nellas occorrerem, se fação directamente á Recebedoria do Rio de Janeiro para a cobrança do respectivo imposto.

Deus Guarde a V. Ex. — *Zacarias de Góes e Vasconcellos*. — Sr. Manoel Pinto de Souza Dantas.

N. 197. — FAZENDA. — EM 27 DE MAIO DE 1868.

Annulla um concurso para o preenchimento de lugares de Praticantes, por não se terem guardado as prescripções legaes que menciona.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 27 de Maio de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o officio reservado da Thesouraria da Provincia da Bahia de 31 de Maio do anno passado, no qual transmite as provas do concurso a que se procedeu na mesma Repartição nos dias 7, 8 e 9 do citado mez, para preenchimento dos lugares vagos de Praticantes; observa ao Sr. Inspector da referida Thesouraria que no mencionado concurso não se guardarão as prescripções legaes; 4.º porque foi um só o examinador da grammatica da lingua nacional, quando pelos arts. 3.º e 4.º das Instrucções de 8 de Dezembro de 1860 se acha determinado que sejam dous os examinadores desta materia, um de analyse e outro de orthographia, ao passo que forão

nomeados dous para arithmetica e suas applicações, calculo de desconto, etc., isto contra a pratica seguida quér no Thesouro, quér em outras Thesourarias, onde não se tem nomeado mais de um para a mesma materia; 2.º, porque, ou não se lavrou a acta do concurso como determina o art. 45 do Decreto n.º 2549 de 44 de Março de 1860, ou esqueceu á mencionada Thesouraria remettel-a por cópia ao Thesouro, acompanhando as provas e documentos dos pretendentes.

E, como por isso fica o mesmo concurso annullado, assim o declara ao referido Sr. Inspector, prevenindo-o, porém, de que não deve mandar proceder por ora a outro, visto terem sido os lugares vagos supprimidos pelo Decreto n.º 4153 de 6 de Abril proximo passado, que reorganizou o Thesouro e Thesourarias de Fazenda.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 198.—FAZENDA.—EM 27 de MAIO DE 1868.

Declara que o Aviso do Ministerio da Guerra de 28 de Maio de 1866 não modificou a Circular do da Fazenda de 20 de Fevereiro de 1861, senão na parte relativa a fês de officio.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 27 de Maio de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Declaro a V. Ex., em solução ao officio dessa Presidencia de 28 de Novembro ultimo, sob n.º 23, que, não tendo o Aviso do Ministerio da Guerra de 28 de Maio de 1866 modificado a Circular do da Fazenda de 20 de Fevereiro de 1861, senão na parte relativa a fês de officio, documentos que uma exigia para se proceder ao assentamento, liquidação de serviço e arbitramento do vencimento do official reformado, e o outro determinou que fossem substituidos por certidões extrahidas dos Almanaks Militares e informações semestraes; não podia o citado Aviso servir de fundamento a decisões, prorogando aos officiaes reformados os prazos que a Circular estabeleceu para a apresentação das respectivas patentes e sob pena de suspensão do soldo arbitrado.

Contudo, nenhum impedimento havia para que essa Presidencia, em presença de motivos justificados, concedesse a prorrogação de taes prazos, como fez, além de outros, com o Capitão reformado Francisco José de Menezes Amorim, a fim de lhe ser continuado o pagamento do soldo, que a Thesouraria suspendêra por falta de apresentação da patente no devido prazo; nada importando contra o acto da Presidencia a Ordem do Thesouro de 19 de Setembro, mandando também posteriormente suspender o pagamento, porque, tendo o official prestado a fiança no Thesouro, que lhe marcou o dito prazo, retirando-se depois com licença para residir nessa Provincia, natural era que, findo este, se expedisse a Ordem, não havendo conhecimento da prorrogação.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 199.—IMPERIO.—EM 27 DE MAIO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia da Bahia.—Declara que os Desembargadores da Relação Metropolitana, e alguns outros funcionarios ecclesiasticos, não percebem os respectivos vencimentos quando licenciados.

4.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 27 de Maio de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Foi ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado sobre o requerimento em que o Desembargador da Relação Metropolitana Antonio da Rocha Vianna representa contra a deliberação de V. Ex. acêrca do pagamento de seu ordenado durante a licença que lhe foi concedida pelo Reverendo Arcebispo.

E Sua Magestade o Imperador, tendo-se conformado, por sua immediata Resolução de 23 do corrente, com o parecer da dita Secção em Consulta de 4 do mesmo mez, junta por cópia, Manda declarar a V. Ex., para os devidos effeitos, que os Desembargadores da Relação Metropolitana, quando licenciados, não percebem os respectivos ordenados.

Deus guarde a V. Ex.—*José Joaquim Fernandes Torres*.—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

Consulta a que se refere este Aviso.

Senhor.— O Reverendo Padre Antonio da Rocha Vianna, Vigario Collado da Freguezia da Rua do Paço da Cidade da Bahia e Desembargador da Relação Metropolitana, representa contra uma deliberação do Presidente da Provincia acêrca de uma licença que lhe havia sido dada pelo Metropolitano, sendo o caso como a Secção passa a expôr.

O supplicante havia pedido ao Governo Imperial licença por seis mezes para a gozar em ambas as qualidades de Vigario e de Desembargador. E, como esta lhe fôra concedida sómente em relação á primeira daquellas qualidades, recorreu elle, quanto á segunda, ao Metropolitano, do qual a alcançou com todos os vencimentos pelo mesmo tempo de seis mezes. Sendo, porém, esta licença apresentada ao Presidente da Provincia, este a restringio a tres mezes, que mais não podia conceder; aconteceu ainda que esta mesma foi depois declarada sem effeito em consequencia de o supplicante já haver gozado outra igual dentro do anno, como fez ver ao Presidente a Thesouraria de Fazenda.

Com esta deliberação do Presidente, primeiro rest'ingido o tempo da licença, e depois cassando-a, julgou-se offendido o supplicante, e agora vem requerer a Vossa Magestade Imperial nos seguintes termos:

« Senhor.—O Desembargador da Relação Metropolitana Antonio da Rocha Vianna recorre para Vossa Magestade Imperial da decisão do Presidente desta Provincia, por não lhe parecer conforme á lei e á independencia que deve haver entre os dous poderes constituidos no paiz.

« O supplicante, porque o Governo da Provincia não lhe pudesse dar licença por mais de tres mezes com os respectivos vencimentos, segundo está decidido em diversos Avisos, requereu ao Governo de Vossa Magestade Imperial licença por seis mezes dos lugares de Parocho da Rua do Paço e de Desembargador, e só pôde obter a de Parocho, por entender a respectiva Secção dos Negocios do Imperio que só o Arcebispo é quem podia conceder a de Desembargador, por serem estes empregados da livre nomeação e demissão do Metropolitano, cum-

prindo sómente ao Governo deitar o —visto— na licença concedida pelo poder competente, e autorisar a Thesouraria de Fazenda a pagar os vencimentos.

« Neste sentido, obtida a licença do Arcebispo por seis mezes, a qual junta, requereu o supplicante ao Presidente; mas este, em vez de simplesmente autorisar o pagamento da licença concedida, limitou o prazo e concedeu por seu turno nova licença de tres mezes, ficando desta fôrma nullificada a de Parocho concedida por seis mezes pelo Governo Imperial, e essa mesma de tres mezes não pôde ser executada, por estar dentro do anno de outra que se findou em Fevereiro.

« Desde o Aviso de 18 de Abril de 1844 até ao de n.º 395 de 21 de Agosto de 1862, e ordem do Thesouro n.º 462 de 4 de Outubro do mesmo anno, não encontra-se uma só disposição legal que autorise a pratica da Secretaria Presidencial da Bahia, contraria aliás á de outras Secretarias de que o supplicante tem conhecimento.

« Os Bispos podem licenciar, pelo tempo que lhes parecer conveniente, os empregados ecclesiasticos? Sim: dispõe toda a legislação do paiz.

« E para que os empregados, assim licenciados, possam perceber do Thesouro os seus vencimentos, bastará apenas que as licenças sejam apresentadas aos Presidentes de Provincia, para estes autorizarem o pagamento, ou é necessaria nova licença confirmativa das dos Prelados, como entendeu o Presidente da Provincia da Bahia?

« O supplicante portanto, sentindo-se offendido pela decisão tomada, vem requerer a Vossa Magestade Imperial, para que, em sua sabedoria, resolva de uma vez para sempre semelhante duvida, que se reproduz em diversas Provincias, ordenando que o Presidente mande pagar os vencimentos da licença de seis mezes concedida pelo Arcebispo, como parece curial, sob pena de ficarem tendo os Presidentes o direito de modificar e até nullificar as licenças concedidas pelos Prelados; ou, a terem semelhante direito, o supplicante pede a Vossa Magestade Imperial lhe conceda a dita licença de seis mezes com todos os seus vencimentos, como já lhe concedêra a de Parocho, visto o Governo Provincial não lh'a poder conceder, attenta a duvida da Thesouraria, e ainda que pudesse fazê-lo, era sómente por tres mezes.

« Pede a Vossa Magestade Imperial deferimento.

« Bahia, 25 de Outubro de 1867.—O Padre Desembargador *Antonio da Rocha Vianna*. »

Sobre o que a Secção dos Negocios do Imperio tem a honra de dar seu parecer.

Antes de tudo observará a Secção que este requerimento não pôde ser considerado como recurso nos termos do Regulamento do Conselho de Estado: porque, independentemente da circumstancia de o supplicante concluir seu requerimento pedindo uma graça, como se vê da alternativa que estabeleceu, o que lhe tira o character de recurso, o requerimento não está assignado por advogado do Conselho de Estado: e por isso não pôde ser recebido como tal.

Isto não obstante, a Secção passa a considerá-lo como representação ou como simples supplica, dando por isso seu parecer sobre a materia, a fim de que cessem as duvidas que servirão de fundamento.

Hoje está recebida entre nós a doutrina de que as licenças aos empregados ecclesiasticos não estão sujeitas ás regras das que são concedidas aos empregados civis. Mas esta doutrina é necessario que seja bem entendida, para que não se commettão erros na sua applicação; e para isso convém firmar as noções de direito nesta materia, fazendo-se as seguintes observações:

1.ª Os empregados ecclesiasticos são de duas categorias differentes: ou são beneficiados, possuindo beneficios canonicos, ou são officiaes da Administração Ecclesiastica.

Os primeiros são nomeados por intervenção mutua dos dous Poderes, Temporal e Espiritual, e gozão direito perpetuo ao desempenho das funcções annexas a seu beneficio. Os segundos são de livre nomeação e demissão dos Reverendos Bispos. Ambos desfructão certas vantagens temporaes, sujeitas a certas condições de exercicio, com o nome de congrua no primeiro caso, e de ordenado no segundo.

Na primeira classe estão os Vigários Collados e os Conegos, contempladas entre estes as Dignidades do Cabido; e em algumas Cathedraes ha uma certa ordem de beneficiados que não estão naquella categoria, mas que participão da natureza collativa; e a estes se applica a mesma doutrina.

Na segunda estão os Desembargadores da Relação Metropolitana, os Vigários Geraes, e os Provisores

do Bispado, os Coadjuutores das Parochias e outros officiaes encarregados da Administração Ecclesiastica; alguns destes com ordenado pelo Thesouro, e outros sem ordenado.

2.^a As licenças, assim aos empregados civis, como aos ecclesiasticos, contém dous objectos distinctos: o primeiro é a dispensa do exercicio, que para os ecclesiasticos se diz de residencia; o segundo é o gozo de certas vantagens segundo certas e determinadas regras.

Dadas estas explicações, a Secção passa a estabelecer as seguintes proposições:

1.^a Quanto aos empregados ecclesiasticos da 4.^a classe está admittido que ao Governo toca resolver sobre o gozo das vantagens annexas a estas licenças, ou sejam dadas pelos Reverendos Bispos, ou pelo mesmo Governo, competindo a este regular assim a importancia daquellas durante a licença, como o tempo do gozo das mesmas vantagens: isto consta de muitos Avisos que se achão na Collecção das Leis, bastando apontar o Aviso de 17 de Janeiro de 1831.

Cumpra advertir que desta regra estão exceptuados os Conegos da Capella Imperial, aos quaes pelos estatutos da mesma Capella póde o Reverendo Bispo conceder licença com congrua, por turnas dentro de cada anno, disposição especial, aliás autorizada pelo proprio Poder Temporal.

Cumpra advertir mais que a liberdade que tem o Governo de autorisar o gozo das congruas sem limitação de tempo, e na importancia das mesmas congruas, não se estende com a mesma latitude aos Presidentes das Provincias, os quaes não podem conceder as vantagens senão por tres mezes.

2.^a Quanto aos empregados da 2.^a classe importa ponderar o seguinte:

Estes empregados, nos seus impedimentos, ou não são substituidos por outros que na substituição percebão os vencimentos pelo Thesouro, e neste caso estão os Desembargadores da Relação Metropolitana; ou exercem funcções taes, que não podem soffrer interrupções, e em seus impedimentos são forçosamente substituidos por outros que desempenhem as funcções de que estão encarregados, e neste caso estão os Vigarios Geraes, os Provisores, e tambem os Coadjuutores dos Vigarios da Côte, que são os unicos que têm vencimentos pelo Thesouro.

A respeito dos Desembargadores, é verdade que o Governo tem-lhes dado licença umas vezes com ordenado, e outras vezes sem ordenado. Mas é necessário considerar as disposições de direito relativas a estes empregados. Elles exercem jurisdição meramente ecclesiastica, são nomeados e demittidos livremente pelos Reverendos Bispos, e não tem com o Governo Temporal senão as relações que resultão da percepção do ordenado pelo Thesouro.

As Leis não autorisão o Governo para legalisar a suspensão do serviço senão em favor dos empregados civis: a única excepção reconhecida é a que se deriva das licenças aos Vigarios e Conegos, excepção que tem em seu favor a diuturnidade do tempo, e que é exigida pelas mesmas necessidades da igreja á vista das distancias de nossos bispados.

Não ha pois razão nenhuma para que continue a pratica, que se tem introduzido, de o Governo dar licença a estes Desembargadores. Entendão-se elles com seus Prelados quando precisarem de licenças; assim o aconselha a boa razão, e assim o exige a ordem hierarchica das jurisdições.

Se por um lado devem cessar essas licenças pela Autoridade Temporal, por outro lado o direito, que o Governo tem, de autorisar o gozo das vantagens durante as licenças dos beneficiados não se estende ás que são dadas pelos Prelados aos Desembargadores de Relação Ecclesiastica. Aquelle é restricto aos Vigarios Collados e aos Conegos. Todos os actos do Governo relativos a esta materia não se occupão senão com os beneficiados, que são os unicos que contrahem vinculo espiritual: é sempre de Vigarios e Conegos que elles tratão. Não se pôde pois applicar a uma classe de empregados amoviveis, como são os Desembargadores, a doutrina relativa aos beneficiados, os quaes estão em posição inteiramente diversa daquella.

Quanto aos Vigarios Geraes e Provisores dos Bispados a Secção observará: 1.º que a estes são rigorosamente applicaveis as razões expendidas a respeito dos Desembargadores; 2.º que a concessão de ordenado aos primeiros trará necessariamente duplicata de despeza, porquanto, não podendo ficar suspensas as funcções, necessariamente hão de ser exercidas por outro, e o resultado será que se pagarão dois ordenados: um ao licenciado e outro ao sub-

stituto. No mesmo caso destes estão os Coadjuutores dos Vigários da Côte.

A' vista deste desenvolvimento parece claro que não deve continuar a pratica de o Governo e os Presidentes darem licenças aos officiaes da Administração Ecclesiastica, e que, quando concedidas pelos Prelados, nem o Governo nem os Presidentes podem autorisar a percepção de ordenado, o qual nestes casos cessa para o Thesouro: e seria conveniente que se firmasse esta doutrina.

Destas observações deduz-se que é verdadeira a doutrina de que as licenças aos empregados ecclesiasticos não seguem as regras das que são concedidas aos empregados civis.

Mas esta doutrina deve ser entendida sómente em relação aos beneficiados, que são os da 1.ª classe da observação 1.ª, e de modo nenhum em relação aos da 2.ª classe, a respeito dos quaes o Governo não tem que intervir.

E deste modo ficão resolvidas todas as hypotheses relativas a este objecto, e isso só pela legislação actual, sem necessidade de novas regras.

Antes de concluir, a Secção julga necessario fazer notar o engano, em que labora o supplicante, de que, uma vez concedida a licença pela Autoridade Espiritual, a Temporal nada tem mais que fazer do que pôr o visto e mandar effectuar o pagamento.

O desenvolvimento que precede mostra o erro deste pensamento. E, quando isto não fosse, bastava a leitura dos Avisos do Governo para se conhecer o contrario.

Torna-se digna de reparo a proposição com que o supplicante pretende combater a doutrina da intervenção do Governo na percepção do ordenado pelos que são licenciados pela Autoridade Espiritual, dizendo que aquella intervenção vem modificar e até annullar as concessões dos Prelados.

Uma tal proposição não tem por fundamento senão o errado juízo que se fórma da independencia dos Poderes Espiritual e Temporal; como se essa independencia para um pudesse verificar-se em objecto da competencia do outro, e vice-versa.

Feitas todas estas observações, conclue a Secção seu parecer nos termos seguintes:

O Presidente obrou regularmente, assim quando deu a licença por tres mezes, como quando depois

cassou o despacho em consequencia da representação da Thesouraria de Fazenda.

A Secção não entra na questão da fórmula da decisão, limitando-se a dizer que nada acha que censurar na que é usada na Secretaria da Presidencia.

E, quanto á nova licença que pede o supplicante com todos os seus vencimentos, os princípios exarados neste parecer repellem esta pretensão por ambas as partes.

Vossa Magestade Imperial resolverá como melhor parecer em sua alta sabedoria.

Sala das Conferencias da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, em 4 de Maio de 1868. — *Marquez de Olinda.* — *Visconde de Sapucahy.* — *Bernardo de Souza Franco.*

RESOLUÇÃO.

Como parece. — Paço, 23 de Maio de 1868.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Joaquim Fernandes Torres.

N. 200. — FAZENDA. — EM 28 DE MAIO DE 1868.

Marca novo limite á emissão do Banco da Bahia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 28 de Maio de 1868.

Hlm. e Exm. Sr. — Attendendo ao que allega a Directoria do Banco da Bahia no officio n.º 1028 de 8 do corrente mez, resolvi marcar-lhe á emissão o novo limite de 1.895:604\$000, nos termos do art. 1.º § 3.º da Lei n.º 1083 de 22 de Agosto de 1860 e art. 6.º do Decreto n.º 2685 de 10 de Novembro do mesmo anno; o que communico a V. Ex. para os fins convenientes.

Deus Guarde a V. Ex. — *Zacarias de Góes e Vasconcellos.* — Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 201.—FAZENDA.—EM 28 DE MAIO DE 1868.

Indefere a pretensão da viuva de um Official—de desistir do meio soldo que lhe competeir em favor de seus filhos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 28 de Maio de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Em resposta ao Aviso de 6 do corrente, que V. Ex. me dirigio, acompanhado do requerimento e papeis, que incluso devolvo, de D. Anna Augusta de Moraes Monclaro, viuva do Tenente do 13.º Batalhão de Infantaria e Capitão do 26.º Corpo de Voluntarios da Patria, Pedro de Alcantara da Silva Monclaro, pedindo permissão para desistir do meio soldo que lhe competeir em favor de seus filhos Pedro de Alcantara Monclaro, Maria Corina Monclaro e Honorina Augusta Monclaro, tenho de declarar a V. Ex. que, à vista da expressa disposição do art. 10 § 3.º do Decreto n.º 3607 de 10 de Fevereiro de 1866, não pôde ser deferida semelhante pretensão.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. João Lustoza da Cunha Paranaguá.

N. 202.—FAZENDA.—EM 28 DE MAIO DE 1868.

Marca novo limite à emissão do Banco do Maranhão.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 28 de Maio de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Attendendo á proposta feita pela Directoria do Banco do Maranhão em officio de 4 do corrente, resolvi marcar-lhe para limite da emissão, que pôde manter na circulação durante o anno que finda em 22 de Agosto de 1869, a somma de 322:877\$543, nos termos do art. 4.º § 3.º da Lei n.º 1081 de 22 de Agosto de 1860 e art. 6.º do Decreto n.º 2685 de 40 de Novembro do mesmo anno; o que communico a V. Ex. para os fins convenientes.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

N. 203.—FAZENDA.—EM 30 DE MAIO DE 1868.

Provimto de um recurso sobre indemnisação de mercadoria extraviada.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 30 de Maio de 1868.

Foi presente ao Tribunal do Thesouro o recurso de Dutton & Chandler, interposto da decisão da Inspectoria da Alfandega do Rio de Janeiro, que, reconhecendo e julgando provado o extravio de 5.096 libras de ferro, pertencentes aos reclamantes, ordenou que fossem elles indemnizados da quantia de 509\$600, e mais da de 178\$300, em que importarão os direitos que haviam pago; e o mesmo Tribunal:

Vista a referida decisão, e a vistoria e exame dos peritos, que determinarão a indemnisação não integral da mercadoria extraviada, mas simplesmente o valor official da Tarifa; e

Considerando que, segundo a jurisprudencia já firmada pelo Tribunal na Decisão de 4 de Junho de 1866, além do que já se achava estabelecido pela Ordem n.º 53 de 18 de Junho de 1850, é applicavel ao caso do mesmo recurso a disposição do art. 293 § 2.º do Regulamento das Alfandegas, a que se refere o art. 297, em cuja disposição está comprehendida a especie, por ter se dado o descaminho devidamente reconhecido, e que, portanto, a importancia da indemnisação tem de ser estimada por arbitramento na forma do art. 293, § 2.º:

Resolveu dar provimto ao mesmo recurso para o effeito de ser o recorrente indemnizado do valor integral da mercadoria extraviada, sendo avaliada de conformidade com o disposto no supracitado artigo, e procedendo-se como foi explicado na Ordem de 4 de Junho para com os responsaveis.

O que communico ao Sr. Inspector interino da referida Alfandega para sua intelligencia e devidos effectos.

Zacarias de Azevedo Vasconcellos

N. 204.—MARINHA.—AVISO DO 1.º DE JUNHO DE 1868.

Regula o concurso para o provimento dos lugares de Praticante e Amanuense da Secretaria de Marinha.

1.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Marinha.
—Rio de Janeiro em o 1.º de Junho de 1868.

Sua Magestade o Imperador Determina que no concurso de que tratão os arts. 30 e 31 do Decreto n.º 4174 de 6 de Maio de 1868, para o provimento dos lugares de Praticante e Amanuense desta Secretaria de Estado, se observem as instrucções annexas: o que communico a V. S. para seu conhecimento e execução.

Deus Guarde a V. S.—*Afonso Celso de Assis Figueiredo*.—Sr. Conselheiro Director Geral da Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha.

**Instrucções, regulando o concurso para provimento dos
lugares de Praticante e Amanuense da Secretaria de
Marinha.**

Art. 1.º O concurso, para preenchimento das vagas dos lugares de Praticante e Amanuense da Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, será annunciado nas folhas de maior circulação da Córte, fixando-se o prazo de 30 dias.

Art. 2.º Dentro desse prazo, os pretendentes apresentarão na Secretaria os seus requerimentos, instruindo-os com documentos, que provem a idade de 18 annos completos pelo menos, e bom procedimento, podendo ajuntar quaesquer outros relativos a suas habilitações e serviços.

Os que já pertencerem á Secretaria serão dispensados dessas formalidades, bastando declarar ao Director Geral que tomarão parte no concurso.

Art. 3.º Dous dias antes de encerrar-se a inscripção, publicar-se-ha pela imprensa o lugar, dia e hora em que se procederá ao concurso.

Art. 4.º O Director Geral presidirá aos concursos, sendo examinadores os Lentes da Escola de Marinha, que costumão examinar sobre as materias sujeitas, e um Director de Secção da Secretaria, ou primeiro Official, na parte relativa a redacção e estylo official.

Art. 5.º A prova de grammatica, orthographia e calligraphia consistirá na analyse por escripto de um trecho, dictado pelo examinador. A de arithmetica na resolução escripta de um ou mais problemas; a de geographia e historia do Brasil nas respostas verbaes ás perguntas que forem dirigidas;

A de estylo official, na redacção de um ou mais Avisos ou Offícios, cujo assumpto será dado;

A de traducção de francez e inglez, na versão oral de um ou mais trechos de autores conhecidos.

Art. 6.º Para todas as provas escriptas conceder-se-hão 2 horas aos candidatos. Os exames em cada uma das outras durarão, pelo menos, meia hora.

Art. 7.º As provas escriptas serão datadas e assignadas pelos autores, e rubricadas pelos examinadores e pelo Presidente, depois de as lerem.

Art. 8.º Os exames começarão ás 10 horas da manhã em uma das salas da Secretaria, sendo o primeiro trabalho darem os examinadores, das provas escriptas, os problemas que hão de ser resolvidos, e só depois dellas entregues principiarão as oraes.

Art. 9.º Quando, pela affluencia dos concurrentes, não fór possivel concluir ás 4 horas da tarde todas as provas, continuarão estas no dia seguinte.

Art. 10. O concurrente, que não comparecer á hora referida, ou que se retirar antes de ter feito todas as provas, ficará excluido do concurso, salvo provando motivo justificavel.

Art. 11. Em acto successivo aos exames, o presidente e examinadores votarão por escrutinio secreto sobre cada uma das provas, lançando em uma urna espheras brancas ou pretas; aquellas indicarão approvação e estas reprovação.

Art. 12. Em seguida se procederá a 2.ª votação sobre o merecimento relativo dos concurrentes.

Em caso de igualdade, serão collocados em grão superior os concurrentes, que por documentos provarem ter outras habilitações, além das que são exigidas para o concurso.

A lista, que se organizar nesta conformidade, será assignada pelo presidente e examinadores.

Art. 13. No caso de empate da votação, se entenderá ter havido approvação.

Art. 14. Lavrar-se-hão em livro especial as actas dos concursos, nas quaes se mencionarão as ordens que os tiverem autorizado, os dias em que forem feitos, os nomes dos examinadores e dos concurrentes, o resul-

tado das votações, as notas obtidas pelos concorrentes e as circumstancias que occorrerem. Serão assignadas pelo presidente e examinadores.

Art. 15. Servirá de secretario nos concursos um empregado da Secretaria nomeado pelo Ministro.

Art. 16. Findo o concurso serão remittidas ao Ministro as provas escriptas e as notas obtidas pelos concorrentes com officio do presidente, acompanhado de uma cópia da respectiva acta.

Rio de Janeiro em o 1.º de Junho de 1868.—*Affonso Celso de Assis Figueiredo.*

N. 205.—FAZENDA.—EM 2 DE JUNHO DE 1868.

O Collector ou Agente Fiscal encarregado da arrecadação do sello deve ler os titulos que lhe são apresentados tanto para o sello fixo como para o proporcional, a fim de conhecer a natureza delles.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 2 de Junho de 1868.

Sirva-se V. S. declarar ao Collector das Rendas Geraes da Barra de S. João, em solução á Consulta constante do seu officio de 22 de Fevereiro ultimo, que, devendo o Collector ou Agente Fiscal encarregado da arrecadação do sello conhecer a natureza dos titulos que as partes sujeitão ao pagamento de semelhante imposto, é claro que deve ler tanto os que lhe são apresentados para o sello proporcional como para o sello fixo de 200 réis.

Só deste modo, revelada a natureza do titulo, poderá saber a especie e o *quantum* da taxa a receber, evitando á parte o prejuizo que muitas vezes lhe resultará, ou de revalidação de papeis que tenham pago sello menor que o devido, ou de se lhe cobrar maior quantia que a taxada nos Regulamentos, e poupando á Repartição Fiscal a respon-

sabilidade e o trabalho escusada de autorisar restituições que não se darião se recalisse sobre os títulos a taxa propria.

Deus Guarde a V. S. — *Zacarias de Góes e Vasconcellos*—Sr. Conselheiro Director Geral das Rendas Publicas.

N.º 201.—FAZENDA, — Em 2 de Junho de 1868.

A, custas devidas ao Juizo do Commercio que comparece no lugar do naufragio de qualquer embarcação, pertence a elle requerel-as a quem de direito fôr, e não á Alfandega verificar a despesa pelo producto dos salvados.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 2 de Junho de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de S. Pedro, em resposta ao seu officio n.º 76 de 21 de Março ultimo, que approva a decisão dada pela mesma Thesouraria á consulta que lhe fôra feita pela Alfandega da Cidade do Rio Grande, declarando-lhe que as custas devidas ao Juizo do Commercio, que comparece no lugar do naufragio de qualquer embarcação, estando marcadas no Regimento de 3 de Março de 1855, pertence a elle requerel-as de quem fôr de direito, e não á Alfandega verificar a despesa pelo producto dos salvados.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 207.—GUERRA.—EM 6 DE JUNHO DE 1868.

Approva o preço de quarenta e cinco réis para cada letra das bandeirolas das lanças.

Rio de Janeiro. —Ministerio dos Negocios da Guerra, em 6 de Junho de 1868.

Declaro a V. S., em resposta ao seu officio n.º 201 de 30 Maio proximo findo, que fica approvada a deliberação, que tomou de approvar provisoriamente a proposta do 2.º Ajudante da Directoria do Arsenal de Guerra da Córte, do preço de quarenta e cinco réis para cada uma letra pintada de um e outro lado em bandeirolas para lanças; podendo V. S. mandar fazer o devido additamento na competente tabella da respectiva officina.

Deus Guarde a V. S.—*João Lustosa da Cunha Paranaguá*.—Sr. Francisco Carlos da Luz.

N. 208.—GUERRA.—EM 10 DE JUNHO DE 1868.

Declara as condições, sob as quaes é permitido o arranhamento de alguns empregados do Hospital Militar provisorio em Andarahy.

Rio de Janeiro. —Ministerio dos Negocios da Guerra, em 10 de Junho de 1868.

Em solução ao officio que Vm. me dirigio em data do 1.º do corrente, sob n.º 282, relativamente ao pedido, que fazem alguns empregados desse hospital provisorio para serem alli arranchados; declaro a Vm. para seu conhecimento e governo, que pôde ser a razão concedida em generos, porém unicamente aos empregados que a tem, em virtude do Regulamento de 1844, e não dos que a percebem como gratificação por concessão do Governo, podendo outro s'm Vm. optar entre a razão em generos e a etapa.

Deus Guarde a Vm.—*João Lustosa da Cunha Paranaguá*.—Sr. Antonio Alvares dos Santos Souza.

N. 209.—FAZENDA.—EM 12 DE JUNHO DE 1868.

Declara que bem procedeu o Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Piahy, desapprovando o procedimento da Alfandega da Parnahyba quanto ao aluguel de um armazem, alugado para o recolhimento de parte do carregamento da escuna hamburgueza *Kerkivieder*.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 12 de Junho de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o officio da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Piahy de 13 de Abril ultimo, sob n.º 36, no qual communica que, tendo a Alfandega da Cidade da Parnahyba alugado um armazem da rua do Porto Salgado, esquina da rua Grande, proxima á mesma Alfandega, por cincoenta mil réis mensaes, para recolhimento de parte do carregamento da escuna hamburgueza *Kerkivieder*, desapprovára o seu procedimento declarando-lhe que em taes casos convinha retrahir o espaço marcado para o serviço do expediente na própria Repartição, a fim de sobrar espaço para qualquer carregamento extraordinario; declara ao Sr. Inspector da referida Thesouraria que approva este seu acto, visto que o Regulamento das Alfandegas não impõe ao Chefe dessas Repartições a attribuição, que se arrogou o da citada Alfandega; cumprindo-lhe em casos extraordinarios, como o de que trata o seu mencionado officio, dar disso conta a essa Thesouraria na forma do § 13 do art. 426 do supracitado Regulamento e aguardar a deliberação, que ella tomasse, para o que ácerca da especie vertente o autorisão os §§ 1.º e 2.º do art. 16 do mesmo Regulamento.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 210.—FAZENDA.—EM 12 DE JUNHO DE 1868.

Os officiaes embarcados em transportes, ainda mesmo em serviço de guerra, e os embarcados em navios de guerra fóra da campanha, não estão isentos do imposto de 3 %.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 12 de Junho de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Em resposta ao Aviso de V. Ex. de 24 de Março ultimo, acompanhado da reclamação do Capitão de Fragata João Gomes de Aguiar, commandante da corveta *D. Januaria*, contra o desconto de 3 % mandado fazer pela Thesouraria de Fazenda da Bahia nos vencimentos dos officiaes daquelle navio, tenho de declarar a V. Ex. que a referida Thesouraria procedeu regularmente, visto que não estão isentos do pagamento do referido imposto tanto os officiaes embarcados em Transportes, ainda mesmo em serviço de guerra, como os embarcados em navios de guerra fóra da campanha.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Affonso Celso de Assis Figueiredo.



N. 211.—FAZENDA.—EM 13 DE JUNHO DE 1868.

Approva o contracto celebrado pela Thesouraria de Santa Catharina para o arrendamento de uma casa para servir de Alfandega da mesma Provincia, e indica diversas clausulas em additamento ás contidas no citado contracto.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 13 de Junho de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o officio da Thesouraria da Provincia de Santa Catharina de 4 de Janeiro ultimo, sob n.º 4, no qual transmite cópia do contracto, que effectuára com Joaquim Uriarte, do arrendamento de uma casa de sua propriedade para servir de Alfandega da mesma Pro-

vincia, a qual tem estado em casa impropria e baldia de accomodações, pelo que, autorizou a respectiva Presidencia a celebração do mesmo contracto pelo preço de 140\$000 mensaes por tempo indefinido; declara ao Sr. Inspector da mesma Thesouraria que approva o referido contracto; observando-lhe, porém, que, não obstante ter sido elle lavrado nos termos do estylo, e conter clausulas vantajosas, como serem os reparos á custa do proprietario, é contudo deficiente por não conter algumas, necessarias a bem dos interesses da Fazenda, e que é igualmente de estylo estipularem-se nestes casos, a saber: 1.ª, serem tambem a custa do proprietario os reparos necessarios para o futuro, e não sómente os que crão ao tempo do contracto, aos quaes ficou apenas obrigado, segundo se infere do contexto do contracto; 2.ª, fazer a Fazenda, no caso de convir ao serviço, quaesquer obras, ficando ou não incorporadas ao edificio, findo o arrendamento, como convier ao proprietario e conforme a natureza dellas, com declaração expressa, porém, que, no caso negativo, não tem elle direito algum á indemnisações e tão sómente a que se lhe entregue o predio no seu estado primitivo; 3.ª, aviso prévio para despejar o predio, marcando-se prazo razoavel para esse fim, aviso tanto mais necessario neste caso, quanto o contracto é por tempo illimitado; 4.ª, decidirem-se as questões suscitadas na execução do contracto por arbitros, independente de vias judiciaes, para evitarem-se as delongas, que lhes são inherentes; e 5.ª, ficar a Fazenda isenta do pagamento do aluguel durante o tempo, que tiver occupado o edificio, no caso de desabamento por falta de concertos necessarios ao tempo da celebração do contracto e depois, além da indemnisação por prejuizes resultantes desse accidente; e por isso lhe recommenda que proponha as mencionadas clausulas ao proprietario, que não duvidará por certo acceptal-as, pois são vantajosas e nada tem de onerosas, á excepção talvez da 1.ª que, se recusar, ainda concedendo-se uma compensação, como por exemplo, o aluguel adiantado, poderá dispensar-se, se acceptar as outras, devendo no caso de annuir lavrar-se um contracto addicional, communicando logo ao Thesouro o que sobre elle se decidir, para que elle occorra.

Excmo. Sr. Alcaide e Visconde de Alagoas.

N. 212.—GUERRA.—EM 13 DE JUNHO DE 1868.

Declara sem effeito o Aviso de 20 de Julho de 1863, que mandou observar na Província de S. Pedro do Sul as disposições da Lei n.º 631 de 18 de Setembro de 1851.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 13 de Junho de 1868.

Hlm. e Exm. Sr.—Tendo cessado os motivos, que derão lugar á expedição do Aviso de 20 de Julho de 1863, mandando observar nessa Província as disposições da Lei n.º 631 de 18 de Setembro de 1851; Determina Sua Magestade o Imperador, que fique sem effeito o referido Aviso: o que declaro a V. Ex. para seu conhecimento e execução.

Deus Guarde a V. Ex.—*João Lustosa da Cunha Paranaguá*.—Sr. Presidente da Província de S. Pedro do Sul.

N. 213. — IMPERIO. — EM 13 DE JUNHO DE 1868.

Ao Presidente da Província do Pará. — Declara que, havendo em uma parochia mais de um districto de Paz, o cidadão só pôde votar para Juizes de Paz do districto em que está qualificado.

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios do Imperio, em 13 de Junho de 1868.

Hlm. e Exm. Sr. — Em officio de 11 do mez findo dirige V. Ex. ao Governo a seguinte consulta:

Em uma parochia, dividida em dous ou mais districtos, poderá o cidadão qualificado em um delles votar para Juizes de Paz de outro?

Em resposta cabe-me declarar a V. Ex., de accordo com a Lei de 19 de Agosto de 1816 e com o Aviso n.º 244 de 26 de Agosto de 1864, que o cidadão só pôde votar para Juizes de Paz do districto em que está qualificado.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Joaquim Fernandes Torres*. — Sr. Presidente da Província do Pará.

N. 214. — FAZENDA. — Em 15 de Junho de 1868.

Transmitte por cópia as ordens n.ºs 92 e 93, dirigidas á Thesouraria da Bahia supprimindo nella varios trabalhos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 15 de Junho de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, transmittre aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida intelligencia e execução, na parte que lhes forem applicaveis, as ordens, juntas por cópia, n.ºs 92 e 93, dirigidas á Thesouraria da Bahia, supprimindo nesta Repartição varios trabalhos, e alterando certas praticas do serviço.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. B. As Ordens a que se refere a Circular supra vão publicadas no lugar competente.

— — —

N. 215. — FAZENDA. — Em 15 de Junho de 1868.

supprime diver os trabalhos na Thesouraria de Fazenda da Bahia

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 15 de Junho de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia, para a devida intelligencia e execução, a vista do que propôz em seu officio n.º 68 de 21 de Abril último.

4.º Que não sejam supprimidos os cinco livros de registro de titulos, que ora existem na Secretaria da mesma Thesouraria, a saber: um de Decretos e Ordens Imperiaes; um de Patentes e Provisões;

um de Provisões Ecclesiasticas ; um geral civil ; e um finalmente de nomeações feitas por diversas Autoridades.

2.º Que é escusado registrarem-se na Thesouraria os Decretos de nomeação, Cartas, Diplomas e Titulos de pensões e de empregados activos e inactivos, passados pelo Governo Imperial ; as Portarias ou Titulos de qualquer denominação expedidos pela Presidencia da Provincia ou por outras Autoridades civis, militares e ecclesiasticas em favor de Empregados de sua nomeação ; e as licenças que as mesmas Autoridades lhes concedem na forma da Lei com vencimento ou sem elle ; por quanto taes titulos são registrados nas Repartições que os expedem, e em caso de necessidade pôde a Thesouraria requisitar copia authentica delles, e as partes requerel-os por certidão.

3.º Que haverá um livro para o registro das nomeações e demissões passadas pela Thesouraria, únicas que na respectiva Secretaria se devem registrar, do mesmo modo que se acha determinado com relação ao Thesouro pelo art. 35 § 4.º do Decreto n.º 4153 de 6 de Abril do corrente anno.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 216.—FAZENDA.—EM 15 DE JUNHO DE 1868.

Declara que os assentamentos dos vencimentos dos Empregados activos e inactivos e dos Pensionistas não dependem de requerimento das partes, visto ser objecto de méro expediente e que não estão sujeitos ao pagamento do sello as cautelas provisórias que se dão aos compradores de Apolices ; e approva diversas providencias tomadas pelo Inspector da Thesouraria de Fazenda da Bahia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 15 de Junho de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia

da Bahia, para a devida intelligencia e execução e em resposta ao seu offício n.º 67 de 21 de Abril ultimo, que bem procedeu fazendo cessar a pratica em uso na mesma Repartição de se não abrir assentamento dos vencimentos dos Empregados activos e inactivos e dos Pensionistas sem que os interessados o requeresses e fossem as suas petições despachadas em sessão da Junta, por quanto nem dependem de requerimento taes assentamentos para se levarem a effeito, pois são objectos de mero expediente da Repartição; nem compete ao a Junta deliberar a esse respeito, mas unicamente ao Inspector na fórma do § 40 do art. 4.º combinado com o art. 2.º do Decreto n.º 870 de 22 de Novembro de 1851, ordenar que se abra assentamento a quaesquer novos Empregados ou Pensionistas, a vista dos seus titulos legaes, e que sejam incluídos em folha, depois de pagos os direitos e emolumentos devidos; cumprindo que por despacho da Inspectoria nos proprios titulos se autorizem os assentamentos e a inclusão em folha dos vencimentos a abenar.

Bem procedeu tambem o Sr. Inspector fazendo cessar o pagamento da folha que se exigia das cartellas por folha, que se dão aos compradores de cartellas, que tem de ser por estas substituidas, não só porque são cartellas expedidas pela Thesouraria e consideradas portanto documentos que pertencem ao seu expediente e isentos de sello pelo § 7.º art. 23 do Regulamento n.º 2713 de 26 de Dezembro de 1869, mas tambem porque a nenhum outo as sujeitou o Governo quando pela Circular n.º 23 de 22 de Outubro de 1866 as mandou emitir simplesmente como titulos provisionarios até a effectiva entrega das Apolices.

João da Silva Ribeiro e Vasconcellos.

N. 217. — FAZENDA. — EM 17 DE JUNHO DE 1868.

Approva o procedimento do Inspector da Thesouraria do Espírito Santo, permittindo que o Administrador nomeado para uma Mesa de Rendas entrasse em exercicio antes de especialisar a hypotheca e recommenda que marque ao dito exactor prazo para especialisar e inscrever a mesma hypotheca.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, 17 de Junho de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o officio do Sr. Inspector da Thesouraria da provincia do Espírito Santo de 12 de Março ultimo, sob n.º 13, no qual participa ter permittido que Joaquim dos Santos Ipê, nomeado por Titulo de 11 de Dezembro do anno passado Administrador da Mesa de Rendas da villa da barra de S. Mathews, entrasse em exercicio antes que especialisasse a hypotheca como manda a Ordem n.º 243 de 28 de Junho de 1866, tendo comtudo prestado fiança, como consta do termo junto ao citado officio, por cópia declara ao mesmo Sr. Inspector que approva este seu procedimento, recommendando-lhe, porém, que marque ao responsavel um prazo para especialisar e inscrever a hypotheca, segundo os estylos observados no Thesouro nestes casos, prazo que costuma ser de dous mezes, ou de mais, conforme a distancia do immovel offerecido em garantia da hypotheca, observando-lhe entretanto que esta pratica, estabelecida em exceção á regra geral, pela qual a fiança só se considera completa, depois de cumpridas as diligencias da lei hypothecaria, em razão de serem essenciaes para a validade da hypotheca entre os contractantes e em relação a terceiros, antes do novo regimen hypothecario, só deve ser seguida em casos especialissimos, quando o exigirem as urgencias do serviço publico, como no de que se trata; e, por esta occasião, lhe recommenda que informe qual o motivo por que o Escrivão da mencionada Mesa de Rendas está servindo sem fiança, e se, ainda a não presta, intim-o para isso fim, marcando-lhe um prazo razoavel.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 218.—FAZENDA.—Em 17 DE JUNHO DE 1868.

O art. 17 do Decreto n.º 4153 de 6 de Abril proximo passado que vedou a nomeação de Empregados aposentados para empregos ou comissões do Ministerio da Fazenda, não se entende com os que já servião naquella data.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, 17 de Junho de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Em solução á consulta constante do seu officio de 4 do corrente, se os Empregados de Fazenda aposentados, conselheiro Antonio Henriques de Miranda Rego e Hermenegildo Duarte Monteiro, á vista do disposto no art. 17 do Decreto n.º 4153 de 6 de Abril ultimo, podem ou não continuar a funcionar como Membros do Conselho Inspector e Fiscal da Caixa Economica e Monte do Soccorro, tenho de declarar a V. Ex. para os fins convenientes, que o citado art. 17 do Decreto n.º 4153 vedou a nomeação de Empregados aposentados para empregos ou comissões de Fazenda, mas não determinou que ficassem sem effeito as nomeações dos que estiverem servindo naquella data. Os Membros do referido Conselho, de quem se trata, não estão, portanto, inhibidos de continuar a servir, pois que aquella disposição não tem effeito retroactivo.

Deus guarde a V. Ex. —*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Presidente do Conselho Inspector e Fiscal da Caixa Economica e Monte do Soccorro.

N. 219.—GUERRA.—Em 17 DE JUNHO DE 1868.

Declara como deve ser feita a medição dos terrenos pedidos por aforamento na Fabrica da Polvora da Estrella.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 17 de Junho de 1868.

Tendo V. S. no officio de 27 de Abril ultimo, com que se humo o requerimento de Vicente Athanasio

Nunes Pinto, que pede por aforamento um terreno da Fabrica da Polvora da Estrella, representado o continuo trabalho, que pesa sobre os empregados da mesma Fabrica, com a medição de terrenos pedidos por particulares; declarou a V. S., para seu conhecimento e governo, que d'ora em diante deve aquelle trabalho ser feito a expensas do peticionario, por agrimensor da sua escolha devidamente habilitado, porém sómente depois que essa Directoria, sendo ouvida a respeito da petição, não oppuzer razões contra a concessão do prazo requerido, devendo o dito trabalho ser visado por essa Directoria, e registrado nos livros do estabelecimento antes de ser remettido á esta Secretaria de Estado com o requerimento que tem de instruir.

Deus Guarde a V. S. — *João Lustoza da Cunha Paranaguá*. — Sr. Frederico Cavalcanti de Albuquerque.

N. 220.—GUERRA.—EM 17 DE JUNHO DE 1868.

Declara que devem ser submettidas ao Governo Imperial as pretensões relativas á admissão a exames como provas previas de que trata o art. 243 do Regulamento vigente.

Rio de Janeiro. —Ministerio dos Negocios da Guerra, em 17 de Junho de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Declaro a V. Ex., em resposta ao officio n.º 66 de 9 do corrente, que quando se apresentarem a concurso candidatos nas circumstancias do Bacharel André Pinto Rebouças, que por Aviso de 25 de Maio proximo findo se mandou admitir a exames, como provas prévias de que trata o art. 243 do Regulamento vigente, ficando por isso dispensado da exhibição de quaesquer documentos relativos aos mesmos exames, deve V. Ex. submeter semelhantes pretensões á consideração do Governo Imperial.

Deus Guarde a V. Ex.—*João Lustoza da Cunha Paranaguá*.—Sr. José Maria da Silva Bittencourt.

N. 221. — GUERRA. — EM 17 DE JUNHO DE 1868.

Declara como devem ser fornecidas as dietas, que se achão prescriptas para os enfermos do Hospital Militar provisório de Andarahy.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 17 de Junho de 1868.

Em solução ao seu officio n.º 283 do 1.º do corrente, relativamente ás dietas prescriptas pelos medicos aos enfermos do Hospital Militar provisório de Andarahy, declaro a Vm., que em casos excepcionaes, como quando o doente tem fastio ou soffrimentos taes, que lhe não é permittido usar dos alimentos previstos no Regulamento, póde o facultativo afastar-se do que está marcado nas tabellas, conforme faculta a ultima parte do art. 42 do Regulamento de 23 de Novembro de 1844; convindo, porém, que tanto o Director, como o 1.º Medico e 1.º Cirurgião fiscalisem, pelo exame dos mappas das enfermarias e das papeletas, esse serviço, de modo que o descuido não autorise grande latitude, nem dê lugar ao abuso de taes concessões.

Deus Guarde a Vm — *João Lustoza da Cunha Paranaquá*. — Sr. Antonio Alvares dos Santos Souza.

N. 222. — FAZENDA. — EM 18 DE JUNHO DE 1868.

Os Empregados que percebão gratificação por contarem mais de 30 annos de serviço, antes da publicação do Decreto n.º 4153 de 6 de Abril proximo passado, devem continuar a percebê-la.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 18 de Junho de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de

Santa Catharina, que o art. 41 do Decreto n.º 4453 de 6 de Abril ultimo apenas aboliu a concessão das gratificações aos que contarem mais de trinta annos de serviço, respeitando as que tivessem sido concedidas; pelo que deve cessar a providencia tomada pela mesma Thesouraria de suspender o abono das de que trata o seu officio n.º 69 de 2 de Maio proximo passado.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 223.—FAZENDA.—EM 18 DE JUNHO DE 1868.

Declara que os collectados, cujo valor locativo dos predios fôr inferior a 120\$000, não estão sujeitos ao imposto pessoal, e dá diversas providencias para a boa execução do Regulamento de 28 de Dezembro do anno proximo preterito.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 18 de Junho de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia das Alagóas de 14 de Maio ultimo, sob n.º 31, no qual communica que solvendo as duvidas propostas pelo Collector das Rendas Geraes da respectiva capital, lhe respondera que os collectados não estão sujeitos ali ao imposto pessoal quando o valor locativo dos predios fôr inferior a 120\$000, minimo fixado pelo art. 10 da lei de 26 de Setembro de 1867, e § 3.º art. 4.º do Regulamento de 28 de Dezembro do mesmo anno; assim como que cabia ao Lancador arbitrar o valor locativo dos mesmos predios, quando o constante dos recibos ou arrendamentos offerecidos pelas partes parecerem dolosos ou lesivos, ou contiverem algum vicio ou circumstancia que os torne claramente suspeitos de fraude ou então quando forem habitados pelos proprios donos; declara ao dito Sr. Inspector que approva semelhante decisão, visto estar de accordo com a Lei e Regulamento supracitados.

Zacarias de Góes Vasconcellos.

N. 224.—FAZENDA.—EM 19 DE JUNHO DE 1868.

Indefere um recurso sobre multa de direitos em dobro, imposta pela Alfandega do Rio de Janeiro, proveniente de excesso de peso de 5 caixas com sabonetes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 19 de Junho de 1868.

Foi presente ao Tribunal do Thesouro o recurso que interpôz G. R. Gepp, & C.^a da decisão da Inspectoria da Alfandega do Rio de Janeiro, multando-os em direitos dobrados pela differença para mais encontrada nas cinco caixas de sabonetes e submettidas a despacho pela nota de 22 do dito mez que declarou conterem 110 libras, quando verificou-se que continhão 1.765, isto é, mais 1.355 além da que fôra declarada; e o mesmo Tribunal,

Visto a allegação do recorrente de que denunciara esse augmento, filho do engano que teve de dar as cinco caixas a peso de uma só;

Vistas as informações da Inspectoria e do Conferente do despacho, em que se patentêa que a denuncia do engano fôra feita depois de realisada a conferencia interna, que havia verificado a differença; e

Considerando que pela disposição do art. 25 do Decreto n.º 3247 de 31 de Dezembro de 1863, achando-se differença para mais entre a nota e as mercadorias postas a despacho, excedendo essa differença a 20\$000 deve ser a parte multada em dobro dessa differença;

Considerando que só aproveita para o effeito de não se imporem as penas do Regulamento a declaração voluntaria das differenças das mercadorias em toda e qualquer occasião, excepto na de busca, exame e conferencia (art. 45 do decreto acima citado); e

Considerando, finalmente, que a declaração do recorrente foi depois de effectuada a conferencia interna:

Resolveu indeferir o referido recurso.

O que communico ao Sr. Inspector interino da dita Alfandega para sua intelligencia e devidos effeitos.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 223.—FAZENDA.—EM 19 DE JUNHO DE 1868.

Só devem ser incluídos no lançamento para a cobrança do imposto de 3 % os predios cuja renda fôr de 120\$ para cima.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 19 de Junho de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de S. Paulo de 18 de Fevereiro ultimo, sob n.º 12, no qual remette por copia, para ser resolvida, a consulta que lhe dirigio o Collector da cidade de Porto Feliz, e o parecer fiscal respectivo sobre a intelligencia do Decreto n.º 1052 de 28 de Dezembro do anno passado, por lhe não competir a sua decisão; declara ao mesmo Sr. Inspector, em resposta á referida consulta, que só devem ser incluídos no lançamento para a cobrança do imposto de 3 % os predios, cuja renda fôr de 120\$000 para cima.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.



N. 226.—FAZENDA.—EM 19 DE JUNHO DE 1868.

A divida de impostos pertencente a exercicios anteriores á Lei n.º 1307 de 26 de Setembro do anno proximo passado, não está sujeita á multa de 6 % de que trata o art. 30 da mesma Lei.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 19 de Junho de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Rio Grande do Norte de 23 de Março ultimo, sob n.º 11, no qual participa que, suscitando-se du-

vidas na Alfandega da mesma Provincia sobre a intelligencia do art. 30 da Lei n.º 1507 de 26 de Setembro do anno passado, que impõe a multa de 6 % aos devedores de impostos, que os não satisfizerem no devido tempo, resolvera, de accordo com o parecer fiscal, em sessão da respectiva Junta, que a divida dos exercicios anteriores á citada Lei não está sujeita á referida multa; declara ao mesmo Sr. Inspector que approva semelhante decisão.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 227.— FAZENDA.— EM 19 DE JUNHO DE 1868.

Bemette a tabella dos vencimentos que deve perceber a tripulação do Hiate denominado *Cruzeiro do Sul*, mandado construir para servir de barca de vigia na Alfandega do Maranhão: e autorisa a despesa com a aquisição do equipamento e material necessario ao mesmo Hiate.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 19 de Junho de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente os Officios do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Maranhão n.º 48 de 28 de Junho de 1866, e n.º 71 de 20 de Abril do corrente anno, enviando aquelle o orçamento da despesa a fazer-se com o Hiate denominado *Cruzeiro do Sul*, mandado construir no Arsenal de Marinha do Pará para servir de Barca de vigia á vela na Alfandega daquella Provincia, e este a pretensão do commandante do dito Hiate, e informação da Alfandega ácerca dos vencimentos, que como tal julga pertencerem-lhe; declara ao mesmo Sr. Inspector, para sua intelligencia e execução, que o pessoal do referido Hiate deve constar de um Piloto commandante, que servirá de Prático, de um outro Piloto, que servirá de Escrivão, de um Mestre da 2.ª classe,

que servirá de Guardião, de oito primeiros marinheiros, e de um cozinheiro, todos com vencimentos marcados na tabella junta e assignada pelo Official Maior da Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, ficando o mesmo Sr. Inspector autorisado para a acquisição do equipamento e material necessario, e que deverá consistir em dez espingardas com espadas, dez pistolas e o respectivo equipamento, pelo preço da tabella organisa da pela Ordem de 14 de Janeiro de 1861, quatro mochos de palhinha, louça de ferro, para cozinha e baldes, e mais objectos indispensaveis.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 228.—FAZENDA.—EM 20 DE JUNHO DE 1868.

Declara em vigor, até ulterior deliberação, a Circular de 8 de Outubro do anno passado sobre a venda de apolices.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 20 de Junho de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que continua em vigor, até ulterior deliberação, a Circular de 8 de Outubro do anno passado, pela qual foi autorisada a venda de Apolices da Divida Publica interna fundada ao preço de 88 %.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 229.— FAZENDA.— EM 22 DE JUNHO DE 1868.

Dá provimento ao recurso interposto de uma decisão da Alfandega do Rio de Janeiro, que negou o levantamento do deposito do producto liquido da arrematação de 11 caixas com rapé; e manda calcular os direitos devidos á Fazenda á razão de 30 % do mesmo producto, na fórmula do art. 200 da Tarifa.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 22 de Junho de 1868.

Communico ao Sr. Inspector interino da Alfandega do Rio de Janeiro, para a devida intelligencia e execução, que o Tribunal do Thesouro, tomando conhecimento do recurso de João José dos Reis & C.^a da decisão dessa Inspectoria, que negou-lhes o levantamento do deposito do producto liquido da arrematação de 11 caixas com rapé, deduzidos os respectivos direitos do valor desta, resolveu dar-lhe provimento para o fim de mandar-se calcular os direitos devidos á Fazenda do producto da arrematação não a 600 rs. por libra de rapé, mas na razão de 30 % do dito producto, calculada para esta mercadoria na fórmula do art. 200 da Tarifa; cumprindo, entretanto, observar que menos regular e conveniente foi o procedimento dessa Inspectoria em semelhante negocio.

Em primeiro lugar, o art. 304 do Regulamento das Alfandegas determina que á affixação dos editaes para consumo das mercadorias preceda o exame, conferencia e classificação dellas por dous Conferentes designados pelo Inspector, e da informação do Escripturario Macedo se vê que esse exame se fez posteriormente ao vencimento do prazo dos ditos editaes: e então é que se reconheceu a avaria.

Depois, estando essa mercadoria avariada, o edital para o seu consumo devia ser de 40 dias, e não de 30, como foi o que se affixou, como consta da referida informação, na fórmula do § 3.º do art. 300 do Regulamento, de accordo com o art. 533.

Ultimamente, os direitos a deduzir do producto da arrematação das mercadorias avariadas não são os fixados na Tarifa, de tantos réis por libra, arroba,

quintal, vara quadrada, duzia, etc.; mas, em attenção ao estado de ruína da mercadoria, na razão dos direitos estabelecidos na mesma Tarifa, 40, 20, 30 %/, como dispõe o art. 534 do Regulamento; explicado pela Ordem do Thesouro n.º 232 do 4.º de Junho de 1863.

Além disto, os recorrentes requerêrão o reconhecimento da avaria em 31 de Janeiro deste anno, quando não tinha sido ainda arrematado o rapé, que veio a sel-o a 4 de Fevereiro, estando desde 15 de Dezembro vencidos os 30 dias do edital; e se antes daquelle dia é que pôde a Alfandega, pelo exame a que procedeu a commissão de consumo, ter conhecimento da avaria do rapé, certamente pelo vicio intrinseco delle, e não por indícios externos, nesse caso, na fórma do art. 529 § 2.º do Regulamento, requerêrão em tempo os recorrentes o dito reconhecimento; e fazendo-o, era dever da commissão de avarias, a que foi remettida a petição para aquelle fim no 4.º de Fevereiro do corrente anno, dar a esse assumpto o mais prompto e regular andamento, independentemente de qualquer impulso da parte, na fórma do § 4.º do art. 157, e á vista do disposto na Ordem do Thesouro de 7 de Junho de 1856.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 230. — FAZENDA. — EM 22 DE JUNHO DE 1868.

Indefere o requerimento da Mesa Administrativa da Santa Casa de Caridade da villa de Curvello, pedindo que o producto do beneficio das loterias concedidas para a fundação da mesma casa seja-lhe entregue em apolices.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 22 de Junho de 1868.

Hm. e Exm. Sr. — Em resposta ao Aviso de V. Ex. de 6 do corrente, acompanhado do requerimento da Mesa Administrativa da Santa Casa de Caridade

da Villa de Santo Antonio de Curvello, na Provincia de Minas Geraes, pedindo que o producto das loterias, concedidas pelo Decreto n.º 954 de 7 de Julho de 1838, para a fundação da mesma Santa Casa, lhe seja entregue em Apolices da Divida Publica, tenho de ponderar a V. Ex., de conformidade com o que declarei a V. Ex. em Aviso de 23 de Novembro do anno passado, que, não julgo no caso de ser deferida semelhante pretensão, por não poder ser convertido em patrimonio aquelle beneficio, que é especialmente destinado á fundação da referida Santa Casa.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. José Joaquim Fernandes Torres.

N.º 231 — IMPÉRIO. — Em 26 de Junho de 1863

Declara que o Vice-Presidente de Provincia em exercício, substituindo o Presidente que é membro da Assembléa Geral Legislativa, não tem direito ao ordenado integral desde o dia em que o Presidente começar a perceber subsidio como Senador ou Deputado até ao do encerramento da sessão.

5.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio, em 26 de Junho de 1863.

Ilm. e Exm. Sr. — Declare V. Ex. á Thesouraria de Fazenda dessa Provincia, em solução do officio n.º 41 de 27 de Maio proximo passado dirigido a este Ministerio, pelo qual comtudo se deve pagar ao Vice-Presidente em exercício o ordenado integral do Presidente, que é membro da Camara dos Deputados, desde o dia 3 de dito mes, até ao do encerramento da presente sessão, por ser aquelle o dia em que se tem de abrir a Assembléa Geral, que o Vice-Presidente de Provincia em exercício em substituição do Presidente, que é membro da Assembléa Geral, tem direito ao ordenado por inteiro do cargo do dia em que o Presidente começar a perceber o subsidio, como Senador ou Deputado, combinado a disposição do art. 9.º da

Lei de 3 de Outubro de 1831 com a do Aviso de 20 do mesmo mez de 1834 e dos mais que posteriormente têm sido expedidos no mesmo sentido, visto que os empregados publicos, que são membros da Assembléa Geral, têm direito aos seus ordenados desde o dia em que interrompem o exercicio até ao em que tomão assento na respectiva camara, e bem assim desde o dia em que esta se encerra até ao em que o reassumem; verificando-se o competente pagamento depois que assim conste officialmente na Provincia.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Joaquim Fernandes Torres*.—Sr. Presidente da Provincia do Piahy.

N. 112.—FAZENDA.—EM 27 DE JUNHO DE 1868

Na proximidade a um recurso da decisão da Alfandega do Rio de Janeiro, relativamente ao pagamento dos direitos em dobro das differenças encontradas em umas madeiras submettidas a despacho.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 27 de Junho de 1868.

Foi presente ao Tribunal do Thesouro o recurso de Edward Johnston & Comp. da decisão da Inspectoria da Alfandega do Rio de Janeiro, obrigando-os ao pagamento dos direitos em dobro das differenças de qualidade e quantidade, encontradas nas madeiras submettidas a despacho em 19 de Setembro de 1867, importando os direitos das ditas differenças em \$ 13,7002, e o mesmo Tribunal, considerando:

1.º Que tiverão sabida algumas taboas antes mesmo da designação pela Inspectoria; a requerimento do Conferente da saída, de um Empregado de sua confiança para assistir á conferencia, contra o disposto no paragrapho unico do art. 595 do Regulamento das Alfandegas; não podendo proceder as informações do Conferente Santos Marques em 30 de Outubro e 29 de Novembro, porque, sendo por elle um liberal e não o rio e auxilio de outro Empregado

na conferencia da madeira, não devia dar-lhe sahida antes de levado a effeito o exame e conferencia do seu collega.

2.º Que, achando o dito Conferente differenças entre as mercadorias, e differenças superiores a 50 %., segundo a sua informação de 9 de Outubro, em vez de fazer na nota do despacho a menção a esse respeito determinada nos arts. 556 e 558 do Regulamento, deu sem mais observação alguma sahida às mercadorias, sem que fossem desde logo cobrados os direitos da differença, contra o que é tão explicito e terminante o art. 599.

3.º Que, resultando daqui a inutilidade do exame, mandado proceder pela commissão da Tarifa por despacho da Inspectoria de 14 de Outubro, naturalmente por julgar procedente, ou ao menos attendivel a reclamação dos recorrentes, ficarão estes assim privados de um direito que lhes garantia o art. 606 do Regulamento em consequencia da sobredita informação de 9 de Outubro; entretanto que, se essas irregularidades se não dassem, isto é, se a mercadoria se não tivesse dado sahida, senão depois de verificada assim competentemente a differença na forma do art. 598, poderia ser deferida no todo, ou em parte a dita reclamação.

4.º Finalmente que, como se vê da informação do Conferente Figueirôa de 28 de Novembro, as conferencias posteriores foram feitas em uma serraria particular do comprador, a qual não pôde ser considerada o lugar appropriado, de que trata o § 2.º do art. 564.

Resolveu dar provimento ao referido recursô; e ordenar que seja o Conferente Santos Marques advertido pelo modo irregular por que procedeu no despacho em questão.

O que communico ao Sr. Inspector interino da referida Alfândega para sua intelligencia e devidos effeitos.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 233.—FAZENDA.—EM 27 DE JUNHO DE 1868.

Approva a divisão do Município da Côte para o lançamento de todos os impostos no exercício de 1868—69, e espaça o prazo para o pagamento do imposto pessoal no mesmo exercício.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 27 de Junho de 1868.

Declaro ao Sr. Administrador da Recebedoria do Rio de Janeiro, para sua intelligencia e devidos effeitos, e em solução á materia de seus officios de 44 de Janeiro, 42 de Fevereiro e 6 de Maio ultimos:

1.º Que fica approvada a divisão do Município da Côte, na fórma proposta no segundo dos referidos officios, a qual deverá servir para o lançamento de todos os impostos no proximo futuro exercício de 1868—69;

2.º Que pôde ser espaçado o prazo do pagamento do imposto pessoal; do exercício corrente até o mez seguinte áquelle em que terminar o lançamento na cidade e suburbios, e no interior até a época da cobrança da quota do 4.º semestre de 1868—69.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 234.—IMPERIO.—EM 27 DE JUNHO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia do Piahy. — Declara que não tem lugar a conversão obrigatoria dos bens patrimoniaes da Matriz da Villa de Piracuruca em apolices da divida publica, visto que, tendo sido esses bens adquiridos por titulo legitimo antes da promulgação do Decreto n.º 4223 de 20 de Agosto de 1864, estão garantidos pelas palavras finais do art. 2.º do mesmo Decreto.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 27 de Junho de 1868.

Ilm. e Exm. Sr. — Tenho presente o officio n.º 3 de 16 de Maio ultimo em que V. Ex. remettendo um

officio do Juiz Municipal e de Orphãos de Piracurua e outros papéis relativos aos bens patrimoniaes da Igreja matriz de Nossa Senhora do Monte do Carmo da Villa daquelle nome, os quaes consistem em nove fazendas de gado que lhe forão deixadas por Manoel Dantas Corrêa e José Dantas Corrêa em 1743, consulta-se tem lugar a conversão obrigatoria de taes bens em apolices da divida publica.

Nos termos do art. 2.º do Decreto n.º 4225 de 20 de Agosto de 1864, a conversão obrigatoria de que se trata só tem lugar a respeito de bens adquiridos depois da promulgação deste Decreto pelas corporações de mão-morta na conformidade da Ordenação Liv. 2.ª Tit. 18 § 1.º, quando se não houverem de applicar aos fins indicados no mesmo Decreto.

Por outro lado, constituindo os referidos bens, adquiridos por titulo legítimo, o patrimonio da Igreja matriz de Piracurua, e tendo sido garantidos pelas palavras finaes do citado art. 2.º, podem ser conservados, na forma do que expressamente declarão os Avisos n.º 316 de 22 de Outubro e n.º 407 de 10 de Dezembro de 1864, n.º 356 de 23 de Agosto e n.º 418 de 15 de Setembro de 1865.

Deus Guarde a V. Ex.— *José Joaquim Fernandes Pereira*. — Sr. Presidente da Provincia do Piahy.

REPUBLICA DE GUERRE

N.º 235. — GUERRA. — EM O 1.º DE JULHO DE 1868

Declara que aos empregados, que não recebem gratificação, se deve nos seus impedimentos justificados descontar um terço do respectivo ordenado.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em o 1.º de Julho de 1868.

Declaro a V. S., para seu conhecimento e execução, e em deferimento á supplica do Coronel reformado Francisco Manoel de Moraes, addido á Secretaria de do Arsenal de Guerra da Corte, que á semelhança do que está estabelecido para os empregados da Fabrica de Tabaco e da delegação do Campinho, que

por não terem gratificação se lhes desconta um terço do ordenado nos seus impedimentos justificados, se deverá abonar áquelle Coronel, nos mesmos casos, dous terços da gratificação que percebe; devendo proceder-se de igual fôrma para com todos os addidos e coadjuvantes de escripta do mesmo Arsenal, em circumstancias identicas.

Deus Guarde a V. S.— *João Lustosa da Cunha Paranaguá*. — Sr. Francisco Carlos da Luz.

N. 236. — FAZENDA. — EM 1.º DE JULHO DE 1868.

Declara ter sido revogada a clausula 47 do contracto celebrado com a Companhia Brasileira de Paquetes a vapor, subsistindo porém o desconto de 40 % aos passageiros e cargas do Governo, de que trata a clausula 48 do citado contracto.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 1.º de Julho de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Província das Alagôas, em resposta ao seu officio n.º 23 de 30 de Abril ultimo, que o Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, por Aviso de 49 de Dezembro do anno passado, encarregou a Companhia Brasileira de Paquetes a vapor de continuar provisoriamente o serviço da navegação, pela clausula 42 do contracto de 1859, e de accordo com o de 1855, menos as clausulas 47, 22, 26, 27 e 28; e como em virtude disto fosse a clausula 47, que dava ao Governo seis passageiros de estado em cada viagem, invalidada, ficou subsistindo a 48 que manda descontar 40 % aos passageiros e cargas do Governo por este pagas.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 227.—FAZENDA. — EM 2 DE JULHO DE 1868.

A multa de 6 % creada pela Lei n.º 1507 de 26 de Setembro do anno proximo passado so é applicavel aos impostos e rendas lançados dos exercicios de 1867—1868 e seguintes, e quando são pagos depois dos prazos estabelecidos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 2 de Julho de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida intelligencia e execução, e em conformidade da Ordem nesta data dirigida á Thesouraria da Bahia, que a multa de 6 % creada pela Lei n.º 1507 de 26 de Setembro do anno passado, art. 30, e a que se referem as Circulares n.ºs 36 e 37 de 30 do mesmo mez, só é applicavel aos impostos e rendas lançadas dos exercicios de 1867—1868 e seguintes, quando são pagos depois dos prazos estabelecidos, e não ás dividas da mesma procedencia de exercicios anteriores.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 238.—FAZENDA.—EM 2 DE JULHO DE 1868.

Solve duvidas ácerca do art. 29 do Decreto n.º 4153 de 6 de Abril proximo passado, que reformou o Thesouro e Thesourarias de Fazenda.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 2 de Julho de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia das Alagôas, em resposta ao seu officio n.º 46 de 10 de Junho ultimo, 1.º que a hora, a que se refere na sua primeira parte

o § 3.º do art. 29 do Decreto n.º 4153 de 6 de Abril do corrente anno, conta-se das 9 horas da manhã e não do quarto de tolerancia, que só é perinitido para comparecimento dos Empregados, e assignatura do livro de presença: 2.º que as gratificações que perdem os Empregados quando comparecem depois, ou se retirão antes das horas marcadas para começar e findar o expediente, revertem em beneficio dos cofres da Fazenda, e não dos mesmos Empregados, ainda no caso de serem substitutos legaes, porquanto estes só tem direito a vencimentos dos substituidos que faltão por dias e não por horas, como se acha determinado.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 239.—FAZENDA.—Em 2 de Julho de 1868.

A multa de 6 % de que trata o art. 30 da Lei n.º 1507 de 26 de Setembro do anno proximo passado, só deve ser cobrada dos impostos lançados no exercicio de 1867—68 e seguintes e não pagos nos prazos marcados.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 2 de Julho de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia, em solução á consulta constante de seu officio n.º 75 de 28 de Abril ultimo, que não foi regular a deliberação tomada por essa Inspectoria, á vista das Circulares n.ºs 36 e 37 de 30 de Setembro do anno passado, de mandar cobrar a multa de 6 %, creada pelo art. 30 da Lei n.º 1507 de 26 do mesmo mez, dos impostos e rendas lançadas quando são pagos depois dos prazos estabelecidos, embora o debito pertença a exercicios anteriores á referida Lei, visto que aquella multa, como bem pondera o referido Sr. Inspector no citado officio, não póde ser applicada se

não aos impostos relativos aos exercicios de 1867—68 e seguintes, segundo se deduz da Lei e Circulares citadas, que não se referem ás dividas de exercicios anteriores, contrahidas sob as condições das disposições então em vigor, sendo que a intelligencia contraria attribuiria á Lei effeito retroactivo.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 240.—FAZENDA.—EM 2 DE JULHO DE 1868.

Devem ser feitos pelas proprias Repartições os calculos arithmeticos de todos os documentos relativos a fornecimentos; bem como ás despezas com serventes, ferias de operarios e expediente dos Ministerios e outras Repartições.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 2 de Julho de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Em solução á duvida proposta em seu Aviso de 10 de Junho próximo passado, ácerca da intelligencia do art. 6.º § 1.º do Decreto n.º 4453 de 6 de Abril ultimo, cabe-me declarar a V. Ex. que devem ser feitos pelas proprias Repartições os calculos arithmeticos de todos os documentos dos diversos Ministerios, e das Collectorias e Meças de Rendas que se referirem a contas de fornecimentos, bem como á despeza com serventes, ferias de operarios e expediente das mesmas Repartições, exclusive a do pessoal, que tem assentamento no Thesouro; porquanto, tendo de ser lançados em folha, a este compete fazer o calculo dos vencimentos, segundo a natureza das faltas e substituições.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos.*—Sr. Manoel Pinto de Souza Dantas.

N. 241. — FAZENDA. — EM 3 DE JULHO DE 1868.

Indica diversas irregularidades havidas no termo de fiança de Thesoureiro de uma Alfandega.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 3 de Julho de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Rio Grande do Norte de 19 de Março ultimo, sob n.º 42, no qual remette o termo da nova fiança prestada pelo Thesoureiro da respectiva Alfandega em consequencia da Ordem do Thesouro de 3 de Janeiro do corrente anno; declara ao mesmo Sr. Inspector que no referido termo derão-se as seguintes irregularidades: 1.ª a declaração de renuncia dos privilegios, o que é uma superfluidade, pois no caso de deteriorar-se ou perecer o immovel hypothecado, o recurso, á vista do regimen hypothecario, é pedir-se o reforço da hypotheca; e se o fiador não tiver outros inmueveis, intimar-se o responsavel para prestar nova fiança; 2.ª especifica-se o immovel que o fiador offereceu, declaração inutil e inconveniente, pois só em virtude de sentença é que fica especialisada a hypotheca sobre immovel certo e determinado, e não do termo de fiança, que apenas serve para requerer-se a prenotação e especialisação (Regulamento de 26 de Abril de 1865, art. 135 § 7.º e art. 146); 3.ª declara-se que fica salvo á Fazenda o direito sobre quaesquer bens que de presente possuão os fiadores e sobre os que venhão a possuir para o futuro, o que é um erro, pois, conforme o novo regimen hypothecario, não podem as hypothecas, com excepções das legaes que não forem especialisadas, referir-se se não a bens presentes art. 2.º § 10 da Lei de 24 de Setembro de 1864, art. 3.º § 10 e art. 4.º; sendo esta intelligencia que o Thesouro tem dado á dita Lei nesta parte, como claramente explica a Ordem de 23 de Abril de 1866, cuja leitura lhe recommenda; 4.ª não se declara que o fiador se obriga como principal pagador, o que é imprescindivel, e deve ser expressa, pois só assim ficão os fiadores, nos termos da Ord. Liv. 1.º Tit. 39, solidariamente obrigados com o afian-

cado, como tambem explica a Ordem citada; 5.º não se responsabilizou o fiador, como convencia, se a isso annuir, a contar do dia em que entrou o Thesoureiro em exercicio, o que é de estylo e essencial neste caso, pois o Thesoureiro está servindo ha muito mais de anno; 6.º tambem não se obrigou pelo Fiel do Thesoureiro, quando a este substituir em suas faltas repentinas e temporarias, para o que e necessaria a acquiescencia do fiador, como determinão o Regulamento de 19 de Setembro de 1860 art. 88 § 3.º e Ordem de 4 de Dezembro de 1862. As duas primeiras declarações são superfluas, e inconvenientes, por irem de encontro ao novo regimen hypothenario. As tres ultimas, porém, e com especialidade as 3.ª e 6.ª são offensivas aos interesses da Fazenda, esta pela razão allegada e aquella porque obsta a que se possa intentar a execução contra o fiador, antes de ser o Exactor compellido a indemnisar a Fazenda; em virtude pois do que fica exposto declara ao Sr. Inspector que, não obstante estar especialisada a hypotheca, deve lavrar-se novo tercio, em que seão satisfeitos semelhantes requisitos, ratificando-se o anterior para todos os effeitos legais e depois de homologado por sentença do Juizo dos Feitos, requerendo-se para esse fim como fór conforme a direito, com a Carta de Sentença additional, que se deverá extrahir; e se já se tiver passado o original, deve se inscrever a hypotheca.

Declaração do Sr. Visconde de Foz de Iguaçu.

N.º 232. — FAZENDA. — EM 3 DE JULHO DE 1868.

Declara que não podendo o morto adquirir por titulo de successão a herança de seu filho em estado de liberdade, não lhe é concedido transmittir a terceiro aquillo que não pôde adquirir.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 3 de Julho de 1868.

Ilm. e Em. Sr. — Tendo presente a informação dada por V. Ex.ª no requerimento do Capitão Tristão

da Cunha Cavalleiro, em que pede que seja reformado o despacho pelo qual foi indeferida a petição, que fizera, de ser-lhe entregue a quantia de seiscentos mil réis, que deixára á sua mãe Gertrudes, escrava do supplicante, o soldado Martinho Antonio, fallecido na provincia de Santa Catharina em caminho do theatro da guerra contra o governo do Paraguay; declaro a V. Ex. que semelliante pretensão não tem lugar, visto que, não podendo a escrava em questão adquirir por titulo de successão a herança de seu filho fallecido em estado de liberdade, não pôde igualmente transmittir á 3.º aquillo que não pôde adquirir; e, por esta occasião, observo a V. Ex. que, tendo a Ordem de 14 de Outubro do anno passado mandado conservar em deposito nos cofres da Thesouraria de Santa Catharina a supracitada somma, espolio do referido soldado, será ella, na fórma do Decreto n.º 2433 de 15 de Junho de 1859, entregue a quem de direito, uma vez que fique, por habilitação judicial, provada a qualidade hereditaria, recursos que ficao salvos ao peticionario.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

N. 213.—FAZENDA.—EM 4 DE JULHO DE 1868.

Manda arrecadar o imposto pessoal no exercicio de 1867—68 embora não se tenha procedido ao respectivo lançamento na fórma do Decreto n.º 4032 de 28 de Dezembro do anno proximo passado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 4 de Julho de 1868.

Sirva-se V. S. declarar ao Collector das Rendas Geraes do Termo de Pirahy, em resposta ao seu officio de 10 de Maio ultimo, que, achando-se vencido o imposto pessoal, a que estão sujeitos os moradores do dito Termo, no exercicio de 1867—68,

deve ser arrecadado, embora não se tenha procedido ao respectivo lançamento na forma do Decreto n.º 4052 de 28 de Dezembro do anno passado.

E como tenha de proceder-se ao lançamento para o presente exercício, poderá este servir de base para a cobrança do de 1867—68, a qual se deverá neste caso effectuar no mez seguinte ao em que terminar o dito lançamento naquella Villa, e nas povoações do interior na época da cobrança do 4.º semestre do de 1868—69.

Deus Guarde a V. S.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Conselheiro Director Geral das Rendas Publicas.

N. 244.—FAZENDA.—EM 4 DE JULHO DE 1868.

Compete ao Escrivão nomeado para a Collectoria propôr o ajudante que sirva de Escrivão do lançamento onde não possa ser feito pelo Collector.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 4 de Julho de 1868.

Sirva-se V. S. declarar ao Collector das Rendas Geraes de Capivary, em resposta ao seu officio de 20 de Maio ultimo:

1.º Que deve proseguir com actividade na conclusão do lançamento do imposto pessoal do exercício de 1867—68, ficando espaçada a sua cobrança até o mez seguinte ao em que elle terminar naquella Villa, e nas Povoações do interior até a época da cobrança do 4.º semestre do de 1868—69.

2.º Que proceda quanto antes ao lançamento do actual exercício, que já devia estar em andamento, na forma do Decreto n.º 4052 de 28 de Dezembro do anno passado.

3.º Que ao Escrivão nomeado para a Collectoria compete propôr o Ajudante, que sirva de Escrivão do lançamento onde não possa ser feito pelo proprio Collector.

Deus Guarde a V. S.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Conselheiro Director Geral das Rendas Publicas.

N. 215.—FAZENDA.—EM 4 DE JULHO DE 1868.

Os professores publicos, cujos vencimentos forem inferiores a 1:000\$000 estão sujeitos ao imposto pessoal.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 4 de Julho de 1868.

Sirva-se V. S. declarar ao Collector das Rendas Geraes de Ilaborahy, em solução á materia de seu officio de 6 de Junho proximo findo, que os Professores Publicos, cujos vencimentos forem inferiores a 1:000\$000, estão sujeitos ao imposto pessoal, e deverão pagal-o nas proporções marcadas no art. 4.º do Decreto n.º 4052 de 28 de Dezembro do anno passado.

A circumstancia de serem pagas pela Administração Provincial as casas destinadas ao ensino não traz a isenção do imposto ao Professor, que nellas residirem com sua familia, tendo parte da casa occupada para sua habitação. Sobre o valor locativo desta parte por elle habitada deve recahir a taxa, e para esse fim se deverá guardar a regra do art. 21 do referido Decreto.

Deus Guarde a V. S.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Conselheiro Director Geral das Rendas Publicas.

N. 216.—FAZENDA.—EM 4 DE JULHO DE 1868.

Determina que nos lugares em que não se tiver procedido até o fim de Junho proximo passado ao lançamento do imposto pessoal do exercicio de 1867—68, proceda-se á cobrança pelo lançamento do corrente exercicio.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 4 de Julho de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a

devida intelligencia e execução, que nos lugares, em que não se tiver procedido até o fim de Junho proximo passado ao lançamento para a cobrança do imposto pessoal do exercicio de 1867—68, deverá proceder-se á mesma cobrança, servindo-lhe de base o lançamento do corrente exercicio, nas Cidades e Villas no mez seguinte ao em que terminar o lançamento, e nas Povoações do interior na época da cobrança do 1.º semestre de 1868—69.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 217. —FAZENDA.— EM 4 DE JULHO DE 1868.

Espaça o lançamento do imposto pessoal para o exercicio de 1867—68, nas Cidades, Villas e Povoações do interior.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 4 de Julho de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida intelligencia e execução, que nos lugares, em que não se tenha podido concluir no devido tempo o lançamento do imposto pessoal do exercicio de 1867—68, nos termos do Decreto n.º 4032 de 28 de Dezembro do anno passado, deve a sua cobrança ser espaçada até o mez seguinte áquelle em que elle terminar nas Cidades e Villas, e nas Povoações do interior até a época da cobrança do 1.º semestre de 1868—69.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 248. — FAZENDA. — EM 4 DE JULHO DE 1868.

As licenças para o despacho fóra dos lugares habilitados, só podem ser concedidas, pelas Presidencias nos termos do art. 318, § 6.º do Regulamento das Alfandegas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 4 de Julho de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de S. Pedro de 19 de Maio ultimo, sob n.º 122, no qual communica que tendo o Administrador da Mesa de Rendas de Jaguarão permittido que fossem introduzidas naquella Provincia pelo passo do — Centurião — com destino á Bagé, por José Lhandêral, diversas mercadorias procedentes do Estado Oriental, das quaes cobrara os respectivos direitos na importância de 873\$127, embora o porto não fosse habilitado para o despacho dellas, para evitar que fossem introduzidas por contrabando, perdendo a Nação os mesmos direitos, procedimento que o Inspector da Alfandega da Cidade do Rio Grande approvára provisoriamente, attenta aquella e outras razões expostas no officio que lhe dirigira o mesmo Administrador; declara ao dito Sr. Inspector que faça constar ao da referida Alfandega e este ao citado Administrador, que não foi regular o seu procedimento, e que as disposições penaes do art. 313 § 3.º do Regulamento das Alfandegas são bem expressas para o caso, e que as licenças para o despacho fóra dos lugares habilitados, só podem ser concedidas pelas Presidencias nos termos do art. 318 § 6.º do mencionado Regulamento.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 249.—FAZENDA.—EM 4 DE JULHO DE 1868.

Approva a resolução tomada pela Thesouraria de Fazenda da Província da Bahia quanto ao art. 742 da Tarifa das Alfandegas, relativamente a taxa a que estão sujeitos os chapéus de pello ou de tecidos para meninos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 4 de Julho de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Província da Bahia que, clara e terminante como é a disposição do art. 742 da Tarifa das Alfandegas, sujeitando os chapéus de pello, ou de tecido, quando entre-finos e finos para homem, á taxa de 450 réis, e os de pello, ou de tecido liso para menino ou menina, a de 750 réis, e quando enfeitados, ou com plumas a de 4\$200, bem resolveu o Inspector da respectiva Alfandega, e sustentou essa resolução a mesma Thesouraria, a duvida suscitada pelo 1.º Escripturario da mencionada Alfandega Melchiades Antonio Pereira Guimarães, de que trata o seu officio n.º 408 do 4.º de Junho proximo passado.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 250.—FAZENDA.—EM 7 DE JULHO DE 1868.

Declara que as adjudicações á Fazenda Provincial da taxa de heranças e legados estão sujeitas á siza.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 7 de Julho de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria da Província de Goyaz, em respeito ao seu officio n.º 21 de 6 de Março

ultimo, que approva a Circular que expedio aos Collectores dessa Provincia em 2 de Março do corrente anno, declarando-lhes que as adjudicações á Fazenda Provincial da taxa de heranças e legados estão sujeitas á siza, não só pelos fundamentos da Resolução de Consulta do Conselho de Estado de 5 de Janeiro de 1844, mas ainda pelas decisões n.º 320 de 8 de Novembro de 1858, e n.º 488 de 15 de Novembro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 251.—FAZENDA.—EM 40 DE JULHO DE 1868.

Ordena o rigoroso cumprimento do art. 4.º do Decreto n.º 158 de 8 de Maio de 1842.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 40 de Julho de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, de conformidade com o Aviso do Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas de 4 do corrente, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que cumprão rigorosamente o art. 4.º do Decreto n.º 158 de 8 de Maio de 1842.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 252.—FAZENDA.—EM 40 DE JULHO DE 1868.

Declara serem admissiveis as cessões e transferencias de arrendamento de terrenos diamantinos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 40 de Julho de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em virtude da Imperial Resolução de 4 do corrente, tomada sobre

Consulta da Secção de Fazenda do Conselho de Estado, a respeito do officio do Sr. Inspector da Thesouraria de Minas Geraes n.º 86, de 26 de Setembro ultimo, declara ao mesmo Sr. Inspector, para seu conhecimento e devidos effeitos, que não havendo disposição que prohiba as cessões de arrendamento de terrenos diamantinos, sendo que o § 4.º do art. 1.º do Decreto Legislativo n.º 663 de 6 de Setembro de 1852 limita-se a estabelecer que por via de arrendamento fiscal em hasta publica ninguém poderá obter mais de dous lotes dos ditos terrenos; infundada é por certo a representação da Administração diamantina da Província contra a pratica de consentir-se nas cessões e transferencias de lotes arrendados, a qual, portanto, deve ser mantida.

Assinada de Góes e Vasconcellos.

—

M. 353 — FAZENDA. — Em 19 DE JULHO DE 1868.

Declara competir a um Official da Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura os vencimentos da tabella annexa ao Decreto n.º 4167 de 29 de Abril proximo passado, embora esteja no gozo de um anno de licenca, que lhe foi concedida em 1867.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 19 de Julho de 1868.

Hm e Exm. Sr. — Em solução á Consulta constante do Aviso de V. Ex. de 16 de Junho ultimo, declaro a V. Ex. que, havendo sido reformada a Secretaria do Ministerio a seu cargo pelo Decreto n.º 4167 de 29 de Abril proximo passado, desde esta data competem ao Bacharel Leopoldo Henrique Castrioto, 2.º Official da mesma Repartição, os vencimentos da nova tabella, embora esteja no gozo da licenca por um anno que obteve em 1867 do Corpo

Legistativo, visto que ella lhe foi concedida com os vencimentos do emprego, e o abono da melhoria estabelecida por aquelle Decreto não depende de posse e exercicio.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Manoel Pinto de Souza Dantas.

N. 254.—IMPERIO.—EM 10 DE JULHO DE 1868.

Ao Director da Faculdade de Direito do Recife.—Declara que a 2.^a matricula dos estudantes póde ser feita depois do prazo competente.

3.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 10 de Julho de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Respondendo á consulta feita por V. Ex. em officio de 10 de Junho findo, cabe-me declarar-lhe que na autorisação conferida ás Faculdades do Imperio pelo Decreto n.º 1195 de 13 de Abril de 1864, se comprehende a de permittir que seja feito, depois do prazo competente, o pagamento da taxa relativa á 2.^a matricula dos alumnos, e admittil-os a esta matricula, verificados os motivos e circumstancias a que se refere o citado Decreto.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Joaquim Fernandes Torres*.—Sr. Director da Faculdade de Direito do Recife.

N. 255.—GUERRA.—EM 11 DE JULHO DE 1868.

Declara como deve ser paga a importancia da lavagem da roupa de cama dos Aprendizes Artilheiros, e como se deve effectuar as mudanças da mesma roupa.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 11 de Julho de 1868.

Declaro a V. S., para seu conhecimento e devidos effeitos, que a lavagem da roupa de cama dos Apre-

dizes Artilheiros deve ser paga pela Pagadoria das Tropas da Côrte, e bem assim que para a despesa da lavagem do fardamento se deve lançar mão da importância da metade dos dous terços dos vencimentos, que se recolhem à Caixa Econômica, de cada um dos mesmos aprendizes, devendo a mudança da roupa de cama ser feita de oito em oito dias, e a do fardamento de quatro em quatro dias.

Deus Guarde a V. S.—*João Lustoza da Cunha Paranaguá*.—Sr. Ricardo José Gomes Jardim.

N. 256.—FAZENDA.—EM 11 DE JULHO DE 1868.

Os manifestos não podem ser considerados regulares se não contiverem as formalidades e solemnidades prescriptas nos arts. 399 e 400 do Regulamento das Alfandegas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 11 de Julho de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia, para os fins convenientes, e em resposta ao seu officio n.º 420 de 9 de Junho proximo passado, que os manifestos não podem ser considerados regulares se não contiverem as formalidades e solemnidades prescriptas nos arts. 399 e 400 do Regulamento das Alfandegas; bastando, ácerca da qualidade, quantidade, peso ou medida das mercadorias, e das que vierem a granel, a declaração de quanto seja possível a esse respeito, na fórma do n.º 5 do primeiro daquelles artigos; devendo a Alfandega impôr no caso contrario ao Capitão as multas comminadas nos arts. 447 a 449 e § 2.º do art. 420 do mesmo Regulamento, salva a disposição do § 3.º do dito art. 420, e participar ao Thesouro as irregularidades encontradas e não prevenidas ou corrigidas pelos

Agentes Consulares, quando sobre estes recaia a responsabilidade dellas, segundo o disposto nos arts. 418 e 420, e § 1.º deste, a fim de que lhes sejam impostas pelo Ministerio da Fazenda as competentes multas, na fórma da ultima parte do art. 407.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 257.—FAZENDA.—EM 11 DE JULHO DE 1868.

Manda recommendar ao Consul do Brasil em New-York a religiosa observancia e guarda das disposições dos arts. 407 e 417 do Regulamento das Alfandegas de 19 de Setembro de 1860.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 11 de Julho de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—A vista do que em officio de 9 de Junho proximo passado communicou-me a Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia, rogo a V. Ex. se sirva recommendar ao Consul do Brasil em New-York a religiosa observancia e guarda das disposições dos arts. 407 e 417 do Regulamento das Alfandegas, não podendo proceder a consideração por elle apresentada áquella Thesouraria em officio de 14 de Fevereiro do corrente anno contra a incumbencia, que lhe faz o art. 406; não só porque ella não póde resalval-o das multas que lhe são comminadas, como porque a inobservancia dessa disposição, desvirtuando a importancia e fins dos manifestos, inutilisaria a fiscalisação, que, no interesse da Fazenda e moralidade do commercio, tanto convém exercer sobre elles.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos.*—Sr. João Silveira de Souza.

N. 238.—FAZENDA.—EM 13 DE JULHO DE 1868.

As demissões dos Administradores de Mesas de Rendas e Collectores das Províncias devem ser solicitadas dos Inspectores das Thesourarias, e não do Ministerio da Fazenda.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 13 de Julho de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Espirito Santo, em resposta ao seu officio n.º 31 de 9 de Abril ultimo, que foi concedida a Antonio Machado Bittencourt e Mello a exoneração que pedio do lugar de Administrador da Mesa de Rendas Geraes da Villa de Santa Cruz, nessa Provincia; observando-lhe que devia declarar ao dito Administrador, não que a requeresse a este Ministerio, como o fez, mas que a solicitasse do mesmo Sr. Inspector, a quem era directa e immediatamente subordinado aquelle Administrador, e a quem cumpria informar sobre semelhante assumpto ao citado Ministerio. Quanto á nomeação que indica, compete a essa Thesouraria, na fórma da Circular n.º 305 de 19 de Novembro de 1860, a necessaria proposta, e á respectiva Presidencia a nomeação interina, que será submittida á approvação do Thesouro.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 239.—FAZENDA.—EM 14 DE JULHO DE 1868.

Nega provimento a um recurso sobre revalidação de sello proporcional, que deixou de ser pago em um contracto de cessão ou traspasse.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 14 de Julho de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector

da Thesouraria da Provincia de Pernambuco que o mesmo Tribunal, tendo presente o seu officio n.º 350 de 15 de Novembro de 1865, a que acompanhou o recurso interposto por José Felix Pereira de Burgos da decisão dessa Thesouraria, confirmatoria da da respectiva Recebedoria que o sujeitára á multa de 40 % sobre o valor de 5:375\$310 como revalidação, pelo facto de haver o recorrente deixado de pagar o devido sello proporcional da cessão e traspasse, que lhe fizera Joaquim Manoel Ferreira de Souza de uma execução que corria no Juizo de Orphãos dessa Capital contra D. Maria Magdalena de Almeida Catanho, e considerando que se acha provado que o dito recorrente Burgos aceitou expressamente a cessão que lhe fizera o referido Ferreira de Souza, figurando até em Juizo na qualidade de cessionario, e allegando que só por esquecimento ou engano não assignára o termo de cessão ;

Considerando que em vista do Regulamento respectivo, a cessão de que se trata, está comprehendida nos titulos da 1.ª classe, Secção 2.ª do sello proporcional, e que conforme o art. 21 do citado Regulamento devêra ter satisfeito o imposto antes de ser o respectivo titulo assignado e subscripto pelo Escrivão ;

Considerando que por assim não se haver procedido e pelo facto de terem sido os autos apresentados na Recebedoria sómente no dia 26 de Outubro, isto é, 23 dias depois de lavrado, assignado e subscripto o termo de cessão, e quando até já havia sido julgado por sentença, incorreu o dito termo em revalidação conforme o art. 47 ;

Considerando mais que a Repartição Fiscal arrecadando em 26 de Outubro o sello fixo de 200 réis do referido termo, infringio o citado Regulamento, e incorreu na sanção do art. 112 ;

Considerando finalmente que o Juiz de Orphãos, bem como o Escrivão, perante quem correu o feito, e que lavrou o termo de cessão, incorrêrão tambem nas penas do art. 13 § 4.º aquelle, e § 6.º este,

Resolveu negar provimento ao mencionado recurso, e ordenar que, de conformidade com as disposições em vigor, se arrecade judicialmente a importância da revalidação devida, se o recorrente não se prestar a satisfazê-la amigavelmente ; se proceda contra os Empregados da Recebedoria, que tiverem

incorrido em multa, e se officie á respectiva Presidência a fim de que se faça effectiva a multa, em que incorreu o Juiz de Orphãos, visto já ter sido satisfeita a que foi imposta ao Escrivão pela Recebedoria.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 260. — FAZENDA. — Em 11 de Julho de 1868.

Declara que deve-se observar o disposto nas Ordens expedidas a Alfandega do Rio de Janeiro em 28 de Maio de 1864 e 12 de Outubro de 1866, nos casos em que se der differença de qualidade nas mercaderias submittidas a despacho.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 11 de Julho de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o officio da Inspectoria da Alfandega do Rio Grande do Sul, n.º 10 de 10 de Junho do anno passado, do qual consta que, calculados e pagos os direitos de tres caixas com 300 peças de escossia de algodão submittidos a despacho pelos negociantes Milford & Lloyd, e determinada a sahida, denunciára a parte, posteriormente á distribuição da conferencia da porta e antes que esta se levasse a effeito, uma differença de qualidade da escossia contida em uma das caixas, dando um resultado contra a Fazenda Nacional da quantia de 108\$270; e que sendo o facto verificado pelo Conferente do despacho, como lhe fôra ordenado, mandára a mesma Inspectoria cobrar os direitos simples da differença e mais a multa de 4 % pela inexactidão da nota, deixando de obrigar a parte ao pagamento de importancia igual aos referidos direitos, por considerar que na hypothese sujeita o Conferente do despacho já tinha concluido a sua missão e ao da porta não havia ainda sido a nota apresentada: declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda

da dita Provincia, para seu conhecimento e devidos effeitos, em resposta ao officio n.º 221 de 24 de Junho, com que transmittio o supracitado, que em casos semelhantes deve-se observar o disposto nas Ordens expedidas á Alfandega do Rio de Janeiro em 28 de Maio de 1864 e 12 de Outubro de 1866.

Zacarias de Góes e Vasconcellos.

N. 261.—FAZENDA.—EM 14 DE JULHO DE 1868.

Approva a decisão da Thesouraria do Amazonas acerca da data em que devem ser cobrados os direitos em dobro e expediente dos generos estrangeiros navegados por cabotagem e livres de direitos de consumo, assim como dos generos livres em geral; e solve duvidas acerca do art. 34 da Lei n.º 1397 de 26 de Setembro de 1867.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 14 de Julho de 1868.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Amazonas, em resposta ao seu officio n.º 59 de 22 de Maio ultimo, que approva a decisão dada por essa Thesouraria ás duvidas propostas pela Mesa de Rendas Geraes de Manáos, declarando-lhe, quanto á 1.ª, que devem ser cobrados em dobro, na forma do art. 34 n.ºs 4 e 6 da Lei n.º 1397 de 26 de Setembro do anno passado e desde a publicação na Provincia, da mesma Lei, o expediente dos generos estrangeiros navegados por cabotagem e livres de direitos de consumo, assim como o dos generos livres em geral; porque a cobrança desse expediente está já regulada pelo art. 625 e seguintes do Regulamento das Alfandegas de 19 de Setembro de 1860, limitando-se apenas a disposição do citado art. 34 da Lei de 26 de Setembro a elevação ao dobro do *quantum* daquelle direito: acerca da 2.ª

duvida, declarando que a disposição do referido art. 34 n.º 4 abrange o expediente dos generos estrangeiros, que, tendo pago direitos de consumo na Alfandega do Pará, forem navegados por cabotagem pelo Amazonas; porque, estando elles, em consequencia do pagamento dos direitos de consumo naquella Alfandega, livres de direitos identicos na Alfandega de Manaós, achão-se explicitamente comprehendidos nas palavras do sobredito n.º 4, generos estrangeiros navegados por cabotagem, livres de direitos de consumo: e finalmente a respeito da 3.ª, que não estão sujeitos ao dobro dos direitos de expediente os generos do paiz, porque o n.º 5 do mencionado art. 34 não contém, relativamente a esses generos, a mesma disposição, que se lê nos n.ºs 4 e 6, a respeito do dobro de seus direitos.

Eutarcus de Gies e Vasconcellos.

N.º 262. — FAZENDA. — EM 14 DE JULHO DE 1868.

Declara não poder ser cumprido um Precatorio dirigido ao Thesouro pelo Juiz Municipal Supplente da 2.ª vara da Córte, pelos motivos abaixo mencionados.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 14 de Julho de 1868.

Communico a V. S., para os fins convenientes, que não pôde ser cumprido o Precatorio por esse Juizo dirigido ao Thesouro para o levantamento e entrega da quantia de 3:695\$064 da herança do finado Joaquim Domingues Corrêa Pegas, arrecadada e recolhida ao mesmo Thesouro em nome da ausente Barbara Maria Corrêa, mãe do dito Corrêa Pegas: 1.º por não ser esse Juizo competente, a vista da disposição do art. 48 do Regulamento de 45 de Junho de 1839, e não constar que fossem cumpridas as demais formalidades recommendadas

no mesmo artigo; 2.º por não se apresentar a cessão que da herança fez Barbara Maria Corrêa ao devedor João Rodrigues de Macedo, e nem tão pouco juntar-se a habilitação ou justificação produzida pela herdeira; 3.º finalmente, por não terem sido observadas as disposições dos arts. 61 e 62 do citado Regulamento.

Deus Guarde a V. S.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Juiz Municipal Supplente da 2.ª vara da Corte.



N. 263.—FAZENDA.—EM 14 DE JULHO DE 1868.

Approva o pagamento feito pela Thesouraria de Minas Geraes, da diaria de 10\$000 ao Juiz dos Feitos da Fazenda durante a viagem que fez á fazenda—Mello—, e reduz a 4\$000 a diaria de 6\$000 marcada aos Officiaes de Justiça que acompanharão o mesmo Juiz.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 14 de Julho de 1868.

Illm. e Exm. Sr.—A' vista do que V. Ex. me communicou em seu officio de 21 de Dezembro do anno passado, tenho de declarar-lhe para que se sirva fazel-o constar á Thesouraria de Fazenda dessa Provincia, que fica approvado o pagamento, que ordenára, da diaria de 10\$000 ao Juiz dos Feitos da Fazenda durante a viagem que fez á Fazenda—Mello—, pertencente ao extincto vinculo de Jaguára, attenta a consideração de ter o mesmo Juiz de fazer despezas avultadas para preparar pousada n'um lugar longinquo e baldio de recursos, onde teve de proporcionar hospedagem a diversas pessoas, devendo, todavia, observar á mesma Thesouraria que menos regular foi este seu procedimento, visto não haver lei ou ordem que autorisasse semelhante pagamento.

E porque os Officiaes de Justiça nada tenham igualmente a receber pelas diligencias ex-officio, e seja

consideravel a despeza a fazer-se com os que acompanhárão o Juiz dos Feitos áquella Fazenda, calculado para cada um dia de diligencia em 6\$000, tenho resolvido que fique reduzida essa diaria a 4\$000, inclusive a verba para a conducção.

Deus Guarde a V. Ex.—*Zacarias de Góes e Vasconcellos*.—Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N. 264. —FAZENDA.—EM 21 DE JULHO DE 1868.

Indica a maneira por que deve proceder a Thesouraria de Goyaz a fim de conseguir que os Collectores cumprão com seus deveres.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 21 de Julho de 1868.

O Visconde de Itaboraí, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Goyaz que é escusada a autorisação, que solicitou no seu officio n.º 26 de 10 de Março ultimo, para mandar inspecceionar as Collectorias do Norte e Sul dessa Provincia; porquanto, além de que essas inspecções exigem despesas e a distracção de um ou mais Empregados dessa Repartição para esse fim, accresce que ha Collectorias em Villas pouco populosas onde nada, ou muito pouco ha a cobrar de direitos e impostos, como se vê de alguns officios de Collectores, transmittidos com o seu officio acima citado; podendo portanto o Sr. Inspector fazer examinar os balancetes e contas que os ditos Collectores apresentarem, e explicar-lhes os pontos duvidosos, ou o modo como devem cumprir seus deveres, pois é dessa maneira que muitas Thesourarias tem conseguido instruir os seus Agentes de arrecadação, só recorrendo ao meio das inspecções em casos especiaes em que o serviço publico exige imperiosamente o emprego dessa medida; e, por esta occasião, lembra ao mesmo Sr. Ins-

pector que só deve remetter aos Collectores os livros indispensaveis á arrecadação dos impostos, podendo destinar um só para mais de um imposto nas pequenas Collectorias, para que não succeda serem elles obrigados a indemnisar o custo de livros, que lhes são desnecessarios, do que já se queixou o Collector da Villa do Pilar no officio de 20 de Maio de 1867, junto ao seu mencionado officio.

Visconde de Itaborahy.

N. 263.—GUERRA.—EM 22 DE JULHO DE 1868.

Manda admittir alguns escravos de particulares nas obras da 2.^a Divisão da Fabrica da Polvora da Estrella, até que appareção pessoas livres para os substituir.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 22 de Julho de 1868.

Declaro a V. S., em resposta ao seu officio sob n.º 244, de 2 do corrente, que póde mandar admittir nas obras da 2.^a Divisão da Fabrica da Polvora da Estrella, como serventes braçaes, alguns escravos de particulares, attenta a difficuldade de encontrar quem se queira empregar naquelle serviço; devendo, porém, ser elles despedidos á medida que forem apparecendo pessoas livres que os queirão substituir.

Deus Guarde a V. S.—*Barão de Muritiba*.—Sr. Frederico Cavalcanti de Albuquerque.

N. 266.—FAZENDA.—EM 23 DE JULHO DE 1868.

Ordena que os Balanços definitivos e Orçamentos sejam remetidos ao Thesouro até o fim de Dezembro e recommenda a maior regularidade na remessa dos Balanços mensaes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 23 de Julho de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que remetão impreterivelmente ao mesmo Thesouro até Dezembro futuro os Balanços definitivos e Orçamentos, sob pena de responsabilidade; e recommenda, outrossim, a maior regularidade na remessa dos Balanços mensaes, a fim de se poderem promptificar em tempo os trabalhos que devem ser presentes ao Corpo Legislativo.

Visconde de Itaborahy.

N. 267.—JUSTIÇA.—AVISO DE 23 DE JULHO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia de Santa Catharina.—Decide quando deve ser considerada installada uma nova Comarca.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 23 de Julho de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Havendo o Juiz Municipal e de Orphãos do Termo de Itajahy consultado a essa Presidencia se deveria assumir a jurisdicção da vara de Direito da Comarca daquelle nome, ultimamente creada nessa Provincia pela Lei n.º 603 de 23 de Abril ultimo, respondeu V. Ex. que, enquanto não fosse nomeado Juiz de Direito para a nova Comarca, não prestasse elle juramento e assumisse as respectivas funcções, e não marcasse o Governo Imperial o ordenado ao Promotor Publico, não podia

ser considerada installada a mesma Comarca; competindo nesse caso a jurisdição ao Juiz de Direito da Comarca de Nossa Senhora da Graça até que se verifiquem aquellas condições. Sua Magestade o Imperador, a Quem foi presente a referida duvida, de que trata o officio de V. Ex. de 23 do mez passado, Houve por bem Mandar approvar a decisão de V. Ex. por estar de conformidade com a doutrina do Aviso n.º 199 de 10 de Maio de 1862.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Martiniano de Alencar*.
— Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.

N.º 268. — JUSTIÇA. — AVISO DE 23 DE JULHO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia das Alagoas. — Declara que o Official da Guarda Nacional que aceita e exerce funcções do seu posto, tacitamente renuncia o cargo de supplente do Juizo Municipal.

2.ª Secção. — Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro, em 23 de Julho de 1868.

Ilm. e Exm. Sr. — Havendo o Juiz Municipal, 2.º supplente do Termo de Anadia, nessa Provincia, consultado a V. Ex. se o Coronel da Guarda Nacional Vicente de Paula Carvalho podia exercer o cargo de 1.º supplente daquelle Juizo, respondeu V. Ex. que tendo o Tenente Coronel Carvalho, promovido a Coronel, aceitado e exercido as funcções desse posto, tacitamente renunciou o cargo de supplente do Juiz Municipal. Sua Magestade o Imperador, a Quem foi presente o officio de V. Ex. de 6 de Fevereiro ultimo, Houve por bem Approvar aquella decisão, de conformidade com os Avisos de 24 de Julho de 1855, 3 de Junho de 1863, e de 11 e 21 de Setembro de 1865.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Martiniano de Alencar*. — Sr. Presidente da Provincia das Alagoas.

N. 269.— GUERRA.— EM 23 DE JULHO DE 1868.

Declara por quem devem ser rubricados os prets das escoltas da Guarda Nacional, que acompanhão praças designadas para o serviço do Exército.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 23 de Julho de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.— Devendo os prets de escoltas da Guarda Nacional, que acompanhão praças designadas para o serviço do Exército, ser rubricados pelos Commandantes de Armas, ou pelos Ajudantes de Ordens das Presidencias das Provincias, em que não houver taes commandos, ou então pelas autoridades a que as mesmas escoltas tenham de prestar obediencia, quando ellas transitarem no interior e não chegarem á Capital; assim o declaro a V. Ex., para seu conhecimento e devida execução.

Deus Guarde a V. Ex.— *Barão de Muritiba*.— Sr. Presidente da Provincia de...

N. 270.— FAZENDA.— EM 24 DE JULHO DE 1868.

Os moradores das Ilhas comprehendidas no Municipio a que pertencer a Collectoria estão sujeitos ao imposto pessoal e á taxa dos escravos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 24 de Julho de 1868.

Por officio dirigido a essa Directoria em 28 de Abril ultimo, sob n.º 77, consulta o Collector das rendas geraes do Municipio de Nietheroy: 1.º se, em face da disposição do § 2.º art. 2.º do Regulamento n.º 4429 de 28 de Março deste anno, cumpre-lhe officiar á Camara Municipal para nomear dous cidadãos a fim de com elle procederem á designação das povoações que devem ficar sujeitas ao imposto sobre os

escravos ; e pondera que, devendo a respectiva matricula, segundo o n.º 1 do mesmo artigo, comprehender os escravos residentes nas Povoações e limites da decima da legua além da demarcação, seria conveniente que um Engenheiro fizesse parte da commissão para com segurança demarcar as distancias e traçar as linhas dentro das quaes fiquem comprehendidas as casas para o pagamento dos dous impostos, visto que taes limites marcados em 1860, offerecem hoje muitas duvidas e demandão por isso nova demarcação: 2.º se os moradores das Ilhas pertencentes ao Municipio estão sujeitos ao imposto pessoal de 3 %, assim como á taxa dos escravos aquellas que estão mui proximas da Cidade de Nietheroy.

Em solução declaro a V. S., para que haja de o fazer constar ao dito Collector ; quanto ao 1.º quesito—que lhe cumpre sem duvida solicitar a nomeação a que se refere ; mas que a matricula deverá comprehender os escravos da Cidade e Povoações, conforme o citado art. 2.º n.º 2: e quanto ao 2.º quesito—que os moradores das Ilhas pertencentes ao Municipio, estão sujeitos ao imposto de 3 %, na conformidade do art. 1.º do Regulamento de 28 de Dezembro do anno passado ; desde que concorrão as mais condições que obrigoão ao pagamento ; e bem assim, que os escravos, cujos senhores ou administradores morarem nas Ilhas muito proximas do Municipio, igualmente estão sujeitos ao pagamento da respectiva taxa, quando essas Ilhas estejam comprehendidas nos limites demarcados pela commissão.

Finalmente, que, attentas as razões expostas pelo referido Collector quanto á necessidade da nova demarcação, passo a officiar ao Ministerio da Agricultura, a fim de que se digne designar um Engenheiro para tal serviço, o qual, fica entendido, não poderá intervir na demarcação dos limites, senão como informante e por consequencia sem voto na commissão.

Deus Guarde a V. S.—*Visconde de Itaborahy*.—
Sr. Director Geral Interino das Rendas Publicas.

N. 271.—FAZENDA.—EM 23 DE JULHO DE 1868.

Os Inspectores das Thesourarias não devem sómente reportar-se aos attestados de medicos, apresentados pelos Empregados que solicitarem licenças; porém manifestarem claramente a sua opinião.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 23 de Julho de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Minas, em resposta ao seu officio n.º 78 de 8 do corrente, que foi concedida ao 2.º Escripturario da mesma Thesouraria Francisco Ferreira da Silva, prorrogação por um mez da licença, que obtivera da Presidência dessa Provincia; cumprindo observar que nas informações sobre semelhantes pretensões não deve o Sr. Inspector reportar-se simplesmente aos attestados de medicos com que são instruidas, porém manifestar claramente a sua opinião se as julga ou não merecedoras de favoravel deferimento, e os motivos em que a baseia.

Visconde de Itaborahy.

N. 272.—FAZENDA.—EM 27 DE JULHO DE 1868.

Declara ter sido deferido o recurso do Pagador da extincta 1.ª Pagadoria da decisão do Tribunal do Thesouro que o julgou responsavel pelo desfalque causado ao mesmo Thesouro por dois Empregados da dita Pagadoria.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, 27 de Julho de 1868.

Sendo presente á Secção de Fazenda do Conselho de Estado o recurso que o Pagador da extincta 1.ª Pagadoria do Thesouro Nacional, Duarte Claudic

Huet de Bacellar Pinto Guedes, interpoz da decisão do Tribunal do mesmo Thesouro julgando-o civilmente responsavel pelo prejuizo de 23:368\$698, que aos cofres publicos causarão o ex-Escrivão da dita Pagadoria Felizardo José Pinto e o Praticante Antonio Carlos de Carvalho, seu Ajudante, por fraudes, praticadas nas folhas de pagamento do pessoal; a dita Secção, inteirada de todos os factos constantes do processo, examinadas as informações dos Empregados que nelle intervierão, os pareceres das Directorias Geraes, os diversos arestos do Thesouro, e as razões produzidas pelo recorrente; vistas as instrucções de 27 de Abril de 1859 sob n.º 4, que constituão a principal norma dos Empregados da 1.ª e 2.ª Pagadorias; as de 20 de Junho de 1864, que modificarão aquellas em alguns pontos concernentes ao systema da escripturação; e as ordens explicativas do Thesouro, entre as quaes a de n.º 365 de 14 de Outubro de 1857, citada por parte da Administração como a mais positiva sobre a questão vertente:

Considerando que nestes textos da lei especial do Thesouro não se encontra disposição que torne o Pagador solidariamente responsavel pelo prejuizo que resulte aos cofres publicos de faltas commettidas exclusivamente pelo Escrivão ou seu Ajudante, sendo que, pelo contrario, nas Instrucções de 27 de Abril de 1859, arts. 7.º, 12, 13 e 17, e nas de 20 Junho, arts. 3.º e 4.º, é expressamente determinada a divisão do trabalho no interesse da celeridade dos pagamentos e a discriminação dos actos proprios do Escrivão ou seu Ajudante, pelos quaes só estes são responsaveis:

Considerando que longe de existir nos Regulamentos das Pagadorias o principio da solidariedade invocada contra o recorrente, está alli bem expresso o principio opposto, na discriminação do que incumbe a cada Empregado, e mais claramente ainda no § 2.º do citado art. 7.º, do qual se evidencia que só em um caso (*o dos pagamentos realísados por meio de assignaturas de quaesquer pessoas a rogo de outras que não saibão escrever*) a responsabilidade do Escrivão é conjuncta com a do Pagador:

Considerando que o principio, tambem allegado pela Administração, do direito e dever que o Pagador tem, como chefe da Repartição, de fiscalisar os actos

dos seus subordinados, é verdadeiro, com tanto que seja entendido nos termos de uma fiscalisação possível, que não inutilise o systema da lei, concentrando e confundindo obrigações distinctas, que a mesma lei separou a bem da promptidão do serviço e para interesse da Fazenda Publica; e que essa fiscalisação legal e possível o recorrente prova tel-a exercido com o testemunho de todos que examinarão o processo; sendo facto manifesto e não contestado, que foi elle o primeiro que suspeitou dos prevaricadores, que requisitou e fez por si mesmo os exames para verificar suas suspeitas, resultando dessas diligencias e da representação que dirigio á Autoridade superior a convicção ulterior e plena das fraudes commettidas pelos mencionados ex-Escrivão e seu Ajudante:

Considerando finalmente que a referida Ordem n.º 365, quanto ás Pagadorias do Thesouro, não se refere aos pagamentos realizados por meio de folhas, que é o caso de que se trata, mas sim aos do material, que são os que correm sob suas vistas e consequente responsabilidade do Pagador, como é expresso nos arts. 47 e 48 das Instrucções de 1859, e a outros semelhantes, como os de bens de defuntos e ausentes, e os de orphãos, aos quaes a Ordem de 1857 é perfeitamente applicavel e vai, de accordo com os Regulamentos, que delles tratão: foi a Secção de parecer que se dêsse provimento ao recurso, sendo o recorrente julgado isento da responsabilidade civil, a que o condemnou a decisão do Tribunal do Thesouro.

E conformando-Se Sua Magestade o Imperador com este parecer por Sua Immediata Resolução de 22 do mez corrente, assim o communico a V. S. para sua intelligencia e devidos effeitos.

Bens Guarde a V. S.—*Visconde de Itaborahy*.—
Sr. Director Geral interino da Contabilidade.

N. 273.—JUSTIÇA.—AVISO DE 27 DE JULHO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia do Ceará.—Declara que, nos processos instaurados contra praças pelo crime de ferimento em pessoas, que se oppõem a uma diligencia, compete aos Juizes Municipaes verificar a justificativa do executor de diligencia para julgar improcedente o summario.

2.^a Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 27 de Julho de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Em officio de 28 de Fevereiro do anno passado, submetteu o antecessor de V. Ex. á approvação do Governo Imperial a resposta dada á uma consulta do Promotor Publico da Comarca do Jardim, sobre o facto de ter o Delegado de Policia instaurado processo contra dous soldados, que, no acto de prenderem um Guarda Nacional designado, ferirão algumas das pessoas, que se oppuzeram á diligencia.

Sendo o Promotor Publico de parecer que, em face do Decreto n.º 562 de 2 de Julho de 1850, devião elles ser processados perante o Juiz Municipal, declarou o antecessor de V. Ex. que o crime de ferimentos praticado por officiaes de uma diligencia, essencialmente distincto do de tomada de presos, não está comprehendido na letra nem no espirito daquelle Decreto, e não pôde ser da exclusiva competencia do Juizo Municipal, por ser justificavel nos termos dos arts. 118 do Codice Criminal e 182 do Codice do Processo.

Sua Magestade o Imperador, a Quem foi presente o referido officio, Houve por bem Decidir que, no caso vertente, deu-se o crime de resistencia, cujo processo está estabelecido no Decreto n.º 562 de 2 de Julho de 1850, sendo que ao Juiz Municipal compete em taes crimes verificar a justificativa do executor da diligencia para o fim de julgar improcedente o summario, conforme a doutrina do Aviso de 8 de Maio de 1862, expedido em virtude da Imperial resolução de 15 de Março do mesmo anno, declarando que o Aviso de 16 de Fevereiro de 1854 não se estende a hypothese dos arts. 118 do Codice Criminal e 182 do Codice do Processo.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar*.
—Sr. Presidente da Provincia do Ceará.

N. 271.—JUSTIÇA.—AVISO DE 28 DE JULHO DE 1868.

Ao Presidente da Província do Rio Grande do Sul.—Declara que não compete ao Governo Geral resolver uma questão de incompatibilidade entre os cargos de Secretario da Camara Municipal e Delegado de Policia.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 28 de Julho de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Em officio de 30 de Marco do anno passado o antecessor de V. Ex. submetteu á decisão do Governo Imperial uma representação de Luiz Marques da Cunha, Vereador da Camara Municipal da Villa de S. João Baptista de Camaquã nessa Província, sobre a inconveniencia de serem exercidos simultaneamente pelo cidadão João Baptista de Oliveira Brandão os cargos de Secretario da mesma Camara e de Delegado de Policia, allegando que se dá a mais perfeita analogia com as especies, de que tratão o Decreto n.º 429 de 9 de Agosto de 1845 e o Aviso n.º 458 de 15 de Junho de 1859.

Sua Magestade o Imperador, a cuja presença levei o mencionado officio, Houve por bem Mandar declarar a V. Ex. que o Decreto citado não tem applicação á hypothese offerecida, porque, fundando-se as incompatibilidades na impossibilidade ou na inconveniencia local da accumulção do trabalho, essa razão não se póde dar entre os ditos cargos, por isso que as attribuições de um não repugnão com as do outro; accrescendo que não compete ao Governo Geral resolver semelhante questão, visto como um desses empregos é de nomeação provincial e outro da nomeação municipal; á essa Presidencia e á Camara Municipal é que cabe tomar providencias, quando reconhecerem que aquelle cidadão não cumpre satisfactoriamente as suas obrigações no exercicio de qualquer dos lugares. O que communico a V. Ex. para sua intelligencia.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar.*
—Sr. Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

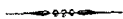
N. 275.— GUERRA.— EM 28 DE JULHO DE 1868.

Declara que o abono da etapa a Officiaes presos na Fortaleza de Santa Cruz deve começar do dia da sua entrada na mesma Fortaleza.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 28 de Julho de 1868.

Fique Vm. na intelligencia de que o abono de duas terças partes da etapa, mandado fazer, por Aviso de 13 de Maio ultimo, ao ex-Tenente de Voluntarios Antonio Duarte Pires Ferreira, e outros Officiaes presos na Fortaleza de Santa Cruz, deve começar do dia de sua entrada na mesma Fortaleza; ficando o respectivo ajuste de contas para quando vierem as guias tanto do Exercito, como das Provincias, onde tenham elles consignações.

Deus Guarde a Vm.—*Barão de Muritiba*.— Sr. Domingos José Alvares da Fonseca.



N. 276.— GUERRA.— EM 29 DE JULHO DE 1868.

Declara que as praças do Exercito (Inferiores, Cadetes e Soldados) que, tendo terminado o seu tempo de serviço, novamente se engajarem, devem ser consideradas como Voluntarios da Patria, e como taes tem direito ás respectivas vantagens.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 29 de Julho de 1868.

Manda Sua Magestade o Imperador por esta Secretaria de Estado declarar ao Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Mato Grosso, para seu conhecimento e execução, e em solução ás duvidas propostas em seu officio n.º 5 de 14 de Fevereiro do corrente anno, que, em vista da disposição do § 2.º n.º 2 da Lei n.º 1171 de 25 de Setembro do anno proximo passado, as praças do Exercito (Inferiores, Cade-

tes e Soldados) que, tendo terminado o seu tempo de serviço, novamente se engajarem, devem ser considerados como Voluntarios da Patria, e como taes têm direito ás vantagens concedidas pelo Decreto n.º 3371 de 7 de Janeiro de 1863, não accumulando, porém, as do Exército; competindo-lhes, portanto, soldo da arma a que pertencerem, 300 rs. de gratificação diaria, e o premio de 300\$000 quando findar a guerra.

Barão de Muritiba.

N. 277. — GUERRA. — EM 29 DE JULHO DE 1868.

Declara que as rações, que percebem os Empregados do Hospital Militar provisório do Andarahy, podem ser fornecidas em generos, cessando as gratificações abonadas para esse fim.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 29 de Julho de 1868.

Declaro a Vm., para seu conhecimento e execução, e em resposta ao seu officio n.º 239 de 11 de Maio proximo findo, que aos Empregados do Hospital Militar Provisorio do Andarahy que, em virtude do Regulamento de 25 de Novembro de 1844, têm direito ao recebimento de rações, podem estas ser fornecidas em generos; cessando, porém as gratificações, que para semelhante fim são abonadas.

Deus Guarde a Vm. — *Barão de Muritiba.* — Sr. Antonio Alvares dos Santos Souza.

N 278.—JUSTIÇA.—AVISO DE 29 DE JULHO DE 1868.

Ao Presidente do Tribunal da Relação do Maranhão.—Resolve varias duvidas occorridas na pratica e execução das leis.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 29 de Julho de 1868.

Em officio de 29 de Novembro de 1866, submettendo V. Ex. ao conhecimento do Governo Imperial algumas duvidas occorridas na pratica e execução das leis, consultou o seguinte:

1.º Se o Desembargador Promotor da Justiça deve ser contemplado na distribuição dos recursos crimes, inclusive o de *habeas-corpus*.

2.º Se nas fianças, que o Tribunal da Relação póde conceder, conforme o disposto no art. 352 do Código do Processo Criminal e nas que são requeridas por empregados competentemente processados pelo mesmo Tribunal, deve ser ouvido o Promotor publico ou o Desembargador Promotor da Justiça ou se deve este ser ouvido sómente no segundo caso e aquelle no primeiro.

3.º Se nas appellações do Juizo de residuos deve ser ouvido o Promotor Fiscal, que funcionou na primeira instancia, ou o Desembargador Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional.

4.º Se os Desembargadores, que intervêm na decisão de um recurso de pronuncia proferida pelo Juiz de Direito em processo de responsabilidade de empregado não privilegiado, ficão inhibidos de serem Juizes na appellação da sentença final.

Sua Magestade o Imperador, a Quem foi presente o referido officio, Tendo em vista a informação prestada pelo Presidente do Tribunal da Relação da Côte, Houve por bem, de conformidade com a praxe deste Tribunal, Decidir o seguinte:

1.º O Desembargador Promotor da Justiça não deve ser contemplado na distribuição dos recursos crimes, inclusive o de *habeas-corpus*; porque, como órgão da Justiça na segunda instancia, é considerado parte nesses recursos e tem de promover o julgamento dos processos e providenciar sobre a execução dos julgados, segundo dispõe o Regulamento de 3 de Janeiro de 1833.

2.º Na fiança dos crimes, cuja denuncia a lei incumbie ao Promotor Publico, deve este ser ouvido.

conforme a doutrina do Aviso n.º 243 de 17 de Dezembro de 1850: nos casos, porém, em que pelo citado Regulamento de 3 de Janeiro de 1833 arts. 10, 16 e 19 compete a denuncia ao Desembargador Promotor da Justiça, é do espirito da lei que seja elle igualmente ouvido.

3.º Nas appellações do Juizo da Provedoria deve ser ouvido o Desembargador Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional, que na segunda instancia é representante da mesma Fazenda, e tem a obrigação de fazer proseguir as causas, em que ella por qualquer maneira intervenha, como determina o Aviso n.º 293 de 22 de Março de 1841.

4.º Os Desembargadores, que intervem na decisão do recurso da pronuncia proferida pelo Juiz de Direito em processo de responsabilidade de empregados não privilegiados, não ficão inhibidos de serem Juizes na appellação interposta da sentença final do mesmo Juiz de Direito; porquanto o facto de intervirem na decisão do recurso da pronuncia não converte aquelles Desembargadores em Juizes processantes, da primeira instancia. O que communico a V. S. para seu conhecimento e devida execução.

Deus Guarde a V. S.—*José Martiniano de Alencar*.
—Sr. Presidente do Tribunal da Relação do Maranhão.

N. 279. —JUSTIÇA.—EM 29 DE JULHO DE 1868.

Resolve duvidas a respeito de Officiaes da Guarda Nacional, que, por motivo de molestia, sao dispensados do serviço de guerra, e dos que tem honras de postos no Exército; e declara que as isenções do Decreto n.º 3371 de 7 de Janeiro de 1865 applica sómente as praças de pret.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro em 29 de Julho de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Em officio de 30 de Abril do anno passado, o antecessor de V. Ex. consultou a este Ministerio sobre as seguintes duvidas:

1.ª Se o Official de commissão do Exército, que em falta de saúde é julgado incapaz do serviço

militar, sendo também Official da Guarda Nacional, deve ali continuar no serviço activo, ou passar para o da reserva.

2.^a Se a isenção do serviço da Guarda Nacional e do Exército, que o Decreto n.º 3371 de 7 de Janeiro de 1865 promette e garante aos Voluntarios da Patria, abrange também aos Officiaes, ou limita-se as praças de pref.

3.^a Se o Official honorario do Exército que na Guarda Nacional tem patente inferior ao posto honorario, quando em serviço da mesma guarda, pôde usar das divisas superiores e tomar a posição, que ellas lhe garantem.

Respondendo ao citado officio, tenho a declarar a V. Ex. para seu conhecimento:

Quanto á 1.^a duvida, que, referindo se o parecer da Junta de saude unicamente ao serviço de guerra, o Official da Guarda Nacional dispensado delle, por motivo de molestia, se quizer passar para a reserva ou ser reformado, deve o requerer, uma vez que esteja comprehendido em algum dos casos do art. 68 da Lei de 19 de Setembro de 1850; sendo então inspecionado pela Junta de saude daquella guarda, nos termos do art. 41 das Instrucções annexas ao Decreto n.º 3496 de 8 de Julho de 1865.

Quanto á 2.^a, que a isenção estabelecida pelo Decreto n.º 3371 de 7 de Janeiro do mesmo anno aproveita só aos Guardas Nacionaes, que voluntariamente se apresentam para o serviço de 1.^a linha, como se depreheende dos arts. 3.º e 8.º do dito Decreto.

Quanto á 3.^a, que os Officiaes da Guarda Nacional, quando em serviço, devem usar dos uniformes e distinctivos correspondentes ás suas patentes, visto como, tendo aquella guarda a sua disciplina e organização á parte, não é curial alteral-as em virtude de honras conferidas por serviços extranhos, nem o Official que, as tendo superiores no Exército, occupa um posto inferior a ellas, fica por isso rebaixado, pois que taes mercês não lhe forão concedidas para usar dellas nas fileiras da Guarda Nacional, mas sim para distinguil-o na sociedade.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Martiniano de Alencar*. — Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N. 280.—FAZENDA.—EM 29 DE JULHO DE 1868.

Indefere um recurso interposto da decisão da Thesouraria da Bahia que considerou sujeita á armazenagem uma porção de polvora pelo tempo da demora que tivesse no depósito publico, depois de despachada e pagos os competentes direitos de consumo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 29 de Julho de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Bahia, para sua intelligencia e devidos effeitos, que o mesmo Tribunal, examinando o recurso transmittido com o officio do Sr. Inspector n.º 97 de 9 de Maio ultimo, que C. Vaughan & C.^a e outros negociantes, importadores e vendedores de polvora, interpuzerão da decisão da dita Thesouraria confirmatoria da da respectiva Alfandega, que os obrigou a pagar armazenagem do referido genero pelo tempo da demora que tiver no deposito publico, depois de despachado e de pagos os competentes direitos de consumo; resolveu, em face da explicita e terminante disposição do art. 692 § 4.º do Regulamento das Alfandegas indeferir o mencionado recurso.

E porque, não só das informações da Inspectoria da Alfandega sobre esta questão, como do relatório que em 17 de Março do corrente anno a mesma Inspectoria dirigio ao Thesouro ácerca do estado da Repartição a seu cargo, se conhece que as providencias tomadas a respeito da armazenagem da polvora, limitárão-se ao futuro; ficando assim perdida para a Fazenda nacional a armazenagem, a que ella tinha e tem incontestavelmente direito quanto ao passado; determina ao dito Sr. Inspector que expeça as ordens necessarias para que a Alfandega, depois de proceder aos precisos exames e investigações na escripturação relativa á dita armazenagem, promova a indemnisação da Fazenda contra os Empregados que, a despeito do disposto nos arts. 462, 593 e 596 do citado Regulamento; derão sahida á polvora sem o effectivo pagamento dos direitos devidos, se as partes não se prestarem voluntariamente a isso, e nos casos de fallecimento ou insolvabilidade de algumas.

Visconde de Itaborahy.

N. 281.—FAZENDA.—EM 29 DE JULHO DE 1868.

Só no caso de serem as licenças concedidas pelas Presidencias de Provincia aos Empregados publicos para tratarem de sua saude, se lhes deverão abonar os vencimentos que competem por lei aos impedidos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 29 de Julho de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para sua intelligencia, que o art. 4.º do Decreto n.º 247 de 13 de Novembro de 1842 não foi revogado, nem pelo art. 53 do Decreto n.º 736 de 20 de Novembro de 1850, nem pelo art. 35 do Decreto n.º 2343 de 29 de Janeiro de 1859; e portanto, que só no caso de serem as licenças concedidas pelas Presidencias de Provincias aos Empregados Publicos para tratarem de sua saude, se lhes deverão abonar os vencimentos que competem por lei aos impedidos.

Visconde de Itaborahy.

N. 282.—JUSTIÇA.—AVISO DE 30 DE JULHO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia do Amazonas.—Declara que a demissão extingue a pena de suspensão, a qual não comprehendendo empregos futuros em que possa o réo servir.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, 30 de Julho de 1868.

Hlm. e Exm. Sr.—A Sua Magestade o Imperador foi presente o requerimento de João Carlos da Silva Pinheiro, transmitido a este Ministerio com officio do antecessor de V. Ex. de 17 de Maio do anno passado.

Allega o petionario que, depois de exonerado dos officios de 4.º Tabellião e de Escrivão dos termos de Manãos e Barcellos, que interinamente servira,

respondeu a um processo de responsabilidade; e que, tendo sido condemnado á quatro mezes e meio de suspensão do emprego, foi suspenso do lugar de Official da Secretaria da Presidencia, para o qual o nomeara o Governo em seguida á exoneração do officio, por entender o Juiz de Direito que ao novo emprego affectavão tambem os effeitos da pronuncia: como porém considere que, no caso apresentado, cumpria ao Juiz dar por extincta a accusação e julgar inapplicavel a pena, visto como a suspensão só podia ser-lhe imposta, se ainda elle estivesse no exercicio do emprego, em que commettera a falta, pede ao Governo Imperial firme doutrina sobre tal assumpto.

E o Mesmo Augusto Senhor, visto o parecer do Conselheiro Consultor, e attenta a disposição do Aviso de 27 de Setembro de 1860, junto por cópia, Houve por bem Mandar declarar a V. Ex. que não de-vera ter sido suspenso João Carlos da Silva Pinheiro do lugar de Official da Secretaria do Governo dessa Província; porque a demissão extingue a pena de suspensão a qual não comprehende empregos futuros, em que possa o réo servir.

A doutrina contraria importa a confusão das duas penas, aliás muito distinctas, da suspensão simples, e da perda do emprego com inhabilidade para outro; e inverte a graduação da penalidade do art. 429 do Código Criminal, tornando o minimo da pena mais grave do que o maximo.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar*.—Sr. Presidente da Província do Amazonas.

Cópia e que se refere o Aviso supra.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro. 27 de Setembro de 1860.

Sua Magestade o Imperador, Attendendo ao que lhe representou o Dr. Antonio Rodrigues da Cunha, Manda declarar a Vm. que, tendo sido o supplicante demittido do cargo de 1.º Delegado de Policia, achasse por isso extincta a pena de cinco mezes de suspensão do referido cargo, que lhe foi imposta por sentença desse Juizo.

Deus Guarde a Vm.—*João Lustosa da Cunha Paranaguá*.—Sr. Juiz de Direito da 2.ª Vara Criminal.

N. 283.—FAZENDA.—EM 31 DE JULHO DE 1868.

Declara que os Collectores não podem servir de Contadores do Juizo onde residem; cumprindo-lhes, porém, promover a cobrança dos impostos, cujo producto tem de recolher em épocas fixas aos cofres publicos, quér esta cobrança se effectue administrativa, quér judicialmente.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 31 de Julho de 1868.

Tendo o Collector interino das Rendas Geraes de Aruama consultado em officio de 4 do corrente, para cortar duvidas que se suscitão no fôro dessa villa, se deve contar quaesquer autos que se apresentem na respectiva Collectoria para averbação da dizima de chancellaria, ou se só lhe compete a verificação e fiscalisação da mesma conta, e das mais que lhe forem presentes, como de juro de emprestimos de orphãos e outros, conforme exigem os Regulamentos fiscaes, visto como se julga incompetente para servir de Contador em qualquer Juizo, que não seja o da Fazenda, ao qual é subordinado; declaro a V. S., para o fazer constar áquelle Collector, que de conformidade com a Ord. do Liv. 4.º Tit. 91 in princ., Alvará de 26 de Abril de 1816, e Avisos dos Ministerios da Justiça de 17 de Agosto de 1850 e da Fazenda de 16 de Abril de 1847, os Collectores não podem servir de Contadores do Juizo, onde residem, e nem ha necessidade que exerção taes funcções, pois que os mandados, cuja cobrança elles tratão de realisar, são expedidos com a conta feita. O que lhes cumpre fazer é fiscalisar com todo o zelo e cuidado a arrecadação da receita geral, e promover a cobrança dos impostos, cujo producto tem de recolher em épocas fixas aos cofres publicos, quér esta cobrança se effectue administrativa, quér judicialmente, sendo que nesta segunda hypothese os Collectores, figurando nos processos judiciaes como advogados da Fazenda, devem defender, como fidei mandatarios, os interesses do fisco.

Deus Guarde a V. S.—*Visconde de Itaborahy*.—Sr. Conselheiro Director Geral interino das Rendas Publicas.

N. 284.—JUSTIÇA.— AVISO DE 31 DE JULHO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia de Sergipe.—Declara que o Official da Guarda Nacional pôde accitar e exercer o emprego de substituto do Juiz Municipal.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 31 de Julho de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio n.º 86 de 8 de Junho proximo passado, acompanhando cópia da decisão dada pelo antecessor de V. Ex. ao Juiz de Direito da Comarca do Lagarto, na qual se declara que o Commandante Superior da Guarda Nacional do Municipio do mesmo nome não perde o cargo de substituto do Juiz Municipal, que posteriormente lhe foi conferido, nem se entende que renuncia, porque a renuncia se verifica unicamente quando o cidadão nomeado Official da Guarda Nacional era já substituto do Juiz Municipal e, não obstante, aceita e exerce o posto; e não na inversa, que é a hypothese apresentada.

E o Mesmo Augusto Senhor Houve por bem Mandar approvar a supradita decisão, por ter sido proferida nos termos dos Avisos n.º 202 e 432 de 24 de Julho de 1855 e de 21 de Setembro de 1865; o que communico a V. Ex. para seu conhecimento.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar.*
— Sr. Presidente da Provincia de Sergipe.

N. 285.—JUSTIÇA.— AVISO DE 31 DE JULHO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia de S. Paulo.—Decide que quando a reunião do Jury concorre com o acto da correição, deve esta ser prorogada nos termos do art. 3.º do Decreto n.º 834 de 2 de Outubro de 1851.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 31 de Julho de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Em officio n.º 376 de 4 de Dezembro do anno findo, o antecessor de V. Ex. com-

municou que, tendo-lhe consultado o Juiz de Direito da Comarca de Jacarehy, se deveria adiar uma correição aberta a 14 de Novembro anterior, visto como estava convocada para 16 do dito mez de Dezembro a segunda sessão do Jury do mesmo Termo, ou se lhe caberia usar da faculdade conferida no art. 3.º do Decreto n.º 834 de 2 de Outubro de 1831, respondera V. Ex. que á esta hypothese não tinha applicação a doutrina do Aviso n.º 119 de 19 de Março de 1866, segundo o qual, occorrendo impedimento absoluto do Juiz de Direito no acto da correição, deve elle adial-a, para ser continuada em dia designado, depois de cessado o impedimento; cumprindo, na emergencia que se deu, onde o embaraço proveio de concurrencia de obrigações simultaneas e incompatíveis, prorogar a mesma correição por mais trinta dias, para proseguir nos seus trabalhos depois de terminada a sessão do Jury.

Sua Magestade o Imperador, a cujo conhecimento levei o dito officio, Houve por bem Mandar approvar a decisão acima referida: o que communico a V. Ex. para sua intelligencia.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar.*
— Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

N. 283. — GUERRA. — EM 31 DE JULHO DE 1868.

Declara que a despesa com o funeral de Officiaes pobres deve ser reduzida ao que for absolutamente indispensavel.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 31 de Julho de 1868.

Declaro a Vm., para seu conhecimento, que nesta data expedei ordem á Pagadoria das Tropas da Córte para que seja paga a quantia de 1508\$500, importancia da despesa feita pelo Hospital Militar Provisorio do Andarahy com o funeral do Tenente do 21.º Corpo de Voluntarios da Patria, José Virgilio de Lemos;

ficando Vm., porém, na intelligencia de que em casos semelhantes deve a despesa ser reduzida ao que fôr absolutamente indispensavel, visto que tratando-se de pessoas pobres, como taes devem ser consideradas nesse acto de caridade.

Deus Guarde a Vm. — *Barão de Muritiba.* — Sr. Antonio Alvares dos Santos Souza.

N. 287. — GUERRA. — EM 3 DE AGOSTO DE 1868.

Declara que aos Empregados do Hospital Militar Provisorio do Andarahy, que não tem direito ás rações, podem ser estas fornecidas já preparadas pelo mesmo Hospital, dando-se a competente indemnisação.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 3 de Agosto de 1868.

Declaro a Vm., para seu conhecimento e execução, e em resposta ao seu officio n.º 312 datado do mez de Junho proximo findo, que aos Empregados do Hospital Militar Provisorio do Andarahy, que não têm direito ao recebimento de rações, se permite que sejam estas fornecidas já preparadas pelo mesmo Hospital, indemnizando elles mensalmente a importância dos generos fornecidos.

Deus Guarde a Vm. — *Barão de Muritiba.* — Sr. Antonio Alvares dos Santos Souza.

N. 288. — FAZENDA. — EM 4 DE AGOSTO DE 1868.

Remette a tabella annexa das quantias que se devem abonar aos Empregados occupados com as medições e demarcações dos terrenos de marinhás.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 4 de Agosto de 1868.

O Visconde de Iaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista uniformisar o

arbitramento das quantias que, em virtude da Ordem n.º 165 de 8 de Maio de 1836, se devem abonar aos Empregados occupados com as medições e demarcações dos terrenos de marinhãs, resolveu approvar a inclusa tabella, que remette aos mesmos Srs. Inspectores para seu conhecimento e devida execução ; ficando revogadas as ordens anteriormente expedidas a semelhante respeito.

Visconde de Itaborahy.

Tabella das quantias que se devem abonar aos Empregados nas medições e demarcações dos terrenos de marinhãs, e que têm de ser pagas pelos concessionarios desses terrenos, na fôrma das Instruções de 14 de Novembro de 1832.

Procuradores Fiscaes..	Terão da medição e demarcação de qualquer terreno de marinhãs, enquanto durar a diligencia, em cada dia de trabalho.....	6\$000
Engenheiros	Idem.....	8\$000
Medidores	Idem, cada um.....	2\$000
Escrivão	Terá pelo trabalho de lavrar o termo, registral-o, e tirar uma certidão, que é dada ao concessionario.....	3\$000
N. B.	Cada um dos medidores terá mais, pelo trabalho de avaliar o terreno medido e demarcado....	4\$000

Os concessionarios, sempre que fôr possível, fornecerão aos Empregados da diligencia as conducções precisas, e por conta dos mesmos concessionarios correrão as despesas com a alimentação dos ditos Empregados.

Os Collectores e mais Agentes Fiscaes, que representarem a Fazenda Nacional em taes diligencias, terão os mesmos emolumentos marcados para os Procuradores Fiscaes.

Rio de Janeiro, em 4 de Agosto de 1868.

Visconde de Itaborahy.

N. 289. — JUSTIÇA. — AVISO DE 5 DE AGOSTO DE 1868.

Ao Presidente da Província do Rio de Janeiro. — Não ha contradicção entre os Avisos de 23 de Março de 1858 e n.º 332, de 13 de Novembro de 1858; o primeiro estabelece que é indispensavel licença de Juiz competente, para casamento de orphãos menores; e o segundo que incorre nas penas do Código Criminal o Sacerdote, que recebe em matrimonio contrahentes não habilitados na conformidade das Leis.

2.ª Secção. — Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro, em 5 de Agosto de 1868.

Illm. e Exm. Sr. — Com o officio n.º 831 de 20 de Junho ultimo, o antecessor de V. Ex. submetteu á consideração do Governo Imperial a seguinte duvida, suscitada pelo Juiz de Direito da Comarca de Niteroy; — se, á vista do Aviso de 23 de Março do corrente anno, cuja doutrina suppõe contradictoria com a do Aviso n.º 332 de 13 de Novembro de 1858, deveria elle responsabilisar ou não o Vigario da Freguezia de S. Sebastião de Itaipú, por ter celebrado, sem licença prévia do Juiz de Orphãos, o casamento da menor Anna Luiza da Rocha com Carlos Alberto Ribeiro.

Sua Magestade o Imperador, a cuja presença levei este assumpto, Houve por bem Mandar declarar a V. Ex. que não ha opposição entre aquellas decisões; as quaes, versando sobre caso diverso, encerrão doutrina identica; a primeira estabelece que enquanto a Ord. Liv. 1.ª Tit. 88 não fôr derogada por acto legislativo, é indispensavel licença do Juiz competente para o casamento de orphãos menores; e a segunda, fundando-se no mesmo principio, determina que, pela infracção da citada Ordenação, o Sacerdote incorre nas penas do art. 217 do Código Criminal.

Quanto ao facto, que motivou a consulta, sendo já conhecida a opinião do Governo Imperial exarada no dito Aviso de 23 de Março ultimo, Ordena o Mesmo Augusto Senhor officie V. Ex. ao Juiz de Direito para que instaure o competente processo de responsabilidade ao Sacerdote, de que se trata; pois, se ao poder judiciário compete applicar a Lei aos casos occorrentes, a nenhum Juiz é permittido em ponto

controverso decidir-se preliminarmente pela innocencia de um facto denunciado como crime: o que communico a V. Ex. para sua intelligencia e devida execução.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar.*
—Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

•



N. 290.—JUSTIÇA.—AVISO DE 5 DE AGOSTO DE 1868

Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.—Decide que não existe incompatibilidade entre o officio de Depositario Publico e o emprego de Escrivão da Collectoria, quando é pequeno o numero dos depositos.

2.^a Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 5 de Agosto de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Foi presente a Sua Magestade o Imperador um requerimento de Pedro Januario Kleinsorgen, no qual pede seja-lhe permittido continuar a exercer cumulativamente os cargos de Depositario Publico e de Escrivão da Collectoria do Termo do Rio Bonito, nessa Provincia, ficando sem effeito o Aviso de 31 de Março proximo passado, que os declarára incompativeis.

E o Mesmo Augusto Senhor, Tendo ouvido a Secção de Justiça do Conselho de Estado, com cujo parecer se conformou por Sua Imperial Resolução do 4.^o de Julho ultimo, considerando que não é applicavel a esses empregos o principio deduzido da repugnancia das funcções respectivas, e que não se dá, pela accumulção a impossibilidade de ser bem servido e desempenhado cada um delles, por isso que é pequeno o numero dos depositos no Termo, de que se trata, como informa o Juiz de Direito da Comarca em um documento annexo ao requerimento do peticionario; Houve por bem decidir que não existe entre os dous referidos cargos a incompatibilidade, que presuppõe aquelle Aviso. O que communico a V. Ex. para sua intelligencia e devida execução.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar.*
—Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.



N. 291. — IMPERIO. — EM 5 DE AGOSTO DE 1868.

Circular. — Aos Presidentes de Província. — Ordena a expedição das ordens necessarias para proceder-se na ultima dominga do mez de Janeiro de 1869 á eleição de Eleitores que tem de eleger os novos Deputados, em consequencia da dissolução da Camara temporaria.

2.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio, em 5 de Agosto de 1868.

Ilm. e Exm. Sr. — Communico a V. Ex. que Sua Magestade o Imperador, em virtude da attribuição que lhe confere o art. 101 § 3.º da Constituição do Imperio, houve por bem, por Decretos n.º 4226 de 18 e n.º 4227 de 25 de Julho proximo passado, dissolver a Camara dos Deputados, e convocar outra para o dia 3 de Maio de 1869, bem como convocar para o mesmo dia a nova Assembléa Geral, designando na fórma do art. 40 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846 a ultima dominga do mez de Janeiro vindouro para proceder-se em todo o Imperio á eleição dos Eleitores que têm de eleger os novos Deputados; e recomendo a V. Ex. que expeça, com urgencia, as ordens necessarias para que nessa Província se realise naquelle dia a referida eleição, devendo-se proceder um mez antes, na fórma do art. 41 da citada Lei, á convocação dos cidadãos que têm de compôr as Mesas Parochiaes; 30 dias depois, isto é, a 2 de Março, de conformidade com o art. 68 da mesma Lei, á eleição dos Deputados, e outros 30 dias depois á apuração geral dos votos nos termos do art. 1.º § 12 do Decreto n.º 842 de 19 de Setembro de 1855.

Por esta occasião chamo a attenção de V. Ex. para o Aviso n.º 160 de 19 de Junho de 1849.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Souza*. — Sr. Presidente da Província de...

N. 292.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—EM 5 DE AGOSTO DE 1868.

Declara que não é lícito ao Poder Judiciario alterar as multas impostas pelo Governo ás companhias anonymas.

2.ª Secção.—N. 1.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 5 de Agosto de 1868.

Hlm. e Exm. Sr.—Com o officio dessa presidencia n.º 36 de 9 de Junho ultimo, foi presente ao Governo Imperial o requerimento documentado, no qual Eufrazio Lopes de Araujo e outros directores da extincta companhia de seguros — Esperança — da cidade do Rio Grande, allegão que, tendo entrado opportunamente para os cofres da Thesouraria dessa Provincia com a quantia de 5:000\$000, importancia da multa de 5 %, que lhes fôra imposta em virtude de varias infracções dos estatutos daquella companhia, cujo capital effectivo deveria, porém, servir de base á dita multa; pelo Juizo dos Feitos da Fazenda, a requerimento do Procurador Fiscal da Thesouraria dessa Provincia, se expedira, entretanto, mandado executivo contra os supplicantes pela quantia de 50:000\$000, calculada a multa sobre o capital nominal da mesma companhia.

Contra a expedição de semelhante mandado reclamão, pois, os peticionários: e, como se achem sufficientemente provadas as allegações que produzirão, porquanto não só é certo que o Ministerio a meu cargo declarou, por Aviso n.º 42 de 6 de Novembro do anno passado, que sobre o capital effectivo, segundo os estatutos, estivesse ou não realisado, estivesse ou não desfalcado, deveria ser aquella multa calculada; mas tambem que, em virtude de semelhante decisão, o Caixa da companhia entrou effectivamente para os cofres publicos com a quantia de 5:000\$000, correspondente a 5 %, sobre o capital effectivo de 100:000\$000, realisado até a data em que foi extincta a associação, sendo ainda certo que o Procurador Fiscal da Thesouraria dessa Provincia requerêra a expedição do executivo depois de ter sciencia de haver-se verificado aquelle pagamento: declaro a V. Ex., em solução ao mesmo requerimento, e para que o faça constar

ao referido Procurador Fiscal, que, devendo ser imposta administrativamente, na forma do art. 6.º da Lei n.º 1983 de 22 de Agosto de 1860, as multas em que incorrerem as companhias anonymas, é obvio que, por occasião de executar estas decisões administrativas, não é licito ao Poder Judiciario attental-as: devendo limitar-se ao simples exercicio de sua missão, que não pôde ser outra, nesse caso, senão a de prestar á administração o necessario concurso para a effectividade daquellas decisões: porquanto, importando manifesta usurpação de attribuições, semelhante procedimento tenderia a perturbar o equilibrio e a harmonia que devem reinar entre as differentes jurisdições.

Dens Guardé a V. Ex. — *Joaquim Antônio Fernandes de Lencastre*. — Sr. Presidente da Província de S. Paulo.

3

N. 293. — GUERRA. — EM 6 DE AGOSTO DE 1868.

Declara que os Officiaes reformados, quando em serviço activo, não podem accumular o soldo da reforma com o da commissão.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 6 de Agosto de 1868.

Ilm. e Exm. Sr. — Em solução ao officio de 8 do mez proximo passado sob n.º 70, em que essa Presidencia, á vista da representação que lhe foi dirigida pelo Dr. José João de Araujo Lima, 1.º Cirurgião reformado do Exército e Medico Adjunto á Repartição do alistamento das praças destinadas ao Exército em operações, consulta-se a gratificação marcada para aquelle exercicio no art. 17 das Instruccões de 49 de Outubro do anno passado, é ou não devida integralmente a qualquer Medico civil ou militar reformado, sem prejuizo para este do soldo da sua reforma: declaro a V. Ex., para seu conhecimento e devidos effectos, que, segundo o que estatuem as

Circulares de 19 de Fevereiro, 30 de Março e 3 de Agosto de 1844; o Decreto n.º 635 de 10 de Setembro de 1849, e o Aviso n.º 331 de 28 de Julho de 1865, os Officiaes reformados, quando em serviço activo, não podem accumular o soldo da reforma com o da commissão, e que, portanto, bem procedeu a Thesouraria de Fazenda dessa Província, negando ao referido 1.º Cirurgião reformado o soldo da reforma, desde que elle passou a receber o de 2.º Cirurgião commissionado, nos termos do mencionado art. 17 das citadas Instrucções.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba*. —
Sr. Presidente da Província de Sergipe.

N. 294.—JUSTIÇA.—CIRCULAR DE 6 DE AGOSTO DE 1868.

Estabelece os modelos para os mappas demonstrativos das distancias entre as cabeças de Comarca das Províncias, e entre ellas e as de suas confinantes.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—
Rio de Janeiro, 6 de Agosto de 1868.

O Decreto n.º 637 de 26 de Julho de 1856, art. 10, determinou que os Presidentes de Província organisassem, sobre o modelo que por esta Secretaria lhes fosse enviado, um mappa demonstrativo das distancias pelo caminho mais curto, entre as cabeças de comarca de suas Províncias e entre ellas e as de suas confinantes.

Não existindo ainda nesta Secretaria esses mappas provinciaes, para com elles se levantar um mappa geral, que offereça base segura ao calculo das ajudas de custo e prazos, no caso de remoções de Juizes de Direito, cumpre que V. Ex. dê as providencias necessarias para a boa e prompta execução daquelle artigo do citado Decreto.

O modelo junto parece o mais conveniente pela razão de demonstrar as distancias, graduando já as comarcas entre si, já as de cada uma dellas em relação á capital ou porto mais frequentado.

Quando entre dous pontos seja praticavel o transporte por terra e por agua, ou somente um delles, deve-se notar esta circumstancia, assignando como a de ser um desses meios mais usado do que outro.

Conviria tambem que este mappa viesse acompanhado de informação a respeito da carestia da viagem de modo a habilitar o Governo para, em taes casos, proceder com a devida equidade, fixando o maximo das tabellas da ajuda de custo.

A intenção, em que está o Governo Imperial de attenuar para os Magistrados os inconvenientes das remoções, quanto seja possível dentro da lei e do credito votado, não pôde prescindir dessa medida, cuja realisação immediata espera do zelo da administração provincial.

Bem Guarda a V. Ex. — *José Martiniano de*
Albuquerque, Sr. Presidente da Provincia de...

Ceará.

Mapa demonstrativo das distancias graduadas entre as comarcas da provincia e as comarcas confinantes.

(Leguas de 20 ao grão.)

Comarcas do Ceará.	Capital.														
	4	Aquiraz.													
	15	11	Baturité.												
	21	25	26	Imperatriz.											
	B 23	24	16	36	Aracaty.										
	28	25	19	28	28	Quixeramobim.									
	37 1/2	39	36	16	49	33	Sobral.								
	38	39	31	18	47	25	11	Ipú.							
	B 46	47	42	23	58	44	13	18	Granja.						
	47	43	36	52	38	25	55	47 1/2	65	Icó.					
	51	45	40	43	47	22	41	42	23	19	Saboeiro.				
	52	49	40	43	52	21	39	30	47	27	13	Inhamuns.			
	60	45	48	58	52	32	59	49	67	15	23	22	Crato.		
	66	62	55	65	58	38	61	56	75	19	21	27	7 1/2	Jardim.	
	36	40	35	44 1/2	44	41	17 1/2	25	15	64	58	55	70	78	Acaracú.
Comarcas confinantes.															

N. B. Os algarismos deste modelo indicão as distancias em linha recta.

Nos mappas os algarismos devem indicar as distancias pelo caminho mais commode e frequentado.

O simples algarismo indica que só ha transporte por terra.

A letra A indica que só ha transporte por agua.

A letra E que ha transporte por agua e por terra.

N. 295. — GUERRA. — Em 11 de Agosto de 1868.

Declara as condições com que podem ser aceitas as amostras dos concorrentes aos fornecimentos do Arsenal de Guerra da Corte.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 11 de Agosto de 1868.

Declaro a V. S., para seu conhecimento e devidos effeitos que, ainda quando o Arsenal de Guerra tenha remettido á Commissão de compras as amostras que, nos termos do disposto no art. 44 do Regulamento de 23 de Julho ultimo, devão servir de base ás propostas, que tenham de ser apresentadas, podem ser aceitas as amostras dos concorrentes, uma vez que assim se declare nos annuncios, e não se exponhão as do Arsenal, mas sómente os modelos: ou quando, não tendo sido feita tal declaração nos annuncios, e achando-se expostas as amostras, sejão prevenidos todos os concorrentes de que podem cingir-se ás mesmas, ou sujeitar as suas ao exame e escolha da Commissão.

Deus Guarde a V. S. — *Doutor de Curitiba*. — Sr. José Antonio de Calazans Rodrigues.

N. 296. — FAZENDA. — Em 11 de Agosto de 1868.

Manda abonar a Theobald Wenceslao Garcia Chaves a percentagem que lhe foi negada pela Thesouraria de Pernambuco, relativamente ao met. de Maio, das quantias arrecadadas mediante processos executivos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 11 de Agosto de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, a quem foi presente o officio do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Pernambuco, n.º 242 de 19 de Junho proximo preterito, e o

recurso que o acompanhou, interposto pelo Bacharel Wenceslão Garcia Chaves da decisão do mesmo Sr. Inspector, negando-lhe o direito á porcentagem relativa ao mez de Maio, de quantias arrecadadas mediante processos executivos, sob o fundamento de que—desde a execução do Decreto n.º 4453 de 6 de Abril ultimo, que supprimio o lugar, que o recorrente exercia, de Ajudante do Procurador Fiscal, não devera elle ter praticado mais acto algum na qualidade de Ajudante do da Fazenda, visto como *ipso facto* fôra este lugar tambem supprimido: attendendo a que o recorrente, considerado addido á Thesouraria, por força do citado Decreto, devia, enquanto o contrario não fosse pelo Governo ordenado, continuar no exercicio do cargo para que havia sido nomeado pelo Ministerio da Fazenda: e considerando que effectiva e legalmente o recorrente desempenhou, pelo tempo a que corresponde a porcentagem de que pede pagamento, as funções de Procurador dos Feitos, que nas Provincias são cumulativas com as de Procurador Fiscal; resolveu dar provimento ao recurso para o fim de ser abonada ao mencionado Bacharel Garcia Chaves a porcentagem que lhe foi negada. O que communica ao supradito Sr. Inspector para seu conhecimento e devida execução.

Visconde de Ilhaborahy.

N. 297.—FAZENDA.—EM 41 DE AGOSTO DE 1868.

Declara que as Administrações provinciaes podem estabelecer o imposto de decima sobre as casas de conventos de Frades, porém não estão autorisadas a cobrar impostos sobre os escravos pertencentes aos mencionados conventos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 41 de Agosto de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Sendo presente á Secção de Fazenda do Conselho de Estado o requerimento, transmittido por essa Presidencia com officio n.º 75 de 5 de Dezembro de 1862, do Abbade do Mosteiro de S. Bento e do Prior do Convento do Carmo da Cidade

de S. Paulo, representando contra a Lei Provincial n.º 8 de 19 de Maio do dito anno, que em seu art. 4.º § 5.º estabeleceu o imposto provincial de decima sobre as casas de Conventos de Erades, e no § 47 o de dez mil reis sobre cada escravo de 40 a 50 annos, pertencente a taes conventos; foi a mesma Secção de parecer, com o qual Se Conformou Sua Magestade o Imperador por Sua immediata Resolução de 25 do mez passado, que não ha illegalidade de disposição quanto ao § 5.º, ou imposto da decima, visto como as Assembléas Provinciaes tem o direito de crear impostos—salvos os limites Constitucionaes, e em relação ao de que se trata esses limites não foram feridos; não assim, porém, quanto ao imposto de dez mil réis do § 47, pois que, recahindo elle sobre materia já tributada por lei geral, prejudica a renda do Estado: mas que, tratando-se de uma questão que envolve o preceito do art. 40 § 5.º do Acto Adicional, e tem sido levantada por diversas occasiões e differentes motivos, o meio mais apropriado para terminá-la, é solicitar do Poder Legislativo a necessaria e ampla interpretação do citado preceito, tanto mais quando, em relação ao caso vertente, a Lei Provincial, contra a qual os supplicantes representão está sancionada e se acha em execução ha seis annos. O que communico a V. Ex. para seu conhecimento e fins convenientes.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*,
—Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo,

N. 293.—FAZENDA.—Em 12 DE AGOSTO DE 1868.

Approva o procedimento da Thesouraria do Ceará, mandando relaxar a prisão administrativa a que estava sujeito o ex-Thesoureiro da mesma Repartição, visto ter sido confirmada a absolvição por accordão da Relação.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 12 de Agosto de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Ceará que approva o

ter relaxado a prisão administrativa, a que estava sujeito, em conformidade do Decreto n.º 657 de 3 de Dezembro de 1849, o ex-Thesoureiro dessa Repartição Luiz Antonio da Silva Vianna, visto ter sido confirmada a absolvição do dito Thesoureiro por accordão da Relação, conforme participou no seu officio n.º 58 de 6 de Junho do corrente anno; recommendando-lhe, porém, que informe ao Thesouro se forão tomadas as medidas necessarias para acautelar os interesses da Fazenda, procedendo-se, como prescreve o art. 6.º do citado Decreto, civilmente contra os fiadores do ex-Thesoureiro.

Visconde de Itaborahy.

N. 299. —FAZENDA.—EM 12 DE AGOSTO DE 1868.

Declara que os Officiaes da Armada embarcados em transportes estão sujeitos ao imposto de 3 %.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 12 de Agosto de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Mato Grosso de 29 de Fevereiro ultimo, sob n.º 45, em que consulta sobre a cobrança do imposto dos 3 % aos Officiaes da Armada embarcados nos navios da flotilha, declara ao dito Sr. Inspector que se os navios da flotilha empregão-se no serviço de transporte, os seus Officiaes estão sujeitos ao desconto do citado imposto, conforme já foi decidida a reclamação feita pelo Capitão de fragata João Gomes de Aguiar, cuja decisão foi communicada ao Ministerio da Marinha por Aviso de 12 de Junho do corrente anno; se porém achão-se no serviço de guerra para impedir a invasão do inimigo, ficão comprehendidos na excepção do § 2.º do art. 4.º do Decreto n.º 3977 de 12 de Outubro do anno passado.

Visconde de Itaborahy.

N. 300.—FAZENDA.—EM 12 DE AGOSTO DE 1868.

Recommenda a maior pontualidade no pagamento dos juros das apolices da dívida publica.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. —Rio de Janeiro, em 12 de Agosto de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia da Bahia, em resposta ao seu officio n.º 129 de 23 de Junho ultimo, que, com quanto seja necessaria a concessão de credito definido para realisar-se qualquer despeza, a venda das apolices nas Provincias exige uma excepção á essa regra. A Circular de 14 de Novembro do anno passado teve em vista facilitar semelhante operação, que não teve todo o desenvolvimento que era de esperar pelos embaraços, que a principio apparecêrão; e a providencia adoptada pela mesma Circular de dispensar ordens especiaes para o pagamento dos juros deixaria algumas vezes de produzir os seus effeitos, se a despeza ficasse dependendo da concessão de credito definido, porque isso causaria a demora que se quiz evitar. Sendo de interesse do Thesouro obter capitaes nas Provincias por meio desta operação, convém que, entre outras medidas, tenha-se muito em vista a pontualidade daquelle pagamento, a fim de que esses capitaes não procurem outro emprego que offereça maior promptidão e facilidade na entrega dos titulos e recebimento da renda. E nem do credito illimitado resulta neste caso inconveniente algum á fiscalisação e legalisação das contas; visto que pelo facto de emitir-se a apolice fica implicitamente autorisada a despeza, e para occorrer ao deficit da verba ha a faculdade de abrir-se credito supplementar.

Visconde de Itaborahy.

N. 301.—FAZENDA.—EM 12 DE AGOSTO DE 1868.

Ordena que não seja, até ulterior deliberação do Governo, installada a Alfandega de S. Francisco, na Província de Santa Catharina.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 12 de Agosto de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Não convindo que sem ulterior deliberação do Governo seja installada e funcione desde já a Alfandega, a cuja categoria foi elevada por Decreto n.º 4130 de 28 de Março do corrente anno a Mesa de Rendas existente no porto de S. Francisco dessa Província; dê V. Ex. as necessarias ordens para que continuem em inteiro vigor as disposições do Decreto n.º 4922 de 11 de Abril de 1857 habilitando a dita Mesa de Rendas para os despachos nelle mencionados.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*.—Sr. Presidente da Província de Santa Catharina.

N. 302.—FAZENDA.—EM 13 DE AGOSTO DE 1868.

Indefere o requerimento dos Praticantes da Thesouraria de Fazenda do Paraná, pedindo o abono de 100,000 annuaes, concedido aos individuos que se oppuzessem aos lugares que elles ora occupão.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 13 de Agosto de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Província do Paraná de 2 de Abril ultimo, sob n.º 28, e que acompanhou o requerimento dos Praticantes da mesma Thesouraria, pedindo que se lhes mande pagar a quantia de cem mil réis annuaes, desde que assumirão o exercicio de suas funcções, e

que foi concedida pela ordem n.º 54 de 25 de Novembro de 1864, como gratificação aos individuos que se oppuzessem aos lugares que elles ora occupão; declara ao dito Sr. Inspector que os referidos Praticantes não estão no caso de ser deferidos; porquanto, a mencionada ordem de 25 de Novembro não pôde ter applicação ao que elles pretendem, uma vez que foi expedida para o caso especial a que ella se refere, e não estabelece regra que se deva observar quando se derem vagas e provimentos dos lugares de Praticantes; não tendo portanto os supplicantes direito á gratificação que requerem, mas unicamente ao vencimento marcado por Lei aos seus Empregos.

Visconde de Itaborahy.

N.º 303. — FAZENDA. — EM 13 DE AGOSTO DE 1868.

Indefere o recurso de Monat & Borel contra a differença de direitos exigida pela Alfandega da Bahia pelo accrescimento encontrado em um despacho de chales de lã.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 13 de Agosto de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia da Bahia, que o mesmo Tribunal, tendo presente o seu officio n.º 422 de 13 de Junho ultimo, a que acompanhou o recurso interposto pelos negociantes H. Monat & Borel da decisão dessa Thesouraria confirmatoria da da respectiva Alfandega, que os sujeitou ao pagamento, não só dos direitos da differença entre 20 chales de lã estampados lisos que propuzeram a despacho o 20 duzias, que na conferencia verificou-se existirem na caixa, resolveu indeferir o referido recurso, e sustentar a decisão citada, por estar de accordo com os arts. 553 do Regulamento das Alfandegas de 19 de Setembro de 1860, e 25

do Decreto de 31 de Dezembro de 1863; não procedendo o primeiro argumento do recorrente, deduzido do engano do escriptuario da nota do despacho; não só porque a factura declara expressamente 240 chales, como porque o regulamento e o Decreto nas disposições citadas são imperativas, e o Tribunal só nos casos de differença para menos tem tomado em consideração allêgações semelhantes; o segundo argumento é um desses lugares communs, a que se soccorrem todos os recorrentes, e que o Tribunal tem sabido repellir com aquelle criterio e zelo, que tanto o distingue pelos interesses da Fazenda; o terceiro finalmente não pôde aproveitar á vista das differentes especies de vestuario incluídas na caixa, sendo certo que se não fosse o zelo dos conferentes na conferencia dessas mercadorias em sua quantidade e quantidade, seria incontestavelmente prejudicada a Fazenda Nacional na percepção dos direitos da differença de vinte chales para vinte duzias de chales.

Visconde de Itaborahy.

N. 304.—FAZENDA.—EM 13 DE AGOSTO DE 1868.

Declara que o Banco do Brasil não pôde fazer outras operações além das designadas nos seus estatutos, sendo-lhe por isso vedada toda e qualquer operação de cambio, seja por conta propria ou de terceiro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 13 de Agosto de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Communico a V. Ex., para os devidos effeitos, que sendo presente a Sua Magestade o Imperador o officio n.º 702 de 15 de Janeiro ultimo, no qual V. Ex. solicita uma interpretação da emenda 5.ª feita ao § 8.º do art. 47 do projecto de estatutos desse Banco pelo Decreto n.º 3739 de 23 de Novembro de 1866, por

parecer-lhe, bem como á respectiva Directoria, que tal emenda não póde ter applicação ás operações de cambio com as praças estrangeiras por conta de terceiro, declarando ao mesmo tempo que o Banco se offerece, se o Governo tambem assim entender a emenda, para incumbir-se das operações cambiaes necessarias ao Thesouro, mediante as clausulas constantes do dito officio: Houve o Mesmo Augusto Senhor por bem Decidir, por Sua Immediata Resolução de 31 do mez passado, Tomada sobre consulta da Secção de Fazenda do Conselho de Estado, — que esse Banco não póde fazer outras operações além das designadas em seus Estatutos, como forão approvados pelo Governo; não carecendo de interpretação a supra-citada emenda, visto como em termos absolutos veda-lhe ella toda e qualquer operação de cambio sobre as praças estrangeiras, seja por conta propria, seja por conta de terceiro.

Deus guarde a V. Ex. — *Visconde de Itaborahy*.
— Sr. Conselheiro de Estado Presidente do Banco do Brasil.

N. 303. — GUERRA. — EM 13 DE AGOSTO DE 1868.

Manda abonar todos os vencimentos militares a um 2.º Cirurgião contractado até a data da rescisão do seu contracto, tendo desempenhado simultaneamente com o serviço militar commissão estranha a Repartição da Guerra.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 13 de Agosto de 1868.

Hlm. e Exm. Sr. — Ficando approvada a deliberação por V. Ex. tomada, de mandar pagar ao Dr. Thomé Maria Cavalcanti todos os seus vencimentos militares, como 2.º Cirurgião contractado até a data da rescisão do respectivo contracto, visto ter elle desempenhado simultaneamente com o serviço militar, commissão

estranha ao Ministerio da Guerra; assim o communico a V. Ex. para seu conhecimento, e em resposta ao seu officio sob n.º 28, de 12 de Junho proximo passado.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Muritiba*. —
Sr. Presidente da Provincia do Amazonas.

N. 306. — GUERRA. — EM 13 DE AGOSTO DE 1868.

Declara que as vantagens de Major de Praça são devidas segundo o posto de quem o exercer na forma da tabella do 1.º de Maio de 1858.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 13 de Agosto de 1868.

Ilm. e Exm. Sr. — Tendo V. Ex. remettido com o seu officio de 7 de Julho findo, sob n.º 246, o requerimento em que o Capitão de Artilharia Tibúrcio Hilario da Silva Tavares representa contra a Thesouraria de Fazenda dessa Provincia, por lhe haver impugnado o pagamento de etapa e forragem, a que se julga com direito, na razão de 1\$400 diários, e não de 1\$000, como Major da Praça do Presidio de Fernando de Noronha, declaro a V. Ex., para seu conhecimento e fins convenientes, que bem procedeu a referida Thesouraria de Fazenda, visto que, o lugar de Major de Praça, podendo ser desempenhado por qualquer Official do posto de Tenente para cima, as respectivas vantagens são devidas, na forma da tabella do 1.º de Maio de 1858, segundo o posto de quem o exercer, conforme se explicou em Aviso n.º 244 de 24 de Maio do mesmo anno a respeito de pretensão identica do Major da Praça da Fortaleza do Macapá, na Provincia do Pará.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Muritiba*. —
Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 307. — JUSTIÇA. — AVISO DE 13 DE AGOSTO DE 1868.

Ao Presidente do Tribunal do Commercio da Córte.—Declara que o art. 17 do Regulamento n.º 737 de 25 de Novembro de 1850 não impõe á Praça do commercio o dever de informar sobre a profissão habitual do commerciante matriculado.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.
—Rio de Janeiro 13 de Agosto de 1868.

Em 23 de Janeiro ultimo, V. S. communicou que tendo requerido Luiz Antonio da Silva Villela lhe attestasse o Tribunal do Commercio, se Antonio José de Azevedo Maia, commerciante fallido e re-habilitado, exercia actualmente sua profissão, a comissão da praça, á quem, nos termos do art. 17 do Decreto n.º 737 de 25 de Novembro de 1850, fôra remettido o requerimento para informar, respondêra que, em casos taes, não lhe corria rigorosa obrigação de o fazer, porque o mesmo Decreto não se refere a ella, quando emprega a palavra—Praça.

Em solução desta duvida o Governo Imperial declara a V. S. que o art. 17 citado não impõe á praça do commercio o dever de informar sobre a profissão habitual do commerciante matriculado; sendo porém certo que é do interesse immediato da associação da praça e portanto da comissão como seu órgão e representante, concorrer effizamente para a investigação e esclarecimento dos factos relativos á sua classe, auxiliando a autoridade a bem da administração da justiça e regularidade do fôro commercial.

Que da resposta da comissão não se induz recusasse ella a informação, mas sim que se julgava incompetente para dal-a por ter fallido a mais de doze annos, o commerciante matriculado, cuja profissão habitual se inqueria; por quanto a ignorancia, em que se confessa, da profissão habitual de um commerciante matriculado, é já de si presumpção vehemente contra o effectivo exercicio dessa profissão.

Concluindo, espera o mesmo governo que entre esse Tribunal e a praça continue aquelle espirito de harmonia e deferencia, que sempre tem exis-

tido entre duas tão importantes instituições, e do qual depende a boa execução das leis especiaes do commercio: o que tudo V. S. fará constar.

Deus Guarde a V. S.—*José Martiniano de Alencar*,
Sr. Presidente do Tribunal do Commercio da Côrte.

N. 308.—JUSTIÇA.—AVISO DE 13 DE AGOSTO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia da Parahyba. — Declara que não se póde fazer additamento algum ao libello, depois de offerecido pela Promotoria Publica.

2.^a Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.
—Rio de Janeiro, 13 de Agosto de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio de 21 de Outubro do anno passado, no qual o antecessor de V. Ex. communicou que, tendo consultado o Promotor Publico ao Juiz de Direito da Comarca de Teixeira, se, á vista de novas provas, podia alterar o libello logo depois de offerecido, ou se cumpriria aguardar a accusação para então o fazer, respondêra aquelle Magistrado que, na hypotheze figurada, não cabe additamento algum, correndo ao órgão da Justiça o dever de ajuntar ao processo os documentos de novo obtidos, visto como, perante o jury, é-lhe permittido affastar-se da classificação do crime feito anteriormente.

E o Mesmo Augusto Senhor Houve por bem Mandar approvar esta decisão, porque a alteração, exigindo novas cópias na fórma do art. 341 do regulamento n.º 120 de 31 de Janeiro de 1842 e dando lugar á modificação da contrariedade, segundo se deprehende do art. 342, retardaria sem necessidade o julgamento; o que communico a V. Ex. para sua intelligencia e devida execução.

Deus guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar*.—Sr. Presidente da Provincia da Parahyba.

N. 309.—IMPERIO.—EM 13 DE AGOSTO DE 1868.

Ao Director da Faculdade de Medicina da Bahia.—Declara que os alumnos do curso de pharmacia devem prestar o respectivo juramento na occasião em que o prestarem os que terminarem o curso medico.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 13 de Agosto de 1868.

Sua Magestade o Imperador, Attendendo á representação feita pelos estudantes do 3.º anno de pharmacia da Faculdade de Medicina da Bahia no requerimento que V. S. remetteu com o seu officio de 11 do mez passado, Ha por bem que os alumnos daquelle curso prestem em acto solemne, como já se pratica na Faculdade de Medicina da Côrte, o juramento constante do formulario annexo ao regulamento complementar dos estatutos vigentes, na mesma occasião em que o prestão e recebem o grão os que terminão o curso medico.

O que communico a V. S. para seu conhecimento.

Deus Guarde a V. S. — *Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Director da Faculdade de Medicina da Bahia

N. 310.—MARINHA.—AVISO DE 13 DE AGOSTO DE 1868.

Prohibe que os commandantes e officiaes dos navios da armada conduzão a bordo generos de commercio

N. 1335.—2.ª secção.—Ministerio dos Negocios da Marinha.—Rio de Janeiro, 13 de Agosto de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Declaro á V. Ex. que o Aviso de 21 de Outubro de 1857, prescrevendo os generos, que, a titulo de agasalhados, podião os commandantes e officiaes dos navios de guerra ou transportes, de conformidade com a portaria da Real

Junta de Fazenda de 26 de Outubro de 1798, conduzir nos seus camarotes e alojamentos, fica em todas as suas partes revogado, bem como a mesma portaria, sendo unicamente permittido aos ditos commandantes transportar dinheiro amoedado, prata, ouro e pedras preciosas, sob sua responsabilidade, e precedendo os despachos legaes, mediante a commissão, que percebem as companhias de paquetes á vapor.

Declaro outrosim á V. Ex. que as encomendas destinadas a empregados, officiaes e praças de mar e terra, que ora se achão no theatro da guerra, serão entregues, nesta Côrte, no Arsenal da Marinha, e, fóra daqui, no estabelecimento, em que se achar a principal autoridade militar, acompanhando-as uma relação dos objectos contidos em cada volume, devendo as autoridades, a quem taes relações forem enviadas, ter muito cuidado em que a pretexto de encomendas não sejam remettidos generos, que tenham differente destino.

O que tudo terá V. Ex. por muito recommendado, tomando as providencias, que julgar convenientes, a fim de que sejam estas ordens rigorosamente cumpridas.

Deus guarde a V. Ex. — *Barão de Cotegipe*. —
Sr. Encarregado do Quartel General da Marinha.

N. 311. — IMPERIO. — EM 14 DE AGOSTO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia do Pará. — Declara não ser approvada uma despesa que fez por não ser das urgentes e indispensaveis que os Presidentes de Provincia podem autorizar.

5.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio, em 14 de Agosto de 1868.

Ilm. e Exm. Sr. — Em officio n.º 51 de 25 de Junho ultimo o antecessor de V. Ex. dá conta ao Governo Imperial de ter feito a despesa de 75\$000 com a illuminação do palacio nas noites de 15, 16 e 17 de Março e 30 de Abril do corrente anno, por accasião das faustas noticias da guerra com o Paraguay.

Essa despesa não foi approvada, por não ser das urgentes e indispensaveis que os Presidentes de Provincia podem autorizar nos termos dos Decretos n.º 158 de 7 de Maio de 1842 e n.º 2884 do 4.º de Fevereiro de 1862, nem haver motivo algum, ainda o de regozijo publico, que exclúa o respeito á Lei e dispense sua fiel execução.

Nada ha portanto que providenciar por parte do Governo Imperial para o respectivo pagamento.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Souza.* — Sr. Presidente da Provincia do Pará.



N. 312.—IMPERIO.—EM 14 DE AGOSTO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia da Parahyba.—Declara que os Presidentes de Provincia não podem autorizar pelos créditos que lhes são concedidos para fins determinados despezas de natureza diversa, ainda que se dêem sobras nos ditos créditos.

5.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 14 de Agosto de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Foi presente ao Governo Imperial o officio n.º 23 de 24 de Julho ultimo, em que o antecessor de V. Ex. pede approvação da deliberação, que tomou, de mandar applicar ao pagamento das despezas, feitas para decoração e aquisição de objectos do serviço do palacio, as sobras que ficarão do credito de 2:727\$000 para reparos do mesmo edificio, concedido por Aviso deste Ministerio de 10 de Janeiro do corrente anno, pela verba — Obras especiaes do Ministerio do Imperio—do exercicio de 1867 a 1868.

Não sendo permittido aos Presidentes de Provincia autorizar, pelos credits que lhes são concedidos para fins determinados, despezas de natureza diversa, ainda que se dêem sobras nos ditos credits, foi irregular o procedimento do antecessor de V. Ex., e não pôde approvar-lo o Governo Imperial.

Tanto mais estranhavel é semelhante procedimento, quanto no Aviso, pelo qual foi feita a concessão daquelle credito, se declarou expressamente que, durante o exercicio, não poderia autorizar-se despeza alguma relativa á decoraçào e á acquisição de objectos do serviço do palacio; ao que accresce não ter o antecessor de V. Ex. participado sequer qual a importancia das sobras e, por conta destas, qual a que leve differente applicação.

Convém ainda ponderar que, no caso de que se trata, a despeza illegalmente feita devia correr pela verba — Presidencias de Provincias —, e não pela destinada a obras especiaes do Ministerio do Imperio, á qual se refere o credito concedido.

Cumpre portanto que V. Ex., dando conhecimento desta resolução á Thesouraria de Fazenda, determine que se expeção, na fórma das disposições em vigor, as ordens necessarias para tornar-se effectiva a repositição da quantia que indevidamente se despendeu.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia da Parahyba.



N. 313.—IMPERIO.—EM 14 DE AGOSTO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia das Alagóas.—Declara que devem ser sempre de quantia definida os creditos abertos pelos Presidentes de Provincia sob sua responsabilidade para cada rubrica da Lei de Orçamento em que houver deficiencia.

5.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 14 de Agosto de 1868.

Illm. e Exm. Sr.—Em resposta ao officio n.º 23 de 24 de Julho ultimo em que o antecessor de V. Ex., referindo as providencias que deu para combater a epidemia da varíola que se manifestou em alguns pontos da Provincia, participa que, para occorrer ás despezas, abraira sob sua responsabilidade um credito illimitado; cabe-me declarar a V. Ex. que, devendo ser sempre de quantia definida os creditos

abertos pelos Presidentes de Província sob sua responsabilidade para cada rubrica da Lei de Orçamento em que houver deficiência, (art. 6.º do Decreto n.º 2884 do 1.º de Fevereiro de 1862), não foi approvedo o procedimento do antecessor de V. Ex. Convém que se regularise a despesa, fixando-se a respectiva importancia.

Neste sentido V. Ex. expedirá as convenientes ordens á Thesouraria de Fazenda.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Província das Alagoas.

N. 314.—IMPERIO.— EM 14 DE AGOSTO DE 1868.

Circular.—Aos Presidentes.—Recommenda a observancia da Legislação que regula a autorização de despesas pelos Presidentes de Província sob sua responsabilidade.

5.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 14 de Agosto de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Tendo negado approvação a diversas despesas ultimamente feitas por alguns Presidentes sem attenção ao que dispõe o Decreto n.º 2884 do 1.º de Fevereiro de 1862, e mais legislação em vigor, e mandado que as Thesourarias de Fazenda promovão as devidas reposições; para que não se repitão irregularidades tão flagrantes como as de autorizarem os mesmos Presidentes, sob sua responsabilidade, despesas que não as especificadas no citado Decreto, e abrirem creditos illimitados, quando só lhes é permittido fazê-lo de quantia definida, além dos excessos que tem havido das consignações marcadas na distribuição dos creditos deste Ministerio, e despesas feitas por conta de uma verba de quantias creditadas para outros fins, recommendo a V. Ex. a fiel observancia do art. 70 do Decreto n.º 736 de 20 de Novembro de 1850, Decreto n.º 158 de 7 de Maio de 1842, Decreto n.º 2884 do 1.º de Fevereiro de 1862, e mais disposições concernentes

ao assumpto; e acresceto que, se no prover ás necessidades da Administração deve-se ter sempre em vista a economia, ordem e fiscalisação dos dinheiros publicos, hoje, no estado excepcional em que se achão as finanças do Brasil, e quando a guerra exige sacrificios e recursos extraordinarios, só deve V. Ex. ordenar aquellas despezas que forem imprescindiveis e rigorosamente obrigadas.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Souza*. — Sr. Presidente da Provincia de...



N. 315.—FAZENDA.—EM 14 DE AGOSTO DE 1868.

A gratificação de 10 % não deve ser extensiva aos melhoramentos de vencimento que obtiverem os agraciados.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 14 de Agosto de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para sua intelligencia e fins convenientes, que a gratificação de 10 %, já concedida a alguns Empregados em virtude do Decreto n.º 2343 de 29 de Janeiro de 1859, e conservada pelo Decreto n.º 4453 de 6 de Abril do corrente anno, não deve ser extensiva aos melhoramentos de vencimento que obtiverem aquelles agraciados; e recommenda aos mesmos Srs. Inspectores que verifiquem se forão pagos os sellos e direitos da maioria pelos Empregados, que tem sido promovidos e gozão de semelhante gratificação, por contarem mais de trinta annos de serviço.

Visconde de Itaborahy.

N. 316.—FAZENDA.—EM 17 DE AGOSTO DE 1868.

Approva a deliberação da Thesouraria de Fazenda da Bahia, relativa ao levantamento de uma quantia recolhida ao cofre publico pelos inquilinos de um sobrado pertencente á testamentaria de uma finada, em virtude de sequestro feito nos mesmos alugueis.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 17 de Agosto de 1868.

O Visconde de Itaboraay, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, a quem foi presente o officio n.º 70 de 21 de Abril ultimo—no qual o Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Bahia dá conta da deliberação que tomára em sessão da Junta,—de deferir a pretensão de D. Josepha Joaquina dos Santos, relativa ao levantamento da quantia de 425\$440 recolhida ao cofre do deposito publico pelos inquilinos de um sobrado pertencente á testamentaria de sua finada mãe, em virtude de sequestro feito nos respectivos alugueis pelo Juizo de Direito da 1.ª Vara em correção; visto que a Recebedoria da mesma Provincia, fundada na disposição do Regulamento n.º 131 do 1.º de Dezembro de 1845 e Circular n.º 37 de 11 de Setembro de 1865, recusára cumprir o precatório expedido pelo Juizo da Provedoria para tal levantamento, e dirigindo-se a supplicante ao referido Juizo de Direito, mandára este que recorresse á Thesouraria; declara ao dito Sr. Inspector, para os fins convenientes, que acertadamente procedeu deferindo a pretensão, pela consideração de que a regra estabelecida nas disposições supramencionadas não o podia obstar, na especie sujeita: porquanto, sendo as attribuições do Juizo correccional, como bem pondera o Sr. Inspector no citado officio, accidentaes e extraordinarias, pois elle tem apenas por fim fiscalisar o procedimento dos Juizes de categoria inferior á sua e dos Officiaes publicos e mais funcionarios encarregados de attribuições judiciais, a bem dos interesses da justiça criminal e da civil sob todas as suas relações; é evidente que os actos dos Juizes Correccionaes não podem impedir o curso das jurisdicções ordinarias em processos pendentes, competindo a estas, portanto, não só proseguir no an-

damento desses processos para julgar-os a final, mas também deprecar ou ordenar as diligencias que lhes parecerem necessarias, como fez o Juizo da Provedoria, mandando levantar o dinheiro depositado por ordem do Juiz de Direito em Correção, a fim de o poder entregar a quem de direito fosse, sem duvida para julgar as contas da testamentaria.

Visconde de Haborahy.

N. 317. — GUERRA. — EM 17 DE AGOSTO DE 1868.

Declara que o ex-Almoxarife do Hospital Militar Provisorio do Andarahy tem direito aos respectivos vencimentos até o dia, em que esteve fazendo entrega dos objectos, que estavam a seu cargo.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 17 de Agosto de 1868.

Declaro a Vm., para seu conhecimento e devidos effectos, que o ex-Almoxarife do Hospital Militar Provisorio do Andarahy, Francisco Poligonio de Souza Magalhães, tem direito aos respectivos vencimentos desde o dia 6 ao ultimo de Julho proximo findo, em que esteve fazendo entrega ao seu substituto dos objectos que se achavão a seu cargo.

Deus Guarde a Vm. — *Barão de Muritiba.* — Sr. Domingos José Alvares da Fonseca.

N. 318. — GUERRA. — EM 18 DE AGOSTO DE 1868.

Declara que nos termos de inspecção de saude dos Officiaes e praças do Exercito se deve mencionar o tempo de serviço, que contão.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 18 de Agosto de 1868.

Hlm. e Exm. Sr. — Convindo que nas informações, que V. Ex. presta sobre os Officiaes e praças inspec-

cionados de saúde, se mencione no respectivo termo relativamente aos que estiverem no caso de serem reformados, qual o tempo de serviço que contão : assim o declare a V. Ex. para seu conhecimento e execução.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Muritiba.* —
Sr. João Frederico Caldwell.

N.º 349. — JUSTIÇA. — AVISO DE 48 DE AGOSTO DE 1868.

Ao Presidente da Província das Alagoas. — Decide que, quando um pai não tem bens de raiz para garantir as legítimas dos filhos menores, deve não obstante proceder á inscripção de sua hypotheca no tempo e pelo modo marcado nos §§ 17 e 22 do art. 9.º da Lei de 24 de Setembro de 1864, e nos arts. 199 e 212 do Regulamento de 26 de Abril de 1865.

2.ª Secção. — Ministerio dos Negocios da Justiça.
— Rio de Janeiro, em 48 de Agosto de 1868.

Ilm. e Exm. Sr. — Em officio n.º 43 de 44 de Julho findo, tratando de duvida na applicação da Lei Hypothecaria de 24 de Setembro de 1864, o antecessor de V. Ex. communicou que, tendo-lhe consultado o Juiz Municipal do termo de Porto Calvo sobre as providencias a tomar, quando um pai não tem bens de raiz para garantir as legítimas de seus filhos menores, respondêra que, não obstante, deveria elle proceder á inscripção de sua hypotheca no tempo e pelo modo marcado nos §§ 17 e 22 do art. 9.º da mesma Lei e nos arts. 199 e 212 do Regulamento de 26 de Abril de 1865, inscripção cujo effeito é affectar desde logo quaesquer immoveis que venha a adquirir para o futuro; não tendo lugar em tal hypothese a nomeação de tutor, como opina o Juiz, visto que, em virtude do patrio poder, é o pai administrador nato e usufructuario dos bens de seus filhos.

Sua Magestade o Imperador a Quem foi presente esta solução, Houve por bem Mandar approval-a por conforme á legislação em vigor; o que communico a V. Ex. para seu conhecimento.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar*.—Sr. Presidente da Provincia das Alagôas.

N. 320. — FAZENDA. — EM 18 DE AGOSTO DE 1868.

Os direitos a deduzir das armações de aço para saias balões arrematadas para consumo, devem ser os que vigoravão na data do despacho da Inspectoria da Alfandega.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 18 de Agosto de 1868.

Communico ao Sr. Inspector interino da Alfandega do Rio de Janeiro, para sua intelligencia e devidos effeitos, que o Tribunal do Thesouro Nacional, tomando conhecimento do recurso de Wahnean & Comp., resolveu dar-lhe provimento, a fim de ser entregue aos recorrentes a quantia que restou, depois de pagos os respectivos direitos, da venda para consumo de uma caixa, n.º 597, contendo 30 duzias de armações de aço para saias balões, vindas do Havre na galera *Tijuca* em Abril de 1867, sendo os direitos calculados na razão de 30 % de 1\$200, valor de cada armação, e não da de 900 réis por armação, como pretendeu essa Inspectoria; visto que aquella foi a taxa pela qual se mandárão calcular os direitos da mercadoria em questão por despacho de 18 de Janeiro do corrente anno, embora posteriormente outra regra se estabelecesse.

Visconde de Itaborahy.

N. 321. — FAZENDA. — EM 13 DE AGOSTO DE 1868.

Da provimento ao recurso de um Collector, interposto da decisão da Thesouraria da Bahia que o julgou sujeito ao desconto de 40% sobre uma quantia entregue em notas de 5\$000 da 3.ª estampa e 40\$000 côr de telha.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 13 de Agosto de 1868.

O Visconde de Haborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Bahia, para os devidos effeitos, que sendo-lhe presente, com o officio da Thesouraria n.º 37 de 29 de Fevereiro proximo passado, o recurso do Collector da Villa da Feira de Santa Anna da mesma Provincia, Major Joaquim José Pedreira Mangabeira, interposto do despacho que sujeitou ao desconto de 40% a quantia de 4:780\$000 por elle entregue, no mez de Janeiro ultimo, em notas de 5\$000 da 3.ª estampa e 40\$000 da 2.ª, côr de telha, resolveu deferir favoravelmente o dito recurso; não só porque o recorrente, que exerce as funcções de Collector ha vinte e dous annos, e sempre tem procedido com honradez e probidade, como consta do mencionado officio, provou sufficientemente as suas allegações de haver recebido do Juizo de Orphãos do Termo notas dos valores citados no mez de Dezembro, anterior ao em que começãrão a soffrer desconto, e não ter tido conhecimento da Circular do Thesouro de 16 de Agosto de 1861 e Portaria da referida Thesouraria á Collectoria de Nazareth em 26 de Dezembro de 1867; mas ainda porque o dinheiro recolhido á Thesouraria não pertence a um particular, porém á Fazenda Nacional, arrecadado como foi por um seu Agente, e não pôde por isso soffrer desconto algum; tanto mais tendo-se verificado a entrega no mez immediato ao do encerramento do troco sem desconto.

Visconde de Haborahy

N. 322. —FAZENDA. — EM 19 DE AGOSTO DE 1868.

A gratificação dos dous terços dos vencimentos de que trata o art. 36 do Decreto n.º 4153 de 6 de Abril proximo passado, não deve ser abonada por serviços feitos durante a prorrogação das horas do expediente ordinario.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 19 de Agosto de 1868.

O Visconde de Itaboraity, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector interino da Thesouraria de Fazenda do Paraná, que procedeu erradamente executando a Ordem n.º 24 de 5 de Maio proximo passado, na parte referente ao art. 36 do Decreto n.º 4153 de 6 de Abril ultimo, pela maneira constante do seu officio n.º 66 de 8 de Junho; porquanto, o mesmo artigo não autorisa as Thesourarias a augmentar dous terços dos vencimentos aos Empregados para fazerem o serviço atrasado dentro da Repartição por meio de espaçamento das horas do expediente; mas unicamente torna applicavel a providencia estabelecida no art. 48 do Decreto de 29 de Janeiro de 1859 aos serviços actualmente em atrazo no Thesouro e Thesourarias, vedando contudo o desempenho de trabalhos por esse modo, antes de receberem as Thesourarias autorisação especial do Ministerio da Fazenda e ter sido previamente approvada a tabella das respectivas gratificações, na qual se devem prescrever as regras para a boa execução dos trabalhos e para a distribuição das gratificações, de sorte que estas não excedão a dous terços dos vencimentos que percebem os Empregados, a quem taes trabalhos forem encarregados fóra das horas do expediente ordinario.

Não tendo, portanto, a supracitada Ordem concedido semelhante autorisação, mas apenas declarado que não podia ser approvado o augmento de gratificações a collaboradores, como propozera o dito Sr. Inspector em officio n.º 27 de 31 de Marco, pois que os serviços em atrazo tem de ser incumbidos aos proprios Empregados, na forma do citado art. 36, adverte ao Sr. Inspector do erro que commetteu, e do modo precipitado por que se houve, despedindo os collaboradores, e espaçando o expediente por mais

duas horas para se executarem na Repartição trabalhos que são permitidos fóra della, — não dando ao Thesouro conta circumstanciada dos serviços atrazados, pois limitou-se a enviar uma relação de mui poucas contas a tomar —, e não hesitando, finalmente, em marcar aos Empregados dous terços dos seus vencimentos, sem exclusão do Porteiro e Continuo, que aliás não podem ser encarregados de trabalhos de escripturação.

Outrosim ordena ao referido Sr. Inspector que remetta ao Thesouro uma informação departida e explicita dos trabalhos em atrazo, que se devem fazer fóra do expediente ordinario e mediante gratificações, indicando de que importancia devem ser estas por cada um trabalho; que chame novamente os collaboradores despedidos e lhes abone as mesmas gratificações que percebião, até que se complete o pessoal do actual quadro, com tanto que não exceda o algarismo distribuido para o pessoal do mesmo; que faça repôr, no caso de se terem abonado, as gratificações que marcou, por serem indevidas, dando conta de assim o haver cumprido; e, por ultimo, que conserve a prorrogação das horas do expediente — sómente para se concluirem os trabalhos urgentes, sem dependencia de pagamentos de gratificações, que não são autorisadas por lei.

Visconde de Haborahy.

N. 323. — GUERRA. — EM 19 DE AGOSTO DE 1868.

Approva a medida de chamar-se por meio de annuncios a concorrência de propostas para a venda de retalhos de panño e de algodão do Arsenal de Guerra da Córte.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 19 de Agosto de 1868.

Declaro a V. S. que fica approvada a medida indicada em seu officio de 19 do corrente, de chamar-se

por meio de annuncios a concorrência de propostas para a venda dos retalhos de panno e de algodão do Arsenal de Guerra da Côrte.

Deus Guarde V. S.— *Barão de Muritiba*.— Sr. Francisco Carlos da Luz.

N. 324.— GUERRA.— EM 20 DE AGOSTO DE 1868.

Determina que se passem patentes aos individuos, a quem se tem concedido, ou se houver de conceder honras de postos militares.

Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios da Guerra, em 20 de Agosto de 1868.

Manda Sua Magestade o Imperador, por está Secretaria de Estado, declarar ao Conselho Supremo Militar, para seu conhecimento e fins convenientes, que por Sua Imperial Resolução de 12 do corrente Houve por bem, Conformando-se com a primeira parte da Consulta do mesmo Conselho de 27 do mez proximo passado, Determinar que se passem patentes aos individuos, a quem se tem concedido ou houver de conceder honras de postos militares, em attenção a relevantes serviços prestados na guerra actual contra o governo do Paraguay, e bem assim suscitar a observancia do Decreto de 13 de Março de 1824 quanto á concessão de patentes ás pessoas, a quem pelos empregos que occuparem na Repartição da Guerra forem devidas honras militares com uso de uniforme.

Barão de Muritiba.

N. 325.— FAZENDA.— EM 20 DE AGOSTO DE 1868.

Declara escusada a pratica de serem os documentos ou processos de despezas, depois de despachados pelos Inspectores das Thesourarias, contra-assignados pelos Contadores.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 20 de Agosto de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da

Thesouraria da Provincia da Bahia, em resposta ao seu officio n.º 445 de 5 de Julho ultimo, que, posto não se achem expressamente revogados os arts. 45 e 46 do Regulamento de 26 de Abril de 1832, é certo que no Thesouro não tem sido observados de ha muitos annos; porquanto, depois da reforma de 1850 foi alterado o modo por que até então se effectuavão as despezas, quér no Thesouro, quér nas Thesourarias, o que não succedeu quanto á receita, porque ainda hoje continuão em observancia os arts. 42, 43 e 44 daquelle Regulamento. De se não terem, porém, executado os citados artigos, nenhum inconveniente tem resultado á escripturação, ou á fiscalisação, visto que no Thesouro ha uma Secção especial para indicar se ha credito nas verbas, bem como nas Thesourarias é do dever das Contadorias examinal-o antes de se effectuarem as despezas. Portanto é inteiramente escusada a pratica que se observava nessa Thesouraria de serem os documentos, ou processos de despeza, depois de despachados pelo Inspector, contra-assignados pelo Contador, e por isso approva o seu acto de supprimir semelhante pratica por bem da maior expedição que convém dar ao serviço no interesse da Repartição e das partes, conforme participou no seu supracitado officio.

Visconde de Itaborahy.

— Expedio-se Circular ás Thesourarias de Fazenda no mesmo sentido.

N. 326.—FAZENDA.—EM 20 DE AGOSTO DE 1868.

Sobre dvidas ácerca da cobrança do imposto de 3 %; e declara que o pagamento dos direitos de 3 % a que estão sujeitos os Empregados no primeiro anno de exercicio, não prejudica a cobrança daquelle imposto.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 20 de Agosto de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da

Thesouraria da Província do Piauí, em resposta ao seu officio n.º 131 de 23 de Dezembro do anno passado, 1.º que o mestre de musica do estabelecimento de educandos artifices dessa Província, sendo como é criação provincial, só poderá ser sujeito ao imposto de 3 % sobre os vencimentos, se por acto Legislativo Provincial tiver sido declarado Professor publico, e perceber annualmente um conto de réis ou mais, e que não são obrigados ao mesmo imposto os mestres das officinas, por serem operarios pagos a jornal, e assim tambem o zelador do relogio publico da Capital, por não pertencer á categoria de Empregado, como opinou o respectivo Procurador Fiscal em seu parecer de 30 de Novembro do referido anno; 2.º que o pagamento dos direitos de 5 %, a que são obrigados os Empregados no primeiro anno do exercicio, não prejudica a cobrança do referido imposto; porquanto, na fórma do art. 2.º do Decreto n.º 3977 de 12 de Outubro de 1897 só são excluidos do calculo para aquella cobrança os descontos ou reduções que soffrerem os vencimentos por motivo de faltas de comparecimento dos Empregados ás Repartições com causa ou sem ella, licenças, montepio, e outras de natureza semelhante; 3.º finalmente, que não devem ser attendidos no calculo do imposto os descontos feitos aos Empregados Provinciaes para indemnisação de quantias que se lhes adiantão para se matricularem no Estabelecimento do Montepio dos Servidores do Estado, visto que a elles não se refere o art. 2.º do citado Decreto, mas unicamente aos do Exercito e Armada, que são pagos pela Administração Geral; cumprindo portanto que a cobrança se faça effectiva na razão das importancias dos vencimentos pagaveis aos ditos Empregados, na fórma do mencionado Decreto.

Visconde de Ilaborahy.

N. 327.—FAZENDA.—EM 20 DE AGOSTO DE 1868.

Solve duvidas ácerca da cobrança do imposto de 3 %.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 20 de Agosto de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para seu conhecimento, e a fim de esclarecer duvidas semelhantes ás que forão propostas pela Thesouraria da Provincia do Piahy em officio n.º 131 de 23 de Dezembro do anno passado, que nesta data se lhe declara:

1.º Que o mestre de musica do estabelecimento de educandos artifices daquella Provincia, sendo como é, creação provincial, só poderá ser sujeito ao imposto de 3 % sobre os vencimentos, se por acto legislativo provincial tiver sido declarado Professor Publico, e perceber annualmente 4:000\$000 ou mais; e que não são obrigados ao mesmo imposto os mestres das officinas, por serem operarios pagos a jornal, e assim tambem o zelador do relógio publico da Capital, por não pertencer á categoria de Empregado, como opinou o respectivo Procurador Fiscal em seu parecer de 30 de Novembro do referido anno;

2.º Que o pagamento dos direitos de 5 %, a que são obrigados os Empregados no primeiro anno de exercicio, não prejudica a cobrança do mencionado imposto; porquanto, na fórma do art. 2.º do Decreto n.º 3977 de 12 de Outubro de 1867, só são excluidos do calculo para aquella cobrança os descontos ou reduções que soffrerem os vencimentos por motivo de faltas de comparecimento dos Empregados ás Repartições com causa ou sem ella, licenças, ou montepio, e outros de natureza semelhante;

3.º finalmente, que não devem ser attendidos no calculo do imposto os descontos feitos aos Empregados Provinciaes para indemnisação de quantias que se lhes adiantão para se matricularem no Estabelecimento do Montepio dos Servidores do Estado, visto que a elles não se refere o art. 2.º do citado Decreto, mas unicamente aos do Exército e Armada

que são pagos pela Administração Geral; cumprindo portanto, que a cobrança do imposto se faça efectiva na razão das importancias dos vencimentos pagaveis aos ditos Empregados na fórma do supra-citado Decreto.

Visconde de Itaborahy.

N. 328.—FAZENDA.—EM 20 DE AGOSTO DE 1868.

Recusa a isenção de direitos para 200 barricas com cimento destinadas ás obras da estrada de ferro da Bahia a S. Francisco, á vista do disposto na 2.^a parte da condição 8.^a do Decreto n.º 1299 de 19 de Dezembro de 1859.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 20 de Agosto de 1868.

Illm. e Exm. Sr.—Transmittindo-me V. Ex. com o seu officio de 16 de Abril do corrente anno, não só a cópia do officio que lhe dirigira o Superintendente da Companhia da Estrada de ferro dessa Cidade ao rio de S. Francisco, solicitando o despacho livre de direitos de duzentas barricas com cimento, que a mesma Companhia comprou aos negociantes Silva Moreira & Comp., para as obras da dita estrada, como tambem a do officio da respectiva Thesouraria de Fazenda, impugnando o despacho livre do alludido cimento, por não ter sido importado directamente, ou por conta e para o serviço da mesma Companhia, como em casos semelhantes exige o art. 51 §§ 22, 23 e 33 do Regulamento das Alfandegas de 19 de Setembro de 1860; declaro a V. Ex. que não póde ser concedida a isenção para o supra-citado cimento, á vista do disposto na 2.^a parte da condição 8.^a do Decreto n.º 1299 de 19 de Dezembro de 1859, a qual limita esse favor ao começo da empreza, que não póde ser estendido, e ampliado ao tempo presente.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy.*—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 319.—FAZENDA.—EM 21 DE AGOSTO DE 1868.

Indefere um recurso interposto da decisão da Alfandega da Corte, sujeitando a pagar a taxa estabelecida no art. 4390 da Tarifa, seis opheleides incompletos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 21 de Agosto de 1868.

Communico ao Sr. Inspector interino da Alfandega do Rio de Janeiro, para os devidos effeitos, que foi indeferido pelo Tribunal do Thesouro Nacional o recurso interposto por Manoel Joaquim da Silva Braga do despacho da mesma Inspectoria de 27 de Agosto do anno passado, que o obrigou a pagar por seis opheleides incompletos a taxa estabelecida no art. 4390 da Tarifa, em virtude da terminante disposição do art. 319 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860.

Visconde de Itaboraity.

N. 330.—FAZENDA.—EM 22 DE AGOSTO DE 1868.

Indefere um recurso acerca do pagamento da armazenagem de 4 % de que trata o art. 634 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860 sobre a importancia dos direitos pagos relativamente a 600/barris com polvora, que depois de despachados foram recolhidos ao deposito.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 22 de Agosto de 1868.

Communico ao Sr. Inspector interino da Alfandega do Rio de Janeiro, para seu conhecimento e devidos effeitos, que pelo Tribunal do Thesouro Nacional foi indeferido o recurso interposto por Hamann & Comp., das decisões da mesma Inspectoria de 11 e 16 de Maio ultimo, pelas quaes lhes foi exi-

gido o pagamento de 633\$520 de armazenagem de 4 %/, de que trata o art. 694 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, sobre a importância dos direitos por elles pagos em 24 e 31 de Dezembro do anno passado, relativamente a 600 barris com polvora, que depois de despachados foram recolhidos ao armazem de depósito em Inhomerim, onde continuarão a estar até 19 de Maio do corrente anno.

Visconde de Itaborahy.

N. 331.—FAZENDA.—EM 22 DE AGOSTO DE 1868.

Nas questões de qualificação de mercadorias requerendo á parte arbitramento, não lhe pôde este ser negado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 22 de Agosto de 1868.

Communico ao Sr. Inspector interino da Alfandega do Rio de Janeiro, para seu conhecimento e devidos effeitos, que o Tribunal do Thesouro Nacional resolveu dar provimento ao recurso interposto por Antonio Jose Gomes Pereira Bastos, Agente da Companhia de vinhos do Alto-Douro, da decisão da mesma Inspectoria que mandou impugnar por conta da Fazenda Nacional, na fórma do art. 560 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, uma porção de vinho pelo recorrente submettida a despacho, e sobre cuja qualificação suscitou-se duvida, por quanto, desde que a parte requereu arbitramento deveria ter-se mandado proceder a elle, nos termos do art. 559 § 2.º e seguintes do dito Regulamento.

Visconde de Itaborahy.

N. 332.—FAZENDA.—EM 22 DE AGOSTO DE 1868.

Declara que o disposto no art. 58 do Decreto de 20 de Novembro de 1850 não faculta o pagamento de gratificações por trabalhos urgentes que não possam ser concluídos durante as horas do expediente ordinário.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 22 de Agosto de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Pernambuco de 14 de Abril do corrente anno, sob n.º 418, a que acompanhou o requerimento dos respectivos Empregados, pedindo uma retribuição pecuniaria pela prorrogação do trabalho do expediente da Repartição por mais uma hora diariamente desde Outubro do anno passado em diante; declara ao dito Sr. Inspector que foi indeferido o citado requerimento por ser contrario ao disposto no art. 58 do Decreto de 20 de Novembro de 1850, que não faculta o pagamento de gratificações por trabalhos urgentes, que não podem ser concluídos durante as horas do expediente ordinário.

Visconde de Itaborahy.

N. 333.—GUERRA.—EM 22 DE AGOSTO DE 1868.

Declara que não se deve passar segundas vias de titulos de engajamento.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 22 de Agosto de 1868.

Determinando Sua Magestade o Imperador, que, d'ora em diante, se não passem segundas vias de titulos de engajamento para pagamento das prestações do respectivo preste a praças do Exército,

quando estas allegarem haver perdido o primeiro titulo, devendo tal pagamento ser, em semelhantes casos, effectuado á vista de attestado passado pelo Commandante do Corpo, a que pertencerem no qual se affirme haverem ellas recebido a primeira ou segunda prestação, conforme constar das relações de mostra; assim o declaro a V. S. em solução ao seu officio n.º 74 de 4 de Maio do corrente anno, que acompanhou o requerimento do Cabo de Esquadra do 7.º Batalhão de Infantaria, Manoel da Rocha Calvalcanti, pedindo segunda via do referido titulo.

E como não possa o Commandante daquelle Batalhão attestar na forma acima determinada, por se acharem as respectivas relações de mostra archivadas na Repartição Fiscal deste Ministerio, por esta occasião remetto a V. S. a inclusa certidão passada pela dita Repartição, a fim de que V. S. mande, á vista della, effectuar o pagamento da prestação devida.

Deus Guarde a V. S. — *Barão de Muritiba*. — Sr. Antonio Pedro de Alencastro.



N. 334. — GUERRA. — EM 24 DE AGOSTO DE 1868.

Declara que os substitutos das praças do Exercito devem ter as quantidades necessarias para o serviço militar.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 24 de Agosto de 1868.

Ilm. e Exm. Sr. — Accusando o recebimento do officio dessa Presidencia n.º 436 de 9 de Maio do corrente anno, communicando a este Ministerio haver o Commandante das forças em operações contra o governo da Republica do Paraguay devolvido para essa Provincia dez libertos, que havião sido remetidos para o Exercito como substitutos de praças que alli se achão servindo em diversos corpos; declaro a V. Ex., para seu conhecimento e execução, e em resposta ao mencionado officio, que bem procedeu

o mesmo Commandante em Chefe, porquanto taes individuos, não possuindo as qualidades precisas para o soldado em tempo de guerra, não podem preencher a falta, que deixão nas fileiras aquelles a quem são destinados a substituir, e bem assim que achando-se os corpos em campanha fóra da jurisdicção das Presidencias de Províncias, a estas não compete, mas sim ao Governo Imperial, resolver sobre as substituições de praças, que alli se achem servindo.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Muritiba.* —
Sr. Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

N. 335. — GUERRA. — EM 24 DE AGOSTO DE 1868.

Declara que os Guardas Nacionais designados para o serviço do Exército devem ser immediatamente remettidos ao Quartel General sem serem inspecionados nas Províncias.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 24 de Agosto de 1868.

Ilm. e Exm. Sr. — Accuso o recebimento do officio que V. Ex. me dirige em data de 12 do corrente, e declaro a V. Ex. que fica approvada a deliberação que V. Ex. tomou de ordenar que fossem remettidos immediatamente ao Quartel General assim que chegassem á capital dessa Província os Guardas Nacionais designados para o serviço do Exército, em vez de ali serem primeiramente inspecionados, como antes se fazia.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Muritiba.* —
Sr. Presidente da Província do Rio de Janeiro,

N. 336. —MARINHA.—AVISO DE 24 DE AGOSTO DE 1868.

Declara como se deve proceder, quando não seja possível dar-se aos Officiaes de Fazenda conhecimento em fôrma dos objectos, que entregarem, por ordem dos commandantes.

4.^a Secção.—Ministerio dos Negocios da Marinha.—Rio de Janeiro, em 24 de Agosto de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Convém, no interesse da fiscalisação e do serviço, tomar providencias, para cohibir abusos, que podem resultar do facto, que actualmente se observa com frequencia, de allegarem os Officiaes de Fazenda, ao prestar contas, que não exhibem os conhecimentos em fôrma de objectos que lhes faltão, nem mesmo qualquer outro documento justificativo, por terem recebido ordem verbal dos commandantes dos navios em que servem, para entregal-os com urgencia a outros navios ou aos depositos da esquadra em operações.

Reconhecendo que, só em casos mui especiaes de operações de guerra, e de movimentos imprevisos de navios, se pôde apresentar a necessidade de prescindir-se das formalidades prescriptas na lei de fazenda de marinha, Sua Magestade o Imperador Houve por bem Determinar que, nas mencionadas circumstancias, se observe a bordo dos navios da armada imperial, quér armados em guerra, quér em transporte o seguinte:

1.^o Os Officiaes de Fazenda não podem e nem devem entregar objecto algum a seu cargo sem documento legal. Quando, por necessidade imperiosa do serviço, não se satisfizer este preceito immediatamente, como prescreve a Lei, a entrega deve realizar-se á vista de ordem escripta do commandante do navio, a qual ficará em poder do responsável com um recibo provisorio, para ser resgatado pelo conhecimento em fôrma opportunamente.

2.^o Os Officiaes de Fazenda devem representar ao respectivo Chefe, por intermedio dos commandantes, sob cujas ordens servem, toda a vez que forem obrigados a fazer a entrega de qualquer objecto a seu cargo, sem conhecimento em fôrma, ou sem aquella ordem por escripto.

3.^o Estes documentos especiaes só podem ser ad-

mittidos na prestação de contas, por ordem desta Secretaria de Estado, que apreciará então, se são justificados os motivos, que servirão de fundamento á sua expedição, em lugar do conhecimento em fórma.

O que communico a V. Ex. para sua intelligencia e execução.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Colegipe*.—Sr. Chefe de Esquadra encarregado do Quartel General da Marinha.

N. 337.—IMPERIO.—EM 24 DE AGOSTO DE 1868.

Ao 2.º Juiz de Paz do 1.º Districto da Freguezia de Santa Anna.
—Declara que no caso de que se trata não podem ser considerados nulos os trabalhos do Conselho Municipal de Recurso por ter para elles concorrido o dito Juiz de Paz que deixára de exercer as funcções de Presidente da Junta de Qualificação.

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 24 de Agosto de 1868.

Foi presente ao Governo Imperial o officio de 13 do corrente, em que Vm. solicita a solução da seguinte duvida, apresentada pelo 3.º Juiz de Paz do 1.º Districto dessa Freguezia, que servio como Presidente da Junta de Qualificação:

—Devem ser considerados válidos os actos do Conselho Municipal de Recurso, para os quaes concorreu Vm., que, como 2.º Juiz de Paz, deixára de exercer as funcções de Presidente daquella Junta?—

Em resposta cabe-me declarar-lhe que, sendo o motivo dos Avisos do Governo, a que se refere a representação, prevenir algum concerto infenso ao exercicio dos direitos politicos do Cidadão Brasileiro, concerto este que faz suppor a cessão da Presidencia da Junta de Qualificação pelo Juiz de Paz, quando eleitor mais votado, a seu immediato da mesma parcialidade para ir depois sustentar no Conselho Municipal de Recurso as decisões a que este prestou o seu concurso, é evidente que a nullidade que de tal abuso se origina só deve ser respectiva

aos que soffrêrão prejuizos em seus direitos politicos, e jámais pôde ser arguida, como acontece no presente caso, pelos dous Juizes de Paz entre os quaes se pôde conjecturar o conchavo, accrescendo ser Vm. o causador do defeito que allega, e do qual não resultou prevalecer o intento que se lhe possa attribuir.

Vê-se dos documentos apresentados terem sido pelo Conselho Municipal attendidos recursos interpostos das decisões da Junta; e pois, quando se desse o concerto que podia ser fundamento da annullação dos trabalhos do mesmo Conselho, não sortio elle o effeito prejudicial que o Governo tem querido acautelar.

A annullação dos trabalhos do Conselho Municipal pelo fundamento constante da representação tem lugar para remediar o gravame que o conluio dos dous Juizes de Paz possa causar, pois que, segundo o Aviso n.º 57 de 22 de Março de 1847, «o Juiz de Paz mais votado, que não presidiu á Junta de Qualificação, não deve fazer parte do Conselho Municipal como eleitor, para evitar-se a fraude, que se poderia commetter em prejuizo dos direitos politicos do Cidadão Brasileiro, deixando o Juiz de Paz mais votado, que confiar nas opiniões do seu immediato em votos, de presidir á Junta de Qualificação para ir no Conselho Municipal sustentar com o seu voto as decisões da Junta Qualificadora convenientes ao seu partido.»

Se ninguem sentio-se aggravado em seus direitos politicos, nem queixou-se da intervenção de Vm. no Conselho Municipal de Recurso; se pelo contrario é Vm., que nada observára quando chamado para o mesmo Conselho, quem agora accusa a irregularidade com que procedeu, e apresenta-se como promotor da annullação a que o seu proprio acto daria lugar, frustrando assim o pensamento que dictou o citado Aviso de 22 de Março de 1847, não pôde o Governo Imperial, sem desattender aos principios determinativos das disposições em vigor, deixar de sustentar, como sustenta, a validade dos mencionados trabalhos.

O que communico a Vm. para os devidos effeitos.

Deus Guarde a Vm. — *Paulino José Soares de Souza*. — Sr. 2.º Juiz de Paz do 1.º Districto da Freguezia de Santa Anna, servindo no impedimento do 1.º

N. 338.—FAZENDA.—EM 24 DE AGOSTO DE 1868.

Determina que, enquanto o Ajudante do Procurador dos Feitos da Fazenda de Pernambuco não tiver outro destino, deve continuar no serviço de que estava encarregado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 24 de Agosto de 1868.

O Visconde de Itaboraity, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o officio do Procurador Fiscal e dos Feitos da Provincia de Pernambuco, dirigido á Directoria Geral do Contencioso em 29 de Maio ultimo, no qual transmitta a Portaria, que recebêra, do Inspector da Thesouraria da mesma Provincia, communicando-lhe que, em face do art. 44 do Decreto n.º 4453 de 6 de Abril do corrente anno, deve considerar addido á Secção do Contencioso o respectivo Ajudante, por não achar-se incluído no quadro de que trata o citado Decreto; declara ao dito Sr. Inspector que, enquanto o referido Ajudante não tiver outro destino, deve continuar a desempenhar o serviço de que estava encarregado.

Visconde de Itaboraity.

N. 339.—FAZENDA.—EM 24 DE AGOSTO DE 1868.

Não é necessaria a exhibição de procuração, para effectuar-se a entrega de depositos, e bem assim a compra de apolices pertencentes a terceiros.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 24 de Agosto de 1868.

O Visconde de Itaboraity, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia da Bahia de 27 de Junho ultimo, sob n.º 431, no qual participa que, tendo sido apresentadas na mesma Thesouraria

guias do Escrivão da Provedoria de Capellas para ser recolhido pelos arrematantes de predios pertencentes á Irmandades e Ordens Terceiras o producto das arrematações, a fim de ser convertido em Apolices da Divida Publica para as mesmas Irmandades e Ordens Terceiras, mandára aceitar-as e effectuar a venda das Apolices; e bem assim propostas para compra dos referidos titulos, assignadas por pessoas que declaravão, na qualidade de pais ou maridos, quererem compral-os, em nome ou para seus filhos ou mulheres, resolvêra igualmente a venda; declara ao Sr. Inspector que approva este seu acto, visto não se acharem tanto aquellas, como esta especie comprehendidas no caso em que a Circular n.º 28 de 22 de Outubro de 1866 exige exhibição de procuração.

Visconde de Itaborahy.

N. 340.—FAZENDA.—EM 25 DE AGOSTO DE 1868.

Solve duvidas ácerca do Regulamento de 28 de Dezembro proximo passado relativo ao imposto pessoal.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 25 de Agosto de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Paraná, em resposta ao seu officio n.º 37 de 27 de Abril ultimo, que a Lei n.º 1507 de 26 de Setembro de 1867 não se refere á povoações, sendo únicas condições do pagamento residir no Imperio, e ter a casa de residencia valor locativo pelo menos igual ao minimo que ella estabelece; só podendo aproveitar ao residente qualquer das excepções, que o Regulamento de 28 de Dezembro do citado anno estabelece.

Visconde de Itaborahy.

N. 311.—FAZENDA.—EM 25 DE AGOSTO DE 1868.

Approva o procedimento da Thesouraria da Bahia, negando o pagamento dos juros de uma quantia pertencente a uma orphã, vencidos depois do dia do casamento, por ter ella casado sem licença do respectivo juiz.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 25 de Agosto de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, visto o recurso, transmittido pela Presidencia da Provincia da Bahia com officio n.º 35 de 25 de Fevereiro ultimo, interposto pelo coronel Antonio Pedroso de Albuquerque da decisão da Thesouraria de Fazenda da mesma Provincia, que negou-lhe o pagamento de juros da quantia de 8:944\$744, parte do empréstimo de 105:000\$000 pertencente á orphã D. Amelia Bianchi, vencidos depois do dia do casamento desta com Manoel José Gomes de Carvalho em 6 de Maio de 1862: visto os papeis annexos ao recurso, dos quaes consta que tendo o recorrente, como cessionario do dito Carvalho, requerido ao Juiz de orphãos para retirar aquella quantia e juros correspondentes foi a sua pretensão indeferida por ter a orphã, ainda menor, casado sem licença; e que appellando o recorrente para a Relação, ali obteve accordão a seu favor em 6 de Maio de 1865, do que resultou formar-se-lhe conta em juizo para levantar a somma de 11:794\$807, sendo 8:944\$744 de capital e 2:850\$063 de juros do tempo anterior e posterior ao casamento da orphã: considerando que nenhuma culpa cabe á administração da fazenda de não se haver effectuado a entrega da mencionada quantia e seus juros quando foi pela primeira vez requerida ao Juizo de orphãos; não procedendo, pois, as allegações do recorrente tiradas do facto da demora: considerando outrossim, que os dinheiros de orphãos recolhidos aos cofres nacionaes só vencem juros até que os mesmos orphãos se emancipão ou fallecem, como tem sido declarado pelas ordens do Thesouro n.º 99 de 7 de Março de 1862, n.ºs 290 e 532 de 2 de Julho e 3 de Dezembro de 1863 e n.º 4 de 5 de Janeiro de 1867; e que, portanto, muito regularmente procedeu a Thesouraria de Fa-

zenda não contando os juros senão até o dia anterior ao do casamento, e pagando consequentemente a somma de 10:250\$924 em vez da de 11:794\$807; resolveu indeferir o recurso, confirmando a decisão da Thesouraria. O que communica ao respectivo Sr. Inspector para os fins convenientes.

Visconde de Itaborahy.

N. 342.—FAZENDA.—EM 25 DE AGOSTO DE 1868.

Indica as formalidades que se devem preencher por ocasião de proceder-se á medição e avaliação de terrenos de marinha.

Ministeria dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 25 de Agosto de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Transmittindo-me V. Ex. com o seu officio de 23 de Março do corrente anno o que lhe fôra dirigido pela Directoria de Obras Publicas dessa Provincia em 17 do dito mez, no qual dá as razões por que não forão devidamente observadas no termo de medição e avaliação dos terrenos de marinhas situados em Santa Anna dessa capital, pertencente ao Brigadeiro João Nepomuceno Castrioto, as formalidades estabelecidas nas Instruções de 14 de Novembro de 1832; declaro a V. Ex. que a medição e demarcação dos referidos terrenos devem concorrer além do Engenheiro, do Collector e dos dous Avaliadores, um Medidor proposto pelo mesmo Engenheiro e approved pelo Thesouro, e o Escrivão da Collectoria, ou o seu Ajudante, como Escrivão de medição na forma dos arts. 3.º e 5.º das citadas instruções; assim como os respectivos concessionarios ou posseiros, ou seus legitimos procuradores para isso convidados por edital, ou carta, e com razoavel antecedência, pelo Collector; fazendo-se no termo de demarcação, e medição expressa declaração do não comparecimento delles, quando isso se realisar; e da data do edital, ou carta recommendando por tanto, a V. Ex. que nesse sentido tome as providências e expeça as ordens necessarias.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy.*—Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

N. 343.—JUSTIÇA.—AVISO DE 25 DE AGOSTO DE 1868.

Ao Conselheiro Director Geral da Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça.—Decide que deve ser marcado prazo na fórma do art. 2.º do Decreto n.º 2012 de 4 de Novembro de 1857, aos supplentes dos Juizes Municipaes da Córte.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 25 de Agosto de 1868.

Para resolver duvidas que tem occorrido a respeito do tempo, em que os Juizes Municipaes supplentes das varas da Córte devem prestar juramento, cumpre que, feita a nomeação dos mesmos, se marque prazo na fórma do art. 2.º do Decreto n.º 2012 de 4 de Novembro de 1857.

Deus Guarde a V. S.—*José Martiniano de Alencar*.—Sr. Conselheiro Director Geral da Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça.



N. 344.—IMPERIO.—EM 25 DE AGOSTO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.—Approva a decisão que deu declarando que não podia concorrer para a organização de uma Junta de Qualificação um supplente de Juiz de Paz que se achava suspenso por sentença.

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 25 de Agosto de 1868.

Hm. e Exm. Sr.—Declaro a V. Ex., em solução do seu officio de 18 do corrente, que foi approvada a resposta por V. Ex. dada a uma consulta do 2.º Juiz de Paz da Paroquia de Correnteas sobre a organização da Junta de Qualificação nos termos do art. 2.º do Decreto n.º 1812 de 23 de Agosto de 1856, a saber: que não devia concorrer para ella o supplente de Juiz de Paz José Silveira de Azevedo, que se acha suspenso por sentença do Juiz de Direito,

da comarca, visto não lhe serem applicaveis as disposições do art. 2.º da Lei de 19 de Agosto de 1846, explicadas pelos Avisos n.º 82 de 23 de Abril de 1847 § 5.º, n.º 35 do 4.º de Março de 1848 e outros.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.



N. 345.—IMPERIO.—EM 25 DE AGOSTO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.—Approvando a deliberação que tomou ordenando que um Juiz de Paz, que tinha deixado de affixar os editaes de convocação dos votantes, o fizesse, embora entre esta convocação e a eleição não se pudesse mais guardar o intersticio legal.

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 25 de Agosto de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Tenho presente o officio de 17 do corrente em que V. Ex. me communica que, não tendo o Juiz de Paz mais votado da Parochia de Santa Anna de Macacú mandado affixar os editaes de convocação dos votantes para a eleição a que se tem de proceder no dia 7 do proximo mez de Setembro, allegando não ter recebido da respectiva Camara Municipal as ordens necessarias para aquelle fim, ordenou ao dito Juiz, extranhando-lhe não haver representado em tempo, que sem demora procedesse áquella formalidade, embora entre a convocação e a eleição não se possa mais guardar o intersticio legal, competindo ao Governo resolver opportunamente sobre a validade da eleição na conformidade do disposto no Aviso n.º 100 de 28 de Agosto de 1848. Em resposta declaro a V. Ex. que foi approvada a sua deliberação.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.



N. 346.— GUERRA.— EM 26 DE AGOSTO DE 1868.

Declara que as baixas das praças do Exercito devem ser passadas pelos corpos, em que se acharem addidas as mesmas praças, á vista das respectivas ordens do dia da Repartição de Ajudante General.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 26 de Agosto de 1868.

Ilm. e Exm. Sr. — Solicitando a Presidencia dessa Provincia em officio sob n.º 333 de 20 de Julho proximo passado, a remessa das provisões de reforma e das baixas das praças constantes das duas relações, que acompanharão o dito officio; communico a V. Ex. que nesta data são remettidas ao Sr. Ministro da Fazenda, a fim de serem encaminhadas convenientemente á Thesouraria de Fazenda dessa mesma Provincia, as provisões de reforma do 4.º Cadete Cauriré de Alencida Brito e do Soldado Lourenço Maciel do Amor Divino, e que em data de 15 de Junho proximo passado foi igualmente enviada áquelle Ministerio para ter o mesmo destino a provisão de reforma do soldado Emygdio Francisco de Santiago, todos Voluntarios da Patria, cabendo-me declarar a V. Ex. quanto ás baixas, que devem estas ser passadas pelos corpos em que se acharem addidas as respectivas praças, á vista das ordens do dia da Repartição de Ajudante General, em que vem publicadas as mesmas baixas.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Muritiba.* — Sr. Presidente da Provincia da Bahia.



N. 347.— FAZENDA.— EM 26 DE AGOSTO DE 1868.

Dá provimento a um recurso sobre decima de usufructo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 26 de Agosto de 1868.

Communico ao Sr. Administrador da Recebedoria do Rio de Janeiro, para os devidos effeitos, que foi

deferido por despacho de 6 do corrente o requerimento em que Porfirio José Gonçalves, inventariante dos bens pertencentes a terça do finado seu pai o capitão Agostinho Gonçalves, pede para cessar desde a data do fallecimento de sua mãe D. Polydora Ludovina Gonçalves, em 28 de Janeiro de 1857, o lançamento da decima de usufructo do predio n.º 85 da rua de Gonçalves Dias, visto ter passado por verba testamentaria do dito seu pai, o usufructo desse predio para sua irmã D. Joanna Ludovina Gonçalves, a qual, na fôrma da lei, não é obrigada ao pagamento de semelhante imposto.

Visconde de Itaborahy.

N, 348. — FAZENDA. — EM 26 DE AGOSTO DE 1868.

Solve duvidas ácerca da execução do Regulamento de 28 de Dezembro proximo passado, sobre o imposto pessoal.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 26 de Agosto de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia das Alagoas de 27 de Maio ultimo, a que acompanhou a solução dada pela mesma Thesouraria ás duvidas suscitadas pelo Administrador da Mesa de Rendas da cidade do Penedo, declarando: 1.º que os predios de valor locativo inferior ao minimo estabelecido no art. 40 da Lei n.º 1507 de 26 de Setembro, e art. 4.º n.ºs 1, 2, 3 e 4 do Regulamento de 28 de Dezembro de 1867, não estão sujeitos ao imposto, mas devem ser mencionados á vista do modelo sob n.º 1, como no mesmo se contém, a fim de que, além de outras vantagens, possa ser organizada a estatística do imposto pessoal, como exige o art. 42 do regulamento citado, modelo sob n.º 1; 2.º que os edificios, predios e armazens, isentos do imposto *ex vi* do

disposto no art. 3.º do Regulamento, devem igualmente ser lançados no rol, mas com as precisas declarações, nas quaes se mencionarão as razões da isenção, quér comprehenda o todo, quér parte do edificio, como claramente se comprehende á vista do modelo sob n.º 4; 3.º que a isenção do n.º 4 do art. 5.º abrange as pessoas da familia e do sequito dos agentes diplomaticos, embora occupem mais de um predio, e que a do n.º 2 do mesmo artigo deve ser entendida unicamente com a limitação no mesmo numero declarada, visto como os privilegios concedidos geralmente em taes casos o são em attenção ao cargo; communica ao dito Sr. Inspector que fica approvada a referida solução, visto conformar-se com a supracitada legislação.

Visconde de Itaborahy.

N. 349.—FAZENDA.—EM 26 DE AGOSTO DE 1868.

Declara que as cautelas dadas em substituição de apolices podem ser aceitas para sobre ellas constituir-se a caução ou fiança dos responsaveis á Fazenda Publica e outros, e seus fiadores, e indica o que cumpre fazer em taes casos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 26 de Agosto de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia da Bahia de 26 de Junho ultimo, sob n.º 430, no qual consulta se as cautelas dadas em substituição de apolices podem ser aceitas para sobre ellas constituir-se a caução ou fiança dos responsaveis á Fazenda Publica, officiaes publicos e seus fiadores, nos termos da Circular n.º 29 de 22 de Outubro de 1866, uma vez que se fação as necessarias declarações nas mesmas cautelas, nos respectivos talões e nas folhas de pagamento dos juros, e se transfirão taes declarações para o catalogo ou as

sentamento logo que á mesma Thesouraria sejam remetidas as correspondentes Apolices; declara ao dito Sr. Inspector que se os simples conhecimentos da divida inscripta, que são meros documentos comprobatorios dessa divida, podem ser transferidos, como permite a Lei de 15 de Novembro de 1827 art. 15, mediante as cautelas de que trata o mesmo artigo, por maioria de razão podem as cautelas nominativas, que representam a Apolice, titulo legal da divida publica, garantir obrigações contrahidas pelo originario possuidor dellas, declara outrosim ao Sr. Inspector que accitas e depositadas as ditas cautelas pelos fiadores, ou pelos exactores em substituição de fiança, dever-se-hão fazer as declarações, que indica no seu citado officio, para ficarem as cautelas inalienaveis, e tanto nellas, como nos respectivos talões e nas folhas de pagamento dos juros, transferindo-se essas declarações para o catalogo ou assentamento das Apolices, quando forem estas entregues aos interessados; convindo, porém, que antes de serem, assigne o depositante da cautela novo termo, ratificando o da fiança e deposito para todos os effeitos legais, e em que declare que as Apolices ficão depositadas em substituição das cautelas que garantem a fiança, a contar da data do termo anterior.

Visconde de Itaborahy.

N. 350.—FAZENDA.—EM 26 DE AGOSTO DE 1868.

Marca o limite da emissão do Banco da Bahia para o anno que findará a 22 de Agosto de 1869.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 26 de Agosto de 1868.

Illm. e Exm. Sr.—Transmittindo-me V. Ex. com o seu officio de 30 de Julho proximo passado cópia da proposta feita em 7 de Maio ultimo pela Direcção do Banco dessa Provincia, concernente á restricção de 6 % sobre a emissão desse Estabele-

cimento, e bem assim a do officio dessa Presidencia que acompanhára a referida proposta. officios estes que não forão recebidos pelo Thesouro, sirva-se V. Ex. fazer constar á mencionada Direcção que resolvei marcar-lhe como novo limite de emissão, para o anno que finda em 22 de Agosto de 1869, a somma de 41.791:867\$760, em que importão os 6 % de desconto, nos termos do art. 1.º § 3.º da Lei n.º 4033 de 22 de Agosto de 1860 e art. 6.º do Decreto n.º 2685 de 10 de Novembro do mesmo anno.

Deus guarde a V. Ex.—*Visconde de Ilaborahy*.
—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 251.—FAZENDA.—EM 27 DE AGOSTO DE 1868.

Dá instrucções para a boa execução do art. 6.º § 2.º do Decreto n.º 4153 de 6 de Abril proximo passado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 27 de Agosto de 1868.

O Visconde de Ilaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para os fins convenientes, que o art. 36 § 2.º do Decreto n.º 4153 de 6 de Abril deste anno, estabeleceu o systema de adicionar-se ao ordenado e gratificação do Empregado dous terços do seu vencimento, se durante o anno se incumbir elle de trabalhos, que pelo mesmo Decreto se mandarão fazer fóra das horas do expediente.

Este augmento de vencimentos não póde, pois, exceder daquelles dous terços; mas, para que o Empregado a elles tenha direito, é preciso que faça trabalho igual ao que póde ser executado durante um anno, e em quatro horas por noite.

Para que o pagamento seja convenientemente regulado, cumpre fazer uma Tabella para tal fim; mas esta Tabella não deve exprimir o valor das contas, por não ser isso preciso, porém sim o numero de dias ou de mezes que o Empregado deve gastar na tomada de cada uma dellas. Nesta determinação dos

dias se deverá empregar o maior zelo pela Fazenda, sem offensa do verdadeiro e justo interesse dos Empregados.

Assim, uma conta, cuja tomada fôr avaliada em quatro mezes, dará ao Escripturario que a tomar ou rever dous terços do seu vencimento, pertencente aos ditos quatro mezes, segundo sua categoria. Se, porém, o Empregado a apresentar tomada ou revista depois desse tempo, esta occurrencia lhe não dará direito a nenhum vencimento mais.

E como o 1.º Escripturario tomará uma conta por preço superior áquelle por que a deve tomar o 2.º Escripturario, e este com mais vantagem que o 3.º, e ainda este com mais vantagem que o 4.º Escripturario, é de rigor que a conta tomada pelo Empregado de uma classe superior seja revista por outro de classe inferior, a fim de que haja a possível economia neste genero de serviço.

Taes são os principios que forão adoptados na Tabella que rege no Thesouro estes trabalhos, e que devem ser seguidos pelos mesmos Srs. Inspectores, que em vista delles farão organizar uma Tabella, em que os Tomadores e Revisores de contas sejam assim contemplados, dando-se ao Contador ou Chefe de Secção, para a apuração, a quinta parte do tempo marcado para a tomada ou revisão.

Visconde de Habachy.

N. 352. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRA PUBLICAS. — EM 27 DE AGOSTO DE 1868.

Approva a tabella de fretes da Companhia Pernambucana de navegação a vapor.

Sua Magestade o Imperador Ha por bem Approvar a tabella dos fretes, organizada pela Companhia Pernambucana de navegação custeira a vapor para o transporte dos generos embarcados nos respectivos Paquetes durante o biennio de 1 de Julho do anno passado a 30 de Julho de 1869.

Palacio do Rio de Janeiro, em 27 de Agosto de 1868.

Joaquim Antônio Fernandes Leão.

N. 353.—JUSTIÇA.—AVISO DE 27 DE AGOSTO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia da Parahyba.—Declara que o Juiz de Paz, que aceita e exerce o posto de Tenente Coronel da Guarda Nacional não renuncia o cargo.

2.^a Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.
—Rio de Janeiro, em 27 de Agosto de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Levei á presença de Sua Magestade o Imperador o officio n.º 91 de 13 de Julho ultimo, no qual o antecessor de V. Ex. communicou que respondêra negativamente á seguinte duvida, offerecida pelo cidadão José de Brito Jurema, se, por ter accitado e exercido o posto de Tenente Coronel commandante de batalhão da Guarda Nacional, havia elle renunciado o cargo de 4.º Juiz de Paz da villa do Pilar, para que fôra eleito.

E o Mesmo Augusto Senhor Houve por bem Mandar approvar essa decisão, por ser conforme ás que dispõe, no art. 46, a Lei n.º 602 de 49 de Setembro de 1850, já explicado nos Avisos de 27 de Junho e 13 de Setembro de 1856, de 18 de Fevereiro e 9 de Julho de 1860.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar*.—Sr. Presidente da Provincia da Parahyba.

N. 354.—JUSTIÇA.—AVISO DE 27 DE AGOSTO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia da Bahia.—Decide que, quando não se consegue reunir em um termo numero preciso de jurados para o conhecimento de processos, que tenham sido submettidos a novo Jury, devem elles ser julgados no termo mais vizinho.

2.^a Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.
—Rio de Janeiro, em 27 de Agosto de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—O Juiz de Direito da Comarca do Joazeiro, não tendo conseguido reunir no termo de Sento Sé numero preciso de jurados para o

conhecimento de dous processos, que por Accordão da Relação havião sido submeltidos a novo Jury, consultou se, nesta hypothese deverião elles ser julgados, no termo mais vizinho; ao que respondeu affirmativamente o antecessor de V. Ex., fundando-se no parecer do Procurador da Corôa, como communicou em officio n.º 228 de 18 de Abril findo.

Sua Magestade o Imperador, a Quem foi presente esta decisão, Houve por bem Mandar approval-a por conforme com a doutrina dos arts. 87 da Lei de 3 de Dezembro de 1841 e 463 do Regulamento n.º 420 de 31 de Janeiro de 1842.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar*.—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N.º 353.—JUSTIÇA.—AVISO DE 28 DE AGOSTO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.—Declara que é nullo o juramento de um supplente do Juiz Municipal, prestado perante o Juiz de Direito; mas os actos por elle praticados, *bona fide*, são válidos em direito.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça —Rio de Janeiro, em 28 de Agosto de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Declaro a V. Ex. que, á vista do art. 3.º do Decreto n.º 2012 de 4 de Novembro de 1857, é nullo o juramento que o primeiro supplente do Juiz Municipal de Jaguarão o Bacharel Henrique Francisco de Ayala, prestou perante o Juiz de Direito da comarca; e, não podendo elle mais ratifical-o dentro do prazo, perdeu o lugar na forma do art. 2.º do citado Decreto.

Quanto aos actos que por ventura haja praticado *bona fide* o dito funcionario, são válidos em direito; competindo, porém, nessa parte ao Poder Judiciario conhecer delles e determinar seus effeitos legais.

Assim fica respondido o officio n.º 97 de 24 de Abril findo, em que um dos antecessores de V. Ex.

pondera a conveniencia de ser ratificado o juramento daquelle Juiz, á vista das difficuldades praticas, que resultarão de sua destituição, anteriormente ordenada por essa Presidencia e depois considerada sem effeito.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Martiniano de Alencar*.—Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.

N. 356. —FAZENDA. —EM 28 DE AGOSTO DE 1868.

Manda despachar livre de direitos de importação uma machina de serrar e suas pertencas destinada ao estabelecimento que E. D. Barden pretende crear nas margens do Rio Itajahy em Santa Catharina.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. —Rio de Janeiro, em 28 de Agosto de 1868.

Communico ao Sr. Inspector interino da Alfandega do Rio de Janeiro, para sua intelligencia e devidos effeitos, que o Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista o disposto no art. 1419 da Tarifa explicado pela 2.^a parte da nota 177, resolveu dar provimento ao recurso interposto por E. D. Barden da decisão da dita Inspectoria de 23 de Junho ultimo, que negou-lhe a isenção de direitos de importação para uma machina de serrar e suas pertencas, que mandou vir dos Estados-Unidos da America do Norte com o fim de montal-a no estabelecimento que pretende crear nas margens do rio Itajahy na Provincia de Santa Catharina; devendo, portanto, o Sr. Inspector mandar despachar livre daquelles direitos a referida machina.

Visconde de Itaborahy.

N. 357.—FAZENDA.—Em 29 DE AGOSTO DE 1868.

Declara que não poderão ser approvadas as despesas autorizadas pelas Presidencias fóra dos termos dos Decretos n.º 138 de 7 de Maio de 1843 e n.º 2881 do 1.º de Fevereiro de 1862.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 29 de Agosto de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, de conformidade com o Aviso do Ministerio dos Negocios da Marinha de 13 do corrente, communica aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para seu conhecimento, que, em Aviso Circular ás Presidencias, recommendou-se a fiel execução dos Decretos n.º 138 de 7 de Maio de 1843, e n.º 2881 do 1.º de Fevereiro de 1862, declarando-lhes que não poderão ser approvadas pelo referido Ministerio despesas que autorisarem fóra dos termos dos citados Decretos. Igualmente determinou-se-lhes que não excedão os credits concedidos para as despesas do supracitado Ministerio nas differentes verbas, segundo a distribuição feita em Outubro de 1867, para o exercicio de 1867—1868, que vigorará tambem no actual de 1868—1869.

Visconde de Itaborahy.

N. 358. — FAZENDA. — Em 29 DE AGOSTO DE 1868.

Indefere um recurso interposto para o Conselho de Estado, do despacho do Ministerio da Fazenda sobre pagamento de uma letra extraviada.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 29 de Agosto de 1868.

Communico a V. S., para seu conhecimento e devidos effeitos, que a Secção de Fazenda do Conselho de Estado, visto o recurso interposto por Margarida Monnet da decisão deste Ministerio de 18 de Novembro proximo passado, que lhe negou o pagamento da impetunata da letra do Thesouro n.º 765, a qual

a recorrente declarára ter-lhe sido furtada, e fôra não obstante paga a outrem no dia do vencimento: reconhecendo pelas informações e documentos annexos, que a mesma recorrente, dado o furto da letra, em vez de dirigir-se ao Empregado competente e por devida fôrma (Cod. Com. arts. 388 e 389), a fim de que se lavrassem os precisos assentos e se procedesse nos termos legais, já para acautelar o seu direito, já para não prejudicar o credito do Thesouro, que aliás não podia deixar de realisar o pagamento de suas letras vencidas, limitára-se a communicar o facto a um simples Official da Repartição, que não o transmittio convenientemente, e por seu turno limitou-se a escrever uma observação inefficaz, sendo que de mais a mais não esteve presente na época do vencimento; que, portanto, deixou a recorrente de preencher em tempo util as obrigações que tinha para firmar o seu direito, e consequentemente que a culpa sua não póde reverter em onus do Thesouro, foi de parecer, com o qual Se Conformou Sua Magestade o Imperador por immediata Resolução de 19 deste mez, que o mesmo Thesouro não está responsavel pela indemnisação pretendida: cumprindo entretanto que sejam advertidos pelo seu descuidado procedimento os Empregados que accitârão a declaração da recorrente nos termos em que foi feita, sem as formalidades legais.

Deus Guarde a V. S. — *Visconde de Naborahy*. —
Sr. Director Geral interino da Contabilidade.

N. 359. — FAZENDA. — EM 29 DE AGOSTO DE 1868.

Manda fazer effectiva a multa imposta ao Commandante de um dos corpos da Guarda Nacional, por ter deferido uma petição sem estar sellada.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 29 de Agosto de 1868.

Ilm. e Exm. Sr. — Transmitto a V. Ex. a inclusa cópia do officio dirigido em 5 de Maio ultimo á Directoria Geral das Rendas Publicas pelo Administrador da Mesa de Rendas Geraes do município de

Itaguahy, nessa Província, no qual communica que o Commandante do corpo de cavallaria da Guarda Nacional do mesmo municipio, Lopes de Sampaio, incorrerá na multa de 10\$000 a 50\$000, a que se refere o art. 143 § 1.º do Regulamento de 26 de Dezembro de 1860, por ter deferido sem estar sellado o requerimento, junto por cópia, do Guarda Nacional Antonio Lourenço Castello Branco, pedindo um mez de licença, a fim de que V. Ex. faça effectiva a referida multa, tendo em vista o disposto na Ordem dirigida á Thesouraria da Província do Paraná em 9 de Dezembro de 1864, sob n.º 403.

Deus Guarde a V. Ex. — *Visconde de Itaboraity*. — Sr. Presidente da Província do Rio de Janeiro.

N. 360. — IMPERIO. — EM 2 DE SETEMBRO DE 1868.

Ao Presidente da Província do Rio de Janeiro. — Declara que para os actos eleitoraes, bem como para os de ordem civil, a divisão que cumpre fazer respecting á a Províncias.

2.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio, em 2 de Setembro de 1868.

Hm. e Exm. Sr. — Fixados os limites do bispado do Rio de Janeiro com o de Marianna pelos Decretos consistorial de 5 de Dezembro de 1865, e executorial de 20 de Fevereiro de 1866, ficou pertencendo á segunda dessas dioceses grande parte do territorio da freguezia de Nossa Senhora da Natividade do Carangola, do Municipio de Campos.

Expondo este facto em officio que dirigio a essa Presidencia com data de 20 de Junho ultimo, consulta o 1.º Juiz de Paz da referida freguezia, se os cidadãos residentes no territorio agora pertencente á diocese de Marianna, devem ser qualificados votantes e portanto exercer actos eleitoraes na dita parochia da Província do Rio de Janeiro, ou na Ilmitrophe da de Minas, a que forem incorporados pela autoridade ecclesiastica

Cabe-me declarar a V. Ex. que para os actos electoraes, bem como para os de ordem civil, a divisão que cumpre fazer respeitar é a de provincias. Nem outra pôde ser admittida e prevalecer, tratando-se do exercicio do direito de representação politica, e para regular a jurisdicção civil e administrativa.

A primeira divisão do territorio do Imperio é em Provincias na forma do art. 2.º da Constituição, e só pôde ser alterado por lei geral, não importando o facto da mudança ou rectificação dos limites dos bispados annexação do territorio de uma ao de outra Provincia.

A's Assembléas Provinciaes compete legislar sobre a divisão civil, judiciaria e ecclesiastica das Provincias; e portanto os limites marcados á diocese, se determinão as raías até onde chegam as attribuições espirituaes do respectivo prelado, não podem ter por consequencia a desmembração de territorio da parochia, que tambem traria a do Municipio e da Comarca, além da da Provincia em cujas divisas se acha situada.

A divisão ecclesiastica, que serve de base ás operações electoraes nos termos do Decreto n.º 480 de 24 de Outubro de 1846, é a decretada pela legislatura Provincial, consagrada pela instituição canonica das parochias (Aviso n.º 356 de 28 de Agosto de 1860). Nem por outra forma se pôde entender a legislação, pois que a parochia, ao passo que é uma circumscripção ecclesiastica, tambem o é civil, judiciaria e administrativa, sujeita á igreja no que é espiritual, e ás autoridades civis, administrativas e judiciarias no que é da competencia destas.

Conquanto nelle reja a autoridade espiritual do Bispo de Marianna, pertencendo o territorio abrangido pela linha divisoria daquelle bispado, por acto do Poder Geral, á Provincia do Rio de Janeiro, não podem seus habitantes intervir na representação politica da Provincia de Minas Geraes, mas devem contribuir para a do 2.º districto dessa Provincia na forma do art. 1.º § 2.º do Decreto n.º 2638 de 5 de Setembro de 1860. Compreendido o mesmo territorio por acto da respectiva Assembléa Provincial na Comarca e Municipio de Campos e parochia do Carangola, devem os cidadãos activos nella residentes concorrer para a eleição da Camara Municipal de Campos e dos Juizes de Paz do seu districto, assim como sobre elles tem jurisdicção as autori-

dades civis, administrativas e judiciais das referidas Comarca, Município e Parochia.

Faça, portanto, V. Ex. constar ao Juiz de Paz consultante que, devendo sujeição espiritual ao Diocesano de Marianna e ás Autoridades Ecclesiasticas delle dependentes, os cidadãos residentes no territorio de que se trata, no que se refere á administração dão obediencia ás Autoridades da Provincia do Rio de Janeiro, e quanto a actos eleitoraes não devem ser chamados a pratical-os senão na Parochia de Nossa Senhora da Natividade do Carangola.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Souza*. — Sr. Presidente da Provincia de Rio de Janeiro.

N. 331.—FAZENDA.—EM 3 DE SETEMBRO DE 1868.

Os Thesoureiros das Alfandegas onde não ha Fieis, não podem nomear prepositos a seu arbitrio.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 3 de Setembro de 1868.

O Visconde de Itaboraity, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o Officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Maranhão de 17 de Abril ultimo, sob n.º 42, em que comunica ter, em vista de representação do Thesoureiro da Alfandega da mesma Provincia, informada pelo respectivo Inspector, permittido que o referido Thesoureiro admittisse uma pessoa de sua confiança para o coadjuvar no recebimento dos direitos a seu cargo, attenta a affluencia do serviço, e ter sómente um Fiel; declara ao Sr. Inspector da dita Thesouraria que não approva este seu acto; porquanto, nem pelo Regulamento de 19 de Setembro de 1860 podem os Thesoureiros das Alfandegas onde não ha Fieis nomear prepositos a seu arbitrio, nem a substituição devese ter contra a razão de existir, senão a que está

marcada no § 3.º do art. 88, que não admmitte que seja ella feita por pessoa que não tenha o caracter de Fiel, proposto e approvado na fórma do art. 66 § 2.º do citado Regulamento.

Visconde de Itaborahy.

N. 362. — JUSTIÇA. — AVISO DE 3 DE SETEMBRO DE 1868.

Ao Presidente da Província de Minas Geraes. — Resolve duvida sobre a presidencia do Jury, quando tiver de ser chamado o Juiz da Comarca mais proxima, de conformidade com o Decreto n.º 3373 de 7 de Janeiro de 1863.

2.ª Secção. — Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro, em 3 de Setembro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr. — Em officio de 26 de Abril do anno passado, o antecessor de V. Ex. communicou que, tendo faltado na Comarca do Rio das Velhas o Juiz de Direito e seus substitutos formados, convocára o Juiz supplente o Jury do Termo de Santa Luzia para época, na qual o Juiz de Direito da Comarca do Sabará, a mais proxima, deveria proceder á correição em um dos respectivos Termos, o que já se tinha repetido em Santa Luzia, dando lugar a não se effectuarem as convocações determinadas.

O mesmo antecessor de V. Ex. resolvêra, á vista de semelhante occurrencia, que, quando se dêsse a hypothese prevista pelo Decreto n.º 3373 de 7 de Janeiro de 1863, o Juiz supplente procurasse accorder com o da Comarca vizinha o dia, para o qual devia fazer a convocação, visto como só assim se obviaria o inconveniente indicado.

Sua Magestade o Imperador, á cuja Presença levei aquelle officio, conformando-se com o Parecer da Secção de Justiça do Conselho de Estado, por Sua Imperial e Immediata Resolução de 22 do mez findo Houve por bem decidir que, sendo muito terminante e clara a disposição do citado Decreto, o Jury do

Termo de Santa Luzia devêra ter sido presidido pelo Juiz da Comarca mais vizinha, e, na sua falta ou impedimento, pelos substitutos formados, porquanto, o que a lei tem muito em consideração e o que mais deseja evitar é a demora dos julgamentos além dos prazos indispensaveis á boa ordem e tramites regulares da justiça.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Martiniano de Alencar*. — Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N.º 363. — JUSTIÇA. — AVISO DE 3 DE SETEMBRO DE 1868.

Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes. — Decide que a rubrica dos livros dos negociantes só pertence aos Tribunaes ou aos Conservadores de Commercio.

2.ª Secção. — Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro, em 3 de Setembro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr. — A 23 de Maio de 1866, o Vice-Presidente dessa Provincia submetteu á decisão do Governo Imperial um officio do Juiz de Direito da Comarca do Rio das Mortes, consultando se, á vista do Decreto n.º 930 de 10 de Março de 1852, que incumbio ás Juntas do Commercio da rubrica dos livros dos Negociantes matriculados, e do art. 43 combinado com art. 42 do § 2.º do Decreto n.º 4597 do 1.º de Maio de 1855, que passou a mesma attribuição para os Conservadores do Commercio, podem ainda os Juizes de Direito rubricar os livros de todos os negociantes por força da 2.ª parte, não derogada, do art. 43 doCodigo Commercial.

Sua Magestade o Imperador, á cuja Presença levei o mencionado officio, Conformando-se com o Parecer da Secção de Justiça do Conselho de Estado, por Sua Imperial e Immediata Resolução de 22 do mez passado, Houve por bem Decidir que, tendo força de lei o Decreto n.º 4597, porque foi autorisado pela Lei n.º 799 de 16 de Setembro de 1854, e determinando

elle que a rubrica dos livros pertence aos Tribunaes do Commercio ou aos Conservadores, e só a estes, na falta dos Tribunaes, cabe essa attribuição. O que communico a V. Ex. para sua intelligencia.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar.*—Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N. 364.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—EM 5 DE SETEMBRO DE 1868.

Manda providenciar de modo que as queimas não prejudiquem as postes e linhas telegraphicas.

Rio de Janeiro.—Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 5 de Setembro de 1868.

Em additamento ao Aviso Circular de 29 do mez findo, declaro a V. Ex. que convém recommendar aos proprietarios dos terrenos, por onde passa a linha telegraphica que, quando tiverem de fazer roçados, e principalmente queimadas nos lados ou margens das mesmas linhas, empreguem todo o cuidado e vigilancia, de modo que o fogo não **damnifique** os postes e as proprias linhas, ficando **responsaveis** os proprietarios pelos **damnos** que **causarem**, na forma do art. 2.º do Decreto n.º 1090 do 1.º de Setembro de 1860, que V. Ex. fará cumprir como lhe foi recommendado na referida Circular.

Deus guarde a V. Ex.—*Joaquim Antônio Fernandes Leão.*—Sr. Presidente da Provincia de.....

N. 365.—IMPERIO.—EM 5 DE SETEMBRO DE 1868.

Ao Presidente da Província de Minas Geraes.—Declara que as alterações nas divisas de paróchias só produzem effeitos electoraes, quando tanto a paróchia que perde territorio como aquella a que este é annexado pertencem ao mesmo collegio eleitoral.

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 5 de Setembro de 1868.

Hlm. e Exm. Sr.—O Aviso de 9 de Janeiro de 1866, dirigido a essa Presidencia, estabelece que os habitantes do territorio, desmembrado de uma paróchia para ser annexado a outra que pertence a districto eleitoral differente, devem continuar a ser qualificados na paróchia de que foi desmembrado o mesmo territorio, a qual conserva os antigos limites para as operações electoraes.

Em officio de 30 de Abril do dito anno consultou um dos antecessores de V. Ex.: se a doutrina da ultima parte do citado Aviso é applicavel ás paróchias que soffrem alteração em seus territorios com prejuizo ou a favor de outras do mesmo districto, mas pertencentes a collegios electoraes diversos.

Ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, Sua Magestade o Imperador, Attendendo a que, como os districtos, os collegios electoraes não podem ser alterados senão por lei, á vista do disposto no art. 2.º, parte 2.ª do Decreto n.º 4082 de 18 de Agosto de 1860, Houve por bem declarar, por Sua Immediata Resolução de 2 do corrente mez, que as alterações nas divisas das paróchias só produzem effeitos electoraes, quando tanto a paróchia que perde territorio como aquella a que é este annexado pertencem ao mesmo collegio eleitoral.

Resulta desta Imperial Resolução que só podem effectuar-se os actos electoraes nas paróchias novamente creadas quando pertencer ao mesmo collegio eleitoral todo o territorio que a constituir.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Província de Minas Geraes.

Aviso a que se refere o anterior.

3.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio em 9 de Janeiro de 1866.

Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes.—Declara que os habitantes do territorio desmembrado de uma parochia para ser annexado a outra, que pertence a districto eleitoral differente devem, continuar a ser qualificados na parochia de que foi desmembrado o mesmo territorio.

Illm. e Exm. Sr.—O Governo Imperial, attendendo á doutrina dos Avisos n.ºs 448 de 23 de Novembro de 1857, e 447 de 3 de Abril de 1860, os quaes declarão que os habitantes de um territorio desmembrado da Parochia para ser annexado a outro, pertencente a districto eleitoral diverso devem continuar a ser qualificados na Parochia de que foi desmembrado o mesmo territorio, approva a decisão, pela qual V. Ex. resolveu que as Parochias da Cachoeira do Carmo e de Tres Corações do Rio Verde conservassem os seus antigos limites para as operações eleitoraes, sem que nestas influísse a nova divisão do territorio das mesmas Parochias decretada pela Assembléa Legislativa dessa Provincia.

Fica assim respondido o officio de V. Ex. n.º 59 de 27 de Dezembro ultimo.

Deus Guarde a V. Ex.—*Marquez de Olinda*.—Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N. 366.—IMPERIO.—EM 5 DE SETEMBRO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia do Espirito Santo.—Declara nullos os trabalhos de um conselho municipal de recurso por incompetencia de um de seus membros.

2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 5 de Setembro de 1868.

Illm. e Exm. Sr.—Foi ouvida a secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado sobre o officio de 12 de Março ultimo, em que o antecessor

de V. Ex. participou que havia annullado os trabalhos do conselho municipal de recurso da villa da Cachoeira de Itapemerim, e multado os tres membros do mesmo conselho municipal Francisco Xavier Monteiro Nogueira da Gama, José Pinheiro de Souza Werneck e Basilio Carvalho Dewmon, na quantia de trezentos mil réis.

A mesma secção foi de parecer que o presidente do sobredito conselho explicou satisfactoriamente os factos que lhe forão arguidos, e que não deve prevalecer a imposição da multa.

Conformando-se Sua Magestade o Imperador com esta conclusão por sua immediata resolução de 2 do corrente mez, Ha por bem determinar que V. Ex. expeça as convenientes ordens para que sejam relevados da multa os referidos membros do conselho municipal de recurso.

Subsiste entretanto a annullação dos mencionados trabalhos por ter tomado parte nelles um membro incompetente, pois que, á vista do disposto no Aviso n.º 449 de 2 de Maio de 1849, devia o cidadão José Pinheiro de Souza Werneck servir como segundo membro do dito conselho, chamando-se para terceiro membro o elector e não o vereador immediato em votos.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia do Espirito Santo.

N. 367.—IMPERIO.—EM 8 DE SETEMBRO DE 1868.

Ao Juiz de Paz Presidente da Mesa Parochial da Freguezia de Santa Anna.—Declara como se deve proceder quando algum dos membros da mesa parochial recuse entregar a chave do cofre onde estiver encerrada a urna das cédulas.

2.ª Secção.—Rio de Janeiro. —Ministerio dos Negocios do Imperio. em 8 de Setembro de 1868.

Em solução ao seu officio desta data, declaro a Vm. que acabo de expedir ordem para que aquelle dos membros dessa mesa parochial, por Vm. indi-

cados no mesmo officio, que tiver em seu poder a chave do cofre em que está encerrada a urna das cédulas dos votantes, faça, sob pena de responsabilidade, immediata entrega da dita chave á referida mesa.

No entanto a mesma mesa, quando isso se não verificar, deve, reunidos os seus membros e na presença da autoridade policial que ali se achar, proceder á abertura do sobredito cofre, na fórma do Aviso n.º 380 de 14 de Setembro de 1860, lavrando disso um auto, em que se mencionem o motivo que deu lugar ao facto, e todas as circumstancias que occorrerem.

Deus Guarde a Vm.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Juiz de Paz presidente da mesa parochial da freguezia de Santa Anna.

N. 368. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.— EM 8 DE SETEMBRO DE 1868.

Autorisa a accitação definitiva da estrada de ferro de S. Paulo.

Rio de Janeiro.—Ministerio da Agricultura Commercio e Obras Publicas, em 8 de Setembro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Estando verificado pelo ultimo exame na estrada de ferro de Santos a Jundiahy, a que procedeu o respectivo engenheiro fiscal, que das obras exigidas no accordo de 4 de Dezembro de 1866, poucas, e essas mesmas de secundaria importancia, restão por concluir; e declarando o Superintendente D. M. Fox, em officio de 22 de Agosto ultimo, por cópia incluso, não só que tinha poderes da directoria para transigir com o governo a respeito da definitiva accitação daquella estrada, mas tambem estava prompto a aceitar as condições indicadas pelo engenheiro fiscal em seu officio de 7 de Julho ultimo, a excepção da primeira, relativa á substituição dos postes telegraphicos, compromettendo-se entretanto

a renovar, com madeira de lei, os que estiverem arruinados: autoriso a V. Ex. para mandar receber definitivamente a estrada, desde que em um novo accordo celebrado pelo Engenheiro fiscal com o Superintendente e no qual serão transcriptos os poderes acima alludidos, este se obrigar, por parte da companhia, de que é representante, a satisfazer as referidas condições pelo modo e nos prazos estabelecidos no dito officio de 7 de Julho, salva a modificação da primeira por elle indicada, comminando-se multas até o maximo de dous contos de réis para os casos de inexecução de qualquer das condições, e ficando tambem estabelecido que esta aceitação começará a produzir seus effeitos do dia 1.º de Agosto ultimo conforme solicitou o Superintendente, e prorogado até esse dia o prazo marcado no accordo de 4 de Dezembro de 1866.

V. Ex. recommendará muito especialmente ao Engenheiro fiscal que na redacção do novo accordo empregue a maior clareza e precisão para se evitarem duvidas, devendo estabelecer-se em clausulas especiaes que qualquer questão relativa á classificação das despesas com estas obras será decidida entre o Engenheiro fiscal e o Engenheiro presidente da companhia e no caso de empate submettida ao parecer definitivo de algum Engenheiro residente nessa provincia ou na Côrte; e bem assim que a aceitação definitiva da estrada não extime a companhia das obrigações que sobre ella pesão ou possam pesar em virtude das condições que baixarão com o Decreto n.º 1759 de 26 de Abril de 1856, principalmente no que concerne ao augmento do material rodante, cuja insufficiencia foi reconhecida mesmo antes de iniciar-se o trafego, questão esta pendente e que opportunamente será resolvida de accordo com o mesmo Decreto.

Junto remetto a V. Ex. cópia, tanto de um trecho do officio de 8, como do officio de 9 de Agosto ultimo, ambos do inspector especial, em Londres, das estradas de ferro subvencionadas pelo governo, dos quaes se vê que estas duas condições forão alli tratadas e accitas pela directoria ou por seus procuradores.

Deus guarde a V. Ex.—*Joaquim Antônio Fernan.*
des Leão. —Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo—

**N. 369. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS
PUBLICAS.—EM 9 DE SETEMBRO DE 1868.**

Sobre a intelligencia que deve ser dada á clausula 3.^a do contracto para construcção da estrada de ferro de Paraguassú.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 9 de Setembro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio dessa Presidencia de 18 de Abril ultimo que acompanhou o relatorio do Engenheiro fiscal da estrada de ferro de Paraguassú, no qual este funcionario communicou ter a Companhia emprezaria da mesma estrada deixado de cumprir a clausula 5.^a do seu contracto, de 17 de Janeiro de 1866, não dando começo, dentro do prazo nella fixado, aos trabalhos da 1.^a secção para a Chapada Diamantina; e receiar que o mesmo aconteça quanto á ponte de S. Felix, visto que nada constava acerca de sua construcção na Inglaterra. E o Mesmo Augusto Senhor, Conformando-se por sua immoventia Resolução de 29 do mez passado com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, Houve por bem mandar declarar a V. Ex. para sua intelligencia, e para o fazer constar ao Superintendente da mencionada estrada:

1.^a Que o prazo marcado na referida clausula deve ser contado da data da publicação dos estatutos esboçada por mais dous mezes, conforme exige a lei para o começo das operações, e não datada da organização da Companhia em Londres; porquanto é isto expresso no Decreto de 3 de Julho de 1867, e a Companhia nos actos que tiver de praticar dentro do Imperio, deve regular-se por suas leis, tanto mais que no Decreto de concessão não se fixou a época de sua organização, nem na legislação está ella determinada.

2.^a Que o facto da inauguração não influe na fixação desta época, não só porque semelhante acto não passa de uma solemnidade de apparato, mas também porque esta fixação não póde ficar dependente da vontade dos concessionarios visto que della dimanão direitos.

3.^a Que o prazo para o começo das obras estabelecido na mencionada clausula, corre da data effectiva da construcção da estrada e não da dos actos preparatorios para a execução dos respectivos trabalhos, como se devem reputar as plantas.

4.^a Finalmente que nesta conformidade não ficará satisfeita a clausula relativa á ponte de S. Felix só com a sua encommenda para a Inglaterra, e nem ainda com a esperança de que já estão em caminho algumas de suas peças, o que, entretanto sendo justificado poderá autorisar a prorrogação do prazo estabelecido.

Deus Guarde a V. Ex. — *Joaquim Antônio Fernandes Leão*. — Sr. Presidente da Província da Bahia.

N. 110. — JUSTIÇA. — AVISO DE 10 DE SETEMBRO DE 1868.

Ao Juiz de Paz da Freguezia da Guaratiba. — Resolve duvidas a respeito do Regimento de custas.

2.^a Secção. — Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro, em 10 de Setembro de 1868.

Em officios de 10 de Março e de 9 de Junho de 1866, apresentou Vm. a este Ministerio as seguintes duvidas, suscitadas na execução do Regimento de custas:

1.^a Se pelos corpos de delicto e exames medicos, effectuados distante das sedes das Freguezias, deve-se contar só o que marca o art. 179, ou tem applicação aos peritos tambem o disposto no art. 144;

2.^a Se aos Officiaes de Justiça do Juizo de Paz competem as custas designadas no art. 165, visto não ter esse povoado a categoria de cidade nem de villa;

Ouvida a Secção de Justiça do Conselho de Estado, Sua Magestade o Imperador Houve por bem, conformando-se com o seu Parecer de 20 de Janeiro de 1867, decidir:

Quanto á primeira duvida, que, se os peritos fazem despezas de conducção e hospedagem, tem incontestavelmente direito a que lhes sejam ellas arbitradas *ad instar* do que se pratica com os avaliadores nos termos do art. 177, devendo-se-lhes pela mesma razão os emolumentos de caminho e de estada, como facilmente se depreheende do espirito do Regimento e da disposição generica do seu art. 411.

Quanto á segunda duvida, que o art. 163 refere-se unicamente aos Officiaes de Justiça do Termo, cabendo aos dos Gistritos de Paz o minimo do art. 163 e a conducção estabelecida no art. 196 do mesmo Regimento. O que communico a Vm. para seu conhecimento.

Deus Guarde a Vm. — *José Martiniano de Albuquerque*. — Sr. Juiz de Paz da Freguezia de Guaratiba.

N. 371. — GUERRA. — EM 19 DE SETEMBRO DE 1868.

Declara como se deve effectuar o pagamento dos prets da Guarda Nacional quando destacada.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 10 de Setembro de 1868.

Manda Sua Magestade o Imperador, por esta Secretaria de Estado, declarar ao Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia, em solução ao seu officio de 20 de Julho ultimo sob n.º 28 que, sendo irregular a pratica seguida na mesma Thesouraria, de fazer-se pagamentos dos prets da Guarda Nacional ás pessoas designadas pela Presidencia, sem que previamente tenha lugar o processo estabelecido pelos arts. 36, 37 e 40 do Regulamento annexo ao Decreto n.º 1332 de 18 de Fevereiro de 1854 e Aviso n.º 250 de 21 de Setembro de 1859; devem ser observadas aquellas disposições, visto que a Guarda Nacional, quando destacada, está sujeita ao mesmo processo e fiscalisação adoptada no pagamento das despezas deste Ministerio.

Barão de Muritiba.

N. 372.—GUERRA.—EM 10 DE SETEMBRO DE 1868.

Declara como deve ser effectuada a distribuição do fardamento, a que tem direito os operarios militares dos Arsenaes de Guerra, segundo a tabella publicada na Ordem do Dia de 29 de Julho deste anno.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 10 de Setembro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr. — Em resposta ao officio do 1.º de Junho proximo passado, com que V. Ex. submetteu á decisão deste Ministerio a duvida suscitada pelo Director do Arsenal de Guerra dessa Provincia a respeito de distribuição de fardamento aos operarios militares empregados naquelle estabelecimento; declaro a V. Ex., para os fins convenientes, que, segundo a tabella publicada na Ordem do Dia n.º 625 de 29 de Julho proximo passado, tem aquelles operarios direito ao fardamento nella designado; pelo que lhes deve elle ser abonado, satisfazendo-se aos que forem credores á Fazenda Nacional pelo modo indicado no Decreto n.º 3586 de 17 de Janeiro de 1866, publicado em Ordem do Dia n.º 498 de 27 do mesmo mez.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Muvitiba*. — Sr. Presidente da Provincia de Mato Grosso.

N. 373.—JUSTIÇA.—AVISO DE 11 DE SETEMBRO DE 1868.

Ao Ministerio da Fazenda. — Declara que o Escrivão dos Feitos da Fazenda póde exercer cumulativamente o emprego de Secretario da Inspectoria Geral da Instrução Publica.

2.ª Secção. — Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro, em 11 de Setembro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr. — Em 13 de Maio do corrente anno, o antecessor de V. Ex., tendo de solver uma duvida proposta pelo Inspector interino da Thesouraria do Paraná, consultou a este Ministerio se o

Escrivão dos Feitos da Fazenda podia exercer cumulativamente o emprego de Secretario da Inspectoria Geral da Instrução Publica.

Em resposta, cabe-me declarar a V. Ex., que nada impede o exercicio simultaneo dos dous cargos, visto como não ha entre elles incompatibilidade absoluta resultante da natureza das respectivas funcções, nem se dá a impossibilidade do bom desempenho dellas, como a este Ministerio informou o Presidente da mesma Provincia.

Prevaleço-me da occasião para renovar os meus protestos de estima e consideração a V. Ex., a quem Deus Guarde. — *José Martiniano de Alencar.* — A S. Ex. o Sr. Visconde de Itaborahy.

N. 374. — JUSTIÇA. — AVISO DE 11 DE SETEMBRO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro:— Decide que, nos termos da Circular n.º 524 de 11 de Novembro de 1862, o Juiz Municipal deve pôr o seu — Cumpra-se — nos mandados do Juiz dos Feitos assim que lhe forem apresentados pelo proprio Collector.

2.ª Secção. — Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro, em 11 de Setembro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr. — Em 21 de Março de 1866, o Collector de Itaborahy representou á Directoria Geral do Contencioso do Thesouro Publico Nacional, entre as difficuldades que tem encontrado na cobrança das dividas executivas, as duvidas oppostas pelo Juiz Municipal e de Orphãos, que recusa lançar o — cumpra-se — nos mandados do Juiz dos Feitos da Fazenda, por serem dirigidos aos Officiaes de Justiça.

Com o officio n.º 848 de 15 de Junho ultimo, o antecessor de V. Ex. remetteu a esta Secretaria de Estado uma cópia das informações prestadas em Julho do mesmo anno, segundo as quaes entende este funcionario que, não sendo dirigidas a seu Juizo, aos Officiaes de Justiça cabe executar taes mandados independentemente de despacho.

O que bem considerado, Sua Magestade o Imperador Houve por bem decidir que, nos termos da Circular n.º 524 de 11 de Novembro de 1862, o Juiz Municipal deve pôr o seu — cumpra-se — nos mandados do Juizo dos Feitos assim que lhe forem apresentados pelo proprio Collector, porque, dispensado o processo moroso das precatorias, aquella formula é necessaria para authenticar o mandado e tornal-o exequivel no termo de sua jurisdicção.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Martiniano de Alencar*. — Sr. Presidente da Província do Rio de Janeiro.

— — —

N. 373. JUSTIÇA. EM 11 DE SETEMBRO DE 1868.

Ao Ministerio da Fazenda.—Decide que, nos termos da Circular n.º 524 de 11 de Novembro de 1862, o Juiz Municipal deve pôr o seu—cumpra-se—nos mandados do Juizo dos Feitos, assim que lhe forem apresentados pelo proprio Collector.

2.ª Secção. — Ministerio dos Negocios da Justiça.
— Rio de Janeiro, em 11 de Setembro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Sua Magestade o Imperador, a Quem foi presente o Aviso do Ministerio a cargo de V. Ex. de 10 de Abril de 1866, transmittindo cópia de um officio, no qual o Collector das Rendas Geraes de Itaborahy dá conta das difficuldades que tem encontrado na cobrança das dividas executivas, pelo facto de recusar o Juiz Municipal o seu—cumpra-se—nos mandados expedidos pelo Juizo dos Feitos da Fazenda, Houve por bem Decidir que, nos termos da Circular n.º 524 de 11 de Novembro de 1862, deve o Juiz Municipal apoiar essas diligencias e ordenar sua execução pelos officiaes de seu Juizo: convido, porém, que os referidos mandados lhes sejam apresentados directamente em officio pelos Collectores, a fim de receberem o—cumpra-se—do respectivo

Juiz: e dessa decisão se deu conhecimento á Presidencia do Rio de Janeiro ; o que tenho a honra de communicar a V. Ex.

Prevaleço-me da occasião para reiterar os meus protestos de estima e de consideração á pessoa de V. Ex. a quem Deus Guarde.—*José Martiniano de Alencar*.—A S. Ex. o Sr. Visconde de Itaboraay.

N. 376. — JUSTIÇA. — AVISO DE 11 DE SETEMBRO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia da Bahia. — Decide que o Juiz de Paz que uma vez exerceu interinamente o officio de Escrivão de Orphãos não fica por isso privado do seu cargo.

2.ª Secção. — Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro, em 11 de Setembro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr. — Tendo a Camara Municipal de Maraú submettido á essa Presidencia um officio do 2.º Juiz de Paz da Freguezia da mesma Villa, consultando se perdêra o cargo por haver servido de Escrivão em um processo de inventario, não estando no exercicio da vara ; respondeu o antecessor de V. Ex. que, á vista do Aviso n.º 64 de 7 de Fevereiro de 1864, ha incompatibilidade entre os cargos de Juiz de Paz e Escrivão de Orphãos, mas que tal disposição é applicavel ao effectivo e não ao que servio em um inventario por nomeação do Juiz.

Sua Magestade o Imperador, a cuja Presença levei o officio dessa Presidencia de 11 de Julho ultimo, pedindo a approvação do Governo Imperial para aquella decisão, Houve por bem Decidir que o cargo de Juiz de Paz é sem duvida incompativel com o officio de Escrivão de Orphãos, conforme foi declarado pelo Aviso acima referido ; porém o Juiz de Paz que uma vez exerceu interinamente aquelle officio, não fica por isso privado de seu cargo ; cumprindo á autoridade competente não consentir em

semelhantes accumulações, para evitar que, posteriormente, se suscitem duvidas desta ordem. O que communico a V. Ex. para sua intelligencia.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Martiniano de Alencar*. — Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 377. — GUERRA. — Em 11 de Setembro de 1868.

Dá providencias a respeito da lavagem da roupa dos aprendizes artilheiros.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 11 de Setembro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr. — Em solução ao officio, que me foi por esse commando geral dirigido em data de 20 de Julho ultimo; relativamente ao pagamento da lavagem da roupa dos aprendizes artilheiros, tanto de uniforme, como de cama; declaro a V. Ex. que, conforme foi pelo mesmo commando proposto deve o Aviso de 11 do referido mez ser observado com as seguintes instrucções: 1.ª que a metade dos dous terços do soldo dos aprendizes, da qual se deve tirar mensalmente a importancia da lavagem da roupa do uniforme, seja como um limite, que não póde ser excedido, devendo-se ajuntar o que della sobrar á outra metade dos mesmos dous terços destinada para accumulação na Caixa Economica; 2.ª que a mudança de roupa de cama tenha lugar, por via de regra, de duas em duas semanas; e 3.ª finalmente que as contas de tal despeza, organisadas pelo Commandante do Deposito e competentemente documentadas, sejam rubricadas por esse Commando Geral antes de satisfeitas pela Pagadoria das Tropas.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Muritiba*. — Sr. Commandante Geral interino de Artilharia.

N.º 378. — IMPERIO. — EM 11 DE SETEMBRO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul. — Declara que não devem ser tomados em separado os votos dos cidadãos sobre cuja inclusão ou exclusão na lista de qualificação houver recurso interposto para a Relação do districto.

2.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio, em 11 de Setembro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr. — Em seu officio sob n.º 55 de 8 de Agosto ultimo sujeitou V. Ex. á approvação do Governo Imperial os actos pelos quaes declarou á Camara Municipal de Caçapava e aos Juizes de Paz de Bagé e Jaguarão, que nestas duas parochias, e bem assim nas de Santo Antonio de Lavras e Santa Anna da Boa-Vista, se devia proceder, na eleição municipal e de Juizes de Paz, á chamada dos votantes pela ultima qualificação, não obstante haver recurso interposto para a Relação do districto, sendo cumprida, se chegasse a tempo, a decisão deste Tribunal, e no caso contrario a do respectivo Conselho Municipal de recurso.

Approvando a deliberação de V. Ex., por ser conforme ao disposto no art. 38 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846, e á doutrina estabelecida no art. 44 das Instrucções annexas ao Aviso n.º 168 de 28 de Junho de 1849, devo comtudo ponderar-lhe que escusada foi a recommendação de serem tomados em separado os votos dos cidadãos mandados incluir e igualmente dos mandados excluir pelos Conselhos Municipaes de recurso, visto que, segundo as disposições citadas, a qualificação considera-se concluida e produz todos os seus effeitos legais desde que o Conselho Municipal sobre ella se tem pronunciado.

Se a pendencia de recurso para a Relação não determina suspensão da qualificação, antes por ella se deve fazer a eleição, é evidente que, assentando esta na qualificação, não é licito deixal-a como que incompleta, e na contingencia das alterações, que por ventura traga á mesma qualificação a decisão do recurso interposto para aquelle Tribunal, quando a lei a declara sufficiente e idonea, findos os trabalhos do Conselho Municipal.

O facto do provimento pela Relação não subordina a eleição já feita a essa decisão posterior e nem tem

outro effeito, como se vê do Aviso n.º 293 de 5 de Setembro de 1836, além do de habilitar para futuras eleições os cidadãos não contemplados, cujos recursos forem providos, e eliminar da lista os que não forem julgados aptos para o exercício do direito de votar. Antes do provimento erão legalmente considerados cidadãos activos os que a Relação porventura eliminar, não tinham o seu direito de votar reconhecido os que não figuravão no alistamento.

Na eleição de que se trata, não podem portanto ser eliminados os votos em separado dos cidadãos que a Relação mandar excluir, assim como não podem ser adicionados os daquelles que ella mandar incluir na lista da qualificação.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Souza*. — Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.

N.º 479. — IMPÉRIO. — Em 11 de Setembro de 1868.

1.º Juiz de Paz Presidente da Mesa Parochial da Freguezia de Campo Grande. — Declara que, não obstante haver differença entre o numero das cédulas recebidas para Juizes de Paz e Vereadores, devem ser todas apuradas.

2.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio, em 11 de Setembro de 1868.

Acabo de receber o officio que, com data de hontem, Vm. me dirigio expondo que, concluida a 3.ª chamada dos votantes dessa freguezia, e procedendo-se á separação das cédulas, verificou-se ter havido o excesso de 64 cédulas para Juizes de Paz sobre as recebidas para Vereadores; pelo que forão suspensos os trabalhos electoraes até que este Ministerio resolvesse se devem ser ou não apuradas as referidas 64 cédulas.

Em resposta declaro a Vm., para os fins convenientes, que, á vista do disposto no Aviso n.º 204 de 6 de Maio de 1851, as ditas cédulas devem ser apuradas, visto não ser possível conhecer quaes as que foram indevidamente introduzidas na urna.

Se, apuradas as cédulas, verificar-se que o numero de votos, correspondente ao das cédulas em excesso, altera o resultado da eleição, não poderá esta subsistir; pois que o facto de que se trata só não constitue razão sufficiente para a annullação, quando o excesso deixa de influir naquelle resultado, como estabelece o Aviso n.º 91 de 11 de Abril de 1864.

Pondero ainda que á mesa, na fôrma recommendada pelo Aviso n.º 370 de 9 de Setembro de 1860, incumbia verificar, na occasião de recolher as cédulas, se ambas as apresentadas pelo votante erão para Juizes de Paz; e bem assim que, nos termos do mesmo Aviso, devem nas actas ser mencionados o numero dos votantes chamados, o dos que comparecerão ou não, o das cédulas recebidas, quér para Vereadores, quér para Juizes de Paz, o das apuradas ou desprezadas por motivo legal, e qualquer outra circumstancia que occorrer.

Deus Guarde a Vm.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Juiz de Paz Presidente da mesa parochial da freguezia de Campo Grande.

N. 380.—FAZENDA.—EM 12 DE SETEMBRO DE 1868.

Determina as épocas em que devem terminar os prazos para a substituição de notas de diversos valores.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 12 de Setembro de 1868.

O Visconde de Itaboraay, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para sua intelligencia e execução, que o prazo para a substituição das notas de 1\$000 e 2\$000 da 2.ª estampa, e de 10\$000 da 3.ª, de que trata a Circular n.º 10 de 20 de Março de 1867, deve terminar no ultimo de Dezembro deste anno; e o das notas de 5\$000 da 6.ª estampa, e de 10\$000 da 4.ª, a que se referem as Circulares n.ºs 18 e 11 de 22 de Junho e 10 de Outubro do mesmo anno.

findará no ultimo de Junho de 1869; devendo começar do 1.º de Janeiro vindouro o desconto progressivo de 10 %, na fórma da Lei, para as primeiras das sobreditas notas, e do 1.º de Julho para as ultimas.

Visconde de Itaborahy.

N. 381.—FAZENDA.—EM 12 DE SETEMBRO DE 1868.

Solve duvidas ácerca da arrecadação do (empréstimo do cofre de) orphãos, e da contagem dos respectivos juros.

Ministério dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, 12 de Setembro de 1868.

Illm. e Exm. Sr.—Com o Aviso de 17 de Agosto ultimo transmittio-me o antecessor de V. Ex. o officio do Presidente de Sergipe, que junto devolvo, ácerca das seguintes duvidas propostas pelo Juiz Municipal e Orphãos do Termo de Simão Dias; 1.ª se casando-se uma orphã ou áttingindo a maioridade, até que época se devem contar os juros das sommas emprestadas ao Governo, se até o dia do casamento ou maioridade, ou se até o em que fôr requisitado pelo Juiz; e 2.ª em que época póde o Juiz apresentar ao Collector as quantias que houver arrecadado como empréstimo ao Governo, se no principio ou no fim do trimestre, ou se póde fazel-o em qualquer dia.

Em solução a estas duvidas se me offerece declarar a V. Ex., quanto a 1.ª, que os juros dos empréstimos dos cofres de orphãos são contados e pagos até o tempo em que elles entrão na maioridade ou se emancipão, como dispõe a Ordem n.º 290 de 2 de Julho de 1863; e quanto a 2.ª, que na conformidade com o disposto no art. 1.º das Instrucções n.º 54 de 12 de Maio de 1842 as importancias que se arrecadão no Juizo de Orphãos são immediatamente remettidas aos cofres publicos, a fim de serem escripturadas pela fórma prescripta no art. 5.º das citadas Instrucções.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy.*—Sr. José Martiniano de Alencar.

N. 382. — JUSTIÇA. — AVISO DE 11 DE SETEMBRO DE 1868.

Ao Presidente da provincia do Rio Grande do Sul. — Decide que não se póde registrar uma hypotheca de immovel, possuido em commun, sem o consentimento dos outros co-proprietarios, desde que a divisibilidade não estiver manifesta, nem se exhibir prova della.

2.ª Secção. — Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro, em 11 de Setembro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr. — Joaquim do Nascimento Alves Nobrega representou ao Governo Imperial contra a decisão dada, em recurso, pelo Juiz de Direito da Comarca do Rio Grande, nessa provincia, sobre a duvida que oppôz o Official do Registro Geral das Hypothecas da mesma Comarca.

Recusou esse official registrar a escriptura na qual D. Joaquina Lima da Costa Ferreira hypothecára ao recorrente a quinta parte de uma casa, por ella possuida em commun com outros proprietarios: e deu como razão do seu acto não constar a divisão da casa, nem o consentimento de seus co-proprietarios, (art. 4.º § 8.º da Lei n.º 1237 de 24 de Setembro de 1864, e art. 242 do Regulamento n.º 3453 de 26 de Abril de 1865).

Sua Magestade o Imperador, a cuja presença levei a representação, Conformando-se com o parecer da Secção de Justiça do Conselho de Estado, por Sua Immediata Resolução de 5 do corrente mez, Houve por bem Decidir que o Juiz de Direito cumpria a lei, não admittindo o registro de uma hypotheca de immovel, possuido em commun, sem o consentimento dos outros co-proprietarios, desde que a divisibilidade da casa não estava manifesta, nem se exhibio prova della; porquanto esse registro não preencheria os fins da instituição, referindo-se á um contracto nullo quanto á fôrma e á substancia.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Martiniano de Alencar*. — Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

N. 383.—MARINHA. —AVISO DE 11 DE SETEMBRO DE 1868.

Dá instrucções ao Pratico-mór da Armada Brasileira no Rio da Prata e seus afluentes.

3.^a Secção.—Ministerio dos Negocios da Marinha.—Rio de Janeiro, em 11 de Setembro de 1868.

Sua Magestade o Imperador, Attendendo á conveniencia de regularisar o serviço de praticagem nos navios da Armada Brasileira, que navegação nas aguas do Rio da Prata e seus afluentes, Houve por bem Nomear o Capitão Tenente Fernando Etchebarne Pratico-mór, o qual observará as instrucções, que vão juntas, assignadas pelo Conselheiro Director Geral da Secretaria da Marinha: o que communico a V. Ex. para sua intelligencia e execução.

Deus Guarde a V. Ex.—Paço em 11 de Setembro de 1868. — *Barão de Cotegipe*.—Ao Sr. Chefe de Esquadra Encarregado do Quartel General da Marinha.

Instrucções para o Pratico-mór da Armada Brasileira no Rio da Prata e seus afluentes.

O Pratico-mór, immediatamente subordinado ao commandante em chefe da esquadra de operações, ou ao commandante da força naval estacionada em Montevideo, deve estar embarcado no navio chefe, e ter sob suas ordens todos os outros Praticos.

E' de sua competencia o seguinte:

1.^o Apresentar ao commandante em chefe da esquadra de operações a classificação dos Praticos, que actualmente se achão embarcados, tendo em attenção o tempo de embarque, as habilitações e os serviços de guerra de cada um delles.

2.^o Propôr, sob sua responsabilidade; os Praticos que convenha contractar para o serviço da mesma esquadra.

3.^o Designar os Praticos que devão ser nomeados para o serviço destinado á qualquer navio; sujeita esta escolha á approvação do commandante em chefe.

4.^o Desempenhar pessoalmente as commissões mais difficéis, urgentes e importantes, como ex-

ploração, balisamento, e navegação de rios, quer agora para proseguimento das operações de guerra, quer depois para algum reconhecimento scientifico.

5.º Informar nas questões de praticagem que se suscitarem entre navios nacionaes, ou nacionaes e estrangeiros; ser arbitro sempre por parte da Armada Imperial, e decidir as mesmas questões quando os interessados recorrerem a este meio para terminal-las, e não dependerem da jurisdicção territorial.

6.º Fazer a amarração dos navios de guerra ou transportes brasileiros, no porto de Montevidéo; fundear-os convenientemente; inspecionar com frequencia este serviço, de modo que elles não soffrão, nem causem sinistros.

7.º Verificar, quando fôr conveniente ou lhe fôr determinado, o estado dos bancos e canaes, e dar parte ao commandante da força naval de qualquer alteração que nelles encontre, propondo logo todas as providencias e melhoramentos á bem da navegação.

8.º Acudir com presteza aos navios de guerra e transportes nacionaes, que precisarem de soccorro no porto, ou nos canaes do Rio da Prata.

9.º Dirigir os trabalhos de reboque, de rocegas de ancoras e outros de sua dependencia.

10. Informar semestralmente ao commandante da força naval á respeito do procedimento de seus subordinados, e do modo por que elles desempenhão os seus deveres.

11. Dar sempre sua opinião por escripto sobre a responsabilidade que possa caber a qualquer Pratico, por sinistro occorrido ao navio da Armada Brasileira collocado sob sua direcção.

12. Preparar a criação de um Corpo de Praticos nacionaes, escolhendo nas guarnições dos navios de guerra as praças que mostrarem mais aptidão para este serviço, e dando-lhes por si, e por seus subordinados, os esclarecimentos necessarios para habilital-as a dirigir a navegação no Rio da Prata e seus afluentes.

Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha.—Rio de Janeiro, em 14 de Setembro de 1868.—*Francisco Xavier Bontempo*.

N. 381.—JUSTIÇA.—AVISO DE 13 DE SETEMBRO DE 1868.

Declara que o Juiz Municipal supplente tem direito aos vencimentos, quando estes não forem devidos ao funcionario effectivo.

1.^a Secção.—Ministerio dos Negocios da Justica.—Rio de Janeiro, em 13 de Setembro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—A 6 de Março de 1866 o Bacharel Lopo Diniz Cordeiro communicou que, na qualidade de supplente, assumira a jurisdicção da 2.^a Vara Municipal da Corte, por ter passado o Juiz effectivo a substituir o da 1.^a Vara Commercial; e nessa occasião solicitou que seu nome fosse incluído na folha dos vencimentos dos magistrados desde o dia 4, em que começára a funcionar.

Ouvida a Secção de Justica do Conselho de Estado, Sua Magestade o Imperador houve por bem, Conformando-se com o parecer de 8 de Agosto de 1867, decidir que, sendo aquelle emprego remunerado por Lei, o cidadão que o exercer deve perceber os respectivos vencimentos, quando estes não forem devidos ao funcionario effectivo.

Deus Guarde a V. Mx.—*José Martiniano de Almeida*.—O Visconde de Itaborahy.

N. 333.—FAZENDA.—EM 15 DE SETEMBRO DE 1868.

Regula a operação do empréstimo nacional de 30.000:000\$000.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 15 de Setembro de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em execução do Decreto n.º 4214 desta data, ordena:

Art. 1.º No dia 23 do corrente mez, abrir-se-ha subscrição para o empréstimo de 30.000:000\$000, autorizada pelo referido Decreto, a qual será encerrada no dia 1.º do proximo mez de Outubro.

Art. 2.º Os Titulos ou Apolices do emprestimo serão de 500\$000 e de 1:000\$000.

Art. 3.º As subscripções serão recebidas no The-souro Nacional desde as 10 horas da manhã até as 4 da tarde.

Art. 4.º Cada subscriptor deverá entregar no acto da subscripção a somma correspondente a 6 % do valor dos Titulos que subscrever, e se lhe passará conhecimento da mesma somma cortado do talão.

Art. 5.º Se a importancia subscripta até o fim do prazo exceder á do emprestimo, far-se-ha uma reducção proporcional em todas as quantias superiores a 5:000\$000, restituindo-se os 6 % que demais tiverem sido recebidos.

Art. 6.º Se dentro do prazo acima estabelecido não fôr o emprestimo integralmente subscripto nesta Côrte, para o restante abrir-se-ha subscripção nas Thesourarias das Provincias, que forem ulteriormente designadas.

Art. 7.º As entradas dos emprestimos serão realisa-das do seguinte modo:

No dia da subscripção....	6 %
Em 15 de Outubro.....	19 %
Em 15 de Novembro.....	25 %
Em 15 de Dezembro.....	25 %
Em 15 de Janeiro de 1869.	25 %

Art. 8.º Nas entradas a que se refere o artigo an-tecedente serão recebidos os bilhetes do Thesouro com o respectivo redesconto.

Art. 9.º Os subscriptores, que não fizerem effec-tivas suas entradas nos prazos supracitados, pagarão o juro de 10 %; se a móra fôr menor de 30 dias; excedido esse prazo perderão o direito ás entradas já realisadas.

Art. 10. Dar-se-hão aos portadores das entradas mencionadas no art. 7.º conhecimentos semelhantes aos do art. 4.º. Todos os conhecimentos serão trans-feriveis por endosso.

Art. 11. Effectuada a ultima entrada, entregar-se-ha aos portadores dos conhecimentos Apolices nomina-tivas transferiveis na Caixa da Amortização, na fórma das leis em vigor.

Art. 12. Fica declarado que os 33 annos, a que se refere o citado Decreto n.º 4244, serão contados do dia 15 do proximo mez de Outubro.

Art. 43. O sorteio de que trata o art. 3.º do mesmo Decreto será feito tres mezes antes de effectuar-se a amortização, em presença da Junta da respectiva Caixa, depois dos annuncios convenientes. Os numeros que sahirem serão tomados pela Secretaria da mesma Junta, e publicados no *Diario Official* por seis dias successivos.

Art. 44. Os possuidores das Apolices sorteadas e não entregues no tempo marcado nos annuncios, não terão direito a juros, desse tempo em diante.

Art. 45. Os Titulos resgatados serão inutilizados na fórma da Lei de 45 de Novembro de 1827, e servirão de documentos á despesa do Thesoureiro da Caixa da Amortização.

Art. 46. A escripturação destes Titulos, sua assignatura, e o pagamento dos respectivos juros e amortização serão regulados pela lei acima referida, e usos estabelecidos.

Art. 47. O Governo não emittirá novos Titulos da natureza dos de que tratão os artigos antecedentes, antes do ultimo de Janeiro de 1869.

Visconde de Itaborahy.

N. 386. — FAZENDA. — EM 15 DE SETEMBRO DE 1868.

Direitos que se devem cobrar das Embarcações vendidas em
hasta publica por innavegaveis.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 15 de Setembro de 1868.

Communico ao Sr. Inspector interino da Alfandega do Rio de Janeiro, para os devidos effeitos, que o Tribunal do Thesouro Nacional resolveu dar provimento ao recurso interposto pelo Agente de leilões desta Praça Roberto Grey do despacho da mesma Inspectoria de 13 de Junho passado, que o obrigou ao pagamento dos direitos de consumo do casco e pertencas da Galera Dinamarqueza — *Peter Jordt*, — entrada neste porto por arribada forçada,

e vendida em hasta publica por innavegavel; porquanto tendo sido arrematados o casco, conjunctamente com o apparelho, maçame e mais objectos da referida Galera, não devião ser cobrados outros direitos se não os de 15 %, na fórmula do art. 49 § 1.º n.º 6 da lei de 26 de Setembro do anno passado e Circular de 30 do mesmo mez e anno, e não os de consumo, cuja arrecadação cabe sómente no caso ou de ser desmanchada a embarcação, e vendidas as suas partes, pertenças e material, segundo o paragrapho unico do art. 681 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, ou no da arrematação do apparelho, velame, lastro, pertenças e outros objectos da embarcação sem o respectivo casco, ou dos fragmentos deste, quando desmanchado; cumprindo portanto que se restitua ao recorrente o que lhe fôr devido.

Visconde de Itaborahy.

N. 387.—FAZENDA.—EM 17 DE SETEMBRO DE 1868.

Declara quaes as quantias que se devem abonar aos Empregados das Alfandegas que forem encarregados do lançamento e cobrança do imposto pessoal.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 17 de Setembro de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda das Provincias que nos Municipios, onde não houver Recebedorias de Rendas internas ou Collectorias, mandem abonar por uma só vez a cada um dos Empregados das respectivas Alfandegas, encarregados do lançamento e cobrança do imposto pessoal no espaço de uma legua além das capitães ou cidades em que estiverem as mesmas Alfandegas, a gratificação de cincoenta mil réis para comedorias, e bem assim pagar-lhes a despesa de uma cavalgadura, segundo o preço do aluguel corrente, durante o tempo em que se acharem occupados no dito lançamento.

Visconde de Itaborahy.

N. 388.— FAZENDA.— EM 17 DE SETEMBRO DE 1868.

Dá provimento a um recurso sobre pagamento de dizima de Chancellaria.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro, em 17 de Setembro de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, Communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda de Sergipe, para seu conhecimento e devidos effeitos, que o mesmo Tribunal, visto o recurso de José Vieira Barreto, interposto da decisão tomada pela dita Thesouraria em sessão da respectiva Junta, considerando-o obrigado ao pagamento da dizima de Chancellaria correspondente á quantia de 69:019\$645 porque accionou o seu devedor José Gomes de Azevedo; visto o officio com que veio o recurso informado, n.º 3 de 20 de Maio ultimo, do qual consta que a Junta assim decidio por entender que o recorrente, em face do disposto nos arts. 2.º e 4.º do Decreto n.º 443 de 10 de Junho de 1845 e da Ordem n.º 5 de 5 de Janeiro de 1853, não podia gozar do direito de preferir a Fazenda, por não ter cumprido o dever prescripto no art. 20 do citado Decreto, de responsabilisar-se com juramento pela dizima se por ventura os bens do executado chegassem para o seu pagamento: e considerando que na especie sujeita a falta da formalidade do juramento e da obrigação contrahida de restituir á Fazenda o imposto, que o recorrente cobrasse por occasião da execução, não alterou de fórma alguma o direito da mesma Fazenda; porquanto, ou elle recebeu, além da quantia demandada, o imposto, e neste caso tem a Fazenda os meios de cobrar o que lhe é devido, ou não recebeu se não quanto chegava para seu pagamento, e neste caso está favorecido pela disposição do referido art. 4.º: resolveu dar provimento ao recurso para o fim de ser o recorrente relevado do imposto exigido, por ter provado com os documentos exhibidos que o producto dos bens executados não chegou nem á metade da divida que motivou a execução.

Visconde de Itaborahy.

N. 389.—JUSTIÇA.—EM 18 DE SETEMBRO DE 1868.

Dispensando do serviço da Guarda Nacional os alumnos do Instituto Commercial por estarem comprehendidos nas disposições do art. 14 § 3.º da Lei n.º 602 de 19 de Setembro de 1850.

3.ª Secção. — Ministerio dos Negocios da Justiça.
—Rio de Janeiro, em 18 de Setembro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—A 23 de Maio do anno passado o antecessor de V. Ex. communicou a esta Secretaria de Estado uma representação de alguns alumnos do Instituto Commercial contra o Aviso de 15 de Abril anterior, que os declarára sujeitos ao serviço da Guarda Nacional.

Ouvida a Secção de Justiça do Conselho de Estado, Sua Magestade o Imperador Houve por bem, Conformando-se com o parecer de 27 de Setembro do mesmo anno, Decidir que, sendo o Instituto Commercial uma escola publica, por isso que seus professores são estipendiados pelo Thesouro Nacional e seus alumnos, uma vez approvados, se habilitão para certos empregos e funções publicas, nos termos do Decreto n.º 2741 de 9 de Fevereiro de 1861, estão os peticionarios evidentemente incluídos na disposição do art. 14 § 3.º da Lei n.º 602 de 19 de Setembro de 1850, e podem ser dispensados de todo o serviço, não obstante acharem-se alistados naquella Guarda, salva a hypothese do art. 11 do referido Decreto ou provando-se que não frequentão.

Prevaleço-me da occasião para renovar os meus protestos de estima e consideração a V. Ex. a quem Deus Guarde. — *José Martiniano de Alencar*. — A S. Ex. o Sr. Conselheiro Paulino José Soares de Souza.

N. 390.—JUSTIÇA.—EM 19 DE SETEMBRO DE 1868.

Resolve duvidas a respeito do juramento dos Juizes Municipaes suplentes fóra do prazo.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 19 de Setembro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Decidio essa Presidencia, segundo communicou em officio de 30 de Maio de 1866, que os cidadãos nomeados 3.º e 5.º supplentes do Juizo Municipal do termo do Saboeiro, perdêrão o lugar por só haverem prestado juramento sete dias depois de expirar o prazo marcado.

Fundou-se essa decisão no facto de não terem aquelles cidadãos allegado justo impedimento, pedindo prorrogação do prazo na fórma do Aviso de 19 de Novembro de 1862, e na disposição do art. 42 do Decreto n.º 2012 de 4 de Novembro de 1857, declarada pelo Aviso de 21 de Outubro de 1863.

De conformidade com o parecer da Secção de Justiça do Conselho de Estado, de 30 de Setembro de 1866, approvo a decisão dessa Presidencia.

Deus Guarde a V. Ex. —*José Martiniano de Alencar*.
—Sr. Presidente da Província do Ceará.

**Aviso de 19 de Novembro de 1862, a que se refere a
Decisão supra.**

Ilm. e Exm. Sr.—Communicou V. Ex., em officio de 16 de Maio ultimo, que, tendo o seu antecessor marcado o prazo de dous mezes para que os cidadãos nomeados substitutos dos Juizes Municipaes prestassem juramento na fórma do Decreto n.º 2012 de 4 de Novembro de 1857, e tendo alguns delles representado, justificando a impossibilidade em que se achavão de cumprir em tempo o preceito legal apezar dos bons desejos de servir, prorogou por mais um mez o referido prazo. Sua Magestade o Imperador, a Quem tive a honra de apresentar o dito officio, manda approvar a resolução tomada por V. Ex.

Deus Guarde a V. Ex. —*João Lins Vieira Cansansão de Sminhã*.—Sr. Presidente da Província do Ceará.

2.ª Secção da Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, em 22 de Setembro de 1868.—Conforme.—O Director interino, *Antonio Achilles de Miranda Vazejão*.

N. 391.—IMPERIO.—EM 21 DE SETEMBRO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia da Bahia.—Declara que, no caso de serem illegalmente introduzidas na urna algumas cédulas, não se deve proceder á queima, mas á apuração de todas.

2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 21 de Setembro de 1868.

Hlm. e Exm. Sr.—Accusando o recebimento do officio de 16 do corrente, no qual V. Ex. expõe as occurrencias que, durante o processo eleitoral, se derão na freguezia de Brotas, devo declarar-lhe que, apesar de terem sido illegalmente introduzidas na urna algumas cédulas, não se devia proceder á queima, mas á apuração de todas, á vista do disposto no Aviso n.º 204 de 6 de Maio de 1861.

Se, apuradas as cédulas, se verificasse que o numero de votos correspondente ao das cédulas em excesso alterava o resultado da eleição, não poderia esta subsistir; pois que o facto de que se trata só não constitue razão sufficiente para a annullação quando o excesso deixa de influir naquelle resultado, como estabelece o Aviso n.º 91 de 11 de Abril de 1861.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 392.—JUSTIÇA.—EM 22 DE SETEMBRO DE 1868.

Resolve duvida a respeito de prisão ordenada pela autoridade militar no crime de compra de fardamento, fornecido pelo Governo, quando o delinquente é paisano.

2.^a Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 22 de Setembro de 1868.

Hlm. e Exm. Sr.—Communicou essa Presidencia, em officio de 31 de Maio de 1866, o conflicto suscitado entre o General Conde de Porto Alegre, Com-

mandante do 2.º Corpo do Exército em operações contra o Paraguay, e o Juiz de Direito de S. Borja, a respeito da prisão de alguns individuos accusados de comprar o fardamento, fornecido pelo Estado.

De conformidade com o parecer da Secção de Justiça do Conselho de Estado de 30 de Novembro de 1866, declaro a V. Ex. que, estando averiguada a circumstancia de serem paisanos os individuos presos, não subsiste o conflicto em face do disposto na Lei n.º 631 de 18 de Setembro de 1851, art. 1.º § 4.º e 5.º Não podia o General, embora acampado em S. Borja, prender os indiciados sujeitos á autoridade civil, visto não se ter dado o caso de flagrante a que allude o officio de 21 de Janeiro.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Martiniano de Alencar*.—Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.

N. 393. — FAZENDA. — EM 22 DE SETEMBRO DE 1868.

Determina á Thesouraria do Paraná que cumpra a Ordem da Presidencia de 13 de Abril proximo passado, sobre o pagamento do patrão e remeiros do escaler da Fortaleza da Barra de Paranaguá.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 22 de Setembro de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista o officio n.º 38 do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Paraná de 28 de Abril ultimo, em que participa ter mandado suspender o pagamento dos salarios de quatro remeiros da Fortaleza da Barra de Paranaguá por serem desnecessarios, attenta a informação que tivera do Inspector da respectiva Alfandega de que naquella Fortaleza não havia escaler, porém sim uma canôa tripolada por dous remeiros e um patrão, o que é contestado pelo commandante da Fortaleza e Capitão do Porto, declara ao mesmo

Sr. Inspector que devia ter submittido á Presidencia da Provincia a necessidade desta medida, logo que della foi informado pela Alfandega, visto não correr tal despeza pelo Ministerio da Fazenda, não competendo, portanto, ao Sr. Inspector fazel-a cessar por acto proprio; e bem assim que não tendo feito executar a ordem da mesma Presidencia de 13 de Abril ultimo, em que determina o pagamento a seis re-meiros e um patrão, de accordo com as informações dos Empregados respectivos, ordem esta que cumpre ser observada enquanto o Ministerio da Guerra não resolver se deve ou não continuar o mesmo numero de remeiros, pois que nas Provincias compete ás Presencias decidir as questões que se suscitarem sobre quaesquer assumptos relativos aos diversos Ministerios, exceptuado o da Fazenda, como é expresso no art. 23 do Decreto n.º 2343 de 19 de Janeiro de 1859; determina ao mesmo Sr. Inspector que faça sem demora cumprir a dita ordem, aguardando a decisão definitiva do referido Ministerio que lhe será opportunamente communicada e lhe recommenda que d'ora em diante proceda em casos identicos de accordo com as disposições vigentes.

Visconde de Iaborahy.

N. 391.—JUSTIÇA.—AVISO DE 23 DE SETEMBRO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.—Resolve duvida a respeito da convocação do Jury por Juiz de Direito de Comarca vizinha, quando tiver de presidil-a, salvo o caso de impedimento do mesmo magistrado e de seus substitutos depois da convocação.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 23 de Setembro de 1868.

Illm. e Exm. Sr.—Em 26 de Agosto ultimo, submetteu essa Presidencia ao conhecimento do Governo Imperial um officio do Juiz de Direito da Comarca do Alegrete, lembrando a necessidade de alguma providencia, pela qual pertença ao Juiz de Direito da

Comarca vizinha a convocação do Jury, quando tiver de presidil-a, salvo o caso de impedimento do mesmo magistrado e de seus substitutos, depois da convocação, visto que só assim ficarão conciliados e attendidos os serviços das duas Comarcas.

Em resposta, cabe-me communicar a V. Ex. que duvida semelhante já foi decidida por Sua Magestade o Imperador, de conformidade com a Sua Imperial Resolução de 22 do mez findo, Tomada sobre Consulta da Secção de Justiça do Conselho de Estado, como consta do Aviso de 3 do corrente, dirigido á Presidencia da Provincia de Minas Geraes.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Martiniano de Alencar*. — Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul

N.º 395.—JUSTIÇA. — AVISO DE 23 DE SETEMBRO DE 1868

Ao Presidente da Provincia de S. Paulo. — Declara que não se podem dar remoções em Offícios de Justiça.

2.ª Secção. — Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro, em 23 de Setembro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr. — Foi presente a Sua Magestade o Imperador o requerimento de Francisco Joaquim de Sampaio, Escrivão de Orphãos do termo de Pirassununga nessa Provincia, pedindo a Graça de ser removido para o Cartorio de Orphãos do termo da Limeira ou para o Tabellionato e Escrivania de Orphãos do do Rio Claro; e o Mesmo Augusto Senhor Houve por bem Mandar declarar a V. Ex., para o fazer constar ao referido serventuario, que foi indeferido o seu requerimento, porque, na conformidade da legislação em vigor, não se podem dar remoções em Offícios de Justiça.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Martiniano de Alencar*. — Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

N. 396.—JUSTIÇA.—AVISO DE 23 DE SETEMBRO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia de Sergipe.—Decide duvidas a respeito de dinheiros de orphãos, recolhidos aos respectivos cofres.

2.^a Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 23 de Setembro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Em officio n.º 87 de 8 de Junho ultimo, o antecessor de V. Ex. submetteu á decisão deste Ministerio as seguintes duvidas, offerecidas pelo Juiz Municipal e de Orphãos do termo de Simão Dias: 1.^a se, casando-se uma orphã ou attingindo á maioridade, os juros das sommas, que lhe pertencem e estão emprestados ao Governo, devem ser contados unicamente até o dia do casamento ou da maioridade ou até o em que forem requisitados pelo Juiz; 2.^a Se as quantias arrecadadas pelo Juiz podem ser apresentadas ao Collector, como empréstimo ao Governo no principio, no fim do trimestre ou em qualquer dia.

Em resposta, declaro a V. Ex. que, pelo Ministerio da Fazenda, a quem compete o conhecimento destas duvidas, já forão ellas resolvidas desta fórma: quanto a primeira, que os juros dos empréstimos dos cofres dos orphãos são contados e pagos até o tempo em que estes entrão na maioridade ou se emancipão, como dispõe a ordem do Thesouro n.º 290 de 20 de Julho de 1863; e, quanto a segunda, que, de conformidade com o art. 1.º das Instrucções n.º 51 de 12 de Maio de 1843, as quantias arrecadadas no Juizo de Orphãos são remettidas immediatamente aos cofres publicos, a fim de serem escripturadas pela fórma prescripta nas mesmas Instrucções: o que communico a V. Ex. para seu conhecimento.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar*.—Sr. Presidente da Provincia de Sergipe.

N. 397.—JUSTIÇA —AVISO DE 24 DE SETEMBRO DE 1858.

Ao Presidente da Província do Maranhão.—Resolve duvida sobre concessão de *habeas-corpus* ao preso por virtude de pronuncia

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 24 de Setembro de 1858.

Ilm. e Exm. Sr.—Trasmittio essa Presidencia ao Governo Imperial, em officio de 12 de Julho de 1853, a noticia das tropelias que occorrêrão por occasião do julgamento dos réos de homicídio, perpetrado em 1845 na pessoa de Roberto Francisco Coelho; e na mesma occasião communicou ter a Relação desse districto mandado soltar por *habeas-corpus* a um réo pronunciado em crime inafiançavel.

Ouvida a Secção de Justiça do Conselho de Estado a respeito de tão graves occurrencias, Sua Magestade o Imperador Houve por bem, quanto a primeira parte, Ordenar que V. Ex. promova a responsabilidade do Juiz de Direito interino, que deu causa ao atropello do processo; e quanto á segunda, decidir que, por Aviso n.º 219 de 6 de Agosto de 1853, já foi declarada a incompetencia do recurso extraordinario do *habeas-corpus* para o caso de prisão em virtude de pronuncia, e, portanto, enquanto outra intelligencia não fôr adoptada, cumpre que os Promotores da Justiça na primeira, como na segunda instancia, defendão perante os tribunaes do paiz aquella doutrina, interpondo os recursos e meios legais.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Martiniano de Alencar*.—Sr. Presidente da Província do Maranhão.

N. 398. — FAZENDA. — EM 24 DE SETEMBRO DE 1868.

Dá provimento a um recurso sobre direitos de consumo e additionaes deduzidos indevidamente do producto da arrematação do carregamento de um navio arribado e condemnado por innavegavel.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 24 de Setembro de 1868.

O Visconde de Itaboraí, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Santa Catharina, que sendo presente á Secção de Fazenda do Conselho de Estado o officio que o Consul Geral da Belgica nesta Córte dirige ao Governo Imperial em 18 de Maio do anno passado, reclamando por parte da Compãhia de Seguradores Marítimos de Antuerpia contra o procedimento da Alfandega da dita Provincia, relativo ás mercadorias pertencentes ao navio italiano *Elisabetta*, que alli forão vendidas em hasta publica para reexportação, e pedindo ao mesmo tempo restituição da quantia de 20:478994, importancia dos direitos de consumo e additionaes que a Alfandega deduzio do producto da arrematação; a mesma Secção, examinados os documentos annexos ao citado officio, as informações da Thesouraria e da Alfandega, e as das Directorias Geraes das Rendas e do Contencioso do Thesouro Nacional; visto o Regulamento das Alfandegas, arts. 305 e 623 § 3.º:

Considerando que o navio *Elisabetta*, sahido de Buenos-Ayres com destino a Antuerpia, arribára ao porto da Cidade do Desterro em Santa Catharina por motivo de força maior, e ali fôra condemnado por innavegavel; que as mercadorias de que se trata, postas em hasta publica a pedido do Capitão, forão arrematadas para serem reexportadas, o que effectivamente aconteceu; que segundo o preceito do citado art. 623 § 3.º as ditas mercadorias estavam na Provincia de Santa Catharina em transito, e assim, logo que forão reexportadas, como podião ser, nenhum direito tinham de pagar senão o de reexportação que satisfizerão, por não ser de entreposto o porto da referida Cidade; e portanto, que illegalmente procedeu a Alfandega, deduzindo direitos de consumo do producto da arrematação e em bene-

ficio dos arrematantes, com manifesta infracção do art. 393; foi de parecer: que a Alfandega de Santa Catharina é responsavel pela importancia dos referidos direitos, illegalmente deduzidos, visto como essa importancia é parte integrante do producto das mercadorias, a que tem incontestavel jus o respectivo dono; que a reclamação deve pois ser attendida, mandando-se entregar á Companhia de Seguradores Maritimos de Antuerpia a quantia reclamada de 20:447\$994, e providenciando-se ao mesmo passo para que o Inspector da dita Alfandega indemnise o Thesouro, ficando-lhe o direito salvo de ir haver o reembolso dos arrematantes das mercadorias. E porque Sua Magestade o Imperador Houve por bem Conformar-se com este parecer, por Sua Immediata Resolução de 25 de Julho ultimo, e consequentemente vai o Thesouro effectuar a entrega da referida quantia; determina outrossim ao mencionado Sr. Inspector da Thesouraria, a quem adverte por ter consentido em uma pratica como a de que se trata, que promova, nos termos expostos, a indemnisação da Fazenda Nacional.

Visconde de Itaborahy.

N. 399.—FAZENDA.—EM 24 DE SETEMBRO DE 1868.

Declara pertencerem ao dominio nacional as cousas do *dominio do Estado*, taes como os terrenos diamantinos e as minas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 24 de Setembro de 1868.

Hlm. e Exm. Sr.—Em resposta ao Aviso de V. Ex. de 24 de Julho ultimo, remettendo a traducção de uma nota que lhe dirigio o Ministro de Sua Magestade Britannica solicitando, de ordem de seu Governo, informações sobre os direitos e privilegios da Coroa relativamente aos diamantes que são extractados das minas do Brasil, communico a V. Ex. que pertencem ao dominio nacional as cousas de

domínio do Estado, entre as quaes se contão os terrenos diamantinos e as minas; que esta especie de bens foi comprehendida e enumerada entre os da Corôa pela Ord. Liv. 2.^a Tit. 26 § 16, Tit. 28 princ. Tit. 34 § 10; que a administração dos terrenos diamantinos e minas foi regulada pelo Alvará de 24 de Dezembro de 1734; que a Resolução da Assembléa Geral de 23 de Outubro de 1832, considerando tambem no art. 9.^o pertencentes ao domínio da Nação os ditos terrenos, alterou profundamente o systema dessa administração; e finalmente que os Decretos de 24 de Setembro de 1813, 17 de Agosto de 1846, 11 de Dezembro de 1852 e n.^o 3350 de 20 de Novembro de 1864, todos estabelecem regras sobre as minas e terrenos diamantinos, bem como as Leis n.^o 663 de 6 de Setembro de 1852, n.^o 751 de 13 de Julho de 1854, n.^o 1507 de 26 de Setembro de 1867 art. 23.

Deus Guarde a V. Ex. — *Visconde de Itaborahy*. — Sr. José Maria da Silva Paranhos.

N. 400. — IMPERIO. — EM 24 DE SETEMBRO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia da Bahia. — Declara que as Camaras Municipaes devem, havendo duplicatas, nas eleições para Vereadores, apurar as actas, que mais legitimas lhes parecerem; competindo aos Presidentes de Provincia mandar proceder a nova apuração no caso de julgarem differentemente.

2.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio, em 24 de Setembro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr. — Com officio de 17 do corrente V. Ex. me remetteu cópia da circular que dirigio ás Camaras Municipaes, fazendo-lhes recommendações no intuito de reprimir o abuso das duplicatas.

Devendo as Camaras Municipaes, recebidas as actas das diversas parochias, proceder immediatamente á apuração dos votos para Vereadores em dia annuciado por editaes, seguindo o methodo

geral das apurações (art. 405 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846), e sendo-lhes permitido apurar, havendo duplicata, a acta que mais legitima lhes parecer (art. 87 da citada Lei), convém que se proceda nessa conformidade.

Se, no uso da attribuição que lhe confere o art. 418 daquella Lei, V. Ex. julgar da validade da eleição differentemente da Camara Municipal, mandará proceder a nova apuração (Aviso n.º 23 de 27 de Janeiro de 1853), salvo quando, proferida a annulação, se der o caso previsto no Aviso n.º 62 de 21 de Fevereiro de 1853, porque deve então proceder-se em todo o municipio a nova eleição, conforme determina o mesmo Aviso.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Souza*. — Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 401.—IMPERIO.—EM 24 DE SETEMBRO DE 1868.

Ao Director da Faculdade de Medicina da Bahia.—Declara quem deve assignar as cartas dos pharmaceuticos na falta do Presidente do acto.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 24 de Setembro de 1868.

Accuso o recebimento do officio de V. S. de 9 do corrente mez, no qual expõe que, tendo Manoel Procopio dos Santos Ribeiro concluido, em 1867, seus estudos no curso pharmaceutico dessa Faculdade, e requerendo ultimamente a respectiva carta, não póde preencher-se o requisito, exigido no Regulamento complementar dos estatutos, de ser assignada a dita carta pelo Presidente do acto, em razão de ter este fallecido. A' vista disto, consulta V. S. sobre quem deve assignal-a.

Em resposta declaro a V. S. que, neste caso não previsto no Regulamento, deve ser assignada a carta pelo examinador mais antigo: 1.º, quanto á nomeação; 2.º, quanto á collação de grão; e, finalmente, se fôr a mesma a data da nomeação e do grão, pelo de maior idade.

Esta regra deve porém seguir-se quando, como no caso actual, os examinadores forem de igual categoria; aliás deverá ser preferido o que fôr Lente, sendo o outro oppositor.

Em qualquer das hypotheses, o examinador deverá fazer a declaração de que assigna a carta na falta do Presidente do acto

Deus Guarde a V. S.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Director da Faculdade de Medicina da Bahia.



N. 402.—IMPERIO.—EM 24 DE SETEMBRO DE 1868.

Ao Director da Faculdade de Direito de S. Paulo.—Declara que a disposição do art. 253 do Regulamento complementar das Faculdades de Direito é applicavel unicamente aos Empregados cujas faltas o Porteiro deve marcar.

3.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 24 de Setembro de 1868.

Em officio de 31 do mez passado V. S. consulta se a disposição do art. 253 do Regulamento complementar das Faculdades de Direito se estende, sem excepção, a todos os Empregados, ou comprehende sómente aquelles cujas faltas o Porteiro deve marcar.

Estando a duvida proposta resolvida por Aviso de 16 de Outubro de 1861, dirigido ao Director da Faculdade de Direito do Recife, com a inclusa cópia do mesmo Aviso respondo á consulta de V. S.

Deus Guarde a V. S.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Director da Faculdade de Direito de S. Paulo.

Aviso a que se refere o anterior.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 16 de Outubro de 1861.

Ilm. e Exm. Sr.—Em officio de 9 de Agosto proximo passado, a Directoria dessa Faculdade consulta o Governo se a disposição do art. 253 do Regula-

mento complementar dos estatutos das Faculdades de Direito do Imperio é applicavel aos Lentes da Faculdade, e se á essa disposição está sujeito o Lente que serve interinamente de Director. Em resposta tenho de declarar a V. Ex. que o referido artigo não comprehende senão os Empregados de que trata o art. 254.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Hedefonso de Souza Ramos*.—Sr. Director da Faculdade de Direito do Recife.

N. 403.—FAZENDA.—Em 25 DE SETEMBRO DE 1868.

Solve uma duvida sobre o pagamento do juro do emprestimo nacional de 30.000:000\$000.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 25 de Setembro de 1868.

Para desvanecer a estranha interpretação que algumas pessoas pretendem dar á clausula do art. 4.º do Decreto n.º 4244 de 45 do corrente, que resa assim :

« O juro annual do emprestimo, que começará a correr do 1.º de Outubro proximo futuro, será de 6 %₁₀₀, contado na razão de 4\$000 por oitava de ouro de 22 quilates, ou 27 pence por 4\$000, e pagos semestralmente nos primeiros 45 dias dos mezes de Abril e Outubro de cada anno. »

Cumpre que V. S. declare aos subscriptores do emprestimo autorizado por aquelle Decreto, que cada um dos titulos ou apolices de 4:000\$000 dá direito ao portador de receber annualmente 45 oitavas de ouro de 22 quilates em moeda nacional deste metal ou em libras sterlinas.

Deus Guarde a V. S.—*Visconde de Itaborahy*.—Sr. Conselheiro Antonio José de Bem.

N. 404. — FAZENDA. — EM 25 DE SETEMBRO DE 1868.

Declara ter sido revogado o primeiro artigo da Circular n.º 29, de 22 de Outubro de 1866, sobre fianças.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 25 de Setembro de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para sua intelligencia e execução, que fica revogado o primeiro artigo da Circular n.º 29, de 22 de Outubro de 1866, que manda reduzir a dous terços o valor das fianças quando forem prestadas em Apolices da Divida Publica ou em dinheiro.

Visconde de Itaborahy.

N. 405. — FAZENDA. — EM 25 DE SETEMBRO DE 1868.

Manda pagar a congrua a que tem direito um Vigario encomendado e ordena a restituição do que elle demais recebeu.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 25 de Setembro de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em deferimento á petição do Padre Antonio Joaquim Lisboa, Vigario encomendado da Freguezia de Nossa Senhora da Victoria e Conquista, ordena ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia que pague a congrua a que tem direito o referido Vigario, na importância de 495\$966, visto achar-se prescripta não só a divida relativa ao tempo decorrido do 1.º de Julho a 3 de Agosto de 1859, por isso que elle só requereu o pagamento da divida correspondente a esse tempo em 4 de Agosto de 1864, mas tambem a divida relativa aos dias decorridos do 1.º a 20 de Março de 1858, porque só foi reclamado o pagamento em 21 de Março de 1863.

E verificando-se pela informação da dita Thesouraria que aquelle Vigario recebêra algum tempo a respectiva congrua não na razão da terça parte, mas da metade da que competia ao lugar que exerceu, não em consequencia de vaga mas de impedimento do Vigario Collado que se achava pronunciado, o que é contrario á Resolução de 23 de Abril de 1825 e Aviso de 9 de Outubro de 1854, n.º 174, ordena outrosim ao Sr. Inspector, de conformidade com o Aviso do Ministerio da Justiça de 3 de Junho de 1864, que no acto do pagamento da mencionada divida exija do dito Vigario a restituição do que demais tiver recebido á razão de 300\$000, pois só lhe competia o vencimento de 200\$000 annuaes, um terço da congrua do Vigario impedido.

Visconde de Itaborahy.

N. 406. — GUERRA. — EM 25 DE SETEMBRO DE 1868.

Declara que o pedido de medicamentos deve ser feito em artigos proprios da botica, e não em dinheiro.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 25 de Setembro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr. — Tendo-me V. Ex. communicado em seu officio de 14 do corrente, sob n.º 64, que o Director interino da Colonia Militar de Itapura incluire no orçamento das despesas do semestre corrente a quantia de 1:240\$000, sendo parte para a compra de medicamentos, e parte para a de materiaes de construcção destinados á casa da Directoria que se está edificando; declaro a V. Ex., para seu conhecimento e devidos effeitos, que, nos termos do § 3.º do art. 24 do Regulamento que baixou com o Decreto n.º 2200 de 26 de Junho de 1858, devendo o pedido do provimento necessario para a botica do estabelecimento ser feito pelo Facultativo ao Director, e por este dirigido á essa Presidencia, deve

entender-se que é em artigos proprios da botica, e não em dinheiro, e quanto às obras da casa da Directoria, que é indispensavel a apresentação do respectivo orçamento.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Muritiba.* — Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

N. 407.—IMPERIO.— EM 25 DE SETEMBRO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia de Sergipe. — Declara ser incompativel o cargo de Juiz de Paz com o de Escrivão do civil.

2.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio, em 25 de Setembro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr. — Accuso o recebimento do officio de V. Ex. de 11 do corrente, em que communica a deliberação que tomou de declarar incompativel o cargo de Juiz de Paz da freguezia de S. Christovão dessa Provincia, que exercia o cidadão Theodoro Cordeiro Guaranã, com o lugar de escrivão do civil, provedoria e annexos que o mesmo cidadão aceitou e exerceu depois de eleito para aquelle cargo.

Cabe-me responder a V. Ex. que, á vista da doutrina do Aviso n.º 64 de 7 de Fevereiro de 1861, é approvada a deliberação de V. Ex.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Souza.* — Sr. Presidente da Provincia de Sergipe.

N. 408.—FAZENDA.— EM 26 DE SETEMBRO DE 1868.

Dá instrucções para o prompto pagamento dos juros das Apolições da Dívida Publica.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 26 de Setembro de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, no intuito de obviar duvidas que se possam suscitar em algumas The-

sourarias a respeito do pagamento de juros das Apolices da Divida Publica, communica aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda em que não existem Caixas Filiaes, para seu conhecimento e execução, a solução que nesta data foi dada ás propostas pela Thesouraria de Santa Catharina, a saber: 1.º que, na fórma da Circular n.º 60 de 44 de Novembro de 1867, deve ser pago o juro das Apolices, findo que seja o semestre, independente de ordem especial do Thesouro para esse fim, embora a despesa exceda á importancia do credito distribuido á Thesouraria, pois que a mesma despesa se deve satisfazer com preferencia; 2.º que os juros vencidos no semestre de Janeiro a Junho proximo passado, ou no de Julho a Dezembro de 1867, que ora forem pagos, devem ser escripturados no exercicio de 1867—68, a que pertence a despesa; 3.º que os juros não pagos de qualquer dos semestres de 1866—67, e que agora forem reclamados, não poderão ser abonados e escripturados na verba propria do exercicio de 1867—68, nem na do actual, mas na de —Exercicios findos—, dando a Thesouraria immediatamente conta ao Thesouro da quantia paga por essa verba, a fim de ser nella contemplada; 4.º finalmente, que para se não difficultar de futuro o prompto pagamento dos juros, logo que sejam reclamados, cumpre que os Srs. Inspectores, em observancia do disposto no art. 4.º do Decreto n.º 116 de 45 de Janeiro de 1842, fação organizar no principio de cada semestre a folha dos juros vencidos no anterior, para serem pagos aos possuidores das Apolices; e no caso de que alguns destes deixem de comparecer a recebê-los até o fim do semestre adicional do exercicio, será a importancia que lhes pertencer levada á Caixa de depositos, para ser pela mesma abonada em qualquer tempo; pondo-se naquella folha a verba de não ter sido satisfeita a dita importancia no exercicio competente, e formando-se folha especial para o seu pagamento quando apparecer o credor, guardadas as disposições dos arts. 38 e 39 da Lei de 45 de Novembro de 1827, como se pratica na Caixa da Amortisação.

Visconde de Itaborahy.

N. 409.—JUSTIÇA.—AVISO DE 26 DE SETEMBRO DE 1868.

Ao Presidente da Província de Sergipe.—Decide duvidas a respeito da incompatibilidade entre os cargos de supplente do Juiz Municipal e Coronel Commandante Superior da Guarda Nacional.

2.^a Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.
—Rio de Janeiro, em 26 de Setembro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr. — Em officio de 12 do corrente communicou essa Presidencia ao Governo Imperial que declarára incompativel o 4.^o supplente do Juiz Municipal e de Orphãos do termo de Itabaiana, Manoel Gaspar de Mello e Menezes, por ter aceitado e exercido o posto de Coronel Commandante Superior da Guarda Nacional do referido Municipio, e o 3.^o supplente José de Souza Contreiras, que foi ultimamente nomeado Tenente Coronel do Batalhão da Reserva da mesma Guarda.

Sua Magestade o Imperador, a cuja Presença levei o mencionado officio, Houve por bem Approvar a decisão dada por essa Presidencia, á vista da manifesta incompatibilidade dos cargos, convindo, porém, observar que o 3.^o supplente, embora nomeado Tenente Coronel, conserva o cargo anterior se não aceitou o posto e não entrou na posse delle.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Martiniano de Alencar*.—Sr. Presidente da Província de Sergipe.

N. 410.—JUSTIÇA.—AVISO DE 28 DE SETEMBRO DE 1868

Ao Presidente da Província da Bahia.—Decide que o Guarda Nacional designado, que se recusa fazer o serviço que directamente lhe competir, sem motivo para isenção, é declarado recrutavel e fica sujeito á disposição do art. 14 das Instruções mandadas observar pelo Decreto n.^o 73 de 6 de Abril de 1841.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 28 de Setembro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio do antecessor de V. Ex. de 30

de Janeiro ultimo, consultando se a disposição do art. 44 das Instrucções, mandadas observar pelo Decreto n.º 73 de 6 de Abril de 1841, é também applicavel aos que occultarem Guardas Nacionaes, designados para o serviço de guerra, protegerem a sua fuga, impedirem por alguma fórma que sejam presos, quando não se queirão prestar ao mesmo serviço, ou forem causa de que, depois de presos, sejam tirados do poder dos conductores.

E o Mesmo Augusto Senhor, Tendo Ouvido a Secção de Justiça do Conselho de Estado, Houve por bem Decidir que o Guarda Nacional, simplesmente designado não está incluído no citado art. 44 das Instrucções; mas, se recusar fazer o serviço, que directamente lhe competir, sem motivo para isenção, na conformidade do art. 433 da Lei n.º 602 de 19 de Setembro de 1850, é declarado recrutavel, e fica sujeito áquella disposição. O que communico a V. Ex. para sua intelligencia.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Martiniano de Alencar*.—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 111.—IMPERIO.—EM 28 DE SETEMBRO DE 1868.

Declara que não póde continuar a fazer parte da mesa parochial o mesario que recusar servir de Secretario, quando fôr designado.

2.ª Secção.—Circular.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 28 de Setembro de 1868.

Illm. e Exm. Sr. — Sua Magestade o Imperador Havendo por bem Conformar-se, por sua Immediata Resolução de 16 do corrente mez, com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 22 de Agosto findo, Manda declarar que não póde continuar a fazer parte da mesa parochial o mesario que recusar servir de Secretario, quando fôr designado, nos termos do art. 47 § 2.º da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1816.

Comquanto nenhuma disposição de Lei assim o determine explicitamente, vai esta solução de accordo com o principio que firma a necessidade da obediencia aos preceitos do Legislador.

O citado artigo da Lei n.º 387 quer que nas mesas parochiaes seja Secretario o mesario representante da turma dos eleitores que o Juiz de Paz presidente designar. O designado tem pois o dever de aceitar esse encargo. Se tivesse o direito de escusar-se, igual direito terião os outros mesarios de recusar não só o mesino encargo mas o serviço que a cada um fosse distribuido, vindo assim a mesa a não poder funcconar.

O que communico a V. Ex. para os fins convenientes.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Souza*. Sr. Presidente da Provincia de



N. 412.—FAZENDA.—EM 29 DE SETEMBRO DE 1868.

Declara qual a ajuda de custo que compete ao 2.º Escripturario nomeado interinamente para a Alfandega de Penedo; e ordena a restituição da que foi abonada ao Official de Descarga nomeado para a mesma Alfandega.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 29 de Setembro de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia das Alagôas que ficão approvadas as ajudas de custo mandadas abonar pela Presidencia da Provincia ao Inspector e ao 2.º Escripturario nomeados interinamente para a Alfandega de Penedo, e de que deu conta no officio n.º 4 de 4 de Julho deste anno, com a differença porém de que ao referido 2.º Escripturario só compete como ajuda de custo de primeiro estabelecimento a quantia de 425\$000, e não de 450\$000, e deve portanto repor o excesso. Quanto a ajuda de custo arbitrada ao Official de Descarga João Pinto de Amo-

rim, não pôde ser confirmada, e deve-se exigir a sua restituição; porquanto, não sendo considerados Empregados de Fazenda os Guardas arregimentados, de cuja classe sahio o dito Amorim, a sua nomeação para Official de Descarga deve-se considerar como a primeira, e neste caso não tem direito á ajuda de custo, nos termos do art. 42 das Instruções de 24 de Julho de 1863.

Visconde de Itaborahy.

N. 413. — FAZENDA — EM 29 DE SETEMBRO DE 1868.

Declara irregular o procedimento de um chefe de Policia apresentando-se em uma Thesouraria de Fazenda para dar busca nos cofres della, sem ter solicitado da Presidencia a designação do dia para effectuar semelhante diligencia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 29 de Setembro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Dos documentos que acompanharão o officio do Inspector da Thesouraria da Provincia do Amazonas de 26 de Junho deste anno, sob n.º 64, consta que tendo o ex-chefe de Policia interino Bacharel Esmerino Gomes Parente recebido ordem da Presidencia da Provincia para verificar se erão ou não falsas as cédulas de 100\$ da 4.ª estampa, 4.ª serie, ultimamente recebidas na Thesouraria do Pará, visto apresentarem algumas differenças comparadas com outras existentes em circulação, e no caso affirmativo tomar as providencias para impedir desde logo a continuação do gyro promiscuo dellas no commercio; se dirigira á Thesouraria de Fazenda, e convidára o Inspector desta Repartição para apresentar-lhe as notas daquelle valor existentes nos seus cofres, e depois dos necessarios exames e informações resolvêr fazer lacrar em um involucro as oitenta e duas notas do sobredito valor e estampa, em que se notárão as differenças alludidas, recommendando ao

mesmo Inspector que as não deixasse mais sahir dos cofres até ulterior deliberação do Governo sobre a legitimidade ou falsidade dellas.

E como desta exposição se evidencia que o referido Chefe de Policia interino no desempenho desta incumbencia deixou de observar o disposto no Decreto n.º 542 de 16 de Abril de 1847, rogo a V. Ex. que se sirva recommendar á Presidencia da sobredita Provincia do Amazonas que declare ao mencionado Bacharel, que foi irregular o seu procedimento apresentando-se na Thesouraria de Fazenda para dar busca nos cofres, sem ter solicitado da Presidencia designação do dia para effectual-a; sendo que a diligencia do exame e verificação das notas suspeitas de falsidade, desempenhada pela forma por que o foi, é offensiva da dignidade da Repartição, e desairosa para os Agentes da Administração Fiscal.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy.*
—Sr. Jose Martiniano de Alencar.



N. 444.—FAZENDA.—EM 30 DE SETEMBRO DE 1868.

Indefere a reclamação do Gerente da Companhia—Rio de Janeiro Gas Company,—relativamente ao despacho dos navios que conduzem o carvão de pedra destinado ao consumo da dita Companhia.

Ministerio dos Negócios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 30 de Setembro de 1868.

Communico ao Sr. Inspector interino da Alfandega do Rio de Janeiro, para seu conhecimento e fins convenientes, que foi indeferida a reclamação do Gerente da Companhia—Rio de Janeiro Gas Company limited—contra a pratica adoptada na mesma Alfandega, relativamente ao despacho dos navios que conduzem para este porto o carvão de pedra destinado ao consumo da dita Companhia, á vista do disposto no art. 16 das Instruções de 29 de Maio do anno passado, mandadas observar pelo

Decreto n.º 3883 da mesma data, comparado com o art. 625 § 4.º do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, onde não se isenta dos direitos de expediente as mercadorias que fazem objecto do § 21 do art. 512 do citado Regulamento.

Visconde de Itaborahy.

N. 415. — JUSTIÇA. — AVISO DE 30 DE SETEMBRO DE 1868

Ao Presidente da Província de Pernambuco. — Solve duvidas a respeito da remessa de processos, existentes em outros Termos, quando é creado um Termo novo, a cuja jurisdicção devem pertencer.

2.ª Secção. — Ministerio dos Negocios da Justiça. — Rio de Janeiro, em 30 de Setembro de 1868.

Hlm. e Exm. Sr. — Em officio n.º 498 de 44 de Julho deste anno, o antecessor de V. Ex. submetteu á decisão do Governo Imperial varias duvidas, mencionadas pelo Juiz Municipal e de Orphãos do Termo de Itambé, por occasião de haver elle exigido dos Juizes Municipaes de Goyanna e Nazareth a remessa de todos os processos, em que forem partes interessadas pessoas residentes no referido Termo de Itambé, recentemente creado.

Em resposta, declaro a V. Ex. que são destituidas de fundamento as duvidas referidas, porquanto, desmembrado um Termo de outro e creado fôro em o novo Termo, passam para elle todos os autos pendentes, relativos a questões de pessoas ali residentes e ficão sob a nova jurisdicção, cessando desde logo a antiga, que perde, pela ereação, a sua competencia, na conformidade das Provisões de 6 de Fevereiro de 1817 e 21 de Outubro de 1823, e Avisos de 15 de Outubro de 1832, 28 de Outubro de 1858, 31 de Agosto de 1861 e 22 de Dezembro de 1863, que resolvem a questão. O que communico a V. Ex. para sua intelligencia e devidos effeitos.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Martiniano de Alencar* — Sr. Presidente da Província de Pernambuco.

N. 416.—IMPERIO.—EM 30 DE SETEMBRO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia de Sergipe.—Declara ser incompativel o cargo de Juiz de Paz com o de Collector.

2.^a Secção —Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 30 de Setembro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Em solução ao officio dessa presidência, datado de 44 do corrente, sob n.º 36, declaro a V. Ex. que fica approvedo o acto, pelo qual decidio ser incompativel o cargo de 2.º Juiz de Paz da parochia da Capella, exercido por Antonio Ferreira Novaes e Mello, com o de Collector da Villa do mesmo nome, que accitára e em cujo exercicio entrára.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia de Sergipe.



N. 417.—IMPERIO.—EM 30 DE SETEMBRO DE 1868.

Dá Instrucções sobre o modo pratico da convocação dos votantes, recebimento das cédulas, apuração dos votos e reunião dos Collegios Eleitoraes, quando se proceder na mesma occasião á eleição de Eleitores especiaes para Senador, e de Eleitores geraes.

Circular.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 30 de Setembro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Passo ás mãos de V. Ex. para os devidos effeitos, a inclusa cópia das Instrucções desta data, regularisando o modo pratico da convocação dos votantes, recebimento das cédulas, apuração dos votos e reunião dos Collegios Eleitoraes, quando se proceder na mesma occasião á eleição de eleitores especiaes para Senador, e de Eleitores geraes competentes para os fins indicados no art. 421 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846 e mais disposições em vigor.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia de . . .

Instruções a que se refere esta Circular.

Convindo regularisar o modo pratico da convocação dos votantes, recebimento das cédulas, apuração dos votos e reunião dos Collegios Eleitoraes, quando se proceder na mesma occasião á eleição de Eleitores especiaes para Senador, e de Eleitores geraes competentes para os fins indicados no art. 421 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846, e mais disposições em vigor; Sua Magestado o Imperador Ha por bem determinar que, em tal caso, se observem tambem no processo eleitoral as seguintes instruções:

Art. 1.º Na convocação ordenada pelo art. 41 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846, se declarará que os cidadãos qualificados têm de dar os seus votos, tanto para Eleitores geraes, como para Eleitores especiaes.

Art. 2.º Para uma e outra eleição servirá a mesma Mesa, organisada na fórma da Lei.

Art. 3.º Os votantes entregarão duas cédulas fechadas de todos os lados, na fórma das Instruções de 27 de Setembro de 1856, devendo conter uma os nomes dos Eleitores geraes, e a outra os dos Eleitores especiaes de Senador. A primeira póde não ter rotulo; a segunda terá este:— Eleitores especiaes. Ambas estas cédulas, depois de examinados os involucros, serão recolhidas na urna á proporção que se forem recebendo.

Art. 4.º Terminado o recebimento das cédulas, o Presidente da Mesa Parochial mandará separar das outras as que tiverem sido recebidas para Eleitores geraes. Contadas e emmassadas distinctamente, publicar-se-ha o numero de umas e de outras, que será declarado na acta.

Art. 5.º Começará a apuração pelas cédulas recebidas para Eleitores geraes, e depois de ser declarado o resultado da eleição, e lavrada a respectiva acta especial, na fórma do art. 53 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846, proceder-se-ha á apuração das cédulas dos Eleitores especiaes, da qual tambem se lavrará a competente acta.

Art. 6.º Das actas da organização das Mesas Parochiaes, da 1.ª e 2.ª chamada dos votantes, e especial da 3.ª chamada, se extrahirão cópias authenticas, duplicadas, para os effeitos declarados nos

arts. 421 e 423 da citada Lei n.º 387. De cada uma das actas especiaes da apuração se extrahirá, porém, uma só cópia para os mesmos effeitos.

Art. 7.º Os Collegios Eleitoraes devem reunir-se para a eleição de Senador no dia immediato áquelle em que concluirem seus trabalhos os Collegios Eleitoraes que tem de eleger os Deputados á Assembléa Geral.

Palacio do Rio de Janeiro, em 30 de Setembro de 1868.—*Paulino José Soares de Souza.*



N. 418. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — CIRCULAR DE 30 DE SETEMBRO DE 1868.

Declara que os Engenheiros incumbidos de medições de terras, etc. observem o que a este respeito contém o tratado de Astronomia do Dr. Liais.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 30 de Setembro de 1868.

Cumprindo aos engenheiros incumbidos da medição de terras, e das explorações de estradas e rios, fixar astronomicamente os pontos mais notaveis das linhas medidas, e as povoações em que estacionarem, como está determinado pelo art. 44 do Regulamento de 8 de Maio de 1854, e Instrucções que acompanharão o Aviso Circular deste Ministerio de 27 de Outubro de 1862, e contendo o tratado de astronomia applicada á geodesia pratica do Dr. Emmanuel Liais, os meios de obter rapidamente essas posições, e a solução pratica de muitas questões relativas a este objecto, remetto a Vm. um exemplar dessa obra para seu uso e applicação no desempenho dos trabalhos que lhe foram confiados.

Deus Guarde a Vm.—*Joaquim Antão Fernandes Leão*—Sr. . . .




N. 419.—MARINHA.—AVISO DO 4.º DE OUTUBRO DE 1868.

Manda incluir nos inventarios todos os objectos que existirem em concerto nas Officinas do Arsenal de Marinha, por occasião do desembarque dos responsaveis, ou de desarmamento dos navios.

4.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Marinha.
—Rio de Janeiro, 4.º de Outubro de 1868. .

Sua Magestade O Imperador, Attendendo á necessidade de dar providencias, para que os Officiaes de Fazenda da Armada não soffrão demora na prestação de suas contas, por falta de documentos de descarga dos objectos, que tiverem em concerto nas officinas do Arsenal de Marinha, Houve por bem Determinar, á vista de informação dada pela Intendencia, Contadoria e Chefe do Corpo de Fazenda, que, no acto de fazer-se inventarios nas arrecadações em terra, e á bordo dos navios do Estado, sejam arrolados todos os objectos que existirem em concerto e estiverem mencionados nas cautelas, de que trata o Aviso de 9 de Novembro de 1857; as quaes devem ser para este fim apresentadas pelos responsaveis aos inventariantes, que nellas averbarão os nomes dos recebedores, em cujo poder ficarão as mesmas cautelas, para em tempo competente reclamárem das officinas os objectos nellas designados. No caso, porém, de desarmamento, toca aos Almo-xarifes recebel-as, e dar os respectivos conhecimentos, transmittindo-as da mesma fórma a seus successores como documento justificativo da carga dos ditos objectos: o que communico a V. S., para sua intelligencia e execução.

Deus Guarde a V. S.—*Barão de Cotegipe*.—Sr. Contador da Marinha.



N. 420.—GUERRA.—EM 4.º DE OUTUBRO DE 1868.

Declara quaes os vencimentos que competem ao Ajudante do Director da Fabrica da Polvora da Estrella durante o tempo em que servir cumulativamente o lugar vago de Director.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 4.º de Outubro de 1868.

Declaro a Vm., para seu conhecimento e devidos effeitos, que, na forma do disposto no art. 4.º do Decreto n.º 4995 de 14 de Outubro de 1857, competem ao Major Frederico Calvacanti de Albuquerque, Ajudante do Director da Fabrica da Polvora da Estrella, durante o tempo em que servir cumulativamente o lugar vago de Director da mesma Fabrica, os vencimentos do seu emprego e mais a 5.ª parte dos vencimentos do referido lugar.

Deus Guarde a Vm. — *Barão de Mariliba*. — Sr. Domingos José Alvares da Fonseca.

N. 421.—GUERRA.—EM 4.º DE OUTUBRO DE 1868.

Declara que se deve mandar abonar vantagens geraes ao Amanuense da Repartição do alistamento de praças para o Exercito.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 4.º de Outubro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Em resposta ao officio de V. Ex. de 10 de Agosto proximo findo communicando-me ter nomeado o Alferes reformado Augusto Pereira Ramalho para exercer o emprego de Amanuense da Repartição do alistamento de praças para o Exercito com as mesmas vantagens arbitradas pelo art. 47 das Instruções de 19 de Outubro do anno passado sob n.º 349 para o official encarregado do alistamento; declaro a V. Ex. não poder ser approvada aquella deliberação, visto que em Aviso de 6 de

Fevereiro do corrente anno já se declarou a presidência da Provincia de Pernambuco, que ao subalterno nomeado para Amanuense daquelle Repartição se deve mandar abonar vantagens geraes por tal exercicio.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Muritiba*. — Sr. Presidente da Provincia das Alagoas.

N. 422.—JUSTIÇA.—AVISO DO 1.º DE OUTUBRO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia do Piahy. — Decide que nem o Aviso n.º 23 de 29 de Abril de 1843, nem a Ordenação, Liv 3.º Título 21 § 13, prohibe que sejam apontados no rol das testemunhas os Juizes de facto ou de Direito.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—Rio de Janeiro, em 1.º de Outubro de 1868.

Illm. e Exm. Sr.—Tendo o Promotor Publico da Comarca da Parnahyba, nessa Provincia, indicado como testemunha, em processo crime, ao Juiz de Direito da mesma Comarca, este fundando-se no Aviso n.º 23 de 29 de Abril de 1843, declarou que na qualidade de Juiz, devendo tomar posteriormente conhecimento do facto, não podia servir de testemunha, e um dos antecessores de V. Ex. submetteu a duvida ao conhecimento do Governo Imperial, em officio de 23 de Maio de 1866.

Sua Magestade o Imperador, a cuja presença levei a duvida suscitada, de conformidade com o parecer da Secção de Justiça do Conselho de Estado, Houve por bem Decidir que, nem o Aviso citado nem a Ordenação, L. 3 Tit. 21 § 13 prohibe que sejam apontados no rol das testemunhas os Juizes de facto ou de Direito; antes a ordem publica exige que elles, havendo presenciado o crime, deixem de funcionar como julgadores, e deponhão quanto souberem. Desta fórma não só o julgamento será mais fundado em prova, como não ficará indefeso o réo, na parte em que possa aquelle depoimento influir para sua condemnação.

Deus Guarde a V. Ex. — *José Martiniano de Alencar*. — Sr. Presidente da Provincia de Piahy.

N. 423.— JUSTIÇA.— AVISO DO 1.º DE OUTUBRO DE 1868.

Resolve duvida quanto á substituição do Presidente da Relação, quando impedido por suspeição, na occasião de dar voto de desempate.

2.ª Secção.— Ministerio dos Negocios da Justiça.— Rio de Janeiro, em 1.º de Outubro de 1868.

Não tendo V. S. encontrado na collecção das Decisões do Governo, do anno de 1854, o Aviso de 10 de Janeiro, resolvendo duvida quanto a substituição do Presidente da Relação, quando impedido por suspeição, na occasião de dar voto de desempate, solicitou uma cópia deste Ministerio para melhor esclarecimento desse Tribunal; e, em resposta ao seu officio, cabe-me remetter-lhe a referida cópia, que será igualmente inserida no *Diario Official*, para que tenha a conveniente publicidade.

Deus Guarde a V. S.— *José Martiniano de Alencar*. — Sr. João Antonio de Vasconcellos, Presidente da Relação da Bahia.

Aviso a que se refere o Aviso supra.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— Rio de Janeiro, em 10 de Janeiro de 1854.

Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio de V. S., datado de 23 Dezembro ultimo, em que expõe que entrando em julgamento, na Relação dessa Provincia, a causa de appellação civil, entre partes Antonio Pedro de Miranda Córte Real e outros, e havendo empate na votação, mas não podendo V. S. proferir o voto de desempate, como Presidente, visto como era-lhe defeso intervir na decisão da causa, por ser seu cunhado um dos Desembargadores, que tinha sentenciado, convidára ao Desembargador Telles para substituil-o na votação, o qual, ainda que mais moderno que quatro Juizes do feito, era comtudo o mais antigo dos desimpedidos; e, á vista da dita exposição, Houve o Mesmo Augusto Senhor por bem Approvar o arbitrio que V. S. tomou de chamar para substituil-o a desempatar a causa o

referido Desembargador Telles, que era o mais antigo dos Desembargadores presentes e desimpedidos.

Deus Guarde a V. S.—*José Thomaz Nabuco de Araújo*.—Sr. Antonio Ignacio de Azevedo, Presidente da Relação de Pernambuco.

2.^a Secção da Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, em 4 de Outubro de 1868.—Conforme.—O Director interino, *Antonio Achilles de Miranda Varejão*.

N. 121.—IMPERIO.—EM 1.^o DE OUTUBRO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia do Ceará.—Fixa a intelligencia do art. 32 da Lei n.^o 387 de 19 de Agosto de 1846.

2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 4.^o de Outubro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Em efficio de 5 do mez findo consulta V. Ex:—se, não obstante estar marcada para o dia 31 de Janeiro de 1869 a eleição a que se vai proceder em consequencia da dissolução da Camara dos Deputados, deve effectuar-se na 3.^a domingo do mesmo mez de Janeiro a revisão annual do alistamento dõs votantes, nos termos do art. 23 da Lei n.^o 387 de 19 de Agosto de 1846.

Comquanto, no caso de que se trata, a nova qualificação, não estando concluida na fórma do art. 41 das instrucções de 28 de Junho de 1849, de modo algum possa servir para a referida eleição, devo declarar a V. Ex. que o art. 32 da citada Lei terminantemente prohibe que depois da dissolução da Camara temporaria, e até que se verifique a eleição, se reúnão as juntas parochiaes para trabalhos de qualificação.

Ainda quando se queira entender que a 2.^a parte do citado art. 32 é mero reforço e garantia da effectividade da 1.^a, e que fica salva a intenção do Legislador se a eleição se fizer pela qualificação

anterior, nem assim poderião ser dentro do periodo intermedio iniciados os trabalhos da revisão do alistamento, porque a Lei coherentemente casou aos eleitores da Legislatura finda pela dissolução todos os poderes e attribuições, entre as quaes a de concorrerem para a formação das juntas qualificadoras, excepção feita unicamente da de intervirem na organização das mesas para os trabalhos das assembleas parochiaes. Esta unica limitação, feita pelo art. 442 da Lei, presuppõe a prohibição da reunião das juntas de qualificação, e confirma a intelligencia dada pelo Governo Imperial ao citado art. 32.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia do Ceará.

N. 425.—FAZENDA.—EM O 4.º DE OUTUBRO DE 1868.

Devem soffrer o (desconto de metade da gratificação os Em-
pregados que se retirarem de suas Repartições antes das
duas horas da tarde, ainda mesmo precedendo licença dos
respectivos Chefes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 4 de Outubro de 1868.

Em deferimento á petição de Rodrigo Antonio Alves da Costa, 2.º Escriptuario do Thesouro Nacional, com exercicio na Directoria Geral das Rendas Publicas, reclamando contra o desconto, que baseado no § 3.º do art. 29 do Decreto n.º 4153 de 6 de Abril do corrente anno, lhe fez a Directoria a cargo de V. S. da metade de sua gratificação em 3 dias do mez de Julho ultimo, em que se retirou da respectiva Repartição com licença de seu Chefe depois das duas horas da tarde, sirva-se V. S. mandar restituir ao referido Empregado a quantia que lhe foi descontada; ficando V. S. na intelligencia de que só deverão soffrer o mencio-

nado desconto os Empregados que se retirarem das suas Repartições antes das duas horas da tarde, ainda mesmo precedendo licença dos respectivos Chefes.

Deus guarde a V. S. — *Visconde de Itaborahy*.
—Sr. Conselheiro Director Geral da Contabilidade.

N. 426.—FAZENDA.—EM 2 DE OUTUBRO DE 1868.

Declara que a condição 13.^a das que acompanharão o Decreto n.º 339 de 17 de Janeiro de 1866 refere-se a terrenos devolutos, os quaes são distinctos dos de marinhas e accrescidos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 2 de Outubro de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia da Bahia, em resposta ao seu officio n.º 93 de 11 de Maio ultimo, que referindo-se a condição 13.^a das que acompanharão o Decreto n.º 3390 de 17 de Janeiro de 1866 a terrenos devolutos, os quaes são distinctos dos de marinhas e accrescidos, cumpre sobrestar na expedição do Titulo das 4.851 braças dos terrenos da ultima classe, que menos regularmente entendeu essa Thesouraria poderem ser concedidas á Companhia da estrada de ferro de Paraguassú, nessa provincia; ficando á mesma Companhia salvo o direito de obtel-as pelos meios estabelecidos no Decreto n.º 4405 de 22 de Fevereiro do corrente anno, ou de solicitar a sua concessão gratuita ao Corpo Legislativo.

Visconde de Itaborahy.

N. 427.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS
PUBLICAS.—EM 2 DE OUTUBRO DE 1868.

Manda apresentar no Quartel General da Marinha as praças do Corpo de Bombeiros que procederem irregularmente.

4.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 2 de Outubro de 1868.

Em resposta ao officio de 28 do mez findo, em que Vm. communica que mandara apresentar no Quartel General da Marinha as praças do corpo sob o seu commando, Eduardo José da Silva, João Rodrigues de Andrade e Manoel Geraldo de Carvalho, declaro-lhe que fica approvedo o seu procedimento, e Vm. autorizado a proceder da mesma fórma com as praças que praticarem actos semelhantes, ou que por seu procedimento irregular, e indisciplina, não convenha conservar no dito Corpo.

Deus Guarde a Vm.—*Joaquim Antão Fernandes Leão*.—Sr. Director Geral interino do Corpo de Bombeiros.



N. 428.—FAZENDA.—EM 3 DE OUTUBRO DE 1868.

O art. 1436 da Tarifa das Alfandegas só é applicavel ás estradas de ferro propriamente ditas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, 3 de Outubro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr. —Tendo presente o requerimento de Monteiro Carneiro & Azevedo, gerente da companhia de vehiculos economicos, estabelecida nessa capital, pedindo não só a restituição dos direitos de consumo que na respectiva Alfandega pagarão de parte dos trilhos de ferro mandados vir da Europa para a construcção da linha de Ita-

pagipe ao largo da Victoria, mas tambem despacho livre para todo o material encommendado para a mesma obra, baseando-se no art. 1456 da Tarifa que baixou com o Decreto n.º 2684 de 3 de Novembro de 1860, tenho a declarar a V. Ex. que foi indeferido o dito requerimento, visto ser semelhante pretensão contraria á letra e espirito do citado artigo da Tarifa, pelo qual se evidencia que o favor nelle contido é concedido ás estradas de ferro propriamente taes, que são aquellas cujos carros são movidos por machinas de vapor e não ás estradas de rodagem, como a que a mencionada empresa pretende estabelecer de Itapagipe á Victoria, cujos carros tem de ser tirados por animaes, embora rodem sobre trilhos de ferro, intelligencia esta que é robustecida pelo que dispõe o Decreto n.º 1927 de 18 de Agosto de 1859, e pelo que foi declarado á Presidencia de Pernambuco por decisão de 22 de Março de 1866.

Deus guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*.
—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N.º 129. — IMPERIO. — Em 3 DE OUTUBRO DE 1868.

do Presidente da Provincia de Santa Catharina.—Sustenta o acto pelo qual o mesmo Presidente, por irregularidades praticadas, declarou sem effeito os trabalhos eleitoraes comecados na freguezia de S. José, e nulla a eleição feita na de Nossa Senhora das Necessidades de Santo Antonio; e outrosim approvou a suspensão dos trabalhos eleitoraes da freguezia de S. Joaquim de Garopaba.

2.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio, em 3 de Outubro de 1868.

Hlm. e Exm. Sr.—Communicou V. Ex. em officio de 46 do mez passado, que, por occasião das eleições de Vereadores e Juizes de Paz, não houve em toda a Provincia alteração da ordem publica, mas, na freguezia de S. José, na de Nossa Senhora das Ne-

cessidades de Santo Antonio e na de S. Joaquim de Garopaba, occorrerão irregularidades, á vista das quaes resolveu V. Ex. o seguinte:

Pelo que diz respeito á primeira destas freguezias designou V. Ex. o dia 44 de Outubro para se fazer nova eleição, declarando sem effeito os trabalhos eleitoraes começados, pela razão de ter a mesa parochial deixado de proceder na conformidade do disposto nos arts. 60 e 61 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846;

Na parte relativa á 2.ª das referidas freguezias, declarou V. Ex. nulla a eleição alli feita, por ter sido a urna, durante o processo eleitoral, subtrahida por duas vezes da matriz, onde, fechadas as portas, fôra deixada sem guarda; e marcou o dia 48 do corrente mez para se proceder a nova eleição sómente de Juizes de Paz, nos termos do Aviso n.º 62 de 21 de Fevereiro de 1853;

Quanto á 3.ª finalmente, approvou V. Ex. o acto pelo qual o Juiz de Paz Presidente da mesa parochial suspendeu os trabalhos eleitoraes, por irregularidades que se derão, designando o dia 20 do mez findo para sua continuação.

Em resposta declaro á V. Ex.:

1.º Que bem procedeu, e de conformidade com a doutrina dos Avisos de 14 de Agosto de 1850 e n.º 222 de 30 de Junho de 1857, resolvendo, á vista da occurrencia referida, que ficassem sem effeito os trabalhos eleitoraes começados na freguezia de S. José, e designando novo dia para se fazer a eleição de Juizes de Paz.

No que se refere porém á eleição de Vereadores, á qual V. Ex. ordenou tambem que se procedesse no mesmo dia, só teria lugar esta ultima deliberação no caso de ser aquella freguezia a unica do municipio, visto que, segundo a doutrina estabelecida no citado Aviso n.º 62 de 21 de Fevereiro de 1853, havendo outras freguezias co-municipes, cumpre distinguir as hypotheses de constituirem ou não maioria para a representação do municipio as parochias onde não se effectuou a eleição, ou se acha esta affectada de vicios taes que determinem sua annullação.

No primeiro caso, quando a maioria ou parte importante dos representados não intervierão na eleição ou o fizerão nullamente, não devendo prevalecer a minoria cujos votos unicamente virião a ser aceitos,

deve-se fazer nova eleição em todo o município, porque, como se exprime aquelle Aviso, « ha menos inconveniente em serem os votantes novamente chamados a dar seus votos do que em servirem estes de base para que as outras localidades fação pesar sua influencia com prejuizo delles. »

No segundo caso, estando representada a maioria dos municipes, forma-se a Camara Municipal com a apuração dos votos das freguezias, onde se fez regularmente a eleição.

Tanto em um como em outro caso fica salvo o principio da simultaneidade da eleição, que o legislador quiz que se fizesse em todas as parochias na mesma occasião, para evitar que o conhecimento do resultado da eleição de umas influa na eleição posterior de outras, dando lugar a abusos e fraudes, que poderiam assim entrar com maior probabilidade de efficacia nos planos dos individuos ou parcialidades interessadas no pleito eleitoral ;

2.º Que é approvada a deliberação de V. Ex., relativa á freguezia de Nossa Senhora das Necessidades de Santo Antonio, á vista dos factos que inquinarão de nullidade a eleição alli feita, e dos principios em que se firmou o citado Aviso de 21 de Fevereiro de 1853 ;

3.º Que o acto de V. Ex. approvando a suspensão da eleição da freguezia de S. Joaquim de Garopaba e seu adiamento para o dia 20 de Setembro, é sustentado sómente na parte relativa á eleição de Juizes de Paz, porque, quanto á de Vereadores, tem applicação as razões já expendidas ácerca da eleição da freguezia de S. José.

O que communico a V. Ex. para a devida execução, recommendando que, em casos semelhantes, sejam sempre remettidos ao Governo Imperial todos os napeis concernentes a taes assumptos.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Souza*. — Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina

N. 430.—IMPERIO.—EM 6 DE OUTUBRO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul. — Declara que, na hypothese do art. 2.º do Decreto n.º 1812 de 23 de Agosto de 1856, devem ser convocados os immediatos em votos ao Juiz de Paz que presidir a eleição, e não ao que tiver feito a respectiva convocação.

2.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio, em 6 de Outubro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr. — Não se tendo procedido nessa Provincia á eleição de Eleitores da legislatura finda pela dissolução da Camara dos Deputados, o antecessor de V. Ex. consultou em officio de 31 de Agosto ultimo, se os oito cidadãos que devem ser convocados para a formação das mesas parochiaes, nos termos do art. 2.º do Decreto n.º 1812 de 23 de Agosto de 1856, são os immediatos em votos ao Juiz de Paz que tem de fazer a convocação, ou ao Juiz de Paz do novo quadriennio a quem cabe a presidencia da mesa parochial na ultima dominga de Janeiro de 1869.

Ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, foi de parecer em consulta de 26 do mez proximo passado que, se os Juizes de Paz do quadriennio findo são, como decidio o Aviso n.º 460 de 19 de Junho de 1849, arredados da presidencia das mesas parochiaes que tem de reunir-se no quadriennio novo, por haverem expirado suas attribuições, igual motivo milita para que sejam inhibidos de votar na organização dessas mesas os oito cidadãos seus immediatos, eleitos com elle, e como taes chamados na hypothese figurada.

Devem portanto ser para tal fim convocados os oito cidadãos immediatos em votos ao Juiz de Paz a quem compete presidir a mesa parochial.

Os Avisos citados no final do officio a que respondendo estabelecem a doutrina constantemente seguida.

A duvida apresentada não abrange aquellas parochias em que, ou não se fizerão eleições de Juizes de Paz, ou forão ellas declaradas nullas, porque nesta hypothese continuão em exercicio os ultimos regularmente eleitos, como determinão o Aviso n.º 8 de 11 de Janeiro de 1859 e outros.

Confermando-se Sua Magestade o Imperador com este parecer, por sua immediata resolução de 3 do corrente mez, assim o manda declarar a V. Ex. para os fins convenientes.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Sousa*. — Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.

Y. 131. FAZENDA. — Em 7 de Outubro de 1868.

São incompativel o exercicio do cargo de Escrivão dos Feitos da Fazenda com o de Secretario da Inspeção geral da Instrução Publica.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 7 de Outubro de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Paraná, em resposta á duvida proposta em seu officio n.º 30 de 3 de Abril proximo passado e de conformidade com o Aviso do Ministerio dos Negocios da Justiça de 11 de Setembro ultimo, que nada impede o exercicio simultaneo dos cargos de Escrivão dos Feitos da Fazenda e de Secretario da Inspectoria Geral da Instrução Publica, visto como não ha entre elles incompatibilidade absoluta resultante da natureza das respectivas funcções, nem se dá a impossibilidade do bom desempenho dellas, como ao referido Ministerio informou a Presidencia dessa Provincia.

Visconde de Itaborahy.

N. 432.—FAZENDA.—EM 8 DE OUTUBRO DE 1868.

Os Porteiros de Alfandegas que exercem as funções de Administrador das capatazias estão sujeitos a fiança.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 8 de Outubro de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia das Alagoas, em resposta ao seu officio n.º 44 de 11 de Junho ultimo, que, extinguindo o art. 1.º do Decreto n.º 4173 de 6 de Maio do corrente anno o lugar de Administrador das capatazias das Alfandegas da 4.ª, 5.ª e 6.ª ordens, e passando no § 3.º do mesmo artigo a direcção desse serviço para o Porteiro daquella Repartição, não fez mais do que alterar a denominação do serventuario, a cujo cargo estava aquelle serviço; e subsistindo este, como subsiste, com os mesmos onus e responsabilidade, é obvio que estão os novos serventuarios sujeitos á mesma fiança, a que erão obrigados os anteriores; declara, outrossim, ao Sr. Inspector, quanto á segunda parte do seu citado officio, que não ha por ora razão bastante justificada para alterar-se o quadro que acompanhou o supracitado Decreto.

Visconde de Itaborahy.

N. 433.—FAZENDA.—EM 8 DE OUTUBRO DE 1868.

Solve duvidas ácerca da execução do art. 22 do Regulamento de 23 de Dezembro de 1867, sobre o imposto pessoal.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 8 de Outubro de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia do Es-

pirito Santo de 12 de Março ultimo, sob n.º 13, a que acompanhou a consulta que lhe fôra feita pela respectiva Alandega ácerca de algumas duvidas que achava na execução do art. 22 do Regulamento, n.º 4052 de 28 de Dezembro de 1867, e bem assim a decisão que dêra a referida Consulta; declara ao dito Sr. Inspector que, a vista do disposto nos arts. 10 da Lei n.º 1597 de 26 de Setembro do citado anno, e 4, 18 e 22 do mencionado Regulamento approva a decisão dada áquella Consulta; observando-lhe, porém, quanto á segunda questão da mesma Consulta, que se a casa fôr habitada por diferentes pessoas, que não vivão em commum, pagará cada uma dessas pessoas o imposto correspondente a divisão, que habitar, na fórma do supracitado art. 18, gozando de isenção o repartimento ou divisão, cujo aluguel fôr inferior a 120\$000 annuaes.

Visconde de Itaborahy.

N.º 431. — FAZENDA. — EM 8 DE OUTUBRO DE 1868.

Póde ser expedido o Título de posse aos cessionarios de terrenos diamantinos independente de audiência dos herdeiros dos cedentes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 8 de Outubro de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, sendo-lhe presente o recurso interposto por José Julião Dias Camargo da decisão da Thesouraria da Provincia de Minas Geraes, confirmatoria da do Inspector dos terrenos diamantinos da dita Provincia, que exigio, no processo de habilitação a que procedia o recorrente, a audiência dos herdeiros do arrendatario primitivo do terreno diamantino hoje possuido pelo récorrente.

Considerando que, na hypothese do referido recurso, o Recorrente adquirira validamente o direito de uso e gozo do terreno possuido por Severino Antonio de Aguiar; porquanto, nem no contracto, nem na Legislação, que regula a concessão dos terrenos, de que se trata, é vedado ao locatario o direito de ceder a locação por titulo oneroso ou gratuito, direito este sancionado pela Legislação Commum, subsidiaria da que regula os arrendamentos dos bens nacionaes;

Considerando que effectuadas essas cessões, como foi a de que se trata, e consta dos documentos com que se instruiu o recurso e subrogado o cessionario nos direitos do cedente, relativos quér a extensão do terreno, quér a duração do contracto e quér ao respectivo preço, está a Administração diamantina na pratica, não contraria a direito, de acceital-as como factos consumados na jurisdição commum, uma vez, porém, que os cessionarios offereção iguaes ou melhores garantias que os cedentes, por meio de competente processo de habilitação, acto este meramente administrativo, e no qual não tem cabimento a discussão e julgamento da precedencia ou validade de direitos individuaes, que tem jurisdição propria, onde podem ser allegados, discutidos e julgados;

Declara ao Sr. Inspector da sobredita Thesouraria que se o Recorrente offerecer as necessarias garantias de implemento das condições com que são estipulados esses arrendamentos, e satisfizer ao disposto no art. 3.º do Decreto n.º 374 de 24 de Setembro de 1845, visto como deve-se suppôr terminado com elle o contracto na época em que deveria sel-o com o cedente, póde ser expedido o competente Titulo, independente da audiencia dos herdeiros do mesmo cedente.

Visconde de Itaborahy.

N. 435.—FAZENDA.—EM 8 DE OUTUBRO DE 1868.

Determina a maneira por que deve proceder a Thesouraria de S. Paulo a fim de pôr em dia os trabalhos que se achão em atraso na mesma Repartição.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 8 de Outubro de 1868.

O Visconde de Itaboraity, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Paulo, em resposta ao seu officio n.º 82 de 18 de Setembro ultimo, que não pôde ter lugar a conservação dos seis Collaboradores existentes nessa Repartição, visto que a despeza com elles deve exceder o credito autorizado, cumprindo que se observe o que foi determinado na Ordem de 22 de Agosto proximo passado, n.º 81.

E porque no mesmo officio informa que ainda se acha vago um lugar de Praticante, constando aliás no Thesouro que, por Titulos de 25 de Maio deste anno, forão nomeados para 3.º Escripturario Octavio Candido Castello Branco, e para Praticantes João Lourenço da Silva Antero, e Alberto Maria de Azevedo Marques, deverá o Sr. Inspector, no caso de que estes não tenham ainda tomado posse, sobrestar nella quanto aos que excederem do quadro, até que haja vagas em que sejam admittidos, recommendando-lhe por esta occasião a observancia da Circular n.º 26 de 25 de Abril de 1862, na qual se exigio a remessa regular ao Thesouro das cópias dos assentamentos, que só forão recebidos relativamente ao anno de 1863, convindo que sejam acompanhadas dos mappas do ponto da Thesouraria em que se mostre a frequencia dos Empregados.

Declara, outrossim, ao Sr. Inspector, quanto ao seu officio n.º 66 de 22 de Julho do corrente anno, que não procedeu regularmente fazendo cessar a prorrogação das horas do expediente, sem que tivesse ultimado o trabalho dos balancos em atraso, e isto contra a expressa recommendação feita no final da Ordem n.º 33 de 27 de Março do corrente anno, não obstante constar da informação do Contador junto ao dito officio, que não se achavão or-

ganizados os balanços de Março de 1868, exercício de 1866—1867, os de Dezembro de 1867, até Agosto findo, exercício de 1867—1868, e os de Junho e Agosto de 1868—1869, cumprindo que novamente se prorogue o expediente, por uma hora mais diariamente, até que se consiga pôr em dia os ditos balanços, e devendo o serviço ser encarregado a Empregados de todas as Secções, e mesmo de Secretaria, que forem para elle idoneos, sob sua immediata responsabilidade, na fôrma de cédula ordin. Declara, finalmente, em resposta ao seu officio n.º 55 de 3 de Junho ultimo, que será autorisado com a possivel brevidade o credito necessario para a promptificação de outros serviços atrazados, convingo que desde já se distribua pelos Empregados os que respeitão á tomada de contas, para serem pagos do modo que for determinado, segundo as regras ora adoptadas no Thesouro.

Vicente de Itabarahy.

N. 135.—GUERRA.—SEM 8 DE OUTUBRO DE 1868.

Dá providencias sobre a alimentação dos Guardas Nacionais que se empregão no serviço da guarda do Hospital Militar Provisorio do Andarahy.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 8 de Outubro de 1868.

A alimentação dos Guardas Nacionais, que se empregão no serviço da guarda desse Hospital deve ser fornecida pelo rancho dos serventes, sem economia separada, recebendo o Almozarife, conforme já foi declarado a Vm. em Aviso de 29 de Setembro ultimo, os respectivos vencimentos, entregando o soldo e fazendo-se-lhe carga das etapas, que neste caso não figurão senão como uma indemnisação das despesas que se faz com o rancho dos mesmos guardas. Fica assim respondido o seu officio n.º 490 de 3 do corrente mez.

Deus Guarde a Vm.—*Barão de Marilva*.—Sr. Antonio Alvares dos Santos Souza.

N. 437.—GUERRA.—EM 8 DE OUTUBRO DO 1868.

Da providencia sobre o pagamento de consignações estabelecidas por officiaes extraviados.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 8 de Outubro de 1868.

Em resposta ao officio que Vm. me dirigio datado de 3 de corrente, consultando qual o procedimento que deya ter a Pagadoria das Tropas da Corte, relativamente a pagamento de consignações estabelecidas por officiaes extraviados; declaro a Vm. para seu conhecimento e execução, que taes consignações, quando instituidas para alimentos de familia, deym continuar a ser abonadas; visto que, segundo o disposto na 1.ª observação do Aviso n.º 352 de 30 de Novembro de 1865, de accordo com o Aviso n.º 452 de 30 de Setembro anterior, só deym ser suspensas as consignações deixadas por officiaes a suas familias, quando por declaração dos chefes das forças em operações ou do Quartel General da Corte, constar que o official falleceu ou foi dispensado do serviço.

Deus Guarde a Vm.—*Barão de Muritiba*.—Sr. Domingos José Alvares da Fonseca.

—*—*—

N. 438.—FAZENDA.—EM 9 DE OUTUBRO DE 1868.

Do Ajudante do Procurador da Fazenda, nas Provincias em que este emprego foi supprido e podem continuar a servir e substituir o Viscoz empregado não haer outro destino.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 9 de Outubro de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Pernambuco, em resposta ao officio n.º 122 de 11 de Setembro ultimo,

que, tendo-se resolvido na Ordem n.º 117 de 21 de Agosto do corrente anno que continuasse o Ajudante do Procurador da Fazenda desta Provincia a desempenhar o serviço, de que estava encarregado, enquanto outro destino não lhe fosse dado, é claro que, abrangendo esse serviço o exercício de funções judiciais, como Ajudante do Procurador dos Feitos da Fazenda na 1.ª instancia, e de funções administrativas, como Ajudante do Procurador Fiscal (arts. 2.º e 4.º das Instruções de 9 de Agosto de 1866, e art. 10 e seus paragraphos do Regulamento de 24 de Dezembro do mesmo anno), pode o Ajudante substituir o Procurador Fiscal nas faltas e impedimentos deste, salva todavia a disposição do art. 34 do Decreto n.º 870 de 22 de Novembro de 1851.

Visconde de Bahianhy.

N. 139.—JUSTIÇA.—AVISO DE 10 DE OUTUBRO DE 1868.

Ao Presidente do Tribunal do Commercio de Pernambuco.—
Declara que a obrigação de Corretor de exercer pessoalmente o Officio não impede a concessão de licença para servir-o por um preposto no caso unico de molestia adquirida depois da nomeação.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Justiça.—
Rio de Janeiro, em 10 de Outubro de 1868.

Consultou V. S. em officio de 14 de Maio de 1866, se, não obstante a disposição do art. 40 do Decreto n.º 806 de 26 de Julho de 1851, é curial consentir na concessão de licenças successivas a um Corretor, que deixou o Officio, por motivo de molestia, sendo substituido por um seu preposto.

Sua Magestade o Imperador, Tendo ouvido o Tribunal do Commercio da Corte e a Secção de Justiça do Conselho de Estado, Manda declarar a V. S. que o Corretor deve, como dispõe o artigo citado,

exercer pessoalmente seu Officio, o que entretanto, não impede a concessão de licença para servil-o por um preposto no caso unico de molestia adquirida depois da nomeação, competindo aos Tribunaes do Commercio cassar essa licença, quando se dê abuso.

Deus Guarde a V. S. — *José Martiniano de Alencar*. — Sr. Presidente do Tribunal do Commercio de Pernambuco.

N. 440. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — Em 40 DE OUTUBRO DE 1868.

Incombe o sertanista Joaquim Francisco Lopes da exploração da estrada para Mato Grosso.

Gabinete do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Rio de Janeiro, em 40 de Outubro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr. — Havendo o Exm. Barão de Antonina apresentado a este Ministerio o incluso itinerario de communicacão entre essa Provincia e a de Mato Grosso, a ultimar nas cabeceiras dos rios Apa e Dourados, passando pelas do rio Tibagy, e pelas cidades de Castro, Fortaleza, e outros lugares alli indicados, assegurando que esta linha já percorrida pelo sertanista Joaquim Francisco Lopes, e traçada no mappa levantado por João Henrique Eliot, offerece as condições precisas para uma estrada de rodagem; e parecendo conveniente não desprezar os meios mais economicos de se conseguir os trabalhos preparatorios dessa exploração, a fim de que, confrontada ella com outras em projecto, ou já encetadas, se possa com conhecimento de causa apreciar qual a direcção mais vantajosa e preferivel para a abertura definitiva, por empreza ou por administração, da estrada que terá de ligar as duas provincias; tem o governo imperial resolvido en-

carregar daquelles trabalhos o sertanista acima dito, o qual segue nesta occasião para essa provincia. Tendo-lhe sido fornecidas nesta Côrte os objectos constantes da relação junta por cópia, V. Ex. lhe mandará fornecer os annaes, ferramentas, utensis, e o mais que fôr indispensavel ao desempenho desta commissão, tendo á vista a relação, tambem junta, por elle assignada, ouvindo-o a respeito de qualquer modificação que pareça acertada. Como remuneração dos respectivos trabalhos, fica arbitrada ao commissario Lopes, a gratificação mensal de 150\$ a contar do dia em que partir dessa capital e entrar em serviço, de conformidade com as ordens de V. Ex., e a João Francisco Eliot a de 100\$ por mez, que correrá do dia em que, unindo-se á dita commissão, começar effectivamente a auxiliar a com seus trabalhos. Estas gratificações, bem como as quantias necessarias ao pagamento dos salarios dos demais empregados auxiliares, indiciados naquella relação mencionada em segundo lugar, serão levadas ao credito distribuido á essa provincia pela verba—Obras publicas obras e auxilio ás provincias—e abonada por prestações, sendo a primeira correspondente a duas mezes, e entregue ao referido Lopes por occasião da sua partida para o serviço, de que é encarregado, e as subsequentes por trimestre, depois de prestar elle contas do despendido com as anteriores, e de apresentar os relatorios dos trabalhos executados até então, com declaração do numero dos auxiliares nellos effectivamente empregados. Convém outrossim, que V. Ex. na expedição de suas ordens tenha muito em attenção os pontos indicados no supradito—Uenerario, a fim de providenciar convenientemente, mandando pôr á disposição dequelle commissario as caudas, que o governo tem no rio Jatahy, e forem necessarias ao serviço a seu cargo. Eo quanto fôr occorrendo relativamente ao assumpto exposto, dará V. Ex. parte a este ministerio.

Deus Guarde a V. Ex.—*Joaquim Antão Fernandes Leão*.—Sr. presidente da provincia do Paraná.

N. 441.—AGRICULTURA COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—EM 10 DE OUTUBRO DE 1868.

Encarregado a J. Francisco Lopes dos trabalhos preparatorios de exploração e picadas de uma linha de communicação entre a Provincia do Paraná e a de Mato Grosso.

Gabinete do Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.—Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1868

Tendo sido Vm. encarregado nesta data de executar os trabalhos preparatorios de exploração e picadas em uma linha de communicação entre a provincia do Paraná e a de Mato Grosso, passando pelas cabeceiras do rio Tibagy, pela cidade de Castro e fazenda da Fortaleza em direcção ao Jataby, e a ultimar nas cabeceiras dos rios Apa e Dourados, conforme o itinerario apresentado a este ministerio, assignado por Vm. e pelo Exm. Barão de Antonina, e tracado no mappa de João Henrique Elliot, cumpre que Vm. siga sem demora para a provincia do Paraná, e se apresente á Presidencia, a fim de receber della as convenientes ordens, e instrucções que forem precisas ao prompto desempenho da mencionada commissão. Em retribuição dos respectivos trabalhos fica arbitrada a Vm. a gratificação mensal de 150\$000, e a João Henrique Elliot, que o deve acompanhar na mesma commissão a de 100\$000, a contar do dia, em que começarem effectivamente o respectivo serviço. Além dos objectos que lhe foram fornecidos nesta Córte pela Inspeccão geral das Obras Publicas, lhe mandará a mesma Presidencia fornecer os animaes, ferramentas e utensis, e o mais que se acha indicado na relação por Vm. assignada, na qual convirá fazer qualquer modificação acertada, em ordem a levar a effeito os trabalhos dessa commissão com a maxima economia possivel. E para que lhe não falem os meios precisos ao pagamento das despesas respectivas, especialmente a dos salarios dos empregados auxiliares, a que se refere a dita relação; dirijo-me nesta occasiao a Presidencia da Provincia, a qual lhe mandará abonar por prestações as quantias, que parecerem indispensaveis; devendo Vm. depois de receber a primeira prestação para dous mezes, e antes de receber as subsequentes, que serão

trimensaes, prestar conta do despendido por conta da prestação anterior, e apresentar relatorios dos trabalhos que fôr executando com os respectivos esboços de mappas, sem prejuizo do mappa geral da exploração, que terá de confeccionar no fim de sua commissão. Espera o Governo Imperial que Vm. o desempenhará com todo o zelo e no menor espaço de tempo possível.

Deus Guarde a Vm.—*Joaquim Antônio Fernandes Leão*.—Sr. Joaquim Francisco Lopes.

N. 412.—AGRICULTURA COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — EM 12 DE OUTUBRO DE 1868.

Permitte que os trens dos suburbios parem no lugar denominado Goiabal—Engenho Novo.

3.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.—Rio de Janeiro em 12 de Outubro de 1868.

Tendo deferido o requerimento em que varios moradores do Goiabal, no Engenho Novo, pedem a parada dos trens dos suburbios em frente á rua de Todos os Santos uma vez que construação á sua custa um pequeno edificio e plataforma igual ao da parada de S. Francisco Xavier, assim lh'o communico para sua intelligencia e devida execução.

Deus guarde a Vm.—*Joaquim Antônio Fernandes Leão*.—Sr. Director interino da Estrada de Ferro de D. Pedro II.

N. 413.—FAZENDA.—EM 13 DE OUTUBRO DE 1868.

Indefere por diversos motivos a pretensão do Gerente da Companhia Ferry sobre terrenos de marinhas, em Nictheroy.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 13 de Outubro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Tendo presente o requerimento do Dr. Thomaz Rainey, na qualidade de Gerente da Companhia Ferry, em que pede por aforamento: 1.º as marinhas, onde se achão construídas as duas pontes novas, sendo uma em frente á rua das Chagas em Nictheroy, e outra na da Pampulha em S. Domingos; 2.º quarenta braças entre a estação e a praia, na primeira das referidas ruas; 3.º com braças, na segunda, para ligar a ponte nova á velha; communico a V. Ex. para seu conhecimento, e para o fazer constar á respectiva Camara Municipal, que serão indeferidos todos os tres pedidos; o 4.º por que tem por objecto o aforamento de marinhas, que constituem logradouro publico, como se vê do officio da Collectoria dessa Capital dirigido á Directoria Geral das Rendas Publicas em 26 de Dezembro do anno passado; o 2.º porque offende direitos de terceiros, visto que no espaço requerido se comprehendem terrenos artificiaes de particulares, que, ou os possuem com titulos, ou têm direitos de preferencia ao aforamento delles, por ficarem em frente ás suas casas; 3.º por que o terreno occupado pelas duas pontes foi creado por aterros sobre o mar feitos com licença do Thezouro pelo Commendador Bernardino Martins Ferreira de Faria, que deve ser preferido para o respectivo aforamento.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*.
—Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

N. 441.—FAZENDA.—EM 44 DE OUTUBRO DE 1868.

Não são admissíveis as reclamações sobre qualidade de mercadorias depois de pagos os respectivos direitos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 44 de Outubro de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria da Bahia, em resposta ao seu officio n.º 38 de 4 de Março ultimo, que o mesmo Tribunal resolveu indeferir o recurso interposto por Joaquim Pereira Marinho da decisão da referida Thesouraria denegando a restituição da quantia de 469\$740, que allegou ter pago de mais por engano de qualificação no despacho de nove barris com sementes de—aguiç—porquanto, á vista do art. 606 do Regulamento das Alfandegas de 49 de Setembro de 1860, não são admissíveis as reclamações sobre qualidade das mercadorias depois de pagos os direitos.

Visconde de Itaborahy.

N. 443.—FAZENDA.—EM 45 DE OUTUBRO DE 1868.

Declara desnecessaria a remessa das(relações mensaes da despesa das Alfandegas e mais Estações da arrecadação.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 45 de Outubro de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para os fins convenientes, que, tendo sido supprimidos pelo Decreto n.º 4453 de 6 de Abril ultimo varios trabalhos que se executavão duplicadamente nas Directorias Geraes das Rendas Publicas e da Contabilidade, não deverão d'ora em diante continuar a remetter ao Thesouro.

por serem desnecessarias, as relações mensaes da despesa das Alfandegas e mais Estações de arrecadação, ficando sem effeito a Ordem da mesma Directoria das Rendas de 16 de Julho de 1856, e qualquer outra que assim o tenha exigido

Visconde de Itaborahy

N. 115. FAZENDA. EM 15 DE OUTUBRO DE 1858.

Sã Instruções acerca da execução do art. 29 do Decreto n.º 4153 de 6 de Abril do corrente anno.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 15 de Outubro de 1858.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para seu conhecimento: 1.º, que pôde o Empregado comparecer na Repartição a qualquer hora depois das dez da manhã, soffrendo tão sómente o desconto da gratificação do dia, com tanto que justifique immediatamente perante o Inspector o motivo da demora, sob pena de perder todo o vencimento do mesmo dia; 2.º, que a gratificação que se deixar de abonar aos Empregados, como pena do comparecimento ou retarda fóra das horas marcadas no § 3.º do art. 29 do Decreto n.º 4153 de 6 de Abril do corrente anno, não pertence aos substitutos, mas unicamente a dos dias em que os substituidos não fizeram comparecido, como já foi declarado a Thesouraria das Alagôas pela Ordem n.º 31 de 2 de Julho proximo passado; 3.º, finalmente, que o Empregado que se retirar da Repartição, sem permissão do Inspector, antes de findo o expediente, perderá o vencimento integral do dia, e ficará sujeito a outras penas correcçionaes, em que por esse facto possa incorrer.

Visconde de Itaborahy.

N. 447.—FAZENDA.—EM 15 DE OUTUBRO DE 1868.

Manda pagar os vencimentos de um individuo que exerceu interinamente as funcções de Fiel de Thesoureiro, e declara não ser admissivel a sua conservação naquella qualidade por não ser Empregado Publico.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 15 de Outubro de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o officio do Sr. Inspector da Thesouraria de Pernambuco de 10 de Agosto ultimo, sob n.º 268, a que acompanhou o recurso interposto por Modesto do Rego Baptista da decisão da mesma Thesouraria, que negou-lhe direito aos vencimentos do mez de Junho proximo passado em que exerceu as funcções de Fiel do Thesoureiro interino da respectiva Alfandega, ordena ao dito Sr. Inspector que pague os referidos vencimentos; recommendando-lhe, porém, que faça observar naquella Alfandega a Ordem n.º 102 de 14 de Maio do corrente anno, na parte em que manda nomear um dos Empregados para exercer provisoriamente o lugar de Thesoureiro, na fórma do art. 88 § 3.º do Regulamento das Alfandegas, visto não ser admissivel que continue a servir como tal o recorrente na qualidade de Fiel de um Thesoureiro interino, sendo que por esse motivo não deve ser considerado Empregado da Repartição, em quem pudesse recahir tal exercicio.

Visconde de Itaborahy.

N. 448.—FAZENDA.—EM 15 DE OUTUBRO DE 1868.

As Cartas de Pensões concedidas ás praças do Exército e Armada e aos Voluntarios da Patria estão sujeitas aos impostos do sello, emolumentos e direitos; podendo, porém, estes ser pagos pelo desconto da 10.ª parte das quantias que recebem mensalmente.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 15 de Outubro de 1868.

Hon. e Exm. Sr.—Em resposta ao seu Aviso de 2 de Setembro proximo passado, em que consulta se as Cartas de Pensões concedidas ás praças do Exército e Armada e aos Voluntarios da Patria estão sujeitas aos impostos do sello e transito, cabe-me declarar a V. Ex. que, á vista do artigo unico do Decreto n.º 1354 de 19 de Setembro de 1866, só são isentos de todo e qualquer onus pecuniario estabelecido a titulo de direitos e emolumentos as Pensões concedidas ás familias dos militares e dos Officiaes e praças da Guarda Nacional e Voluntarios da Patria, que fallecerem na guerra contra o Governo do Paraguay, bem como o são tambem dos novos e velhos direitos as Pensões concedidas ás praças de pret, como foi declarado no § 4.º da Circular n.º 5 de 21 de Fevereiro deste anno.

Os Officiaes e praças do Exército e Armada e Voluntarios, a quem se concedêrão Pensões desde a data do referido Decreto deixárão de satisfazer os respectivos impostos, porque nas proprias Cartas Imperiaes, expedidas para o abono dellas, se declarou que nada pagarião em virtude desse Decreto, sem que, todavia, houvesse Lei ou Regulamento que assim o determinasse. Devem, pois, os agraçados pagar o sello, emolumentos e direitos das Pensões de que estão gozando; vista, porém, a carencia absoluta de recursos da parte delles para a satisfação destes impostos, resolvi que por equidade lhes fossem cobrados por meio de descontos pela 10.ª parte das quantias que receberem mensalmente até a total indemnisação da divida, como já se permittio aos Officiaes do Exército por Decreto de 16 de Maio de 1821; convido que assim se proceda igualmente a respeito das Pensões das praças de pret, que as tiverem obtido ou forem obtendo.

Deus Guarde a V. Ex. —*Visconde de Itaboraá*,
—V. Ex. o Sr. Paulino José Soares de Souza.

N. 449.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—EM 15 DE OUTUBRO DE 1868.

Deferê a pretensão da assembléa provincial do Paraná sobre o estabelecimento de uma linha telegraphica de Paranaguá a capital.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 15 de Outubro de 1868.

Illm. e Exm. Sr.—Tendo nesta data deferido a pretensão que a Assembléa Provincial dessa Provincia dirigiu ao Governo Imperial em 15 de Maio de 1867, pedindo o estabelecimento de uma linha telegraphica da estação da cidade de Paranaguá, para a capital dessa Provincia, concorrendo o Governo Imperial com as despesas do material, e essa provincia com as do assentamento da linha, como por V. Ex. me foi proposto em officio de 18 de Agosto ultimo, assim lh'o communico, para sua intelligencia e para que faça constar á mesma Assembléa.

Deus Guarde a V. Ex.—*Joaquim Antônio Fernandes Leão*.—Sr. Presidente da Provincia do Paraná.

N. 450.—FAZENDA.—EM 16 DE OUTUBRO DE 1868.

Determina que as Thesourarias de Fazenda remettão regularmente ao Ministerio do Imperio os balancetes das despesas mensaes do mesmo Ministerio.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 16 de Outubro de 1868.

O Visconde de Ilaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que remettão regularmente ao Ministerio do Imperio os balancetes das despesas mensaes effectuadas por conta do mesmo Ministerio, como já se lhes determinou pelas Ordens n.º 499 de 2 de Novembro de 1854, e n.º 287 do 1.º de Outubro de 1855.

Visconde de Ilaborahy.

N. 451.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—AVISO CIRCULAR DE 17 DE OUTUBRO DE 1868.

Explica a circular de 7 de Maio deste anno, sobre o transporte diario abonado aos Engenheiros em commissão.

Circular.—Rio de Janeiro.—Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 17 de Outubro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Representando alguns Engenheiros, encarregados de medições de terras em diversas Provincias, que não lhes tem sido abonados os vencimentos de transporte, em razão da intelligencia que as Thesourarias de Fazenda tem dado ao Aviso Circular deste Ministerio de 7 de Maio do corrente anno, declaro a V. Ex., para fazer constar a Thesouraria de Fazenda dessa Provincia, que pelo regulamento, que baixou com o Decreto n.º 2922 de 10 de Maio de 1862, e tabella ao mesmo annexa os Engenheiros em effectivo exercicio tem direito ao vencimento fixo e á gratificação; desde que porém são obrigados á transportar-se de uns para outros pontos, tem direito á uma diaria, que lhes deve ser abonada á título de ajuda de custo pelos dias que estiverem ausentes do ponto de sua residencia effectiva. Entretanto convém ponderar que Engenheiros ha que tem direito ao transporte diario pela natureza mesmo de suas commissões, como sejam os incumbidos de medições e explorações de estradas e rios durante esses trabalhos, cessando porém logo que regressarem, para se occuparem dos de gabinete. Neste sentido se deve entender o Aviso acima referido de 7 de Maio do corrente anno. Cumpre observar por ultimo que os Engenheiros em commissão, percebendo gratificações fixas não tem direito a gratificação de transporte diario, salvo se as portarias de suas nomeações dellas fizerem menção.

Deus Guarde a V. Ex.—*Joaquim Antônio Fernandes Leão*.—Sr. Presidente de....

N. 452.—MARINHA.—AVISO DE 19 DE OUTUBRO DE 1868.

Manda fazer extensivo ás Companhias de Aprendizizes artífices, e de Artífices militares o systema de pagamento, estabelecido no Regulamento, que baixou com o Decreto n.º 4114, de 29 de Fevereiro ultimo.

4.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Marinha.—Rio de Janeiro, em 19 de Outubro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Sua Magestade o Imperador, no intento de manter a unidade, que deve existir na legislação reguladora de serviços analogos, Houve por bem Determinar que se faça extensivo ás Companhias de Aprendizizes artífices, e de Artífices militares o systema de pagamento, estabelecido no Regulamento, que baixou com o Decreto n.º 4114, de 29 de Fevereiro ultimo; o que communico a V. Ex. para sua intelligencia e execução.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Cotegipe*.—Sr. Chefe de Esquadra Inspector do Arsenal de Marinha da Côte.

N. 453.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—EM 19 DE OUTUBRO DE 1868.

Sobre a organização de uma carta geologica do Imperio.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.—Rio de Janeiro em 19 de Outubro de 1868.

Sendo de reconhecida necessidade a organização de uma carta geologica do Imperio, e devendo desde já reunir-se para este fim todos os estudos que porventura existem feitos, e procede-se a novas e constantes investigações, ha por bem Sua Magestade o Imperador que os engenheiros em commissão nas provincias, observem para este fim as seguintes

Investigações.

Art. 1.º Os Engenheiros empregados deste Ministerio, qualquer que seja a commissão em que se achem, sem prejuizo desta, procederão rigorosamente ás investigações e estudos precisos, para a organização da carta geologica do Imperio, e do resultado darão conta á Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas.

Na parte cognostico estudarão.

§ 1.º A natureza das rochas que constituem os depositos ou massas eruptivas das cordilheiras, serras, picos e collinas, suas dimensões, o rumo e a queda que seguem, mórmente sendo stratificadas, e bem assim a qualidade, a fórma e a direcção dos vocieiros que possam conter.

§ 2.º A idade relativa das rochas differentes que se acharem reunidas procurando definir minuciosamente o modo de sua adjacencia ou superposição e, no caso de terem havido fendas primitivas, examinando o como forão cheios estes fendimentos que, no Rio de Janeiro por exemplo, tendo-se effectuado no gneiss e em outras rochas graniticas, achão attestadas de rochas amphibolicas em perfeitos dyks.

§ 3.º Os depositos sedimentarios, quér antigos quér modernos, ou se achem nas altas chapadas, em collinas, ou nas planiceis e nos valles. Nestes depositos convém investigar se existem fosseis, e fazer uma collecção completa destes objectos, de cuja classificação depende intimamente a dos terrenos neptuninos.

§ 4.º O curso dos rios, a influencia das aguas, quér sejam perennes, quér fluviaes, sobre o sólo, e bem assim as modificações successivas que elle possa apresentar em virtude destas causas.

Art. 2.º Serão representadas graphicamente as secções mais importantes do terreno, os contornos das montanhas, os perfis enfim de todo o sêo explorado, a fim de ter-se deste modo o seu nivelamento geologico, e com elle uma carta onde sejam figurados os limites das differentes formações e as jazidas e bôtas que nellas forem encontradas.

Art. 3.º As parte micrológica serão examinadas:

§ 1.º As diferentes jazidas metallíferas ou de quaisquer combustíveis estudando-se-lhes rigorosamente a possança, direcção, natureza, qualidade da matriz e todas as mais circumstancias que possam influir sobre a sua minerabilidade e exploração.

§ 2.º A distancia a que se achão as jazidas dos centros de população, dos portos mais vizinhos, ou quaes os meios de communicação de que poderão dispor, mais facil ou mais economicamente, investigando com o maior cuidado, quando forem jazidas metallicas, se existem nas suas proximidades depositos combustíveis que pela sua natureza e abundancia lhes possam effectuar a exploração convenientemente.

§ 3.º A natureza dos combustíveis, de todas as rochas que lhes servirem de jazidas, e igualmente a das formações circumvizinhas, collectando cuidadosamente todas as plantas fosséis que se achão ordinariamente nas primeiras camadas carboníferas ou lignitíferas, e cuja idade geologica determinão.

§ 4.º As massas de rochas calcareas, de cimentos de ardorias, etc.; investigando-se nas localidades competentes (terrenos alagadiços, salgados e cavernosos) existem ao alcance de facéis meios de conducção, salitre, borax, soda, sal amoniac, caprosa e sal commun, para o uso da população e para sustento do gado.

§ 5.º Os depositos pyretosos e os terrenos sulphurosos, que pelas suas riquezas ou circumstancias favoraveis possam supprir de enxofre e de acido sulphurico ou de pedra-lume os mercados brasileiros.

§ 6.º Os mineraes isolados que tiverem sido deslocados de suas jazidas pela acção dos rios ou das grandes chuvas, devendo-se procurar com particular cuidado o lugar d'onde poderião ter sahido sobretudo quando forem mineraes de valor.

Palacio do Rio de Janeiro, 49 de Outubro de 1868.
—*Joaquim Antão Fernandes Leão.*

N.º 451 — FAZENDA. — EM 20 DE OUTUBRO DE 1868.

As tabellas organisadas em conformidade da Circular de 27 de Agosto deste anno devem abranger todas as contas dos responsáveis, qualquer que seja o Ministerio.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 20 de Outubro de 1868.

O Visconde de Itaboraity, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para sua intelligencia e devidos effeitos, que nas tabellas que têm de organisar em conformidade da Circular n.º 27 de 27 de Agosto ultimo, devem incluir as contas de todos os responsáveis, qualquer que seja o Ministerio a que pertencem.

Visconde de Itaboraity.

N.º 452 — IMPÉRIO — EM 20 DE OUTUBRO DE 1868.

O Presidente da Provincia da Bahia. — Declara quando e como pôde haver duplicata de pagamento de gratificação pela regencia da cadeira nas Faculdades de Medicina.

5.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio, em 20 de Outubro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr. — Nos balancetes da despesa paga por conta deste Ministerio pela Thesouraria de Fazenda dessa Provincia, nos mezes de Maio, Junho, Julho e Agosto de 1867, apparece mensalmente a de 100\$ pela verba — Eventuaes — proveniente de gratificação que se diz ter vencido o Lente da Faculdade de Medicina que regeu a cadeira de pathologia, por se achar o effectivo em commissão do Governo.

Os Lentes das Faculdades de Medicina só teem direito de receber gratificação pelo effectivo exercicio da cadeira, e não pelo exercício do cargo publico

gratuito previstos pela Lei. Nesta hypothese unicamente pode haver duplicata de pagamento da gratificação, que todavia não se effectua sem ordem especial por importar augmento de despesa, e não haver distribuição de crédito para—Eventuaes. Nos demais casos a gratificação que o proprietario deixa de perceber passa ao Lente que o substituir, e o pagamento se verifica pela propria verba, sem augmento de despesa.

Não constando neste Ministerio de que natureza fosse a commissão do Lente substituido para lhe dar direito a conservar a respectiva gratificação, nem com que autorisação se fez despesa duplicada, cumpre que V. Ex., ouvindo a Repartição de Fazenda, dê sobre o assumpto os esclarecimentos necessarios.

Deus guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.



N. 436. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.— AVISO DE 21 DE OUTUBRO DE 1868.

Declara que pago integralmente o premio aos empreiteiros da estrada de ferro de S. Paulo deve cessar a cobrança da tarifa addicional para esse fim creada.

Rio de Janeiro.— Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 21 de Outubro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Tenho presente o officio de V. Ex. de 7 do corrente sob n.º 97, acompanhado do que lhe dirigio o Engenheiro Fiscal da estrada de ferro dessa Provincia, consultando se, feito o integral pagamento do premio conferido pelo Governo Imperial aos empreiteiros das obras da estrada—deve cessar a cobrança da tarifa especial para esse fim creada, ou, continuar attendendo á circumstancia de serem tão reduzidas as tarifas de passagens e fretes ordinarios, que muito longe está de ser bastante o seu rendimento para libertar

o Estado da garantia, á que se obrigou : em resposta declarou a V. Ex. para fazer, constar ao Engenheiro Fiscal e ao Superintendente da Companhia que, pago integralmente o premio, deve cessar a cobrança da tarifa para esse fim creada, como determina a clausula 9.ª do contracto que baixou com o Decreto n.º 2950 de 10 de Junho de 1862.

Quanto ao rendimento da tarifa ordinario, caso seja insufficiente, como pondera o Engenheiro Fiscal, autoriso a V. Ex. a mandar proceder a sua revisão de accordo com o representante da companhia.

Deus Guarde a V. Ex.—*Joaquim Antão Fernandes Leão*.—Sr. Presidente de S. Paulo.

N. 457.—FAZENDA.—EM 21 DE OUTUBRO DE 1868.

Declara que deve prestar fiança o Porteiro de Alfandega, que accumular as funções de Administrador das Capatazias.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 21 de Outubro de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, responde ao officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Sergipe do 28 do mez proximo passado, n.º 80, que bem resolveu a duvida proposta pelo Inspector da Alfandega da mesma Provincia, declarando-lhe que o Porteiro desta Repartição deve prestar fiança pela accumulção das funções de Administrador das Capatazias, em conformidade do Decreto n.º 4175 de 6 de Maio deste anno; e outrosim, que approva o ter prorogado o prazo que lhe fôra marcado para prestar a dita fiança, por se achar enfermo.

Visconde de Itaborahy

N. 458.—FAZENDA.— EM 21 DE OUTUBRO DE 1868.

Indica a maneira por que deve proceder a Thesouraria de Minas Geraes, para que os Collectores cumprão com seus deveres.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 21 de Outubro de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em resposta ao officio do Sr. Inspector da Thesouraria da Provincia de Minas Geraes n.º 407 de 18 do mez proximo passado, expondo as difficuldades que tem encontrado para regularisar a arrecadação das rendas publicas a cargo das Collectorias, lhe declara que deverá continuar a promover por todos os meios ao seu alcance a effectiva e prompta arrecadação das rendas do interior incumbida aquellas Estações, e a regularidade do seu lançamento e escripturação, expedindo as ordens e instrucções necessarias para esclarecer as duvidas que se suscitarem. No caso de não bastarem essas providencias, ou porque os Exactores sejam negligentes e omissos em cumprir os seus deveres, ou não os desempenhem com acerto, por falta de pratica do serviço, deverá o Sr. Inspector, nesta hypothese, chamal-os á Thesouraria e ministrar-lhes as explicações e esclarecimentos de que necessitarem, e, naquella, exonerar-os das funcções que mal exercerem, quando se tornem incorregiveis; visto não ser possível, como informa, distrahir Empregados para as inspecções autorisadas pelo art. 31 § 9.º do Decreto n.º 870 de 22 de Novembro de 1851.

Visconde de Itaborahy.

N. 459.—FAZENDA.—EM 21 DE OUTUBRO DE 1868.

Isenta do exame de inglez a um Praticante de Thesouraria visto não haver cadeira publica da dita materia nos estabelecimentos de instrucção da respectiva Provincia, e indefere a pretensão de dispensa do tempo de pratica que exige a Lei para ser admittido a concurso de lugares de 2.^a entrancia

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 21 de Outubro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Em resposta ao officio dessa Presidencia de 22 do mez proximo passado, acompanhando o requerimento do Praticante da Thesouraria, Germano Antonio Machado, em que pede dispensa não só do tempo de pratica que exige o art. 40 do Decreto n.º 4153 para ser admittido a concurso das materias de 2.^a intrancia, mas tambem do exame de inglez, tenho de declarar a V. Ex., que quanto a esta ultima parte, lhe pôde ser concedida a isenção pretendida, vista a informação da Thesouraria, de que não ha Cadeira publica daquella materia nos estabelecimentos de instrucção da Provincia: quanto porém á primeira, não pôde ser autorisada, em vista da expressa e positiva disposição do citado artigo.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Iaborahy*.—Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte.

N. 460.—FAZENDA.—EM 24 DE OUTUBRO DE 1868.

Manda despachar, livres de direitos, Castiçaes, Lampadas e Velonicas, por serem objectos proprios do Culto Divino.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 24 de Outubro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Em deferimento ao requerimento do Reverendo Prefeito do Hospicio de Nossa Senhora da Fidelity dessa Cidade, transmittido com

o officio de V. Ex. de 2 do corrente mez, declaro a V. Ex. que póde autorisar o despacho livre de direitos sómente para os Castigaes, Lampadas e Veronicas, mandados vir da Europa, por serem objectos proprios do Culto Divino; mas não assim para as Chapas de prata lavradas em relevo.

Deus Guarde a V. Ex.— *Visconde de Ilaborahy*.—
Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 461.—FAZENDA.— EM 24 DE OUTUBRO DE 1868.

Declara que o limite da emissão do Banco da Bahia, para o anno que deve findar a 22 de Agosto de 1869, é de 1.781:867\$760, e não o de que trata o Aviso de 26 de Agosto proximo passado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 24 de Outubro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.— Em resposta ao officio de V. Ex. de 25 do mez proximo passado, transmittindo o da Direcção do Banco dessa Provincia, e informação do respectivo Fiscal, a respeito do engano que suppõe haver na quantia marcada no Aviso deste Ministerio de 26 de Agosto ultimo, como novo limite de emissão para o anno que findará em 22 de Agosto de 1869, tenho de declarar a V. Ex., para o fazer constar ao referido Banco, que com effeito deu-se o equivoco notado, e que a verdadeira somma que o Banco póde conservar em circulação é de 1.781:867\$760.

Deus Guarde a V. Ex.— *Visconde de Ilaborahy*.—
Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 162. — FAZENDA. — Em 24 de Outubro de 1868.

Nega despacho livre de direitos para os objectos que forem importados pelo Barão de Bujary para a sua empreza de agua potavel, na provincia de Pernambuco.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 24 de Outubro de 1868.

Hum. e Exm. Sr. — Em resposta ao officio de V. Ex. de 13 de Setembro ultimo, n.º 65, em que V. Ex. solicita authorisação para fazer despachar livre de direitos os objectos que forem importados pelo Barão de Bujary para a empreza do encanamento de agua potavel, conforme o contracto celebrado por essa Presidencia com o mesmo Barão, e precedendo caução pelos referidos direitos, até a Assembléa Geral Legislativa resolver na sua proxima reunião sobre a isenção definitiva, cabe-me declarar a V. Ex., que em vista da legislação vigente não me é possível annuir a esta pretensão. Porquanto, o art. 26 da Lei n.º 243 de 30 de Novembro de 1841, limita a isenção dos direitos de importação aos canaes e mais generos, que forem importados de fóra do Imperio para construcção dos novos aqueductos, para fornecimento d'agua potavel á capital da Provincia de Pernambuco, e não os estende á outras companhias de igual natureza. O § 21 do art. 512 do Regulamento das Alfandegas concede a isenção de direitos de consumo, ou de importação, ás mercaderias e objectos, cujo despacho livre tiver sido ou fór concedido pela Tarifa em vigor, por Lei especial, ou por contracto celebrado pelo Governo Imperial com alguma pessoa, companhia ou corporação nacional ou estrangeira; e em nenhuma destas condições está o contracto a que V. Ex. se refere no citado officio; nem tambem pôde aproveitar-lhe o disposto no § 23 do art. 512, porque na isenção por elle facultada a objectos pertencentes ás Administrações Provinciaes, e para serviço publico, se não comprehendem emprezas particulares sem authorisação do Poder Legislativo, como já foi declarado á Presidencia das Alfandegas em Aviso de 29 de Dezembro de 1865.

Deus Guarde a V. Ex. — *Visconde de Itaboraity*.
— Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 463.—GUERRA.—EM 24 DE OUTUBRO DE 1868.

Regula a admissão aos exames finaes da Escola Central para os individuos que a tenham frequentado como ouvintes.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 24 de Outubro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Em solução ao officio que V. Ex. me dirigio sob n.º 407 datado de 8 do corrente, a que por cópia acompanhou a proposta da Congregação dessa Escola Central para que sejam admittidos aos exames finaes os individuos, que como ouvintes tenham frequentado com assiduidade as aulas dos differentes annos da mesma Escola e apresentado os trabalhos exigidos dos alumnos durante a frequencia, e que além disto já obtiverão concessão favoravel da Camara dos Srs. Deputados para matricular-se ou fazer exame; devendo taes individuos satisfazer todas as formalidades e requisitos exigidos dos alumnos para serem admittidos aos ditos exames: declaro a V. Ex. para seu conhecimento e fins convenientes, que fica approvada a referida proposta.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muritiba*.—Sr. José Maria da Silva Bittencourt.

N. 464.—GUERRA.—EM 24 DE OUTUBRO DE 1868.

Declara quaes os vencimentos que competem ao Director das Obras Publicas da provincia do Rio Grande do Sul, enquanto estiver cumulativamente encarregado das obras geraes e militares da mesma provincia.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 24 de Outubro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Communicando-me V. Ex. em o seu officio de 43 do corrente sob n.º 274 ter ordenado á Thesouraria de Fazenda dessa Provincia que

continuasse a fazer o abono, que havia impugnado, de vantagens geraes ao Coronel do Corpo de Engenheiros Innocencio Velloso Pederneiras, por isso que ainda estão a cargo do referido Engenheiro as obras geraes e militares, com quanto tivesse elle sido ultimamente nomeado Director das Obras Publicas provinciaes; declaro a V. Ex. que, se com effeito accumula elle os dous exercicios, fica approvada a sua deliberação.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Marituba*.—Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.

MIN. AG. — FAZENDA. — 26 DE OUTUBRO DE 1868.

A antiguidade de posse nada aproveita para dar preferencia na concessão de terrenos de marinha quando estes são necessarios ao Estado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 26 de Outubro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr. — Em resposta ao Aviso do Ministerio a cargo de V. Ex. de 30 de Abril ultimo, relativo ao terreno de marinha da rua de Santa Luzia, onde está edificado o Asylo de Mendigos, cumpre-me declarar a V. Ex. que Luiz Gomes Anjo deve provar por titulo legitimo que é pleno proprietario do referido terreno; convindo, no caso contrario, não só negar-se o pagamento dos lóros por elle solicitados como obrigar-o a restituir os que tem indevidamente recebido; nada valendo, para lhe dar preferencia á concessão per aforamento, a antiguidade de sua posse sobre o mesmo terreno, visto ser este necessario ao Estado para um fim de utilidade geral.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*.—A S. Ex. o Sr. José Martiniano de Alencar.

N. 466.—MARINHA.—AVISO DE 28 DE OUTUBRO DE 1886.

Determina que sejam desligadas do serviço as praças da armada, que soffrerem de alienação mental.

2.^a Secção.—Ministerio dos Negocios da Marinha.
—Rio de Janeiro, 28 de Outubro de 1886.

Sua Magestade o Imperador, Conformando-se com o parecer do Conselho Naval, exarado na Consulta n.º 4457, de 6 do corrente, Hã por bem Determinar:

1.º Que sejam escusas do serviço dos respectivos corpos, ou reformadas, se a isso tiverem direito, as praças de pret da armada, que soffrerem de alienação mental, caso no decurso de um anno não saão curadas do hospital, em que se estiverem tratando;

2.º Que sejam eliminados da escala, quando soffrerem do mesmo mal, os officiaes exaunumerarios e bem assim as praças de qualquer das outras classes avulsas do serviço naval.

O que communico a V. S., para seu conhecimento e devidos effectos.

Deus Guarde a V. S.—*Barão de Cotejiipe*.—Sr. Encarregado do Quartel General da Marinha.

N. 467.—FAZENDA.—EM 29 DE OUTUBRO DE 1886.

Solve duvidas acerca do art. 10 da Lei n.º 4507 de 26 de Setembro do anno proximo passado, que creou o imposto pessoal.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 29 de Outubro de 1886.

Sirva-se V. S. declarar ao Collector das Rendas Geraes da Parahyba do Sul, em solução ás duvidas propostas em seu Officio de 27 de Abril ultimo:

4.º Que, á vista do disposto no art. 40 da Lei n.º 4507 de 26 de Setembro do anno passado, e nos arts. 4.º, 2.º e 17 do Regulamento de 28 de Dezembro do mesmo

anno, devem ser lançadas para o pagamento do imposto pessoal, por arbitramento feito na forma do art. 21 do mesmo Regulamento, tanto as fazendas que servem de residência ordinaria aos fazendeiros, como todas as outras fazendas e casas de sua propriedade, em que costumão morar durante a sua estada na Villa, conforme foi já declarado em Aviso de 13 de Maio do corrente anno.

2.º Que devem ser igualmente lançadas para pagamento do imposto na forma do disposto nos arts. 5.º §3.º e 21 do dito Regulamento as diferentes Estações da estrada— União e Industria—, habitadas por Administradores daquelle estabelecimento.

Deus Guarde a V. S.— *Visconde de Itaborahy*.
—Sr. Conselheiro Director Geral interino das Rendas Publicas.

N.º 168. — FAZENDA. — 20 DE OUTUBRO DE 1868.

Não são admissiveis recursos das decisões sobre fianças de exatores.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 29 de Outubro de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco, em solução á materia de seu officio n.º 459 de 5 de Julho do anno passado, que não devêra ter aceitado o recurso interposto pelo Thesoureiro da Alfandega dessa Provincia Bacharel José Roberto de Moraes e Silva de sua decisão rejeitando os fiadores por elle offerecidos para tomar posse e entrar em exercicio do referido emprego; porquanto, se a hypotheca fica apenas constituida pelo termo de fiança, dependendo de especialisação para produzir todos os seus effeitos com relação a immovel certo e determinado, e da inscripção para

garantia do credor contra terceiros, é claro que, posto caiba ao Thesouro e Thesourarias a faculdade de aceitar ou rejeitar as fianças, todavia, em vista do novo regimen hypothecario, compete exclusivamente á Autoridade judicial conhecer, como entender de justiça e com inteira independencia, da qualidade e sufficiencia dos bens offerecidos, como expressamente diz a ordem de 30 de Abril de 1866, da qual se infere portanto, assim como das instrucções da Directoria Geral do Contencioso de 27 de Abril do mesmo anno, que a dita attribuição, com relação ás fianças de Exactores, conforme a praxe observada no Thesouro, limita-se a um simples exame prévio da idoneidade dos fiadores, sem caracter definitivo, quanto á aceitação ou rejeição dos mesmos; tendo esse exame por fim principal verificar se o fiador tem alguma responsabilidade para com a Fazenda, podendo neste caso rejeital-o, se a natureza e extensão dessa responsabilidade fôr tal, que os bens offerecidos não sejam sufficientes, por seu valor, para garantirem a mesma responsabilidade e a nova fiança. Ora, não sendo essa a hypothese que se dá no caso vertente, não podia a Thesouraria rejeitar os fiadores offerecidos; e menos, por conseguinte, aceitar o recurso, inadmissivel nas decisões sobre fiança de Exactores; mas ao qual, entretanto, se dá provimento para o fim de serem admittidos os fiadores a assignar termo para com elle requerer-se a especialisação, em cujo processo cabe então ao respectivo Procurador Fiscal interpôr o recurso de agravo, que faculta o art. 474 do Regulamento de 26 de Abril de 1863, caso o Juiz julgue por sentença os bens livres e sufficientes, pois é esse o recurso, sempre que os bens não são susceptíveis de hypotheca, como no presente caso, para o que se darão pela Directoria Geral do Contencioso as necessarias instrucções ao Fiscal.

Visconde de Itaborahy.

N. 469.— IMPERIO.— EM 30 DE OUTUBRO DE 1868.

Ao Presidente da Província do Rio Grande do Norte.—Declara que o Professor Publico não pôde exercer as funcções de Vereador, nem accumular este cargo.

2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 30 de Outubro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Accuso o recebimento do officio de V. Ex. de 29 do mez findo, no qual submette á decisão do Governo Imperial a seguinte duvida proposta pela Camara Municipal de S. José de Mipibú: se o Padre Joaquim Severiano Ribeiro Dantas, eleito Vereador da mesma Camara, pôde exercer as respectivas funcções, sendo Professor Publico de latim e francez da dita Cidade.

Em resposta declaro a V. Ex. que, segundo a decisão que consta do Aviso n.º 473 de 10 de Outubro de 1863, o Professor Publico não pôde exercer as funcções de Vereador, nem accumular este cargo.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Província do Rio Grande do Norte.

N. 470.—IMPERIO.—EM 31 DE OUTUBRO DE 1868.

Ao Presidente da Província do Rio de Janeiro.—Declara que não são incompativeis os cargos de Escrivão do Juiz de Paz e de Porteiro da Camara Municipal.

2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 31 de Outubro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Accuso o recebimento do officio de V. Ex. de 12 do corrente mez, no qual consulta se ha incompatibilidade entre os cargos de Escrivão do Juiz de Paz e de Porteiro da Camara Municipal.

Em resposta declaro a V. Ex. que não são incompativeis estes cargos, visto que de sua accumulacão

não resulta necessariamente impossibilidade de ser cada um delles bem desempenhado, segundo o principio estabelecido no Aviso n.º 89 de 4 de Julho de 1847; e quando por motivo de tal accumulção deixem de ser cumpridamente exercidas suas funcções, pôde o inconveniente que dahi resulta ser removido pela autoridade competente.

Deus Guarde a V. Ex.— *Paulino José Soares de Souza*.— Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

N. 471.—FAZENDA.— EM 31 DE OUTUBRO DE 1868.

Só são isentos do pagamento do imposto pessoal os officiaes embarcados em navios armados em guerra effectivamente empregados em serviço de campanha.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro, em 31 de Outubro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.— Em Aviso de 3 de Setembro findo solicita V. Ex. que se fixe a verdadeira doutrina do art. 22 § 1.º da Lei n.º 1507 de 26 de Setembro e do art. 4.º § 2.º do Decreto n.º 3977 de 12 de Outubro de 1867, relativamente á isenção do novo imposto de 3 % sobre os vencimentos dos Officiaes da Armada, por haver antinomia entre as disposições dos Avisos deste Ministerio de 30 de Outubro do anno passado e 12 de Junho do corrente anno; visto como no primeiro se declara que são isentos os Officiaes embarcados effectivamente em navios armados em guerra, e não os embarcados em transportes a vapor, que percebem vencimentos como embarcados em taes navios, nem aquelles que não embarcados percebem todavia esses vencimentos; e no segundo se julgou sujeito ao desconto o Commandante da Corveta *D. Januaria*, da Estação do 2.º districto naval, ao passo que, em virtude do primeiro dos ditos Avisos, nenhum desconto se tem feito na Contadoria da Marinha nos vencimentos dos

Officiaes do Corpo da Armada e das diversas classes annexas embarcados nos navios armados em guerra surtos neste porto.

E' certo que, creada em 1843 uma contribuição extraordinaria sobre os vencimentos dos Funcionarios publicos pelo art. 23 da Lei n.º 317 de 21 de Outubro do mesmo anno, ficarão isentos della os *vencimentos das praças de pret de terra e mar, e os dos militares em campanha*, disposição esta que foi reproduzida no art. 22 § 1.º da Lei n.º 1507, e no art. 1.º § 2.º do Decreto n.º 3977 acima citados.

E' igualmente certo que, pela Imperial Resolução de Consulta do Conselho Supremo Militar de 24 de Agosto de 1844, publicada em Aviso do Ministerio a cargo de V. Ex. de 29 do dito mez, n.º 73, a que se refere a Circular da Fazenda de 10 de Fevereiro de 1845, n.º 45, declarou-se que os Officiaes da Armada, quando embarcados em navios armados, por serem equiparados em vencimentos aos do Exercito em campanha, segundo o disposto no art. 4.º da Lei n.º 260 do 1.º de Dezembro de 1844, devião ser por analogia exceptuados da contribuição, bem como os das diversas classes em identicas circumstancias.

Mas considerando: 1.º que na isenção do imposto de 3 % são sómente comprehendidos os vencimentos dos militares de terra e mar em serviço de guerra ou de campanha, e não os daquelles que os percebem iguaes aos dos Officiaes do Exercito em Campanha, ou que a estes forão equiparados; 2.º que portanto não póde nem deve ella aproveitar aos Officiaes da Armada que guarnecem navios Armados surtos neste porto e em outros do Imperio, onde não prestão serviços de campanha, unicos que podem justificar a isenção mencionada.

Cumpra declarar a V. Ex., em resposta ao seu citado Aviso, que a isenção de que se trata só aproveita aos Officiaes embarcados em navios armados em guerra effectivamente empregados em serviço de campanha.

Assim explicada a verdadeira doutrina que se deve observar em face da Lei n.º 1507, não obstante a intelligencia em contrario que se possa dar ao Aviso de 30 de Outubro do anno passado, releva ainda dizer a V. Ex. que ficão subsistindo as decisões communicadas a esse Ministerio em 49 de Maio e 42 de Junho ultimos, indeferindo as reclamações do Capitão de Mar e Guerra Pedro Antonio Luiz Fer-

reira, Commandante da Corveta *Nieltheroy*, e do Capitão de Fragata João Gomes de Aguiar, Commandante da Corveta *D. Januaria*, contra o desconto que soffrêrão do imposto nas Thesourarias da Bahia e Pará, e bem assim a Ordem de 12 de Agosto ultimo á Thesouraria de Mato Grosso declarando exceptuados do dito desconto os Officiaes em serviço de guerra, mas não os dos transportes.

Deus Guarde a V. Ex. — *Visconde de Itaborahy*. —
A' S. Ex. o Sr. barão de Cotegipe.

N. 472.—FAZENDA.—EM 3 DE NOVEMBRO DE 1868.

Sustenta a apprehensão de cinco caixas com assucar, por se acharem falsificadas com mistura de arêa; e declara que em casos de fraudes taes, não tem applicação o art. 256 e sim os 257 e 642, § 7.º do Regulamento das Alfandegas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 3 de Novembro de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria da Bahia, que o mesmo Tribunal resolveu indeferir o recurso de Francisco Xavier Catalina, que acompanhou o seu officio n.º 421 de 10 de Junho deste anno, interposto da decisão dessa Thesouraria confirmatoria da da Alfandega, que sustentou a apprehensão de cinco caixas com assucar de sua consignação, por se acharem falsificadas com mistura de arêa, nos termos dos arts. 257 e 642 § 7.º do Regulamento das Alfandegas. E porque do processo annexo ao referido officio consta que deixarão de ser igualmente apprehendidas duas outras caixas vindas com aquellas cinco, pelo fundamento de que a arêa nellas contida estava dentro da tolerancia permitida para as taras de taes volumes pelo art. 256 do mesmo Regulamento, declara ao Sr. Inspector que nos casos de fraude, como a de que se trata, não tem applicação este artigo, e sim os 257 e 642 § 7.º, acima citados.

Visconde de Itaborahy.

N. 473.—FAZENDA.—EM 5 DE NOVEMBRO DE 1868.

Os dinheiros dos loucos *de todo o genero* gozão dos mesmos favores e garantias concedidos aos dos menores.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 5 de Novembro de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Santa Catharina, em resposta ao seu officio n.º 455 de 3 de Outubro proximo passado, que, sendo os loucos—de todo o genero—(expressão generica mais apropriada, e que se encontra no art. 10 § 2.º doCodigo Criminal) equiparados aos menores e favorecidos pela lei do mesmo modo, Ord. Liv. 4.º Tit. 103, Lei de 3 de Novembro de 1830, art. 4.º, e Decreto n.º 834 de 2 de Outubro de 1851, Cap. 5.º, Secção 1.ª, devem os dinheiros, aos ditos loucos pertencentes, gozar dos mesmos favores e garantias concedidos aos dos menores, tendo, portanto, na especie, inteira applicação a Lei n.º 234 de 13 de Novembro de 1844, e Provisão de 12 de Maio de 1842.

Visconde de Itaborahy.

N. 474.—FAZENDA.—EM 5 DE NOVEMBRO DE 1868.

Declara o destino que devem dar as Thesourarias aos Empregados das Alfandegas, cujos lugares forão extinctos pelo Decreto n.º 4173 de 6 de Maio proximo passado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 5 de Novembro de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para sua intelligencia, que devem considerar addidos ás respectivas Alfandegas os Serventuarios dos lugares extinctos pelo

Decreto n.º 4175 de 6 de Maio do corrente anno; aguardando ulterior deliberação do Thesouro a respeito daquelles que terão de ficar incluídos nos quadros, a que se refere o art. 5.º do citado Decreto, e ordenando que os Ajudantes dos Inspectores passem a servir como addidos ás Thesourarias até que se lhes dê destino.

Visconde de Itaborahy.

N. 475.—IMPERIO.—EM 5 DE NOVEMBRO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia do Piahy.—Sobre a execução dos Decretos n.ºs 138 de 7 de Maio de 1842 e 2884 do 1.º de Fevereiro de 1862, relativamente aos creditos abertos pelos Presidentes de Provincia sob sua responsabilidade; e incompetencia dos mesmos Presidentes para tomarem encargos não facultados pelos ditos Decretos.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 5 de Novembro de 1868.

Illm. e Exm. Sr.—Tenho presente o officio dessa Presidencia de 9 de Setembro ultimo, com referencia ao de 23 de Maio do corrente anno, sobre as obras de que carece o palacio do Governo.

Em solução declaro:

1.º Que tendo o antecessor de V. Ex. submettido á approvação do Governo Imperial, no referido officio de 23 de Maio, o orçamento das despezas necessarias para as obras planejadas em acrescimo ao edificio do palacio, não podia contractar logo em 9 de Junho seguinte a feitura das mesmas obras, sem ter obtido a autorisação pedida e concessão do credito para tal fim indispensavel.

Não é, portanto, approvado este procedimento do mesmo antecessor de V. Ex., tomando encargos que não lhe são facultados, como fez pelo contracto de 9 de Junho, visto não ser a despeza daquellas para que pudesse abrir credito sob sua responsabilidade.

segundo os preceitos dos decretos n.º 158 de 7 de Maio de 1842 e n.º 2884 do 1.º de Fevereiro de 1862, e como ultimamente se declarou pela Circular deste Ministerio de 14 de Agosto ultimo ;

2.º Que tratando o mencionado officio de 23 de Maio das obras reclamadas para o palacio e mais de accomodações para a Secretaria militar, sendo todas orçadas em 6:700\$000, incluido nesta somma o credito de 2:000\$000, aberto sob responsabilidade da Presidencia no exercicio de 1867—1868, ha manifesta discordancia entre esse orçamento e o alludido contracto que estipulou a quantia de 5:932\$875, sómente para conclusão das obras principiadas no terreno contiguo á parte occupada pela Secretaria da Presidencia, e ainda mais excluido aquelle credito de 2:000\$000. Reputando V. Ex. indispensaveis as obras de que se trata, para sobre ellas resolver o Governo, cumpre que V. Ex. ministre os necessarios esclarecimentos, informando se nellas estão comprehendidas as da Secretaria militar, e qual a importancia destas ;

3.º Que estando V. Ex. autorizado pelo § 8.º do art. 5.º do Decreto n.º 2884 de 1.º de Fevereiro de 1862 para mandar fazer sob sua responsabilidade os reparos que forem absolutamente indispensaveis para evitar ruina imminente em proprio nacional, a V. Ex. cabe usar discretamente desta faculdade quanto aos concertos que considera urgentes e imprescindiveis no edificio do palacio, comtanto que preceda orçamento e a despesa não exceda a 2:000\$, conforme se preceitua no citado paragrapho ;

4.º Que o credito de 2:000\$000 aberto, sob responsabilidade da Presidencia, para estas obras no exercicio de 1867—1868, não tendo sido empregado, como V. Ex. assevera, dentro do anno financeiro, fica annullado nos termos do art. 41 do Decreto n.º 41 de 20 de Fevereiro de 1840.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia do Piahy.

N. 176.—IMPERIO.—EM 5 DE NOVEMBRO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.— Declara serem motivos de nullidade) 1.º a falta de cumprimento das disposições do art. 14 do Decreto n.º 1812 de 23 de Agosto de 1836; 2.º a falta de comparecimento de grande numero de votantes quando provém de ignorancia do dia da eleição; 3.º o excesso da somma dos cidadãos que votarão e dos que não comparecerão sobre a dos qualificados.

2.ª Secção.— Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios do Imperio, em 5 de Novembro de 1868.

Illm. e Exm. Sr.— Accuso o recebimento do officio de 9 do mez findo em que V. Ex. communicou ter annullado a eleição de Vereadores e Juizes de Paz, a que se procedêra na parochia da Encruzilhada em Setembro ultimo, presidida pelo 3.º Juiz de Paz Francisco do Carmo e Oliveira, designando o dia 15 do corrente para alli fazer-se nova eleição.

Funda-se o acto de V. Ex. nas seguintes irregularidades:

1.ª Não constando da acta os motivos por que compareceu um só dos cidadãos immediatos em votos ao Presidente da Mesa Parochial, que havião sido convocados para a formação desta, deu-se o facto, que entende com a legitimidade da organização da mesma Mesa, de não se ter procedido, depois daquella falta, de conformidade com o Aviso n.º 304 de 5 de Setembro de 1857, § 3.º;

2.ª Terem votado sómente 121 cidadãos, estando qualificados 409, facto que, em razão da circumstancia que se dêra, de haver sido pelo 1.º Juiz de Paz adiada, embora irregularmente, a eleição não começada, induz a crer que a ausencia dos que não votarão foi motivada pela ignorancia em que estavam de que, apesar do adiamento, se procedia á eleição sob a Presidencia do 3.º Juiz de Paz;

3.ª Exceder ao numero dos cidadãos qualificados a somma, constante das actas, dos que votarão e dos que não comparecerão.

A vista de seus fundamentos, foi approvedo o acto de V. Ex.

Deus Guarde a V. Ex.— *Paulino José Soares de Souza*.— Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.

N. 177.—IMPERIO.—EM 6 DE NOVEMBRO DE 1868.

Ao Director da Faculdade de Medicina da Bahia.— Declara que sómente os Professores legalmente habilitados podem passar attestados aos estudantes que tenham de ser examinados em preparatorios, bastando a declaração de que estão em termos de sujeitarem-se ao exame.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 6 de Novembro de 1868.

Em officio datado de 7 do mez findo, consulta V. S.:

1.º Se deve ser attendida a petição do estudante que requer exame de preparatorios, quando na attestação que exhibir de haver estudado a materia do mesmo exame não se declarar que foi esta objecto de um curso regular, dirigido por professor legalmente autorizado para o ensino;

2.º Se além dos professores devidamente habilitados podem os bachareis em direito, doutores em medicina, ou estudantes das faculdades passar taes attestações.

Em resposta declaro a V. S.:

1.º Que deve ser attendido o requerimento inscripto com attestação assignada por pessoa competentemente habilitada para o ensino da materia do exame, sendo sufficiente, porém, a declaração de que o estudante está em termos de sujeitar-se ao exame que requer;

2.º Que não póde passar semelhante attestação senão o professor legalmente habilitado, com exclusão de qualquer outro individuo, embora graduado em alguma Faculdade ou nella matriculado.

Deus Guarde a V. S. — *Paulino José Soares de Souza*, Sr. Director da Faculdade de Medicina da Bahia.

N. 178.—IMPERIO.—EM 6 DE NOVEMBRO DE 1868.

Ao Director da Faculdade de Medicina da Bahia.—Declara: 1.º que o oppositor não póde ser privado da gratificação diaria por lição em razão de faltar a outro serviço a que não se refere a mesma gratificação; 2.º que tambem não perde a gratificação o que deixar de leccionar, não lhe sendo pessoal a causa que o iniba de exercer suas funcções.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 6 de Novembro de 1868.

Foi ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado sobre as séguintes questões, propostas por V. S. em officio do 1.º de Junho do corrente anno:

1.ª Se o oppositor que, não sendo preparador, perceber apenas a gratificação de 10\$000 por lição que der, deve estar sujeito a ponto, e soffrer desconto quando deixar de comparecer ás sessões da congregação;

2.ª Se tem direito á dita gratificação o que deixar de leccionar por impedimento proveniente de serviço publico, ou por qualquer motivo independente de sua vontade, que obste ao cumprimento desse dever, apresentando-se porém para satisfazê-lo.

Tendo-se conformado Sua Magestade o Imperador, por Sua Immediata Resolução de 10 do mez findo, com o parecer da dita Secção, exarado em Consulta de 22 de Agosto ultimo, Ha por bem Mandar declarar a V. S. :

1.º Que, cumprido pelo oppositor o dever de leccionar, pelo qual tem direito, segundo a tabella annexa ao Decreto n.º 1387 de 28 de Abril de 1854, á gratificação de 10\$000 por lição, não póde ser privado della em razão de faltar a outro serviço, a que não se refere essa gratificação;

2.º Que, á vista da generalidade das expressões do art. 321 do Regulamento approved pelo Decreto n.º 1764 de 14 de Maio de 1856, é claro que nos casos propostos deve ser abonada ao oppositor a respectiva gratificação, não lhe sendo pessoal a causa que o iniba de exercer suas funcções.

Deus Guarde a V. S.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Director da Faculdade de Medicina da Bahia.

N. 479.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS
PUBLICAS.—EM 6 DE NOVEMBRO DE 1868.

Declara que das decisões do Commissario especial do Governo na ex-colônia de S. Leopoldo sobre legitimações de terras, ha recurso para a presidencia da Provincia e para o Governo Imperial.

4.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 6 de Novembro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Em officio de 8 de Julho do corrente anno, consultou Ernesto Diniz Street, Commissario especial do Governo em S. Leopoldo, se das decisões, que dêsse em audiencia, de accordo com as prescripções dos arts. 5.^o e 6.^o das suas instrucções, ha recurso, ou se em caso semelhante deve, na conformidade do art. 3.^o da clausula 5.^a, usar das faculdades de Juiz Commissario nos termos dos arts. 49 e 47 do Regulamento, que determinão que as questões de facto sejam decididas por arbitros sem recurso algum.

Tendo o Aviso deste Ministerio de 26 de Maio do corrente anno, junto por copia, declarado que taes duvidas fossem decididas conciliatoriamente pelo Commissario especial, com recurso para a presidencia e o Governo Imperial, assim o communico a V. Ex. para seu conhecimento e para que o faça constar aquelle Commissario, que se deve reger pela disposição do supracitado Aviso.

Deus Guarde a V. Ex.—*Joaquim Antônio Fernandes Leão*.—Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro.

N. 180.—FAZENDA.—EM 7 DE NOVEMBRO DE 1868.

Reduz a 8 % a percentagem de 26 % marcada dos Empregados da Mesa de Rendas de Antonina.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 7 de Novembro de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria do Paraná que a percentagem de 25 %, marcada na Ordem de 22 de Outubro de 1836, para os Empregados da Mesa de Rendas de Antonina, fica reduzida a 8 %, a contar do 1.º de Janeiro de 1869 em diante; sendo quatro e oito decimos para o Administrador, e tres e dous decimos para o Escrivão.

Visconde de Itaborahy.

N. 181.—FAZENDA.—EM 7 DE NOVEMBRO DE 1868.

Os bules e cafeteiras de ferro batido estão comprehendidos no art. 1131 da Tarifa das Alfandegas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 7 de Novembro de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional; declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Pernambuco, em resposta ao seu officio n.º 211 de 19 de Junho ultimo, que, á vista da inclusa cópia do parecer da Commissão da Tarifa da Alfandega do Rio de Janeiro, não pôde ser approved o seu despacho confirmatorio da Inspectoria da Alfandega dessa Provincia, que mandou assemelhar, para pagamento dos respectivos direitos, os bules e cafeteiras de ferro estanhado, segundo a amostra que ora lhe devolve,

â igueas obras de folha de Flandres; visto como sendo os referidos bules e cafeteiras de ferro batido, estão comprehendidos no art. 4431 da Tarifa, e não é portanto necessario o processo da assemelhão.

Visconde de Itaborahy.

N. 182. FAZENDA.—EM 7 DE NOVEMBRO DE 1868.

Salua a maneira por que deve proceder a Thesouraria de Sergipe por occasião de organizar a Synopse do exercicio de 1867-68, quanto as despesas do Ministerio da Marinha.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 7 de Novembro de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Sr. Inspector da Thesouraria de Sergipe que, não formando verba distincta da Ministerio da Marinha as despesas do seu material no exercicio de 1867-68, como consta do Orçamento approved pelo Corpo Legislativo, devendo por isso as que occorrerem ser levadas aos paragraphos respectivos, e continuando a mesma Thesouraria a mencionar nos seus balanços aquella verba de despesas, resultando dessa escripturação grandes embaraços á Secção de Balanços do Thesouro por occasião de organizar a Synopse do referido exercicio, deverá o mesmo Sr. Inspector proceder de accordo com a Lei, não só quanto ás despesas daquella natureza, que ainda se realizarem, como com as que já forão effectuadas, fazendo as devidas correções até Dezembro proximo futuro.

Visconde de Itaborahy.

N. 483.—FAZENDA.—EM 7 DE NOVEMBRO DE 1868.

Manda despachar livres de direitos um crucifixo e seis castiças destinados á Sociedade de Beneficência de Pernambuco.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 7 de Novembro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Communico a V. Ex., em resposta ao seu Aviso de 21 de Outubro findo, que nesta data expedei ordem á Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco para mandar despachar na respectiva Alfandega, livre de direitos, uma caixa com a marca **M A E**, pesando 434 kilogrammas, vinda de Havre no navio *Adèle*, contendo um crucifixo e seis castiças, com que o Governo Francez presencía a Sociedade Beneficência da mesma Provincia, em reconhecimento dos serviços que tem prestado a subditos francezes.

Deus guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*.
—A' S. Ex. o Sr. José Maria da Silva Paranhos.

N. 484.—FAZENDA.—EM 9 DE NOVEMBRO DE 1868.

Declara que os vapores da firma Mesquita & C.^a não tem obrigação de transportar gratuitamente os dinheiros do Estado, e indica a maneira por que se deve proceder por occasião de remessas dos mesmos dinheiros.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 9 de Novembro de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Alfandega de Santos que os Vapores de Mesquita & C.^a, segundo as condições annexas ao Decreto n.º 3089 de 4 de Maio de 1863, pelo qual foi permittida á linha de navegação desta Corte para esse porto, não tem obrigação de transportar gratuitamente os dinheiros

do Estado e por isso se tem mandado pagar aos seus proprietarios o frete das quantias até agora remetidas ao Thesouro pela mesma Alfandega; ficando, porém, na intelligencia de que d'ora em diante deverá ajustar o frete de taes remessas, e mencioná-las nos conhecimentos de embarque, preferindo os vapores que o fizerem na razão de um quarto por cento marcado para a Companhia Pernambucana; só realizando as remessas das sommas em moeda-papel no caso de não ser possível encontrar ali casas que as queirão tomar, dando saques sobre firmas acreditadas desta Côrte com o prazo de oito a quinze dias.

Visconde de Haborahy.

— 1868 —

N. 150. — FAZENDA. — Em 11 DE NOVEMBRO DE 1868

Declara garantida pela Companhia Brasileira de Paquetes a vapor, em virtude do respectivo Accordo, a responsabilidade imposta aos Commandantes dos Paquetes por qualquer extravio das importações por elles conduzidas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 11 de Novembro de 1868.

Para evitar que se suscitem duvidas na observancia do Accordo celebrado com a Companhia Brasileira de Paquetes a vapor, approvado pelo Aviso do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas de 19 de Dezembro de 1867, na parte em que se obrigou a Companhia a fazer transportar de uns para outros pontos da escala de seus Paquetes quaesquer sommas em moeda, que o Thesouro Nacional ou as Thesourarias tiverem de remetter ás diversas Repartições, declaro a Vm., a fim de que se sirva fazel-o constar ao Conselho de Direcção da mesma Companhia, que o Governo Imperial considera garantida pela Companhia a responsabilidade que no citado Accordo se impoe aos Commandantes

dos Paquetes por qualquer extravio das importancias por elles conduzidas, de que venha a resultar prejuizo aos cofres do Estado, salvos tão sómente os casos de força maior devidamente provados; ficando na intelligencia de que, para fazer-se effectiva aquella responsabilidade, se procederá na presença dos ditos Commandantes aos exames e conferencias indispensaveis para verificação das sommas contidas nos volumes que entregarem nas Repartições a que se destinarem as remessas, e isto em acto successivo á sua apresentação, sendo, porém, dispensados da contagem e verificação das mesmas sommas nas Repartições em que as receberem, pois que essa obrigação ficará competindo exclusivamente aos respectivos Thesoureiros sob sua responsabilidade, como tudo será determinado nas Instruções que se hão de expedir para a bôa execução do referido Accordo.

Deus Guarde a Vm. — *Visconde de Itaboraity* —
Sr. Gerente interino da Companhia Brasileira de Paquetes a vapor.

N. 486. — FAZENDA. — EM 11 DE NOVEMBRO DE 1868.

Manda installar e começar a funcçãoar a Alfandega de S. Francisco, e designa os Empregados que nella devem servir.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 11 de Novembro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr. — Tendo resolvido tornar effectiva a disposição do Decreto n.º 4430 de 28 de Março do corrente anno, que elevou á categoria de Alfandega a Mesa de Rendas existente no porto de S. Francisco dessa Provincia, sirva-se V. Ex. expedir as ordens necessarias para que seja installada e comece a funcçãoar a dita Alfandega, exercendo o respectivo Administrador, que servirá ao mesmo tempo de Thesoureiro, as funcções inherentes aos Inspectores dessas Repartições, e o Escrivão as que são proprias

dos Escripturarios; e nomeando interinamente, sob proposta da Thesouraria de Fazenda, duas pessoas que sirvão de Officiaes de descarga, um dos quaes exercerá tambem interinamente as funcções de Porteiro e Administrador das Capatazias, enquanto se não apresente o effectivo serventuario.

Para servir em commissão o lugar de Conferente, enquanto não chega o effectivo, designará V. Ex. um dos Empregados da Alfandega dessa Cidade, que para elle melhores habilitações tenha.

Como verá da ordem que nesta data é expedida á Thesouraria da Fazenda, não só se recommenda a esta Repartição a abertura de concurso para Officiaes de Descarga daquella Alfandega, como se lhe dá a authorisação necessaria para o arrendamento ou aluguel, como mais conveniente fôr, de uma casa com as accommodações indispensaveis para o serviço da Alfandega.

Deus Guarde a V. Ex. — *Visconde de Itaborahy*. —
Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.

N.º 187. — FAZENDA. — EM 12 DE NOVEMBRO DE 1868.

Declara que não compete ás Presidencias de Provincia deliberar sobre duvidas relativas a vencimentos de Empregados do Ministerio da Fazenda; e bem assim que aos ditos Empregados que só tiverem gratificação deve-se abonar esta enquanto estiverem licenciados.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 12 de Novembro de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria do Amazonas, em resposta ao seu officio n.º 435 de 30 de Dezembro de 1864; 1.º que não foi regular o ter consultado á respectiva Presidencia se o Guarda da Alfandega do Pará, Miguel Hypolito de Menezes, nomeado em commissão para servir de Porteiro e Continuo da Mesa de Rendas de Tabatinga, tinha ou não direito á mesma gratificação de 400\$000 arbitrada ao Porteiro da Mesa de Manaus, a fim de

se lhe abonar a ajuda de custo de 4.º estabelecimento; pois que, sendo esse Empregado do Ministerio da Fazenda, não competia á Presidencia tomar deliberação a tal respeito, na fórmula do art. 23 do Decreto n.º 2343 de 29 de Janeiro de 1859; 2.º que fica approvedo o pagamento da gratificação ao dito Porteiro da Mesa de Manãos, João Leite Ribeiro, pelo tempo da licença, que lhe concedeu a Presidencia para tratar de sua saúde, não obstante compôr-se o seu vencimento de gratificação e porcentagem abonaveis pelo effectivo exercício; porquanto não percebendo ordenado aquelle Porteiro, fôra de justiça não privar-o da gratificação, que por diversas Ordens o Thesouro tem mandado abonar em casos de impedimento por licença ou molestia provada aos Empregados a quem não compete outro vencimento; cumprindo entretanto observar que tambem neste ponto não foi regular a decisão da Presidencia, envolvendo-se em assumpto da competencia exclusiva dessa Thesouraria; 3.º finalmente, que, não constando no Thesouro se foi paga, e em que razão calculada, a ajuda de custo de 4.º estabelecimento ao Porteiro Continuo de Tabatinga, Menezes, convém que a mesma Thesouraria informe a este respeito, e bem assim se igualmente se lhe abonou quantia para preparos de viagem, e quanto.

Visconde de Itaborahy.

N. 488. — GUERRA. — CIRCULAR EM 13 DE NOVEMBRO DE 1868.

Declara aos Presidentes de Provincia, que para terem andamento os requerimentos pedindo pensões, devem vir acompanhados dos documentos necessarios, conforme dispõe o Decreto n.º 87 de 31 de Julho de 1841.

Circular.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 13 de Novembro de 1868.

Hlm. e Exm. Sr.—Sendo remettidos das Provincias á esta Secretaria de Estado requerimentos pedindo pensões, sem estarem acompanhados dos necessarios

documentos; convém que V. Ex. não envie taes requerimentos, sem que os petiçãoarios os instruaõ de conformidade com o disposto no Decreto n.º 89 de 31 de Julho de 1844, para que possão ter andamento.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Muriliba*.—Sr. Presidente da Província de.....

N. 130.—MARINHA.—AVISO DE 14 DE NOVEMBRO DE 1868.

Determina os casos, em que os navios da Armada, de systema mixto, podem ou devem usar das respectivas machinas.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios da Marinha.
—Rio de Janeiro, em 14 de Novembro de 1868.

Tendo ouvido o Conselho Naval e concórdado com o parecer, por elle cumeiado em consulta n.º 1461, de 29 de Outubro ultimo, resolvi o seguinte:

Os commandantes dos navios do systema mixto só poderão empregar as machinas nas hypotheses abaixo declaradas:

1.ª Se em viagem encontrarem calmas, que embaracem o fim da commissão;

2.ª Quando desarvorarem;

3.ª Todas as vezes que nas entradas e salidas dos portos não houver vento a feição;

4.ª Estando proximos da costa ou de qualquer perigo, de que não possão safar-se á vela;

5.ª Sempre que fôr preciso dar caça a navio suspeito, ou hoiver motivos, que interessem á honra ou dignidade nacional;

6.ª Finalmente, quando tiverem recebido ordem expressa de empregar as ditas machinas, com o fim de cumprir de prompto a commissão.

2.º

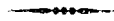
Verificada qualquer destas hypotheses, os commandantes, a fim de justificarem o motivo, que tiverão para usar da machina, mandarão lavrar o competente termo, em que se deverá declarar o tempo, que a empregarão, e a quantidade consumida de combustivel. Do mesmo termo remetterão na primeira oportunidade cópia a esse Quartel General, para ser approvado, sendo necessário.

3.º

Nos vapores de rodas empregar-se-ha o panno, em auxilio ás machinas, sempre que as circumstancias o permittirem.

O que communico á V. S. para sua intelligencia e execução, na parte que lhe toca, e em resposta ao seu officio n.º 4270, de 7 do mez ultimo.

Deus Guarde a V. S.—*Barão de Cotegipe*.—Sr. Encarregado do Quartel General de Marinha.



N.º 190.—IMPERIO.—EM 11 DE NOVEMBRO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia das Alagoas.—Declara: 1.º que a simples circumstancia de mencionarem-se em alguma acta factes passados em dia anterior ao em que é lavrada não vicia a eleição; 2.º que é porém substancial a irregularidade de suspender-se o processo eleitoral sem motivo justificado.

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 14 de Novembro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Tenho presente o officio de 12 do mez passado, no qual V. Ex., enviando-me as actas da eleição para Vereadores e Juizes de Paz a que ultimamente se procedeu na freguezia de Nossa Senhora dos Prazeres de Maceió, menciona a irregularidade, que occorreu nessa eleição, de se ter, sem motivo conhecido, começado no dia 18 de Setembro,

em que se dá por lavrada a acta, a apuração das cédulas, quando o recebimento dellas terminára no dia 14, ás 2 horas da tarde.

Se os trabalhos da eleição não se resentissem de outra falta além da de terem sido lavradas as actas, contra a recommendação feita nos Avisos de 21 de Março e 14 de Dezembro de 1863, em dias diversos daquelles em que se derão os factos que ellas narrão, deixaria de haver motivo sufficiente para sua annullação, pois que essa omissão de per si não importa preferência de garantia das que o legislador reputou substanciaes.

Ficou porém viciado o processo eleitoral pela interrupção não justificada do seu andamento, de 11 a 18 de Setembro, quando nelle se devia proseguir em dias successivos, respeitado o principio da simultaneidade da eleição, que cumpre guardar religiosamente, excepção feita unicamente de occurrencias graves levadas sem demora ao conhecimento da autoridade superior.

O Aviso n.º 62 de 21 de Fevereiro de 1853 firmou essa doutrina, que tende a resguardar dos manejos da fraude a verdade da eleição, obstando a que no mesmo Município possa o resultado da apuração de algumas das freguezias que o constituem ser alterado pela votação posterior de outras.

A interrupção dos trabalhos da eleição, por mero arbitrio da mesa parochial, sem razão plausivel expressamente declarada na acta, importa fundada presumpção de fraude, como V. Ex. reconhece no sobre-dito officio, entrevendo a probabilidade de ser a demora na apuração devida ao plano de tornar a freguezia de que se trata arbitra da eleição municipal.

Si a interrupção do processo da eleição por quatro dias não influe em sua validade, nada estorva de assim decidir quando perdure por mais tempo. Sancionado tão arriscado precedente, novos ensejos abrir-se-hão á fraude que o legislador com a maior sollicitude procura acantelar.

Haja portanto V. Ex. de expedir as convenientes ordens para que se proceda a nova eleição, tendo em consideração o que se determinou no final do citado Aviso n.º 62 de 21 de Fevereiro de 1853.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Sousa*. — Sr. Presidente da Provincia das Alagoas.

N. 491.—IMPERIO.—EM 14 DE NOVEMBRO DE 1868.

Ao Presidente da Província das Alagoas.—Declara que é substancial a irregularidade de fazer-se a 3.^a chamada dos votantes no mesmo dia em que se conclue a 2.^a

2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 14 de Novembro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Com o officio de V. Ex. datado de 12 de Outubro ultimo recebi cópia das actas da eleição a que se procedeu para Juizes de Paz e Vereadores na freguezia de Jaraguá, pertencente ao Municipio dessa Capital. Dellas consta a irregularidade de ter-se feito a 3.^a chamada dos votantes no mesmo dia em que se concluiu a 2.^a

Em resposta declaro a V. Ex., de accordo com a decisão contida no aviso n.º 1 de 4 de Janeiro de 1858, que a falta apontada vicia por modo insanavel o processo eleitoral. O preceito do art. 48 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846 é essencial de toda a eleição parochial, e portanto deve ser religiosamente observado.

E por esse motivo julgada nulla a eleição realisada em Setembro ultimo na parochia de Jaraguá.

Deus Guarde a V. Ex —*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Província das Alagoas.

N. 492.—IMPERIO.—EM 14 DE NOVEMBRO DE 1868.

Ao Presidente da Província das Alagoas.—Declara que é substancial a irregularidade de se não mencionarem na respectiva acta os nomes dos votantes que deixão de acudir á 3.^a chamada.

2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 14 de Novembro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr. — Em officio de 16 de Outubro ultimo, transmittindo cópia das actas da eleição a que se procedeu para Vereadores e Juizes de Paz na

freguezia de Ipioca, observa V. Ex. que na mesma eleição se deu a irregularidade de se não mencionarem na respectiva acta os nomes dos volantes que deixarão de acudir á 3.ª chamada.

Em resposta declaro a V. Ex. que, sendo vício substancial esta transgressão do art. 49 da Lei n.º 387 de 49 de Agosto de 1846, como por vezes tem decidido o Governo, não pôde subsistir a eleição de que se trata.

Deus Guarde a V. Ex.— *Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Província das Alagoas.

N.º 493.—IMPERIO.—Em 14 DE NOVENBRO DE 1868.

Ao Presidente da Província de Pernambuco.— Resolve duvidas relativas ao procedimento das Camaras Municipaes na apuração das actas.

2.ª Secção.— Rio de Janeiro.— Ministerio dos Negocios do Imperio, em 14 de Novembro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.— Accuso o recebimento do officio de 26 do mez passado, no qual V. Ex., communicando estarem terminadas nessa Província as eleições de Vereadores e Juizes de Paz, sujeita ao conhecimento do Governo as deliberações que tomou em alguns casos de irregularidades.

Em resposta declaro a V. Ex.:

1.º Que bem procedeu recommendando ás Camaras Municipaes de Nazareth e Limoeiro que, na conformidade do disposto nos arts. 87 e 105 da Lei n.º 387 de 49 de Agosto de 1846, apurassem os votos mencionados nas differentes actas que tinham recebido, cumprindo-lhes tomar em separado os votos das duplicatas, em seu parecer, menos legitimas;

2.º Que, attenta a impossibilidade de conseguir-se a reunião da Camara Municipal de Bom-Conselho, para fazer a apuração dos votos, em consequencia de fallecimento, mudança, e incompatibilidade de diversos Vereadores, como representou o respectivo Presidente, a resposta dada por V. Ex. no sentido de deverem ser remettidas as actas á Camara do municipio mais proximo para o acto da apuração, é conforme á doutrina do Aviso n.º 208 de 20 de Agosto

de 1839, se de feito não era possível formar-se camara, ainda chamados todos os supplentes ;

3.º Que teve V. Ex. os melhores fundamentos para declarar á Camara Municipal de Ouricury, que lhe não compete conhecer das questões suscitadas sobre a legalidade da eleição de alguns Vereadores, e da formação da mesa, cabendo-lhe unicamente fazer a apuração dos votos segundo as actas ;

4.º Que a consulta feita a V. Ex. pela Camara de Buíque se devia apurar as actas das duplicatas das freguezias de Buíque e Pedra, não se tendo ainda procedido á da freguezia de Aguas-Bellas, do mesmo município, deve ser resolvida de conformidade com a doutrina estabelecida no Aviso n.º 62 de 21 de Fevereiro de 1853, e em outros, segundo a qual a nova eleição em todo o município se effectuará sómente dada a hypothese de não ter sido chamada a tomar parte na eleição já feita a maioria dos representados, ou por não se terem reunido as mesas parochiaes, ou por serem nulos seus trabalhos ;

5.º Que a solução dada por V. Ex. no intuito de obviar á reluctancia da Camara Municipal de Cimbres em receber, para serem apuradas, as actas da eleição do districto da matriz, presidida pelo 4.º Juiz do 2.º districto, seria satisfactoria se o município de Cimbres constasse de uma unica freguezia. A apuração dos votos de todas as freguezias do município deve ser feita pela mesma Camara, e pois, quando a de Cimbres não cumpra o seu dever, ordene-lhe V. Ex., depois de usar dos meios que a lei lhe faculta, que sejam remettidas as actas de todas as eleições do município á camara mais vizinha, na fórma do Aviso n.º 208 de 1839. Usando da faculdade que lhe dá o art. 126 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846, cumpre que V. Ex. faça promover a responsabilidade da dita Camara, se á má fê fôr devido seu irregular procedimento ;

6.º Que é perfeitamente fundada a resolução que V. Ex. tomou de mandar fazer pela Camara de Agua-Preta nova apuração dos votos, em razão de se terem achado presentes quatro Vereadores sómente na sessão em que se procedeu a esse acto, contra a disposição do art. 27 da Lei do 1.º de Outubro de 1828.

Deus Guarde a V. Ex.— *Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 494.—IMPERIO.—EM 16 DE NOVEMBRO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia das Alagoas.—Declara que a ausencia do Juiz de paz competente autorisa sua substituição na presidencia das mezas parochiaes pelos seus immediatos em votos, sem necessidade de convocação especial, nem justificação da mesma ausencia, competindo porém áquelle assumir a dita presidencia logo que se apresente.

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 16 de Novembro de 1868.

Hm. e Exm. Sr.—Em officios de 15 e 16 do mez findo, observa V. Ex.:

1.º Que na freguezia da Imperatriz foi a ultima eleição de Vereadores e Juizes de Paz presidida pelo 3.º Juiz de Paz por estar o 1.º legalmente impedido e achar-se o 2.º no exercicio da vara municipal, motivo pelo qual não foi este convidado, segundo se diz na acta, para assumir a presidencia da assembléa parochial, não obstante dever cesser o exercicio daquelle cargo em concurrencia com o serviço eleitoral que prefere a qualquer outro:

2.º Que na eleição da freguezia de Piassabussú, tendo deixado de comparecer o 1.º e o 2.º Juizes de Paz, foi presidida a meza parochial pelo 4.º, sem que conste da acta que o 2.º e 3.º tivessem sido convocados.

Em solução cabe-me declarar a V. Ex. que, não requerendo a lei convocação especial dos Juizes de Paz, nem exigindo justificação da ausencia para a substituição, antes competindo a presidencia das mezas, na falta do Juiz de Paz mais votado, a seus immediatos em votos, exercendo-a aquelle que se achar presente, como determinão os arts. 4.º e 5.º das instrucções de 28 de Junho de 1849, e os avisos n.º 112 de 27 de Abril de 1849, n.º 601 de 31 de Dezembro de 1860, e n.º 75 de 22 de Fevereiro de 1862, não podem os factos arguidos constituir irregularidades sufficientes para acarretar a annullação das eleições a que V. Ex. se refere.

Sómente adquirirão a procedencia necessaria para esse effeito, se, apresentando-se para assumir a direcção dos trabalhos da eleição qualquer dos Juizes de Paz anteriores na ordem da votação,

Ihe fosse negado o exercicio, permanecendo na presidencia da assembléa parochial o menos votado em presença do mais votado, não obstante a reclamação deste, contra o que expressamente foi estatuido no Decreto n.º 503 de 20 de Fevereiro de 1847, nos Avisos n.º 30 de 27 de Fevereiro, n.º 69 de 13 de Abril e n.º 84 de 27 de Abril § 44, todos de 1847, nas instrucções de 28 de Junho de 1849 art. 5.º, e no aviso n.º 601 de 31 de Dezembro de 1860, § 1.º.

Deus guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia das Alagoas.

N. 195 —IMPERIO.— EM 16 DE NOVEMBRO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia das Alagoas.— Declara serem vicios substanciaes: 1.º a falta de menção na respectiva acta dos nomes dos votantes que tiverem deixado de acudir á 3.ª chamada; 2.º a falta do rol dos que não tiverem comparecido á 1.ª para por elle se proceder á 2.ª

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 16 de Novembro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Das actas da eleição, effectuada em Setembro ultimo, para Vereadores e Juizes de paz na freguezia de Santa Luzia do Norte, consta que:

1.º Não forão mencionados na respectiva acta os nomes dos votantes que deixárão de acudir á 3.ª chamada;

2.º Não se fez dos que não comparecêrão á 1.ª chamada o rol pelo qual se devia ter procedido á 2.ª, que foi novamente de todos os cidadãos qualificados.

Respondendo ao officio de 11 de Outubro que acompanhou as referidas actas, cabe-me declarar a V. Ex. que a eleição da parochia indicada, resentindo-se de vicios que affectão a essencia de seu processo, não pôde ser approvada pelo Go-

verno Imperial, á vista das disposições expressas dos arts. 48, e 49 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846 e art. 7.º do Decreto n.º 2621 de 22 de Agosto de 1860, cuja observancia é de rigor, como tem sido declarado, além de outros, nos Avisos n.ºs 3 e 383 de 2 de Janeiro e 28 de Outubro de 1857, e no de 21 de Março de 1865.

Deus guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Província das Alagoas.

N.º 496.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—EM 16 DE NOVEMBRO DE 1868.

Manda dar baixa ás praças do Corpo de Bombeiros julgadas incapazes pela Junta Militar.

1.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 16 de Novembro de 1868.

Dora em diante fará Vm. dar baixa ás praças do Corpo sob seu interino commando, que pela Junta Militar forem consideradas incapazes do serviço, devendo immediatamente participar a esta Secretaria de Estado, e trazer ao conhecimento deste Ministerio o certificado da mesma Junta.

Deus Guarde a Vm.—*Joaquim Antônio Fernandes Leão*.—Sr. Director Geral interino do Corpo de Bombeiros.

N. 197.—IMPERIO.—EM 17 DE NOVEMBRO DE 1868.

Ao Presidente da Província de S. Pedro. — Declara serem/irregularidades substanciaes: 1.^a fazer-se a 3.^a chamada dos votantes em acto contínuo e successivo á 2.^a; 2.^a serem introduzidas na urna cedulas em numero superior ao dos votantes, uma vez que tal excesso influa no resultado da eleição.

2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 17 de Novembro de 1868.

Hlm. e Exm. Sr.—Communicou V. Ex., em officio de 30 do mez passado, haver annullado provisoriamente a eleição a que em Setembro se procedeu para Vereadores e Juizes de Paz, na Freguezia da Villa de Uruguayana, por se terem dado, além de outras, as seguintes irregularidades constantes das actas e documentos que acompanhárão o referido officio:

1.^a Ter-se feito a 3.^a chamada em acto contínuo e successivo á 2.^a, violada a disposição dos arts. 48 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846, e 7.º do Decreto n.º 2621 de 22 de Agosto de 1860; o que impõe a nullidade substancial, como se acha expressamente declarado nos Avisos n.ºs 272 e 283 de 13 e 24 de Agosto de 1857, n.ºs 4 de 4 de Janeiro e 249 de 25 de Agosto de 1858;

2.^a Estar verificado que, por se não ter cumprido o disposto no art. 61 da citada Lei de 19 de Agosto de 1846, forão introduzidas na urna por uma fenda, cuja existencia se provou, 37 cedulas para Vereadores e 54 para Juizes de Paz, representando estes Algarismos o excesso de cedulas sobre o numero de 238 cidadãos que concorrêrão á Assembléa parochial. O exame das actas demonstra que tal excesso de cedulas influio no resultado da eleição.

O Governo Imperial approva pelos fundamentos expostos o acto de V. Ex., e fica inteirado de ter sido designado o dia 20 de Outubro para nova eleição.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares da Souza*.—Sr. Presidente da Província de S. Pedro.

N. 498.—IMPERIO.—EM 17 DE NOVEMBRO DE 1868.

Ao Presidente da Província de Minas Geraes.—Declara: 1.º que as mezas parochiaes devem dar cumprimento ás ordens que lhe forem apresentadas do presidente da relação do districto para execução de accordãos proferidos sobre eliminação ou inclusão de votantes: 2.º que o vicio da constituição das mezas torna insubsistentes os seus trabalhos.

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 17 de Novembro de 1868.

Ulm. e Exm. Sr.—Enviando cópia das actas da eleição ultimamente effectuada na freguezia de Paulo Moreira, e os documentos que, relativos ás irregularidades de seu processo, lhe forão presentes, participa V. Ex. ter proferido a annullação provisoria da mesma eleição, e submetto esse acto á approvação do Governo Imperial.

Resulta do exame das referidas actas e documentos:

1.º Que a mesa parochial negou cumprimento á ordem, que lhe foi apresentada, do presidente da relação do districto, para execução do accordão de 11 de Agosto ultimo, o qual, por via de recurso, mandou eliminar do alistamento de votantes 160 nomes e incluir 102 cidadãos julgados com a aptidão legal para o exercicio do direito de votar;

2.º Que tendo-se retirado, á vista deste procedimento da mesa e antes da assignatura da acta de sua formação, os dous cidadãos escolhidos para nella representarem a turma dos eleitores supplentes, o Juiz de Paz Presidente convidou os cidadãos Manoel Martins Quintão e Albino Dias Passos para fazer em parte da mesma mesa.

Attendendo a que a falta de cumprimento do accordão da relação devia influir nas condições do pleito eleitoral, pois que, tendo concorrido ás urnas sómente 165 votantes, o numero de 160 excluidos e 102 incluidos poderia dar resultado diverso, e tendo em vista que o vicio de constituição da mesa torna insubsistentes os trabalhos por ella dirigidos, o Governo approva e manda que se cumpra definitivamente a deliberação de V. Ex., recommendando-lhe que faça promover a responsabilidade dos que

desobedecêrão á ordem legal do presidente da relação, e torne effectiva a sanção do art. 126 da lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N. 499.—FAZENDA.—EM 17 DE NOVEMBRO DE 1868.

As prestações devidas pelos compradores de terras devolutas cobrão-se executivamente quando não são pagas nos prazos convencionados.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 17 de Novembro de 1868.

O Visconde de Itaboraity, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em solução ás duvidas propostas pela Thesouraria da Fazenda da Provincia das Alagoas, em officio n.º 52 de 26 de Junho ultimo, se deve considerar as compras nullas e devolutas as terras, cujos compradores ou não pagárão as prestações a que se obrigárão, ou pagárão apenas parte dellas, declara ao Sr. Inspector da mesma Thesouraria que, regulando-se pelos principios de direito commum as acquisições de terras devolutas, visto serem feitas a titulo de compra, na fórmula da Lei de 18 de Setembro de 1850 e respectivo Regulamento de 20 de Janeiro de 1854, e sendo da competencia do Poder Judiciario as questões de dominio e posse, como declarão as ordens de 17 de Fevereiro de 1835 e de 15 de Fevereiro de 1864, ainda aquellas em que a Fazenda é interessada, pois figura nessas questões como simples particular, é claro que, não cabendo mais no caso a acção resolutoria da venda, visto ter-se empregado o meio executivo legal para cobrança das prestações, o que equivale á acção pessoal de demandar o preço nas vendas a credito como as de que se trata, o unico alvitre regular é proseguir nos ultteriores termos da execução, levando-se á praça as terras e bemfeitorias, se os devedores não

pagarem as prestações depois de feita a penhora, ou não remirem as terras depois de arrematadas ou adjudicadas á Fazenda, se não houver licitantes em praça, observando-se as formalidades de que tratão as Instrucções da Directoria Geral do Contencioso de 31 de Janeiro de 1854, intentando-se, porém, a acção resolutoria com allegação de nullidade das vendas, se estas excederem de 200\$000, e não houverem sido ratificadas por escriptura publica, indispensavel para validade de toda e qualquer aquisição que exceder daquelle valor, nos termos do art. 11 da Lei de 15 de Setembro de 1855, embora seja feita a venda em hasta publica e figure a Fazenda

Visconde de Itaborahy.

N.º 500. — FAZENDA. — Em 17 de Novembro de 1868.

Regularisa a cobrança dos impostos a que estão sujeitas as Pensões.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 17 de Novembro de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista regularisar a cobrança dos impostos sobre Pensões, e reconhecendo que só são isentas do pagamento delles, em virtude do Decreto n.º 4354 de 19 de Setembro de 1867, as concedidas ás familias dos militares que fallecerem na guerra contra o Paraguay, e que todas as mais, como já foi declarado pela Circular n.º 5 de 21 de Fevereiro do corrente anno, estão sujeitas ao sello de 4 % da importancia annual das mesmas Pensões (Regulamento n.º 2713 de 26 de Dezembro de 1860) aos emolumentos proporcionaes da mercê, e mais 6\$000 do feitto, 4\$000 do registro das Cartas, e 3\$000 do transito de Chancellaria (Regulamentos n.º 316 de 30 de Março de 1844 e n.º 2350 de 5 de Fevereiro de 1859) e aos direitos de 5 % na forma de § 1.º da Tabella annexa á lei

n.º 243 de 30 de Novembro de 1844; exceptuadas destes direitos, bem como da taxa de emolumentos da mercê, unicamente as Pensões diarias concedidas ás praças de pret do Exército e Armada e Voluntarios da Patria, attenta a natureza dellas: ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que promovão a arrecadação dos ditos impostos por meio de descontos mensaes na razão da decima parte das Pensões que perceberem os agraciados, cujas Cartas tiverem sido expedidas posteriormente á data do referido Decreto de 19 de Setembro de 1867, effectuando-se tal arrecadação no acto do pagamento das mesmas Pensões, e até que sejam indemnizadas as importancias em divida á Fazenda Nacional, as quaes serão averbadas nas folhas respectivas, e escripturadas do modo determinado na Circular n.º 64 de 19 de Novembro de 1867, relativa ao desconto do imposto de 3 % sobre os vencimentos.

Observadas as disposições mencionadas, fica entendido.

1.º Que as Cartas de Pensão de 400 réis diarios ás praças de pret só pagarão 11\$460, as de 500 réis 11\$825, e as de 600 réis 12\$190 (sello, feitio, registro e transito);

2.º Que as expedidas a Officiaes e outras pessoas para perceberem Pensões mensaes ou annuaes, serão sujeitas ao sello proporcional e a direitos de 5 %, aos emolumentos do feitio, registro e transito, e á taxa da mercê, conforme a tabella de 30 de Março de 1844 sob o titulo — Mercês pecuniarias;

3.º Finalmente, que continúa a isenção de todo e qualquer onus pecuniario, em favor das Pensões que percebem ou vierem a perceber, as familias dos militares fallecidos na guerra contra o Paraguay, nos termos do Decreto n.º 1354 e Circular n.º 5 acima citados.

Visconde de Itaborahy.

N. 501. — IMPERIO. — Em 18 DE NOVEMBRO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia da Bahia.—Declara: 1.º que na falta do Juiz de Paz mais votado devolve-se a seu immediato a presidencia da meza parochial; 2.º que, na falta de algum dos membros desta, antes de assignada a acta de sua formação, deve-se-lhe dar successor pela mesma forma estabelecida para a 1.ª eleição.

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 18 de Novembro de 1868.

Hm. e Exm. Sr.—Ao Governo Imperial foi presente o officio de 29 do mez findo, no qual V. Ex. expõe o objecto da representação de Licio da Silva Guimarães contra a eleição a que se procedeu em 7 de Setembro ultimo na parochia de Santo Antonio da cidade de Caravellas.

Consta dos documentos e actas que acompanhão a dita representação:

1.º Que foi a mesa parochial presidida pelo 2.º Juiz de Paz, sem que se saiba o motivo que impedio o 1.º de cumprir o seu dever;

2.º Que, estando ausente do municipio o cidadão nomeado pelos supplentes para represental-os na mesa parochial, o Juiz de Paz Presidente, em vez de mandar proceder a nova eleição, como lhe cumpria, deu nella assento a Antonio Ribeiro de Oliveira, que obtivera um só voto.

O 1.º facto, como bem pondera V. Ex., nada tem de irregular, pois que, na falta do Juiz de Paz mais votado, a presidencia dos trabalhos eleitoraes se devolve a seu immediato em votos, como está declarado nos Avisos n.º 112 de 27 de Abril de 1849, § 6.º, n.º 691 de 31 de Dezembro de 1860, e n.º 75 de 22 de Fevereiro de 1862;

A 2.ª arguição é porém procedente e inquina de nullidade a eleição, visto que, segundo a disposição do art. 47 do Decreto n.º 1812 de 23 de Agosto de 1856, do § 43 do Aviso n.º 49 de 20 de Fevereiro de 1847, e do § 4.º do de n.º 23 de 25 do mesmo mez, dado o caso de impedimento ou falta de algum dos membros eleitos, antes de assignada a acta de formação das juntas e mesas parochiaes, deve-se-lhe dar successor pela mesma forma estabelecida para a primeira eleição.

Attendendo a que a incompetencia de qualquer dos membros da mesa parochial, imprimindo nos actos desta o cunho da illegalidade, é motivo de nullidade dos trabalhos eleitoraes, como foi resolvido pelo Governo em Avisos de 2 de Agosto de 1850 e 21 de Julho de 1857, e outras disposições por V. Ex. citadas; Sua Magestade o Imperador ha por bem que seja declarada nulla a eleição da referida freguezia de Santo Antonio de Caravellas, unica do municipio, e que V. Ex. designe dia para nova eleição de Juizes de Paz e Vereadores.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 502.—IMPERIO.—EM 18 DE NOVEMBRO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia da Bahia.—Declara que se deve fazer a eleição pela qualificação do anno corrente ainda quando se não tenha reunido o Conselho Municipal, se para este nenhum recurso tiver sido interposto.

2.^a Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio, em 18 de Novembro de 1868.

Illm. e Exm. Sr.—De seu officio de 3 do corrente vejo que V. Ex., usando da faculdade que lhe dá o art. 118 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846, declarou provisoriamente nulla a eleição ultimamente realisada para Juizes de Paz e Vereadores na parochia de S. Boaventura do Poxim da Villa de Canavieiras.

Fundou-se o acto de V. Ex. na irregularidade de ter sido feita esta eleição pela qualificação do anno passado, quando a deste anno estava concluida, não obstante não se ter reunido o Conselho Municipal para o qual nenhum recurso fôra interposto das decisões da junta qualificadora nos cinco dias de que trata o art. 22 da citada Lei de 1846.

Em resposta declaro a V. Ex. que o Governo Imperial, á vista do exposto fundamento, cuja veraci-

dade deve ter sido bem averiguada, approva a deliberação de V. Ex. que é conforme ao preceito do art. 44 das Instruções de 28 de Junho de 1849, e á doutrina dos Avisos n.ºs 337 e 422 de 15 de Outubro e 22 de Dezembro de 1856.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Souza*. — Sr. Presidente da Província da Bahia.

N. 303. — IMPÉRIO. — Em 19 de Novembro de 1868.

Ao Presidente da Província de S. Paulo. — Declara que a redução do prazo legal entre a convocação dos votantes e a eleição não é razão de nullidade, havendo motivo justificado.

2.ª Secção. — Ministerio dos Negocios do Imperio. — Rio de Janeiro, em 19 de Novembro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr. — Ao conhecimento do Governo Imperial sujeitou V. Ex. com seu officio de 14 de Outubro a representação que lhe dirigirão varios cidadãos, arguindo de nulla a eleição a que se procedeu para Vereadores e Juizes de Paz na freguezia do Amparo pelos seguintes fundamentos.

1.º Não ter mediado entre o dia em que se affixou o edital de convocação dos votantes e o da eleição o prazo de 30 dias, requerido pela lei n.º 337 de 29 de Agosto de 1846, no art. 94;

2.º Não se haver publicado com o dito edital a lista geral dos votantes por cópia authentica da qualificação;

3.º Não estar a acta assignada pelo mesario Jorge Franco do Amaral;

4.º Terem apparecido na urna 385 cédulas para a eleição de Juizes de Paz e sómente 381 para a de Vereadores.

Não procedem os fundamentos allegados, porquanto.

1.º A redução do prazo legal entre a convocação dos votantes e a eleição não é razão de nullidade, como decidirão os Avisos citados por V. Ex. n. 400 de 28 de Agosto de 1848, n.º 43 de 9 de Fevereiro de 1850, n.ºs 374 e 466 de 41 de Setembro e 24 de Outubro de 1860, e n.º 117 de 7 de Maio de 1864, e porque foi ella determinada pela necessidade de

substituir-se por outro o primeiro edital publicado em tempo competente, visto ter sido posteriormente annullada a qualificação cuja lista o acompanhára; já porque, tendo de fazer-se a eleição no dia marcado pela lei, era preferivel a preterição daquella formalidade a absterem-se os cidadãos activos da freguezia de concorrer á eleição;

2.º O facto da publicação da lista geral dos votantes consta do proprio documento que juntarão os representantes;

3.º A declaração, feita na acta, dos motivos por que não foi ella assignada pelo mesario Amaral torna improcedente esta allegação;

4.º A differença para mais de quatro cedulas para Juizes de Paz sobre as recebidas para Vereadores está explicada satisfactoriamente no contraprotesto feito pelos membros da mesa parochial e outros cidadãos.

O que communico a V. Ex., para sua intelligência, e para fazer constar aos signatarios da representação.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

N. 504.—IMPERIO.—EM 19 DE NOVEMBRO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.—Declara que não deve proceder-se a nova eleição de Vereadores, se não formarem maioria do Municipio as Freguezias em que tiver sido annullada a eleição; 2.º que a simples falta da cerimonia religiosa é motivo de nullidade; 3.º que ás Camaras Municipaes não compete conhecer da legalidade das eleições; 4.º que não annulla a eleição o facto de ter votado algum individuo não qualificado se o seu voto não influe no resultado da eleição.

2.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio, em 19 de Novembro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Em officio de 2 do corrente mez communica V. Ex. ter deliberado:

4.º Que nas parochias da Santissima Trindade de Jacuecanga, e da Conceição da Ribeira, do Municipio de Angra dos Reis, nas quaes deixara de fazer-se eleição no dia 7 de Setembro, se proceda na 3.ª do-mingá do corrente mez á de Juizes de Paz unicamente, visto não constituírem os votantes daquellas

duas Freguezias maioria do Municipio, e portanto não se dar o caso de nova eleição de Vereadores, como declarão o Aviso n.º 374 de 11 de Setembro de 1860, e outros. Acrescenta V. Ex. que resolveu suspender e mandar responsabilisar os Juizes de Paz que, por não comparecerem, como lhes cumpria, derão causa a que se não realizasse a eleição no dia marcado por Lei;

2.º Que a simples falta de declaração, na acta da Freguezia de Santa Anna da Ilha Grande, onde a eleição correu regularmente, de ter-se celebrado a cerimonia religiosa, prescripta no art. 42 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846, não é motivo de nullidade como declararão o Aviso n.º 160 de 11 de Setembro de 1848, e o art. 15 das Instrucções annexas ao Aviso n.º 168 de 28 de Junho de 1849;

3.º Que mal procedera a respectiva Camara Municipal, recusando incluir na apuração geral dos votos os da parochia de Nossa Senhora do Rosario de Mambucaba, pela razão de se não ter lavrado acta especial da 3.ª chamada dos votantes, visto que ás Camaras Municipaes, como está declarado em diversas Decisões do Governo Imperial, não compete conhecer da legalidade das eleições;

4.º Que não tem relevancia a arguição feita pela Camara Municipal, porque, constando da acta que a 3.ª chamada effectuou-se no dia seguinte ao da terminação da 2.ª, e que se fez prévia declaração do dia e hora em que se realisou, forão observadas as solemnidades essenciaes ao acto, na fórma do art. 7.º do Decreto n.º 2621 de 22 de Agosto de 1860, e dos Avisos n.º 363 de 31 de Outubro de 1856, e n.º 283 de 21 de Agosto de 1857;

5.º Que, não obstante o protesto feito contra a validade da eleição da Freguezia de Nossa Senhora da Conceição de Angra dos Reis, deve ella subsistir, porquanto o facto de ter votado um individuo que não era o qualificado, unico fundamento do protesto, ainda quando provado, não póde inquinar de nullidade a eleição, em cujo resultado de modo algum influio o voto de que se trata.

Fundadas como são, as deliberações tomadas por V. Ex., merecem a approvação do Governo Imperial.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Souza*. — Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

N. 303.—FAZENDA.—EM 19 DE NOVEMBRO DE 1868.

Manda pagar diversas quantias a que tem direito um Pensionista do Estado; e indica a maneira por que se deve proceder em casos semelhantes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 19 de Novembro de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena ao Sr. Inspector da Thesouraria de Santa Catharina, que por conta da verba do § 20 do art. 7.º da lei do Orçamento em vigor pague ao Alferes reformado João Eduardo Viganigo não só a quantia de 127\$800, proveniente da Pensão vencida de 28 de Novembro de 1866 a 30 de Junho de 1867, conforme consta da relação que acompanhou o seu officio n.º 157 de 9 do mez proximo passado, como tambem a de 83\$194 de differença de soldo entre o de 23\$040 mensaes e o de 36\$000, que se verificou competir-lhe, contada de 19 de Novembro de 1866 a 30 do supradito mez de Junho, na conformidade do Aviso do Ministerio da Guerra de 4 do corrente, ficando o Sr. Inspector advertido de que neste caso devia ter pedido credito para o pagamento do credor por meio de relação de restos a pagar, na fórmula do Decreto n.º 2897 de 26 de Fevereiro de 1862, prescindindo da liquidação determinada na Circular de 6 de Agosto de 1847, a qual só tem lugar nas dividas de vencimentos completo o prazo de dous annos, como se acha expresso nos arts. 4.º e 5.º do citado Decreto.

Visconde de Itaborahy.

N. 506.—FAZENDA.—EM 20 DE NOVEMBRO DE 1868.

De diversas providencias, relativamente á confecção dos Balanços.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 20 de Novembro de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, que nos Balanços do exercicio de 1867—68 lancem no Ministerio da Fazenda sob o titulo—Despezas pagas e não escripturadas em exercicios anteriores—convenientemente classificadas por exercicios, Ministerios e verbas, as despesas que legalisarem por conta das que ora figurão como saldos em poder de responsaveis, em observancia da Circular n.º 34 de 40 de Junho de 1862, ficando alterada a mesma Circular na parte em que manda escripturar taes importancias na verba —Exercicios findos,—e revogada a de n.º 40 de 21 de Setembro de 1863.

Outrosim, ordena que d'ora em diante sejam considerados saldos em poder de responsaveis unicamente os adiantamentos para despesas cuja natureza não fôr conhecida, sendo escripturados nos Ministerios e verbas proprias os que poderem ser desde logo classificados; devendo, porém, os Srs. Inspectores empregar todos os meios ao seu alcance, além das providencias determinadas pela Circular n.º 298 de 3 de Julho de 1865, a fim de que se apresentem os documentos, competentemente legalisados, dentro do exercicio em que se houver realizado a entrega dos dinheiros, não só porque o facto da classificação da despesa não torna os responsaveis quites para com a Fazenda Nacional, mas ainda para que as sobras possam ser annulladas da despesa, evitando-se deste modo que figurem na renda de exercicios posteriores

Visconde de Itaborahy.

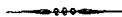
N. 507.—FAZENDA.—EM 21 DE NOVEMBRO DE 1868.

As multas que recebem os Empregados das Alfandegas não estão sujeitas ao imposto de 3 %.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 21 de Novembro de 1868.

O Visconde de Itaboraity, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, responde ao Sr. Inspector da Thesouraria do Rio Grande do Sul, que bem resolveu a duvida proposta pela respectiva Contadoria, declarando-lhe que as multas que recebem os Empregados das Alfandegas, na fórma do Regulamento e mais disposições em vigor, não estão sujeitas ao imposto de 3 % creado pelo art. 22 da Lei n.º 4507 de 26 de Setembro de 1867, conforme participou no officio n.º 202 de 22 de Agosto ultimo.

Visconde de Itaboraity.



N. 508.—IMPERIO. — EM 21 DE NOVEMBRO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes.—Declara serem irregularidades substanciaes: 1.^a organizar-se a mesa parochial de modo contrario á disposição dos arts. 5.º, 6.º e 7.º do Decreto n.º 1812 de 23 de Agosto de 1836; 2.^a fazer-se a 3.^a chamada dos votantes no mesmo dia da 2.^a; 3.^a não constarem da acta os nomes dos votantes que deixão de acudir á 3.^a chamada.

2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 21 de Novembro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Resolveu V. Ex. annullar provisoriamente a eleição feita em Setembro para Vereadores e Juizes de Paz na freguezia de Philadelphia, do municipio de Minas Novas, pelas seguintes irregularidades expostas em seu officio de 11 do corrente:

4.^a Ter sido organizada a mesa parochial pelo respectivo presidente com o unico eleitor da freguezia e seu supplente, que convocára, e mais dous cidadãos que nomeou, infringida a disposição dos arts. 5.^o, 6.^o e 7.^o do Decreto n.^o 1812 de 23 de Agosto de 1856;

2.^a Haver-se feito a 3.^a chamada dos votantes no mesmo dia da 2.^a contra o disposto no art. 49 da lei n.^o 387 de 19 de Agosto de 1846;

3.^a Não constarem da acta os nomes dos votantes que deixarão de acudir á 3.^a chamada como prescreve o art. 49 da dita lei.

Affectando taes irregularidades a essencia do processo eleitoral, como se acha declarado, quanto á primeira, no Aviso n.^o 21 de Junho de 1854 § 4.^o, e quanto á segunda e terceira, no art. 7.^o do Decreto n.^o 2621 de 23 de Agosto de 1860, e nos Avisos n.^o 363 de 31 de Outubro de 1856, n.^o 283 de 24 de Agosto, e n.^o 385 de 24 de Outubro de 1857, é o acto de V. Ex. approvado pelo governo imperial.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Souza*. — Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N. 509.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—EM 23 DE NOVEMBRO DE 1868.

Prohibe que se fação adiantamentos de quantias para despezas do Ministerio da Agricultura.

6.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 23 de Novembro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Constando que nas Thesourarias de Fazenda das Provincias se tem adoptado a pratica de, por conta dos creditos distribuidos, adiantarem-se quantias para pagamentos de despezas pertencentes a este Ministerio e que se tem de fazer em

muitos mezes subsequentes ; e sendo conveniente reformar esta pratica que não consulta os interesses da Fazenda Publica: declaro a V. Ex. para que o faça constar á Thesouraria dessa Província, que cumpre fazer cessar tal procedimento, e limitar o adiantamento á quantia indispensavel para as despesas de um mez, quando pela distancia, for muito difficil mandar por um Empregado da Thesouraria fazer o pagamento aos proprios credores no lugar.

Por esta occasião recomendo a V. Ex. que empregue todos os seus esforços para que os creditos distribuidos a essa Província não sejão excedidos em caso algum; devendo cortar todas aquellas despesas que não forem indispensaveis, e solicitar deste Ministerio medidas para a cessação de outras, cuja suppressão não couber nas attribuições de V. Ex.

Deus Guarde a V. Ex.—*Joaquim Antônio Fernandes Leão*.—Sr. Presidente da Província de...

N. 510.—FAZENDA.—EM 23 DE NOVENBRO DE 1868.

Recommenda toda a vigilancia e escrupulo na organização dos manifestos e cartas de guia dos generos embarcados nos paquetes estrangeiros com destino a portos nacionaes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 23 de Novembro de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena ao Sr. Inspector da Thesouraria da Bahia que recomende á respectiva Alfandega toda a vigilancia e escrupulo na organização dos manifestos e cartas de guia dos generos, que ahi são embarcados nos paquetes estrangeiros com destino a outros portos nacionaes, de maneira que se possam distinguir perfeitamente as mercadorias estrangeiras já despachadas para consumo daquellas que o não são, caso em que estão em geral, além de outros, os generos denominados de estiva.

Visconde de Itaborahy.

—Identicas ás Thesourarias do Pará e Pernambuco.

N. 511.—FAZENDA.—EM 23 DE NOVEMBRO DE 1868.

Ordena ás Thesourarias que recommendem ás respectivas Alfandegas a maior economia possível nas despezas que se fazem sob os títulos « Capatazias, expediente e impressões, ancoradouros, e companhias de guardas. »

Ministerio dos Negocios da Fazenda,—Rio de Janeiro, em 23 de Novembro de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que recommendem ás respectivas Alfandegas que representem ás mesmas Thesourarias sobre os creditos concedidos para as despezas que lhe são proprias, demonstrando com clareza e individuação as necessidades do serviço, para que ás mencionadas Thesourarias se facilite o cumprimento do dever que tem de solicitar do Thesouro as providencias necessarias a prevenir que não se excedão os creditos autorisados para cada exercicio ; recommendando-lhes a maior economia possível nas despezas que se fazem sob os títulos — Capatazias, expediente e impressões, ancoradouros, e Companhia dos Guardas —, despedindo-se os Empregados interinos que possuão existir, e não se admittindo supranumerarios, senão nos casos de indispensavel necessidade do serviço, com tanto que se não exceda o algarismo dos creditos autorisados.

Visconde de Itaborahy.

N. 512.—FAZENDA.—EM 25 DE NOVEMBRO DE 1868.

Reduz a um só, com a denominação de « pontas ou chifres de gado vaccum » os dois artigos de que trata a pauta semanal das Alfandegas sob os títulos « chifres de novillos e de vaccas » e determina que se tome para o respectivo preço o termo médio das duas qualidades.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 25 de Novembro de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista a represen-

tação da Inspectoria da Alfandega do Rio de Janeiro de 12 de Outubro findo, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida execução, que os dous artigos de que trata a pauta semanal das Alfandegas sob os titulos « chifres de novillo e de vaccas », dando-lhes valores differentes, ficão reduzidos a um só com a denominação de « pontas ou chifres de gado vaccum, » a fim de facilitar a conferencia e despacho dessa mercadoria, devendo tomar-se para o respectivo preço o termo médio das duas qualidades.

Visconde de Itaborahy.

N. 513. — FAZENDA. — EM 25 DE NOVEMBRO DE 1868.

Fixa o quantum da fiança do Thesoureiro da Thesouraria da Bahia e declara que nenhuma redução se deve fazer quando se depositarem Apolices em garantia de fiança, e outrosim que o fiador deve responsabilisar-se pelos Fieis ou pessoas que fizerem as vezes do Thesoureiro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 25 de Novembro de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria da Bahia que o mesmo Tribunal fixou em oitenta contos de réis a fiança, que deve prestar o Thesoureiro ultimamente nomeado para a referida Thesouraria. Outrosim declara ao Sr. Inspector que, no caso de se depositarem Apolices da Divida Publica em garantia da fiança, nenhuma redução se deve fazer, em vista do que determina a circular n.º 31 de 25 de Setembro deste anno; e que no termo de fiança se deve expressamente mencionar que o fiador se obriga tambem, como principal pagador, pelos Fieis do Thesoureiro quando o substituirem nos seus impedimentos, e bem assim na falta destes pelas pessoas que fizerem as suas vezes e forem indicadas pelos mesmos Thesourelros, como per-

mittem as Ordens de 5 de Outubro de 1860, e 3 de Fevereiro de 1864; pois, sendo necessario o consentimento dos fiadores, deve este ser dado por occasião da prestação da fiança, e consignado no respectivo termo, para que a hypotheca deste resultante, abranja tambem esse caso.

Visconde de Itaborahy.

DECRETO FAZENDARIO, DE 25 DE NOVENBRO DE 1868.

A demolição dos Proprios Nacionaes para ser o terreno que elles occupão applicado ao uso Provincial ou Municipal só pôde ser decretada pelo Poder Legislativo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 25 de Novembro de 1868.

Ilmo. e Exm. Sr. — Em resposta ao Aviso de V. Ex. de 10 de Outubro proximo findo, acompanhado do officio da Camara Municipal de Porto-Alegre de 13 de Junho do corrente anno, em que pede a demolição do Proprio Nacional que serve de quartel de Invalidos, junto ao predio em que funcçãoa o Quartel-General, por se achar no centro da rua Direita, impedindo o transito da do Riachuelo á dos Andradas, declaro a V. Ex., para os fins convenientes, que a demolição dos Proprios Nacionaes, para ser o terreno que elles occupão applicado ao uso Provincial e Municipal, só pôde ser decretada pelo Poder Legislativo, e pela autorisação que por este fór conferida ao Governo deverão taes edificios, quando desnecessarios ao serviço publico, ser vendidos, depois de avaliados, em hasta publica, dando-se preferencia á Camara Municipal ou á Administração Provincial, se tambem a ella concorrerem, a fim de dar-se depois ao terreno ou ao proprio um destino qualquer.

Deus Guarde a V. Ex. — *Visconde de Itaborahy.* —
A S. Ex. o Sr. Barão de Muritiba

N. 315.—FAZENDA.—EM 25 DE NOVEMBRO DE 1868.

A venda de terras devolutas e de outros immoveis pertencentes á Nação deve-se fazer por escriptura publica.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 25 de Novembro de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista o officio n.º 47, de 22 de Abril do anno passado, da Thesouraria da Parahyba, em que consulta se a venda de terras devolutas deve ser feita por escriptura publica, nos termos do art. 41 da Lei de 45 de Setembro de 1855, ou se basta um termo de cessão, lavrado no competente Livro de fianças e contractos, como os dous que remetteu por cópia, um com o dito officio e outro com o de 21 de Março do corrente anno; e

Considerando que a Fazenda Nacional figura nos contractos de compra e venda de bens de raiz, como qualquer particular, sem privilegio algum, tanto assim que as acquisições que fizer estão sujeitas a transcripções para poderem valer contra terceiros, como prescreve o Regulamento hypothecario de 26 de Abril de 1855, art. 267;

Considerando que é principio inconcusso, como estabeleceu a Resolução Imperial de 26 de Outubro de 1837, tomada sobre Consulta das Secções de Fazenda e Justica do Conselho de Estado, que quando a lei exige instrumento publico por Tabelliães, como forma essencial para validade do contracto, sem ella o contracto não existe em virtude da maxima *fórmula esse rei*;

Considerando, finalmente, que a escriptura é hoje de substancia da compra e venda, sempre que esta exceder de 200\$000, sob pena de nullidade, como prescreve a Lei de 45 de Setembro de 1855, art. 41: declara ao Sr. Inspector da mesma Thesouraria que nenhum valor juridico tem os termos de cessão de immoveis, e portanto de venda de terras devolutas, lavrados em livros de Repartições Publicas, como os de que tratão os seus supracitados officios, os quaes deverão ser ratificados por escriptura publica, para se considerarem as vendas realizadas e produzirem os seus effeitos civis.

Visconde de Itaborahy.

N. 316. — MARINHA. — AVISO DE 26 DE NOVEMBRO DE 1868.

Faz extensivas aos Officiaes do corpo da armada e das classes annexas, empregados em comissões alheias á repartição da Marinha, as disposições dos Avisos Circulares do Ministerio da Guerra, do 1.º de Junho e 4 de Julho de 1865.

2.ª Secção. — Ministerio dos Negocios da Marinha. — Rio de Janeiro, em 26 de Novembro de 1868.

No intuito de obviar duvidas sobre o abono do soldo aos Officiaes do corpo da armada e das classes annexas, empregados em comissões estranhas ao Ministerio da Marinha, declaro a V. S., para os fins convenientes, que ficão extensivas aos ditos Officiaes as disposições dos Avisos Circulares do Ministerio da Guerra, datados do 1.º de Junho e 4 de Julho de 1865; devendo, portanto, receber o alludido soldo pelas repartições, em que servirem.

Deus Guarde a V. S. — *Barão de Cotegipe*. — Sr. Contador da Marinha.

N. 317. — FAZENDA. — EM 27 DE NOVEMBRO DE 1868.

As diárias que se abonão aos Engenheiros e Professores do Internato do Collegio de Pedro II, não estão sujeitas ao imposto de 3%.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 27 de Novembro de 1868.

Declaro a V. S., para os fins convenientes e em solução á duvida suscitada na Secção de Assentamento da Directoria Geral a seu cargo, que não estão sujeitas ao imposto de 3% sobre vencimentos as diárias que se abonão aos Engenheiros e Professores do Internato do Collegio de Pedro II, á vista da Circular n.º 58 de 12 de Novembro de 1867.

Deus Guarde a V. S. — *Visconde de Itaborahy*. — Sr. Conselheiro Director Geral da Contabilidade.

N. 518. — FAZENDA. — EM 27 DE NOVEMBRO DE 1868.

Concede á viuva de um militar morto na campanha do Paraguay pagar pela 5.ª parte o que demais recebeu dos vencimentos do mesmo militar.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 27 de Novembro de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena ao Sr. Inspector da Thesouraria da Bahia que permitta a D. Mafalda Domingues do Couto, viuva do Capitão do Exercito José Pedro Domingues do Couto, morto na campanha do Paraguay, indemnisar pela 5.ª parte de seus vencimentos a quantia que recebeu da consignação deixada por seu marido do tempo posterior ao fallecimento deste, conforme solicitou no requerimento transmittido ao Thesouro com o seu officio n.º 197 de 8 de Outubro ultimo, visto que, em virtude da Circular n.º 53 de 30 de Novembro de 1865, esse favor se concede ás viuas dos militares mortos em combate, ou por molestias adquiridas na guerra, pelas quantias que se adiantão ás que não podem fazer as despesas de habilitação para o meio soldo.

Visconde de Itaborahy.

N. 519. — FAZENDA. — EM 27 DE NOVEMBRO DE 1868.

Manda dar exercicio ao Thesoureiro nomeado para a Thesouraria da Bahia, antes da transferencia para a dita Provincia das Apolices que elle e seus fiadores comprirão nesta côrte para caucionar sua responsabilidade, e indica a maneira por que deve ser feito o termo da fiança.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 27 de Novembro de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em consideração o que representou o Thesoureiro nomeado para a Thesouraria da Bahia, Duarte de Oliveira, sobre a impossibilidade de transferir-se nesta occasião para

a dita Província as Apolices constantes das quatro certidões juntas, que elle e seus fiadores comprarão nesta Córte para caucionar sua responsabilidade, vista a disposição da lei de 15 de Janeiro de 1842, ordena ao Sr. Inspector da referida Thesouraria que admitta o dito Thesoureiro a entrar logo no exercício do seu lugar, assignando antes os respectivos fiadores o termo de fiança, no qual se fará menção das Apolices por seus numeros, valor e juros, e respectivos donos, com a declaração de que não se faz o deposito dellas em acto continuo por não estar effectuada a transferencia, mas que elle se fará, precedendo novo termo, logo que esta se realizar. Outrosim declara ao Sr. Inspector que esta concessão não prejudica a attribuição que compete á Thesouraria, pelo Decreto de 22 de Novembro de 1851, de aceitar ou rejeitar os fiadores offerecidos, tendo em vista qualquer responsabilidade anterior, que por ventura tenham para com a Fazenda Nacional, e a sua idoneidade, como julgar conveniente aos interesses da mesma Fazenda; e que o reforço, que o dito Thesoureiro se propõe a dar nessa Província, por não ser sufficiente a importancia das sobreditas Apolices, deve ser calculado pela differença entre o valor nominal dos mesmos titulos e o real que tiverem no mercado, e não pelo official de 88, por que a Thesouraria está autorisada a vendê-los.

Visconde de Itaborahy.

N. 520.—IMPERIO. — EM 27 DE NOVEMBRO DE 1868.

Ao Inspector de saude do porto do Rio de Janeiro. Estabelece que a visita sanitaria seja feita por um só medico, e juntamente com a da policia do porto.

3.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 27 de Novembro de 1868.

Tendo cessado os motivos que determinarão as providencias extraordinarias adoptadas por Aviso de 6 de Novembro de 1865 para a Inspeção de saude

do porto, serão dispensados, por Decretos de 21 do corrente, os Drs. José Maria de Mattos Guahyba e Antonio Martins Pinheiro da commissão que desempenhavam.

A visita sanitaria será feita com a da policia do porto, no mesmo vapor, concorrendo o Ministerio da Justica, como declarou em Aviso de 25 deste mez, com metade da despeza que exigem o custeio, tripolação e reparos do dito vapor, resultando destas providencias economia para os cofres publicos.

Convindo entretanto que a visita de saude do porto seja confiada a pessoa profissional e habilitada, della fica encarregado o Dr. Antonio Martins Pinheiro, que continuará a perceber o vencimento que lhe foi marcado no Decreto de 21 de Fevereiro de 1867.

Deus Guarde a V. S — *Paulino José Soares de Souza*. — Sr. Inspector de saude do porto do Rio de Janeiro.

N. 521.—IMPERIO.—EM 30 DE NOVEMBRO DE 1868.

A' Illma. Camara Municipal. —Declara: 1.º que não devem ser apuradas, em eleição para Vereadores e Juizes de Paz, as cédulas cujos rotulos estiverem trocados; 2.º que, achando-se cédulas para Juizes de Paz juntamente com outras para Vereadores, nenhuma deve ser apurada.

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 30 de Novembro de 1868.

Sua Magestade o Imperador manda declarar á Illma. Camara Municipal, em solução ao officio de 42 do corrente mez, que devem ser contados os votos de que trata a relação n.º 2 aos cidadãos nella mencionados, procedendo-se assim de accordo com a doutrina dos avisos n.º 55 de 43 de Fevereiro de 1857 § 2.º; n.º 204 de 6 de Maio de 1861 parte 1.ª, c.n.º 10 de 5 de Janeiro de 1865 § 2.º.

Não devem ser, porém, contados os mencionados na relação n.º 3, em que parece tratar-se de cédulas com rotulos trocados, não só porque está

decidido pelo aviso n.º 383 de 15 de Setembro de 1860 § 3.º que não podem ser apuradas as listas que, com violação manifesta do art. 400 da Lei de 19 de Agosto de 1846, não tem o rotulo nelle designado, e mais se presta á fraude a troca de rotulos do que sua ausencia, mas tambem porque, a admitir-se o principio opposto, poderia o votante menos escrupuloso a seu arbitrio votar não uma, mas duas vezes para Vereadores ou Juizes de Paz, influindo assim fraudulentamente no resultado da eleição.

Se porém as sete cédulas em questão não continhão troca de rotulos, mas listas para Juizes de Paz juntamente com outras para Vereadores, o que não se pôde bem verificar, pois a acta diz—« sete cédulas que se encontrarão dentro das de Juizes de Paz »—, nenhuma, em tal hypothese, devia ser apurada, á vista do que terminantemente estabelece o art. 5.º das instrucções de 27 de Setembro de 1856.

Paulino José Soares de Souza.

—*—*—*—

N. 522. — IMPERIO. — Em 30 DE NOVEMBRO DE 1868.

Ao Presidente da Província de Minas Geraes.—Declara serem irregularidades substanciaes: 1.ª constituir-se a mesa parochial de modo contrario á disposição do art. 7.º do Decreto n.º 1812 de 23 de Agosto de 1856; 2.ª separarem-se os votantes em duas turmas e votarem os de uma em Vereadores e os de outra em Juizes de Paz sómente; e que a falta de nomeação de Secretario da dita mesa não importa por si só a annullação da eleição mas dá lugar á imposição de multa.

2.ª Secção.—Ministerio dos Negocios do Imperio.
—Rio de Janeiro, em 30 de Novembro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Communicou V. Ex., em officio de 9 do corrente mez, ter provisoriamente annullado a eleição a que em Setembro ultimo se procedeu para Vereadores e Juizes de Paz na freguezia de

Santa Anna do Burity, do municipio de Paracatú, por constarem das respectivas actas as seguintes irregularidades:

1.^a O presidente da mesa parochial, contra a expressa disposição do art. 7.^o do Decreto n.^o 4812 de 23 de Agosto de 1856, designou para servir como membro della um cidadão que pela eleição dos eleitores ficára collocado em 3.^o lugar, com exclusão do 2.^o votado ;

2.^a Não se nomeou o secretario da mesma mesa, como prescreve o art. 47 § 2.^o in fine da lei n.^o 337 de 19 de Agosto de 1843, servindo como tal o Escrivão do Juizo de Paz, durante todo o processo eleitoral ;

3.^a Forão divididos em duas turmas os 416 cidadãos que comparecerão, votando 206 para Vereadores e 210 para juizes de paz, contra o disposto no art. 100 da dita lei.

Em solução cabe-me declarar, que o Governo Imperial approva a deliberação de V. Ex., por affectar a primeira das irregularidades apontadas a legitimidade do processo eleitoral, tendo-se dado vicio de constituição da mesa parochial, de que se resentem os trabalhos que dirige, e ser a terceira flagrante violação do citado art. 100, tanto mais grave quanto os cidadãos qualificados devem todos, salvo o caso de impedimento legitimo, intervir com seus votos na formação da camara municipal e do juizado de paz, como se vê do mesmo art. 100, combinado com os arts. 102 e 126 § 7.^o da referida lei.

A segunda irregularidade, a que se refere o acto de V. Ex., não seria por si só sufficiente para determinar a annullação da eleição, mas constitue omissão das que o legislador teve em vista evitar, com imposição da multa de que trata o art. 126 § 4.^o da lei.

O que communico a V. Ex. para os fins convenientes.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N. 523. —IMPERIO.—EM O 1.º DE DEZEMBRO DE 1868.

Ao Presidente da Província das Alagôas.—Declara que a falta de cumprimento da disposição do art. 3.º do Decreto n.º 2621 de 22 de Agosto de 1860, e a circumstancia de se narrarem nas actas factos occorridos em dia anterior, não são irregularidades substanciaes.

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em o 1.º de Dezembro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—No officio de 20 de Outubro ultimo, com o qual me enviou as actas da eleição a que em Setembro se procedeu, na Freguezia de Muricy, para Vereadores e Juizes de Paz, observa V. Ex. que se derão as seguintes irregularidades:

1.ª Não ter sido substituído, na fórma do art. 3.º do Decreto n.º 2621 de 22 de Agosto de 1860, o Escrivão do Juiz de Paz que, servindo na Mesa Parochial, foi nomeado membro desta;

2.ª Narrarem as actas, além dos factos do dia em que forão lavradas, outros que se havião dado em dias anteriores.

Declaro a V. Ex. que, não affectando taes irregularidades a essencia do processo eleitoral, não ha razão sufficiente para a annullação da referida eleição, contra a qual não apparece reclamação.

A preterição das formalidades não essenciaes do processo eleitoral, se não determina a annullação da eleição, nem por isso isenta os que, por omissão ou transgressão, desrespeitão as formas legais, da sancção, que no art. 426 estabeleceu a Lei n.º 387 de 49 de Agosto de 1846, como garantia da effecividade de seus preceitos.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Província das Alagôas.

N. 521.—IMPERIO.—EM O 4.º DE DEZEMBRO DE 1868.

Ao Inspector Geral da Instrução Primaria e Secundaria da Córte.—Declara que nos exames de candidatos ao Magisterio deve prevalecer, em todo caso, o voto da maioria da comissão julgadora.

3.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em o 4.º de Dezembro de 1868.

Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio de 25 de Agosto ultimo, em que V. S., de accôrdo com a deliberação do Conselho Director, consulta qual deve ser o resultado do exame de francez de um candidato ao Magisterio particular que, approvado pelos dous examinadores, foi por V. S., na qualidade de Presidente do referido exame, considerado não habilitado.

E o Mesmo Augusto Senhor, conformando-se, por sua immediata resolução de 28 de Novembro proximo findo, com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em consulta de 41 do mesmo mez, ha por bem mandar declarar:

1.º Que a apreciação do merecimento das provas incumbê aos julgadores, e pois são os votos dos membros da comissão, composta na fórma do art. 2.º das Instrucções de 5 de Janeiro de 1855, que decidem da aptidão do candidato. Da injustiça que por ventura haja na decisão fica-lhes encarregada a consciencia, cabendo a V. S., como Presidente do acto, sómente a fiscalisação necessaria para a fiel observancia das disposições em vigor;

2.º Que, tendo V. S. no julgamento voto igual ao de cada um dos examinadores, deve prevalecer a maioria de votos. E' esta a regra estabelecida e que deve ser seguida no caso presente e para o futuro;

3.º Que nesta conformidade é considerado habilitado o candidato de que se trata, visto não se ter dado, no processo do exame e julgamento, circumstancia que envolva nullidade.

O que communico a V. S. para seu conhecimento e para o fazer constar ao Conselho Director de Instrução Publica.

Deus Guarde a V. S.—*Paulino José Soares de Souza*.
—Sr. Inspector Geral Interino de Instrução Primaria e Secundaria do Municipio da Córte.

N. 525.—IMPERIO.—Em 3 DE DEZEMBRO DE 1868.

Ao Presidente da Província das Alagoas.—Declara que a circumstancia de se narrarem nas actas factos occorridos em dias anteriores não importa preterição de garantia das que o legislador reputou substanciaes.

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 3 de Dezembro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Remettendo V. Ex., com seu officio de 2 do mez findo, cópia das actas da eleição para Vereadores e Juizes de Paz, feita em Setembro na freguezia da Mata-Grande, expõe:

1.º Que á vista da declaração, constante da primeira acta do recebimento das cedulas lavradas no dia 8 daquelle mez, de ter-se procedido em acto successivo e continuado á chamada dos votantes, suscita-se duvida sobre se este acto teve principio no dito dia 8, ou no dia 7, em que se escreveu a da formação da mesa parochial. Observa V. Ex. que, neste ultimo caso, houve a irregularidade de narrarem-se na referida acta do dia 8 factos passados no anterior, contra o estabelecido nos Avisos de 21 de Março e 14 de Dezembro de 1865;

2.º Que só na acta lavrada no dia 14 se declara, com a mesma irregularidade, que a apuração das cedulas tivera começo no dia anterior;

3.º Que nessa acta se diz que, tendo obtido Joaquim Severiano Barreto de Alencar 61 votes para Juiz de Paz, e Antonio Manoel de Jesus Brandão 62 para Vereador, a mesa deixou de recebê-los por terem cahido em pessoas não incluídas na qualificação, quando o Aviso n.º 244 de 26 de Agosto de 1864 decide, de accordo com o art. 56 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846, que não compete ás mesas parochiaes julgar da idoneidade dos votados, cabendo-lhes apenas, no caso de occorrerem duvidas, o direito de mencional-as na acta para ulterior deliberação.

Nenhum dos factos por V. Ex. expostos vicia a eleição, porque:

1.º Quando as palavras notadas por V. Ex. na acta do dia 8 devessem ser entendidas no sentido de ter principiado no dia anterior o recebimento das cedulas, essa falta de observancia da recommendação

feita nos Avisos por V. Ex. citados, não seria motivo sufficiente para annullação da eleição, pois que não importa preterição de garantia das que o legislador reputou substanciaes, como já foi decidido em Aviso de 14 do mez findo;

2.^o Tendo sido lavrada no dia 9 a acta da 3.^a chamada, e no dia 11 a da apuração dos votos, é claro que as palavras a que V. Ex. allude significão que a apuração começara no dia 10. A falta de acta especial do dia 10, em que começou a apuração, não prejudica a validade da eleição;

3.^o Mencionando-se na acta da apuração dos votos o numero dos que obtiverão os dous cidadãos a que V. Ex. se refere, não pôde entrar em duvida que estes votos foram effectivamente apurados. As expressões da acta notadas por V. Ex., posto que imprópriamente empregadas, não são senão a expressão de duvida por parte da mesa acerca da idoneidade desses cidadãos, a qual não podia deixar de ser feita, segundo o mesmo Aviso n.^o 214 de 1864 por V. Ex. citado.

Por esta occasião chamo a attenção de V. Ex. para a doutrina dos Avisos de 13 de Março de 1864 e 6 de Junho de 1864.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia das Alagoas.

N. 526. —IMPERIO.—EM 3 DE DEZEMBRO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte.—Declara serem irregulares substanciaes: 1.^a a falta de menção na acta dos nomes dos votantes que deixarão de acudir à 3.^a chamada; 2.^a a intervenção do Juiz de Paz immediato em votos, em actos electoraes, achando-se presente e em exercicio o mais votado; 3.^a a impossibilidade material de se concluirem com regularidade, no tempo em que se derão por feitas, as chamadas dos votantes.

2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 3 de Dezembro de 1868.

Hm. e Exm. Sr.—Accuso o recebimento do officio de V. Ex. de 6 de Outubro ultimo, com o qual submittueo confieimento do Governo Imperial as actas das duas eleições para Vereadores e Juizes de Paz, feitas no dia 7 de Setembro na freguezia de Apodý.

Ouvinda a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, e de conformidade com seu parecer, declarou a V. Ex. que em ambas as eleições derão-se irregularidades que affectão substancialmente seu processo.

Na eleição presidida pelo 1.º Juiz de Paz Norberto José Nogueira, além de outras irregularidades, não foram mencionados na respectiva acta os nomes dos votantes que deixarão de acudir á 3.ª chamada, como expressamente determinão os arts. 49 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846 e 7.º do Decreto n.º 2621 de 22 de Agosto de 1860, e foi declarado nos Avisos n.ºs 3 e 385 de 2 de Janeiro e 23 de Outubro de 1857, de 21 de Março de 1865 e outros.

Quanto á outra eleição, presidida pelo 3.º Juiz de Paz do districto mais vizinho, José Francisco da Câmara, e feita na matriz ao mesmo tempo em que allí trabalhava a outra assembléa parochial, é manifesta sua insubsistencia pela incompetencia do dito 3.º Juiz de Paz para presidir á eleição, visto achar-se presente na matriz, e no exercicio de suas attribuições, o 1.º do districto, como consta não só da acta, cuja veracidade não é contestada, da eleição feita sob sua presidencia, mas tambem do officio de 7 de Setembro do 1.º Juiz de Paz do districto, o qual, respondendo negativamente ao convite que lhe fôra dirigido para tomar a presidencia da mesa, dá como motivo de tal convite não ter-se querido prestar a este acto o 1.º Juiz de Paz, e não estarem presentes os demais.

A esta infracção da disposição fundamental do art. 93 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846, accresce ser materialmente impossivel que se concluíssem com regularidade, no mesmo dia 7, a primeira e a segunda chamadas, sendo 836 os cidadãos qualificados, dos quaes mesmo na 3.ª chamada deixarão de comparecer 209, e tendo havido demora na organização da mesa, como prova o citado officio do 1.º Juiz de Paz.

Resolveu, portanto, o Governo Imperial declarar nullas ambas as referidas eleições, e ordena que se proceda a outra na conformidade das disposições vigentes.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte.

N. 527.— AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS
PUBLICAS.—EM 3 DE DEZEMBRO DE 1868.

Declara qual a gratificação diaria que compete aos empregados dos telegraphos que trabalharem fóra dos limites urbanos.

Tendo-se reconhecido na pratica inconvenientes na execução dos arts. 1.º e 4.º das instrucções expedidas por Aviso de 16 de Setembro de 1865, para execução do art. 33 do regulamento que baixou com o Decreto n.º 3288 de 20 de Junho de 1864, Sua Magestade o Imperador ordena que d'ora em diante sejam executadas as seguintes instrucções substitutivas:

Instrucções sobre o modo como deve ser paga aos empregados das linhas telegraphicas, a gratificação de transporte de que trata o art. 33 do regulamento que baixou com o Decreto n.º 3288 de 20 de Junho de 1864.

Art. 1.º Os empregados das linhas telegraphicas que trabalharem fóra dos limites urbanos, terão direito á uma gratificação diaria de dous mil réis (2\$000).

Art. 2.º O transporte maritimo será pago conforme os preços estabelecidos nas tabellas das companhias de navegação costeira, ou do interior, salvo se o empregado tiver passagem de estado.

Art. 3.º Quando a viagem fór feita parte por mar, parte por terra, abonar-se-ha ao empregado a despesa de transporte correspondente a uma e outra, salvo no primeiro caso—concessão de passagem de estado.

Art. 4.º O director, seu ajudante e engenheiros de secção, que não tiverem já gratificação de transporte, terão de gratificação quatro mil réis no maximo, e dous mil réis no minimo, sendo-lhe igualmente applicavel a disposição do art. 3.º

Art. 5.º Os guardas das linhas não terão gratificação de transporte dentro dos limites de seu districto, bem como os empregados, que forem a seu pedido transferidos de uma para outras estações.

Palacio do Rio de Janeiro, em 3 de Dezembro de 1868.—*Joaquim Antônio Fernandes Leão.*

N. 523.—IMPERIO.—EM 4 DE DEZEMBRO DE 1868.

Ao Presidente da Província da Bahia. — Declara: 1.º serem (irregularidades substanciaes:) constituir-se a mesa parochial contra a disposição do art. 10 do Decreto n.º 1812 de 23 de Agosto de 1836, e fazer-se a chamada dos votantes por alistamento do anno anterior, achando-se perfeito e acabado o do corrente; 2.º que no art. 17 das Instrucções de 28 de Junho de 1849 está prevenido o modo de supprir a falta da lista dos eleitores e do alistamento dos votantes.

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 4 de Dezembro de 1868.

Illm. e Exm. Sr. — Submette V. Ex., em officio de 42 de Outubro ultimo, á resolução do Governo Imperial o acto pelo qual annullou provisoriamente a eleição a que se procedeu em Setembro para Vereadores e Juizes de Paz da freguezia da Cidade de Lençóes, e expõe as seguintes occurrencias relativas á mesma eleição:

Deixou o 1.º Juiz de Paz de fazer na época legal a convocação ordenada pela lei em razão de não ter a lista dos eleitores e supplentes e o alistamento dos cidadãos activos da parochia, nem poder obtel-os da Camara Municipal; e consultando a V. Ex. se, não obstante tal circumstancia, devia proceder á eleição no dia 7 de Setembro, respondeu-lhe V. Ex. negativamente. Entretanto tendo o 2.º Juiz de Paz, como se affirma, feito aquella convocação sob o pretexto de não haver o 1.º cumprido esse dever, prestou-se este ultimo a presidir a eleição no referido dia; e, não obstante receber no seguinte a resposta de V. Ex., nella continuou até ultimar-se.

Procedentes como são as ponderações feitas por V. Ex. em seu citado officio sobre diversas irregularidades, cuja realidade é demonstrada pelas actas; ouvida a secção do Conselho de Estado, e de conformidade com o seu parecer, Sua Magestade o Imperador Ha por bem Mandar declarar a V. Ex. que é julgada nulla a referida eleição, por quanto:

4.º E' manifesta a impossibilidade de ter-se effectuado legalmente em dous dias a apuração de 7.396 cedulas, contendo metade dellas, em cada uma, nove nomes para Vereadores, e a outra metade quatro para Juizes de Paz. Accresce, para que haja fundada razão de suppôr-se que realmente se não

fz eleição, darem-se como praticados, no curto período de tres dias incompletos, todos os trabalhos relativos á organização da mesa parochial, ás chamadas de 3.907 votantes, além da redacção das respectivas actas;

2.º Foi illegalmente formada a mesa parochial, não se observando na nomeação de seus membros, pertencentes á turma de supplentes, o disposto no art. 40 do Decreto n. 1812 de 23 de Agosto de 1856;

3.º Resulta da acção do dia 7 de Setembro que os votantes forão chamados pelo alistamento de 1867, quando dos papéis remetidos por V. Ex. se deprehende que estava perfeito e acabado o do corrente anno.

Quanto á representação a V. Ex. dirigida pelo 1.º Juiz de Paz sobre a falta da lista geral dos cidadãos qualificados este anno, e recusa da Camara Municipal a prestar o livro da qualificação para serem por elle chamados os votantes, observe a V. Ex. que o mesmo Juiz de Paz devia ter em seu poder a cópia authentica de que fallão os arts. 21, 37, 48 e 96 da Lei n.º 387 de 49 de Agosto de 1846, e por ella devia fazer as chamadas, estando prevenido no art. 47 das Instrucções de 28 de Junho de 1849, e Aviso n.º 377 de 47 de Junho de 1861 § 8.º, o modo de supprir-se a falta de que se trata.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Souza*. — Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 329. — IMPERIO. — EM 4 DE DEZEMBRO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia das Alagôas. — Declara não serem irregularidades substanciaes: 1.º o facto de não ser rigorosamente exclusiva a acta especial da 3.ª chamada por se dizer nella que nos dias anteriores se fizerão as duas primeiras; 2.º não constar a hora em que findou a 1.ª chamada e começou a 2.ª

2.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios do Imperio, em 4 de Dezembro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr. — Em officio de 2 do mez findo expóz V. Ex. as seguintes irregularidades, que se

derão na eleição realisada em Setembro para Vereadores e Juizes de Paz na freguezia de Agua-Branca :

1.^a Da acta do recebimento das cédulas consta que a primeira chamada começou no dia 7 e concluiu-se a segunda no dia 9, fazendo-se a terceira no dia 10; nella não se declara, porém, quando findou a primeira, nem quando teve principio a segunda ;

2.^a A mesma acta, que foi lavrada no dia 10, narra factos que se passarão em dias anteriores, não obstante o que recommendão os Avisos de 21 de Março e 14 de Dezembro de 1865.

Em resposta declaro a V. Ex. que nenhuma das referidas irregularidades vicia substancialmente o processo da eleição.

A acta da terceira chamada deve ser especial, como determina o art. 49 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846, mas nada obsta a que nella se faça menção de outros factos, uma vez que especialmente conste a fiel observancia das formalidades estabelecidas no intento de resguardar da fraude e da surpresa aquelle importante acto do processo eleitoral. Deve entender-se preenchido o fim da disposição legal quando na acta da terceira chamada se expõe com a precisa individuação o cumprimento de todos os preceitos legais que lhe são relativos, não constituindo nullidade absoluta o facto de não ser rigorosamente exclusiva, por se dizer nella que nos dias anteriores haviam sido feitas as duas primeiras chamadas.

Não é tambem motivo para annullação o não constar a hora em que findou a primeira chamada e começou a segunda, circumstancias estas cuja declaração a lei não exige, mas que conviria relatar unicamente para melhor verificação dos trabalhos da eleição.

Desde que não appareceu reclamação contra a fidelidade da narração contida nas actas, deve-se presumir sua exactidão : o facto de não ter lugar em acta do mesmo dia, só de per si não induz fraude, nem é preterição de formalidade das que o legislador estabeleceu para garantir a verdade da eleição e assegurar os meios de julgar-a.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Sousa* — Br. Presidente de Provincia das Alagoas.

N. 530.—FAZENDA.—EM 4 DE DEZEMBRO DE 1868.

Approva aqualificação de baetilha de algodão, que foi dada pela Alfandega de Uruguayana a uma fazenda, cuja amostra acompanhou o officio da Thesouraria de S. Pedro de 24 de Agosto proximo passado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 4 de Dezembro de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria do Rio Grande do Sul, que em vista da informação prestada pela Commissão da Tarifa da Alfandega do Rio de Janeiro sobre a amostra da fazenda, que acompanhou o seu officio n.º 204 de 24 de Agosto deste anno, fica approvada a qualificação de baetilha de algodão, que lhe foi dada no processo de arbitramento a que se procedeu na Alfandega de Uruguayana; visto que sendo a referida mercadoria lisa pelo avesso, e tendo pouco pello, não pôde ser classificada como pellucia de algodão, cujo tecido é encorpado, e o seu pello mais basto.

Visconde de Itaborahy.

N. 531.—FAZENDA.—EM 4 DE DEZEMBRO DE 1868.

As loterias concedidas pelas Assembléas Provinciaes a favor das famílias dos Voluntarios da Patria, não estão comprehendidas no favor concedido no art. 38 da Lei n.º 514 de 28 de Outubro de 1868.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 4 de Dezembro de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Pernambuco que fica approvado o procedimento de que deu conta no officio n.º 317

de 3 de Outubro ultimo, de mandar arrecadar integralmente o respectivo imposto das loterias concedidas pela Assembléa Provincial a favor das familias dos Voluntários da Patria, e de promover a cobrança do que deixou-se de pagar das loterias anteriores, visto não estarem ellas comprehendidas no favor concedido no art. 38 da Lei n.º 514 de 28 de Outubro de 1848, como já havia sido declarado na Ordem n.º 104 de 16 de Maio deste anno.

Visconde de Haborahy.

N.º 542.— FAZENDA.— EM 3 DE DEZEMBRO DE 1868.

Declara irregular o procedimento de uma Thesouraria, tolerando a recusa em que insistio o respectivo Thesoureiro de nomear pessoa que o substituísse durante a licença que lhe havia sido concedida, e consentindo que esta sortísse o seu effeito sem o cumpri-se a que estava sujeita.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, em 3 de Dezembro de 1868.

O Visconde de Haborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria do Amazonas, em resposta ao seu officio n.º 95 de 23 de Outubro ultimo, que não procedeu regularmente tolerando a recusa em que insistio o respectivo Thesoureiro João Vicente Murinelly de nomear pessoa que o substituísse durante a licença, e bem assim que esta produzisse o seu effeito sem o cumpri-se, a que estava indubitavelmente sujeita, não só por ser o dito Thesoureiro immediatamente subordinado ao Sr. Inspector e este o competente para fazer cumprir a mesma licença, se não tambem porque só da data desse acto deveria considerar-se no gozo della o referido empregado, a quem não compelia declarar o dia em que começava a fruil-a, sem manifesto desrespeito ao seu legitimo superior, dada a insistencia da recusa, que não foi por modo algum justificada, cumpria que essa Thesouraria

tivesse advertido o Thesoureiro do seu reprehensivel procedimento, e o declarasse responsavel pelas consequencias d'elle, não considerando-o no gozo da licença, nem mandando-lhe passar guia de vencimentos, por não haver satisfeito as exigencias da Lei, e dando de tudo parte ao Thesouro para ulterior deliberação. Outrosim, declara ao Sr. Inspector que, não tendo o dito Thesoureiro nomeado substituto para exercer o lugar durante o seu impedimento, na fórma da Lei, não pôde ter effeito a licença que lhe foi concedida: tanto mais por não ter sido apresentada ao cumpria-se dessa Inspectoria, não tendo, portanto, direito a vencimento algum aquelle Thesoureiro, desde o dia 3 do mez de Outubro findo, em que começou a servir por nomeação da respectiva Presidência o 1.º Escripturario Francisco de Paula Bello.

Visconde de Haborahy.

N. 533. — FAZENDA. — EM 4 DE DEZEMBRO DE 1868.

Declara que não são compatíveis os exercicios de Procurador Fiscal de Thesouraria e Professor de Lyceo e Inspector Geral de Estudos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 4 de Dezembro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr. — Em resposta ao officio de V. Ex. de 6 de Outubro ultimo, n.º 44, tenho de declarar-lhe que não são compatíveis os exercicios de Procurador Fiscal da Thesouraria e Professor do Lyceo e Inspector Geral dos Estudos; porquanto, embora aquelles cargos não sejam repugnantes entre si, attenta a natureza das funcções de um e outro, comtudo dá-se incompatibilidade resultante da impossibilidade de ser cada um delles servido e desempenhado satisfactoriamente.

A V. Ex., pois, e á Assembléa Provincial compete, no interesse peculiar da Provincia, propôr e adoptar

as medidas, que necessarias forem para que a instrucção publica não soffra com tal accumulacão, vista a attribuição que lhes confere o § 2.º do art. 40 do Acto Adicional.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*.—
Sr. Presidente da Provincia das Alagoas.

N. 534.—FAZENDA.—EM 5 DE DEZEMBRO DE 1868.

A venda de terras pertencentes à Fazenda Nacional deve ser feita por escriptura e não por termo de cessão lavrado nas Repartições Publicas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 5 de Dezembro de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, em resposta ao officio do Sr. Inspector da Thesouraria de Sergipe de 22 de Junho deste anno, participando a arrematacção de um quadro de terras, que fôra adjudicado à Fazenda Nacional na execução movida contra Antonio Manoel de Faro Leitão, lhe declara que a transmissão da propriedade não se devera effectuar pelo simples termo lavrado na Secção de Contencioso da mesma Thesouraria, mas por escriptura publica, como exige a Lei n.º 840 de 15 de Setembro de 1855, art. 44; e que portanto deverá fazer legalisar a sobredita venda nos termos da citada Lei.

Visconde de Itaborahy.

N. 523.—IMPERIO.—EM 5 DE DEZEMBRO DE 1868.

Ao Vice-Presidente da Província de Mato Grosso.—Declara que os Presidentes de Província não devem mandar proceder a novas eleições antes da confirmação dos actos pelos quaes tenham annullado as anteriormente feitas.

2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 5 de Dezembro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Foi presente ao Governo Imperial o officio de 7 de Outubro ultimo, com o qual V. Ex. enviou cópia da portaria da mesma data, annullando as eleições de Vereadores e Juizes de Paz a que ultimamente se procedeu nas parochias da Sé, Pedro II, Santo Antonio do Rio Abaixo, Nossa Senhora do Livramento, e Nossa Senhora da Guia da Cidade de Poconé, e designando a segunda domingo do corrente mez, para se effectuarem novas eleições naquellas parochias, e nas de Brotas e Rosario em que não se cumprio o preceito do art. 92 da lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1866.

Não sendo sufficientes os documentos que V. Ex. me enviou com o referido officio para que o Governo se pronuncie ácerca do acto de V. Ex., que devia aguardar a confirmação do mesmo acto para determinar que se procedesse a novas eleições (Aviso n.º 540 de 1861), convem que V. Ex. mande suspender a posse dos Vereadores e Juizes de Paz eleitos na 2.^a domingo deste mez, e que continuem em exercicio os do quadrenio que deve findar em 7 de Janeiro futuro, até que o Governo resolva definitivamente sobre o acto de que se trata á vista das actas, que por V. Ex. me serão remettidas com a maior brevidade, assim como quaesquer outros documentos que por ventura tenham sido sujeitos á apreciação de V. Ex.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Vice-Presidente da Província de Mato Grosso.

N. 536.—FAZENDA.—EM 7 DE DEZEMBRO DE 1868.

Transmitte o Decreto n.º 4283 de 5 de Dezembro corrente, prorogando as disposições que permittem ás embarcações estrangeiras o serviço de cabotagem.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 7 de Dezembro de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, transmittê aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida execução, o Decreto n.º 4283 de 5 do corrente mez, constante do exemplar incluso, prorogando até o fim de Dezembro de 1869 as disposições que permittem ás embarcações estrangeiras o serviço de cabotagem.

Visconde de Itaborahy.

N. 537.—FAZENDA.—EM 9 DE DEZEMBRO DE 1868.

Da instrucções ácerca das horas marcadas para a entrada e saída dos Empregados do Thesouro e Thesourarias.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 9 de Dezembro de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo em vista o officio n.º 42º da Thesouraria da Provincia de Minas Geraes, de 21 de Novembro findo, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida execução, que a hora marcada para começar o trabalho no Thesouro e Thesourarias é as 9 horas da manhã, tolerando-se, porém, que os Empregados, por motivos justificados, compareçam e assignem o livro de presença nas suas Repartições durante o primeiro quarto de hora, como dispõe o art. 59 do Decreto n.º 736 de 20 de Novembro de 1850; que ás 9 horas e um quarto se deverá encerrar o mesmo

livro, não se consentindo mais que o assignem os Empregados, e annotando-se nelle a hora da entrada de cada um, bem como a da sahida, com permissão ou sem ella, para proceder-se aos descontos em que tiverem incorrido, na fórma do art. 29 § 3.º do Decreto n.º 4153 de 6 de Abril deste anno; que, se a essa hora não estiver presente o Chefe respectivo, ou Funcionario encarregado de tomar o ponto, será este encerrado pelo Empregado a quem competir substitui-lo, e feitas pelo mesmo as annotações que occorrerem; que, finalmente deverão os Srs. Inspectores advertir os Empregados que, por habito ou repetidas vezes em cada mez, comparecerem no quarto de hora de tolerancia ou depois das 9, e bem assim os que, ainda obtendo licença, se retirarem em qualquer hora antes das 3 ou das prorogadas; ficando os Srs. Inspectores scientes de que as faltas desta natureza prejudicão os accessos a que os Empregados se julgarem com direito, e devem ser mencionadas nas informações semestraes exigidas pelo art. 51 do Decreto n.º 870 de 22 de Novembro de 1851, para os devidos effeitos.

Visconde de Itaborahy.

N. 538.—MARINHA—AVISO DE 9 DE DEZEMBRO DE 1868.

Declara que os Officiaes de Fazenda, empregados nas companhias de aprendizes marinheiros, podem ser incumbidos do ensino das primeiras letras e doutrina christã ás respectivas praças.

2.ª Secção—Ministerio dos Negocios da Marinha.—Rio de Janeiro, em 9 de Dezembro de 1868.

Sua Magestade O Imperador Manda declarar a Vm. que, não havendo no Decreto e Regulamento n.º 4173, de 6 de Maio do corrente anno, que reorganizou o corpo da Fazenda, nenhuma disposição, que vede aos officiaes desse corpo o exercicio de mestre de 1.ª letras nas companhias de aprendizes marinheiros, onde seão empregados, subsiste o que se acha estabelecido no art. 36

do Regulamento annexo ao Decreto n.º 1517, de 4 de Janeiro de 1855, a que se refere o Aviso de 15 de Fevereiro de 1864, podendo, portanto, na falta de capellão, ser incumbidos de semelhante serviço os respectivos Escrivães, uma vez que não prejudique as obrigações a cargo dos mesmos. O que communico a Vm. para sua intelligencia e em resposta ao seu officio n.º 236, de 17 do mez proximo preterito.

Deus Guarde a Vm.—*Barão de Catagipe*.—Sr. Chefe do Corpo de Fazenda.

N. 539.—IMPERIO.—Em 9 DE DEZEMBRO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia de Minas Geraes.—Declara ser irregularidade substancial fazer parte da meza parochial cidadão que não esteja qualificado na respectiva freguezia.

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 9 de Dezembro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Por acto de 30 do mez findo annullou V. Ex. a eleição de Vereadores e Juizes de Paz a que ultimamente se procedeu na freguezia da Conceição da Barra, visto ter feito parte da mesa parochial o cidadão Antonio Custodio de Souza e Oliveira, que não está qualificado na mesma freguezia.

Affectando esta irregularidade a essencia do processo eleitoral, como declarou o Aviso n.º 46 de 28 de Janeiro de 1861 § 2.º, o Governo Imperial sustenta o acto de V. Ex., que deverá mandar proceder á nova eleição, nos termos das disposições em vigor.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N. 540.—IMPERIO.—EM 9 DE DEZEMBRO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia da Bahia.—Declara que a disposição do art. 2.º da Lei n.º 1333 de 19 de Setembro de 1866 foi restricta sómente á eleição a que se procedeu em 1867.

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 9 de Dezembro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Considerando V. Ex. que foi a guerra em que o Brasil está empenhado que determinou a medida constante do art. 2.º da Lei n.º 1333 de 19 de Setembro de 1866, de reduzir a 30 os 60 dias fixados pelo art. 108 da Lei n.º 337 de 19 de Agosto de 1846 para suspensão do recrutamento antes da eleição primaria, consulta em officio de 4 do corrente se aquella medida deve ser observada com relação a eleição que tem de effectuar-se na ultima dominga de Janeiro vindouro.

Estando expressamente declarado no citado art. 2.º que sua disposição não teria applicação senão á eleição a que se procedeu na primeira dominga de 1867, não se póde deixar de observar presentemente o art. 108 da Lei regulamentar das eleições. Deve portanto suspender-se o recrutamento em todo o Imperio nos 60 dias anteriores e nos 30 posteriores a 31 de Janeiro futuro, designado para a eleição primaria.

O que communico a V. Ex. para os devidos effeitos.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 541.—IMPERIO.—EM 10 DE DEZEMBRO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia da Bahia.—Declara legalmente impedido de presidir a Mesa Parochial o Juiz de Paz pronunciado em crime inafiançavel.

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 10 de Dezembro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Accuso o recebimento do officio que V. Ex. me dirigio em 14 de Outubro ultimo, communicando que, por acto cuja cópia enviou, re-

solveu, á vista das actas e dos documentos que trouxe ao conhecimento do Governo Imperial, approvar a eleição feita em Setembro para Vereadores e Juizes de Paz na Freguezia do Senhor Bom Jesus do Bomfim da Villa do Chique-Chique, presidida pelo 2.º Juiz de Paz Manoel Pereira Bastos, ficando sem effeito outra a que se procedera na dita Freguezia e na mesma occasião, sob a presidencia do 1.º Juiz de Paz José Rufino de Magalhães Junior.

Provando os mencionados documentos que o 1.º juiz de paz da referida Freguezia se achava legalmente impedido de presidir á eleição, por estar pronunciado pelo Juizo Municipal em crime inafiançavel; e tornando-se por isso competente o 2.º para dirigir os trabalhos da Assembléa parochial, Sua Magestade o Imperador, ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, Manda approvar o acto de V. Ex.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 512.—IMPERIO.—Em 10 DE DEZEMBRO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia de S. Paulo. — Declara haver incompatibilidade entre o cargo de Vereador e os officios de Tabellião e de Escrivão do Jury.

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 10 de Dezembro de 1868.

Ilhm. e Exm. Sr.—Em officio de 27 de Novembro do anno passado sujeitou o antecessor de V. Ex. á approvação do Governo Imperial a solução que dera á seguinte duvida proposta pela Camara Municipal de Santos:

Se Francisco Antonio Ferreira, Tabellião do publico, judicial e notas, e Escrivão do crime e civil daquella Cidade, sendo eleito Vereador e tendo preferido continuar na serventia de seu officio, podia assumir o cargo de Vereador em razão de ter deixado o primeiro emprego que exercia.

Ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, Sua Magestade o Imperador, Conformando-se por sua immediata Resolução de 28 de

Outubro ultimo com o parecer exarado em Consulta de 15 do mez anterior, Ha por bem Mandar declarar a V. Ex. que merece Sua Imperial approvação a decisão proferida pelo antecessor de V. Ex. pelas seguintes razões em que se fundou;

Segundo a doutrina dos Avisos n.º 393 de 22 de Novembro de 1837 e n.º 64 de 7 de Fevereiro de 1861, são incompatíveis os referidos lugares. Occupando o cidadão de quem se trata o lugar de Tabelião do publico, judicial e notas por titulo vitalicio, quando foi eleito Vereador no anno de 1864, e tendo então deixado de tomar posse deste cargo, e participado á Camara Municipal que assim procedia por conservar seu officio, ficou entendido que implicitamente o havia optado e renunciado o cargo de eleição popular.

O argumento de que se não pôde admitir a renuncia tacita de direitos não é procedente neste caso, porque a permanencia no exercicio de um de dous cargos incompatíveis revela a intenção de não aceitar o outro e produz os mesmos effeitos da renuncia expressa.

A circumstancia de não estar, quando foi eleito Vereador, no effectivo exercicio de seu officio por enfermidade ou outro motivo, não modifica o estado da questão, certo como é que voltou posteriormente a exercel-o até o anno de 1866.

O facto de haver o mesmo cidadão deixado depois o referido officio, permutando-o com authorisação do Governo pelo de Escrivão do Jury, lhe não pôde aproveitar para assumir o cargo de Vereador; 1.º porque a renuncia do cargo de Vereador em que importou a conservação do officio de Justiça sortio logo seus effeitos e não é revogavel a arbitrio do interessado, não sendo applicavel ao caso a doutrina do Aviso n.º 207 de 6 de Março de 1840, que se refere unicamente ao de simples impedimento; 2.º porque, ainda quando não prevalecesse a primeira razão, o novo officio, que passou a servir o dito cidadão, de Escrivão do Jury, perpetuava a incompatibilidade, visto que os Vereadores são substitutos legaes dos Juizes Municipaes, como dispõe o art. 19 da Lei de 3 de Dezembro de 1841, e foi declarado pelos Avisos n.º 67 de 20 de Setembro de 1843, n.º 36 de 8 de Março de 1847, n.º 129 de 12 de Abril de 1858 e outros.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Souza*. — Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

N. 543. — ESTRANGEIROS. — CIRCULAR DE 10 DE
DEZEMBRO DE 1868.

Especifica os assumptos sobre que devem versar as informações dos Consules do Imperio destinadas a fazer parte da collecção dos documentos officiaes mandada publicar pelo Decreto n.º 4233 de 30 de Setembro de 1868.

2.ª Secção. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios Estrangeiros. em 10 de de Dezembro de 1868.

Entre os variados deveres que o Regulamento Consular impõe aos Consules Geraes e Consules, sobressahem os mencionados nos arts. 80 a 88, relativos ás informações e dados estatísticos sobre o commercio e navegação.

Tendo em vista que se aperfeiçoem e vulgarisem os trabalhos deste genero, o Governo resolveu dar-lhes nova fôrma e systema: bem como fazel-os publicar no *Diário Official*, e n'uma collecção annual sob o titulo de—Informações dos Agentes Diplomaticos e Consulares do Imperio.

Assim o determina o Decreto n.º 4238 de 30 de Setembro ultimo, aqui junto sob o n.º 4.

Sem ampliar o circulo das informações até hoje exigidas, farei algumas observações sobre a fôrma e o desenvolvimento de que carecem os mappaes e relatorios triennaes e annuaes, que prescreve o Regulamento Consular em seus arts. 89 e 82, 87 e 88.

Os relatorios devem ser concisos e claros, fundando-se nos dados collidos em documentos officiaes e em qualquer outra fonte digna de confiança. Nesta ultima classe comprehendem-se os elementos que resultem da propria observação e registros dos Srs. Consules; mas em todo caso cumpre declarar a origem de uns e outros dados, e o gráo de exactidão que elles possam offerecer.

O anno para estas communicações será o economico, que se conta de Julho a Junho.

Os relatorios triennaes apresentarão um quadro geral das operações commerciaes, e outro especial das que respeitão ao Brasil; com observações sobre os preços correntes dos generos brasileiros e dos do paiz importador, cambios, taxas dos descontos, fretes, seguros, commissões e effeitos ordinarios da concorrência dos productos similares nos mercados.

Os relatorios annuaes serão a synthese daquelles, acrescentando-se-lhes um quadro comparativo de seus resultados com os dos tres annos anteriores mais proximos, sempre que isto seja possivel.

Nas materias proprias dessas informações periodicas se comprehendem dous assumptos de subida importancia, que por via de regra merecem ser objecto de officios especiaes, sempre que sua exposição exija grande desenvolvimento, ou quando de outro modo retarde-se muito a communicação que lhes fôr relativa. Refiro-me ás tarifas de direitos de consumo e de exportação, e aos tratados de commercio, navegação e correspondencia postal.

As tarifas e suas successivas alterações, na parte que interessar ao commercio do Brasil, devem ser analysadas, comparando-se os direitos antigos com os modernos, e mostrando-se a influencia que possam exercer sobre os productos brasileiros, directamente ou pela protecção que prestem ao commercio ou producção de outros paizes.

Nesta parte não devem os Srs. Consules limitar-se a dar conhecimento de actos consummados, releva que procurem prevel-os, attendendo aos trabalhos preliminares, ás manifestações da imprensa e ás declarações officiaes que de ordinario precedem a taes medidas.

Os tratados de commercio e navegação, e as convenções postaes serão apreciados sob o mesmo ponto de vista da legislação fiscal, isto é, considerando-se a utilidade ou inconvenientes que dahi possam provir ao Imperio.

Outro assumpto não menos importante recommenda-se a mais séria attenção dos Agentes Consulares do Brasil: são as leis e regulamentos concernentes á emigração, e os meios que mais convenha empregar de nossa parte para favorecel-a no interesse do Imperio.

Com este mesmo pensamento informaráõ a respeito do movimento da emigração e immigração em seus respectivos districtos; declarando:

O numero de emigrantes; para onde se dirigem e d'onde procedem; em que portos embarção, quanto custa o seu transporte até esses portos e até ao seu destino definitivo; em que condições pecuniarias emigrão; porque preferem tal paiz a tal outro; quaes as profissões, religião, costumes e moralidade da

gente propensa á emigração ; como são recebidos e auxiliados nos differentes paizes a que se destinão.

Esta materia reclamará de ordinario uma communicação especial, mas pôde ser incluída nos relatorios commerciaes, quando os Consulados pouco tentão que dizer a esse respeito.

Os relatorios e mappas annuaes devem chegar á Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros até ao mez de Dezembro, se não antes ; os trimensaes serão expedidos o mais brevemente possível, e nunca depois do segundo mez do trimestre seguinte. Uns e outros devem ser escriptos em folhas com o verso em branco, para facilitar a sua mais prompta impressão.

Para que os mappas sejam facilmente annexados ao livro da collecção annual, modificárão-se os antigos modelos do Regulamento Consular, que ficão assim substituídos pelos que acompanhão o presente despacho.

Como se vê dos novos modelos, a modificação reduzio-se a serem substituídos em dous os da navegação, e bem assim os do commercio, eliminando dos primeiros os nomes das embarcações, e separando dos segundos, para um mappa especial, os algarismos das cotações commerciaes.

Destaarte podem todos ser construídos de modo que se torne facil o seu exame, e se prestem á impressão como folhas da collecção annual e do mesmo formato desta.

Fica subentendido que, nos Estados onde não houver Agente Diplomatico do Brasil, os Srs. Consules prestarão as informações que o Regimento das Legações incumbe aos Chefes desta ; e que n'um e n'outro caso as informações ou commentarios de caracter reservado devem vir separadamente da correspondencia ostensiva e destinada á publicidade.

Desde Janeiro proximo em diante, considerar-se-hão revogadas a Circular de 9 de Julho de 1859, e quaesquer outras ordens em vigor, que tenham por fim trabalhos incluídos nos que ora se prescrevem, e bem assim a remessa de iguaes documentos aos outros Ministerios, a qual será supprida pelas publicações que passão a ser feitas no *Diario Officiel* e na collecção annual.

O Governo conta com a intelligencia e zelo dos Srs. Consules Geraes e Consules no cumprimento das presentes Instrucções, que lhes ha por muito recomendadas.

Renovo a V. as seguranças de minha estima e consideração.

Ao Consulado Geral do Brasil em.....

(O documento n.º 4 está publicado na segunda parte da Collecção das Leis á pagina 549.)



N. 544. — ESTRANGEIROS. — CIRCULAR DE 10 DE
DEZEMBRO DE 1868.

Especifica os assumptos sobre que devem versar as informações das Legações Imperiaes, etc.

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios Estrangeiros, em 10 de Dezembro de 1868.

O Governo julga conveniente methodisar e dar a maior publicidade possível aos factos estatísticos commerciaes, e aos outros variados esclarecimentos que incumbe aos Agentes Diplomaticos e Consulares prestar, conforme os regulamentos e ordens em vigor.

Neste intuito Houve Sua Magestade o Imperador por bem approvar o plano de que trata o Decreto n.º 4258 de 30 de Setembro ultimo.

A execução desta medida exigia instrucções, que ora expeço aos Consules, e annexo ao presente Despacho sob o n.º 2.

Estão ahí especificados todos os assumptos a respeito dos quaes aquelles Agentes são chamados pelo seu regulamnto a dar informações; e addicionárão-se outros que parecêrão dignos de estudo.

Queira V. tomar conhecimento dessas instrucções, e observal-as por sua parte no que forem applicaveis aos trabalhos analogos que essa Legação possa apresentar.

Os arts. 52, 54, 55 e 56 do Regimento das Legações impõem aos respectivos Chefes o dever de comunicar á esta Secretaria de Estado:

1.º A conclusão de quaesquer tratados, convenções, ou ajustes, fazendo-se resenha de suas causas e consequências;

2.º As leis e regulamentos promulgados, as discussões importantes a que derem lugar nos Parla-mentos, e as difficuldades praticas, que interromperem sua litteral execução;

3.º As invenções de qualquer natureza; os progressos das sciências e artes; as medidas adoptadas para promover-as e premial-as, bem como os meios por que se poderão estender seus beneficios aos subditos do Imperio.

4.º Noticia do estado da saúde publica, com os regulamentos preventivos que se adoptarem em caso de contagio ou peste.

V. providenciara para que, tanto quanto seja possivel, e sem prejuizo dos negocios diplomaticos e mais encargos impreteriveis dessa Legação, seus empregados se esforcem por satisfazer aos utilissimos preceitos que actua se recordão e pela fórma mais conveniente.

Para facilitar a impressão immediata no *Diario Official*, e a da collecção annual, muito importa que os escriptos estrangeiros, que possão ter esse destino, venhão já acompanhados de uma traducção, noticia ou extracto, segundo sua extensão e natureza.

Esta remessa, porém, que exigirá alguma demora, não deve excluir a transmissão immediata do mesmo escripto ou impresso estrangeiro, todas as vezes que a Legação dispuzer de mais de um exemplar.

A correspondencia destinada a fazer parte da dita collecção annual não deve conter noticias ou observações de caracter reservado, sendo que estas podem ser communicadas separadamente, em officios de outra serie.

E' escusada ponderar a V. quanto o Governo de Sua Magestade deseja que o Decreto n.º 4258 de 30 de Setembro surta os effeitos que d'elle se podem esperar, e que muito recomendarão os Agentes Diplomaticos e Consulares do Brasil ao aprego de seus concidadãos.

Tenho a honra de renovar a V. as expressões de minha

A Legação Imperial do Rio de Janeiro.

N. 2.

Mapa do movimento da navegação entre o Brasil e..... no 1.º trimestre do anno de 186

Entrada.				
EMBARCAÇÕES.	NUMERO.	TONELADAS.	EQUIPAGEM.	VALOR IMPORTADO.
Brasileiras.....
Estrangeiras.....
Total
Sahida.				
EMBARCAÇÕES.	NUMERO.	TONELADAS.	EQUIPAGEM.	VALOR EXPORTADO.
Brasileiras.....
Estrangeiras.....
Total

Consulado Geral do Brasil em.....

Preço corrente e quantidade dos generos importados do Brasil na Praça de
durante o 1.º trimestre de 186

GENEROS.	PESO OU MEDIDA.	DIREITOS DE ALFANDEGA.	QUANTIDADE IMPORTADA.	PREÇOS.		
				JANEIRO.	FEVEREIRO.	MARÇO.
Aguardente						
Assucar						
Café						
Fumo						

N. 3.

Quadro da cotação do cambio, taxa de descontos e fretamento das embarcações no mercado de..... correspondente ao 1.º trimestre de 168

Cambios.			
DESTINOS.	JANEIRO.	FEVEREIRO.	MARÇO.
Sobre o Brasil.....
" a França.....
" a Inglaterra.....
"
Taxa de descontos.			
ORIGEM.	JANEIRO.	FEVEREIRO.	MARÇO.
Banco do Estado.....
" de.....
Em Praça.....
"
Preço do frete.			
DESTINOS.	JANEIRO.	FEVEREIRO.	MARÇO.
.....
.....
.....
.....

Consulado Geral do Brasil em.....

N. 6.

**Mappa das embarcações que entrarão nos portos deste Consulado
Geral vindas do Brasil no anno de 186**

NUMERO.	EMBARCAÇÕES.	PORTOS.		NUMERO.		VALOR DA EXPEDIÇÃO DE CADA PORTO.
		D'ONDE PROCEDEM.	ONDE ENTRARÃO.	TONELADAS.	EQUIPAGEM.	
4	Brasileiras...	Bahia.....	Buenos-Ayres	600	48	£. 1.400
8	Estrangeiras.	»	»	1.200	112	» 1.600
12	Somma.....	1.800	160	£. 3.000
...	Brasileiras...	Santes	Rosario			
...	Estrangeiras.	»	»			
...	Somma.....			
TOTAL						

NUMERO.	EMBARCAÇÕES.	PORTOS.		NUMERO.		VALOR DA EXPEDIÇÃO DE CADA PORTO.
		DE ONDE PROCEDEM.	ONDE EXTRAIÃO.	TONELADAS.	EQUIPAGEM.	
	Transporte.					
	Brasileiras.					
	Estrangeiras.					
	Somma.					
	Brasileiras.					
	Estrangeiras.					
	Somma.					
Total.						

N. 7.

Mapa das embarcações que sahirão dos portos deste Consulado
Geral para os do Brasil no anno de 186

NUMERO.	EMBARCAÇÕES.	PORTOS.		NUMEROS.		VALOR DA EXPEDIÇÃO DE CADA PORTO.
		D'ONDE PROCEDEM.	PARA ONDE FORÃO.	TONELADAS.	EQUIPAGEM.	
3	Brasileiras..	Buenos-Ayres	Bahia.	990	80	£ 490
7	Estrangeiras	"	"	1.400	103	" 1.600
12	Somma.	2.390	183	£ 2.090
....	Brasileiras...	Rosario.....	Santos.....
....	Estrangeiras.	"	"
....	Somma.....
Total.....			

NUMEROS.	EMBARCAÇÕES.	PORTOS.		NUMEROS.		VALOR DA EXPEDIÇÃO DE CADA PORTO.
		D'ONDE PARTIURE.	PARA ONDE FORTE.	TONELADAS.	EQUIPAGEM.	
	1. Porto de ...					
	2. Porto de ...					
	3. Porto de ...					
	4. Porto de ...					
	5. Porto de ...					
	6. Porto de ...					
	7. Porto de ...					
	8. Porto de ...					
	9. Porto de ...					
	10. Porto de ...					
	11. Porto de ...					
	12. Porto de ...					
	13. Porto de ...					
	14. Porto de ...					
	15. Porto de ...					
	16. Porto de ...					
	17. Porto de ...					
	18. Porto de ...					
	19. Porto de ...					
	20. Porto de ...					
	21. Porto de ...					
	22. Porto de ...					
	23. Porto de ...					
	24. Porto de ...					
	25. Porto de ...					
	26. Porto de ...					
	27. Porto de ...					
	28. Porto de ...					
	29. Porto de ...					
	30. Porto de ...					
	31. Porto de ...					
	32. Porto de ...					
	33. Porto de ...					
	34. Porto de ...					
	35. Porto de ...					
	36. Porto de ...					
	37. Porto de ...					
	38. Porto de ...					
	39. Porto de ...					
	40. Porto de ...					
	41. Porto de ...					
	42. Porto de ...					
	43. Porto de ...					
	44. Porto de ...					
	45. Porto de ...					
	46. Porto de ...					
	47. Porto de ...					
	48. Porto de ...					
	49. Porto de ...					
	50. Porto de ...					
	51. Porto de ...					
	52. Porto de ...					
	53. Porto de ...					
	54. Porto de ...					
	55. Porto de ...					
	56. Porto de ...					
	57. Porto de ...					
	58. Porto de ...					
	59. Porto de ...					
	60. Porto de ...					
	61. Porto de ...					
	62. Porto de ...					
	63. Porto de ...					
	64. Porto de ...					
	65. Porto de ...					
	66. Porto de ...					
	67. Porto de ...					
	68. Porto de ...					
	69. Porto de ...					
	70. Porto de ...					
	71. Porto de ...					
	72. Porto de ...					
	73. Porto de ...					
	74. Porto de ...					
	75. Porto de ...					
	76. Porto de ...					
	77. Porto de ...					
	78. Porto de ...					
	79. Porto de ...					
	80. Porto de ...					
	81. Porto de ...					
	82. Porto de ...					
	83. Porto de ...					
	84. Porto de ...					
	85. Porto de ...					
	86. Porto de ...					
	87. Porto de ...					
	88. Porto de ...					
	89. Porto de ...					
	90. Porto de ...					
	91. Porto de ...					
	92. Porto de ...					
	93. Porto de ...					
	94. Porto de ...					
	95. Porto de ...					
	96. Porto de ...					
	97. Porto de ...					
	98. Porto de ...					
	99. Porto de ...					
	100. Porto de ...					
	Total					

N. 8.

**Mappa dos generos importados do Brasil nos portos deste Consulado
Geral no anno de 186**

[illegible]

N. 515.—IMPERIO.—EM 11 DE DEZEMBRO DE 1868.

Ao Presidente da Província do Pará.—Declara nulla uma eleição pela razão de ter-se extraviado o livro das respectivas actas.

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 11 de Dezembro de 1868.

Hlm. e Exm. Sr.—Accuso o recebimento do officio de V. Ex. de 28 de Outubro ultimo, acompanhado da cópia da portaria pela qual, fundado na doutrina do Aviso n.º 436 de 30 de Dezembro de 1856, declarou de nenhum effeito a eleição que em Setembro se fez para Vereadores e Juizes de Paz na freguezia de S. Domingos, pela razão de ter-se extraviado o livro das respectivas actas e não se dar probabilidade de rehavel-o.

O Governo Imperial, approvando este acto de V. Ex. e a deliberação de mandar fazer unicamente nova eleição de Juizes de Paz, recommenda-lhe que mande proceder nos termos da Lei contra os autores do referido extravio.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Província do Pará.

N. 546.—FAZENDA.—EM 11 DE DEZEMBRO DE 1868.

Nas transferencias de Apolices se deve declarar o valor de cada uma, sua quantidade, numeros com que forem designadas e o nome do possuidor ou da pessoa a quem forem transferidas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 11 de Dezembro de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Minas Geraes, em resposta aos seus officios n.ºs 68 e 120, de 17 de Junho e 23 de Outubro

deste anno, que fica sciente da transferencia das duas Apolices de 400\$000 feita por João Eleutherio de Carvalho a Raymundo Nonato da Silva Athayde; convido que nas transferencias futuras se declare sempre, além do valor de cada Apolice, e sua quantidade, os numeros com que forem designadas, e os nomes do possuidor e da pessoa a quem forem transferidas, a fim de fazer-se na Caixa da Amortisação as devidas averbações.

Visconde de Itaboraity.

N. 377.—GUERRA. — Em 12 DE DEZEMBRO DE 1868

na instrucções para o serviço dos hospitaes e enfermarias Militares em que houver Irmas de Caridade.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 12 de Dezembro de 1868.

Remetto a V. S. para seu conhecimento e devida execução, a inclusa cópia das instrucções, expedidas nesta data, pelas quaes se deve regular o serviço dos hospitaes e enfermarias Militares, em que houver Irmas de Caridade.

Deus Guarde a V. S.—*Barão de Muritiba*.—Sr. José Ribeiro de Souza Fontes.

Instrucções para o serviço dos hospitaes e enfermarias Militares do exercito, em que houver Irmas de Caridade, a que se refere o Aviso supra.

Art. 4.º O serviço das enfermarias ficará a cargo de uma Irmã superiora, e de tantas Irmãs enfermeiras quantas forem as enfermarias, ajudadas nesse serviço por um enfermeiro-mór, e tantos ajudantes de enfermeiros quantos forem os necessários para o serviço.

Art. 2.º Tanto as Irmãs de Caridade, como o enfermeiro-mór, e os ajudantes de enfermeiros, ficarão subordinados ao 4.º medico no que fôr tendente ao serviço de saúde, e ao Director na parte administrativa.

§ 4.º A Irmã, e os ajudantes de enfermeiros de cada enfermaria, ficam subordinados ao medico encarregado da mesma, sempre debaixo do ponto de vista do serviço medico ou cirurgico da respectiva enfermaria.

§ 2.º O enfermeiro-mór fica subordinado á Irmã superiora, e os ajudantes de enfermeiros ás Irmãs e ao enfermeiro-mór, a fim de se cumprirem as determinações do regulamento de 7 de Março de 1857, naquellas partes que não ficarem em opposição com o que se determina nas presentes instruções.

Art. 3.º Além das Irmãs enfermeiras haverá mais tantas Irmãs quantas forem necessarias para que uma se encarregue da dispensa, uma da cozinha, uma da rouparia e arrecadação.

Art. 4.º A Irmã superiora obrigará todos os que lhe forem subordinados a cumprirem exactamente os seus deveres, não só quanto ao tratamento dos doentes, applicações de remedios, distribuição das dietas, como tambem no que diz respeito á policia e limpeza das enfermarias.

Parapho unico. Por qualquer falta havida nestes serviços será responsabilisada a Irmã superiora perante os chefes do serviço medico ou cirurgico, e Director do hospital.

Art. 5.º A Irmã superiora terá a seu cargo um livro para nelle serem lançados todos os objectos que ella der ás Irmãs enfermeiras, as quaes passarão recibo, nesse mesmo livro, daquillo que receberão. Este livro é o que pelo art. 479 do regulamento de 7 de Março de 1857 deve estar a cargo do enfermeiro-mór nos hospitaes e enfermarias onde não houver Irmãs de caridade.

Art. 6.º A Irmã superiora será responsavel pelas roupas, utensilios e mais objectos que faltarem, se a falta fôr proveniente de descuido ou delapidação feita pelos seus subordinados, bem como pelas faltas devidas e extravios nas arrecadações a seu cargo.

Art. 7.º A Irmã superiora nomeará, por escala, turmas de Irmãs, ajudantes de enfermeiros, e de

serventes, a fim de velarem nas enfermarias, administrarem aos doentes os caldos e remédios que forem determinados pelos facultativos, e prestarem aos mesmos doentes todos os serviços que precisarem.

Art. 8.º A Irmã superiora verificará todos os dias, depois da visita, pelas papeletas o numero dos doentes entrados, sahidos, mortos e que ficarão existindo.

Art. 9.º A Irmã superiora fará o mappa geral das enfermias, segundo os parciaes que lhe forem apresentados pelas Irmãs enfermeiras.

Art. 10.º A Irmã superiora organisará, no principio de cada mez, e entregará ao almoxarife dous mappsas : um, de todos os generos que entrãrão para a dispensa e della sairãrão no decurso do mez antecedente, com declaração de suas quantidades, e dos que passãrão para o mez seguinte ; e outro da carga e descarga de todo o material, confiado á sua guarda, com declaração do estado e quantidade dos objectos que ficarão existindo.

Art. 11.º As Irmãs, bem como os ajudantes de enfermeiros, serão encarregados dos detalhes do serviço dos hospitaes e enfermarias, segundo as distribuições feitas pelo 1.º medico naquelles, e pelo medico encarregado da enfermaria nestas.

Art. 12.º As Irmãs assistirão: 1.º, á visita nas suas respectivas enfermarias; 2.º, á distribuições das dietas na cozinha, tendo toda a vigilancia para que não falte e não se troque alguma ração ; quando isto se der participarão immediatamente ao medico de dia, que com ellas estará presente a este ultimo serviço.

Art. 13.º As Irmãs enfermeiras receberão da Irmã superiora toda a roupa, e utensilios necessarios para o serviço das enfermarias, e passarão recibo na fórma do art. 5.º destas instrucções, entregando do mesmo modo a roupa servida, ficando responsaveis pelas objectos recebidos.

Art. 14.º As Irmãs enfermeiras executarão fielmente as ordens e instrucções que lhe forem dadas pelos facultativos acerca do tratamento dos doentes, limpeza e policia das enfermarias, devendo participar-lhes todos os acontecimentos que tiverem lugar nas mesmas.

Art. 15.º As Irmãs enfermeiras formarão os mappsas de cada dia de cada enfermaria, segundo o modelo

existente, e depois de rubricados pelos facultativos, os apresentarão, assignados por ellas, á Irmã superiora.

Art. 46. Sempre que as Irmãs tiverem duvidas relativamente ao serviço medico, pedirão esclarecimentos ao medico de dia, na falta do encarregado das respectivas enfermarias.

Art. 47. O enfermeiro-mór terá o commando immediato de todos os ajudantes de enfermeiro, e os obrigará ao exacto cumprimento dos seus deveres, sendo em todo caso subordinados á Irmã superiora.

Art. 48. O enfermeiro-mór terá a seu cargo o livro de registos em que lançará o nome dos seus subordinados, as faltas, multas, suspensões e tudo que occorrer a respeito delles, e no fim de cada mez, o mais tardar até o dia 2 do mez seguinte, remetterá uma relação de todas essas alterações ao Commandante da sua companhia.

Art. 49. O enfermeiro-mór, depois de fechado o hospital, fará a chamada e revista de mostra de todos os seus subordinados, para verificar se estão na casa, e na parte que der no outro dia, á autoridade competente, das occurrencias nocturnas, declarará o nome dos que não estiverão presentes á chamada.

Art. 20. Cada hospital terá um cozinheiro, e os serverntes que forem necessarios para, sob a direcção da Irmã de Caridade encarregada da cozinha, fazer o respectivo serviço.

Art. 21. A Irmã encarregada da cozinha receberá diariamente da encarregada da dispensa, por conta, peso e medida, todos os artigos para ração dos empregados, e dietas dos doentes, segundo o mappa geral.

Art. 22. A Irmã encarregada da cozinha será responsavel por todos os utensilios do serviço desta, os quaes, depois de servirem, serão guardados em boa e devida ordem.

Art. 23. Quando os citados utensilios estiverem deteriorados, a Irmã encarregada deste serviço pedirá em tempo á Irmã Superiora, a qual reclamará da directoria do estabelecimento, os concertos ou troca delles, para que haja sempre o necessario.

Paço, em 42 de Dezembro de 1868. — *Barão de Muritiba.*

N. 548.—GUERRA. — EM 14 DE DEZEMBRO DE 1868.

Declara que ficão sujeito ao pagamento de direito na Alfandega os artigos que, tendo sido despachados livres de taes direit.ºs forem rejeitados no Arsenal de Guerra da Córte.

Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Guerra, em 14 de Dezembro de 1868.

Fique V. S. na intelligencia de que sempre que forem rejeitados pelo Arsenal de Guerra da Córte artigos fornecidos por contracto ao mesmo Arsenal, e que tenham sido despacho livre de direitos na Alfandega, deverá V. S. remetter a esta Secretaria de Estado uma relação desses artigos, a fim de se providenciar sobre a cobrança dos impostos devidos.

Deas Guarde a V. S. — *Barão de Mauitiba*. —Sr. Francisco Carlos da Luz.

N. 549.—IMPERIO.—EM 14 DE DEZEMBRO DE 1868.

Ao Presidente da Província de Minas Geraes.—Resolve duvidas sobre a intelligencia do art. 32 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846.

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 14 de Dezembro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Consultou V. Ex., em officio de 6 de Outubro ultimo, se devem ou não reunir-se as juntas de qualificação no anno de 1869.

Foi ouvida sobre esse officio a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado; e Sua Magestade o Imperador considerando:

1.º Que a Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846 previa a hypothese de achar-se comprehendido o dia marcado no art. 25 para a revisão da qualificação de votantes no periodo que decorresse entre a dissolução da Camara dos Deputados e a eleição feita em consequencia della, quando na 2.ª parte do art. 32 ordenou positivamente que entre esses dois actos não se procedesse a nova qualificação:

2.º Que, para conseguir-se o importante fim de não servir a qualificação feita depois da dissolução para a eleição posterior, bastaria a 1.ª parte do citado art. 32;

3.º Que o legislador, fixando no art. 25 para a reunião das juntas qualificadoras a 3.ª domingo de Janeiro, teve em mira manter, como tanto importa, o que determinava ácerca do seguimento do processo da qualificação até sua conclusão definitiva, isto é, até o cumprimento da decisão final da Relação do districto sobre inclusões e exclusões indevidas;

4.º Que tendo assim previsto a referida hypothese, e cassado os poderes dos eleitores da legislatura dissolvida, art. 112, se entendesse não obstante necessaria em todo o caso a reunião annual das juntas qualificadoras, o legislador providenciaria sobre o processo que deveria ser então observado, como providenciou no mesmo art. 112 ácerca dos trabalhos das mesas parochiaes, que não podião deixar de effectuar-se;

5.º Que regulando exclusivamente este caso, e não o dos trabalhos das juntas, não se lhe pôde imputar omissão, mas o proposito de fazer observar os principios geraes, dada aquella hypothese, proposito justificado pela previsão de que de outra sorte podião complicar-se os trabalhos da qualificação com os das assembleas parochiaes;

6.º Que indicando, nos arts. 6, 40 e 42, as circumstancias em que, na falta de eleitores e suplentes, se deve recorrer para a formação das juntas aos immediatos em votos aos respectivos Presidentes, não inclue a de ser essa falta motivada pela dissolução da Camara dos Deputados (Decreto n.º 1812 de 23 de Agosto de 1856, art. 2.º);

7.º Que foi portanto intenção do legislador não estabelecer disposições especiaes para o caso excepcional previsto no art. 32, in fine, da Lei regulamentar das eleições, e que não cabe ao Poder Executivo decretal-as:

Houve por bem decidir, por sua immediata resolução de 12 do corrente mez, que as juntas revisoras da qualificação só devem reunir-se na 3.ª domingo de Janeiro de 1870.

O que communico a V. Ex. para a devida execução.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Souza*. — Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes

N. 550.—FAZENDA. — EM 15 DE DEZEMBRO DE 1868.

O commercio costeiro de cabotagem facultado no Decreto n.º 4285 de 5 do corrente mez, limita-se sómente aos portos em que houverem Alfandegas propriamente ditas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 15 de Dezembro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Communico a V. Ex., em resposta ao seu officio n.º 428 de 7 do corrente, que o Decreto n.º 4285 de 5 deste mez deve ser entendido nos precisos termos que nelle se contém, limitando-se o commercio costeiro de cabotagem, alli facultado, sómente aos portos em que houverem Alfandegas propriamente ditas, entre as quaes se comprehende a de S. Francisco, na Provincia de Santa Catharina, em virtude do Decreto n.º 4130 de 28 de Março do corrente anno.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*.—A' S. Ex. o Sr. Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro.

N. 551.—FAZENDA. — EM 15 DE DEZEMBRO DE 1868.

Declara aos diversos Ministerios que nos exames prévios das contas que tiverem de ser pagas pelo Thesouro deve-se escrever por extenso a somma total.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro, em 15 de Dezembro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Rogo a V. Ex. se sirva determinar que nos exames prévios das contas que tiverem de ser pagas pelo Thesouro se escreva por extenso a somma total de cada uma das contas, a fim de não dar-se qualquer alteração ou falsificação de pagamentos, que possa prejudicar a moralidade dos pagamentos, e tudo se fazendo em resumo nas verbas

de conferencia, devendo estas ser datadas e assignadas pelos Empregados responsaveis por sua exactidão.

Deus Guarde a V. Ex.—*Visconde de Itaborahy*.—
A' S. Ex. o Sr. Barão de Cotegipe.

— Identicos aos demais Ministerios.

N. 532.—FAZENDA. — Um 17 DE DEZEMBRO DE 1868.

Declara que só é permitido ao Cartorario de uma Thesouraria entrar em concurso para os lugares de 2.^a entrancia, no caso de não concorrerem Praticantes em numero excedente ao dos lugares postos a concurso.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 17 de Dezembro de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o officio do Sr. Inspector da Thesouraria do Maranhão de 18 de Novembro ultimo, a que acompanhou o requerimento do Cartorario da mesma Repartição Theodoro José da Silva Bessa, pedindo que se lhe conceda concorrer com os Praticantes ao primeiro concurso que possa ter lugar para o preenchimento de vagas de lugares de 2.^a entrancia; declara ao dito Sr. Inspector que não póde ao mesmo Cartorario ser permitido entrar em concurso para 3.^o Escripturario ou para outro emprego de 2.^a entrancia, senão no unico caso previsto na 2.^a parte do art. 18 do Decreto n.^o 2349 de 14 de Março de 1860, de não concorrerem Praticantes em numero excedente ao dos lugares postos a concurso.

Visconde de Itaborahy.

N. 553.—IMPERIO.—EM 18 DE DEZEMBRO DE 1868.

Ao Presidente da Província da Bahia.—Declara, 1.º que o cidadão que se escusar de servir o cargo de Juiz de Paz não pôde mais exercel-o; 2.º que é vicio substancial a precipitação na apuração das listas.

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 18 de Dezembro de 1868.

Ulm. e Exm. Sr.—Tendo sido presentes a essa Presidencia copias das actas de duas eleições para Vereadores e Juizes de Paz, a que ultimamente se procedeu na parochia de Nossa Senhora das Dóres de Monte Alegre, uma presidida por José Peregrino Vieira, e outra pelo 3.º Juiz de Paz, Justiniano de Lima Branco, resolveu V. Ex., como me participa em officio de 26 de Setembro proximo findo, annullar a eleição presidida pelo primeiro daquelles cidadãos, e declarar valida a que foi feita sob a Presidencia do dito Juiz de Paz.

Fundou-se a annullação no facto de não ser competente o cidadão José Peregrino Vieira para presidir á eleição, por se ter escusado de servir o cargo de Juiz de Paz e não poder mais exercel-o, conforme declara o Aviso n.º 36 de 8 de Março de 1847 § 2.º

Quanto á outra eleição, julgou-a V. Ex. legitima, não só pela competencia do Juiz de Paz que a presidiu, como pela regularidade com que correu o processo eleitoral.

Ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, foi de parecer que se approvasse, por seus fundamentos, o acto de V. Ex. na parte relativa á eleição presidida por José Peregrino Vieira; mas que devia ser igualmente annullada a que se effectuou sob a presidencia do 3.º Juiz de Paz, porque, examinando as respectivas actas, reconheceu existir vicio substancial na apuração das listas, que foi precipitada a despeito das terminantes disposições do art. 54 da Lei regulamentar das eleições, das Instruções de 27 de Setembro de 1856 § 4.º, e do art. 40 do Decreto n.º 2624 de 22 de Agosto de 1860, que prescrevem o modo pratico dessa apuração.

Consta das actas que em 9 de Setembro fez-se a 1.ª chamada, contárao-se, separáráo-se, e emas-

sãrão-se 2.936 listas, metade para sete Vereadores e metade para quatro Juizes de Paz, e começou nesse mesmo dia a apuração, que findou no seguinte; sendo impossivel que taes actos se effectuassem em tão curto espaço de tempo, lidas as listas uma por uma, como quer a Lei.

Conformando-se Sua Magestade o Imperador com o referido parecer, ha por bem ordenar que se proceda a nova eleição na parochia de Nossa Senhora das Dores da Villa de Monte Alegre, observando-se a doutrina do Aviso n.º 62 de 21 de Fevereiro de 1853 e as disposições em vigor.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Sousa*.—Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

N. 554.—IMPERIO.—EM 19 DE DEZEMBRO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia do Maranhão.—Declara nulla uma eleição por ter sido a mesa parochial incompetentemente presidida.

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 19 de Dezembro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Em officio de 28 de Setembro participou-me V. Ex. que, attendendo á representação que lhe foi dirigida pelos eleitores, supplentes, e outros cidadãos da Parochia de Nossa Senhora do Rosario, resolvêra annullar a eleição de Vereadores e Juizes de Paz, ultimamente feita na mesma parochia, por ter sido a mesa parochial incompetentemente presidida pelo cidadão Antonio Gervasio Machado, que não se acha contemplado no numero dos quatro Juizes de Paz do presente quadriennio.

Sendo sujeitos ao exame da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado o referido officio e os papeis que o acompanhárão, foi ella de parecer que estando sufficientemente provada aquella

irregularidade, que por si só inutilisa a eleição, merecia o acto de V. Ex. a Imperial approvação.

Conformando-se Sua Magestade o Imperador com este parecer, communico-o a V. Ex. para os fins convenientes.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

N. 355. — IMPÉRIO. — Em 19 DE DEZEMBRO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro. — Declara não haver incompatibilidade entre o cargo de Vereador e as funções de Agente de leilões.

2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Império, em 19 de Dezembro de 1868.

Ilm. o Exm. Sr.—Accuso o recebimento do officio de 12 do corrente mez, em que V. Ex. submette á consideração do Governo Imperial o acto pelo qual declarou á Camara Municipal de Niteroy que não ha incompatibilidade entre o cargo de Vereador e as funções de Agente de leilões, pelos seguintes fundamentos:

1.^o Não serem os Agentes de que se trata Empregados Publicos, porém simples auxiliares do Commercio, como se vê do código Commercial, não se lhes podendo applicar as disposições sobre incompatibilidades dos funcionarios publicos;

2.^o Não haver impossibilidade, attenta a sua natureza, de serem as funções dos referidos Agentes exercidas conjunctamente com as de Vereador.

Em resposta declaro a V. Ex. que, á vista destes fundamentos, o Governo Imperial approva o acto de V. Ex.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

N. 556. — FAZENDA. — EM 22 DE DEZEMBRO DE 1868.

Nega o direito ao meio soldo á mãe de um Sacerdote,
Capellão do Exército.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 22 de Dezembro de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria do Pará, em resposta ao seu officio n.º 68 de 30 de Junho ultimo, que approva o despacho da mesma Thesouraria, que não julgou com direito a habilitanda D. Francisca Maria da Motta ao meio soldo da patente de seu fallecido filho o Padre Henrique Josino Ferreira, Capellão do Exército, visto não ter a referida habilitanda direito algum ao beneficio da Lei de 6 de Novembro de 1827.

Visconde de Itaborahy.

N. 557. — FAZENDA. — EM 23 DE DEZEMBRO DE 1868.

As embarcações que tiverem de navegar para portos do Imperio no rio Amazonas e seus affluentes, ou delles sahirem para o Oceano, estão obrigadas sómente a dous registros.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 23 de Dezembro de 1868.

Illm. e Exm. Sr. — Communico a V. Ex., em resposta ao seu Aviso n.º 23 de 25 de Agosto ultimo, para o fazer constar ao Consul do Brasil em Loreto, que as disposições do art. 29 do Decreto n.º 3216 de 31 de Dezembro de 1863, e as do Decreto n.º 3580 de 3 de Janeiro de 1866, forão substituidas pelas do art. 36 do Decreto n.º 3920 de 31 de Julho de 1867, ficando as embarcações que tiverem de navegar para portos do Imperio no rio Amazonas, e seus affluentes, ou delles sahirem para o Oceano, obrigadas a

dous registros sómente, o 1.º no porto do Pará ou em Macapá ou Chaves, conforme o destino que seguirem, entrando do Oceano ou para este sahirem; o 2.º em Tabatinga, entrando dos portos do Perú, ou para elles sahirem.

Deus Guarde a V. Ex. — *Visconde de Itaborahy*. —
A' S. Ex. o Sr. José Maria da Silva Paranhos.

N. 558. — GUERRA. — EM 23 DE DEZEMBRO DE 1868.

Declara quaes os vencimentos que devem perceber os officiaes honorarios do Exército, quando estiverem em commissão do serviço militar.

Circular. — Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Guerra, em 23 de Dezembro de 1868.

Uhm. e Exm. Sr. — Convindo fixar regra sobre os vencimentos que devem perceber os officiaes honorarios do Exército, quando estiverem em commissão do serviço militar; declaro a V. Ex., para seu conhecimento e devidos effeitos, que os que tem soldo de reforma ou pensão só devem perceber o mesmo soldo ou pensão e mais as vantagens geraes e de exercicio, nos termos do Decreto n.º 635 de 10 de Setembro de 1849, e que os que não tem soldo de reforma ou pensão devem perceber o soldo da respectiva patente e mais as referidas vantagens.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Muritiba*. — Sr. Presidente da Província de....

N. 559. — FAZENDA. — EM 28 DE DEZEMBRO DE 1868.

Declara que nos vencimentos do Commissario da Companhia de Aprendizizes Marinheiros da Provincia do Ceará está incluído o respectivo soldo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 28 de Dezembro de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, de conformidade com o Aviso do Ministerio dos Negocios da Marinha de 24 de Agosto ultimo, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria do Ceará que o Official de Fazenda reformado Luiz Leonidas Bahia não deve perceber o respectivo soldo, visto como os vencimentos que se lhe abonarem pelas funcções, que actualmente exerce, de Commissario na Companhia de Aprendizizes Marinheiros da mesma Provincia será incluído o referido soldo, sem direito a outro qualquer vencimento ou vantagem, em conformidade da Tabella annexa ao Decreto n.º 4144 de 29 de Fevereiro do corrente anno; devendo remetter ao Thesouro cópia do assentamento do dito Official, se por acaso elle já tiver apresentado a respectiva Patente, visto nada constar á este respeito na Secção de Assentamento da 3.ª Contadoria da Directoria Geral de Contabilidade.

Visconde de Itaborahy.

N. 560. — FAZENDA. — EM 29 DE DEZEMBRO DE 1868.

Declara que não ha disposição que prohiba aos Empregados Publicos aceitar e exercer cargos de eleição, mas que convém escusar-se delles.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 29 de Dezembro de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Goyaz que não ha disposição alguma

legislativa, ou Ordem expressa do Governo que prohiba aos Empregados de Fazenda aceitar e exercer cargos de eleição, como os de Vereador e Juiz de Paz; é, todavia, conveniente que os mesmos Empregados se escusem de semelhantes cargos, quando eleitos; porque não poderão exercer bem com elles as funções dos respectivos empregos. Cumpre, portanto, que o Sr. Inspector observe a este respeito o que determinarão, entre outras, as seguintes disposições: Ordens de 23 e 24 de Dezembro de 1833, 19 de Fevereiro de 1835, Aviso n.º 284 de 16 de Janeiro de 1841, e Aviso n.º 32 de 5 de Março de 1847, Circulares de 21 de Junho e de 12 de Dezembro de 1864, e finalmente a de 16 de Novembro de 1866; á vista das quaes ficam solvidas as duvidas constantes do seu officio n.º 100 de 9 de Outubro ultimo, desde que estas disposições forem convenientemente entendidas e applicadas.

Visconde de Itaborahy.

N. 561.—IMPERIO. —EM 29 DE DEZEMBRO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia de S. Paulo.—Declara ser nulla a eleição da Freguezia de Araraquara, por ter sido feita, no mesmo dia em que a ella se procedeu, a convocação dos votantes.

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 29 de Dezembro de 1868.

Illm. e Exm. Sr.—Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio de 14 de Outubro ultimo, com o qual V. Ex. transmittio a representação documentada que, contra a validade da eleição de Vereadores e Juizes de Paz, a que se procedeu na Freguezia de Araraquara em Setembro ultimo, dirigio a V. Ex. o cidadão José Sabino de Sampaio; e bem assim as actas da mesma eleição.

E o mesmo Augusto Senhor, ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, houve

por bem decidir que a referida eleição não pôde subsistir, visto ter-se feito a convocação dos votantes no mesmo dia em que começou a eleição, o que equivale á falta desta formalidade ; não podendo prevalecer a convocação anterior feita no prazo legal, por se referir aos votantes alistados em qualificação diversa daquella por que forão feitas as chamadas.

O que communico a V. Ex. para os fins convenientes.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.



N. 562.—FAZENDA.—EM 30 DE DEZEMBRO DE 1868.

A venda de terras devolutas deve ser feita por escriptura, e não por termo lavrado nas Repartições Publicas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro, em 30 de Dezembro de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Parahyba que, á vista da Ordem que lhe foi dirigida em 23 de Novembro ultimo, sob n.º 62, sobre vendas de terras devolutas e de immoveis pertencentes ao Estado, assim como sobre as acquisições para este feitas, deve ser ratificada por escriptura publica a venda de terras devolutas do sitio Salgado na sesmaria dos Indios de Monte-Mór da mesma Provincia, celebrada por essa Repartição com o Coronel José Gomes da Silva, de que trata o seu officio n.º 79 de 28 de Setembro do corrente anno.

Visconde de Itaborahy.



N. 363. — FAZENDA. — EM 30 DE DEZEMBRO DE 1868.

Approva o procedimento da Thesouraria de S. Pedro, declarando não ser devida a multa de $1\frac{1}{2}\%$ em um despacho de importação depois de aceita a respectiva nota, e reconhecendo a competência do Empregado que fez a observação sobre semelhante assumpto.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 30 de Dezembro de 1868.

O Visconde de Itaborahy, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tomando conhecimento do officio do Sr. Inspector da Thesouraria de S. Pedro, de 26 de Novembro proximo passado, n.º 283, no qual participa que, havendo um 1.º Escripturario da mesma Thesouraria, em commissão na Alfandega da Cidade do Rio Grande, notado não se haver cobrado a multa de $1\frac{1}{2}\%$ no despacho de importação n.º 2521 de 10 de Dezembro de 1866, feito por W. F. Wigg & Irving, por falta de declaração do numero de fios da mercadoria, aniagem, contida em cinco fardos, e pondo em duvida o Inspector daquella Alfandega a competencia do revisor dos despachos para fazer observações sobre actos da sua privativa attribuição, decidira a mesma Thesouraria:

Quanto á multa, que não era ella devida, desde que a nota para o despacho havia sido aceita sem proceder-se nos termos da 2.ª parte, § 2.º do art. 545 do Regulamento das Alfandegas de 19 de Setembro de 1860, e antes sendo processada nos termos do art. 551 de mencionado Regulamento;

E, quanto á duvida, que o Empregado revisor dos despachos procedeu regularmente, á vista das disposições dos arts. 29, §§ 1.º e 4.º, e 133, § 1.º do citado Regulamento, e 69 do Decreto de 31 de Dezembro de 1863.

Declara ao Sr. Inspector da dita Thesouraria que fica approveda a decisão que deu sobre semelhante questão.

Visconde de Itaborahy.

N. 564.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS
PUBLICAS.—EM 31 DE DEZEMBRO DE 1868.

A circular de 16 de Outubro deste anno que mandou exigir aos Engenheiros ao serviço do Ministerio da Agricultura a restituição das (gratificações de transporte) indevidamente abonada vigora sómente da data da circular de 7 de Maio do corrente anno em diante.

6.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 31 de Dezembro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Estabelecido, pela circular de 7 de Maio deste anno, que a gratificação de transporte, concedida aos engenheiros ao serviço deste Ministerio, não é devida aos que se achão em comissões sedentarias, era forçoso declarar que fossem restituídas as sommas assim indevidamente pagas. Foi o que teve em vista a circular de 16 de Outubro ultimo, cujos effeitos, entretanto, não podião comprehender época anterior á data da primeira circular, não obstante a semelhante respeito nada ter declarado.

Todavia, referindo-se os actos do Ministerio a meu cargo, que tem autorisado taes gratificações, á tabella do Regulamento approved pelo Decreto n.º 2922 de 10 de Maio de 1862, que ainda não foi posto em execução, entendêrão as Thesourarias de Fazenda que a circular de 16 de Outubro fôra expedida no intuito de explicar a doutrina do mesmo Regulamento, e neste presupposto, com todo o fundamento, exigirão de alguns engenheiros a restituição das sommas que lhes forão abonadas em diferentes annos, em contrario da doutrina ora vigente.

Tendo, porém, este Ministerio sómente em vista regular o futuro, e de nenhuma sorte exigir quantias pagas e recebidas em hão fé, e cuja restituição nas circumstancias actuaes é muito onerosa aos funcionarios publicos de que se trata, alguns dos quaes talvez já não existão: cumpre que V. Ex. assim o communique á Thesouraria de Fazenda dessa Provincia, prevenindo-o de que nesta data solicito do Ministerio da Fazenda as convenientes ordens para a execução desta circular.

Deus Guarde a V. Ex.—*Joaquim Antônio Fernandes Leão*.—Sr. Presidente da Provincia de...

N. 563.—IMPERIO.—EM 31 DE DEZEMBRO DE 1868.

Dá Instrucções sobre a execução da Lei regulamentar das eleições.

Circular.—2.º Secção.—Rio de Janeiro, 31 de Dezembro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Verificando-se pelo exame das actas das eleições de Vereadores e Juizes de Paz, a que ultimamente se procedeu, que em algumas parochias o processo eleitoral não correu regularmente por falta de execução de disposições que lhe são relativas e não se achão compiladas; e convindo acautelar, quanto possível, a reprodução de taes irregularidades na eleição primaria, Sua Magestade o Imperador Houve por bem Mandar organizar as Instrucções juntas em que se achão reunidas as principaes providencias que entendem com a mesma eleição, e Determinar que V. Ex. expeça as convenientes ordens para que sejam ellas observadas nessa Provincia.

Deus guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.
—Sr. Presidente da Provincia de.....

Instrucções a que se refere este aviso.

DA PRESIDENCIA DA MESA PAROCHIAL.

Art. 1.º Quando no dia e hora marcados para a eleição primaria não comparecer na matriz para dar começo ao processo eleitoral o 1.º juiz de paz do districto respectivo, a quem compete a presidencia da mesa na fórma da lei ou, quando tendo comparecido no primeiro dia, faltar nos seguintes ou ausentar-se em qualquer occasião no progresso dos trabalhos da eleição até a assignatura das actas e dos diplomas dos eleitores, seja qual fór o motivo, justificado ou não de sua falta, será substituído;

1.º Pelos juizes de paz seus immediatos segundo a ordem da votação, com tanto que estejão juramentados ou logo que o sejão;

2.º Na ausencia destes, pelos juizes de paz dos districtos mais vizinhos, segundo a distancia da sede da parochia, ainda que pertenção a municipio diverso.

Art. 2.º Taes substituições se farão independentemente de convocação dos substitutos ou de ordem prévia da autoridade superior, sempre que por qualquer modo constar áquelles a falta do juiz de paz a quem devem substituir.

Logo, porém, que se apresentar para exercer a presidencia qualquer dos juizes de paz que tem precedencia ao que estiver na direcção dos trabalhos, ceder-lhe-ha este o lugar.

Art. 3.º Enquanto os juizes de paz do quadriennio findo conservarem a jurisdicção, por não ter havido eleição na época legal ou por ter sido annullada a ultima eleição, são os competentes para presidir a mesa parochial. Cessará porém essa competencia desde que se apresentar juramentado qualquer dos successores legitimamente eleitos.

Art. 4.º Nas novas parochias que ainda não tiverem Juizes de Paz seus, ou não estiverem estes juramentados, compete a presidencia da mesa parochial ao mais votado do districto a que pertencia o lugar da matriz, e, no seu impedimento ou falta, regnar-se-ha a substituição na fórma estabelecida no art. 1.º

Art. 5.º Ao juiz de paz mais votado do districto da matriz e, em sua falta ou impedimento, a seus immediatos na ordem da votação, eleitos na ultima eleição geral de juizes de paz, compete a presidencia da mesa parochial, embora se tenha procedido posteriormente a outra eleição em consequencia de nova divisão ou incorporação de districtos.

Exceptua-se o caso de erecção de nova parochia, depois da eleição geral, no qual exercerá a presidencia de sua mesa parochial o juiz de paz especialmente por ella eleito.

Art. 6.º Tendo havido alteração de limites entre dous ou mais districtos da mesma parochia, em consequencia da qual o juiz de paz mais votado do 1.º ficasse pertencendo a algum dos outros, compete-lhe, não obstante esta circumstancia, a presidencia da mesa parochial.

Art. 7.º Trasladada canonicamente a séde da parochia de uma para outra igreja, compete a presidencia da mesa parochial ao Juiz de paz mais votado do districto da nova matriz.

Art. 8.º O juiz de paz mais votado ou seu legitimo substituto não fica inhibido de presidir a mesa parochial, ainda nos casos de:

1.º Estar suspenso por ordem do governo ou em vir-

tude de pronuncia em processo por crime de responsabilidade ;

2.º Estar servindo como delegado ou subdelegado, comtanto que passe a quem competir a jurisdição policial durante o tempo de sua estada na mesa parochial ;

3.º Ter, na occasião, de servir como jurado, por preferir o serviço eleitoral a qualquer outro, mesmo o de administração de justiça ;

4.º Ter deixado de presidir a junta de qualificação ;

5.º Ter feito parte do conselho municipal de recurso ;

6.º Ter sido feita a convocação para a eleição por juiz de paz do quadriennio findo ;

7.º Ter votado, como eleitor ou supplente, para formação da mesa parochial, si houver de substituir o presidente desta, dado seu impedimento ;

8.º Terem começado os trabalhos da eleição artes de ter prestado juramento ou antes de entrar o novo quadriennio e prolongarem-se por este. Neste caso ao juiz de paz mais votado do novo quadriennio ou aos seus immediatos, logo que se apresentem juramentados, deve o do quadriennio findo ceder a presidencia da mesa ;

9.º Estar pendente do recurso de appellação sentença que o haja absolvido em processo por crime aslançavel ;

10. Ter sido eliminado do alistamento dos votantes, com tanto que não esteja mudado da parochia ;

11. Ter estado até a occasião da eleição, como supplente do juiz municipal, no exercicio da respectiva vara, pois que deve cessar tal exercicio para ser assumido o da presidencia da mesa parochial.

Art. 9.º Não póde presidir a mesa parochial o Juiz do paz ainda o mais votado :

1.º Si estiver pronunciado e competentemente sustentada a pronuncia em processo por crime que não seja de responsabilidade, ou condemnado por sentença passada em julgado por qualquer crime ;

2.º Si tiver obtido escusa do cargo ;

3.º Si não estiver juramentado ;

4.º Si se tiver mudado da parochia, ainda que nella volte de novo a residir ;

5.º Si estiver em serviço militar activo, no qual se comprehende o da guarda nacional destacada, por ser incompativel com o exercicio do cargo de juiz de paz ;

6.º Si tiver accitado emprego de fazenda, entendendo-se que por este facto renunciou o cargo de Juiz do Paz. Não assim si houver sido eleito quando já exercia o emprego ;

7.º Si tiver aceitado officio de justiça, ou qualquer outro emprego incompativel com o cargo de juiz de paz.

Art. 10. Si estiver servindo como membro da mesa parochial o juiz de paz a quem competir a substituição na presidencia da mesma mesa, deixará o lugar que occupar, no qual será substituido nos termos do art. 29, retomando porém o seu lugar na mesa quando compareça outro juiz de paz, a quem caiba precedencia na direcção dos trabalhos.

Art. 11. Coincidindo com os trabalhos da assembléa parochial os da junta de qualificação, o juiz de paz competente, ainda que esteja na presidencia desta, passal-a-ha a seu substituto legal e assumirá a daquella.

Art. 12. O juiz de paz competente para presidir a eleição não fica privado, pelo facto de não poder exercer a presidencia, do direito que tem de votar como qualificado na parochia.

Art. 13. Além das attribuições que o art. 47 da lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846 confere ao Presidente da mesa parochial, deve se entender em regra geral que lhe compete, antes de constituida a mesa, deliberar sobre qualquer occurrencia e decidir as duvidas que por ventura se suscitem, salva a hypothese do art. 26.

Art. 14. Constituida a mesa parochial, deve seu presidente conformar-se com o voto da maioria nas deliberações que á mesma mesa couberem, salvo o direito de fazer inserir seu voto na acta e de representar contra as decisões que não lhe parecerem justas.

DOS MEMBROS DA MESA PAROCHIAL.

Art. 15. Os eleitores de parochia e seus supplentes, que devem ser convocados para a formação das mesas parochiaes, são sempre os da legislatura corrente ou finda por dissolução da Camara dos Deputados, cuja eleição estiver expressamente reconhecida pelo poder competente.

Art. 16. Os eleitores e seus supplentes formarão turmas separadas, cada uma das quaes dará dous membros para constituição da mesa parochial.

A primeira turma deve constar de todos os eleitores que der a parochia e nella existirem ao tempo da convocação e da eleição; a outra de supplentes em

numero igual ao de eleitores que der a parochia, sem que passem os supplentes para o numero dos eleitores em preenchimento de vagas ou a supplentes os seus immediatos em votos, ainda que se torne desigual a composição numerica das turmas ou se reduza cada uma a um só eleitor ou a um só supplente.

Art. 17. Si para se completarem os lugares de supplentes houver empate de votação entre varios cidadãos, serão todos convocados, designando a sorte, antes de chamados a votar para mesarios, quaes os que devem ser considerados supplentes e como taes admittidos a concorrer na respectiva turma.

Art. 18. E' excluido da convocação e não pôde contribuir para a formação da mesa parochial o eleitor ou supplente que se tiver mudado da parochia, ainda que nella venha de novo residir posteriormente: não assim o que se tiver ausentado temporariamente.

Art. 19. Não será comprehendido na convocação nem pôde concorrer para formação da mesa o eleitor ou supplente que, em consequencia de desmembração de parte do territorio da parochia, passar a pertencer a outra onde se fizer eleição separada, ou contra quem houver pronuncia competentemente sustentada, embora esteja affiançado.

Art. 20. Não fica excluido de votar e de ser votado para formação da mesa parochial e deve portanto ser convocado o eleitor ou supplente:

- 1.º Qualificado jurado ou guarda nacional em outra parochia;
- 2.º Que fôr escrivão de paz, ou parochio;
- 3.º Que tiver servido no conselho municipal de recurso;
- 4.º Que tiver deixado de concorrer para a formação da junta de qualificação;
- 5.º Que estiver exercendo as funcções de juiz municipal ou de orphãos, de delegado ou subdelegado de policia;
- 6.º Que fôr membro da Assemblêa Provincial.

Art. 21. Podem votar e fazer parte das mesas parochiaes conjunctamente os eleitores ou supplentes que forem parentes em qualquer grão.

Art. 22. Podem votar, mas não podem ser votados para membros da mesa parochial os eleitores e supplentes:

- 1.º Eliminados do alistamento dos votantes uma vez que não se tenham mudado da parochia;
- 2.º Que tiverem perdido qualquer das qualidades de eleitor;

3.º Que, não obstante a menor idade, tiverem sido reconhecidos pela Camara dos Deputados,

§ Unico. Os membros da assembléa provincial, quando reunida, podem fazer parte da mesa parochial obtendo permissão da mesma assembléa.

Art. 23. Os eleitores ou supplentes que, tendo sem motivo legitimo, deixado de ser convocados, concorrerem ao acto da formação da mesa parochial, serão admittidos a exercer a sua attribuição, ficando por essa fórma sanado o defeito da convocação.

Art. 24. Si fôr eleitor ou supplente da parochia, não fica inhibido de votar para formação da mesa parochial o Juiz de Paz que a presidir. Exercerá esse direito ainda que seja o unico representante que compareça de sua turma.

Art. 25. Os supplentes, que forem eleitos membros da mesa parochial pela turma dos eleitores, não ficarão impedidos de concorrer por sua vez, com os mais de sua turma, para a eleição dos outros dous membros da mesa.

Art. 26. Qualquer cidadão póde reclamar sobre a elegibilidade dos membros da mesa e suscitar duvidas sobre sua residencia na parochia, sendo as reclamações decididas pela turma que tiver feito a eleição. A taes decisões sujeitar-se-ha o presidente da mesa. Declarada a inelegibilidade, proceder-se-ha logo a nova eleição.

Art. 27. Recusando a referida turma fazer nova eleição, são applicaveis as disposições dos arts. 8.º ou 10.º do decreto n.º 1812 de 23 de Agosto de 1856, conforme se tratar da turma dos eleitores ou da dos supplentes.

Art. 28. Si antes de assignada a acta, estando ainda presentes os eleitores e supplentes que constituem as turmas organisadoras da mesa, se der a falta ou impedimento do mesario eleito, proceder-se-ha á eleição do substituto pela mesma fórma por que se fizera a do substituido.

Art. 29. Verificando-se porém o impedimento ou falta, depois de assignada a acta da formação da mesa, durante os trabalhos da eleição, prover-se-ha á substituição por eleição do presidente e dos outros mesarios presentes, á pluralidade de votos, votando em primeiro lugar o presidente da mesa e decidindo a sorte em caso de empate.

Art. 30. No caso de não comparecer nem um eleitor ou supplente, o presidente da mesa parochial convidará:

Para substituir os eleitores o immediato a si na

ordem da votação para juizes de paz e, si este tambem não comparecer, o que se lhe seguir na mesma ordem, e do mesmo modo o 3.º, e assim por diante, ainda além dos juramentados;

Para substituir os supplentes o 5.º votado na eleição de juizes de paz do districto e na falta deste o immediato, e assim por diante, guardada sempre a ordem da votação.

§ 1.º O primeiro dos referidos cidadãos assim chamados nomeará os dous membros da mesa, cuja eleição pertencia á turma dos eleitores ausentes: o outro nomeará os dous membros que devem representar os supplentes.

§ 2.º Si o 5.º votado para juiz de paz tiver, como eleitor, concorrido para a eleição dos dous primeiros membros da mesa ou sido chamado para nomear os representantes da turma dos eleitores, será em seu lugar convidado, para substituir a turma dos supplentes, o 6.º votado e assim por diante.

Art. 31. Nas parochias em que não houver eleitores, por se dar qualquer das hypotheses previstas no art. 2.º do Decreto n.º 1812 de 23 de Agosto de 1856, serão convocados para os substituir e a seus supplentes, os oito cidadãos immediatos em votos ao juiz de paz a quem competir a presidencia da mesa parochial, residentes na parochia, embora tenha sido feita a convocação pelo juiz de paz do quadriennio findo em razão de ao tempo della achar-se ainda em exercicio. Os quatro mais votados representão a turma dos eleitores: os outros quatro a dos supplentes.

Art. 32. Para ser excluido da convocação qualquer dos oito cidadãos de que trata o artigo antecedente, sob o fundamento de não residir na parochia, não basta que della se tenha ausentado temporariamente, mas é mister que effectivamente esteja mudado.

Art. 33. Dada a hypothese de que trata o art. 3.º destas instrucções, serão convocados, nos casos dos arts. 30 e 31, os immediatos em votos ao juiz convocante, tambem do quadriennio findo.

Art. 34. Si não comparecer nem um dos oito votados para juizes de paz convocados na fórma dos art. 31, o presidente da mesa parochial convidará os dous cidadãos que se lhes seguirem em votação, dando preferencia, no caso de haver outros com igual numero de votos, aos que estiverem presentes, e si todos os que tiverem a mesma votação se acharem presentes, aos que em acto successivo forem designados pela sorte.

Art. 33. Si porém não houver, além dos oito cidadãos immediatos em votos ao presidente da mesa, algum outro votado para juiz de paz ou si nem um delles comparecer, serão convidados dous cidadãos que tenham as qualidades de eleitor.

Art. 36. Si comparecer um dos convocados (arts. 31 e 33), fará este as vezes da turma que tiver sido chamado a substituir e esgotada a lista dos votados para juiz de paz, será convidado um só cidadão com as qualidades de eleitor para nomear os membros da mesa que devem representar a outra turma.

Art. 37. Si antes da convocação se tiver mudado ou houver fallecido algum dos oito cidadãos immediatos em votos ao presidente da mesa, devê-se completar o numero, convocando-se em seu lugar o que se seguir na ordem da votação.

Art. 38. Seja qual for o numero que compareça dos substitutos convocados de cada turma, proceder-se-ha á formação da mesa, votando separadamente os substitutos de cada uma.

Si, qualquer dos oito cidadãos convocados assumir a presidencia da mesa parochial no impedimento ou falta do juiz de paz convocante, nem por isso se fará nova convocação para completar aquelle numero, mas seguir-se-ha a regra acima estabelecida.

Art. 39. Se na lista dos votados para juizes de paz não houver mais de quatro cidadãos em seguida ao presidente da mesa, substituirão elles a turma dos eleitores e será convidado para substituição dos supplentes um cidadão com as qualidades de eleitor.

Si em consequencia de morte ou de mudança da parochia, estiver reduzido a menos de quatro o numero dos immediatos em votos ao presidente da mesa, só serão convocados aquelle ou aquelles que restarem.

Art. 40. A circumstancia de ter accitado emprego incompativel com o cargo de juiz de paz não inhibe os immediatos em votos ao presidente da mesa de serem convocados para a formação da mesma mesa.

Art. 41. Quando depois da convocação feita nos termos dos arts. 31 e 33 constar officialmente a approvação da eleição dos eleitores, ficará aquella sem effeito, e serão estes convocados, mesmo com redução do prazo legal de um mez, devendo ser em todo caso esta nova convocação effectuada por officio do juiz de paz convocante a cada um dos referidos eleitores e supplentes.

Quando, porém, constar a approvação dos novos elei-

tores depois de formada a mesa parochial, ainda que no mesmo dia de sua formação, continuará esta em seus trabalhos até concluí-los.

Art. 42. No caso de impedimento ou falta simultanea de todos os quatro membros da mesa, depois de assignada a acta de sua organização, o juiz de paz presidente nomeará para formarem parte della dous cidadãos que tenham os requisitos exigidos para eleitor e com estes, por escrutínio secreto, designará os outros dous que devem completar a mesa.

Art. 43. Si, além dos quatro membros da mesa, deixar na mesma occasião de comparecer o juiz de paz presidente, qualquer de seus substitutos legaes, respeitada a ordem do artigo 1.º, tomará a direcção da assembléa parochial e procederá á substituição dos mesarios na forma estabelecida no artigo antecedente.

Art. 44. Quando qualquer dos membros da mesa faltar ou se retirar sem allegação do motivo de seu impedimento ou sem declaração de ser este temporario, entende-se que resignou o lugar que passa permanentemente a ser exercido pelo substituto.

Si porém declarar que é temporario o impedimento, logo que voltar, ceder-lhe-ha o substituto o lugar e si, impedido tambem este, houver 2.º substituto, cederá igualmente ao 1.º quando se apresentar.

Art. 45. Aquelle dos juizes de paz ou immediatos em votos ao presidente da mesa que, sendo tambem supplente de eleitor, tiver naquella 1.ª qualidade, por terem faltado todos os eleitores, nomeado os dous membros da mesa que tem de representar os mesmos eleitores, não poderá depois intervir como supplente na eleição dos outros dous membros da mesa.

Art. 46. O juiz de paz que ceder a presidencia da mesa a outro mais votado que se apresentar, não fica inhabilitado de fazer parte da mesma mesa, quando para ella seja nomeado.

Art. 47. Tem legitimo impedimento para fazer parte da mesa parochial o eleitor que estiver servindo na junta de qualificação.

Art. 48. Os trabalhos do collegio eleitoral preferem ao serviço da mesa parochial; este porém ao do jury, devendo o membro da mesa que fór jurado communicar seu impedimento ao presidente do tribunal.

Art. 49. Podem os membros da mesa parochial votar em quaesquer questões, ainda que se trate de parentes proximos, não lhes sendo applicaveis os principios que regulão as suspeições.

Art. 50. Em caso algum pôde o presidente da mesa parochial declarar-a dissolvida antes de ultimados os trabalhos da eleição, nem tem o direito de despedir qualquer dos mesarios, cabendo-lhe unicamente, quando algum perturbar a tranquillidade e regularidade dos trabalhos, chamal-o á ordem, levantar a sessão e pedir sua punição á autoridade competente.

Art. 51. Os membros da mesa parochial não podem delegar suas attribuições nem dar poderes a quem por elles faça protestos e reclamações.

Art. 52. Os membros da mesa que se acharem em minoria não podem abandonal-a para irem organizar com outro juiz de paz nova mesa sob pretexto de não lhe parecerem justas as decisões da maioria, mas devem usar do seu direito de protestar, sendo os protestos incluídos na acta respectiva para conhecimento e decisão de quem competir.

Art. 53. Constituída a mesa parochial, se lavrará a competente acta no livro de que trata o art. 44 da lci n.º 387 de 19 de Agosto de 1846, com as declarações exigidas no art. 16 do decreto n.º 1812 de 23 de Agosto de 1856.

Não assignará a acta e incorre em multa o eleitor ou supplente que recusar votar para a formação da mesa.

DO PROCESSO DA ELEIÇÃO DE ELEITORES.

Art. 54. Installada a assembléa parochial, o presidente fará a chamada dos votantes pela qualificação do anno em que se proceder á eleição, se estiver concluída ainda que depois da convocação dos votantes: si não, recorrer-se-ha á mais moderna das qualificações anteriores regularmente terminadas.

Art. 55. Considera-se concluída a qualificação desde que:

1.º Não houve dos trabalhos da junta recurso para o conselho municipal, ou não foi apresentado no prazo de cinco dias fixado no art. 7.º do Decreto n.º 511 de 18 de Março de 1847.

2.º Estiverem decididos pelo conselho municipal todos os recursos que lhe forão apresentados, ainda que se tenha interposto de suas decisões recurso para a Relação do districto.

Art. 56. Si em alguma parochia tiver havido no

mesmo anno duplicata de qualificações, nenhuma dellas servirá para a eleição emquanto o poder competente não decidir sobre sua validade.

Art. 57. Achando-se alterado com emendas e raspaduras o livro da qualificação do anno, e tendo o mesmo vicio todas as copias delle extrahidas, recorrer-se-ha á ultima qualificação regular.

Art. 58. Em todo o caso, desde que a Camara dos Deputados tiver reconhecido legitimos os eleitores, a qualificação, pela qual tiver sido feita a eleição destes, não poderá por motivo ou sob pretexto algum, deixar de ser tida como válida para todos os actos eleitoraes que houverem de fundar-se nella.

Art. 59. O presidente da mesa parochial chamará os votantes pela cópia authentica da qualificação que deve estar em seu poder, seguindo-se á lista geral dos votantes a supplementar, quando haja.

Art. 60. Dando-se extravio da cópia authentica de que se trata no artigo antecedente ou tendo desaparecido o livro em que deve estar lançada a lista geral dos votantes, recorrer-se-ha para a chamada ao edital affixado na porta da matriz, ou a uma cópia authentica do mesmo, ou finalmente á cópia authentica extrahida da que tiver sido enviada ao Governo na Côrte e aos Presidentes nas Províncias.

Art. 61. Não poderá em caso algum alterar-se, nas chamadas dos votantes, a ordem dos districtos e quarteirões segundo a sua numeração, nem a ordem em que os nomes dos votantes se acharem inscriptos no alistamento.

Art. 62. A 2.^a e a 3.^a chamada dos votantes devem ser feitas pela relação dos nomes dos que não tiverem acudido ás anteriores.

Art. 63. A 1.^a e a 2.^a chamada dos votantes podem ser feitas no mesmo dia, havendo tempo; é porém essencial que a 3.^a se realise em dia posterior ao da conclusão da 2.^a Na occasião em que esta se encerrar, o presidente da mesa annunciará a hora em que aquella tem de começar, convindo que seja a marcada, para o principio dos trabalhos da assemblea parochial, no art. 42 da lei de 19 de Agosto de 1845 (9 da manhã).

Art. 64. Não será admittido a votar, em qualquer das chamadas, o cidadão que, tendo deixado de acudir quando se houver lido seu nome, apresentar-se depois. Cumpre porém que, antes de se passar á leitura do nome seguinte, se verifique não estar presente o ultimo chamado.

Art. 65. Ainda á ultima hora, antes de concluida a 3.^a chamada, devem ser admittidos a votar os cidadãos providos em qualquer dos grãos de recurso, uma vez que apresentem documento comprobatorio do provimento.

Art. 66. Em nenhum caso pôde a mesa deixar de receber a cedula do cidadão qualificado, visto que compete-lhe unicamente reconhecer a identidade do votante, nunca sua idoneidade, ficando salvo o direito de fazer inserir na acta as declarações que julgar convenientes.

Art. 67. A mesa parochial não é permittido fazer exames, inspecções ou quaesquer averiguações sobre as cedulae no acto de seu recebimento, devendo limitar-se a ver si estão fechadas por todos os lados, e si trazem os competentes rotulos, sendo caso de entregar mais de uma.

Art. 68. Deve lavrar-se, sempre que fôr possível, uma acta da 1.^a e outra da 2.^a chamada, feita pelo rol dos que não comparecerão á 1.^a, declarando-se nellas o numero dos cidadãos que votarão n'uma e n'outra; e todas as occorrencias que se derem durante cada uma das chamadas. Si porém se fizer uma só acta das duas chamadas mencionar-se-ha o motivo por que assim se proceden

Em todo o caso serão declarados em seguida á narração do occorrido na 2.^a chamada, o dia e hora designados para começo da 3.^a

Art. 69. Findo o acto da 3.^a chamada dos votantes e do recebimento das cedulae, as quaes serão em seguida contadas e emmassadas, se lavrará a respectiva acta especial, na qual serão declarados o dia e hora em que começou a mesma chamada; os nomes dos votantes que não comparecerão; o numero das cedulae recebidas, e tudo mais que tiver occorrido.

Art. 70. Serão sempre transcriptos nas actas os protestos que se apresentarem por parte de qualquer cidadão activo da parochia, ainda que sejam ineptos ou violenta sua linguagem, ficando á mesa parochial o direito de contestal-os e explicar os factos a que se referirem.

Art. 71. O presidente da mesa parochial, ou qualquer de seus membros pôde, na occasião de assignar a acta, declarar-se vencido, expondo succintamente as razões do seu voto, e fazendo as declarações que julgar convenientes, e bem assim exigir que nella se mencionem as duvidas suscitadas durante os trabalhos e requerer a rectificação do que lhe parecer menos exacto, sujeitando-se á deliberação da maioria.

Art. 72. As actas devem ser assignadas pelo presidente e mais membros da mesa parochial.

Si algum ou alguns não quizerem assignal-as, será mencionada esta circumstancia, declarando-se, não só os nomes dos que deixarão de cumprir tal formalidade, mas ainda o motivo que tiver dado lugar á falta. No caso de ser a falta de assignatura dos quatro membros da mesa, deve o presidente, ou quem o substituir, quando tambem falte, organizar nova mesa, segundo as regras estabelecidas nos arts. 42 e 43.

Art. 73. O numero de votos ou de cédulas recebidas será escripto por extenso nas actas.

Art. 74. Não deixarão de ser apuradas as cédulas:

1.º Que contiverem menor numero de nomes do que os que nellas podião ser incluídos.

Si contiver maior numero de nomes do que o de eleitores da parochia serão desprezados os excedentes no fim;

2.º Que não estiverem fechadas por todos os lados uma vez que o presidente da mesa não advertio o votante, por occasião de entregal-a, para que satisfizesse esta formalidade.

Art. 75. Se apparecerem cédulas em numero maior que o dos votantes, que comparecerão, serão, não obstante apuradas, cabendo ao poder competente resolver sobre a validade da eleição. Na acta se farão as convenientes declarações.

Art. 76. Devem ser apuradas separadamente as cédulas recebidas em separado pela mesa parochial:

1.º Por estar alterado o nome do votante na lista da qualificação, tendo sido entretanto reconhecida pela mesma mesa sua identidade.

2.º Por provir de votante qualificado, e de identidade reconhecida, mas que, por motivo legal se ache privado do direito de votar.

Art. 77. Serão apurados em separado os nomes alterados por troca, augmento ou suppressão do sobrenome ou appellido, ainda que se retirão visivelmente a individuos determinados.

Art. 78. A mesa parochial, sendo incompetente para conhecer da idoneidade dos votados, não pôde, por nenhum motivo ou pretexto, deixar de apurar os votos que recahirem em qualquer individuo, ainda que seja inhabil para o cargo de eleitor, quér fique incluído, pela votação que obtiver, na lista dos eleitores, quér na dos supplentes. Na respectiva acta fará a mesa as declarações que julgar convenientes.

Art. 79. Na acta especial da apuração dos votos se fará:

1.º Declaração das cédulas inutilisadas por conterem nomes riscados, alterados, ou substituídos por outros, e bem assim das que o forem, nos termos do art. 5.º das instrucções de 27 de Setembro do 1856, por terem sido encontradas debaixo do mesmo involucrio;

2.º A transcripção da portaria que tiver designado o numero de eleitores que couber ás parochias novamente creadas ou aquellas em que esse numero tiver sido alterado em virtude de annexação ou desmembração de territorio.

3.º O lançamento da relação geral dos nomes dos votados e do numero de votos de cada um, principiando-se pelo numero maximo e seguindo-se até o minimo. Esta relação será formada á vista das relações parciaes de que trata o art. 54 da lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846;

4.º Menção circunstanciada das duvidas suscitadas sobre a idoneidade dos votados, e de todas as occurrencias havidas.

Art. 80. Incumbe ao escrivão que servir durante a formação da mesa lavrar a respectiva acta, e ao secretario da mesma mesa as das chamadas dos votantes e da apuração dos votos.

Art. 81. Terminado o recebimento das cédulas dos votantes, e lavrada a acta da 3.ª chamada, proceder-se-ha á apuração das mesmas cédulas pelo modo ordenado no art. 54 da lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846.

Póde-se dar começo á apuração no mesmo dia em que se lavrar a referida acta.

Art. 82. Tirando-se da urna as cédulas emmassadas como estiverem, serão abertas, examinadas, e apuradas uma por uma.

Art. 83. Não serão apuradas as cédulas:

1.º Quando dentro de um só involucrio houver mais de uma, quér sejam todas escriptas em papel separado, quér uma dellas no proprio involucrio;

2.º Quando contiverem nomes riscados, alterados ou substituídos por outros.

Art. 84. Em geral as cédulas dos votantes não devem ser assignadas; mas é só na eleição de vereadores e juizes de paz que a assignatura obsta a que sejam apuradas.

Art. 85. Concluida a apuração das cédulas, o secretario da mesa parochial fará immediatamente a publicação e a relação geral de que tratão os arts. 55 e 109 da lei de 19 de Agosto de 1846,

Art. 86. Deixando algum membro da mesa parochial de assignar as cópias que se devem tirar da acta da apuração para servirem de diplomas aos eleitos, e para serem enviadas ás autoridades competentes, nos termos da lei, se prescindirá desta formalidade, procedendo-se na forma estabelecida na 2.ª parte do art. 72.

Art. 87. A cada um dos cidadãos que obtiverem maioria de votos até o numero dos eleitores da parochia a mesa expedirá o diploma de que trata o artigo antecedente, ainda que não julgue qualquer delles nas condições requeridas pela lei. Neste caso, lançará na acta a declaração de suas dvidas sobre a idoneidade do votado para o collegio eleitoral decidil-as por occasião da verificação dos poderes dos eleitores.

Art. 88. O livro das actas, depois de extrahidas as cópias necessarias, será enviado á respectiva camara municipal com officio do secretario da mesa parochial.

Art. 89. A camara municipal da Corte remetterá sem demora ao Ministerio do Imperio cópias authenticas das ditas actas, tiradas e concertadas com todas as formalidades da lei. As das Províncias as enviarão por intermedio dos Presidentes para os fins declarados nos arts. 121 e 123 da lei regulamentar das eleições.

Art. 90. Si a camara municipal, por qualquer motivo, deixar de fornecer o livro necessario para a eleição, a falta deste será suprida por um livro especial aberto, numerado, rubricado e encerrado pelo presidente da mesa.

Art. 91. Não pôde haver eleição:

1.º Na parochia novamente creada que não tiver sido ainda canonicamente provida;

2.º Naquelle cujos limites não estiverem effectivamente designados;

3.º Na novamente creada, onde se não tiver procedido á qualificação dos votantes.

Tanto nestes como nos casos dos arts. 92 e 93 os actos eleitoraes se effectuarão como anteriormente á criação das novas parochias ou alteração das divisas das existentes.

Art. 92. A alteração nos limites da parochia, enquanto não fór approvada pelo Ordinário e a que fór feita por este sem a confirmação do Poder Civil, não produzirão effeitos eleitoraes.

Art. 93. A criação de novas parochias ou a mudança de suas divisas não produzem effeitos eleitoraes, senão quando todo o territorio, em que se deu a alteração, pertence ao mesmo collegio eleitoral.

Art. 94. Transferida a sêde da parochia de uma para outra igreja não se praticaráo na ultima actos eleitoraes antes de effectuada a trasladação canonica.

Art. 95. Si não fôr possível, por motivo de força maior, proceder á eleição no dia designado, será feita em outro dia marcado pelo presidente da mesa parochial, ou por esta, si já estiver installada, preceendendo annuncio por editaes. O motivo do adiamento deve ser trazido ao conhecimento da autoridade superior.

Art. 96. Os actos eleitoraes serão celebrados no consistorio, e quando não offereça este espaço sufficiente, no corpo da igreja matriz de cada parochia. Só quando absolutamente não possam effectuar-se na matriz, será escolhido pelo juiz de paz, a quem competir a presidencia da assembléa parochial, outro local situado dentro do territorio da parochia e designado no edital de convocação com a devida antecedencia.

Da acta da formação da mesa deverão constar os motivos procedentes que obrigarão a transferir a assembléa parochial para lugar diverso da matriz.

Art. 97. Em caso algum poderá levar-se a urna para fóra do recinto em que se reunir a assembléa parochial, e onde deve conservar-se guardada pelo modo determinado no art. 61 da lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1845.

Art. 98. No caso de recusar algum dos membros da mesa, que se tenha ausentado, entregar a chave da urna que estiver em seu poder, será arrombada em publico, reunidos os membros presentes da mesa, perante a autoridade policial e convidada para assistir ao acto qualquer autoridade judiciaria, si a houver e estiver no lugar, lavrando-se o respectivo auto, no qual se mencionarão o motivo do arrombamento e todas as circumstancias occorridas.

Art. 99. Não tem o direito de reclamar, protestar, ou ingerir-se por qualquer modo nos trabalhos das mesas parochiaes, quem não estiver incluído na lista dos votantes da parochia.

Art. 100. Quando as divisões das provincias não coincidirem com as dos bispados, serão respeitados os limites da divisão civil e politica para os effectos eleitoraes.

Palacio do Rio de Janeiro, em 31 de Dezembro de 1868, — *Paulino José Soares de Souza*.

ADDITAMENTO.

ADDITAMENTO ÀS DECISÕES DO GOVERNO.

N. 4. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — EM 4 DE JUNHO DE 1868.

Dã instrucções para a abertura de uma estrada para Mato Grosso através do Paraná.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 4 de Junho de 1868.

O Governo Imperial considerando da maxima importancia a abertura de uma estrada, que ponha a Provincia de Mato Grosso em facil communicação com o littoral pelo interior do Imperio, resolveu nomear uma commissão composta de Vm. como Chefe, e dos Engenheiros ajudantes Pedro Aloys Scherer, e Mauricio Schwarg, a fim de effectuar os trabalhos de reconhecimento dessa via de communicação.

D'entre os projectos existentes, foi de preferencia escolhido para a commissão que vai dirigir o que aconselha como mais vantajosa a direcção da estrada através da Provincia do Paraná, tendo por ponto de partida a Cidade de Antonina, e dahi á Capital da

mesma Província pela estrada da Graciosa, de cuja direcção passa Vm. de novo a tomar conta. Na parte da estrada comprehendida entre Antonina e a Capital, salvas as correcções que está autorizado a fazer, a commissão não se deve demorar, cumprindo-lhe desde logo encetar os trabalhos na parte comprehendida entre Coritiba e Palmeira, entre esta Villa e a da Guarapuava, e finalmente entre este ponto e a Corredeira de Ferro, no rio Ivaí.

Para o bom e fiel desempenho da commissão cumprirá e fará cumprir pelos seus ajudantes as Instrucções que vão annexas assignadas pelo Director Geral desta Secretaria de Estado.

Ao Presidente da Província do Paraná dou nesta data conhecimento de suas Instrucções, a fim de que lhe sejam facilitados todos os meios de que carecer para a marcha regular dos trabalhos e sua prompta conclusão.

Além dos vencimentos de que trata o titulo de sua nomeação ficão dadas as convenientes ordens, a fim de lhe ser abonada pelo Thesouro Nacional ajuda de custo, bem como ao seu ajudante Pedro Aloys Scherer, percebendo o de nome Mauricio Schwarg a que se lhe manda entregar pela Thesouraria de Fazenda da Província do Paraná.

A fim de occorrer ás despesas com os salarios e comedorias dos trabalhadores, receberá Vm. da respectiva Thesouraria a quantia de 20.000\$000 por uma vez, e bem assim a de 3.000\$000 para a compra de annuaes, transporte de material e outros gastos inherentes a este serviço.

Deus Guarde a Vm. — *Manoel Pinto de Souza Dantas*. — Sr. Antonio Pereira Rebouças.

Instrucções por que se deve guiar o Engenheiro Antonio Pereira Rebouças, Chefe da Commissão encarregada dos estudos de uma estrada para a capital de Mato Grosso pela Província do Paraná.

Art. 1.º A commissão incumbida dos estudos de uma estrada para a Província de Mato Grosso, pela do Paraná, dará desde já começo aos trabalhos topographicos do levantamento da planta e nivelamento, necessarios ao projecto de rectificação, e

do melhoramento geral do caminho existente entre a Cidade de Curitiba e a Villa da Palmeira, com o fim de transformal-o em estrada de rodagem.

Art. 2.º Abrirá uma picada com a largura de 2^m a 2^m,50 pela linha mais curta e mais vantajosa, que se reconhecêr entre a Villa da Palmeira e a de Guarapuava, e deste ponto até a Corredeira do Ferro, em condições de poder servir immediatamente ao transitio de cargueiros.

Art. 3.º Levantará a planta e tomará o perfil longitudinal das picadas que abrir, a fim de com estes dados organizar o ante-projecto tanto da secção da estrada de Guarapuava á Corredeira do Ferro, como da linha directa da Palmeira a Guarapuava.

Art. 4.º Determinará de 10 em 10 leguas a longitude e latitudes dos pontos da picada, e bem assim as mesmas posições geographicas dos pontos notaveis, que encontrar, e que mereção ser especialmente assignadas, como sejam povoações, confluencia de grandes rios, montanhas notaveis, portellas de serras, etc., e dos mesmos pontos determinará barometricamente a altura acima do nivel do mar.

Art. 5.º Na organização dos projectos terá presente em tudo quanto fôr applicavel as Instrucções geraes de 22 de Fevereiro do corrente anno, expedidas para a redacção dos projectos de vias ferreas e estradas de rodagem de 1.ª classe, e bem assim o que se acha determinado nas Instrucções que acompanharão o Aviso Circular de 6 de Abril de 1865.

Art. 6.º A commissão procederá á organização de todos os dados estatísticos relativos á população, producção e movimento das actuaes vias de comunicação da Provincia do Paraná, principalmente das que forem atravessadas pelo novo projecto especificando a quantidade de productos por ellas exportados e importados, e seus respectivos destinos; bem como empenhará todos os esforços para formar uma collecção botanica e mineralogica, que testemunhe as riquezas naturaes da zona que tem de atravessar, de cuja salubridade tambem procura informar-se.

Art. 7.º Indicará os lugares ao longo da projectada estrada que tiverem necessidade de postos militares, e os que forem mais apropriados para depositos de artigos bellicos e arsenaes.

Art. 8.º A commissão apresentará um diário regularmente escripto, no qual serão mencionados os

phenomenos e observações metereologicas, a marcha dos trabalhos, e todos os factos importantes, que na exploração se derem.

Art. 9.º N'uma memoria descriptiva do traçado de toda a linha explorada, a commissão além de fazer a descripção dos rios atravessados, e de todos os accidentes do terreno, mencionará a qualidade do solo, sua composição, e condições de cultura, e tanto quanto fôr possível, discriminará as terras devolutas das de propriedade particular.

Art. 10. Com todos os dados que obtiver, confeccionará um ante-projecto e o competente orçamento para uma estrada regular, na parte da estrada para Mato Grosso, que vai estudar, abrangendo o espaço comprehendido desde a capital da Provincia do Paraná até o porto da navegação do Ivaby.

Art. 11. O Engenheiro Chefe da Commissão além dos instrumentos que lhe são fornecidos, poderá utilizar-se dos que por este Ministerio tem sido enviados á Provincia para o serviço da estrada da Graciosa, e diversos outros trabalhos.

Art. 12. O mesmo Engenheiro, além dos ajudantes, que o acompanhão, do pessoal de serviço que tem de contractar, fica autorisado para nomear dous conductores, aos quaes poderá abonar de gratificação mensal até a quantia de 200\$000.

Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 4 de Junho de 1868.
— O Director Geral, *José Agostinho Moreira Guimarães*.

N. 2. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — CIRCULAR DE 4 DE JUNHO DE 1868.

Providencia sobre a execução das obras contractadas por conta deste Ministerio.

Rio de Janeiro. — Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 4 de Junho de 1868.

Ilm. e Exm. Sr. — Sendo da maior conveniencia que a execução das obras contractadas por conta deste Ministerio, ou por elle auxiliadas proceda a

Administração publica com o maior escrupulo, zelo e actividade, a fim de evitar-se que os contractantes, sendo prejudicados nas demoras das decisões que devem ser tomadas, no ajuste de suas contas, e nos pagamentos das prestações que lhes forem devidas; tenham motivos de reclamar indemnisação por prejuizos, e lucros cessantes, tenho por muito recommendado a V. Ex. que, tomando este objecto na maior consideração, expeça as mais terminantes ordens, a quem de direito fôr, para que nessa Provincia se proceda na conformidade do que se lhe recommenda.

Deus Guarde a V. Ex.—*Manoel Pinto de Souza Dantas*.—Sr. Presidente da Provincia de....

—De igual teor foi expedida ao Inspector das Obras Publicas, Director Geral dos Telegraphos e da estrada de ferro de D. Pedro II.

N. 3.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—EM 4 DE JULHO DE 1868.

Declara que não podem ser approvadas as despezas autorisadas pelos Presidentes das Provincias, na fórma dos Decretos n.º 158, e 2884 de 8 de Maio de 1842 e 1 de Fevereiro de 1862, que não respeitarem as formalidades do art. 4.º daquelle Decreto.

6.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 4 de Julho de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Não podendo, nem devendo, ser approvadas as despezas autorisadas sob a responsabilidade das Presidencias de Provincia, na fórma dos Decretos n.º 158 e 2884, de 8 de Maio de 1842 e 1.º de Fevereiro de 1862, sem que as formalidades estabelecidas no art. 4 do 1.º dos ditos Decretos tenham sido cumpridamente preenchidas, previno

a V. Ex. de que nesta data solicito do Ministerio da Fazenda a expedição das ordens convenientes para que nas Thesourarias de Fazenda sejam fielmente observados os mencionados Decretos.

Deus Guarde a V. Ex.—*Manoel Pinto de Souza Dantos*.—Sr. Presidente da Provincia de...

N. 1.—IMPERIO.—EM 13 DE JULHO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia de S. Paulo.—Sobre recusa de sancção ás resoluções das Assembleas Provincias.

2.^a Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 13 de Julho de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Tenho presente o officio n.º 25 de 22 do mez proximo findo no qual V. Ex., em observancia do Aviso de 6 do dito mez, informa a respeito da Resolução da Assembléa Provincial que elevou a aldêa de S. Miguel a freguezia, e foi enviada pela segunda vez á sancção.

Neste officio, expondo os motivos em que se estribou a Presidencia para a segunda recusa da sancção, contesta V. Ex. que a Resolução tivesse sido approvada pelos dous terços dos membros da Assembléa. Entretanto dos documentos, que V. Ex. remetteu vê-se:

1.º Que a Resolução, a que fôra negada a sancção por não estarem nella especificadas as divisas da nova freguezia, foi enviada á Commissão de Constituição e Justiça, a qual, julgando util que fosse modificada no sentido das razões do Presidente, conforme o art. 15 do Acto Adicional, apresentou-a redigida com a modificação indicada.

2.º Que, tendo entrado em discussão este parecer sobre—o Projecto não sancionado—, foi approvado sem debate.

3.º Que a Mesa, remettendo a nova Resolução á Presidencia, empregou estas palavras: — A Assembléa dirige ao Presidente da Provincia o Projecto

incluso, ao qual fôra recusada a sanção, e se acha modificado no sentido das razões do mesmo Presidente, expressadas na recusa; e por julgar-o vantajoso à Província, pede a S. Ex. digne-se de sancioná-lo.

Ora, se em todas as occasiões trata-se do Projecto não sancionado: se a recusa da sanção fundou-se na falta da especificação das divisas da freguezia que se pretendia crear e o Projecto foi modificado com esta especificação; se assim submettido á discussão, foi approvado sem debate; se tudo isto se fez com a declaração, no parecer expressa, de ser e informar o art. 15 do Acto Adicional, em virtude do qual, para ser reenviado á Presidencia da Província um Projecto não sancionado, deve ser approvado por dois terços dos votos, quer seja adoptado tal qual, quer modificado no sentido das razões pela Presidencia allegadas: segue-se que não se tratava de Projecto novo, mas do primitivo, alterado de conformidade com as observações da Presidencia, e que este foi approvado por dois terços dos votos dos membros da Assembléa, pois de outra sorte não podia ser adoptado. Tal é ao menos a presumpção jurídica, que se reforça com o facto de não ter a votação suscitado reclamação alguma e que só por provas pederia ser infirmada; nem a destróe a circumstancia, por V. Ex. notada, de terem estado presentes, na sessão em que votou-se o Projecto, somente 23 membros da Assembléa.

Acrescenta V. Ex. que o Presidente da Província considerou a Resolução como pedido de informação, e por isso, dando as razões da recusa da sanção, não entrou na questão de utilidade. Mas nem a Presidencia podia, pela propria forma e conteúdo do Projecto, considerá-lo daquella maneira, nem, tendo usado da formula consagrada á recusa da sanção ás Resoluções, pôde dizer-se que assim o considerou. É dever da Presidencia, negando a sanção, mencionar todas as razões que lhe occorrem para tomar deliberação tão grave; porquanto não é regular a recusa da sanção a um Projecto depois de modificado no sentido das observações da mesma Presidencia.

A vista do que fica ponderado, cabe-me declarar a V. Ex. que: — se o Projecto não foi com effeito approvado por dois terços dos votos, devia ter sido convenientemente devolvido á Assembléa, com a de-

claração de que a Presidencia não podia resolver sobre a sanção, visto não ter sido cumprida a disposição do art. 15 do Acto Additional;—e se foi approved por aquelle modo, a recusa da sanção por parte de V. Ex. deve ser julgada como a de que trata o art. 19 do mesmo Acto Additional.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Joaquim Fernandes Torres*.—Sr. Vice-Presidente da Provincia de S. Paulo

N. 3.—IMPERIO.—EM 15 DE JULHO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.—Declara que não se pôde estabelecer regra invariavel sobre a accumulção dos cargos de Procurador e Secretario das Camaras Municipaes.

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 15 de Julho de 1868.

Illm. e Exm. Sr.—Tenho presente o officio n.º 60 de 27 do mez proximo passado em que V. Ex., em consequencia de haver-lhe representado a Camara Municipal da cidade da Barra Mansa que pela mesquinhez dos vencimentos do Procurador e do Secretario torna-se difficil, senão impossivel, encontrar pessoas habilitadas para exercer separadamente os dous cargos, consulta se á vista dos arts. 79 e 80 da Lei do 4.º de Outubro de 1828, que creou separados taes cargos, tornando distinctas as suas funcções, deve ser julgada incompativel sua accumulção, como resolveu um dos antecessores de V. Ex. em Portaria de 27 de Janeiro do corrente anno.

Em resposta declaro a V. Ex. que, não sendo por sua natureza incompativeis as funcções dos dous cargos, pôde o serviço ser feito pelo mesmo cidadão em umas camaras, e em outras não, conforme as necessidades do serviço pela extensão e população, renda e despeza dos municipios: que não se pôde portanto estabelecer uma regra invariavel ácerca da incompatibilidade de que se trata, e ás proprias

Camaras cabe avaliar da possibilidade ou conveniencia da accumulção dos dous cargos.

Deus Guarde a V. Ex.—*José Joaquim Fernandes Torres*.—Sr. Vice-Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

N. 6.—IMPERIO.—EM 21 DE JULHO DE 1868.

Ao Presidente da Provincia de Pernambuco.—Declara que os Eleitores especiaes de Senador eleitos em 28 de Junho perdêrão, pela posterior dissolução da Camara dos Deputados, a attribuição que havião recebido naquella eleição, e portanto não se devem reunir os respectivos collegios eleitoraes.

2.ª Secção.—Rio de Janeiro.—Ministerio dos Negocios do Imperio, em 21 de Julho de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Com a dissolução da Camara dos Deputados, levada a effeito por Decreto de 18 do corrente, findou nessa data a 13.ª legislatura. Sendo certo, á vista do disposto no art. 4.º do Decreto n.º 563 de 10 de Julho de 1850, que os eleitores especiaes de Senador eleitos no periodo de uma legislatura só dentro della podem legalmente funcçãoar, expirando seus poderes com a dissolução da Camara temporaria, é evidente que os Eleitores que nessa provincia forão eleitos em 28 de Junho ultimo, para apresentar a Sua Magestade o Imperador os tres nomes d'entre os quaes tem o Mesmo Augusto Senhor de escolher successor ao finado Senador Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, perdêrão pelo facto da dissolução da Camara a attribuição que havião recebido naquella eleição primaria. E pois Sua Magestade o Imperador, para observancia do citado Decreto e do art. 112 da Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846, ha por bem determinar a V. Ex. que expeça com a precisa diligencia e brevidade as ordens necessarias para que no dia 2 de Agosto, por V. Ex. marcado para a eleição secundaria, não se reunão nessa Provincia os collegios eleitoraes, visto terem caducado os poderes dos referidos Eleitores, ser illegal e sem vigor a eleição a que procedessem.

Deus Guarde a V. Ex.—*Paulino José Soares de Souza*.—Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

N. 7. — IMPÉRIO — EM 30 DE JULHO DE 1868.

Ao Presidente da Província do Rio de Janeiro. — Declara que foi adiada para a última domingo de Janeiro de 1869 a eleição de Eleitores especiaes de Senador na mesma Província.

2.^a Secção. — Ministerio dos Negocios do Imperio.
— Rio de Janeiro, em 30 de Julho de 1868.

Ulm. e Exm. Sr. — Sendo urgente reforçar o exercito em operações no Paraguay, como é de mister para a prompta e honrosa conclusão da guerra em que se acha o Brasil empenhado, e tornando-se por isso de indeclinavel necessidade que não se suspenda o recrutamento; por este motivo, e attendendo como cumpre á commodidade dos povos, para evitar repetidas reuniões das assembleas parochiaes em épocas diversas e aproximadas, quando na mesma occasião podem ter lugar a eleição geral e a especial, Sua Magestade o Imperador ha por bem que fique adiada para a ultima domingo do mez de Janeiro de 1869, designada para a eleição geral por Decreto n.º 4227 de 23 do corrente, a eleição dos Eleitores especiaes que devem votar nos cidadãos que hão de formar a lista triplice para preenchimento da vaga que na respectiva camara deixou o fallecido Senador Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara; e bem assim que os collegios eleitoraes se reunão no dia 4 de Março do anno proximo futuro.

Neste sentido expeça V. Ex. as ordens necessarias, ficando sem effeito a designação do dia 23 de Agosto para a referida eleição, e tendo em vista o que foi recommendado em Aviso de 8 de Junho ultimo.

Deus Guarde a V. Ex. — *Paulino José Soares de Souza*. — Sr. Presidente da Província do Rio de Janeiro.